

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região



## Relatório da Correição Ordinária na Seção Judiciária de Pernambuco

(Portaria nº 201/2014-TRF5-CR, de 1º de julho de 2014, do Desembargador Federal  
Corregedor-Regional da Justiça Federal da 5ª Região)

Período da Correição Ordinária:

De 25 a 29 de agosto de 2014 (Processos Físicos - Varas da Capital)  
De 15 a 19 de setembro de 2014 (Processos Físicos - Varas do Interior)  
De 06 a 15 de outubro de 2014 (Processos Virtuais)

Recife (PE)  
2014

-

.

-

## SUMÁRIO

1. Abertura dos trabalhos.....	04
2. Metodologia adotada na Correição.....	05
3. Identificação da Seção Judiciária de Pernambuco.....	11
4. Secretária Administrativa - SECAD.....	14
5. Análise estatística da Seção Judiciária de Pernambuco no contexto da 5ª Região.....	23
6. Observações, boas práticas, recomendações e determinações gerais realizadas na reunião de encerramento da Correição....	29
7. Varas Federais e Turmas Recursais	
7.1. 1ª Vara Federal.....	36
7.2. 2ª Vara Federal.....	52
7.3. 3ª Vara Federal.....	68
7.4. 4ª Vara Federal.....	81
7.5. 5ª Vara Federal.....	94
7.6. 6ª Vara Federal.....	108
7.7. 7ª Vara Federal.....	125
7.8. 8ª Vara Federal.....	139
7.9. 9ª Vara Federal.....	151
7.10. 10ª Vara Federal.....	163
7.11. 11ª Vara Federal.....	180
7.12. 12ª Vara Federal.....	193
7.13. 13ª Vara Federal.....	207
7.14. 14ª Vara Federal.....	215
7.15. 15ª Vara Federal.....	225
7.16. 16ª Vara Federal.....	235
7.17. 17ª Vara Federal.....	245
7.18. 18ª Vara Federal.....	260
7.19. 19ª Vara Federal.....	279
7.20. 20ª Vara Federal.....	288
7.21. 21ª Vara Federal.....	301
7.22. 22ª Vara Federal.....	313
7.23. 23ª Vara Federal.....	326
7.24. 24ª Vara Federal.....	339
7.25. 25ª Vara Federal.....	349
7.26. 26ª Vara Federal.....	364
7.27. 27ª Vara Federal.....	381
7.28. 28ª Vara Federal.....	396
7.29. 29ª Vara Federal.....	411
7.30. 30ª Vara Federal.....	426
7.31. 31ª Vara Federal.....	444
7.32. 32ª Vara Federal.....	455
7.33. 33ª Vara Federal.....	466
7.34. 1ª Turma Recursal.....	478
7.35. 2ª Turma Recursal.....	500
8. Conclusão.....	516

## **1. ABERTURA DOS TRABALHOS**

A correição ordinária na Seção Judiciária de Pernambuco, instituída pela Portaria nº 201, de 1º de julho de 2014, cumpre o que determina os artigos 27 e 28, do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e ao disposto no artigo 4º, inciso I, da Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Justiça. Além destes normativos, a correição teve amparo na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do Conselho da Justiça Federal.

Os trabalhos de correição tiveram início com a publicação da Portaria acima referida, que fixou o início da realização dos trabalhos correicionais para o período de 25 a 29 de agosto de 2014, nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 19ª, 21ª, 22ª e 33ª Varas da capital.

Os trabalhos correicionais continuaram no período de 15 a 19 de setembro de 2014, para os processos físicos do interior de Pernambuco, em trâmite nas 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª e 32ª Varas.

A correição dos processos virtuais, em trâmite no Sistema Creta e no Processo Judicial Eletrônico – PJe, nessas Varas, além das demais e da Turma Recursal, realizou-se no período de 06 a 15 de outubro de 2014.

O Diretor do Foro, os Juízes Titulares e Substitutos das Varas Federais e Turmas Recursais da Seção Judiciária do Pernambuco, bem como os Diretores de Secretaria Judiciária, das Turmas Recursais e da Secretaria Administrativa, foram devidamente cientificados da correição ordinária, por meio de ofícios encaminhados por esta Corregedoria-Regional. Foram também cientificados, por meio de ofícios, o Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República, o Advogado-Chefe da Advocacia Geral da União e o Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União, todos daquele Estado.

A equipe da correição, coordenada por este Corregedor-Regional, contou com o auxílio do Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, da Juíza Federal Lidiane Bomfim, da Seção Judiciária de Sergipe, do Juiz Federal Bruno Teixeira de Paiva, da Seção Judiciária da Paraíba, do Juiz Federal Magnus Delgado, da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, do Juiz Federal André Dias Fernandes, da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e ainda com os seguintes servidores desta Corregedoria-Regional, no trabalho de assessoria: Ericson Silberstein Pedrosa, Jean Soares Moreira, Gustavo Stephan Pedrosa Figueiredo, Jayme Monteiro Cavalcanti de Arruda, Joaílton Sérgio do Nascimento Rêgo, Dalma Camila Damasceno Silva, Delane Ferreira da Silva, Guilherme de Albuquerque Melo Nunes, Ogimary Gorgônio Gouveia Nóbrega, Helena Ana Cavalcanti de Carvalho Fonseca, Luciano da Conceição Valentino, José Pedro de Albuquerque, Marilene Tavares de Souza, José Anastácio de Figueiredo, Rosemary Miranda Noia e Meidson Coelho de Andrade, além dos servidores Heron Ribeiro Oliveira, Wilson Florêncio Laurentino Filho e Paulo de Oliveira Nogueira, como agentes/motoristas.

## **2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO**

Os trabalhos de correição realizados na Seção Judiciária de Pernambuco tiveram como base quatro pilares, que são: a) gestão processual: (rotinas, divisão de trabalho, organização das tarefas, etc); b) desempenho quantitativo (cumprimento de metas do CNJ, volume de processos julgados, realização de audiências, conciliações, etc) e qualitativo (presteza no atendimento de partes, advogados, Ministério Público e Defensoria Pública, qualificação dos servidores, etc); c) cumprimento da Legislação e Resoluções do CNJ, CJP, TRF5; e d) verificação das instalações físicas e de equipamentos disponíveis nas unidades.

Esses pilares têm como objetivo principal a gestão do processo, aquela que diz respeito aos meios necessários ao bom andamento processual, com celeridade e eficiência. Essa forma de atuar atende a uma moderna visão do que seja o trabalho de uma Corregedoria, centrando sua atuação no desenvolvimento de uma eficiente prestação jurisdicional, por meio do incremento da gestão do processo e na identificação de boas práticas que mereçam ser disseminadas e recomendadas para as outras unidades jurisdicionais, bem como na constatação de problemas, visando a mais rápida solução, para que a unidade correicionada possa prestar um serviço de melhor qualidade ao jurisdicionado.

Outro ponto para a escolha da metodologia aplicada foi a participação da unidade correicionada nos trabalhos da correição, mediante o preenchimento de formulários de gestão e de análise processual, possibilitando uma maior integração entre a Corregedoria e a Seção Judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Para o desempenho de suas atividades de correição, a Corregedoria adotou formulários de gestão para a Secretaria Administrativa e para as Varas, além de formulários específicos de análise processual para as Varas, nas seguintes modalidades: a) Cível; b) Cumprimento de Sentença; c) Execução contra a Fazenda Pública; d) Execução (título extrajudicial e Fiscal); e) Inquérito criminal; f) Processo Criminal; g) Processo Criminal do Juizado Especial; h) Execução Penal; i) Processo do Tribunal do Júri.

Com relação à Secretaria Administrativa da Seção Judiciária correicionada, foi adotado o formulário de gestão administrativa, que consistia de questionamentos a serem respondidos pela Direção do Foro, enviados com antecedência de aproximadamente 30 (trinta) dias à visita da equipe da Corregedoria, com quesitos referentes ao corpo funcional e a vários setores da administração do foro, com prazo de devolução à Corregedoria até a semana que antecedeu à correição.

No que diz respeito às Varas, também foi adotado um formulário específico para avaliar a gestão administrativa, tanto dos gabinetes como das secretarias, com questões acerca do corpo funcional, métodos de trabalho, boas práticas, cumprimento de resoluções e metas estabelecidas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Tal formulário foi enviado à Vara com antecedência à visita da equipe de correição, também no prazo de aproximadamente 30 (trinta) dias, para o

preenchimento e devolução à Corregedoria, também na semana que antecedeu à correição.

Com relação às Varas, além do formulário de gestão, foram enviados formulários de análise individual dos processos selecionados para a correição, a serem preenchidos pelos servidores da unidade jurisdicional correicionada, apresentando questões acerca do andamento de cada um dos processos.

Para a seleção dos processos, num primeiro momento, do acervo total da vara foram selecionados os processos distribuídos até 31/12/2013, além de todos os processos conclusos, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, ação de desapropriação por interesse social, mandados de segurança coletivo, ações populares e ações penais com réus presos. Foram incluídos, para essas classes, os processos distribuídos no ano de 2014, e excluídos, em todos os casos, os processos arquivados.

Posteriormente, considerados os dados estatísticos e as informações coletadas do sistema de gestão eletrônica dos processos físicos, foram identificados pela Corregedoria-Regional os feitos a serem vistoriados, observando os seguintes critérios:

- a) Amostragem de processos referentes a todas as classes;
- b) Processos mais antigos;
- c) Processos conclusos para sentença mais antigos;
- d) Seleção da maioria dos processos dentre os incluídos na Meta 18 (em algumas Varas foram incluídos todos nessa modalidade);
- e) Seleção da maioria das ações civis públicas e de todas as ações de desapropriação por interesse social, ações com réu preso, mandados de segurança coletivo e ação popular.

A partir desses critérios, foram identificados e selecionados 830 (oitocentos e trinta) processos para serem vistoriados na capital (Recife/PE), sendo encaminhados os referidos formulários processuais específicos para cada um dos processos, a fim de que fossem preenchidos pela Secretaria da Vara.

O número de processos selecionados estava assim distribuído: 1ª Vara (Cível): 80 processos; 2ª Vara (Cível): 70 processos; 3ª Vara (Cível): 45 processos; 4ª Vara (Criminal): 50 processos; 5ª Vara (Cível): 40 processos; 6ª Vara (Cível): 60 processos; 7ª Vara (Cível): 50 processos; 9ª Vara (Cível): 60 processos; 10ª Vara (Cível): 60 processos; 11ª Vara (Execução Fiscal): 55 processos; 12ª Vara (Cível): 50 processos; 13ª Vara (Criminal): 50 processos; 21ª Vara (Cível): 40 processos; 22ª Vara (Execução Fiscal): 60 processos e 33ª Vara (Execução Fiscal): 60 processos.

Com base nesses mesmos critérios, foram identificados e selecionados 690 (seiscentos e noventa) processos para serem vistoriados no Interior de Pernambuco, sendo encaminhados os referidos formulários processuais específicos para cada um dos processos, a fim de que fossem preenchidos pela Secretaria da Vara.

O número de processos selecionados para o interior do Pernambuco estava assim distribuído: 8ª Vara: 55 processos; 16ª Vara: 55 processos; 17ª Vara:

60 processos; 18ª Vara: 50 processos; 20ª Vara: 50 processos; 23ª Vara: 60 processos; 24ª Vara: 55 processos, 25ª Vara: 50 processos, 26ª Vara: 50 processos, 27ª Vara: 55 processos, 28ª Vara: 50 processos, 29ª Vara: 50 processos e 30ª Vara: 50 processos.

De posse dos formulários de gestão e dos formulários processuais, devidamente preenchidos pela unidade correicionada dentro do prazo fixado, a equipe de trabalho encerrou a fase preliminar de coleta e formação de banco de dados.

Após a chegada da equipe à unidade jurisdicional correicionada, a correição de Pernambuco teve início em Recife, com a reunião de abertura, realizada no dia 25/08/2014, às 9:00 horas, com a presença obrigatória de Magistrados, Diretores de Secretaria Judiciária, Diretor de Secretaria Administrativa, Diretores de Núcleo, Oficiais de Gabinete, sendo facultativa para os demais servidores da Seção Judiciária.

Concluída a reunião de abertura da correição, a equipe de servidores foi subdividida em subequipes de 2 (dois) servidores, além de um servidor sub-coordenador, que se dirigiram às varas a serem correicionadas, de posse dos formulários processuais, para dar início aos trabalhos *in loco* da correição, com a análise dos processos selecionados, partindo do trabalho de preenchimento dos formulários, anteriormente realizado pelos servidores da própria unidade. Uma vez concluído o trabalho em uma Vara, a equipe se dirigia a outra unidade a ser correicionada.

O Corregedor e os Juízes Auxiliares visitaram, individualmente, as Varas correicionadas, passando pelos vários setores na unidade, conversando com os Juízes, Diretores de Secretaria e, se fosse o caso, com outros servidores, oportunidade em que mantiveram diálogo a respeito dos aspectos que permeiam a gestão do serviço e a atividade jurisdicional em si, observando, particularmente, o que foi informado nos formulários de gestão, bem como realizaram visitas a setores da Secretaria Administrativa.

Além dessas atividades internas, o Corregedor realizou visitas à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e à Procuradoria da República.

A parte presencial da correição dos processos físicos em Recife/PE teve conclusão com a reunião de encerramento, em 29 de agosto de 2014, aberta a todos os servidores da unidade jurisdicional correicionada, na qual foram apresentadas, de forma geral, as constatações e observações verificadas durante a semana da correição e feitas algumas recomendações de imediato.

A correição dos processos físicos do interior de Pernambuco, que teve início em 15 de setembro de 2014, foi concluída em 19 de setembro de 2014, com reunião de encerramento, transmitida pelo Corregedor-Regional por meio de videoconferência, aberta a todos os servidores das unidades jurisdicionais correicionadas do interior, na qual foram também apresentadas, de forma geral, as constatações e observações verificadas durante a semana da correição e feitas algumas recomendações de imediato.

A correição dos processos virtuais ocorreu por meio dos sistemas CRETA e PJe, tendo sido realizada a partir da sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A análise dos processos eletrônicos obedeceu aos seguintes procedimentos: seleção e análise dos processos virtuais, anotação das principais ocorrências e expedição de relatórios. Na correição dos processos virtuais não foram utilizados os formulários de análise individual dos processos, contudo, quando da correição presencial, foi realizada a visita à Vara do Juizado Especial e às instalações da Turma Recursal, tendo sido exigido também dessas unidades jurisdicionais o formulário de gestão devidamente preenchido.

Um terceiro momento da atividade correicional é a avaliação do desempenho da Vara, quanto à eficiência e duração razoável do processo. No escopo de apresentar diagnóstico qualitativo da atividade jurisdicional, adotou-se o método comparativo dos dados estatísticos, tomando como parâmetro a situação da Seção Judiciária de Pernambuco no contexto da 5ª Região para, a partir daí, observar e analisar os números do órgão judicante, tendo como parâmetros as unidades que possuem o mesmo perfil de competência.

Nessa avaliação foram considerados os dados estatísticos consolidados pela Corregedoria-Regional quanto aos últimos 5 (cinco) anos, disponibilizados no portal eletrônico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e disponíveis na rede mundial de computadores.

A leitura e conclusões sobre os dados estatísticos foram feitas com suporte nos seguintes indicadores processuais: a) processos distribuídos; b) processos julgados; c) processos arquivados; e d) processos em tramitação.

Os dados foram observados na variável de tempo de 3 (três) ou 5 (cinco) anos, lapso temporal adotado pelo Conselho Nacional de Justiça para se ter uma idéia concreta da movimentação processual nas unidades jurisdicionais.

O grau de eficiência, portanto, não foi estimado com base apenas no número de processos distribuídos e julgados. Conferiu-se especial atenção para o número de processos em tramitação. Consoante a metodologia escolhida, se o número de processos distribuídos é equânime e as varas possuem a mesma competência, os demais indicadores devem ser assemelhados.

Por outro lado, elegeu-se como grau de eficiência ideal, para situação de normalidade, ou seja, em que a Vara apresenta equilíbrio diante do estoque de processos, a demonstração de capacidade de julgamento equivalente ao número de processos distribuídos. No entanto, apenas esses dois dados são insuficientes, sendo necessário verificar se o número de processos em tramitação também é igual ou próximo ao de processos distribuídos.

Assim, para a atuação com grau de eficiência ideal, o número de processos distribuídos ( $x$ ), deve ser igual ao de julgados ( $y$ ), e ambos iguais ao de processos em tramitação ( $z$ ). A equação perfeita é  $x=y=z$ .

Portanto, a singularidade de uma unidade jurisdicional, em um determinado ano, ter julgado mais processos do que outra não significa, necessariamente, que a sua eficiência seja maior. Pode ser que tenha julgado mais



porque o seu número de processos em tramitação ou de estoque seja maior, o que denota desequilíbrio.

Com esse método, é possível identificar se a demanda está ou não em ritmo crescente, bem como permitirá avaliar se o número de processos em tramitação ou em estoque está evoluindo ou involuindo, o que é de substancial importância para a definição do planejamento e a estratégia a ser adotada para o Judiciário em geral, e a unidade jurisdicional em específico.

Em outras palavras, a equação  $x=y \neq z$  não necessariamente é ruim, pois pode significar que está crescendo o estoque ou congestionamento, mas, por outro lado, dependendo dos números, pode revelar que está diminuindo o estoque ou congestionamento. A situação é desfavorável se a equação mostrar um resultado  $x > y < z$ . Isso porque, se o número de distribuídos é maior do que o de julgados, e este for menor do que o de processos em tramitação, tal situação sinaliza claramente que o excesso de estoque está em linha crescente.

A análise mais percuciente, no entanto, é verificar se o número de processos em tramitação no ano é superior à distribuição anual, ou seja, se  $x < z$ . Para as unidades jurisdicionais que apresentem essa equação em que a variável "z" é superior a "x", ou seja, cujos números demonstram que, ao longo do tempo examinado, há uma tendência de aumento do estoque ou congestionamento dos processos, o planejamento decorrente do resultado da correção será estabelecer meta específica a ser cumprida pela unidade jurisdicional, a fim de que, no ano seguinte, seja julgado, mensalmente, um número de processos superior ao de feitos distribuídos.

Assim, se o cenário da unidade jurisdicional é de que há um excedente de estoque, o planejamento adequado precisará estabelecer que a quantidade de processos a serem julgados ( $y$ ) deverá ser equivalente a um percentual superior ao de distribuídos ( $x$ ), de modo que, conforme seja o número de processos em tramitação ( $z$ ), em um determinado lapso temporal - que pode ser, dependendo do estoque, estimado de 1 (um) a 5 (cinco) anos - seja alcançado o balanceamento da equação.

Por outro lado, com esses parâmetros, é possível estabelecer se a unidade jurisdicional, em termos de grau de eficiência, pode ser classificada como (A) excelente, (B) eficiente, (C) regular ou (D) deficiente, mediante os seguintes critérios:

(1) Para as **Varas Criminais, de Juizados Especiais e Comuns cumuladas com Juizados Especiais**, as quais possuem, em razão do perfil dessa espécie de jurisdição, alto número de processos arquivados:

**A** - a Vara em que há igualdade entre o número anual de processos *em tramitação* e os *distribuídos*, ou aquela em que o número de *distribuídos* é maior do que o *em tramitação*.

**B** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior, no máximo, até 30% dos processos *distribuídos*.

**C** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior a 30% até 50% dos processos *distribuídos*.

**D** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior a 50% dos processos *distribuídos*.

(2) Para as **Varas Cíveis**, como o número de arquivados, em razão do perfil dessas espécies de jurisdição, não é alto, a equação é a seguinte;

**A** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior, no máximo, até 30% dos processos *distribuídos*.

**B** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior a 30% até 100% dos processos *distribuídos*.

**C** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior a 100% até 150% dos processos *distribuídos*

**D** - a Vara em que o número anual de processos *em tramitação* é superior a 150% dos processos *distribuídos*.

Para fins de aplicação dessa equação são considerados processos em tramitação apenas os que estão, efetivamente, em andamento, de modo que são excluídos os que se encontram sobrestados, os seja, não são contabilizados os denominados *processos ajustados*. Por outro lado, em se tratando de processos criminais, são excluídos, ainda, os processos de Execução Penal.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, no escopo de fazer a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

### **3. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO**

A Seção Judiciária de Pernambuco é uma das seis Seções que compõem a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, tendo como Diretor do Foro o Juiz Federal Frederico José Pinto Azevedo. A administração funciona na sede do Fórum, localizado na avenida Recife, nº 6250, Jiquiá, Recife/PE. Além da parte administrativa, no Fórum estão instaladas a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 21ª, 22ª, 33ª e 36ª Varas Federais, além das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais.

O processo de interiorização da Justiça Federal em Pernambuco vem ocorrendo de forma eficiente, de forma que, atualmente, já existem Foros nas seguintes localidades: Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Palmares, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Petrolina.

Na cidade de Jaboatão dos Guararapes, onde foram instaladas as 29ª e 30ª Varas Federais, o Fórum está situado na avenida Ayrton Senna da Silva, nº 3835 - Piedade.

A Seção Judiciária de Pernambuco possui um Fórum, na qual estão instaladas as 34ª e 35ª Varas Federais, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, rua Projetada C, nº 103, Loteamento Pinzón da Cidade Garapú - PE.

Há um Fórum, situado na cidade de Goiana (PE), onde está instalada a 25ª Vara Federal, na rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 25, Centro.

Na cidade de Palmares, o Fórum da 26ª Vara Federal funciona na rua Estácio Coimbra, nº 57, Centro.

No município de Caruaru, foram instaladas as 16ª, 24ª, 31ª e 37ª Varas Federais, na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 196, Bairro Universitário.

As 23ª e 32ª Varas Federais, em Garanhuns, estão localizadas na Rua Vital Brasil, nº 44, Heliópolis.

Em Arcoverde, foi instalada a 28ª Vara Federal, Rodovia BR 232, s/n - Km 258.

A 18ª Vara Federal fica localizada na rua Vereador Silvino Cordeiro, s/n, AABB, Serra Talhada – PE.

Em Salgueiro, na rua João Veras de Siqueira, s/n, Nossa Senhora Aparecida, está localizada a 20ª Vara Federal.

Na Praça Pe. Francisco Pedro da Silva, s/n, Centro, Ouricuri, funciona a 27ª Vara Federal.

Na Subseção de Petrolina, foram instaladas as 8ª e 17ª Varas Federais, na Praça Santos Dumont, Centro.

As Varas Federais da Seção Judiciária de Pernambuco são compostas pelos seguintes magistrados, nos termos da Ata de Abertura da Correição Ordinária realizada naquele estado:

- *Roberto Wanderley Nogueira (Juiz Federal Titular da 1ª Vara)*
- *Francisco Alves dos Santos Júnior (Juiz Federal Titular 2ª Vara)*
- *Frederico José Pinto de Azevedo, (Juiz Federal Titular da 3ª Vara e Diretor do Foro)*
- *Amanda Torres de Lucena Diniz Araújo (Juíza Federal Titular 4ª Vara)*
- *Madja de Sousa Moura Florêncio (Juíza Federal Substituta 4ª Vara)*
- *Nilcéa Maria Barbosa Maggi (Juíza Federal Titular da 5ª Vara)*
- *Felipe Mota Pimentel de Oliveira (Juiz Federal Substituto da 5ª Vara)*
- *Hélio Silvio Ourem Campos (Juiz Federal Titular da 6ª Vara)*
- *Élio Wanderley de Siqueira Filho (Juiz Federal Titular da 7ª Vara e Vice-diretor do Foro)*
- *Thalynni Maria de Lavor Passos (Juíza Federal Titular 8ª Vara)*
- *Pablo Enrique Carneiro Baldivieso (Juiz Federal Substituto da 8ª Vara)*
- *Ubiratan de Couto Mauricio (Juiz Federal Titular da 9ª Vara)*
- *Bernardo Monteiro Ferraz (Juiz Federal Substituto da 9ª Vara)*
- *Edvaldo Batista da Silva Júnior (Juiz Federal Titular da 10ª Vara)*
- *Ara Cárita Muniz da Silva Mascarenhas (Juíza Federal Titular da 11ª Vara)*
- *Joana Carolina Lins Pereira (Juíza Federal Titular da 12ª Vara)*
- *César Arthur Cavalcanti de Carvalho (Juiz Federal Titular da 13ª Vara)*
- *Tarcísio Correia Monte (Juiz Federal Substituto da 13ª Vara)*
- *Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti (Juíza Federal Titular da 14ª Vara)*
- *Rodrigo Maia da Fonte (Juiz Federal Substituto da 14ª Vara)*
- *Ivana Mafra Marinho (Juíza Federal Titular da 15ª Vara)*
- *José Moreira da Silva Neto (Juiz Federal Titular da 16ª Vara)*
- *Arthur Napoleão Teixeira Filho (Juiz Federal Titular da 17ª Vara)*
- *Mateus de Freitas Cavalcanti Costa (Juiz Federal Titular da 18ª Vara)*

- *Marília Ivo Neves (Juíza Federal Titular da 19ª Vara)*
- *André Luiz Cavalcanti Silveira (Juiz Federal Substituto da 19ª Vara)*
- *Marco Fratezzi Gonçalves (Juiz Federal Titular da 20ª Vara)*
- *Francisco Antônio de Barros e Silva Neto (Juiz Federal Titular da 21ª Vara)*
- *Tarcísio Barros Borges (Juiz Federal Titular da 22ª Vara)*
- *Polyana Falcão Brito (Juíza Federal Titular da 23ª Vara)*
- *Marcos Antonio Mendes de Araújo Filho (Juiz Federal Substituto da 23ª Vara)*
- *Tiago Antunes de Aguiar (Juiz Federal Titular da 24ª Vara),*
- *Flávia Tavares Dantas (Juíza Federal Titular da 25ª Vara)*
- *Gustavo Henrique Teixeira de Oliveira (Juiz Federal Substituto da 25ª Vara)*
- *Temístocles Araujo Azevedo (Juiz Federal Titular da 26ª Vara)*
- *Marcos Antonio Maciel Saraiva (Juiz Federal Titular da 27ª Vara)*
- *Allan Endry Veras Ferreira (Juiz Federal Titular da 28ª Vara)*
- *Georgius Luis Argentini Príncipe Credídio (Juiz Federal Titular da 29ª Vara)*
- *Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz (Juíza Federal Titular da 30ª Vara)*
- *Ethel Francisco Ribeiro (Juíza Federal Titular da 31ª Vara)*
- *Isaac Batista de Carvalho Neto (Juiz Federal Substituto da 31ª Vara)*
- *Vinícios Costa Vidor (Juiz Federal Titular da 32ª Vara)*
- *Roberta Walmsley Soares C. Porto de Barros (Juíza Federal Titular da 33ª Vara)*
- *Joaquim Lustosa Filho (Juiz Federal Titular da 34ª Vara)*
- *Claudio Kitner (Juiz Federal Titular da 35ª Vara)*
- *Carolina Souza Malta (Juíza Federal Titular da 36ª Vara)*
- *Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (Juiz Federal Titular da 37ª Vara).*

#### 4. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD

Os dados da área administrativa são resultados da coleta realizada por meio do formulário de gestão, encaminhado por esta Corregedoria, e respondido pela Seção Judiciária de Pernambuco, por sua Diretoria Administrativa, e complementado durante visita realizada quando da correição presencial.

O Diretor do Foro da Seção Judiciária de Pernambuco é o Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo, que desempenha a função há 01 (um) ano e 04 (quatro) meses.

A Diretora da Secretaria Administrativa é Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli, que ocupa a função desde 08/04/2003.

##### 4.1. Corpo de servidores e estagiários

Consoante informações constantes do Relatório de Gestão, não há cargos efetivos estabelecidos em ato normativo para a Secretaria Administrativa, havendo, todavia, atualmente, 99 (noventa e nove) cargos efetivos na SECAD.

Existiam os seguintes cargos vagos no âmbito da Seção Judiciária de Pernambuco, em 14/08/2014:

CARGO	DATA DE VACÂNCIA	LOCALIDADE
*01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	14/12/2005	Subseção Judiciária de Salgueiro
**01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	13/01/2009	Subseção Judiciária de Salgueiro
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	29/05/2014	Seção Judiciária - Sede
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	09/06/2014	Seção Judiciária - Sede
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	11/06/2014	Seção Judiciária - Sede
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	11/07/2014	Subseção Judiciária de Petrolina
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	14/07/2014	Subseção Judiciária de Ouricuri
01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	14/08/2014	Subseção Judiciária de Ouricuri
<b>Cargos vagos de Técnicos Judiciários – Área Administrativa = 08 (oito)</b>		
01 Analista Judiciário –Área Judiciária	15/04/2014	Seção Judiciária - Sede
01 Analista Judiciário –Área Judiciária	19/05/2014	Subseção Judiciária de Salgueiro
01 Analista Judiciário –Área Judiciária	11/06/2014	Subseção Judiciária de Arcoverde
01 Analista Judiciário –Área Judiciária	16/06/2014	Subseção Judiciária de Serra Talhada
02 Analistas Judiciários –Área Judiciária	07/07/2014	Subseção Judiciária de Garanhuns
<b>Cargos vagos de Analistas Judiciários –Área Judiciária = 06 (seis)</b>		
01 Oficial de Justiça Avaliador Federal	30/05/2014	Seção Judiciária - Sede
01 Oficial de Justiça Avaliador Federal	27/06/2014	Subseção Judiciária de Salgueiro
<b>Cargos vagos de Analistas Judiciários – Oficial de Justiça Avaliador Federal = 02 (dois)</b>		

A SJPE possui 29 servidores removidos por força da Lei 11.416/2006 (sem permuta), 35 servidores cedidos, 04 servidores em lotação provisória e 01 servidor em licença para tratar de interesse particular, totalizando 69 servidores.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público na Secretaria Administrativa

No total, há 124 (cento e vinte e quatro) servidores em exercício na Secretaria Administrativa, considerando os servidores efetivos, requisitados, sem vínculo e em auxílio, descontando os afastados por qualquer motivo, exceto férias.

A Secretaria Administrativa conta ainda 17 (dezesete) estagiários dos seguintes cursos: Administração, ciências contábeis, biblioteconomia, informática, jornalismo e direito.

Os estagiários da Secretaria Administrativa estão distribuídos entre os seguintes núcleos:

QUANTIDADE	CURSO	SETOR
01	ADMINISTRAÇÃO	Núcleo de Gestão de Pessoas
01	ADMINISTRAÇÃO	Setor de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal
01	BIBLIOTECONOMIA	Biblioteca
01	DIREITO	Assessoria Jurídica do Foro
01	DIREITO	Contadoria Jurídica do Foro
02	DIREITO	Contadoria Jurídica do Juizado
02	DIREITO	Distribuição dos Juizados
03	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Contadoria do Foro
01	JORNALISMO	Assessoria de Comunicação
01	INFORMÁTICA (Sistemas)	Núcleo de Tecnologia da Informação
01	INFORMÁTICA (Engenharia da Computação)	Núcleo de Tecnologia da Informação
02	INFORMÁTICA (Infraestrutura de Redes)	Núcleo de Tecnologia da Informação
<b>Total=17</b>		

#### 4.2. Organização e divisão do trabalho

O expediente de trabalho se inicia às 9:00 e se encerra às 18:00 horas.

A Seção Judiciária possui um organograma, cujo gráfico encontra-se disponível na SECAD.

Os setores que compõem a parte administrativa da Seção Judiciária de Pernambuco são assim distribuídos:

- 1.SECAD: 09 servidores;
- 2.Gabinete do Diretor do Foro: 07 servidores;
- 3.Núcleo de Administração: 27 servidores;
- 4.Núcleo Financeiro e Patrimonial: 18 servidores;
- 5.Núcleo de Gestão de Pessoas: 16 servidores;
- 6.Núcleo Judiciário: 30 servidores;
- 7.Núcleo de Tecnologia da Informação: 6 servidores.

A área administrativa da Seção Judiciária de Pernambuco está segmentada em setores, os quais passa-se a listar:

## I - CONTADORIA

A Contadoria do Foro conta com 9 (nove) servidores e a Contadoria dos JEFs conta com 8 (oito) servidores.

Na data de envio do Relatório de Gestão, a Contadoria do Foro tinha um acervo de 346 processos e a Contadoria dos JEFs, 498 processos.

O tempo médio de permanência dos processos na Contadoria do Foro é de 40 (quarenta) dias, enquanto na Contadoria dos JEFs é de 60 (sessenta) dias.

A relação do número de processos/servidor é de 38 processos/servidor em atividade na Seção de Contadoria do Foro e de 63 processos/servidor na Contadoria dos JEFs.

Nos últimos dois anos os servidores da Contadoria participaram de cursos de aperfeiçoamento nas áreas de Direito Tributário, SFH, Título Extra Judicial, planos econômicos, IR, diferenças salariais, poupança, FIES, Retenção de Tributos na Fonte, Cálculos Judiciais nas Ações dos Juizados, dentre outros.

## II - SEGURANÇA

Utiliza-se de empresa contratada para prestar serviços terceirizados de vigilância e segurança patrimonial.

Utiliza-se, na SJPE, segurança privada por meio da empresa CORPVS.

Nos últimos dois anos, os vigilantes participaram de cursos específicos na área de segurança e transportes, atendendo às exigências previstas no Plano Nacional de Capacitação e alguns outros destinados ao Supervisor da Área, como os que trataram sobre a segurança nas dependências do Judiciário e Gestão da Segurança no Judiciário.

A frota da Seção Judiciária é composta de 33 (trinta e três) veículos, sendo certo que há procedimentos estabelecidos para controle de saída dos automóveis e abastecimento.

## III - BIBLIOTECA

A biblioteca da Seção Judiciária de Pernambuco conta com um bibliotecário.

A aquisição de livros e revistas é realizada de forma periódica, anualmente, após a colheita de sugestões dos usuários e, também, de pesquisa na base de dados detectando títulos que estejam desatualizados.

O público que frequenta a biblioteca é formado por juizes, servidores e estagiários, além de frequentadores externos, como procuradores, advogados, estudantes, pesquisadores, dentre outros.



A biblioteca realiza os seguintes serviços:

- Pesquisa Bibliográfica - Consiste em uma criteriosa busca na base de dados das Bibliotecas e nas bases eletrônicas específicas, em busca de referências relacionadas ao tema do estudo solicitado pelos usuários que estão na fase da pesquisa, em relação aos trabalhos de conclusão de Graduação, Mestrado e Doutorado, ou seja, quando eles possuem apenas o tema, mas faltam referências para dar andamento aos trabalhos acadêmicos e/ou científicos.

- Normalização Bibliográfica - orientação e revisão, feito pelo bibliotecário, no uso das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) de referências bibliográficas (NBR 6023, 2002.) e citações ( NBR 10520, 2002) para auxiliar os trabalhos técnicos científicos.

- Intercâmbio entre bibliotecas: permuta e doações de publicações entre bibliotecas.

- Disseminação da Informação: divulgação contínua e regular dos documentos recebidos pela Biblioteca, através de exposição das novas aquisições de livros e periódicos.

- Atendimento por telefone: responde a perguntas e esclarece dúvidas dos usuários.

- Espaço Pesquisa: computadores disponíveis para pesquisa, mediante agendamento prévio. É vedada a utilização de chats, salas de bate papos e de sites com conteúdo inadequado aos objetivos da Justiça Federal. O resultado das pesquisas realizadas deve ser salvo em *Pen Drive*, pois não é permitida a impressão no Setor.

- Consulta Local: consiste na utilização de publicações do acervo dentro das dependências da biblioteca. Os usuários têm acesso direto às estantes, livres para manusear livros, periódicos e as obras de referência, e outros materiais disponíveis. Destina-se a qualquer pessoa da comunidade interna e/ou externa da Justiça Federal.

- Empréstimo: Domiciliar: exclusivo aos magistrados, servidores ativos e estagiários vinculados à seccional; Entre bibliotecas - para obtenção de publicações não disponíveis no acervo da biblioteca.

#### IV - RECEPÇÃO

Foi informado pelo SECAD que não há um sistema de registro das pessoas que entram e saem dos prédios da Sede.

Entretanto, por questão de segurança, há duas portas com detectores de metais.

## V - ESTACIONAMENTO

A sede da Seção Judiciária conta com estacionamento próprio para magistrados, servidores e para o público em geral.

Há 300 vagas para servidores e 500 vagas para público, informadas através de placas indicativas no acesso aos veículos.

## VI - ARQUIVO

A Seção Judiciária de Pernambuco desenvolve atividades de descarte de processos antigos. No ano de 2007, foram descartados 2.248 processos, em 2008, 1.111 processos, e, no ano de 2011, foram 1.374 processos descartados.

## VII - SETOR DE LICITAÇÃO

Por ocasião do envio do Relatório de Gestão foi informada a realização de procedimentos de licitação em curso, referentes aos seguintes processos:

LICITAÇÃO	OBJETO	ANDAMENTO
Pregão Eletrônico 11/2014	REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de serviços de instalação do Backbone da Seção Judiciária de Pernambuco	Proc. 0802473-56.2014.4.05.0000 – MANDADO DE SEGURANÇA
Pregão Eletrônico 26/2014	Registro de Preços de material de limpeza	Normal
Pregão Eletrônico 27/2014	Registro de Preços de material de expediente	Normal
Pregão Eletrônico 28/2014	Registro de Preços de Software	Normal
Pregão Eletrônico 29/2014	Registro de Preços de material de expediente	Normal
Pregão Eletrônico 30 /2014	Registro de Preços de Instalação de ar	Normal
Pregão Eletrônico 31/2014	Registro de Preços de material de marcenaria	Normal
Pregão Eletrônico 32/2014	Registro de Preços de material de limpeza (papel toalha)	Normal
Pregão Eletrônico 33 /2014	Registro de Preços de material de expediente	Normal
Pregão Eletrônico 34 /2014	Registro de Preços de Suprimento de Informática	Normal
Pregão Eletrônico 35/2014	Registro de Preços de Bandeiras e rosetas	Normal

Com relação à capacitação dos servidores que atuam no setor de licitação, houve a participação deles no curso à distância promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (Senado Federal), denominado "Modalidades, Tipos e Fases de Licitações".

## VIII - CENTRAL DE MANDADOS

Não há Central de Mandados na Seção Judiciária de Pernambuco.

## IX - TREINAMENTO

A Seção de Treinamento e Desenvolvimento realizou, nos últimos anos, diversos cursos, sobre temas relevantes, dentre os quais se numera:

a) ano de 2012:

Direito Ambiental e o Novo Código Florestal
A perícia psiquiátrica nas ações cíveis previdenciárias
Direito Previdenciário – Revisões Previdenciárias e Noções de Cálculos
Cálculos Judiciais nas ações que tramitam nos Juizados Especiais
AJG5
Treinamento FLuxus
Processo Judicial Eletrônico - PJE

b) no ano 2013:

Treinamento PJE – servidores/ advogados/procuradores
Curso Atualização em Língua Portuguesa EAD
Curso de Ambientação EAD
Curso de Desenvolvimento Gerencial
Auditoria da T.I no setor público
Curso Media Training
GESTÃO DE SEGURANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO
Curso Sindicância
Direito da Informática
Direito Previdenciário Turmas 1 e 2
CONBRASCOM – Congresso Brasileiro de Comunicação
DIREITO PREVIDENCIÁRIO – 32ª VARA
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E PERÍCIAS JUDICIAIS – Petrolina
APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA INSTITUCIONAL
LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIME ORGANIZADO
INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
Conferencia sobre Gerenciamento de Projetos

c) ano de 2014:

PJE – Ouricuri, Serra e Salgueiro
Ambientação - EAD
E-SOCIAL
CONBRASCOM
Processo Judicial Tributário
Congresso Data Center
Desenvolvimento Gerencial
Concordância e Regência Verbal – EAD
Avaliação de Bens Móveis e Imóveis

Para escolha dos cursos a serem oferecidos no âmbito da Seção Judiciária, são feitos levantamentos das necessidades, anualmente, com os supervisores e Diretores das Varas, e, ainda, são levados em consideração o cumprimento das metas do CJF e CNJ com relação à obrigatoriedade de cursos, a exemplo da GAS e Desenvolvimento Gerencial.

Ao final dos cursos são realizadas avaliações acerca do desempenho do professor/instrutor. Atualmente, há servidor do quadro ministrando curso de treinamento.

## X - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Setor de Tecnologia da Informação tem os seguintes servidores em seu quadro:

Nome	Matrícula	Unidade Educacional/Universidade	Curso
André Leonardo Leão de Lima	2612	Universidade Politécnica de Pernambuco	Engenharia Eletrônica
Ana Lúcia Siqueira de Medeiros	3103	UFPE	Administração de empresas
Maria Elizabeth dos Santos de Scheidegger	1393	UPE	-Pós Graduação em Gestão de TI e Mestrado Profissional em Ciência da Computação
Sofia Simplicio da Silva	Em processo de aposentadoria set/2014		
José Moreira Neto	2966	Universidade paulista - UNIP	Administração de Empresas
Yuri Galindo	3222	Universidade Politécnica de Pernambuco	Sup. Incompleto – Engenharia Mecânica

Foi relatado que os equipamentos do setor de tecnologia da informação da Seção Judiciária estão compatíveis para o eficaz funcionamento dos sistemas de processo virtual (CRETA e PJE).

## XI - CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência dos servidores da Seção Judiciária de Pernambuco é realizado através de Ponto Eletrônico com Biometria.

## XII - SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOLÓGICO

Não há serviço médico e odontológico na Seção Judiciária.

### **4.3. Espaço físico, serviços e manutenção**

O edifício sede da Seção Judiciária de Pernambuco conta, atualmente, com duas rampas acessíveis para portadores de necessidades especiais (cadeirantes), que permitem acesso ao prédio principal. Há elevadores no prédio principal, anexo I e anexo II e, também, banheiros acessíveis, além de 6 vagas de estacionamento reservadas aos portadores de necessidades especiais.

O edifício sede tem restaurante em suas dependências. É realizada pesquisa de satisfação com os usuários, sendo certo que cerca de 70% do público está satisfeito com os serviços prestados pelo restaurante, de acordo com a última pesquisa.

O prédio possui sala disponível para a Ordem dos Advogados do Brasil e tem atendido aos fins a que se destina, consoante informações dos membros da Advocacia. Há agências bancárias da Caixa e do autoatendimento do Banco do Brasil funcionando no prédio central da Seção Judiciária.

A sede da Seção Judiciária possui Salão Nobre e Auditório, com equipamentos em bom estado para o seu regular funcionamento.

Com relação à manutenção do prédio da Seção Judiciária, foi informado que os elevadores e ar condicionados recebem observação diária e manutenção mensal (preventiva), realizada dentro do prazo previsto, ou sempre quando se verifica necessidade (corretiva), conforme abertura de ordens de serviço.

No tocante à limpeza do prédio, foi informado que é realizada por empregados em número suficiente para manter os espaços internos e externos bem higienizados, estando os banheiros destinados aos servidores e público em geral em bom estado de conservação e limpeza, que é realizada diariamente, com intervalos de 40 minutos.

A última dedetização do prédio foi realizada em 01.08.2014.

Ao final, a SECAD informou que, considerando a idade da edificação (cerca de 20 anos), o prédio apresenta boas condições. As melhorias são planejadas visando-se melhorar o padrão existente, porém restringe-se às dotações orçamentárias. Há um contrato de manutenção predial com empresa de engenharia

que permite continuidade das principais atividades de manutenção. Quanto aos serviços judiciários, ajusta-se o *layout* das varas federais sempre que uma necessidade é apresentada.

## 5. ANÁLISE ESTATÍSTICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA QUINTA REGIÃO

A análise estatística da Seção Judiciária envolve quatro indicadores processuais, que são considerados na aferição do desempenho da unidade correicionada, quais sejam: a) processos distribuídos; b) processos julgados; c) processos arquivados; e d) processos em tramitação.

### a) processos distribuídos:

A Quinta Região, composta pelos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, apresentou, nos últimos 5 (cinco) anos, os seguintes números:

DISTRIBUÍDOS – 5ª REGIÃO				
2009	2010	2011	2012	2013
305.472	304.801	355.808	346.401	368.281

A Quinta Região apresentou um crescimento na distribuição nos anos de 2009 e 2013, passando de 305.472 para 368.281 processos, o que corresponde a uma variação percentual para maior de 20,56%.

Em 2013 houve um acréscimo do número de processos distribuídos, passando de 346.401 para 368.281, sendo a distribuição de 2013 a maior do último quinquênio, o que demonstra a tendência crescimento.

Com relação a este mesmo indicador e período, a Seção Judiciária de Pernambuco apresentou os seguintes números:

DISTRIBUÍDOS – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO				
2009	2010	2011	2012	2013
83.472	79.916	94.187	78.273	81.975

A Seção Judiciária de Pernambuco experimentou um pequeno decréscimo do número de processos distribuídos, ao contrário do que ocorreu com a média da Quinta Região. Passou de 83.472 processos no ano de 2009 para 81.975 processos em 2013, apresentando diminuição discreta do número de processos distribuídos.

Levando-se em consideração, todavia, a transição do ano de 2012 para 2013, observa-se uma discreta tendência de crescimento.

b) processos julgados:

A Quinta Região, nos últimos 5 (cinco) anos, apresentou os seguintes números:

JULGADOS - 5ª REGIÃO				
2009	2010	2011	2012	2013
318.105	299.986	323.560	323.671	339.004

Com relação aos processos julgados, verifica-se que a Quinta Região também teve um crescimento nesse indicador, passando de 318.105, em 2009, para 339.004 julgamentos, em 2013, com uma variação positiva de 6,56%.

Quanto a este mesmo indicador e período, a Seção Judiciária de Pernambuco apresentou os seguintes números:

JULGADOS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO				
2009	2010	2011	2012	2013
83.831	81.637	84.883	70.810	72.490

Diversamente da Quinta Região, com relação aos processos julgados, a Seção Judiciária do Pernambuco, em idêntico período, apresentou uma variação negativa em comparação à média da Região, passando do montante de 83.831, em 2009, para 72.490 no ano de 2013, o que representa um decréscimo de 13,52%, havendo, apenas, pequeno crescimento no ano de 2013.

### **Distribuídos x Julgados**

Na média da Quinta Região na relação distribuídos/julgados, embora se verifique que houve um aumento percentual de processos julgados superior ao de processos distribuídos, em números absolutos a distribuição ainda é superior aos julgamentos, consoante os números totais:

Distribuídos de 2009 a 2013	1.680.763 processos
Julgados de 2009 a 2013	1.604.326 processos
Diferença a maior de distribuídos	76.437 processos
Diferença em percentual	4,76%

Essa diferença a maior no número de feitos distribuídos também se verificou no ano de 2013 e em percentual superior à média quinquenal, consoante se verifica abaixo:

Distribuídos em 2013	368.281 processos
Julgados em 2013	339.004 processos
Diferença a maior de distribuídos	29.277 processos
Diferença em percentual	8,63 %



Verifica-se, assim, que a Quinta Região ainda não alcançou o patamar ideal de julgar quantidade de processos em número igual ao de processos distribuídos.

A Seção Judiciária de Pernambuco, no confronto entre os processos distribuídos e julgados no quinquênio de 2009 a 2013, também apresentou o número de processos julgados inferior aos de processos distribuídos:

Distribuídos de 2009 a 2013	417.823 processos
Julgados de 2009 a 2013	393.651 processos
Diferença a maior de distribuídos	24.172 Processos
Diferença em percentual	5.78%

A mesma situação se verifica tomando como parâmetro apenas o ano de 2013, de forma ainda mais representativa:

Distribuídos em 2013	81.975 processos
Julgados em 2013	72.490 processos
Diferença a maior de distribuídos	9.485 processos
Diferença em percentual	11.57%

Assim, a Seção Judiciária de Pernambuco apresenta uma relação distribuídos/julgados desfavorável, ou seja, julgando menos processos do que recebe, condição esta que se acentuou no ano 2013, onde se constatou um percentual desfavorável de 11,57% do número de processos julgados em relação aos distribuídos. Essa circunstância aponta para uma elevação da taxa de congestionamento processual na fase de conhecimento, dado bastante preocupante em razão dos investimentos realizados nos últimos anos na modernização, na capacitação do corpo funcional e no aumento do número de varas federais, juízes federais e servidores.

#### c) processos arquivados:

A Quinta Região, nos últimos 5 (cinco) anos, apresentou os seguintes números, no tocante a esse indicador:

ARQUIVADOS - 5ª REGIÃO				
2009	2010	2011	2012	2013
374.299	360.204	356.713	375.712	403.703

No que diz respeito aos processos arquivados, a Quinta Região registrou o arquivamento de 374.299 processos no ano de 2009, e 403.703 no ano

de 2013, o que representou um aumento de 7,85% no número de processos arquivados, tendência esta verificada desde 2011.

A Seção Judiciária de Pernambuco, com relação ao número de processos arquivados, no período de 2009 a 2013, apresentou os seguintes números:

ARQUIVADOS – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO				
2009	2010	2011	2012	2013
90.577	86.869	91.360	90.527	89.154

Assim, diversamente do que ocorreu na Quinta Região, com relação aos processos arquivados, a Seção Judiciária de Pernambuco, nos últimos cinco anos, apresentou um pequeno decréscimo no número de arquivamentos, no percentual de 1.57%.

Observa-se que esta tendência de redução dos arquivamentos é verificada desde 2011, quando foram arquivados 91.360 processos, sendo certo que, no ano de 2013, foram arquivados 89.154 processos, quadro este que precisa ser revertido com a finalidade de evitar a taxa de congestionamento na Seção.

#### **Distribuídos x Arquivados:**

Em relação à Quinta Região, o confronto entre distribuídos e arquivados revela que houve mais processos arquivados em relação aos distribuídos:

Distribuídos de 2009 a 2013	1.680.763 processos
Arquivados de 2009 a 2013	1.870.631 processos
Diferença a maior de arquivados	189.868 processos
Diferença em percentual	11,29 %

Esses dados positivos demonstram que a Quinta Região está conseguindo arquivar mais processos do que recebe, o que resulta na queda da taxa de congestionamento nos feitos do Primeiro Grau de Jurisdição da Quinta Região.

Na Seção Judiciária de Pernambuco, o confronto entre processos distribuídos e arquivados no quinquênio evidencia que houve um aumento percentual de processos arquivados superior ao de processos distribuídos, consoante os números totais:

Distribuídos de 2009 a 2013	417.823 processos
Arquivados de 2009 a 2013	448.487 processos
Diferença a maior de arquivados	30.664 processos
Diferença em percentual	7.33%

Esses dados positivos, em relação a este item, demonstram que a Seção Judiciária de Pernambuco está conseguindo arquivar mais processos do que recebe, o que resulta na queda da taxa de congestionamento de processos na Seção Judiciária.

No período de 2009 a 2013, na relação distribuídos/arquivados, apenas no ano de 2011, o número de distribuídos superou o de arquivados. Nos anos de 2012 e 2013, essa relação voltou a ser favorável ao número de arquivados.

d) processos em tramitação:

Com relação aos processos em tramitação, os dados da Quinta Região são os seguintes:

TRAMITAÇÃO - 5ª REGIÃO				
2009	2010	2011	2012	2013
549.465	483.856	494.593	486.830	503.296

No tocante ao último dos indicadores (processos em tramitação), vê-se que na Quinta Região havia, no ano de 2009, 549.465 processos e, no ano de 2013, esse número reduziu para 503.296 processos, apresentando o percentual de redução de 9,17%.

Nesse quesito, embora tenha se verificado uma redução no número de processos em tramitação no quinquênio, houve, no último ano, uma elevação no número de processos em tramitação.

A Seção Judiciária de Pernambuco, com relação aos processos em tramitação, apresenta os seguintes dados:

TRAMITAÇÃO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO				
2009	2010	2011	2012	2013
132.478	120.251	126.683	126.380	130.903

Nesse indicador, a Seção Judiciária de Pernambuco conseguiu reduzir o número de processos em tramitação, passando de 132.478, em 2009, para 130.903, no ano de 2013, com pequena redução de 1,18% apresentando-se abaixo da média das Seções Judiciárias da Quinta Região, que é no percentual de 9,17%.

Embora se tenha verificado uma queda no número de processos em tramitação nos últimos cinco anos, verifica-se que houve um aumento, no ano de 2012 (126.380 processos), para 130.903 processos, no ano de 2013.

**Distribuídos x tramitação:**

No geral, conquanto a Quinta Região venha diminuindo o estoque de processos, o primeiro grau ainda não atingiu o nível de eficiência idealizado, pois os dados revelam que não foi atingida a equação  $x=y=z$ .

Com efeito, no período dos últimos 5 (cinco) anos, o número de processos em tramitação na Quinta Região foi de 503.296, montante ainda superior ao de distribuídos, correspondentes a 368.281, quando o ideal é que os números fossem, pelo menos, equivalentes. Isso leva à conclusão de que, tomando-se como parâmetro os últimos 5 (cinco) anos, o estoque a maior foi de 135.015 processos.

Considerando, assim, os números das seis Seções Judiciárias da Quinta Região e aplicando, a eles, os critérios para a aferição da atuação com grau de eficiência ideal exposto no tópico “metodologia” – em que o número de processos distribuídos (x) deve ser igual ao de julgados (y) e ambos iguais ao de em tramitação (z), ou seja, equilíbrio na equação  $(x=y=z)$  – verifica-se que a Quinta Região está com o número de processos em tramitação com percentual entre 30% a 50% a mais do que o número de processos distribuídos, o que equivale a um desempenho regular para esse indicador.

A Seção Judiciária de Pernambuco também ainda não atingiu o nível de eficiência idealizado, pois os dados revelam que não foi atingido o equilíbrio na equação “ $x=y=z$ ”.

Com efeito, no período dos últimos 5 (cinco) anos, o número de processos em tramitação na Seção Judiciária foi de 130.903 processos, montante ainda superior ao de distribuídos, correspondente a 81.975 processos, quando o ideal é que os números fossem, pelo menos, equivalentes. Isso leva a concluir que, tomando-se como parâmetro os últimos 5 (cinco) anos, o estoque a maior foi de 48.928 processos.

Considerando os números da Seção Judiciária de Pernambuco e aplicando, a eles, os critérios expostos no tópico “metodologia” para apuração do grau de eficiência ideal (número de processos distribuídos "x" igual ao de julgados "y", e ambos iguais à quantidade em tramitação "z"), verifica-se que a referida Seção Judiciária apresenta um número de processos "em tramitação" com percentual de cerca de 59.68% acima do número de "distribuídos", o que representa um conceito regular.

## **6. OBSERVAÇÕES, BOAS PRÁTICAS, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES GERAIS REALIZADAS NAS REUNIÕES DE ENCERRAMENTO DA CORREIÇÃO**

Quando do encerramento da correição, nas reuniões finais da capital e do interior de Pernambuco, este Corregedor apresentou dados, com informações acerca do trabalho realizado durante as semanas de correição, e já deu algumas recomendações e determinações gerais, como fruto do trabalho desenvolvido, que consistiram:

### **6.1. Observações registradas após a análise processual**

Após a análise dos processos foram feitas algumas constatações, que merecem registro:

- Os setores que funcionam em “ilhas”, em geral, são os que apresentam problemas de atraso no cumprimento de suas tarefas. Mesmo nas varas em que há especialização de setores, só existe celeridade quando há realização de todas as tarefas por todos os servidores da vara.
- Não há troca de ideias entre os setores, as varas e as subseções judiciárias, o que impossibilita o aperfeiçoamento do trabalho.
- O gabinete do Diretor de Secretaria está localizado dentro da secretaria e sem isolamento adequado. Muito embora essa prática favoreça o controle e fiscalização das atividades do cartório por parte do Diretor, prejudica a privacidade necessária para o atendimento a advogados e servidores, especialmente em processos sigilosos.
- Existem processos da Meta 4 (antiga Meta 18) do CNJ (improbidade e crimes contra a administração pública) que ainda não foram julgados, estando alguns em fase de instrução e outros conclusos para sentença.
- Conclusão de processos somente na data da sentença.
- Em algumas varas, foi constatada demora excessiva: a) na prolação de decisões/sentença, permanecendo os processos conclusos por muito tempo; b) no cumprimento de determinações judiciais, com chamamentos dos feitos à ordem para retificações de despachos/decisões anteriores, acarretando retrabalho e atraso nos processos.
- Em varas de execução, estão alimentando as estatísticas de forma equivocada, determinando, por exemplo, o arquivamento sem baixa de processos em que há penhora no rosto dos autos, proveniente de outras ações, como falência ou inventário.
- Ausência de regularidade de reuniões entre oficiais de justiça e juízes e entre oficiais de justiça e diretor do foro.

- Os oficiais de justiça, na metrópole, fazem diligências em todos os lugares, inexistindo divisão de áreas de atuação, com os oficiais de justiça cumprindo expedientes nos diversos bairros simultaneamente.
- Falta de monitoramento do tempo de cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça.
- Ausência do termo de publicação da sentença penal condenatória determinado pelo art. 389 CPP (“A sentença será publicada em mão do escrivão, que lavrará nos autos o respectivo termo, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim”), necessário para o controle específico do art. 117, CP (“O curso da prescrição interrompe-se: (...); IV – pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”).
- Não há registro da sentença no corpo da própria sentença.
- Ofícios e outros expedientes entregues pelos Oficiais de Justiça nas Procuradorias.
- Repetição de sucessivas conclusões, sem a prática do ato entre as conclusões.
- Juntada integral da carta precatória nos autos principais, provocando o aumento desnecessário de seu volume.
- Juntada de peças (petições) no processo em duplicidade.
- A ação penal com o mesmo número do inquérito policial, apenas com a mudança de classe.
- As denúncias são recebidas no protocolo como petições e são juntadas no inquérito.
- Inobservância da Resolução n. 63, 26 de junho de 2009, do CJF, quanto a tramitação direta de inquéritos policiais entre o MPF e a Polícia Federal. Está havendo distribuição imediata na Justiça.
- Não observância do Ofício-Circular n. 7/2014, CR-TRF5, com relação à mudança de fase no sistema TEBAS dos processos que estão na instância superior (processos digitalizados).
- Em uma das varas foi identificada demora excessiva no cumprimento de mandados, perda de mandados, registros da diligência no sistema Tebas, sem juntar o mandado aos autos.
- Nas inspeções ordinárias é registrado que o processo está em ordem, quando pendente a adoção de alguma providência.
- Servidores terceirizados fazendo atendimento e desenvolvendo algumas tarefas processuais nas secretarias.

- Não realização de mudança de classe para “cumprimento de sentença”, no sistema Tebas.

## **6.2. Boas práticas adotadas por algumas Varas**

A Seção Judiciária não apresenta qualquer problema grave passível de registro. Foram registradas algumas boas condutas que merecem relevo, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:

- Algumas varas fazem a distribuição de processos por dígitos ou outro critério, a fim de que os servidores desempenhem as mesmas tarefas e nas mesmas quantidades, bem como não haja interrupção do serviço em decorrência de férias ou afastamentos eventuais.
- Em algumas Varas, há a publicação diária dos atos processuais.
- Há Varas em que a produtividade dos setores é avaliada mediante o alcance da META ZERO (zerar todos os setores até o último dia de cada mês).
- Identificação específica para os processos incluídos na Meta 4 (antiga Meta 18) do CNJ (improbidade e crimes contra a administração pública).
- *Home Office*: adotado, em caráter experimental, por algumas varas. Esta prática, quando regulamentada, representará a eficácia no serviço público, embora deva ser efetivada dentro de padrões de sensibilidade e levando-se em consideração a necessidade de não interferir em metas, no atendimento ao público e no manuseio dos processos físicos. Sugere-se que a medida seja efetivada dentro da proporção 2x1 da tramitação processos físicos/digitais, buscando efetivar a implementação total do *home office* dentro do sistema de rodízio e na modalidade facultativa e sem que haja interferência no ideal desenvolvimento dos trabalhos.
- SDA – Sistema de áudio no PJE: certificação nos autos, do *link* e senha remetendo ao áudio gravado em audiência, devidamente registrado em ata, para consulta pelas partes e advogados, via *site* da Justiça Federal.
- Manual de utilização do PJE realizado por algumas varas. Há otimização e uniformização do trabalho, fornecendo segurança ao serventuário.
- Uso da tecnologia de informação, como pastas em rede, *WhatsApp*, *skype* e métodos atuais que dinamizem e difundam a metodologia de trabalho na vara.

- Há, em algumas varas, determinação de que todos os servidores lotados na secretaria da vara realizem todas as tarefas e etapas do andamento do processo, tal como já é feito em relação aos processos do PJE.
- Realização constante de mutirões das execuções de penas não privativas de liberdade iniciadas há mais de um ano, para análise de incidência ou não de indulto, a fim de que sejam proferidas decisões de extinção nesses feitos.
- As três varas penais ficam em um mesmo andar. Foi iniciada a construção de carceragem para réus presos e de parlatório isolado para conversa entre advogados e clientes. Já existe sala isolada com papel espelho para reconhecimento de acusados.
- Análise das decisões simples de arquivamento de inquérito policial por parte do cartório, destacando os processos mais complexos para a assessoria.
- Sistema de cadastramento, pelos oficiais de justiça, para indicar o local onde está sendo localizada determinada parte. Consta de *link* da página da Justiça Federal.
- Divulgação dos dados de desempenho da vara (sentenças preferidas, tempo médio do processo, audiências e acordos), mensalmente, através da fixação em murais internos e externos.
- Todos os processos da Vara tem controle de prazo com termo final estabelecido para cada ato, inclusive os atos da Secretaria e dos Oficiais de Justiça.
- Dia anual do descarte de material e nos arquivos de computador.
- Comunicação de atos processuais e remessa/recebimento de documentos aos peritos e advogados por correio eletrônico.
- Identificação na capa do processo de execução fiscal do termo final do prazo do arquivamento sem baixa, como forma de controle.
- Em uma Vara foi verificada a realização de reuniões periódicas de avaliação de desempenho, pontualmente (são realizadas em secretaria, de forma geral ou com os setores específicos).
- Há uma vara que organiza a pauta de audiências de forma a reunir no mesmo dia os processos do mesmo advogado, o que tem se revelado um instrumento eficaz na redução de ausência de advogados e partes em audiência, sendo quase inexistentes os pedidos de adiamento.



- Vara que elabora fluxograma para algumas situações, com a indicação de modelos específicos para cada rotina (exemplo: execução penal).

### **6.3. Recomendações feitas pela Corregedoria-Regional**

Durante o encerramento dos trabalhos foram feitas algumas recomendações pelo Corregedor-Regional visando otimizar o desenvolvimento da atividade jurisdicional. Dentre outras se destacam as seguintes:

- Juízes deverão estabelecer reuniões periódicas e constantes com os seus Diretores de Secretaria e servidores com a finalidade de discutir alternativas, ideias que inovem e aperfeiçoem o trabalho, inclusive com os oficiais de justiça.
- Possibilidade de estudo da atuação dos oficiais de justiça em regiões pré-definidas de atuação e o cumprimento das diligências por regiões (possibilidade de atuação ao menos por grupo das especializações das varas).
- Procurar estabelecer nas secretarias formas de trabalho que deem dinâmica ao serviço e facilitem a cobrança do cumprimento de metas (trabalhos por dígitos), distribuindo de forma equitativa todo o trabalho de maneira que todos os servidores executem todas as tarefas e tenham oportunidade de criar, inovar, mudar. Deverá o Diretor de Secretaria avaliar se a sistemática adotada está funcionando bem ou não.
- Realização de *Workshop* semestral entre os Diretores de Secretaria das Seções e Subseções Judiciárias, bem como um *Workshop* anual entre os Diretores das Seções Judiciárias integrantes da 5ª. Região, para troca experiências, difusão de boas práticas e uniformização de procedimentos.
- O Diretor de Secretaria deve ter o gabinete montado em local estratégico da vara, com possibilidade de visualização de todos os servidores, de forma a dinamizar os trabalhos, guardando certa privacidade.
- Os autos remetidos ao juízo de origem após digitalização para remessa ao STJ não devem ser ativados na Vara (fase 15), devendo ser apenas atualizada sua localização física (fase 111). Ofício-Circular 07/2014 da Corregedoria.
- Evitar a juntada integral da carta precatória nos autos principais, a fim de evitar o aumento desnecessário de seu volume.
- Conclusão para sentença deve ser feita na mesma data pelo servidor que praticou o ato anterior.

- Controlar no sistema Tebas o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, com determinação de justificativa quando houver atraso.
- Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.
- Dar preferência à videoconferência em vez de expedição de carta precatória.
- O Juiz despachar os processos na secretaria, integrando-se com os servidores.
- Eliminar a *função de juntador*. Os servidores de secretaria são qualificados, de modo que sabem trabalhar com o processo, o que implica a realização do ato subsequente. A *função de juntador* revela que a secretaria trabalha no sistema de ilhas, devendo ser substituído pelo de dígitos ou outra sistemática que adote como regra a prática do ato subsequente.
- O ideal é que a secretaria providencie, desde logo, não apenas o despacho a ser assinado, como, igualmente, o ofício, mandado ou carta precatória, sendo tudo assinado de uma única vez.
- A colocação de índice (corretamente preenchido) na contracapa para facilitar a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, e auxiliar a secretaria no manuseio do processo.
- Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.
- Incluir no *e-mail* institucional da Vara, na nota de rodapé, as metas estabelecidas pelo CNJ e pela Vara.
- Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da *internet*, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.
- Evitar atos ordinatórios, onde já consta a determinação da prática do ato em despacho e decisão do Juiz.
- SDA – Sistema de áudio-visual no PJE: certificação nos autos, do *link* e senha remetendo ao áudio gravado em audiência, devidamente registrado em ata, para consulta pelas partes e advogados, via *site* da Justiça Federal.

- Não utilizar terceirizados para a realização de atribuições próprias do técnico judiciário. Precedente do TCU – TC-010.141/2006-1 – Acórdão n. 2632/2008 – TCU – 1ª Câmara.
- A ação penal deve receber nova numeração, diversa do inquérito, quando a denúncia for proposta em ano posterior.
- A denúncia deve ser distribuída como ação penal, e não apenas protocolizada como petição referente ao inquérito.
- Fazer treinamento com todos os servidores da Vara para trabalharem com o PJE, devendo, todos, possuir certificado digital.
- Os servidores, ao tomarem posse, só devem ser encaminhados para a vara após treinamento nos sistemas processuais (TEBAS, CRETA e PJE).
- Colher boas práticas no site da Corregedoria para aplicar nas respectivas Varas.

#### **6.4. Determinações da Corregedoria-Regional**

Por ocasião do encerramento da correição, foi determinado que as unidades correicionadas passassem a observar alguns procedimentos, tais como:

- Fazer conclusão, nos autos e no sistema, no momento em que o processo estiver pronto para ser enviado ao gabinete, e não apenas quando proferida a sentença.
- Utilização do malote digital para expedição de ofícios, precatórias, etc.
- Ofícios não devem ser entregues pelos Oficiais de Justiça. Utilizar os meios eletrônicos disponíveis para essas atividades. Minimizar o que for possível o uso do Oficial de Justiça de forma que o mesmo só seja acionado nas diligências obrigatoriamente presenciais.
- Encerrado o processo de conhecimento e proposto o cumprimento ou execução da sentença, mudar a classe do processo para “Execução” ou “Cumprimento de Sentença”.
- Todos os Juízes e Servidores devem colaborar e fornecer os dados ao Juiz Coordenador do Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária.
- Cumprir as determinações da Corregedoria-Regional.

## **7. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DA TURMA RECURSAL**

As informações seguintes referem-se à análise específica das unidades, com a apresentação dos dados referentes especificamente às Varas Federais e à Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco.

### **7.1. 1ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

#### **7.1.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 1ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.010, de 30/05/1966 e implantada com base no Decreto-Lei nº 253, de 28/02/1967.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 1ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, sendo privativa especializada nos processos de naturalização.

##### **7.1.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta, atualmente com o seguinte corpo de pessoal: a) um magistrado, o Juiz Federal Titular, Roberto Wanderley Nogueira; 06 (seis) Analistas Judiciários (sendo 03 na especialidade de execução de mandados) e 04 (quatro) Técnicos Judiciários; c) 08 (quatro) servidores requisitados; d) 04 (quatro) estagiários de Direito.

##### **7.1.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

Em 22/07/1988, o Juiz Federal ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA assumiu a titularidade da 1ª Vara, nela permanecendo até o momento atual. A Vara não possui Juiz Federal Substituto.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: - férias: de 07/01/2014 a 05/02/2014 (Portaria 330/2013-CR); - licença para tratamento de saúde: 24/10/2012 a 24/10/2012 (ECG n.º 06905.0781/2012-06); - Outros: afastamento para participar de encontro/palestra, de 21/08/2012 a 24/08/2012; afastamento para participar de Seminário/Congresso, de 12/09/2012 a 13/09/2012; afastamento para participar de encontro/palestra, de 05/11/2012 a 09/11/2012; afastamento para participar de encontro/palestra, de

03/12/2012 a 06/12/2012; afastamento para viagem a serviço, de 12/12/2012 a 13/12/2012; afastamento para participar de encontro/palestra, de 18/02/2013 a 21/02/2013; afastamento para participar de atividade acadêmica, de 25/02/2013 a 25/02/2013; afastamento para participar de encontro/palestra 28/02/2013 a 01/03/2013; afastamento para viagem a serviço, de 07/03/2013 a 08/03/2013; afastamento para participar de atividade de entidade de classe, de 12/03/2013 a 14/03/2013; afastamento para participar de reunião no STF, de 02/04/2013 a 03/04/2013; afastamento para participar de reunião no Senado Federal, de 10/04/2013 a 10/04/2013; afastamento para participar de encontro/palestra, de 07/05/2013 a 07/05/2013; afastamento para participar de Seminário/Congresso, de 04/06/2013 a 05/06/2013; afastamento para participar de curso de aperfeiçoamento, de 06/06/2013 a 07/06/2013; afastamento para participar de Seminário/Congresso, de 19/06/2013 a 20/06/2013; afastamento para tratar de assunto particular, de 15/07/2013 a 15/07/2013; afastamento para participar de encontro/palestra, de 05/08/2013 a 09/08/2013; afastamento para participar de reunião no STJ, de 15/08/2013 a 15/08/2013; afastamento para participar de reunião no STJ, de 27/08/2013 a 27/08/2013; afastamento para participar de curso de especialização, de 02/09/2013 a 02/09/2013; afastamento para participar de Seminário/Congresso, de 08/10/2013 a 09/10/2013; afastamento para participar de audiência, de 21/10/2013 a 22/10/2013; afastamento para participar de audiência, de 06/11/2013 a 07/11/2013; e afastamento para participar de solenidade, de 03/06/2014 a 04/06/2014.

Os períodos de afastamento do juiz titular totalizam 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado tem exercido a docência na Universidade Católica de Pernambuco nas noites das quartas-feiras e nas manhãs das sextas-feiras e sábados, bem como na Faculdade de Direito do Recife (UFPE) nas manhãs das segundas-feiras e terças-feiras.

O magistrado reside na região metropolitana em que está situada a 1ª Vara Federal.

#### **7.1.1.1.2. Servidores**

A 1ª Vara Federal não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise. Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezessete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

Existem 8 (oito) servidores requisitados, todos com vínculo com o serviço público.

Por ocasião da correição, havia apenas uma servidora afastada, desde abril de 2014, em razão de licença-maternidade.

A 5ª Vara Federal possui, apenas uma Função Comissionada vaga, no caso, a de Supervisor Assistente 02 (FC04), do Gabinete do Juiz Substituto da 1ª Vara.

Há 6 (seis) servidores requisitados com vínculo com o serviço público, sendo apenas um sem qualquer vínculo, exatamente o Diretor de Secretaria (CJ-03).

#### **7.1.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 4 (quatro) vagas de estágio para a 6ª Vara Federal. Nessa Vara, as atividades de estágio são iniciadas na Secretaria, onde o estagiário terá acompanhamento e contato supervisionado com os procedimentos ordinatórios, tais como: juntada de petições, mandados, ofícios, emissão de certidões, confecção de expedientes, atendimento ao público, entre outras. Dependendo do desempenho do estagiário e avaliação do juiz, aquele será conduzido ao gabinete, atuando na pesquisa de legislação e jurisprudência, elaboração de minutas dos atos decisórios, entre outras.

### **7.1.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

#### **7.1.2.1. Organização da Secretaria**

O horário de expediente da 1ª Vara é de 9:00 às 18:00 horas.

A Secretaria é composta por 15 (quinze) servidores, os quais exercem as seguintes funções:

– CONCLUSÃO DOS PROCESSOS EM EXECUÇÃO (FÍSICOS E JUDICIAIS ELETRÔNICOS): Atribuições a cargo dos servidores Ângelo Giovani de Medeiros Galvão, Carlos Alberto Mendes da Silva, Desirée Wanderley Rocha e Neide Carolina Mendes de Almeida (responsável, também pela conclusão dos processos de conhecimento).

– PROCESSOS DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS: Atribuições a cargo das servidoras Maria Bezerra Nicolau Neta e Thania Maria Moura Fernandes.

– SUPERVISÃO CÍVEL E DIRETOR DE SECRETARIA SUBSTITUTO: Atribuições a cargo do servidor Marcio Jorge Barbosa de França.

– PUBLICAÇÃO: Atribuições a cargo do servidor Marcelo Roberto Schmitz.

– RECEBIMENTO DE PROCESSOS DEVOLVIDOS PELAS PARTES E ATENDIMENTO AO PÚBLICO (NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 18 HORAS): Atribuições a cargo do servidor Delano Conserva de Souza.

– EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR E PRECATÓRIOS: Atribuições a cargo do servidor Alexandre José dos Santos.

Para a organização dos processos na Secretaria da Vara, adota-se o sistema de compartilhamento dos processos em estantes metálicas, estando divididos em processos de conhecimento e execução, com especificação das fases atuais (ex.: cumprir, para conclusão, prazo, publicação, dentre outras). Os processos com prioridade são, de maneira geral, identificados por etiqueta afixada na capa.

O Gabinete do Juiz conta com 3 (três) servidores: Eugênia Beatriz Vasconcellos Werneck Nunes, Fernando Jordão de Vasconcelos Filho e Múcio de Oliveira Buanafina.

Os processos concluídos para decisão e sentença são divididos em compartimentos, observando-se a data da conclusão respectiva. O critério principal é a divisão por mês, observando-se a data da conclusão específica, com resolução imediata, como é o caso daqueles processos com prioridade.

O controle do acervo de processos tem por base os relatórios estatísticos fornecidos pelo sistema informatizado TEBAS.

#### **7.1.2.2. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Quando necessário, o magistrado convoca e participa de reuniões, principalmente com a equipe do Gabinete, a fim de que sejam discutidos os métodos de trabalho, as rotinas adotadas e os seus respectivos efeitos quanto à celeridade nos procedimentos.

#### **7.1.2.3. Planejamento das atividades da Vara**

O planejamento primordial inclui a adoção constante de mecanismos de agilização que resultem na diminuição do acervo de processos ativos. A meta periódica de produtividade mais adotada consiste na conclusão dos processos de execução até o final do mês posterior à última movimentação registrada no mês anterior. A avaliação periódica de resultados das atividades da Vara é sempre realizada à luz dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema informatizado TEBAS.

#### **7.1.2.4. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Para atendimento na Secretaria, observa-se uma escala diária, na qual um servidor é designado para responder pelo atendimento no balcão no horário das 9 às 13 horas. No período entre as 13 e as 18 horas, outro servidor assume o atendimento nesse horário, de segunda-feira à sexta-feira. Para essa tarefa, os servidores contam com a colaboração de estagiários previamente designados.

Quanto ao Gabinete, o procedimento de atendimento está vinculado ao da Secretaria. Havendo necessidade, um dos Oficiais de Gabinete é convocado para atender membros de órgãos e/ou partes que solicitem esclarecimentos.

A 1ª Vara não realiza consulta de satisfação diretamente relacionada ao atendimento.

Não houve processos extraviados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Foi informado que nesse período foram restaurados 02 (dois ) processos na Vara.

À época da correição, havia processos pendentes junto aos seguintes setores da Administração ou Órgão:

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - PRF	12
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - PRU	20
ADVOGADO DO AUTOR	26
ADVOGADO DO RÉU	1
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1
CONTADORIA	10
DEFENSORIA PÚBLICA	1
EMBARGADO	1
EXEQUENTE	8
FAZENDA NACIONAL	2
INSS	5
MINISTERIO PUBLICO	2
PERITO	2

Nos últimos 24 meses foram realizadas 71 audiências e 02 inspeções judiciais nesse período.

#### **7.1.2.5. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 1ª Vara no Relatório de Gestão entregue à Corregedoria apontam a existência 3.292 (três mil, duzentos e noventa e dois) processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 18 (dezoito) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 182,88 (cento e oitenta e dois vírgula oitenta e oito) processo/servidor.

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicional em correição são aqueles fornecidos pelos sistemas informatizados TEBAS e Processo Judicial Eletrônico.

#### **7.1.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara.

**Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014: No período em análise, foram distribuídos 98 processos e julgados 275 feitos, o que implica no atingimento dessa Meta.



**Meta 2:** "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".

Até 31/12/2008 havia 1.299 processos ativos e 12 estavam pendentes de julgamento, o que significa um percentual de cumprimento de 99,07% em relação a essa Meta.

Em 2009 foram distribuídos 447 processos ativos e 04 estavam pendentes de julgamento, o que corresponde a um percentual de cumprimento de 99,11% em relação a essa Meta.

**Meta 4:** "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".

Até 31/12/2011, 07 processos da CLASSE 2 ativos foram distribuídos e 02 estavam pendentes de julgamento, o que corresponde a um percentual de cumprimento da ordem de 71,43% em relação a essa Meta.

Em 2012 foram distribuídos 07 processos da CLASSE 2 ativos e que estavam pendentes de julgamento.

**Meta 5:** "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal".

A 1ª Vara Federal vem monitorando o cumprimento da Meta n.º 5/2014, bem como atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade, segundo consta no Formulário de Gestão.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, foram julgados 1.321 (mil, trezentos e vinte e um) processos, o que representa uma média mensal de 55 (cinquenta e cinco) processos. Igualmente, foram distribuídos/redistribuídos 1.003 (mil e três), correspondente a uma média mensal de 41 (quarenta e um) feitos.

#### **7.1.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados (à exceção do ano de 2011), o que demonstra que, na relação processos distribuídos-processos julgados-processos em tramitação, nos 03 (três) últimos anos do quinquênio em análise, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

#### 7.1.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 797 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 2.915 feitos, o que demonstra que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 265%.

Levando em conta esses critérios, os dados revelam que a 1ª Vara não presta uma atividade jurisdicional eficiente e encontra-se em situação desfavorável,

quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos levantados pela Corregedoria-Regional, com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Conforme se infere da análise dos dados estatísticos, no geral as Varas Cíveis da Seção Judiciária de Pernambuco vêm conseguindo diminuir o acervo de processos em tramitação ao longo dos anos. Tal indicativo, no entanto, não é uma realidade para a 1ª Vara Federal que, dentre as varas Cíveis da Capital, é uma das que possuem grande acervo de processos em tramitação.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior em 265% ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, necessita melhorar.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser fazer a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Tomando por base esses números, verifica-se que a 1ª Vara Federal possuía, em dezembro de 2013, um acervo de processos em tramitação superior ao total de processos distribuídos no ano.

Aplicando-se os critérios para a apuração da atuação com grau de eficiência ideal, e ainda levando em conta que a unidade jurisdicional vem reduzindo de forma eficiente o número de processos em tramitação, esse desempenho satisfatório deve ser relevado, de forma que deve ser atribuído à Vara o conceito "C".

## **7.1.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.1.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 80 (oitenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

0006360-18.2011.4.05.8300

**– Demora na prolação de despacho:**

0005694-85.2009.4.05.8300

0004335-66.2010.4.05.8300

0014682-24.2011.4.05.8300

0010553-47.2009.4.05.8300

0012559-90.2010.4.05.8300

0005723-33.2012.4.05.8300

0010500-95.2011.4.05.8300

0015754-59.2005.4.05.8300

0003446-15.2010.4.05.8300

0019090-27.2012.4.05.8300

0015681-43.2012.4.05.8300

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0010369-67.2004.4.05.8300

0001502-70.2013.4.05.8300

0004573-47.1994.4.05.8300

0009884-52.2013.4.05.8300

0005694-85.2009.4.05.8300

0000129-04.2013.4.05.8300

0001889-90.2010.4.05.8300

0004335-66.2010.4.05.8300

0014682-24.2011.4.05.8300

0010553-47.2009.4.05.8300

0012559-90.2010.4.05.8300

0018422-27.2010.4.05.8300

0015517-54.2007.4.05.8300

0017693-35.2009.4.05.8300

0003461-47.2011.4.05.8300

0014847-11.2010.4.05.8300

0008049-63.2012.4.05.8300

0004438-73.2010.4.05.8300

0006360-18.2011.4.05.8300

**– Julgamento de embargos de declaração:**

0008049-63.2012.4.05.8300

**– Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

0001502-70.2013.4.05.8300

0005694-85.2009.4.05.8300

0000129-04.2013.4.05.8300

0010553-47.2009.4.05.8300

0018422-27.2010.4.05.8300

0005725-03.2012.4.05.8300

0016082-76.2011.4.05.8300

0010808-97.2012.4.05.8300

0003142-45.2012.4.05.8300  
0010500-95.2011.4.05.8300  
0016119-16.2005.4.05.8300  
0019188-85.2007.4.05.8300  
0020186-58.2004.4.05.8300  
0017401-41.1995.4.05.8300  
0007211-57.2011.4.05.8300  
0011545-03.2012.4.05.8300  
0008753-13.2011.4.05.8300  
0007675-72.1900.4.05.8300  
0005887-71.2007.4.05.8300  
0008405-29.2010.4.05.8300  
0019090-27.2012.4.05.8300  
0018601-24.2011.4.05.8300  
0010309-55.2008.4.05.8300  
0007206-40.2008.4.05.8300  
0000537-10.2004.4.05.8300  
0018452-91.2012.4.05.8300  
0012432-89.2009.4.05.8300  
0015208-82.1997.4.05.8300  
0017693-35.2009.4.05.8300  
0002274-43.2007.4.05.8300  
0014847-11.2010.4.05.8300  
0003441-85.2013.4.05.8300  
0003461-47.2011.4.05.8300

**– Demora na cobrança de carta precatória:**

0018601-24.2011.4.05.8300

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**

0017693-35.2009.4.05.8300  
0007211-57.2011.4.05.8300  
0010119-63.2006.4.05.8300

**– Demora na publicação:**

0003446-15.2010.4.05.8300  
0007675-72.1900.4.05.8300  
0005887-71.2007.4.05.8300  
0015681-43.2012.4.05.8300  
0010309-55.2008.4.05.8300  
0000537-10.2004.4.05.8300  
0015517-54.2007.4.05.8300  
0025750-52.2003.4.05.8300  
0007206-40.2008.4.05.8300  
0017693-35.2009.4.05.8300  
0014847-11.2010.4.05.8300  
0012432-89.2009.4.05.8300  
0003461-47.2011.4.05.8300  
0008049-63.2012.4.05.8300  
0004438-73.2010.4.05.8300  
0003224-67.1998.4.05.8300

0011545-03.2012.4.05.8300  
0006360-18.2011.4.05.8300  
0009884-52.2013.4.05.8300  
0001502-70.2013.4.05.8300  
0004573-47.1994.4.05.8300  
0000129-04.2013.4.05.8300  
0001889-90.2010.4.05.8300  
0010553-47.2009.4.05.8300  
0012559-90.2010.4.05.8300  
0005725-03.2012.4.05.8300  
0010808-97.2012.4.05.8300  
0003142-45.2012.4.05.8300  
0004718-20.2005.4.05.8300  
0015754-59.2005.4.05.8300  
0016119-16.2005.4.05.8300  
0019188-85.2007.4.05.8300  
0020186-58.2004.4.05.8300  
0017401-41.1995.4.05.8300  
0000126-54.2010.4.05.8300  
0012470-38.2008.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0019090-27.2012.4.05.8300  
0000129-04.2013.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0001502-70.2013.4.05.8300  
0009884-52.2013.4.05.8300  
0001889-90.2010.4.05.8300  
0004335-66.2010.4.05.8300  
0014682-24.2011.4.05.8300  
0010553-47.2009.4.05.8300  
0018422-27.2010.4.05.8300  
0011531-97.2004.4.05.8300  
0005725-03.2012.4.05.8300  
0016082-76.2011.4.05.8300  
0017453-17.2007.4.05.8300  
0010500-95.2011.4.05.8300  
0016119-16.2005.4.05.8300  
0019188-85.2007.4.05.8300  
0020186-58.2004.4.05.8300  
0017401-41.1995.4.05.8300  
0002944-81.2007.4.05.8300  
0009858-30.2008.4.05.8300  
0018612-24.2009.4.05.8300  
0000126-54.2010.4.05.8300  
0012470-38.2008.4.05.8300  
0007211-57.2011.4.05.8300  
0010119-63.2006.4.05.8300  
0010119-63.2006.4.05.8300  
0005394-94.2007.4.05.8300  
0003224-67.1998.4.05.8300

0007675-72.1900.4.05.8300  
0006196-63.2005.4.05.8300  
0008405-29.2010.4.05.8300  
0011073-70.2010.4.05.8300  
0015517-54.2007.4.05.8300  
0018601-24.2011.4.05.8300  
0004714-80.2005.4.05.8300  
0004714-80.2005.4.05.8300  
0018452-91.2012.4.05.8300  
0000258-68.1997.4.05.8300  
0002274-43.2007.4.05.8300  
0025750-52.2003.4.05.8300  
0015208-82.1997.4.05.8300  
0014847-11.2010.4.05.8300  
0015614-49.2010.4.05.8300  
0003446-15.2010.4.05.8300  
0004438-73.2010.4.05.8300  
0006360-18.2011.4.05.8300  
0011545-03.2012.4.05.8300  
0003461-47.2011.4.05.8300

**– Ausência de mudança de classe do processo:**

0007675-72.1900.4.05.8300

### **7.1.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 25 (vinte e cinco) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800235-30.2013.4.05.8300

**- Demora no julgamento de embargos de declaração:**

0800784-74.2012.4.05.8300

**- Lapso entre conclusão e prolação da sentença:**

0801083-51.2012.4.05.8300

0801090-43.2012.4.05.8300

**- Lapso temporal para certificação decurso de prazo:**

0800443-48.2012.4.05.8300

**- Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão:**

0800403-66.2012.4.05.8300



0800504-06.2012.4.05.8300  
0800516-20.2012.4.05.8300  
0800521-42.2012.4.05.8300  
0800666-30.2014.4.05.8300  
0801078-29.2012.4.05.8300  
0801090-43.2012.4.05.8300  
0801137-17.2012.4.05.8300  
0801192-65.2012.4.05.8300  
0801570-50.2014.4.05.8300

#### **7.1.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 1ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

##### **- Dificuldade no controle de prazos:**

Embora tenha sido reportado no relatório de gestão que o controle de prazos é realizado mediante a análise dos relatórios do TEBAS, na prática foram encontradas paralisações muito significativas, por vezes superiores a um ano, o que indica que a estratégia não está dando os resultados esperados e precisa ser repensada.

Destaca-se, também que foram constatadas paralisações em quase todas as etapas do processo, a revelar que o problema de gestão dos processos é estrutural, e não está restrito a um setor da Vara.

##### **- Ausência de índice na contracapa das Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa:**

A maior complexidade e o volume geralmente elevado de cadernos processuais em ações dessa natureza recomenda a manutenção na contracapa do processo de índice contendo as principais peças, de modo a facilitar o manuseio dos autos e abreviar o tempo de apreciação dos incidentes processuais.

##### **- Demora na movimentação de processos após a inspeção:**

Em alguns processos verificou-se demora excessiva no cumprimento da determinação expedida após a inspeção anual da Vara, conforme se infere dos relatórios de processos apresentados pelos assessores. Foram reportados casos extremos em que não houve sequer movimentação do feito entre uma inspeção ordinária anual e outra.

#### **- Ausência de cobrança de precatórias:**

Também, se verificou que as precatórias não têm um controle de prazo eficiente, tendo sido constatadas paralisações significativas em um bom número de processos em razão da não devolução de precatórias expedidas, sem que dos autos conste a adoção de medidas pela Vara visando à sua cobrança.

#### **- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça**

Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

#### **- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias**

Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

#### **- Demora recorrente na conclusão.**

Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

### **7.1.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, foi informada a realização de reuniões periódicas entre os servidores, com o intuito de avaliar o trabalho que está sendo realizado, corrigindo as eventuais distorções.

### **7.1.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

A correção ordinária anterior apresentou dados quantitativos que, ao longo do tempo, foram solucionados com o andamento processual regular dos feitos.

Em relação à última autoinspeção, foi determinada à Direção de Secretaria maior observância na identificação dos processos com prazos vencidos, o que foi prontamente cumprido.

### **7.1.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL**

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

- Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.
- Concepção de um *layout* que permita a localização da Sala da Direção de Secretaria em local com acesso visual ao maior número de setores da Vara, inclusive, se possível, do balcão de atendimento.
- Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.
- Os servidores devem ser orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e, em sendo o caso, providenciar de imediato a mudança na classe do feito para “Cumprimento de Sentença”.
- Não realizar a fase de recebimento quando o processo estiver tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores, devendo fazê-lo, apenas quando houver o efetivo julgamento. Nesses casos, o processo deve permanecer com a fase 14 no TEBAS, havendo, apenas a sua localização física na Vara até que haja a devolução dos autos à origem pelos Tribunais.
- Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.

## **7.2. 2ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.2.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 2ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.010, de 30/05/1966 e implantada com base no Decreto-Lei nº 253, de 28/02/1967.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na avenida Recife, 6250, Bairro Jiquiá, Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 2ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

#### **7.2.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta atualmente com o seguinte corpo de pessoal: dois magistrados; 06 (seis) Analistas Judiciários; 06 (seis) Técnicos Judiciários; c) 01 (um) Agente de Segurança e Transporte; 05 (cinco) servidores requisitados.

##### **7.2.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

Em 20/10/1989, o Juiz Federal FRANCISCO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR assumiu a titularidade da 2ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

A Vara não possui Juiz Federal Substituto.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: - férias: em 2012, de 14/06 a 13/07 e de 15/10 a 13/11; em 2013, de 20/06 a 19/07 e de 02/10 a 31/10; e em 2014, de 07/11 a 05/02; - licença para tratamento de saúde: de 20/03/2014 a 02/04/2014; de 07/04/2014 a 21/04/2014; e de 15/05/2014 a 16/05/2014.

O magistrado não exerce a docência e reside na região metropolitana em que situada a Vara.

##### **7.2.1.1.2. Servidores**

A 2ª Vara Federal de Pernambuco não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise.

Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezesete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

A 2ª Vara Federal conta, nos termos da Portaria supracitada, com 15 cargos efetivos (01 Cargo de Juiz Federal Titular; 01 Cargo de Juiz Federal Substituto, 01 Cargo de Diretor de Secretaria, 06 Cargos de Analista Judiciário; 06 Cargos de Técnico Judiciário).

Não há servidores afastados, cedidos ou em auxílio.

Existem 5 (cinco) servidores requisitados, os quais possuem vínculo com o serviço público.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público e existem duas Funções Comissionadas vagas: Assistente Técnico III (FC-03) do Diretor de Secretaria e Auxiliar Especializado (FC-02) do Diretor de Secretaria.

#### **7.2.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 7 (sete) vagas de estágio para a 2ª Vara Federal, sendo 4 (quatro) remuneradas e 3 (três) voluntárias. Efetivamente, estão ocupadas duas vagas remuneradas e 3 (três) voluntárias. Basicamente, os estagiários remunerados passam o primeiro ano de estágio na Secretaria, ficando o segundo no gabinete. Já os estagiários voluntários permanecem tão somente na Secretaria.

### **7.2.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 2ª Vara Federal é de 9:00 às 18:00 horas, dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 (sete) horas diárias.

#### **7.2.2.1. Organização da Secretaria**

A 2ª Vara está subdividida nos seguintes setores: Setor de processos em execução (3 servidores); Setor de processos em fase de conhecimento (2 servidores); Setor de expedientes e processos desmembrados (2 servidores) e Setor de ritos especiais e pagamentos (um servidor).

Segundo se verificou, os processos com prioridade (Idosos, Metas do CNJ, etc.) têm anotação em suas capas e possuem prateleiras próprias dentro de cada setor a fim de que tenha o seu trâmite priorizado.

Por ocasião da correição, havia em tramitação na vara um acervo de 2.515 processos físicos, sendo 1.795 ativos e 715 suspensos/sobrestados. Havia 1.033 processos eletrônicos, sendo 20 sobrestados, 40 em grau de recurso, 177 baixados e 796 ativos em tramitação.

Não houve processos extraviados ou restaurados nos últimos 24 meses.

O número de processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos e com advogados era o seguinte:

- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: 3 processos;
- ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO: 7 processos;
- UNIÃO/FAZENDA NACIONAL: 2 processos;
- CONTADORIA JUDICIAL: aguardando elaboração de cálculo há mais de 30 dias (132 processos); aguardando elaboração de cálculo há menos de 30 (trinta) dias (26 processos).

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) audiências e 2 (duas) inspeções ordinárias na 2ª Vara.

#### **7.2.2.2. Organização dos Gabinetes.**

A divisão de tarefas nos Gabinetes é feita da seguinte forma:

O Gabinete do Juiz Titular é composto por 05 (cinco) servidores: Rossana Maria Cavalcanti Reis da Rocha Marques, Luciana Simões Correa de Albuquerque, Marcos Eduardo França Rocha, Tereza Frye Peixoto e Fabíola Cavalcanti de Santana.

Os assessores dividem os processos por igual, independentemente do tipo de ato judicial. Nada obstante, conforme visto, as assessoras Tereza Frye Peixoto e Fabíola Cavalcanti de Santana ficam encarregadas dos processos de menor complexidade, em face de possuírem menor experiência em atuação no Gabinete.

Os processos são julgados de acordo com a cronologia da conclusão, sempre do mais antigo para o mais novo, excetuando-se os processos com prioridade das METAS do CNJ, que são julgados com preferência, bem como os que têm previsão legal de prioridade. Todo começo de mês os processos conclusos para julgamento são distribuídos entre os assessores, os quais têm suas metas mensais naquele momento definidas de acordo com o número de processos conclusos.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, ao final de cada mês, são impressos os relatórios dos sistemas de acompanhamento processual, onde são observados os números de processos distribuídos, baixados, suspensos e ativos, o que permite estabelecer as metas para o mês subsequente.

#### **7.2.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Constatou-se que não há uma periodicidade para reuniões da equipe. Elas ocorrem de acordo com a necessidade do dia a dia, na própria Secretaria.

Sempre são realizadas reuniões formais no início de cada ano, objetivando um balanço do ano findo, bem como para apontar novas metas para o ano em curso. Também, de praxe, são feitas reuniões antes e depois das inspeções ordinárias, bem como das correções, para se discutir o que foi observado, na busca de sempre melhorar e corrigir os erros encontrados.

O magistrado realiza reuniões com a assessoria para definição de metas de trabalho do gabinete.

#### **7.2.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Por se tratar de uma Vara que ainda tem um acervo considerável de processos físicos (já houve 7.000 processos), executa-se mais do que planejado. O planejamento da Vara se dá, geralmente, após cada inspeção ordinária, momento em que é feito um estudo dos resultados do ano anterior, o desempenho da Vara e o que pode ser feito para melhorar a produtividade, apesar da desproporcionalidade entre o número de processos da Vara com o número de servidores.

No ano em curso, por exemplo, após a inspeção, a 2ª Vara foi reestruturada em suas atividades/servidores, procurando alcançar maior celeridade na forma do trabalho. Do acervo de processos, 2/3 é de processos físicos e apenas 1/3 é de processos eletrônicos, de modo que os servidores são orientados para distribuir sua jornada de trabalho nessa mesma proporção.

No tocante à fixação de metas periódicas de produtividade, mensalmente, após o exame dos relatórios do sistema, os servidores são comunicados pela Direção sobre os resultados e estimulados para buscar melhorar os números com novas metas, principalmente de baixa de números de processos.

Anualmente, a Direção realiza um estudo comparativo do desempenho da Vara com as demais varas cíveis da Seção Judiciária (excetuando a 21ª Vara). Verificou-se, no ano passado, através da estatística de movimentação fornecida pelo sistema TEBAS, a boa produtividade da 2ª Vara. No período, foram realizadas 7.404 conclusões, 4.383 publicações (intimações), 5.547 remessas externas, 2.427 remessas internas, 1.043 requisições de pagamento, 8.703 intimações e 1.197 processos baixados.

Em relação à avaliação periódica dos resultados das atividades da Vara, é realizado constantemente pela direção e juiz um acompanhamento sobre a produtividade da Vara. Verifica-se com frequência o cumprimento das METAS e os motivos que impedem o seu atingimento em alguns processos.

#### **7.2.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Os órgãos federais enviam servidores semanalmente para levar os processos com vista. Os procuradores só comparecem à Secretaria em casos de audiência em que são partes. Os advogados são atendidos pelos servidores, auxiliados por um estagiário, sempre que comparecerem à Secretaria. A Direção

também atende os advogados e as partes sempre que solicitada. Cada dia há um servidor designado para o atendimento, sendo obedecida uma escala feita mensalmente.

O Gabinete está sempre disponível a atender as partes quando solicitado, sendo feito um pré-atendimento pela secretaria na tentativa de não interromper o trabalho do gabinete. Entretanto, sendo necessário, o gabinete atende a todos que o procura, inclusive o juiz.

Em relação à consulta de satisfação do atendimento prestado, já houve esse tipo de pesquisa realizada pela direção do foro. A vara não costuma proceder a esse tipo de pesquisa.

Todas as estatísticas fornecidas pelo sistema TEBAS (Grupo estatística) são utilizadas. Os relatórios fornecidos pelo PJe também são utilizados e acompanhados. O Sistema Creta não é utilizado, visto que funciona apenas para o Juizado Especial Federal.

#### **7.2.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 2ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 2.515 (dois mil, quinhentos e quinze) processos em tramitação, e levando-se em conta um total de para 14 (catorze) servidores, a relação é de 180 (cento e oitenta) processos para cada servidor.

#### **7.2.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Verificou-se que as metas 2 e 4 do CNJ não estão sendo cumpridas pela 2ª Vara Federal. Ainda restam processos pendentes de julgamento, não obstante o esforço da Vara para concluir a instrução dos processos que, muitas vezes, depende de perícias médicas, contábeis, etc., e outros atos que não dependem diretamente da vontade do magistrado para concluir o feito.

#### **Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014**

Foram distribuídos, em 2014, 608 processos, sendo 188 processos físicos e 420 processos eletrônicos.

Foram julgados, no mesmo período, 555 processos, sendo 364 processos físicos e 191 processos eletrônicos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**



A Meta não foi cumprida.

Estão pendentes de julgamento os seguintes processos:

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0012458-24.2008.4.05.8300;
- ACP IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA nº 0016720-17.2008.4.05.8300;
- AÇÃO DE DESAPROPIAÇÃO nº 001073-15.2008.4.05.8300
- AÇÃO DE DESAPROPIAÇÃO nº 0012313-65.2008.4.05.8300;
- AÇÃO MONITÓRIA nº 0004109-32.2008.4.05.8300
- AÇÃO MONITÓRIA nº 0004682-70.2008.4.05.8300
- AÇÃO ORDINÁRIA nº 0007078-20.2008.4.05.8300
- AÇÃO ORDINÁRIA nº 0015887-96.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0006998-56.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0007229-83.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0008742-86.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0011325-44.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0011470-03.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0012825-48.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0014735-13.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0015543-18.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0016463-89.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0017337-74.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0018321-58.2008.4.05.8300
- EMBARGOS À EXECUÇÃO nº 0004639-07.2006.4.05.8300.

Até 31/12/2008 foram distribuídos 12.458 processos. Estão pendentes de julgamento 20 processos, o que corresponde a um percentual de 0,16% (meta não cumprida).

Entre 01/01/2009 e 31/12/2009 foram distribuídos 712 processos. Estão pendentes de sentença 45 processos, o que corresponde a um percentual de 6,3% (meta cumprida para 2009).

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012”**

Até o momento, essa meta não foi cumprida, estando pendentes de julgamento 5 processos: 0003411-21.2011.4.05.8300, 0007656-12.2010.4.05.8300, 0008384-53.2010.4.05.8300, 016720-17.2008.4.05.8300 e 0019387-39.2009.4.05.8300.

**Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal”**

Segundo foi informado, a 2ª Vara Federal não vem monitorando o cumprimento da Meta nº 5/2014. Contudo, vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa e por ato que implique inelegibilidade.

#### 7.2.3.1. Providências tomadas pela unidade jurisdicional para o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2013 que ainda não foram cumpridas

Existe um acompanhamento pelos assessores do juiz quanto ao andamento/instrução dos processos constantes das metas ainda não cumpridas, bem como pelos servidores da Vara, que tem referidos processos sob suas supervisões. Também são anotadas na capa dos processos em destaque a tramitação prioritária em face da meta.

Em seus despachos, o magistrado sempre faz recomendações para imprimir celeridade no cumprimento das metas estabelecidas para o período.

#### 7.2.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478

10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a 2ª Vara julgado, em regra, menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados (à exceção do ano de 2011).

Na relação processos distribuídos-processos julgados-processos em tramitação, no quinquênio em análise, não se verificou diminuição do estoque de processos da Vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

#### **7.2.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 744 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 2.467 feitos, o que demonstra que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos, no percentual de 231%.. Levando em conta esses critérios, os dados revelam que a 2ª Vara presta uma atividade razoável e encontra-se em situação desfavorável, quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumpre salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos levantados pela Corregedoria-Regional, com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Conforme se infere da análise dos dados estatísticos, no geral as Varas Cíveis da Seção Judiciária de Pernambuco vêm conseguindo diminuir o acervo de processos em tramitação ao longo dos anos. Tal indicativo, no entanto, não é uma realidade para a 1ª Vara Federal que, dentre as Varas Cíveis da Capital, é uma das que possuem grande acervo de processos em tramitação.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, necessita melhorar.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser fazer a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Aplicando-se os critérios para a apuração da atuação com grau de eficiência ideal, e ainda levando em conta que a unidade jurisdicional vem reduzindo de forma eficiente o número de processos em tramitação, esse desempenho satisfatório deve ser relevado, de forma que deve ser atribuído à Vara o **conceito "B"**.

## **7.2.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.2.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 70 (setenta) processos físicos para correição, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Nos itens a seguir estão pontuados os principais problemas e alguns dos processos em que estes foram identificados:

#### **– Demora na juntada de expediente:**

0003633-57.2009.4.05.8300 - mais de 03 meses.  
0007080-68.2000.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0009896-52.2006.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0012176-78.2011.4.05.8300 - 20 dias.  
0018657-43.2000.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0021708-18.2007.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0023591-39.2003.4.05.8300 - superior a 15 dias.

#### **– Demora na prolação de despacho:**

94.0014347-8 - - 05 meses  
0000438-98.2008.4.05.8300 - 4 meses.  
0001176-72.1997.4.05.8300 - 05 meses.  
0007552-88.2008.4.05.8300 - 06 meses  
0007656-12.2010.4.05.8300  
0007818-36.2012.4.05.8300 - 04 meses.  
0007900-97.1994.4.05.8300 -  
0008384-53.2010.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0009452-72.2009.4.05.8300 - 06 meses

0010732-15.2008.4.05.8300 - mais de 5 meses  
0013983-07.2009.4.05.8300 - mais de 05 meses  
0013632-29.2012.4.05.8300  
0011570-50.2011.4.05.8300 - mais de 4 meses  
0014547-88.2006.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0015081-56.2011.4.05.8300 - mais de 30 dias.  
0016239-15.2012.4.05.8300 - 05 meses.  
0018508-03.2007.4.05.8300 - mais de 20 dias.  
0021708-18.2007.4.05.8300 - 05 meses.  
0023591-39.2003.4.05.8300 - 01 mês.

**- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0009973-80.2010.4.05.8300 - 06 meses (sentença).  
0010211-94.2013.4.05.8300 - 6 meses (sentença)  
0012313-65.2008.4.05.8300 - superior a 60 dias (decisão)  
0013983-07.2009.4.05.8300 - mais de 3 meses (sentença).  
0014547-88.2006.4.05.8300 - superior a 60 dias (decisão).  
0020062-94.2012.04.05.8300 - mais de 04 meses (sentença)  
0023672-85.2003.4.05.8300 - mais de 4 meses (decisão).

**- Paralisação irregular do processo (cumprimento de decisão):**

0000073-49.2005.4.05.8300 - superior a 15 dias  
0000073-49.2005.4.05.8300 - mais de 03 anos  
94.0014347-8 - superior a 15 dias  
0000438-98.2008.4.05.8300 - 01 ano (movimentação feita apenas durante inspeção anual).  
0001176-72.1997.4.05.8300 - 5 meses.  
0005905-92.2007.4.05.8300 - superior a 15 dias  
0005905-92.2007.4.05.8300 - mais de um mês  
0007080-68.2000.4.05.8300 - superior a 15 dias  
0007603-94.2011.4.05.8300 - superior a 30 dias  
0007656-12.2010.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0007900-97.1994.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0008802-54.2011.4.05.8300 - superior a um mês.  
0009452-72.2009.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0009499-22.2004.4.05.8300 - mais de 15 dias  
0009736-17.2008.4.05.8300 - mais de 7 meses.  
0009896-52.2006.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0009973-80.2010.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0010605-04.2013.4.05.8300 - superior a um mês  
0010732-15.2008.4.05.8300 - 3 meses.  
0010756-04.2012.4.05.8300 - mais de 10 meses.  
0010938-87.2012.4.05.8300 - mais de 2 meses.  
0012176-78.2011.4.05.8300 - 15 dias.  
0012458-24.2008.4.05.8300 - mais de 20 dias  
0013983-07.2009.4.05.8300 - superior a 60 dias  
0013632-29.2012.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0013446-79.2007.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0014547-88.2006.4.05.8300 - superior a 15 dias, reiteradamente.  
0015112-42.2012.4.05.8300 - mais de 2 meses.  
0015169-36.2007.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0016239-15.2012.4.05.8300 - superior a 15 dias.

0018508-03.2007.4.05.8300 - superior a 4 meses.  
0018657-43.2000.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0018860-68.2001.4.05.8300 - mais de 5 meses  
0019027-36.2011.4.05.8300 - superior a 15 dias.  
0019838-59.2012.4.05.8300 - superior a 01 ano  
0020062-94.2012.04.05.8300 - mais de 30 dias

**- Demora na publicação:**

0000073-49.2005.4.05.8300 - superior a 10 dias  
0004081-79.1999.4.05.8300 - 01 mês  
0001176-72.1997.4.05.8300 - 01 mês.  
0005469-26.2013.4.05.8300 - superior a 10 dias  
0005905-92.2007.4.05.8300 - 01 mês  
0007080-68.2000.4.05.8300 - 01 mês  
0007818-36.2012.4.05.8300 - 02 meses.  
0007900-97.1994.4.05.8300 - superior a 10 dias.  
0008802-54.2011.4.05.8300 - superior a 10 dias.  
0010605-04.2013.4.05.8300 - mais de 20 dias  
0012313-65.2008.4.05.8300 - superior a 10 dias  
0013632-29.2012.4.05.8300 - superior a 10 dias  
0014547-88.2006.4.05.8300 - 01 mês.  
0015169-36.2007.4.05.8300 - superior a 10 dias.  
0018657-43.2000.4.05.8300 - superior a 10 dias.  
0019387-39.2009.4.05.8300 - superior a 10 dias.  
0020917-73.2012.4.05.8300 - mais de 15 dias.  
0023591-39.2003.4.05.8300 - superior a 10 dias.

**- Demora na conclusão:**

0004081-79.1999.4.05.8300 - quase um mês  
0003633-57.2009.4.05.8300 - 30 dias  
0005469-26.2013.4.05.8300  
0007552-88.2008.4.05.8300 - Mais de 15 dias.  
0007716-44.1994.4.05.8300 - Mais de 2 meses.  
0008802-54.2011.4.05.8300 - Mais de 2 meses.  
0009452-72.2009.4.05.8300  
0009499-22.2004.4.05.8300 - 30 dias  
0009736-17.2008.4.05.8300 - Mais de 5 meses  
0010132-86.2011.4.05.8300 - Mais de 10 dias.  
0010211-94.2013.4.05.8300 - mais de 4 meses.  
0010732-15.2008.4.05.8300 - mais de 10 dias.  
0010756-04.2012.4.05.8300 - mais de 02 meses.  
0010938-87.2012.4.05.8300 - mais de um mês.  
0011570-50.2011.4.05.8300 - mais de 10 dias.  
0012176-78.2011.4.05.8300 - mais de 30 dias  
0012313-65.2008.4.05.8300 - 02 meses.  
0013983-07.2009.4.05.8300 - 30 dias  
0013348-02.2004.4.05.8300 - mais de um mês.  
0016118-84.2012.4.05.8300 - mais de 2 meses  
0017519-60.2008.4.05.8300 - 30 dias  
0018508-03.2007.4.05.8300 - mais de 3 meses.  
0019027-36.2011.4.05.8300 - 06 meses  
0019458-36.2012.4.05.8300 - mais de 30 dias.

0019838-59.2012.4.05.8300 - 02 meses.  
0020062-94.2012.04.05.8300 - mais de 30 dias  
0020917-73.2012.4.05.8300 - 4 meses.  
0021708-18.2007.4.05.8300 - 05 meses.  
0023672-85.2003.4.05.8300 - mais de 3 meses.

**- Ausência de termo de recebimento na instância superior:**

0000073-49.2005.4.05.8300  
0000166-75.2006.4.05.8300  
0006790-14.2004.4.05.8300  
0013568-53.2011.4.05.8300  
0007716-44.1994.4.05.8300

**- Ausência de termo de recebimento do processo na Vara:**

0008634-57.2008.4.05.8300

**- Demora na expedição de certidão:**

0003633-57.2009.4.05.8300 - 2 meses  
0018860-68.2001.4.05.8300 - mais de 11 meses  
0020062-94.2012.04.05.8300 - mais de 30 dias

**- Demora para certificar o decurso de prazo:**

0010938-87.2012.4.05.8300 – mais de um mês.

**- Ausência de termo de juntada:**

0023591-39.2003.4.05.8300

### **7.2.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 25 (vinte e cinco) processos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800469-46.2012.4.05.8300  
0800569-98.2012.4.05.8300  
0800603-73.2012.4.05.8300  
0800639-18.2012.4.05.8300  
0800693-81.2012.4.05.8300  
0801209-67.2013.4.05.8300  
0802728-77.2013.4.05.8300

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800639-18.2012.4.05.8300  
0800858-31.2012.4.05.8300



0801302-30.2013.4.05.8300  
0801451-89.2014.4.05.8300

**- Demora para cumprimento de despacho/decisão:**

0801230-77.2012.4.05.8300  
0801303-15.2013.4.05.8300  
0801414-96.2013.4.05.8300

**- Demora para prolação de ato ordinatório/despacho/decisão:**

0800153-96.2013.4.05.8300  
0800420-05.2012.4.05.8300  
0800499-81.2012.4.05.8300  
0800505-88.2012.4.05.8300  
0800527-49.2012.4.05.8300  
0800549-10.2012.4.05.8300  
0800560-39.2012.4.05.8300  
0800603-73.2012.4.05.8300  
0800639-18.2012.4.05.8300  
0800858-31.2012.4.05.8300  
0801209-67.2013.4.05.8300  
0801230-77.2012.4.05.8300  
0801302-30.2013.4.05.8300  
0802603-12.2013.4.05.8300  
0802633-47.2013.4.05.8300  
0803609-54.2013.4.05.8300

## **7.2.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 2ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

**- Dificuldade no controle de prazos:**

Embora tenha sido reportado no relatório de gestão que o controle de prazos é realizado mediante a análise dos relatórios do TEBAS, na prática foram encontradas paralisações muito significativas, por vezes superiores a um ano, o que indica que a estratégia não está dando os resultados esperados e precisa ser repensada.

Destaca-se também que foram constatadas paralisações em quase todas as etapas do processo, a revelar que o problema de gestão dos processos é estrutural, e não está restrito a um setor da Vara.

**- Ausência de índice na contracapa das Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa:**

A maior complexidade e o volume geralmente elevado de cadernos processuais em ações dessa natureza recomenda a manutenção na contracapa do processo de índice contendo as principais peças, de modo a facilitar o manuseio dos autos e abreviar o tempo de apreciação dos incidentes processuais.

**- Ausência de cobrança de precatórias:**

Também se verificou que as precatórias não têm um controle de prazo eficiente, tendo sido constatadas paralisações significativas em um bom número de processos em razão da não devolução de precatórias expedidas, sem que dos autos conste a adoção de medidas pela Vara visando à sua cobrança.

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça**

Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

**- Demora na prolação de despacho e de decisão/sentença**

Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

**- Demora recorrente na conclusão**

Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

**7.2.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram verificadas as seguintes práticas:

- O estímulo ao servidor com o destaque para servidor do mês, utilização de murais, etc.

- A capacitação do servidor pelo magistrado, através de cursos sobre processualística civil especializada para a Justiça Federal, inclusive com a produção de fluxogramas orientadores do curso do processo.

### **7.2.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Segundo foi informado, todas as determinações referentes à Correição anterior foram observadas e corrigidas pelos servidores responsáveis pelos processos.

Quanto à última inspeção, a 2ª Vara Federal sofreu uma reestruturação física e também de divisão de trabalhos, visando diminuir os atrasos e tempo perdido entre a execução de tarefas, procurando distribuir as tarefas de acordo com o melhor desempenho dos servidores em determinadas tarefas. A META principal da vara é diminuir o número, ainda representativo, dos processos físicos, pois como se trata de uma das Varas pioneiras da Seção Judiciária de Pernambuco, tem um acervo de processos maior, em face do número maior de processos que retornam das instâncias superiores, bem como do número de processos que são distribuídos por dependência, que também não são compensados na distribuição dos feitos novos.

Como consequência, a 1ª e 2ª Varas têm estoques de processos bem maiores que as demais, tendo o mesmo número de servidores e equipamentos das demais varas cíveis.

### **7.3. 3ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

#### **7.3.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 3ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.010, de 30/05/1966 e implantada com base no Decreto-Lei nº 253, de 28/02/1967.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 3ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

O horário de expediente da 3ª Vara é de 9:00 às 18:00 horas (art. 2º da Resolução nº 24/2007-GP/TRF5).

#### **7.3.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta atualmente com o seguinte corpo de pessoal: a) um magistrado, o Juiz Federal Titular, Frederico José Pinto de Azevedo; b) 09 (nove) Analistas Judiciários (03 na especialidade de execução de mandados) c) 06 (seis) Técnicos Judiciários; d) 01 (um) Agente de Segurança e Transporte; e) 01 (um) servidor requisitado; e) 02 estagiários de Direito.

##### **7.3.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal FREDERICO JOSÉ PINTO DE AZEVEDO ingressou na magistratura federal em 26/02/1999 e assumiu a titularidade da 3ª Vara em 04/11/2011, nela permanecendo até o momento atual.

A Vara não possui juiz federal substituto.

##### **7.3.1.1.2. Servidores**

Há 15 (quinze) cargos estabelecidos para a 3ª Vara conforme Portaria nº 577/2011 da Direção do Foro.

Há 01 (um) cargo vago e não há servidores cedidos na 3ª Vara.

Há uma servidora de nível médio, FC05, requisitada da Prefeitura de Paulista (PE), que atua como Supervisora da Seção de Procedimentos Cíveis.

Existem duas funções vagas na Vara: FC03 - Assistente Técnico III da Direção de Secretaria e FC02 - Auxiliar Especializado da Direção de Secretaria.

### **7.3.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 2 (dois) estagiários, que atuam na Secretaria da Vara e no Gabinete do Juiz.

A princípio, os estagiários são lotados na Secretaria e, ao final do período do estágio, auxiliam também no Gabinete.

## **7.3.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

### **7.3.2.1. Organização da Secretaria - Sistemas Tebas e PJe**

A 3ª Vara está subdividida em setores, de acordo com a forma de tramitação do processo:

#### **– PROCESSOS FÍSICOS:**

As cautelares e ações ordinárias são divididas por fase: conhecimento e execução, sob a responsabilidade de 2 (dois) servidores .

#### **– PROCESSOS VIRTUAIS:**

No caso dos processos virtuais, as ações de procedimento ordinário (conhecimento e execução), por serem em maior número, são distribuídas por dígitos, cabendo a cada servidor três dígitos. Estes feitos estão sob a responsabilidade de 3 (três) servidoras.

Os feitos eletrônicos de ritos especiais (ação civil pública, ação civil pública de improbidade administrativa, execução de título extrajudicial, monitória, ação de usucapião, etc) são acompanhados pelos mesmos servidores que atuam nos processos físicos. Os mandados de segurança que tramitam pela via eletrônica ficam sob responsabilidade da mesma servidora que cuida dos processos físicos dessa espécie.

Por se tratar de um sistema novo, foram treinados três servidores para cuidar dos processos que tramitam no sistema PJe. Esses servidores, juntamente com a Diretora de Secretaria, supervisionam diariamente todas as tarefas dos processos virtuais, fazendo a triagem inicial, visualizando os agrupadores e adotando todas as rotinas pertinentes, dedicando especial atenção aos casos em que há requerimento de liminares e comunicações do Tribunal Regional Federal.

Os servidores que fazem a supervisão do sistema eletrônico elaboraram um roteiro prático, abrangendo todas as tarefas e demais peculiaridades do sistema, o qual se tornou um instrumento facilitador, sendo, inclusive, utilizado em outras varas e subseções da Seção Judiciária.

Os processos físicos são organizados por classes e, dentro de cada classe, subdivididos por fase (conhecimento e execução). Além disso, ainda são organizados levando em consideração a fase atual em que se encontram ("publicação", "aguardando devolução de expediente", " controle de prazo", "remessa para órgãos", etc).

Os processos com prioridades são sinalizados com etiquetas próprias e recebem tratamento diferenciado.

### **7.3.2.2. Organização dos Gabinetes.**

A divisão de tarefas nos Gabinetes é feita da seguinte forma:

– Há um servidor designado para atuar nos processos físicos, considerando que, atualmente, o número dos feitos físicos conclusos é menor e a maior parte já se encontra em fase de execução.

- Há 3 (três) servidores que atuam nos processos virtuais, tendo em vista serem em maior número e com tramitação mais célere.

Processos físicos: acompanhamento periódico, através de relatórios extraídos do próprio sistema TEBAS (conclusos até a data do relatório, remetidos sem devolução, tempo de posse dos expedientes com os oficiais de justiça, controle da estatística dos processos baixados, sobrestados e as entrada e saídas dos feitos).

Processos virtuais: o acompanhamento obedece ao mesmo controle dos processos físicos, ressalvadas as peculiaridades do sistema, como por exemplo, a inexistência de carga.

Nos processos eletrônicos, os agrupadores são visualizados diariamente (petições e habilitações não lidas, pedidos de liminares, análise de prevenção, etc).

Os relatórios gerenciais extraídos do sistema PJe ainda apresentam inconsistências e necessitam de aprimoramento.

### **7.3.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Não é frequente a participação direta do juiz em reuniões da equipe da Vara.

O método utilizado pelo magistrado é o acompanhamento direto nos diversos setores, mantendo contato diário com os servidores da Secretaria, reportando-se diretamente a cada um, quando se faz necessário, ajustando metas, revendo minutas e apresentando sugestões.

#### **7.3.2.4. Planejamento das atividades da Vara.**

É realizada a avaliação das atividades a fim de detectar os entraves, seguida de planejamento das ações saneadoras. Periodicamente, é realizada a análise das rotinas passíveis de melhoria; segue-se o planejamento de novas práticas em discussão com os setores envolvidos. Chegando-se a uma definição procede-se à implantação. Ao final, reavaliam-se os resultados.

Há fixação de metas periódicas de produtividade na Vara. Para os Gabinetes, a quantidade de sentenças proferidas, objetivando eliminar os processos remanescentes, sobretudo aqueles distribuídos há mais tempo. Periodicidade mensal. Para a Secretaria, a relação entre as entradas (distribuídos, devolvidos do TRF, reativados, etc) e as saídas (baixados, remetidos aos TRF, redistribuídos) de processos, objetivando diminuir o acervo em tramitação. A meta é assegurar que o acervo de "Entradas" seja inferior ao de "Saídas". A periodicidade de avaliação é mensal.

É feita a avaliação periódica de resultados das atividades da Vara, mediante aferição do cumprimento das metas do CNJ, avaliação dos resultados das boas práticas, análise comparativa dos relatórios e estatísticas do meses anterior e atual.

#### **7.3.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

O atendimento é direcionado, preferencialmente, ao assessor responsável pelo processo objeto do pedido de informações. Subsidiariamente, os assessores se alternam no atendimento.

#### **7.3.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 3ª Vara no Relatório de Gestão, entregue a Corregedoria, apontam a existência de 693 processos em tramitação, e levando-se em conta um total de 15 (quinze) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 46,2 processo/servidor para a 3ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.3.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara.

#### **Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014**

Houve cumprimento integral da Meta 1: em 2014 foram distribuídos 248 processos (18 físicos e 230 eletrônicos) e julgados 319 processos (33 físicos e 286 eletrônicos).

**Meta 2 - Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais**

No que tange à Meta 2, dos 33 feitos distribuídos em 2008, em tramitação nessa unidade jurisdicional, está pendente apenas a Ação de Usucapião nº 0006038-34.2008.4.05.8300, a ser sentenciada até 31/12/2014. Em termos percentuais, a meta 2 foi cumprido em 96,07%.

Dos 19 feitos distribuídos em 2009, em tramitação nessa Vara, 14 foram sentenciados, restando 5 processos pendentes de sentença, dos quais 2 encontram-se sobrestados. Em termos percentuais, 73,68% da META 2 foi cumprida pela Vara, faltando 6,32% dos processos a serem julgados até 31/12/2014. São eles: 0011856-96.2009.4.05.8300, 0012537-66.2009.4.05.8300, 0017634-47.2009.4.05.8300, 001349-76.2009.4.05.833(sobrestado) e 0009937-72.2009.4.05.8300 (sobrestado).

**Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012**

Com relação às Ações de Improbidade Administrativa distribuídas até 31/12/2011, a Meta 4 foi cumprida integralmente.

No que concerne às Ações de Improbidade Administrativa distribuídas até 31/12/2012, resta apenas o processo nº 0004457-11.2012.4.05.8300) pendente de julgamento até 31/12/2014.

**7.3.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540



6ª	886	800	1.044	1.957
7ª	697	1.085	1.213	2.193
9ª	660	805	1.241	1.423
10ª	1.080	717	1.427	2.525
12ª	768	888	1.166	1.439
21ª	1.249	1.374	1.223	985
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>

6ª	898	933	977	1.870
7ª	942	871	948	2.134
9ª	1.112	767	954	1.766
10ª	1.136	1.010	1.306	2.421
12ª	1.019	872	1.078	1.554
21ª	967	820	1.114	983
<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>

6ª	930	834	908	2.177
7ª	943	896	872	2.149
9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

**TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013**

<b>Comum</b>	<b>DISTRIB</b>	<b>TRAMIT</b>	<b>TRAMIT. AJUSTADA</b>	<b>FÍSICO</b>	<b>PJE</b>	<b>VIRTUA L</b>	<b>SUSPENSOS / ARQUIVADOS</b>
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara.

Cumprе salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados - processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 3ª vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha

decrecente que tem adotado no último ano. Nesse sentido, a 3ª vara julgou, no ano de 2012, 1.086 processos e, no ano de 2013, 695 processos.

#### **7.3.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013 foram distribuídos 804 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.102 feitos, o que quer dizer que o número anual em tramitação é superior em apenas 37 % do número de processos distribuídos. Em que pese uma sensível extrapolação do limite entre os conceitos numéricos A e B (acima referidos), a Vara encontra-se, em uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região, grau de excelência.

Verdadeiramente, a atuação da Vara é elogiável e célere em todos os setores. Deve-se atribuir ao sistema de atuação por dígitos, acompanhada de dispêndio de tempo para capacitação dos servidores, o nível de excelência jurisdicional. Além de não haver identificação de atrasos, não houve qualquer demonstração de insatisfação no ambiente de trabalho. O corpo de servidores externa total satisfação e consciência da atividade desenvolvida para sociedade. Todos acreditam no trabalho que desenvolvem e agradecem a valorização da atividade desenvolvida, sentimento estendido, inclusive, aos terceirizados.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

Como se vê, a partir dos destaques acima referenciados, revela-se que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração as equações estabelecidas, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório. Ademais, na análise comparativa, a 3ª Vara revelou excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

### **7.3.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

#### **7.3.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 45 (quarenta e cinco) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria,

complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Nos itens a seguir estão pontuados os principais problemas e alguns dos processos em que estes foram identificados:

**– Demora na juntada de expediente:**

0018404-84.2002.4.05.8300  
0004457-11.2012.4.05.8300  
0013109-51.2011.4.05.8300  
0006636-15.2012.4.05.8300  
0011768-11.2013.4.05.8300  
0015322-30.2011.4.05.8300  
0001688-50.2000.4.05.8300  
0021780-05.2007.4.05.8300 (8 meses)  
0006593-20.2008.4.05.8300

**– Demora na prolação de despacho:**

0011011-98.2008.4.05.8300  
0013122-50.2011.4.05.8300  
0007585-39.2012.4.05.8300  
0015322-30.2011.4.05.8300  
0013707-49.2004.4.05.8300  
0005548-05.2013.4.05.8300  
0007365-12.2010.4.05.8300  
0001349-76.2009.4.05.8300

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0011415-76.2013.4.05.8300  
0012941-83.2010.4.05.8300  
0010782-02.2012.4.05.8300  
0009239-27.2013.4.05.8300  
0010879-65.2013.4.05.8300  
0001688-50.2000.4.05.8300

**– Paralisação irregular do processo:**

11770-82.1996.4.05.8300  
0011011-98.2008.4.05.8300  
0010217-04.2013.4.05.8300  
0011768-11.2013.4.05.8300  
0011366-06.2011.4.05.8300  
0000003-17.2014.4.05.8300  
0007365-12.2010.4.05.8300

**– Demora na cobrança de carta precatória:**

0006636-15.2012.4.05.8300

**– Demora na publicação:**

0010217-04.2013.4.05.8300  
0007186-73.2013.4.05.8300  
0011238-15.2013.4.05.8300  
0007240-69.1995.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0007186-73.2013.4.05.8300  
0003735-74.2012.4.05.8300  
0013707-49.2004.4.05.8300  
0017602-37.2012.4.05.8300 (10 meses)  
0005535-79.2008.4.05.8300

**– Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

0011238-15.2013.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0005535-79.2008.4.05.8300  
0004982-32.2008.4.05.8300  
0006593-20.2008.4.05.8300  
0021780-05.2007.4.05.8300  
0013707-49.2004.4.05.8300  
0003735-74.2012.4.05.8300  
0018404-84.2002.4.05.8300  
0004457-11.2012.4.05.8300  
0011415-76.2013.4.05.8300  
0011011-98.2008.4.05.8300  
0011770-82.1996.4.05.8300  
0013109-51.2011.4.05.8300  
0006636-15.2012.4.05.8300  
0011655-36.2011.4.05.8300  
0010879-65.2013.4.05.8300  
0013122-50.2011.4.05.8300  
0006228-05.2004.4.05.8300  
0011366-06.2011.4.05.8300  
0001688-50.2000.4.05.8300  
0005548-05.2013.4.05.8300  
0001349-76.2009.4.05.8300  
0007240-69.1995.4.05.8300  
0016479-19.2003.4.05.8300

**– Ausência de mudança de classe no Tebas para cumprimento de sentença:**

0013122-50.2011.4.05.8300

**– Inclusão desnecessária de duas conclusões em sequência:**

0005548-05.2013.4.05.8300

### **7.3.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 15 (quinze) processos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800144-71.2012.4.05.8300

0802446-39.2013.4.05.8300

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800212-21.2012.4.05.8300

0801098-83.2013.4.05.8300

0802368-45.2013.4.05.8300

0803280-42.2013.4.05.8300

**- Demora para certificação do decurso de prazo:**

0800144-71.2012.4.05.8300

**-Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão:**

0801098-83.2013.4.05.8300

**- Nova conclusão feita em processo já concluso:**

0803422-46.2013.4.05.8300

### **7.3.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

### **7.3.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Durante os trabalhos de correição na 3ª Vara Federal, foram verificadas algumas práticas que merecem ser relatadas, para adoção pelas demais unidades jurisdicionais, naquilo que for cabível. Podem ser destacadas as seguintes:

- Divisão dos processos por dígitos entre os servidores;

- Em caráter subsidiário, essa Vara criou numeração específica no sistema TEBAS para elaboração de expedientes no Sistema PJE, servindo como instrumento facilitador e informação adicional para consulta, tendo em vista que, no momento, somente existe o número identificador;

- Criação de subcaixas para as tarefas e, em determinadas situações como PROCESSOS COMPLEXOS (tarefa Controle de prazo), PRAZOS URGENTES (cujos expedientes foram remetidos via sistema ou através da central de mandados, nas tarefas controle de prazo e dar ciência às partes, respectivamente), DATA DA PERÍCIA/HORA/NOME DO PERITO (tarefa Perícia), ART. 285-A, DO CPC, EMBARGOS DECLARAÇÃO PARA SENTENÇAS E DECISÕES, APRECIACÃO DE PEDIDO (Tarefa minutar), etc. A finalidade dessa prática é permitir um controle mais eficaz e célere dos processos;

- Em caso de nomeação de peritos que ainda não possuem certificação digital, esta Vara, comumente, mantém contato telefônico ou por email para ciência das determinações judiciais, de tudo certificando nos autos, dispensando expedição de mandados e liberando os oficiais de justiça para outras diligências;

- Quando do surgimento de novas funcionalidades, a Vara tem como prática disseminá-las entre os servidores, tarefa esta, a cargo dos servidores que atuam como multiplicadores.

### **7.3.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Foi relatado o atendimento às determinações da Corregedoria no que tange aos processos objeto de suas observações.

O magistrado determinou que todas as irregularidades detectadas, por ocasião da Correição em 2012, fossem sanadas de imediato, sobretudo as mais recorrentes, tais como, numeração incorreta de folhas, volumes com número de folhas superior a 250, falta de assinatura em alguns atos, processos sem movimentação em determinado período, dentre outras.

Foi recomendado, ainda que aquelas impropriedades que precluíram não voltassem a ocorrer, como por exemplo, a demora na publicação de alguns atos, bem como na juntada de expedientes/petições e na conclusão para despacho.

Deve ser ressaltado que um acervo de aproximadamente 60% dos processos correicionados estava em ordem, e que a remoção do juiz com toda a equipe para essa unidade jurisdicional havia ocorrido há pouco mais de um ano.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara, dentre as quais:

– Eliminar dos gabinetes o número de processos remanescentes, buscando reduzir, mensalmente, os processos pendentes de sentença.

– Reduzir o número de processos em tramitação, aferindo, mensalmente, as entradas (distribuídos, devolvidos do TRF, reativados) e as saídas (baixados, remetidos aos TRF, redistribuídos) de processos.

### **7.3.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL**

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

- Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.
- Concepção de um leiaute que permita a localização da Sala da Direção de Secretaria em local com acesso visual ao maior número de setores da Vara, inclusive, se possível, do balcão de atendimento.
- Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.
- Os servidores devem ser orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e, em sendo o caso, providenciar de imediato a mudança na classe do feito para “Cumprimento de Sentença”.
- Não realizar a fase de recebimento quando o processo estiver tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores, devendo fazê-lo apenas quando houver o efetivo julgamento. Nesses casos, o processo deve permanecer com a fase 14 no TEBAS, havendo apenas a sua localização física na Vara até que haja a devolução dos autos à origem pelos Tribunais.
- Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.



## **7.4. 4ª VARA FEDERAL - CRIMINAL - RECIFE**

### **7.4.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 4ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.178, de 19/12/1983 e implantada com base no Provimento CJF nº 269, de 14/11/1984.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 3ª Vara tem competência para processar e julgar as causas penais de competência da Justiça Federal, sendo especializada em processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens direitos e valores.

#### **7.4.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A 4ª Vara Federal de Pernambuco não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária de Pernambuco.

Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezessete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

##### **7.4.1.1.1. Dados funcionais e pessoais da Juíza Federal Titular**

A Juíza Federal AMANDA TORRES DE LUCENA DINIZ ARAUJO ingressou na magistratura federal desde 26/03/2003. Em 08/03/2010 assumiu a titularidade da 4ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a Juíza Federal Titular esteve afastada pelos seguintes motivos: Férias: 01 a 30/08/2012 (30 dias); 05/11 a 04/12/2012 (30 dias); 07/01 a 03/02/2013 (30 dias); 11 a 28/03/2013 (17 dias); e 7 a 27/01/2014 (20 dias). Licenças: Licença por motivo de saúde (03 a 12/09/2012 – 09 dias); Licença maternidade (22/04/2013 a 18/10/2013).

A magistrada não exerce a docência e reside na região metropolitana em que está situada a Vara.

#### **7.4.1.1.2. Dados funcionais e pessoais da Juíza Federal Substituta**

A Juíza Federal MADJA DE SOUSA MOURA FLORÊNCIO ingressou na magistratura federal em 22/06/2011, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, . Em 06/02/2014 assumiu a vaga de Juíza Substituta da 4ª Vara , nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a Juíza Federal Substituta esteve afastada pelos seguintes motivos: Férias: 30/01 à 28/02/2014 e 21/08 à 19/09/2014.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada substituiu na 6ª Vara Federal de Pernambuco, no período de 01 a 31/07/2014.

A magistrada reside na região metropolitana em que está situada a Vara. Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada exerceu a docência ministrando o curso "Aspectos relevantes do processo judicial tributário", com carga-horária de 20 h/aula, nos dias 21, 23, 28 e 30/05/2014 e 04 e 06/06/2014, na Justiça Federal de Pernambuco.

A magistrada reside na região metropolitana em que está situada a Vara.

#### **7.4.1.1.3. Servidores**

A 4ª Vara Federal de Pernambuco não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise.

Como não havia previsão de quantitativo de cargos em relação às 10 primeiras Varas criadas nesta SJPE (1ª à 10ª Vara), a Direção do Foro estabeleceu, por meio da referida Portaria, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezessete) servidores para os juizados especiais federais e para as varas de execução fiscal, excluídos deste quantitativo os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

Não há cargos vagos, considerando que, do total de 15 (quinze) cargos estabelecidos para a 4ª Vara, pelo menos 4 (quatro) foram preenchidos somente por meio de requisição ou lotação provisória.

Há 3 (três) servidores requisitados e 01 com lotação provisória. Não há servidores cedidos para outros órgãos e inexistem na Vara servidores sem vínculo com o serviço público. Existe apenas uma função vaga, que está vinculada a uma requisição (FC4 de Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto), em vias de ser preenchida, aguardando-se apenas o trâmite final a nível administrativo para liberação do servidor requisitado.

#### **7.4.1.1.4. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários, todos atuando tanto na Secretaria da Vara quanto no Gabinete.

### **7.4.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

#### **7.4.2.1. Organização da Secretaria**

O horário de expediente da 4ª Vara Federal é de 9:00 às 18 horas, dividindo-se os servidores em escala de trabalho: os servidores em 02 (dois) dias da semana ficam de 09:00 às 18:00 horas; nos outros dois dias, permanecem de 12:00 às 18:00 horas; e na sexta há um rodízio, em que metade trabalha de 09:00 às 14:00 horas e a outra metade de 13:00 às 18:00 horas. Essa regra geral é excepcionada em alguns casos de servidores que geralmente não participam do atendimento ao público, como os das assessorias, de modo que estes, em geral, cumprem sete horas corridas de trabalho todos os dias da semana, em horário fixo acertado com as magistradas.

A Secretaria está dividida em setores, todos cadastrados como “atividade” no Sistema de Acompanhamento Processual - TEBAS, sendo utilizada a numeração da atividade na localização do processo na Vara. Registre-se que, além dos servidores descritos a seguir, ainda há os 04 (quatro) Oficiais de Justiça, que, por não lidarem diretamente com servidores, não estão vinculados a qualquer “atividade” no TEBAS, muito embora constituam um Setor próprio.

Com a divisão de setores acima detalhada, verifica-se que os processos SIGILOSOS compõem um setor específico na Secretaria da Vara, para que se lhes imprima o sigilo e a agilidade necessários a seu trâmite. Da mesma forma, na assessoria de ambas as magistradas também há um assessor específico, encarregado apenas desses feitos sigilosos, com aquela mesma finalidade. Essa sistemática tem se demonstrado válida e eficaz para a consecução do fim almejado, inclusive para facilitar a alimentação dos cadastros e sistemas pertinentes, exigidos pelo CNJ ou CJP, especialmente após se deixar o servidor que ocupa esse setor na secretaria mais desonerado de outras atribuições, com o fim de dedicar-se com mais afinco a esses feitos.

Há um setor específico para CARTAS (precatórias, rogatórias e de ordem), também entendidas como prioritárias, para buscar a sua tramitação com maior agilidade. Com essa organização ainda centraliza-se, num único setor, entendimento sobre toda a sistemática pertinente à utilização de videoconferências requeridas pelos Juízes deprecantes, que têm acontecido com maior frequência, sem embargo de os demais servidores conhecerem essa sistemática quando a utilizam para as oitivas a serem realizadas por este juízo nas precatórias por este expedidas.

Há setor específico de RÉUS PRESOS, o que contribui para se evitar a ocorrência de indesejados atrasos ou repetição de falhas no impulso processual, bem como fica mais fácil a alimentação dos cadastros e sistemas pertinentes, exigidos pelo CNJ ou CJP.

Os demais processos ficam distribuídos entre os servidores por eles encarregados, em geral divididos pelo dígito da numeração, permitindo distribuição em quantidade atribuída entre os servidores.

#### **7.4.2.2. Organização dos Gabinetes**

São 06 (seis) servidores nos dois gabinetes, sendo 03 (três) no gabinete do Juiz Titular; 02 (dois) no do Juiz Substituto (a terceira vaga disponível nesse gabinete está em vias de ser ocupada por meio de requisição de servidor, já em andamento); e há mais 01 (um) servidor vinculado aos dois Gabinetes, que fica responsável por todas as decisões referentes a processos sigilosos e de operações policiais, indistintamente, que pertinem aos dois gabinetes.

#### **7.4.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

As Juízas participam de reuniões Periódicas com os servidores, em que são discutidas resoluções para problemas detectados no dia a dia. Quando se verifica algum problema pontual que necessita de uma solução imediata, o próprio servidor tem acesso direto ao Juiz para resolver tal pendência. Além dessas reuniões periódicas, após cada inspeção anual sempre é feita uma reunião com toda a equipe, para sinalizar acertos, falhas e acharem-se as soluções devidas.

#### **7.4.2.4. Planejamento das atividades da Vara.**

A princípio, o planejamento sempre é feito após a inspeção anual realizada na Vara, pois é o momento em que se consegue fazer um levantamento mais detalhado do andamento dos processos e do trabalho realizado pelos servidores, daí surgindo as necessárias adaptações (readequação de setores, novas sistemáticas a serem adotadas, correção de falhas, etc.). Posteriormente, com base nos dados colhidos na inspeção, são estabelecidas as metas e as prioridades, bem como detectados os problemas e suas possíveis soluções.

#### **7.4.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

Com relação ao Ministério Público, os processos são recolhidos e devolvidos diariamente, com exceção da quinta-feira, em que somente é recolhido o que for urgente, por servidores da área administrativa do órgão.

As audiências são conferidas com a servidora da Vara, responsável pelo setor de audiências, ou com a Diretora, na semana anterior à sua realização e, caso ocorra algum cancelamento ou adiamento, a Vara informa o evento ao setor de audiência do Ministério Público Federal. Na carga dos processos para o MPF, ou qualquer outro órgão, são enviadas três guias, sendo uma colocada no interior do processo, uma segunda fica com o órgão e a outra é devolvida com a assinatura de quem a recebeu e a data respectiva.

Com relação à Defensoria Pública da União, os processos são recolhidos uma vez por semana, normalmente na quinta-feira, e, quando há urgência, a Secretaria da Vara entra em contato, solicitando o recolhimento do processo, o que é feito por funcionários da sua área administrativa.

As audiências são conferidas com a servidora da Vara responsável pelo setor de audiências ou com a Diretora na semana anterior à sua realização. Caso ocorra algum cancelamento ou adiamento, a Vara informa o evento ao setor de audiência da DPU. Na carga dos processos para a DPU, ou qualquer outro órgão, são enviadas três guias, sendo uma colocada no interior do processo, uma segunda fica com o órgão e outra é devolvida com a assinatura de quem a recebeu e a data respectiva.

Com relação aos advogados e às partes, o atendimento é feito no balcão da Secretaria, com a apresentação da CI do processo. Informações via telefone não são repassadas, a não ser que seja demonstrada a urgência para tal providência. As fotocópias são requeridas via modelo de requerimento criado pela Vara, com o prazo de 24 ou 48 horas para entrega das cópias ao requerente, com exceção dos casos urgentes, como, por exemplo, os de prazos curtos, em que, nessa situação, o terceirizado da Vara desce com o advogado ou parte para a imediata extração das cópias.

Por fim, em todas as cargas de processos feitas para os advogados, sempre são devidamente lançados os nomes dos responsáveis, com anotação do respectivo número de seus documentos de identificação.

#### **7.4.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

De acordo com as informações prestadas pela Vara, há 613 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 15 (quinze) servidores em atividade, a relação é de 40,8 processos/servidor na 4ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.4.2.7. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

##### **Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014**

De acordo com informações extraídas do sistema TEBAS, a 4ª Vara recebeu 31 processos de conhecimento distribuídos (das classes 79, 108, 126, 170, 173, 176, 177, 179, 210 e 240), deduzidos dentre esses os redistribuídos, tendo proferido sentença em 137 deles (das classes 79, 108, 170, 173, 177, 179 e 240). Assim sendo, atingiu plenamente a Meta 1 do CNJ.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**

Em relação aos processos distribuídos até 31/12/2008, faltam ser julgados apenas 3 (três) processos, conforme relatório de informações emitido por esta Corregedoria:

- Processo do JEF nº 0010938-29.2008.4.05.8300, que se encontra com carta precatória expedida para Fernando de Noronha (PE), para realização de audiência de transação e acompanhamento do cumprimento, no aguardo de informações já solicitadas ao juízo deprecado e ainda não prestadas.

- Ação Penal n.º 0009085-82.2008.4.05.8300: processo já na fase do art. 402 do CPP para apresentação de defesa, cuja demora decorre da revelia dos réus, e pelo abandono da causa por seus advogados constituídos. Houve nomeação da DPU e esta apresentou pleito, que está pendente de apreciação pela magistrada somente a partir de 13/08/2014.

- Ação Penal nº 0016417-37.2007.4.05.8300: audiência de instrução e julgamento está designada para 25/08/2014.

Até 31/12/2008 foram distribuídos à 4ª Vara um total de 2.209 (dois mil, duzentos e nove) processos de conhecimento (das classes 31, 79, 108, 126, 170, 173, 179 e 240, assim como 7001, 9017 e 9018), estando pendentes de julgamento somente 3 processos (2 distribuídos em 2008 e um em 2007). Assim, está pendente apenas o correspondente ao percentual de apenas 0,135% de processos a serem julgados para o atingimento total da Meta 2 do CNJ.

Em relação aos processos distribuídos em 2009, não há processo pendente de julgamento. Em relação a esse acervo, a Meta 2 já foi plenamente alcançada.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012"**

Com relação às ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 21/12/2011, constatou-se que existem alguns feitos pendentes de julgamento:

- Ação Penal n.º 0010054-29.2010.4.05.8300: processo com sentença já minutada e pendente de correção pela Juíza Substituta.

- Ação Penal n.º 0012380-35.2005.4.05.8300: processo pendente apenas de apresentação de alegações finais pela DPU para ser julgado.

- Ação Penal n.º 0016417-37.2007.4.05.8300: processo cuja audiência de instrução estava marcada para ocorrer em 14/08/2014, tendo ocorrido o seu adiamento para 25/08/2014, por impossibilidade de comparecimento do réu naquela data.

- Ação Penal n.º 0010053-44.2010.4.05.8300: processo aguardando devolução de carta precatória para oitiva de testemunha de acusação, estando ainda em sua fase inicial, pois o feito estava suspenso e recentemente se determinou que retomasse seu curso.

- Ação Penal n.º 0013538-52.2010.4.05.8300: processo aguardando cumprimento de acordo de cooperação com os Estados Unidos, para a realização de interrogatório de dois réus lá residentes, após o que o processo seguirá para as fases dos arts. 402 e 403 do CPP.

- Ação Penal n.º 0003066-89.2010.4.05.8300: processo com instrução finda, que já havia sido concluído para sentença, mas teve o julgamento convertido em diligência, esta última já cumprida. Foi determinada a nova conclusão dos autos para sentença.

- Ação Penal n.º 0010214-54.2010.4.05.8300: processo com instrução finda, em que se deferiu, na fase do art. 402 do CPP, pedido de perícia grafotécnica, pendente esta última de realização.

Em relação a esses processos, foram distribuídos, até 21/12/2011, 192 processos desse tipo e estão pendentes de julgamento somente 7 processos, o que corresponde ao atingimento de 99,63% da Meta 4.

Não se verificou nenhuma ação penal relacionada a crimes contra a Administração Pública, distribuída em 2012, pendente de julgamento na 4ª Vara, tendo sido cumprida integralmente a meta 4 em relação a esses feitos.

Ressalte-se, apenas, que, com relação às ações distribuídas em 2012, apenas o Procedimento Especial Sumário n.º 0003531-30.2012.4.05.8300 está pendente de finalização, pois está aguardando manifestação do MPF sobre o cumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo. Ainda assim, mesmo que se considere que esse feito estaria pendente de “julgamento”, a Vara cumpriu o percentual de 50% estabelecido pela Meta, haja vista que foram 13 os feitos pertinentes a delitos contra a administração pública distribuídos em 2009.

### **7.4.3. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

#### **7.4.3.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação à outras que possui o mesmo padrão de competência (13ª Vara), tem sido equilibrada, dentro da média da outra.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2008				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.578	193	1.191	2.468
13ª	1.674	371	1.643	2.612
<b>Total</b>	<b>3.252</b>	<b>564</b>	<b>2.834</b>	<b>5.080</b>

EM 2009				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.062	252	1.276	2.146
13ª	1.158	312	2.393	1.505
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>564</b>	<b>3.669</b>	<b>3.651</b>

EM 2010				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	962	261	2.275	1.011
13ª	1.063	349	1.418	1.196
<b>Total</b>	<b>2.025</b>	<b>610</b>	<b>3.693</b>	<b>2.207</b>

EM 2011				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	994	165	1.521	881
13ª	1.160	326	1.316	1.156
<b>Total</b>	<b>2.154</b>	<b>491</b>	<b>2.837</b>	<b>2.037</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.113	240	1.442	941
13ª	1.274	313	1.403	1.167
<b>Total</b>	<b>2.387</b>	<b>553</b>	<b>2.845</b>	<b>2.108</b>

PERNAMBUCO				
EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.212	163	1.226	1.255
13ª	1.317	387	1.661	1.109
<b>Total</b>	<b>2.529</b>	<b>550</b>	<b>2.887</b>	<b>2.364</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara



sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

#### **7.4.3.2. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 1.212 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1255 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é praticamente idêntico ao número de processos distribuídos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório. Ademais, na análise comparativa, a 4ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

#### **7.4.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados 50 (cinquenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório.

O acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizado pela Vara. Faltaram ser apresentados 06 (seis) processos, fato devidamente justificado por meio de certidão da Diretoria de Secretaria da Vara.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Nos itens a seguir estão pontuados os principais problemas e alguns dos processos em que estes foram identificados:

**- Demora na juntada expediente:**

0019846-36.2012.4.05.8300  
0006437-56.2013.4.05.8300  
0016282-25.2007.4.05.8300  
0007898-39.2008.4.05.8300  
0006517-25.2010.4.05.8300  
0007735-83.2013.4.05.8300  
0006321-50.2013.4.05.8300

**- Demora na prolação de Despacho:**

0018202-58.2012.4.05.8300

**- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0006437-56.2013.4.05.8300  
0006437-56.2013.4.05.8300  
0009248-86.2013.4.05.8300  
0016282-25.2007.4.05.8300  
0008740-82.2009.4.05.8300  
0010538-39.2013.4.05.8300  
0010121-86.2013.4.05.8300  
0005376-63.2013.4.05.8300

**- Paralisação irregular do processo:**

0019846-36.2012.4.05.8300  
0006437-56.2013.4.05.8300  
0016282-25.2007.4.05.8300  
0011378-88.2009.4.05.8300  
0006517-25.2010.04.5.8300  
0009247-04.2013.4.05.8300  
0007735-83.2013.4.05.8300  
0002030-07.2013.4.05.8300  
0018202-58.2012.4.05.8300  
0013380-75.2002.4.05.8300  
0009491-98.2011.4.05.8300  
0009374-93.2000.4.05.8300  
0015453-05.2011.4.05.8300  
0010538-39.2013.4.05.8300  
0010121-86.2013.4.05.8300  
0014944-40.2012.4.05.8300  
0005376-63.2013.4.05.8300  
0010097-58.2013.4.05.8300  
0005238-96.2013.4.05.8300  
0010715-81.2005.4.05.8300

**- Demora na cobrança de carta precatória:**

0015453-05.2011.4.05.8300  
0019037-80.2011.4.05.8300

**- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0019846-36.2012.4.05.8300  
0016282-25.2007.4.05.8300  
0005238-96.2013.4.05.8300

0010097-58.2013.4.05.8300  
0013380-75.2002.4.05.8300  
0006947-74.2010.4.05.8300  
0015453-05.2011.4.05.8300  
0014944-40.2012.4.05.8300

**- Demora na publicação:**  
000773583.2013.4.05.8300

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**  
000924704.2013.4.05.8300  
000632150.2013.4.05.8300

**- Inexistência de etiqueta da prescrição nos processos criminais:**  
0013380-75.2002.4.05.8300

**- Ausência de índice na cobrança com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0013138-67.2012.4.05.8300  
0006639-33.2013.4.05.8300  
0007735-83.2013.4.05.8300  
0006321-50.2013.4.05.8300

**- Inexistência de etiqueta de indicação de réu preso:**  
0013138-67.2012.4.05.8300  
0016843-15.2008.4.05.8300  
0007735-83.2013.4.05.8300

**- Demora na conclusão:**  
0007898-39.2008.4.05.8300  
0009491-98.2011.4.05.8300  
0011551-44.2011.4.05.8300  
0008740-82.2009.4.05.8300  
0010371-22.2013.4.05.8300  
0017639-64.2012.4.05.8300  
0009374-93.2000.4.05.8300  
0014944-40.2012.4.05.8300  
0007735-83.2013.4.05.8300

**- Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**  
000773583.2013.4.05.8300

**- Conclusão do processo na mesma data da prolação da decisão/sentença:**  
0007898-39.2008.4.05.8300  
0010371-22.2013.4.05.8300  
0008353-28.2013.4.05.8300

**- Ausência de Conclusão:**  
0010371-22.2013.4.05.8300

#### **7.4.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

A atuação da Vara é elogiável e célere em todos os setores. Deve-se atribuir ao sistema de atuação por dígitos, acompanhada de dispêndio de tempo para capacitação dos servidores, o nível de excelência jurisdicional.

Além de não haver identificação de atrasos, não houve qualquer demonstração de insatisfação no ambiente de trabalho. O corpo de servidores externa total satisfação e consciência da atividade desenvolvida para sociedade. Todos acreditam no trabalho que desenvolvem e agradecem a valorização da atividade desenvolvida, sentimento estendido, inclusive, aos terceirizados.

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Demora recorrente na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

#### **7.4.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram verificadas as seguintes práticas na 4ª Vara Federal de Pernambuco:

Existência de uma estrutura mínima e fixa de servidores para análise e impulso oficial de processos sigilosos. Assim é que, na assessoria das duas magistradas, existe um assessor encarregado de preparar todas as minutas de decisões em processos sigilosos, sejam os mais simples, sejam os de operações policiais, assim se conseguindo manter a celeridade necessária, a preservação da memória de cada investigação e o efetivo sigilo das informações.

Da mesma forma, para elaboração dos expedientes e encaminhamentos necessários, é mantido um servidor específico na Secretaria, que fica encarregado dos processos sigilosos, de forma que os contatos com a Polícia Federal e demais órgãos pertinentes sejam otimizados, evitando-se maiores atrasos no trâmite desses feitos.

#### **7.4.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Foi relatado o atendimento às determinações da Corregedoria no que tange aos processos objeto de suas observações.

#### **7.4.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL**

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

– Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.

– Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

– Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.

## **7.5. 5ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.5.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 5ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.178, de 19/12/1983 e implantada com base no Provimento CJF nº 269, de 19/11/1984.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 5ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

O horário de expediente da 5ª Vara é de 9:00 às 18:00 horas.

#### **7.5.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

Além de dois magistrados, a Vara conta com 05 (cinco) Analistas Judiciários (03 na especialidade de execução de mandados) c) 07 (sete) Técnicos Judiciários; d) 01 (um) Agente de Segurança e Transporte; e) 03 (três) servidores requisitados; f) 04 (quatro) estagiários de Direito.

##### **7.5.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal NILCÉA MARIA BARBOSA MAGGI ingressou na magistratura federal em 01/12/1993 e assumiu a titularidade da 5ª Vara em 13/12/2000, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada esteve no gozo de férias nos seguintes períodos: 05/11/2012 a 04/12/2012; 07/01/2013 a 09/01/2013; 06/05/2013 a 01/06/2013 e 17/03/2014 a 15/04/2014.

A magistrada afastou-se para realizar curso de aperfeiçoamento de 24/09/2012 a 26/09/2012, bem como para participar de seminário/congresso de 23/04/2014 a 25/04/2014, totalizando 3 (três) meses e 6 (seis) dias de afastamento.

A magistrada exerce a docência como professora de Direito Processual Civil na Universidade Federal de Pernambuco, ministrando aulas às quartas-feiras, de 8 às 12 horas, e às sextas-feiras, de 8 às 13 horas.

A magistrada reside na região metropolitana em que situada a 5ª Vara Federal.

### **7.5.1.1.2. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto**

O Juiz Federal Substituto FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA ingressou na magistratura em 15/01/2014, mesma data em que passou a atuar na 5ª Vara Federal. Também exerce a suplência da Turma Recursal dos Juizados Federais Especiais desde 18/06/2014, suplência essa que se encerrará em 06/01/2015.

O magistrado afastou-se para participar do Curso Prático de Iniciação à Magistratura, de 20/01/2014 a 24/04/2014 (3 meses e 5 dias). Substituiu, em razão de férias ou afastamentos superiores a 30 dias (de 01/05/2014 a 21/06/2014), o juízo da 20ª Vara Federal.

O magistrado não exerce a docência, tendo apenas ministrado duas aulas eventuais no Instituto dos Magistrados de Pernambuco no ano de 2014.

Reside na região metropolitana onde situada a 5ª Vara Federal.

### **7.5.1.1.3. Servidores**

A 5ª Vara Federal não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise. Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezessete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

Nos termos da portaria supracitada, a 5ª Vara conta com 17 cargos efetivos (01 cargo de Juiz Federal Titular; 01 cargo de Juiz Federal Substituto, 01 cargo de Diretor de Secretaria, 06 cargos de Analista Judiciário; 08 cargos de Técnico Judiciário), sendo que 14 (quatorze) efetivamente atuam na vara.

Existem, na vara, 3 (três) servidores requisitados com vínculo com o serviço público, sendo um Técnico Judiciário do Quadro do TRF da 5ª Região, um Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco e um Auxiliar Administrativo do Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco,

Apenas uma servidora se encontra afastada, em gozo de licença-maternidade, no período de 25/06/2014 a 21/012/2014.

Há 4 (quatro) funções comissionadas vagas, quais sejam, Supervisor Assistente 01 (FC-04) do Gabinete do Juiz Substituto da 5ª Vara, Secretário (FC-03) do Diretor de Secretaria da 5ª Vara, Assistente Técnico III (FC-03) do Diretor de Secretaria da 5ª Vara e Auxiliar Especializado (FC-02) do Diretor de Secretaria da 5ª Vara.

#### **7.5.1.1.4. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários: 3 (três) estagiários atuando na Secretaria e 1 (um) no Gabinete.

### **7.5.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 5ª Vara é das 9 às 18 horas, dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 (sete) horas diárias.

#### **7.5.2.1. Organização do trabalho na Secretaria**

Na Secretaria, há 7 (sete) servidores internos, 3 (três) Oficiais de Justiça e 1 (um) Técnico em Segurança e Transporte, e está organizada da seguinte forma:

- **Setor de Conhecimento:** expedições, controles de prazo, remessas e arquivamento (servidor Manoel da Paz Albuquerque) e juntadas e minutas de despacho (servidor José Ivan Melo dos Santos).

- **Setor de Execução:** publicações em geral, expedições e controles de prazo (servidor Hilton José Rodrigues da Silva), remessas, juntadas e arquivamento (servidor Walter José dos Santos) e minutas de despachos (servidor José Ivan Melo dos Santos).

- **Setor de Procedimentos Especiais:** expedições, controles de prazo e arquivamento (servidora Martha Thereza N. B. Cardoso) e remessas e minutas de despacho (servidora Fernanda Couto Sales).

No que tange ao sistema adotado para a organização da Secretaria da Vara, principalmente quanto aos processos com prioridade, tem-se o seguinte:

- **Setor de Conhecimento**, no qual existe localização específica para o cumprimento das tutelas de urgência das ações de rito ordinário;

- **Setor de Execução**, no qual existe localização específica para o controle de expedição de requisições de pagamento;

- **Setor de Procedimentos Especiais**, no qual existe localização específica para o cumprimento de cartas precatórias e das tutelas de urgência das demais classes processuais, bem como para a tramitação de ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa.

#### **7.5.2.2. Organização do trabalho no Gabinete**

O Gabinete da 5ª Vara Federal é organizado de acordo com o tipo de ato judicial a ser proferido, da seguinte forma:



- **Minutas de decisões de tutelas de urgência e sentenças:** Livia Afonso de Albuquerque Costa (Gabinete do Juiz Titular) e Priscilla Valença de Andrade Galvão (Gabinete do Juiz Substituto);

- **Triagem de Petições Iniciais, minutas de despachos e análise de questões incidentes em execução (inclusive elaborando as minutas das sentenças):** Leandro Antonio de Carvalho (Gabinete dos Juizes Titular e Substituto);

- **Minutas de sentenças e outras decisões interlocutórias:** Renata Alves Monteiro de Almeida (Gabinete do Juiz Titular), Ilana Branco Barreto da Rocha (em licença à gestante até 21/12/2014) e Amanda Miranda Melo da Mata Quintas (Gabinete do Juiz Substituto).

Os processos com prioridades são imediatamente providenciados ao serem conclusos para o Gabinete. Os demais são ordenados pela data da distribuição inicial e pela data da última conclusão.

Em relação aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, verificou-se a existência de uma checagem dos feitos de acordo com as datas de distribuição das demandas (priorizando a solução dos processos com mais tempo de distribuição) e uma redução constante do acervo da Vara, com a análise diária do quantitativo indicado nos relatórios dos Sistemas Tebas e PJE.

#### **7.5.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

A Juíza Federal Titular e o Juiz Federal Substituto participam diretamente e diariamente da condução das rotinas da Vara, reunindo-se com os servidores dos diversos setores da Vara semanalmente, para acompanhar o desempenho no cumprimento das metas estabelecidas.

#### **7.5.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

O planejamento das atividades da Vara pode variar de acordo com o tipo de demanda predominante para um determinado período, mas a diretriz permanente é sempre solucionar com celeridade as demandas existentes, de modo a proporcionar uma prestação jurisdicional eficiente e que resolva verdadeiramente o problema dos jurisdicionados.

Na 5ª Vara Federal sempre se trabalha em regime de metas traçadas e acompanhadas permanentemente, buscando julgar e decidir os processos conclusos ao Gabinete dentro do próprio mês, de modo a manter o acervo em quantidade mínima. Na Secretaria, busca-se o cumprimento constante dos prazos processuais, juntada de documentos, elaboração de expedientes e envio dos autos ao Gabinete.

Especificamente em relação aos processos devolvidos pelo TRF da 5ª Região e dos demais Tribunais (na maioria das vezes, processos que vão para a fase de execução), a meta é fazer a sua análise no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

O resultado das atividades da Vara é semanalmente avaliado pela Direção de Secretaria e pelos magistrados por meio dos relatórios gerados nos sistemas Tebas e PJE, de modo a manter os níveis de produtividade a serem alcançados no mês.

#### **7.5.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Os interessados que comparecem às dependências da 5ª Vara são prontamente atendidos pelos servidores em balcão na Secretaria da Vara, sendo este o atendimento inicial. Havendo solicitação, os interessados também são atendidos pelos assessores na Assessoria e pelos magistrados nos Gabinetes.

A Vara não realiza consultas formais de satisfação do atendimento prestado.

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicional obtidos por meio dos sistemas TEBAS e PJE, são os seguintes: relatórios de estatística de processos distribuídos, de estatística de conclusão, de estatística de processos sem movimentação, de relatório de prazos vencidos, de estatística de sentenças e de tempo médio.

#### **7.5.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

O número de processos (físicos e eletrônicos) em tramitação na Vara, atualmente, da competência do Juiz Titular e do Juiz Substituto é o seguinte:

Juiz Titular:

- Quantitativo de processos físicos: 284
- Quantitativo de processos eletrônicos: 158

Juiz Substituto:

- Quantitativo de processos físicos: 320
- Quantitativo de processos eletrônicos: 131

Os dados fornecidos pela 5ª Vara no Relatório de Gestão, entregue a Corregedoria, apontam a existência de 893 (oitocentos e noventa e três) processos para 16 (dezesesseis) servidores, o que dá uma média de 56 (cinquenta e seis) processos para cada um deles.

O tempo médio do processo na fase de conhecimento, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, é de 116 (cento e dezesseis) dias para os processos eletrônicos e 144 (cento e quarenta e quatro) dias para os processos físicos. Na fase de execução, são 134 (cento e trinta e quatro) dias para os processos eletrônicos e 313 (trezentos e treze) dias para os processos físicos. Por fim, no tocante ao processo de execução, especificamente os físicos, são 341 (trezentos e quarenta e um) dias para as execuções contra a Fazenda Pública e 481 (quatrocentos e oitenta e um) dias para as extrajudiciais. Quanto aos eletrônicos, são 335 (trezentos e trinta

e cinco) dias para as execuções contra a Fazenda Pública e 110 (cento e dez) dias para as extrajudiciais.

Apenas 1 (um) processo foi extraviado da 5ª Vara Federal tendo sido promovida a devida restauração de autos.

O número de processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos e com advogados é o seguinte: Advocacia Geral da União/Procuradoria Regional Federal: 4 processos; Advocacia Geral da União/Procuradoria Regional da União: 3 processos; Advogados: 5 processos e Caixa Econômica Federal: 2 processos.

Nos últimos 24 meses foram realizadas na 5ª Vara 62 audiências, sendo 56 pela Juíza Titular e 6 pela Juiz Substituto.

Foram realizadas 03 inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses na 5ª Vara.

### **7.5.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Foram distribuídos, até 31/07/2014, 325 processos de conhecimento (físicos e eletrônicos). Foram julgados, de 01/01/2014 até 31/07/2014, 346 processos (físicos e eletrônicos). A meta foi cumprida.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Todos os processos distribuídos antes de 01/01/2008 já foram julgados. No ano de 2008, foram distribuídos 1931 processos e 100% dos processos de conhecimento já foram julgados.

No ano de 2009, foram distribuídos 701 processos e resta apenas um processo de conhecimento a ser julgado (0003823-20.2009.4.05.8300 S – Reintegração de Posse), ou seja, do total global distribuído, está pendente de julgamento o percentual de 0,15% (resultando em 99,85% julgados).

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações**

distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".

Todas as ações civis públicas de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2011 já foram julgadas. No ano de 2012, 6 (seis) ação civis públicas de improbidade administrativa foram distribuídas e restam duas a serem julgadas (0013179-34.2012.4.05.8300 S e 0006492-41.2012.4.05.8300 T), ou seja, do total distribuído, 4 (quatro) delas (66% do total) foram julgadas.

**Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; (...)”**

A 5ª Vara Federal vem monitorando o cumprimento de tal meta, bem como atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade, segundo consta no Formulário de Gestão.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, foram julgados 1551 (mil, quinhentos e cinquenta e um) processos, o que representa uma média mensal de 64 (sessenta e quatro) processos. Igualmente, foram distribuídos/redistribuídos 1834 (mil, oitocentos e trinta e quatro), sendo uma média mensal de 76 (setenta e seis) processos.

#### 7.5.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924

21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399

6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das varas referenciadas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas varas em análise, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

#### **7.5.4.1. Avaliação do grau de eficiência da Vara**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 757 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 736 feitos, o que demonstra que o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Assim, no caso presente, a análise desses dados demonstra que a situação da Vara se encontra no ideal. Levando em conta esses critérios, os dados revelam que a 5ª Vara presta uma atividade jurisdicional eficiente e encontra-se em situação favorável, quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumprido salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos levantados pela Corregedoria-Regional, com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Conforme se infere da análise dos dados estatísticos, no geral as Varas Cíveis da Seção Judiciária de Pernambuco vêm conseguindo diminuir o acervo de processos em tramitação ao longo dos anos. Esse panorama se revela na 5ª Vara Federal que, dentre as Varas Cíveis da Capital, é uma das que possuem menor acervo de processos em tramitação.

Verdadeiramente, a atuação da Vara é elogiável e célere em todos os setores. Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com

quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

Tomando por base esses números, verifica-se que a 5ª Vara Federal possuía, em dezembro de 2013, um acervo de processos em tramitação inferior ao total de processos distribuídos no ano. Esse dado, associado às constatações realizadas *in loco* e ainda considerando a metodologia descrita na introdução deste relatório, sinalizam que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração as equações estabelecidas, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**.

## **7.5.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.5.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 40 (quarenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Nos itens a seguir estão pontuados os principais problemas e alguns dos processos em que estes foram identificados:

#### **– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0006492-41.2012.4.05.8300

#### **– Paralisação irregular do processo:**

0004867-69.2012.4.05.8300

0001161-44.2013.4.05.8300

0022867-06.2001.4.05.8300

#### **– Demora na conclusão – 5 dias**

0004867-69.2012.4.05.8300

0001288-85.1990.4.05.8300

0024542-96.2004.4.05.8300

0001161-44.2013.4.05.8300

0011766-83.2012.4.05.8300

0004852-66.2013.4.05.8300

0002756-06.1998.4.05.8300

0002168-09.1992.4.05.8300

0004236-62.2011.4.05.8300

#### **– Ausência de mudança de classe:**

0001161-44.2013.4.05.8300

0019629-76.2001.4.05.8300

0024542-96.2004.4.05.8300

0012692-74.2006.4.05.8300

**– Conclusão na mesma data da sentença:**

0004852-66.2013.4.05.8300

0011766-83.2012.4.05.8300

**7.5.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 15 (quinze) processos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Ausência conclusão na data da remessa à Assessoria:**

0802484-51.2013.4.05.8300

**– Demora na cobrança de esclarecimentos ao perito:**

0802347-69.2013.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0801729-27.2013.4.05.8300

0802347-69.2013.4.05.8300

0803919-60.2013.4.05.8300

0803920-45.2013.4.05.8300

**– Lapso entre designação de perícia e a realização:**

0802936-61.2013.4.05.8300

**– Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800709-35.2012.4.05.8300

0802347-69.2013.4.05.8300

0803919-60.2013.4.05.8300

0803920-45.2013.4.05.8300

**– Lapso temporal para certificação decurso de prazo:**

0803180-87.2013.4.05.8300

**– Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão:**

0800709-35.2012.4.05.8300

0803714-31.2013.4.05.8300

**– Realização de nova conclusão em processo já concluso:**

0803919-60.2013.4.05.8300



### **7.5.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 5ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

#### **– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias**

Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

#### **– Demora recorrente na conclusão.**

Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

### **7.5.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Durante os trabalhos de correição na 5ª Vara Federal, foram verificadas algumas práticas que merecem ser relatadas, para adoção pelas demais unidades jurisdicionais, naquilo que for cabível. Podem ser destacadas as seguintes:

– Nos processos de execução contra a Fazenda Pública, adota-se o seguinte procedimento:

a) após promovida a execução, o executado (Fazenda Pública) é intimado (não citado) para a averiguar a conformidade dos cálculos com o título judicial executado, elaborando os cálculos dos valores que entende devidos, caso não concorde totalmente;

b) no caso de concordância integral do devedor, expede-se, de imediato, a requisição de pagamento, evitando-se a oposição de embargos do devedor;

c) em caso de discordância parcial, intima-se o credor para informar se concorda com o cálculo contraposto, expedindo-se a respectiva requisição.

d) em alguns casos, verifica-se a formalização de acordo entre as partes.

Obs. Esta prática tem permitido uma celeridade considerável na resolução real do conflito, com a satisfação do crédito, evitando-se uma ação de embargos (de natureza cognitiva), com a eventual interposição dos vários recursos que o sistema processual permite. Esta 5ª Vara tem se beneficiado, em muito, com

esta prática, que se iniciou após reuniões com as chefias dos órgãos de representação judicial (AGU/PRU, AGU/PRF e PFN).

– O cumprimento das cartas precatórias é realizado pelos Oficiais de Justiça no dia em que são despachadas, como se tratasse de cumprimento de uma medida liminar. Esta prática tem evitado o acúmulo de cartas precatórias na Vara, atendendo com presteza ao Juízo Deprecante.

– Estabelecer prazo para o cumprimento dos mandados judiciais junto aos Oficiais de Justiça em relação aos processos comuns, mantendo contato permanente com os Oficiais de Justiça.

– Trabalhar em regime de metas traçadas e acompanhadas permanentemente, buscando julgar e decidir os processos conclusos ao Gabinete dentro do próprio mês, de modo a manter o acervo do Gabinete em quantidade mínima.

Na Secretaria, busca-se o cumprimento constante dos prazos processuais, juntada de documentos, elaboração de expedientes e envio dos autos ao Gabinete. A marcação de prazos na Secretaria por meio de marcadores visíveis com a data específica do vencimento do prazo, auxilia, em muito, o acompanhamento dos prazos processuais.

O resultado das atividades da Vara é semanalmente avaliado pela Direção de Secretaria e pelos magistrados, por meio dos relatórios gerados nos sistemas Tebas e PJE, de modo a manter os níveis de produtividade a serem alcançados no mês. É uma maneira de proporcionar uma prestação jurisdicional eficiente e que resolva verdadeiramente o problema dos jurisdicionados.

A capacitação do servidor pelo magistrado, através de cursos sobre processualística civil especializada para a Justiça Federal, inclusive com a produção de fluxogramas orientadores do curso do processo.

#### **7.5.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Todas as determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas. Na última autoinspeção foi fixada como meta o "rigoroso controle dos prazos processuais", o que vem sendo observado pela Vara.

#### **7.5.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL**

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

– Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.

– Concepção de um *layout* que permita a localização da Sala da Direção de Secretaria em local com acesso visual ao maior número de setores da Vara, inclusive, se possível, do balcão de atendimento.

– Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

– Os servidores devem ser orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e, em sendo o caso, providenciar de imediato a mudança na classe do feito para “Cumprimento de Sentença”.

– Não realizar a fase de recebimento quando o processo estiver tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores, devendo fazê-lo apenas quando houver o efetivo julgamento. Nesses casos, o processo deve permanecer com a fase 14 no TEBAS, havendo apenas a sua localização física na Vara até que haja a devolução dos autos à origem pelos Tribunais.

– Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.

## **7.6. 6ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.6.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 6ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.583, de 06/01/1987 e implantada com base no Provimento nº 323, de 21/05/1987 (Publ. DJU, 25/05/1987).

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 7ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

#### **7.6.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta, atualmente com o seguinte corpo de pessoal: a) um magistrado, o Juiz Federal Titular, Hélio Sílvio Ourém Campos; 05 (cinco) Analistas Judiciários (03 na especialidade de execução de mandados) e 08 (oito) Técnicos Judiciários; c) 06 (quatro) servidores requisitados; d) 04 (quatro) estagiários de Direito.

##### **7.6.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

Em 13/12/2000, o Juiz Federal HÉLIO SÍLVIO OURÉM CAMPOS assumiu a titularidade da 6ª Vara, nela permanecendo até o momento atual. A Vara não possui Juiz Federal Substituto.

O magistrado esteve afastado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, pelos seguintes motivos: - férias: de 21/10/2012 a 19/11/2012; de 20/11/2012 a 19/12/2012; de 07/01/2013 a 05/02/2013; de 03/07/2013 a 01/08/2013; de 07/01/2014 a 05/02/2014; de 06/02/2014 a 07/03/2014; e de 01/07/2014 a 07/07/2014; - convocação para substituição perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região: de 09/05/2013 a 01/06/2013, em razão de licença para tratamento de saúde do Des. José Lázaro Alfredo Guimarães; de 03/06/2013 a 02/07/2013, em razão de férias do Des. José Lázaro Alfredo Guimarães; - participação de encontro/palestra: de 22/08/2012 a 24/08/2012.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado tem exercido a docência na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP): às segundas-feiras, no turno da noite, das 18 às 22 horas; às terças-feiras, no turno da manhã, das 8 às 12 horas; e às sextas-feiras no turno da manhã, das 08 às 12 horas, e, no turno da noite, das 18 às 22 horas.

O Juiz Titular reside na região metropolitana em que está situada a Vara.

#### **7.6.1.1.2. Servidores**

A 6ª Vara Federal não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise. Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezesete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

A 6ª Vara Federal de Pernambuco conta, nos termos da portaria supracitada, com 15 cargos efetivos (01 Cargo de Juiz Federal Titular, 01 Cargo de Diretor de Secretaria, 06 Cargos de Analista Judiciário; 06 Cargos de Técnico Judiciário) sendo que 13 (treze) efetivamente atuam na vara.

Há 6 (seis) servidores requisitados com vínculo com o serviço público, sendo, apenas um sem qualquer vínculo, exatamente o Diretor de Secretaria (CJ-03).

#### **7.6.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 4 (quatro) vagas de estágio para a 6ª Vara Federal. As atividades de estágio, nesta vara, são iniciadas na Secretaria, onde o estagiário terá contato supervisionado com os procedimentos ordinatórios, tais como: juntada de petições, mandados, ofícios, emissão de certidões, confecção de expedientes, atendimento ao público, entre outras. Dependendo do desempenho do estagiário e avaliação do juiz, aquele será conduzido ao gabinete, atuando na pesquisa de legislação e jurisprudência, elaboração de minutas dos atos decisórios, entre outras.

### **7.6.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 6ª Vara é de 9:00 às 18:00 horas (art. 2º da Resolução nº 24/2007-GP/TRF5).

#### **7.6.2.1. Organização da Secretaria**

Na Secretaria, há 11 (onze) servidores, organizados da seguinte forma:

a) Setor de Ritos Ordinários – elaboração das minutas de despacho nos processos físicos e virtuais, de acordo com a orientação e os padrões estabelecidos pelo juiz competente à análise do feito;

b) Setor de Mandado de Segurança e Ritos Especiais / Ações Sumárias e Feitos não Contenciosos – elaboração das minutas de despacho nos processos físicos e virtuais, de acordo com a orientação e os padrões estabelecidos pelo juiz competente à análise do feito;

c) Setor de Publicação – c.1) formação dos boletins e encaminhamento à imprensa oficial; c.2) certificação dos prazos; c.3) ciência das partes, via sistema, no PJE; b.4) elaboração das guias de remessa;

d) Setor de Expedientes – leitura e interpretação dos despachos para a confecção de mandados (citação – intimação – imissão e reintegração de posse, etc.), ofícios, editais, Cartas Precatórias / Rogatórias, Cartas (intimação – citação – adjudicação), entre outros. Expedição de Requisições de Pequeno Valor (RPV), Precatórios e Alvarás;

Os servidores da Secretaria se revezam no atendimento ao público (advogados e partes).

Na Secretaria da 6ª Vara os processos de Rito Ordinário são separados de acordo com a pessoa jurídica de direito público que integra a relação processual (ex. União – PRU, INSS, Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal etc.).

No Setor de Ritos Especiais, Ações Sumárias e Mandado de Segurança, as ações são separadas de acordo com a natureza do procedimento (ex. usucapião, reintegração de posse, imissão de posse, ação civil pública, ação civil pública de improbidade administrativa, etc.)

Dentro desse sistema de organização, de acordo com a ordem cronológica de juntada das petições, os processos serão analisados, quer sejam Processo de Conhecimento (Fase de Cumprimento de Sentença) ou Processo de Execução.

Nesse esquema, a prioridade obedece aos seguintes critérios: a) os processos cuja parte seja passiva dos benefícios previstos no Estatuto do Idoso, sendo, deste modo, previamente separados e destacados, com etiqueta apropriada; b) as Cartas Precatórias e Rogatórias, quanto ao cumprimento da diligência deprecada; c) os pedidos liminares e de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

O Gabinete é composto pelos servidores Otegildo Carlos Siqueira, Jurandir Joaquim da Silva, Sandra Elisa de Figueiredo e Paulo de Paula Lopes Neto, que atuam nas minutas das sentenças, orientando a apreciação dos feitos de acordo com a data de conclusão. A servidora Elaine Madalena Michelin Caetano fica responsável pela elaboração das minutas das decisões liminares.

Os processos conclusos para sentença são apreciados de acordo com a ordem cronológica, considerando a data de conclusão. Excetuam-se os pedidos urgentes, ou seja, aquelas ações passíveis de perecimento do direito.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, o Juiz Federal solicita de sua assessoria a elaboração de relatórios mensais, especificando o número de processos conclusos, bem como o número de processos em trâmite na Secretaria.

Não houve processos extraviados ou restaurados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, bem como, à época da correição, não havia processos pendentes em outros setores da Administração ou Órgão, uma vez que os tais processos foram relacionados na última inspeção e tiveram a sua devolução solicitada.

Nos últimos 24 meses foram realizadas 48 (quarenta e oito) audiências e não houve inspeções judiciais nesse período.

#### **7.6.2.2. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

O magistrado costuma reunir mensalmente os servidores, por setor, a fim de que sejam discutidos os métodos de trabalho, as rotinas adotadas e os seus respectivos efeitos quanto à celeridade nos procedimentos.

#### **7.6.2.3. Planejamento das atividades da Vara**

Cada setor da Vara tem sua atividade específica (elaboração de minutas de despacho, confecção de expedientes, publicação, controle de prazo, etc.). Assim, a forma como os setores estão organizados possibilita a circulação do processo, com brevidade, a fim de que haja a superação de todos os atos previstos no *iter processual*, de modo que o processo de conhecimento esteja maduro para sentença e, quando chegar à fase de cumprimento de sentença, ou se tornar Processo de Execução, seja cumprida a obrigação, satisfazendo-se eventual crédito.

No tocante à fixação de metas periódicas de produtividade, estas são fixadas tanto para a Secretaria quanto para o Gabinete. Na Secretaria, foi estabelecida, como meta diária a juntada de todas as petições distribuídas e dos expedientes cumpridos, bem como o cumprimento dos despachos proferidos. No Gabinete, cada servidor deverá proceder à análise de, no mínimo, dois processos.

Em relação à avaliação periódica dos resultados das atividades da Vara, nas reuniões mensais com o Juiz Titular são avaliados os resultados juntamente com a equipe, de acordo com os dados estatísticos de baixa de processos e de quantidade de processos sentenciados.

#### **7.6.2.4. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

O atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Advogados e partes é pautado na cordialidade e isonomia, buscando, sempre, atender de forma satisfatória aos seus

requerimentos, formulados no balcão da Secretaria desta 6ª Vara Federal de Pernambuco.

Ressalvadas as prerrogativas previstas na Lei Complementar nº. 80/94, a retirada dos processos, para carga, pelos advogados, é realizada no balcão da Secretaria da 6ª Vara.

No balcão de atendimento da vara, são disponibilizados, ainda os processos para cópias reprográficas, que poderão também ser retirados, para carga rápida, com a mesma finalidade, desde que o advogado requerente esteja constituído nos autos.

Para os advogados que não são patrocinadores do processo, as cópias são disponibilizadas, exceto nos casos de segredo de justiça, mediante: a) o recolhimento de guia do DARF, com entrega do material copiado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas; b) o acompanhamento do requerente, por um servidor ou operadora de documento, à copiadora situada no *hall* principal do Fórum.

O magistrado atende, indistintamente e independentemente de agendamento, tanto as partes, quanto os seus respectivos procuradores, bem como os membros do Ministério Público Federal.

A Vara não realiza pesquisa de satisfação do atendimento prestado.

Por fim, todos os relatórios de estatísticas fornecidos pelo sistema TEBAS (Grupo estatística) são utilizados, bem assim os do Processo Judicial Eletrônico.

#### **7.6.2.5. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Na referida Vara há 1.084 (mil e oitenta e quatro) processos físicos e 771 (setecentos e setenta e um) processos eletrônicos, para 16 (catorze) servidores, o que resulta na proporção de 155 (cento e oitenta) processos para cada servidor.

### **7.6.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”**

Na 6ª Vara Federal, no período compreendido entre 01/01/2014 e 31/07/2014, foram distribuídos 375 (trezentos e setenta e cinco processos) (250 virtuais e 125 físicos) e julgados 402 (quatrocentos e dois) processos (200 virtuais e 202 físicos).

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos**



**distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”.**

Na 6ª Vara encontra-se pendente de julgamento, apenas o processo n.º 0011446-43.2006.4.05.8300, o qual ainda não foi concluído em face da necessidade de realização de uma complexa perícia em engenharia.

Em relação aos processos distribuídos no ano de 2009, foram julgados 94,6% (noventa e quatro vírgula seis por cento) desse acervo, considerando que, dentre os 129 (cento e vinte e nove) feitos ativos, apenas 7 (sete) processos não foram julgados.

Verificou-se que esta pesquisa não considerou as demandas executivas, tais como Execução de Título Extrajudicial, Ações Monitórias e Execuções Diversas.

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012”.**

No que diz respeito à Meta 4, constatou-se que as Ações de Improbidade Administrativa são analisadas prioritariamente. Em razão disso, a 6ª Vara Federal determinou a separação deste rito processual em setor específico, com o objetivo de concluir o seu julgamento até 31/12/2014, tendo sido cumprida integralmente essa Meta.

**Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal”.**

A 6ª Vara Federal vem monitorando o cumprimento da Meta n.º 5/2014. Segundo informações prestadas no Formulário de Gestão, a 6ª Vara Federal vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa e por ato que implique inelegibilidade.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, foram julgados 1.468 (mil, quatrocentos e sessenta e oito) processos, o que representa uma média mensal de 61 (sessenta e um) processos. Igualmente, foram distribuídos/redistribuídos 1.790 (mil, setecentos e noventa) processos, correspondendo a uma média mensal de 74 (setenta e quatro) feitos.

Quanto às providências tomadas pela 6ª Vara Federal para o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2013 que ainda não foram cumpridas, existe um acompanhamento pelos assessores do juiz acerca do andamento/instrução dos processos constantes nas metas ainda não cumpridas, bem como pelos servidores da Vara, que têm referidos processos sob suas

supervisões. Também são anotadas na capa dos processos, em destaque as informações referentes à tramitação prioritária em face da meta. Os despachos do juiz sempre recomendam celeridade no cumprimento.

#### 7.6.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, relevante congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante três anos, dentre os cinco anos analisados, embora tenha a referida vara julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a

cada uma das 10 (dez) varas. A partir dos dados estatísticos das apontadas unidades jurisdicionais, observa-se que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação, porém este, no período de cada ano do período analisado, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 6ª Vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha decrescente que se adotou nos anos de 2009, 2011 e 2013.

#### **7.6.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 706 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.819 feitos, o que quer dizer que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 157%.

Levando em conta esses critérios, os dados revelam que a 6ª Vara presta uma atividade jurisdicional eficiente e encontra-se em situação desfavorável, quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumprido salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos levantados pela Corregedoria-Regional, com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Conforme se infere da análise dos dados estatísticos, no geral as Varas Cíveis da Seção Judiciária de Pernambuco vêm conseguindo diminuir o acervo de processos em tramitação ao longo dos anos. Tal indicativo, no entanto, não é uma realidade para a 6ª Vara Federal que, dentre as varas Cíveis da Capital, é uma das que possuem relevante acervo de processos em tramitação.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior em 157% ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, necessita melhorar.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser feita a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Com base nesses números, verifica-se que a 6ª Vara possuía, em dezembro de 2013, um acervo de processos em tramitação muito superior ao total de processos distribuídos no ano. Esse dado, associado às constatações realizadas *in loco* e ainda considerando a metodologia descrita na introdução deste relatório, posicionam a referida Vara Federal no **conceito "C"**.

## **7.6.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.6.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 60 (sessenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

#### **– Demora na juntada de expediente:**

0005290-05.2007.4.05.8300  
0006853-58.2012.4.05.8300  
0007229-78.2011.4.05.8300  
0021293-45.2001.4.05.8300 – 6 anos

#### **– Demora na prolação de despacho:**

0013312-47.2010.4.05.8300  
0008945-53.2005.4.05.8300  
0007659-93.2012.4.05.8300 – mais de 9 meses  
0021931-68.2007.4.05.8300

#### **– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0008945-53.2005.4.05.8300 (decisão)  
0004422-90.2008.4.05.8300 (sentença) – 9 meses  
0003084-47.2009.4.05.8300 (sentença) – 9 meses  
0001170-06.2013.4.05.8300  
0013171-28.2010.4.05.8300 (sentença) – desde 07/06/2012.  
0008051-63.1994.4.05.8300 (decisão)

#### **– Paralisação irregular (cumprimento)**

0019352-16.2008.4.05.8300  
0017628-06.2010.4.05.8300  
0006533-42.2011.4.05.8300 – 3 meses  
0018979-77.2011.4.05.8300 – 1 mês  
0010351-65.2012.4.05.8300 – 5 meses  
0006387-06.2008.4.05.8300 – 2 meses  
0021931-68.2007.4.05.8300 – 2 meses e meio

#### **– Demora na cobrança de devolução de carta precatória:**

0015623-45.2009.4.05.8300 – 8 meses

#### **– Demora na publicação:**

0013312-47.2010.4.05.8300 – 30 dias

0001170-06.2013.4.05.8300  
0005290-05.2007.4.05.8300  
0017628-06.2010.4.05.8300  
0008945-53.2005.4.05.8300  
0007659-93.2012.4.05.8300  
0021293-45.2001.4.05.8300 – 3 meses  
0004763-43.2013.4.05.8300 – 4 meses e meio  
0021931-68.2007.4.05.8300 – 2 meses  
0008051-63.1994.4.05.8300 – 2 meses e 25 dias  
0001821-43.2010.4.05.8300 – 1 mês e 10 dias  
0018517-57.2010.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

- Citação, penhora e avaliação:

0006853-58.2012.4.05.8300

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0014014-37.2003.4.05.8300  
0015614-83.2009.4.05.8300  
0019352-16.2008.4.05.8300  
0019352-16.2008.4.05.8300  
0012299-08.2013.4.05.8300  
0014991-24.2006.4.05.8300  
0006853-58.2012.4.05.8300  
0019015-22.2011.4.05.8300

**– Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

0017842-65.2008.4.05.8300 - em poder do perito por mais de 4 anos  
0000125-69.2010.4.05.8300 – 2 meses e 10 dias

**– Demora na conclusão:**

0004422-90.2008.4.05.8300 – 1 ano e 6 meses  
0003084-47.2009.4.05.8300 - 1 ano e 3 meses  
0013312-47.2010.4.05.8300  
0007190-47.2012.4.05.8300 – 2 anos  
0017842-65.2008.4.05.8300  
0005290-05.2007.4.05.8300  
0017628-06.2010.4.05.8300 – prática reiterada  
0013626-95.2007.4.05.8300 – prática reiterada  
0017610-82.2010.4.05.8300 – 10 meses  
0009231-89.2009.4.05.8300 – mais de 2 meses  
0001713-48.2009.4.05.8300 – prática reiterada  
0013930-07.2001.4.05.8300 – prática reiterada  
0008945-53.2005.4.05.8300 – prática reiterada  
0012299-08.2013.4.05.8300  
0006853-58.2012.4.05.8300 – prática reiterada  
0007229-78.2011.4.05.8300 – prática reiterada  
0007659-93.2012.4.05.8300  
0006533-42.2011.4.05.8300 – 1 ano e 7 meses  
0021293-45.2001.4.05.8300 – 5 meses

0002495-31.2004.4.05.8300 – 2 anos e 8 meses  
0004763-43.2013.4.05.8300 – 2 anos e meio  
0007373-18.2012.4.05.8300 – 3 meses  
0013245-14.2012.4.05.8300 – 4 meses  
0015623-45.2009.4.05.8300 – 4 meses  
0021931-68.2007.4.05.8300 – 1 mês e meio  
0014961-47.2010.4.0.58300 – 4 meses  
0018979-77.2011.4.05.8300 – 3 meses  
0006053-79.2002.4.05.8300 – 3 meses e 10 dias  
0008051-63.1994.4.05.8300 – 2 meses e 20 dias  
0001821-43.2010.4.05.8300 – 3 meses e meio  
0000125-69.2010.4.05.8300 – 2 meses e 10 dias  
0006387-06.2008.4.05.8300 – 3 meses  
0004537-09.2011.4.05.8300 – 4 meses

**– Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**

0017628-06.2010.4.05.8300 (inspeção)  
0013930-07.2001.4.05.8300 (inspeção)  
0007229-78.2011.4.05.8300 (inspeção)

**– Processo sem movimentação processual por determinado período:**

0013312-47.2010.4.05.8300 – 4 meses  
0019682-13.2008.4.05.8300 – 3 meses  
0013930-07.2001.4.05.8300 – 5 meses  
0009328-21.2011.4.05.8300 – 2 meses  
0006533-42.2011.4.05.8300 – 2 anos 3 6 meses  
0021293-45.2001.4.05.8300 – 1 mês e 10 dias  
0002495-31.2004.4.05.8300 – 2 meses e 10 dias  
0013245-14.2012.4.05.8300 – 3 meses e meio  
0015623-45.2009.4.05.8300 – 3 meses e 20 dias  
0019357-04.2009.4.05.8300 – 2 anos e 4 meses  
0003508-26.2008.4.05.8300 – 2 anos e 4 meses  
0014961-47.2010.4.0.58300 – 1 mês e 20 dias  
0010351-65.2012.4.05.8300 – 7 meses  
0019177-17.2011.4.05.8300 – 3 meses e meio  
0008051-63.1994.4.05.8300 – 2 meses  
0001821-43.2010.4.05.8300 – 2 meses e 10 meio  
0000125-69.2010.4.05.8300 – 3 meses e 20 dias  
0004537-09.2011.4.05.8300 – 2 anos  
0018979-77.2011.4.05.8300 – 2 anos

**– Ausência de ordem cronológica dos atos processuais:**

0013312-47.2010.4.05.8300  
0001713-48.2009.4.05.8300  
0006853-58.2012.4.05.8300

**– Ausência de termo de recebimento dos autos na Secretaria:**

0014014-37.2003.4.05.8300

**– Repetição desnecessária de ato processual:**

0008945-53.2005.4.05.8300 (para apresentar razões finais)

0012299-08.2013.4.05.8300 (para especificação de provas)  
0009231-89.2009.4.05.8300 (juntada de petição em duplicidade).

**– Demora no cumprimento da(s) determinação(ões) contida(s) no despacho:**

0008945-53.2005.4.05.8300  
0012299-08.2013.4.05.8300  
0006853-58.2012.4.05.8300  
0007229-78.2011.4.05.8300

### **7.6.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 25 (vinte e cinco) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora na cobrança devolução de carta precatória:**

0800864-04.2013.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0800170-35.2013.4.05.8300  
0800449-55.2012.4.05.8300  
0800540-48.2012.4.05.8300  
0800729-26.2012.4.05.8300  
0800747-47.2012.4.05.8300  
0800783-89.2012.4.05.8300  
0800813-27.2012.4.05.8300  
0800864-04.2013.4.05.8300  
0802031-56.2013.4.05.8300  
0804145-65.2013.4.05.8300

**– Demora entre a conclusão e prolação da sentença:**

0800275-46.2012.4.05.8300  
0800533-56.2012.4.05.8300  
0800546-55.2012.4.05.8300  
0800610-94.2014.4.05.8300  
0800672-08.2012.4.05.8300  
0800749-17.2012.4.05.8300  
0800868-75.2012.4.05.8300  
0800916-34.2012.4.05.8300  
0803548-96.2013.4.05.8300

**– Demora entre a distribuição e prolação de despacho inicial/liminar:**

0800170-35.2013.4.05.8300



0800540-48.2012.4.05.8300

**– Demora entre oposição de embargos de declaração e o respectivo julgamento:**

0800449-55.2012.4.05.8300

**– Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800142-67.2013.4.05.8300

0800275-46.2012.4.05.8300

0800533-56.2012.4.05.8300

0800546-55.2012.4.05.8300

0800729-26.2012.4.05.8300

0800747-47.2012.4.05.8300

0800749-17.2012.4.05.8300

0800783-89.2012.4.05.8300

0800889-51.2012.4.05.8300

0801087-20.2014.4.05.8300

0801180-51.2012.4.05.8300

0804145-65.2013.4.05.8300

**– Demora para certificação do decurso de prazo:**

0800729-26.2012.4.05.8300

**– Demora para cumprimento despacho/decisão:**

0800170-35.2013.4.05.8300

0800275-46.2012.4.05.8300

0800449-55.2012.4.05.8300

0800646-10.2012.4.05.8300

0800729-26.2012.4.05.8300

0800749-17.2012.4.05.8300

0800782-07.2012.4.05.8300

0800783-89.2012.4.05.8300

0800864-04.2013.4.05.8300

0800889-51.2012.4.05.8300

**– Demora para prolação de ato ordinatório/despacho/decisão:**

0800142-67.2013.4.05.8300

0800301-10.2013.4.05.8300

0800449-55.2012.4.05.8300

0800518-87.2012.4.05.8300

0800541-33.2012.4.05.8300

0800646-10.2012.4.05.8300

0800672-08.2012.4.05.8300

0800729-26.2012.4.05.8300

0800747-47.2012.4.05.8300

0800782-07.2012.4.05.8300

0800783-89.2012.4.05.8300

0800813-27.2012.4.05.8300

0800868-75.2012.4.05.8300

0800916-34.2012.4.05.8300

0801180-51.2012.4.05.8300

0802031-56.2013.4.05.8300

0803545-44.2013.4.05.8300

– **Nova conclusão feita em processo já concluso:**

0800747-47.2012.4.05.8300

#### **7.6.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 6ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

A seguir, registra-se algumas das ocorrências identificadas:

##### **– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça**

Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

##### **– Demora na prolação de despacho/decisão/sentença**

Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

##### **– Demora recorrente na conclusão.**

Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

##### **- Dificuldade no controle de prazos:**

Foram encontradas paralisações muito significativas, por vezes superiores a um ano.

Destaca-se também que foram constatadas paralisações em quase todas as etapas do processo, a revelar que o problema de gestão dos processos é estrutural, e não está restrito a um setor da Vara.

##### **- Ausência de índice na contracapa das Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa:**

A maior complexidade e o volume geralmente elevado de cadernos processuais em ações dessa natureza recomenda a manutenção na contracapa do processo de índice contendo as principais peças, de modo a facilitar o manuseio dos autos e abreviar o tempo de apreciação dos incidentes processuais.

**- Não cumprimento das determinações estabelecidas por ocasião da inspeção/correição:**

Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente

### **7.6.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram sugeridas pela Direção da 6ª Vara as seguintes práticas:

– Especificação das atividades por setor (elaboração de minutas de despacho, confecção de expedientes, publicação, controle de prazo, etc), a fim de que o planejamento viabilize a circulação do processo, com brevidade;

– Estabelecimento de metas de produtividade tanto para a Secretaria quanto para o Gabinete, como, por exemplo, estabelecer, na Secretaria, como meta diária, a juntada de todas as petições distribuídas e dos expedientes cumpridos, bem como o cumprimento dos despachos proferidos. Para o Gabinete, a fixação de um número mínimo de processos a serem apreciados.

### **7.6.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Na última Correição, realizada na 6ª Vara Federal, quando da análise dos processos judiciais, foram, em resumo, solicitadas providências em relação a: a) substituição das capas dos processos, quando necessário; b) ao número de folhas que compõem os autos, atentando-se para a necessidade de abertura de novos volumes; c) à celeridade nas juntadas das petições distribuídas; d) à celeridade no cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça.

Diante dessas observações, além de se empreender mais esforços no cuidado com a integridade física dos processos, bem como ao número de folhas que compõem os autos, a 6ª Vara Federal buscou estabelecer metas para a juntada diária das petições distribuídas, organizando-as, na ordem cronológica, para apreciação pelo Juiz, requerendo mais celeridade no cumprimento das diligências pelos senhores Oficiais de Justiça, atentando-se, com mais rigor, no cumprimento das cartas precatórias e rogatórias deprecadas para este juízo.

Em relação à última autoinspeção, as metas nela fixadas consistiram na análise e devolução das Cartas Precatórias, na cobrança das Cartas Precatórias deprecadas para outras Seções/Subseções Judiciárias e na confecção dos expedientes pendentes de cumprimento pelo Oficial de Justiça.

### 7.6.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

– Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.

– Concepção de um *layout* que permita a localização da Sala da Direção de Secretaria em local com acesso visual ao maior número de setores da Vara, inclusive, se possível, do balcão de atendimento.

– Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

– Os servidores devem ser orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e, em sendo o caso, providenciar de imediato a mudança na classe do feito para “Cumprimento de Sentença”.

– Não realizar a fase de recebimento quando o processo estiver tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores, devendo fazê-lo apenas quando houver o efetivo julgamento. Nesses casos, o processo deve permanecer com a fase 14 no TEBAS, havendo apenas a sua localização física na Vara até que haja a devolução dos autos à origem pelos Tribunais.

– Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.

## **7.7. 7ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.7.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 3ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.583, de 06/01/1987 e implantada com base no Provimento CJF nº 323, de 21/05/1987.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 3ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, sendo especializada em causas de natureza agrária.

#### **7.7.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta, atualmente com o seguinte corpo de pessoal: a) um magistrado, o Juiz Federal Titular, Élio Wanderley de Siqueira Filho; b) 15 (quinze) servidores efetivos: 06 (seis) Analistas Judiciários (03 na especialidade de execução de mandados) e 08 (oito) Técnicos Judiciários; c) 04 (quatro) servidores requisitados; d) 04 (quatro) estagiários de Direito.

##### **7.7.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO ingressou na magistratura federal em 01/12/1993 e em 01/08/1999 assumiu a titularidade da 7ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Considerando os últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: Férias: 30/04/2012 a 01/05/2012; 07/01/2013 a 05/02/2013; 07/01/2014 a 05/02/2014; 01/07/2014 a 30/07/2014. Licenças - Convocações: Afastamento p/ compor o TRF: 09/01/2012 a 07/02/2012; 02/07/2012 a 02/11/2012; 14/02/2013 a 15/02/2013; 18/02/2013 a 18/04/2013; 31/05/2013 a 02/06/2013; 05/06/2013 a 20/09/2013; 23/09/2013 a 23/10/2013; 24/10/2013 a 22/11/2013; 04/08/2014 a 31/10/2014. Afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento, em 26/04/2012 a 26/04/2012; Afastamento para participar de solenidade em 12/06/2012; Afastamento p/ participar de encontro de entidade de classe, de 06/12/2012 a 07/12/2012; Afastamento p/ participar de encontro de entidade de classe, em 27/05/2013; Afastamento para participar de seminário/curso, de 03/06/2013 a 04/06/2013; Afastamento para viagem a serviço, de 26/11/2013 a 27/11/2013; Afastamento para participar de seminário/curso, de 09/12/2013 a 10/12/2013.

Além disso, o magistrado foi convocado para compor o Tribunal Regional Federal da 5ª Região nos seguintes períodos: 09/01/2012 a 07/02/2012, ato nº 811/2011-GP; 02/07/2012 a 02/11/2012, ato nº 440/2012-GP; 14/02/2013 a 15/02/2013, ato nº 754/2012-GP; 18/02/2013 a 18/04/2013, ato nº 754/2012-GP; 31/05/2013 a 02/06/2013, ato nº 376/2013-GP; 05/06/2013 a 20/09/2013, ato nº 376/2013-GP; 23/09/2013 a 23/10/2013, ato nº 376/2013-GP; 24/10/2013 a 22/11/2013, ato nº 520/2013-GP e 04/08/2014 a 31/10/2014, ato nº 03/2014-GP.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado não exerceu a docência e reside na região metropolitana em que se localiza a Vara.

#### **7.7.1.1.2. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto**

Em 15/01/2014 o Juiz Federal GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA ingressou na magistratura federal e em 25/04/2014 assumiu a vaga de Juiz Substituto da 7ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

O magistrado esteve em exercício na 18ª Vara Federal de Pernambuco, no período de 01/05/2014 a 11/07/2014.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado não exerceu a docência e reside na região metropolitana em que se localiza a Vara.

#### **7.7.1.1.3. Servidores**

A 7ª Vara Federal de Pernambuco não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária de Pernambuco.

Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezesete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos, os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

Não há cargo vago e não há servidores cedidos na Vara. Há 4 (quatro) servidores requisitados: uma originária do DETRAN/PE; uma oriunda do TRE/PE; uma oriunda do TJPE e um servidor oriundo da Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco.

#### **7.7.1.1.4. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários, todos atuando tanto na Secretaria da Vara quanto no Gabinete.

## **7.7.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

A fim de compatibilizar a carga horária dos servidores e o horário de funcionamento da Justiça Federal, um grupo de servidores trabalha de 09:00 às 16:00 horas e outro grupo trabalha de 11:00 às 18:00 horas.

### **7.7.2.1. Organização da Secretaria - Sistemas Tebas e PJe**

A identificação dos processos quanto às prioridades é feita por meio de adesivo fixado na capa do processo, permitindo a fácil e rápida visualização por parte dos servidores.

A 7ª Vara está subdividida em setores:

**SETOR CÍVEL:** A servidora Ana Elisabete Vêras cuida da minuta de despachos, elaboração de expedientes, juntada de expedientes e do andamento dos feitos de todo o setor; A servidora Solange Ferraz se encarrega do andamento dos processos eletrônicos do Sistema PJe após o decurso de prazo e movimentação dos feitos devolvidos do TRF da 5ª Região.

**SETOR DE RITOS ESPECIAIS:** A servidora Maria das graças Fulco cuida da minuta de despachos, elaboração de expedientes, juntada de expedientes e do andamento dos feitos de todo o setor.

**SETOR DE EXECUÇÃO:** O servidor Rui Robson Andrade é encarregado da elaboração dos expedientes dos processos do sistema PJe, encaminhamento da publicação de todos os setores da Vara, arquivamento dos agravos de instrumento; a servidora Carla Sá cuida da elaboração dos expedientes dos processos físicos, controle dos feitos em fase de leilão e os que necessitam de perícias; certificação de prazos; o servidor Fernando Henrique Bibi realiza a triagem de todos os processos que são devolvidos com petição juntada, sendo o responsável pela elaboração de minutas dos despachos e atos ordinatórios de menor complexidade e a elaboração de alvarás; o servidor José Airton Ferreira dos Santos é responsável pela minuta dos despachos de média complexidade; a servidora Egleise Montarroyos Costa é encarregada do andamento aos feitos na fase de expedição de requisitórios de pagamento; a servidora Solange Ferraz cuida da certificação dos feitos após o decurso do prazo da publicação e andamento dos feitos devolvidos da Contadoria e órgãos da Fazenda pública.

**ATENDIMENTO:** O servidor Tarcísio Barros é responsável pelo atendimento aos advogados; remessa externa dos autos ao Ministério Público Federal, Fazenda Pública, Defensoria Pública e arquivamento dos feitos baixados.

### **7.7.2.2. Organização dos Gabinetes.**

A assessoria dos gabinetes trabalha em conjunto para os dois magistrados. Não há divisão por matéria, ficando destacado um assessor para a análise das liminares e tutelas. Outro assessor cuida das decisões interlocutórias de maior densidade e os demais assessores, das sentenças.

Com exceção da assessora Patrícia de Almeida, responsável pelas decisões interlocutórias, as demais assessoras (Maria Eduarda de Mendonça Barros, Narele Coelho Ribeiro, Ana Cristina Oliveira da Silva e Christiane Carvalho Azevedo) se revezam no desempenho das demais atribuições supracitadas.

Os processos físicos são distribuídos na estante por matéria, priorizando-se aqueles feitos que, por determinação legal, devem ter andamento o mais célere possível; e, em seguida, utiliza-se o critério da antiguidade da conclusão. Os primeiros, assim que identificados através de adesivos na capa, gozam de prioridade em seu andamento.

#### **7.7.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Em geral, os Juízes se reportam à diretora, quanto aos problemas da Secretaria, e diretamente às assessoras, quanto aos problemas relativos à administração dos Gabinetes. No entanto, há contato permanente com os demais servidores, considerando que os despachos em geral são produzidos e assinados pelo magistrado, na Secretaria.

#### **7.7.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Para alcançar as metas, orienta-se o servidor a realizar um acurado exame da petição inicial, a fim de identificar possíveis vícios processuais, evitando assim a prática de retrabalho para a Vara e, conseqüentemente, a mora processual.

Com o volume exacerbado dos feitos das classes monitória e execução de títulos extrajudiciais, adotamos a prática de realização de conciliações em grande escala, a fim de evitar a expedição e distribuição de expedientes a serem cumpridos pelo reduzido quadro de Oficiais de Justiça.

Por fim, destacamos dentro do setor de execução a priorização da expedição de requisitórios de pagamento no decorrer de todo o ano, evitando o acúmulo dessas expedições na época própria (art. 100 da Constituição Federal), garantindo assim a extinção do feito pela satisfação do crédito.

#### **7.7.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Quanto à Defensoria Pública, membros do Ministério Público e Fazenda Pública, são realizadas remessas semanais. Os advogados são atendidos com a maior presteza quando nos é solicitado.

#### **7.7.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 7ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de processos 2.099 em tramitação, e levando-



se em conta um total de 15 (quinze) servidores em atividade, a relação é de 150 processos/servidor para a 7ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.7.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

A Vara ainda busca cumprir as metas fixadas pelo CNJ. Verificou-se que a Vara cumpriu integralmente a meta 4, no que tange às ações de Improbidade Administrativas distribuídas até 31/12/2011.

#### **Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014**

No período de janeiro até julho de 2014, foram distribuídos 448 processos de conhecimento. Nesse mesmo período, foram julgados 375 feitos na fase de conhecimento. Portanto, a meta 1 ainda não foi atingida.

#### **Meta 2 - "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**

Em relação aos processos distribuídos até 31/12/2008, a meta 2 ainda não foi atingida. Existem 8 (oito) processos ainda pendentes de sentença. Em sua maioria, problemas na fase de instrução impedem o julgamento do feito. Ainda estão pendentes de julgamento os seguintes processos: 0016710-70.2008.4.05.8300, 0004072.05.2008.4.05.8300, 0007085-12.2005.4.05.8300, 0008910-88.2008.4.05.8300, 0010747-81.2008.4.05.8300, 0010842-14.2008.4.05.8300, 0018403-89.2008.4.05.8300 e 0012638-40.2008.4.05.8300.

Do total geral de 82 processos ativos, que foram distribuídos em 2009, 46 foram julgados, o que corresponde a o percentual de 56,10% dos processos distribuídos naquele ano.

#### **Meta 4 - "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012"**

A meta foi integralmente cumprida em relação às ações distribuídas até 31/12/2011. Até o momento, não foi atingida a meta quanto às ações distribuídas em 2012.

#### 7.7.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241

3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período

analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 7ª Vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha decrescente que se tem adotado no último ano. Nesse sentido, a 7ª vara julgou, no ano de 2012, 980 processos e, no ano de 2013, 620 processos.

#### **7.7.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 801 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 2.064 feitos, o que quer dizer que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 157 %. Em que pese uma sensível extrapolação do limite entre os conceitos numéricos C e D (acima referidos), a Vara encontra-se em boa situação, quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumprido salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser feita a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Além disso, há de se levar em consideração também que o magistrado titular foi por diversas vezes convocado para substituir desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o que, à evidência, compromete de alguma forma as atividades regulares na Vara.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior em 157% ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está eficiente ideal, merecendo o **conceito “B”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório. Ademais, na análise comparativa, a 7ª Vara tem revelado boa gestão do serviço jurisdicional e conseqüentemente, melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

#### **7.7.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.2.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 50 (cinquenta) processos físicos para correição, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

**- Demora na juntada de expediente:**

0003567-38.2013.4.05.8300  
0017205-80.2009.4.05.8300

**- Demora na prolação de despacho:**

0005431-82.2011.4.05.8300  
0009023-71.2010.4.05.8300  
0009490-79.2012.4.05.8300  
0017156-34.2012.4.05.8300  
0020031-94.2000.4.05.8300  
0010207-28.2011.4.05.8300

**- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0016710-70.2008.4.05.8300  
0007135-96.2012.4.05.8300  
0009023-71.2010.4.05.8300  
0009490-79.2012.4.05.8300  
0010842-14.2008.4.05.8300  
0017156-34.2012.4.05.8300  
0020031-94.2000.4.05.8300  
0020803-37.2012.4.05.8300

**- Paralisação irregular do processo:**

0000034-77.1990.4.05.8300  
0016710-70.2008.4.05.8300  
0000604-57.2013.4.05.8300  
0007178-96.2013.4.05.8300  
0008506-37.2008.4.05.8300  
0013246-96.2012.4.05.8300  
0017156-34.2012.4.05.8300  
0003603-80.2013.4.05.8300  
0009951-51.2012.4.05.8300  
0020803-37.2012.4.05.8300  
0017205-80.2009.4.05.8300  
2006.83.00.007175-6  
0003917-02.2008.4.05.8300  
2008.83.00.004249-2  
0006517-79.1997.4.05.8300

0003567-38.2013.4.05.8300  
0010207-28.2011.4.05.8300  
0012109-79.2012.4.05.8300  
0013598-69.2003.4.05.8300  
0015438-46.2005.4.05.8300  
2008.83.00.012638-9  
0002084-22.2003.4.05.8300  
2008.83.00.004361-7  
0004304-27.2002.4.05.8300  
0016380-05.2010.4.05.8300  
0016444-15.2010.4.05.8300

**- Demora na cobrança de carta precatória:**

0007135-96.2012.4.05.8300

**- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0016380-05.2010.4.05.8300

**- Demora na publicação:**

0000034-77.1990.4.05.8300  
0016710-70.2008.4.05.8300  
0020493-22.1998.4.05.8300  
0003122-79.1997.4.05.8300  
0005431-82.2011.4.05.8300  
0007135-96.2012.4.05.8300  
0007178-96.2013.4.05.8300  
0009490-79.2012.4.05.8300  
0017156-34.2012.4.05.8300  
0020031-94.2000.4.05.8300  
0003603-80.2013.4.05.8300  
2006.83.00.007175-6  
2008.83.00.004361-7  
2008.83.00.012638-9  
2008.83.00.012638-9  
0016444-15.2010.4.05.8300

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0003567-38.2013.4.05.8300  
0013241-40.2013.4.05.8300  
0000604-57.2013.4.05.8300

**- Demora na conclusão:**

0000034-77.1990.4.05.8300  
0020493-22.1998.4.05.8300  
0005431-82.2011.4.05.8300  
0008506-37.2008.4.05.8300  
0010842-14.2008.4.05.8300  
0013246-96.2012.4.05.8300  
0017156-34.2012.4.05.8300  
0020031-94.2000.4.05.8300

2006.83.00.007175-6  
0003917-02.2008.4.05.8300  
0013598-69.2003.4.05.8300  
0017205-80.2009.4.05.8300  
0006517-79.1997.4.05.8300  
2008.83.00.012638-9  
2008.83.00.004361-7  
0002084-22.2003.4.05.8300  
0004304-27.2002.4.05.8300  
0016444-15.2010.4.05.8300

**- Petição não localizada:**  
0012905-22.2002.4.05.8300

**- Demora do processo na Contadoria do Foro:**  
0020031-94.2000.4.05.8300

**- Demora na cobrança de laudo pericial após o prazo previsto:**  
0009951-51.2012.4.05.8300  
0016444-15.2010.4.05.8300

#### **7.7.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados 20 (vinte) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**  
0800096-49.2011.4.05.8300  
0800109-48.2011.4.05.8300  
0800684-22.2012.4.05.8300  
0800799-43.2012.4.05.8300  
0801424-77.2012.4.05.8300

**- Lapso entre conclusão e prolação da sentença:**  
0800684-22.2012.4.05.8300  
0800923-26.2012.4.05.8300  
0801424-77.2012.4.05.8300

**- Lapso entre distribuição e despacho inicial/liminar:**  
0800109-48.2011.4.05.8300

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**  
0800088-72.2011.4.05.8300  
0800095-64.2011.4.05.8300  
0800109-48.2011.4.05.8300

0800684-22.2012.4.05.8300  
0800695-51.2012.4.05.8300  
0801071-37.2012.4.05.8300  
0801236-50.2013.4.05.8300  
0801424-77.2012.4.05.8300  
0801681-34.2014.4.05.8300

**- Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão:**

0801561-88.2014.4.05.8300  
0801681-34.2014.4.05.8300

**- Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão:**

0800088-72.2011.4.05.8300  
0800110-33.2011.4.05.8300  
0800389-48.2013.4.05.8300  
0800695-51.2012.4.05.8300  
0800799-43.2012.4.05.8300  
0800974-37.2012.4.05.8300

### **7.7.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

– Demora recorrente na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores;

### **7.7.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Durante os trabalhos de correição na 3ª Vara Federal, foram verificadas algumas práticas que merecem ser relatadas, para adoção pelas demais unidades jurisdicionais, naquilo que for cabível. Podem ser destacadas as seguintes



- Realização de ciclos de conciliação.
- Plena utilização das ferramentas estatísticas a fim de corrigir o mais rapidamente as obstruções observadas no curso dos processos.

#### **7.7.8. CORREIÇÃO ANTERIOR E AUTOINSPEÇÃO**

Foi relatado o atendimento às determinações da Corregedoria no que tange aos processos objeto de suas observações, bem como que há uma constante preocupação dos Magistrados em transmitir aos Gabinetes e à Secretaria do Juízo as recomendações feitas pela Corregedoria. A Secretaria tem procurado minimizar as falhas observadas, na medida do possível, devido, principalmente, ao grande volume de feitos físicos ainda em tramitação nesta 7ª Vara Federal.

Após a última autoinspeção foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara, que busca sempre conduzir os feitos de forma mais célere. No momento da inspeção, ficam mais evidentes as falhas e os acertos na forma como a Vara tem administrado seu acervo, e a diminuição das ações de execução de título extrajudicial é uma prioridade que foi constatada no decorrer da inspeção.

Outro desafio enfrentado pela Vara é o de reduzir o número de mandados/expedientes a serem cumpridos pelos Oficiais de Justiça, haja vista que a Vara encontra-se com apenas dois oficiais para cumprimento em toda a Região Metropolitana do Recife (uma servidora dessa área se encontra no gozo de licença maternidade).

#### **7.7.9. RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA-REGIONAL**

Sem prejuízo de outras recomendações já explicitadas no presente relatório, a Corregedoria-Regional destaca as seguintes:

- Aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, haja vista que, embora tenha sido reportado um controle de prazos na Vara, foram verificadas paralisações longas constatadas em alguns dos processos selecionados por amostragem, a indicar que o controle de metas não está funcionando de modo eficiente.

- Concepção de um *layout* que permita a localização da Sala da Direção de Secretaria em local com acesso visual ao maior número de setores da Vara, inclusive, se possível, do balcão de atendimento.

- Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

- Os servidores devem ser orientados a certificar a data em que os autos foram recebidos do Tribunal e, em sendo o caso, providenciar de imediato a mudança na classe do feito para “Cumprimento de Sentença”.

– Não realizar a fase de recebimento quando o processo estiver tramitando de forma digitalizada perante os Tribunais Superiores, devendo fazê-lo apenas quando houver o efetivo julgamento. Nesses casos, o processo deve permanecer com a fase 14 no TEBAS, havendo apenas a sua localização física na Vara até que haja a devolução dos autos à origem pelos Tribunais.

– Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições, já que esse foi um dos motivos mais recorrentes para as paralisações verificadas nos processos correicionados.

## **7.8. 8ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - PETROLINA**

### **7.8.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Petrolina está localizada na Praça Santos Dumont, no aludido Município.

A 8ª Vara de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.583, de 06/01/1987 e instalada com base no Provimento CJF nº 329, de 10/06/1987.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 8ª Vara tem competência mista para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e *Juizado Especial Federal*.

O horário de expediente da 8ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo.

#### **7.8.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Não foi estabelecido pelo TRF – 5ª Região quantidade de cargos quando da criação da 8ª Vara Federal, conforme informação prestada pelo Núcleo de Gestão de Pessoas – NGP

A 8ª Vara conta com 14 (quatorze) servidores efetivos.

##### **7.8.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal THALYNNI MARIA DE LAVOR PASSOS exerce a magistratura federal desde 16/04/2008 e em 16/04/2014 assumiu a titularidade da 8ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: férias de 22/4/2014 a 21/5/2014 e licença para tratamento de saúde por (10 dias), a partir de 24/02/2014.

A Juíza Federal Titular reside na Cidade de Petrolina (PE) e não exerce a docência.

##### **7.8.1.1.2. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto**

O Juiz Federal PABLO ENRIQUE BALDIVIESO exerce a magistratura federal desde 15/01/2014 e está atuando como Juiz Substituto na 8ª Vara desde 23/04/2014.

Em 23/04/2014, o Juiz Federal Pablo Enrique Baldivieso assumiu a vaga de substituto da 8ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

O Magistrado está respondendo cumulativamente pela 27ª Vara Federal de Pernambuco (Ouricuri/PE), até ulterior deliberação, em conformidade com os Atos n.ºs 253/CR e 350/CR, da Corregedoria-Regional.

O Juiz Federal Substituto reside na Cidade de Petrolina (PE) e até o presente momento não está exercendo Docência (exercia a docência no período em que era Juiz de Direito da Comarca de Barreiras (BA), antes de assumir a magistratura federal.

#### **7.8.1.1.3. Servidores**

Não foi estabelecido pelo TRF – 5ª Região quantidade de cargos quando da criação da 8ª Vara Federal.

Há 14 (quatorze) servidores efetivos na 8ª Vara. Há 04 (quatro) servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), com as seguintes especificidades de grau de instrução, área de formação e o cargo/função que ocupa, bem como o órgão de origem: Meygles Andressa , Mat. 3212, Direito, FC05 (oficial de gabinete) – órgão : TJDF, Vera Nice P. Conceição, Mat. 2190, Adm. Empresa, FC04 (supervisora crime) – órgão: PMP, Alberaci D. Amorim, Mat. 1361, Lic. Letras, FC03, órgão: PMP, Marluce Evangelista de Moraes, Mat. 2403, Lic. Letras, FC03.

#### **7.8.1.1.4. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 3 (três) estagiários, atuando 01 (um) na Secretaria da Vara e 03 (três) no Gabinete.

### **7.8.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 8ª Vara é das 09:00 horas às 18:00 horas (os servidores trabalham em esquema de turnos: uma turma entra 7 as 14h e outra das 12 as 19 horas – exceto a diretora de secretaria que fica das 9 as 18 horas com intervalo para almoço).

#### **7.8.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

A Secretaria da Vara está subdividida em setores, conforme descrito a seguir:

Setor Criminal: Vera Nice P. Conceição (Supervisora) é a única servidora no setor

Setor Cível: Maria Alves (supervisora), Jorge Adriano (Auxilia nos despachos, decisão e movimentação processual/controle de prazo, atendimento ao balcão) e Alberaci Amorim (confeção de expedientes, RPV/PCR, controle de prazo, cargas e atendimento ao balcão).

Juizado Especial Federal: Jerliano Moura (supervisor) – único servidor no setor, auxiliado por 2(dois) estagiários.

Execução Fiscal: Edgar Alves (supervisor do setor), Ana Beatriz (encarregada confeção de despachos/decisões, controle de prazo, movimentação processual e atendimento ao balcão e realização de audiência nos 3 (três) sistemas), Denise Soares (Responsável pela Publicação da Vara, despachos/decisões, atendimento ao público), Marluce Evangelista (responsável pela confeção dos expedientes e atendimento ao público).

Diretora de Secretaria: Carla Duarte Muniz.

Assessoria Juiz Titular e Substituto: Rogério Dias, Meygles Andressa e Jerusa Oliveira (responsável pelas sentenças, decisões e despachos de maior complexidade de todos os sistemas - TEBAS, CRETA e PJE e dos dois juízes (Titular e Substituto).

Os processos com prioridade são identificados com a etiqueta correspondente.

No caso dos processos virtuais, o próprio sistema de acompanhamento de processos dos Juizados Especiais Federais (Sistema Creta) mantém o controle automático das prioridades legais, classificando os processos de acordo com a idade do autor, conforme este se enquadre na hipótese do art. 71, da Lei nº 10.741/2003.

Na Secretaria, os processos são separados por prazo de controle (dias 10, 20 e 30 de cada mês). As estantes são etiquetadas com os prazos do mês: exemplo: 10/05/2014, 20/05/2014 e 30/05/2014 e todos os processos localizados nas referidas prateleiras. Nestas datas, os processos são analisados e movimentados para a fase seguinte.

#### **7.28.2.2. Organização dos Gabinetes**

Os processos são separados por assunto e prioridade. Inicialmente, são colocados na prateleira denominada "TRIAGEM". Em seguida, é realizada a triagem e são distribuídos de acordo com o ato processual (decisão/sentença), a natureza (cível, fiscal, criminal). Nesse procedimento, observa-se que não poderá ultrapassar o prazo de 30 dias da conclusão para retorno à Secretaria.

#### **7.8.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

São realizadas reuniões semanais com a equipe de cada setor para levantamento de sugestões e acompanhamento da produtividade do setor. Além disso, os magistrados assinam diariamente as minutas de despacho, decisão e

expedientes na própria Secretaria, em mesa reservada, ocasião em que são esclarecidas as dúvidas e apresentadas sugestões pelos servidores.

#### **7.8.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

- Organização do processo de produção, para assegurar bons resultados por meio do estabelecimento de procedimentos padronizados;
- Produção em série (triagem e separação de autos); Documentos padronizados (mandados, editais, etc.) facilitando a realização das tarefas, por meio da utilização de ferramentas de informática;
- Definição do quadro de atribuições e respectivos responsáveis;
- Fixação de metas de produção com controle diário (quantitativo, qualitativo e temporal), para as atividades de maior impacto no resultado final;
- Juntadas diárias de petições/expedientes e posterior análise, no prazo máximo de 15(quinze) dias; Controle de processual com prazos decenais.

#### **7.8.2.5. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes**

O atendimento é realizado durante o expediente na 8ª Vara Federal de Pernambuco (das 9 às 18 horas), sem necessidade de prévio agendamento. Em regra, os advogados são recebidos e atendidos pelo juiz na presença de um servidor da Assessoria ou do Diretor de Secretaria. O agendamento apenas ocorre quando solicitado pelos membros acima referidos, em caso de reunião para tratar de assuntos diversos.

#### **7.8.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 8ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 1.724 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 18 (dezoito) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 95,7 processos para cada servidor da 8ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.8.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Em 2014 foram distribuídos 557 processos, sendo 140 processos físicos e 417 processos eletrônicos. No mesmo período, foram julgados 430 processos (224 processos físicos e 206 processos eletrônicos).

META 1:

<b>DISTRIBUIDOS (01/01/2014 a 29/8/2014)</b>	TEBAS	CRETA	PJE	TOTAL
	44	998	131	1.173
<b>JULGADOS (01/01/2014 a 29/8/2014)</b>	TEBAS	CRETA	PJE	TOTAL
	70	812	110	992

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**

Essa meta foi integralmente cumprida no tocante aos juizados federais (não existem processos dos anos 2008/2011 em tramitação).

Com relação aos processos físicos, existem 04 (quatro) processos na seguinte situação:

<b>PROCESSO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
0000600-69.2008.4.05.8308	Aguardando apresentação de alegações finais prazo até 04/09/2014
0000767-81.2011.4.05.8308	Aguardando audiência marcada para 07/10/2014.
0000680-33.2008.4.05.8308	Expedida Carta Precatória em 30/8/2014 para realização de perícia no juízo deprecado
001154-04.2008.4.05.8308	Proferido despacho concedendo prazo para o MPF apresentar endereço atualizado da parte.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Essa meta foi cumprida integralmente com relação às Ações da Classe 02 (Civil Pública de Improbidade, até 2012, apenas três processos). Estão devidamente sentenciadas e estão incluídas no rol de processos para correição. Ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública foram relacionadas no item próprio acima.

#### **7.8.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem, além da 8ª, competência comum com juizado especial são as 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25, 26ª, 27ª, 28ª, 34ª e 35ª.

Foram instaladas juntamente com a 25ª, as 26ª (Palmares), 27ª (Ouricuri) e 28ª (Arcoverde) Varas, de modo que o exame dos indicadores dessas unidades jurisdicionais deve se conter, apenas, aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656	4.141	4.062			
17ª	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18ª	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª	9.033	6.462	5.445	5.006		
24ª	5.635	4.171	4.050			
25ª				3.299	2.409	2.200
26ª				3.512	2.577	2.872
27ª				2.085	2.642	2.918
28ª				2.686	1.878	2.477
34ª						191
35ª						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, na 8ª Vara, ano a ano, vem ocorrendo uma diminuição da demanda.



**b) Dados de processos julgados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8 <sup>a</sup>	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16 <sup>a</sup>	6.470	4.634	4.726			
17 <sup>a</sup>	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18 <sup>a</sup>	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20 <sup>a</sup>	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23 <sup>a</sup>	7.796	5.027	7.732	4.560		
24 <sup>a</sup>	6.818	4.715	4.730			
25 <sup>a</sup>				2.897	2.078	1.785
26 <sup>a</sup>				2.608	2.467	2.356
27 <sup>a</sup>				1.711	2.699	2.931
28 <sup>a</sup>				1.606	2.322	2.505
34 <sup>a</sup>						87
35 <sup>a</sup>						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

A 8<sup>a</sup> Vara, entretanto, ano a ano, vem julgando menos processos. Entre os anos de 2008 e 2013 a diferença para menos, quanto aos julgados, foi mais de 1.000 processos.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8 <sup>a</sup>	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16 <sup>a</sup>	7.864	5.326	4.989			
17 <sup>a</sup>	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18 <sup>a</sup>	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20 <sup>a</sup>	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23 <sup>a</sup>	7.292	5.793	9.256	5.299		
24 <sup>a</sup>	7.672	6.326	4.932			
25 <sup>a</sup>				2.693	2.260	1.895
26 <sup>a</sup>				2.864	2.612	2.412
27 <sup>a</sup>				1.722	2.579	3.018
28 <sup>a</sup>				1.216	2.383	2.569
34 <sup>a</sup>						41
35 <sup>a</sup>						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Acontece que a 8ª Vara vem, cada vez mais, arquivando menos processos.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª	6.002	4.395	3.506			
25ª				1.235	1.486	1.978
26ª				1.682	1.650	2.015
27ª				2.495	2.325	2.231
28ª				2.812	2.225	1.983
34ª						641
35ª						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

O número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial vem diminuindo. No que tange à 8ª Vara, há um número significativo de processos sobrestados/suspensos. Por conseguinte, levando em consideração a tramitação ajustada, o número de processos distribuídos em 2013 foi superior ao de em tramitação, conforme indicativo da tabela abaixo.

	<b>DISTRIB</b>	<b>TRAMIT</b>	<b>TRAM AJUST</b>	<b>FISICO</b>	<b>PJE</b>	<b>VIRTUAL</b>	<b>SUSP/ARQUIV</b>	<b>%</b>
<b>C + JEF</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>						
8ª	1.893	2.034	955	1773	46	215	1079	50,45%
16ª								
17ª	1.899	2.037	775	1766	54	217	1262	40,81%
18ª	4.213	2.239	1541	1472	53	714	698	36,58%
20ª	2.939	2.017	1315	1427	29	561	702	44,74%
23ª								
24ª								
25ª		1.978	1249	1164	71	743	729	56,77%

	2.200							
26ª	2.872	2.015	1517	1257	56	702	498	52,82%
27ª	2.918	2.231	947	1677	38	516	1284	32,45%
28ª	2.477	1.983	1283	1421	60	502	700	51,80%
34ª	191	641	641	132	3	506	0	335,60%
35ª	178	654	654	130	0	524	0	367,42%
<b>Total</b>	<b>21.780</b>	<b>17.829</b>	<b>10877</b>	<b>12219</b>	<b>410</b>	<b>5200</b>	<b>6952</b>	<b>49,94%</b>

#### 7.8.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 1.893 processos na 8ª Vara, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 955 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos, o que resulta no grau de efetividade no patamar ideal, sem embargo das recomendações estabelecidas.

Cumprido salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 8ª Vara inferior ao de distribuídos, revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência da 8ª Vara Federal, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas, a fim de aperfeiçoar a prestação da atividade jurisdicional.

#### 7.8.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO

##### 7.8.5.1. Processos físicos

Foram selecionados para correição 55 (cinquenta e cinco) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

0000684-36.2009.4.05.8308 – mais de 1 mês

**– Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias**

0001450-84.2012.4.05.8308 - 120 dias

**– Paralisação irregular (cumprimento de determinação judicial):**

0000684-36.2009.4.05.8308 – 24 dias

00000026-41.2011.4.05.8308 – 30 dias para cumprimento de despacho.

**– Ausência de acompanhamento de precatórios e/ou cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0000767-81.2011.4.05.8308 – mais de 4 meses.

**– Demora na publicação:**

0000767-81.2011.4.05.8308 – 27 dias

0001450-84.2012.4.05.8308 - 100 dias

000005163-57.2013.4.05.8300 - 45 dias

**– Demora na conclusão:**

0000684-36.2009.4.05.8308 – mais de 2 meses

0000444-76.2011.4.05.8308 – 3 meses

**– Processo sem movimentação processual em determinado período:**

0000684-36.2009.4.05.8308 – 11 meses

0001097-83.2008.4.05.8308 - 3 meses e 15 dias.

### **7.8.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800134-66.2013.4.05.8308

**- Lapso temporal para cumprimento de despacho/decisão:**

0800134-66.2013.4.05.8308

**- Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**

0800003-62.2011.4.05.8308

0800104-31.2013.4.05.8308

**- Nova conclusão feita em processo já concluso:**

0800003-62.2011.4.05.8308

### **7.8.5.3. Processos do SISTEMA CRETA**

Foram selecionados para correição 15 (quinze) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0500493-55.2014.4.05.8308 - 09 (nove) dias

**- Processo irregularmente paralisado:**

0500493-55.2014.4.05.8308 - 53 (cinquenta e três) dias.

### **7.8.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Demora na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

- Demora para a execução das tarefas pela Secretaria.

Recomendação: o volume de serviço é pequeno, o que facilita o controle do serviço para evitar o atraso na prática dos atos da secretaria, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento das tarefas.

### **7.8.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

- Utilização de cores diferentes nas placas de sinalização das dependências de cada Vara, para facilitar o acesso do jurisdicionado às unidades jurisdicionais.

- Diminuição da burocracia do PJE, dando mais liberdade de gerenciamento nos moldes observados pelo sistema Creta.

- Qualificação de servidores, notadamente supervisores, diretores e dos juízes no tocante à função de gerenciamento e controle.

- Divulgação de boas práticas de outras Varas e Tribunais para consulta.

- Elaboração de Manual da Corregedoria com todos os pontos relevantes observados nas correições, de forma padronizada, divulgando-se, no início da gestão, eventuais mudanças.

#### **7.8.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente.

## **7.9. 9ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.9.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 9ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base no Permissivo Constitucional CF-1967, art. 123, § 2º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 07/1977 (Constituição Federal de 1988), e implantada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 12, de 11/09/1989.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 10ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

#### **7.9.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.9.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal UBIRATAN DE COUTO MAURÍCIO exerce a magistratura federal desde 09/10/1991. Assumiu a titularidade da 9ª Vara em 20/02/1995, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: Férias: somente do Juiz titular: 94 dias (30/08 a 20/09/2012 e 05 a 12/11/2012; 07/01 a 05/02/2013 e 01 a 04/07/2013; 16/06 a 15/07/2014). Outros: 02 dias (Congresso Internacional de Direito Ambiental promovido pelo CJF no STJ em 09 e 10/12/2013). Período total de afastamento (em meses e dias): 96 dias.

O Magistrado atuou como Juiz Formador até 19/12/2012, com os relatórios de 2011.2 relativos aos juízes vitaliciandos apresentados em 19/11/2011, quando encerrou o período de acompanhamento destes.

O Magistrado reside na região metropolitana em que se situa a Vara, e exerceu a docência nas seguintes instituições: Universidade Católica de Pernambuco, nas terças e quintas-feiras, das 07:30 às 11 horas; quartas-feiras, das 18:30 às 22 horas e nos sábados, das 07:30 às 11:00 horas.

##### **7.9.1.1.2. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto.**

O Juiz Federal BERNARDO MONTEIRO FERRAZ exerce a magistratura federal desde 12/09/2013, quando assumiu na 2ª Região. Está em atuação como Juiz Substituto da 9ª Vara desde 25/04/2014, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve em substituição, em razão de férias ou afastamentos de outro magistrado (superiores a 30 dias), de 25/06 a 24/07/2014, durante as férias do Juiz titular da 12ª Vara.

O magistrado substituto reside na região metropolitana onde se localiza a 9ª Vara e exerceu a docência no Curso Ênfase, de 02 e 09/08/2014, aos sábados, das 8:00 às 17:00 horas.

#### **7.9.1.1.3. Servidores.**

Há 15 (quinze) cargos estabelecidos para a 9ª Vara, conforme Portaria nº 577/2011, da Direção do Foro em 07 de outubro de 2011. Há 11 (onze) servidores efetivos e 05 (cinco) requisitados.

Não há servidores efetivos cedidos e consta 05 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

As Funções Gratificadas vagas na 9ª Vara são as seguintes: GDS – Secretário do Diretor de Secretaria (FC - 03); GDS – Assistente-Técnico III do Diretor de Secretaria (FC – 03); GJT – Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Titular (FC- 04) e GJS – Supervisor-Assistente Gabinete do Juiz Substituto (FC 04).

#### **7.9.1.1.4. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários, todos atuando tanto na Secretaria da Vara quanto no Gabinete.

### **7.9.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 3ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas.

#### **7.9.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

O horário de expediente da 9ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas.

Há 08 servidores atuando na Secretaria e estão divididos administrativamente nos seguintes setores.

<b>SETORES DA SECRETARIA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>SERVIDORES</b>
GDS – Diretor de Secretaria – CJ - 03	Inerentes à direção e assessoramento	Zeno da Silva Barros Júnior
GDS – Gabinete do Diretor de Secretaria	Administrativas e processamento dos feitos: juntada de documentos, carga dos autos e distribuição de mandados	Edson Gonçalves da Silva
Setor de Ações de Rito Ordinário	Supervisão e processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	Fábio Koury Soares
	Processamento geral dos feitos,	Rosângela Maria



Setor de Ações de Rito Ordinário	divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	Fernandes Silva
Setor de Ações de Rito Ordinário	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	Edjane Cordeiro Coelho
Setor de Ações de Rito Ordinário	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	Jorge Erhardt de Melo Neto
Setor de Ações de Rito Especial	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	Lincoln Correia de Oliveira
Setor de Ações de Rito Especial	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	José Fernando Barbosa Vieira

Para organização dos processos na Secretaria da Vara, é feita a divisão por dígitos e etiquetas fixadas nos processos considerados prioritários.

#### **7.9.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 04 servidores atuando nos Gabinetes, ocupando o seguintes cargos:

<b>GABINETES</b>	<b>SERVIDORES</b>
GJT - Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Érika Guedes de França
GJT - Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Titular	Antônio Cavalcanti Lins Júnior
GJS – Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Alexander de Medeiros Ferreira
GJS – Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Substituto	Eveline Maria Rietra Loyo da Fonseca

A Vara realiza uma triagem prévia para controle e ordenação dos processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades.

No controle e situação do acervo de processos, é feito o acompanhamento de relatórios gerados pelos sistemas TEBAS e PJe.

#### **7.9.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Não é comum a realização de reuniões com a equipe. Ocasionalmente, é feita quando necessário para mudança e adaptação de rotinas.

#### **7.9.2.4. Planejamento das atividades da Vara.**

Não há um planejamento específico das atividades da Vara. Segundo foi informado, ocasionalmente é feito para mudança e adaptação de rotinas.

Não há fixação de metas periódicas de produtividade na Vara e a avaliação periódica de resultados das atividades da Vara é realizada após a autoinspeção anual.

#### **7.9.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

A Vara não informou se adota algum critério diferenciado para o atendimento, em função da parte atendida.

#### **7.9.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 9ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 2.195 processos em tramitação. Levando em consideração um total de 16 (dezesesseis) servidores em atividade, a relação é de 137 processos/servidor na 9ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.9.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Em 2014, foram distribuídos 328 processos, sendo 38 físicos e 290 eletrônicos. Foram julgados 358 processos (216 físicos e 142 eletrônicos). A meta foi cumprida.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Até 2008, foram distribuídos 25 processos e julgado o percentual correspondente a 99,56% desses processos; Em 2009, foram distribuídos 18 processos e julgado o percentual correspondente a 75% desses processos.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Foi identificada a existência de 06 processos da Meta 4, os quais estão todos pendentes de julgamento, de forma que a meta não foi cumprida pela Vara.

**Meta 5. Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Segundo foi informado, a unidade vem monitorando o cumprimento da Meta nº 5/2014.

#### **7.9.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra

que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 9ª vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha decrescente que tem adotado no último ano. Nesse sentido, a 9ª vara julgou, no ano de 2012, 886 processos e, no ano de 2013, 712 processos.

#### **7.9.4.1. Avaliação da eficiência e indicadores de eficiência da Vara**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013 foram distribuídos 984 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.871 feitos, o que demonstra que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 90%.

Cumprido salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser feita a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior ao número de processos distribuídos em 90%, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está razoável, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

Ademais, na análise comparativa, a 9ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.9.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.9.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

#### **– Demora na prolação de despacho:**

00095942819994058300  
00159813920114058300  
00088816720104058300  
00171048220054058300  
00023782520134058300  
00040758620104058300  
00105470620104058300  
00125081120124058300  
00179427820124058300  
00097551820114058300  
00009458820104058300  
00200699120094058300

#### **– Demora na prolação de decisão/sentença:**

00064899620064058300  
00085964520084058300  
00045207020114058300  
00037561620134058300  
00095942819994058300  
00065317720084058300  
00000127219004058300  
00101227120135058300  
00243749420044058300  
00105592020104058300  
00190472720114058300  
00101978120114058300  
00041659420104058300  
00043457620114058300  
01444683620114058300  
00009458820104058300  
00025656720124058300  
00136927520074058300  
00097551820114058300  
00092497120134058300  
00078192120124058300  
00125081120124058300  
00186893320094058300

#### **– Julgamento de embargos de declaração:**

00110794320114058300

**- Paralisação irregular do processo (cumprimento de determinação judicial):**

00169363620124058300  
00136927520074058300  
00169264120024058300  
00105470620104058300  
00101978120114058300  
00200699120094058300  
00069990220124058300  
00000127219004058300  
00101227120135058300  
00169394020024058300  
00043457620114058300  
00048916320134058300  
00095942819994058300  
00085964520084058300  
00065317720084058300  
00092497120134058300  
00097551820114058300  
00110794320114058300  
00125081120124058300  
00045207020114058300  
00023641220114058300  
00159813920114058300  
00088816720104058300  
00105583520104058300  
00105592020104058300  
00037561620134058300  
00023782520134058300  
00009458820104058300  
00076486420124058300  
00040758620104058300  
00078192120124058300  
00158206320104058300  
00243749420044058300  
00115283520104058300  
00186893320094058300

**- Demora na publicação:**

00024172720104058300  
00021504119994058300  
00041659420104058300  
00037561620134058300  
00105470620104058300  
00037561620134058300  
00049730220104058300  
00025656720124058300  
00171048220054058300

**- Demora na conclusão:**

00009458820104058300

00049730220104058300  
00095942819994058300  
00102166320064058300  
00136927520074058300  
00169264120024058300  
00169394020024058300  
00179427820124058300  
00200699120094058300  
00023782520134058300  
00243749420044058300

**- Ausência de cobrança de devolução dos autos fora da Vara, além do prazo estipulado:**

0004973-02.2010.4.05.8300

#### **7.9.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 25 (vinte e cinco) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800401-96.2012.4.05.8300  
0800463-39.2012.4.05.8300  
0800517-05.2012.4.05.8300  
0800752-69.2012.4.05.8300  
0800771-75.2012.4.05.8300  
0801159-07.2014.4.05.8300  
0801244-27.2013.4.05.8300

**- Demora entre a conclusão e prolação da sentença:**

0800399-29.2012.4.05.8300  
0800401-96.2012.4.05.8300  
0800413-13.2012.4.05.8300  
0800517-05.2012.4.05.8300  
0800562-09.2012.4.05.8300  
0800583-82.2012.4.05.8300  
0800601-06.2012.4.05.8300  
0800613-20.2012.4.05.8300  
0800615-87.2012.4.05.8300  
0800686-89.2012.4.05.8300  
0800752-69.2012.4.05.8300  
0800771-75.2012.4.05.8300  
0800814-12.2012.4.05.8300  
0801159-07.2014.4.05.8300



0801251-53.2012.4.05.8300

- **Lapso entre oposição embargos de declaração e o julgamento:**  
0800626-19.2012.4.05.8300

- **Lapso temporal sem movimentação do processo na Secretaria:**  
0800401-96.2012.4.05.8300  
0800562-09.2012.4.05.8300  
0801160-89.2014.4.05.8300  
0801558-36.2014.4.05.8300  
0801988-22.2013.4.05.8300

- **Lapso temporal para certificação do decurso de prazo:**  
0801319-03.2012.4.05.8300

- **Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**  
0800378-53.2012.4.05.8300  
0800463-39.2012.4.05.8300  
0800530-04.2012.4.05.8300  
0800553-47.2012.4.05.8300  
0800791-66.2012.4.05.8300  
0800841-92.2012.4.05.8300  
0801319-03.2012.4.05.8300  
0801691-78.2014.4.05.8300

#### **7.9.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 9ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Demora recorrente na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores;

### **7.9.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, destaca-se o ato de autuar separadamente habilitações de sucessores processuais, quando no feito há mais de um falecido no mesmo pólo do processo, medida que evita o tumulto procedimental deste.

### **7.9.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não foram feitas determinações específicas na correição anterior e também não foram fixadas metas durante a última autoinspeção realizada na Vara.

## **7.10. 10ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.10.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 10ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base no Permissivo Constitucional CF-1967, art. 123, § 2º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 07/1977 (Constituição Federal de 1988), e implantada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 12, de 11/09/1989.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 10ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal.

#### **7.10.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

A Vara conta com 7 (sete) cargos efetivos e atualmente com o seguinte corpo de pessoal: um magistrado, o Juiz Federal Titular, Edvaldo Batista da Silva Júnior; 01 cargo de Diretor de Secretaria e 5 cargos de Técnico Judiciário; 8 (oito) servidores requisitados com vínculo com o serviço público e 04 estagiários de Direito.

##### **7.10.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular.**

O Juiz Federal EDVALDO BATISTA DA SILVA JÚNIOR exerce a magistratura desde 09/01/1991 e assumiu a titularidade da 10ª Vara em agosto de 2007, nela permanecendo até o momento atual.

A Vara não possui Juiz Federal Substituto.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: férias de 13/12/2012 a 14/12/2012; de 07/01/2013 a 05/02/2013; de 14/02/2013 a 17/02/2013; de 03/06/2013 a 28/06/2013; de 07/01/2014 a 22/01/2014; 25/06/2014 a 20/07/2014; e de 25/07/2014 a 07/08/2014. O período total de afastamento foi de 3 (três) meses e 26 (vinte e seis) dias.

O Magistrado reside na região metropolitana em que se situa a Vara, e atualmente não exerce docência.

##### **7.10.1.1.2. Servidores**

A 10ª Vara Federal não apresenta um número definido de cargos efetivos, porquanto tal circunstância não foi prevista quando de sua criação, fato

este comum a todas as 10 (dez) primeiras varas da Seção Judiciária em análise. Diante disso, a Direção do Foro estabeleceu, por meio da Portaria n.º 577/2011, o quantitativo de 15 (quinze) servidores para as varas cíveis e criminais e 17 (dezesete) para as de execução fiscal e os Juizados Especiais Federais, excluídos de tais quantitativos os oficiais de justiça e incluídos os servidores requisitados, removidos e lotados provisoriamente em cada vara.

Há 1 (um) cargo com vacância superior a 24 (vinte e quatro) meses.

A 10ª Vara Federal de Pernambuco conta, nos termos da portaria supracitada, com 7 (sete) cargos efetivos (01 cargo de Juiz Federal Titular, 01 cargo de Diretor de Secretaria e 5 cargos de Técnico Judiciário), sendo que 5 (cinco) efetivamente atuam na vara.

Existem 8 (oito) servidores requisitados com vínculo com o serviço público. Apenas o Diretor de Secretaria (CJ-03) não possui tal vínculo. No ato da correição, havia 3 (três) Funções Comissionadas vagas, sendo 01 (um) Oficial de Gabinete do Juiz Substituto - FC-05; 01 (um) Assistente Técnico III - FC-03; e 01 (um) Auxiliar Especializado - FC-02.

Uma servidora estava afastada para tratamento de saúde.

#### **7.10.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 4 (quatro) vagas para estágio, estando apenas 3 (três) delas preenchidas. Os estagiários atuam na Secretaria.

### **7.10.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 10ª Vara Federal é de 9 às 18 horas.

Os servidores que fazem o trabalho interno estão divididos administrativamente em 06 (seis) setores.

#### **7.10.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

Na Secretaria, há 09 (nove) servidores lotados, organizados da seguinte forma:

I – SETOR DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS: é o responsável pelas tramitações dos feitos em execuções e embargos e demais feitos conexos às execuções, somando aproximadamente 700 (setecentos) processos.

II – SETOR DE AÇÕES DE RITO ORDINÁRIO: é o responsável pelos feitos ordinários em tramitação perante a 10ª Vara, perfazendo o número de aproximadamente 600 (seiscentos) processos.

III – SETOR DE AÇÕES DE RITO ESPECIAL E MANDADO DE SEGURANÇA: é o responsável pela tramitação das ações de improbidade

administrativa, busca e apreensão, depósito, protesto, mandados de segurança, carta precatória, declaratória e demais feitos conexos não enquadrados nos itens acima. O setor conta com pouco mais de 600 (seiscentos) processos.

IV – SETOR DE PRECATÓRIOS E CÁLCULOS: é o responsável pela elaboração e emissão dos alvarás, precatórios, RPV, além de elaboração de cálculo do Juízo, contando com pouco menos de 300 (trezentos) processos.

V – SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO: é o setor que lida com a distribuição, análise dos feitos e suporte aos demais setores do juízo.

VI – SETOR DE PUBLICAÇÃO: é o responsável pelas publicações referentes à Vara.

A servidora Sandra Figueira Pontual também é responsável, juntamente com as servidoras Roberta de Paula Gomes Coelho Paiva e Brigida Maria de Couto Almeida, pelas movimentações e expedientes dos processos judiciais eletrônicos (Pje) em trâmite perante este Juízo.

Além dos 6 (seis) setores específicos mencionados, a 10ª Vara ainda possui as seguintes subdivisões e sistemáticas de trabalho:

I – a Direção da Secretaria;

II - o Gabinete do MM. Juiz Federal Titular, que conta com 03 (três) servidores;

III - o Gabinete do Juiz Federal Substituto (vago), que conta com 02 (dois) servidores. Um deles foi remanejado para o setor de atendimento, haja vista a ausência de Juiz Substituto.

IV – a Expedição de Documentos: em verdade, inexistente setor com a função específica de expedir documentos (mandados, ofícios, etc), dada à insuficiência do efetivo em lotação nesta Serventia Judiciária, razão pela qual cada setor se encarrega de expedir os documentos necessários ao bem andar de seu labor. Calha destacar que foi estabelecido o critério de que cada setor, após a numeração dos expedientes, faça constar seu sinal identificador, tomando-se por base a sigla do respectivo setor responsável pelo andamento do feito (EX, RE, CONH., REQ., PUB., etc.).

Foi esclarecido que alguns servidores, em razão da necessidade premente do serviço, são desviados de suas funções originárias, exercendo provisoriamente outras atribuições em vários setores mais carentes de pessoal na Secretaria, procedimento exigido pelas circunstâncias em relação a alguns servidores da Secretaria, já que além de não contar esta Vara, desde o final do ano pretérito, com a lotação completa de servidores, a força de trabalho desses serventuários torna mais eficaz o labor na Secretaria do Juízo, por serem alguns poucos bacharéis em Direito, qualificação esta da qual muito padece a Vara em relação à maioria dos serventuários aqui lotados.

No tocante ao sistema adotado para a organização dos processos na Secretaria da Vara, especialmente os feitos com prioridade, são localizados nos seus respectivos setores em estante e informado no sistema TEBAS com indicação

de estante, prateleira e letra para que seja mais rapidamente localizado e melhor diligenciado no que concerne aos prazos e expedientes. Já aqueles feitos com prioridade são identificados com etiquetas para uma melhor visualização.

Por fim, o controle da situação do acervo é efetuado por meio de planilhas com a relação dos processos concluídos, onde estão destacadas as ações com prioridade e com conclusão mais antiga.

#### **7.10.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 05 (cinco) servidores trabalhando no Gabinete. Em virtude do reduzido número de servidores, as atividades do Gabinete não são divididas por setor e, sendo assim, todos os servidores participam da realização de todas as atividades.

Os processos concluídos para julgamento são ordenados obedecendo ao critério da antiguidade, dando-se preferência àqueles que têm prioridade (idoso, mandado de segurança, metas do CNJ, etc.) e aos mais antigos (sem prioridade).

A assessoria busca conduzir os trabalhos procurando apreciar todos os processos no mesmo dia da conclusão, salvo alguns casos mais complexos.

#### **7.10.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

As reuniões são realizadas com os servidores dos gabinetes, enquanto as reuniões periódicas são feitas com os serventuários da Secretaria, a critério do Diretor. Somente em casos excepcionais – também nas inspeções anuais – o magistrado se reúne com o pessoal da Secretaria.

#### **7.10.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades é feito de acordo com o especificado quanto à organização da Secretaria da Vara.

Não há uma fixação de metas periódicas, visto que são seguidas tão somente as do CNJ. A avaliação dos resultados da Vara é feita por ocasião das inspeções periódicas.

#### **7.10.2.5. Metas de Produtividade**

Há uma atenção especial as metas do CNJ, com acompanhamento semanal dos processos nelas relacionados.

#### **7.10.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes**

Na Secretaria, o atendimento no balcão é prioritário. Assim, todos os servidores estão orientados para atender aos advogados ou às partes em primeiro lugar.

No que se refere às cargas, os processos destinados ao Ministério Público são encaminhados todos os dias para uma sala existente na própria sede da Seção Judiciária. A Defensoria Pública retira todas as sextas-feiras pela manhã os processos destinados ao órgão, como também as Procuradorias. Em relação aos advogados, suas solicitações são atendidas sempre que solicitadas a qualquer momento no horário do expediente.

As pessoas representativas dos órgãos supracitados, bem como os advogados e as partes, são recebidas pelo magistrado, independentemente de agendamento de horário, pela ordem de chegada e desde que não esteja havendo audiência. Os assessores também prestam as informações solicitadas a respeito dos processos.

A Vara não realiza consulta de satisfação do atendimento prestado.

Por fim, os relatórios utilizados pela 10ª Vara por meio dos Sistemas TEBAS e Processo Judicial Eletrônico são os de estatística de processos distribuídos; de tempo de posse de expedientes; de processo sem movimentação; de relatório de audiência; de estatística de processos conclusos; de estatística de sentença e sentença resolução do CJF; de processos remetidos; de processos com prazo vencido; e de relatório de precatório/RPV.

#### **7.10.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

No momento da elaboração deste relatório, a Vara contava com 2.239 processos em andamento, sendo 914 processos sob a responsabilidade do Juiz Federal Titular e 1.325 sob condução do Juiz Federal Substituto.

O acervo da vara é de 1.775 (um mil, setecentos e setenta e cinco) processos físicos e 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) processos eletrônicos para 14 (catorze) servidores, o que corresponde a uma relação de 160 (cento e sessenta) processos para cada servidor.

Segundo foi informado, nos últimos 24 meses não houve nenhum processo extraviado, assim como também não houve nenhum processo restaurado neste Juízo.

Nos últimos 24 meses foram realizadas 27 (vinte e sete) audiências e 02 (duas) inspeções judiciais.

Quanto ao número de processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos e com advogados, a Vara examinada informa a inexistência de pendências perante os órgãos da Administração ou os advogados, tendo apenas os feitos na posse das partes litigantes para manifestação dentro da tolerância do prazo.

### **7.10.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas estabelecidas pelo CNJ não vêm sendo cumpridas na 10ª Vara Federal:

A Vara informou os seguintes processos incluídos em metas do CNJ que estão pendentes:

- Ação Civil Pública n.º 0012455-69.2008.4.05.8300 e Ação Civil Pública n.º 0012465-16.2008.4.05.8300: relativas à **Meta 2**, processos apensos, aguardando conclusão de perícia para avaliação de degradação ambiental.

- Ação Monitória n.º 0003836-53.2008.4.05.8300, relativa à **Meta 2**, aguardando conclusão de perícia.

- Ação Monitória n.º 0004199-40.2008.4.05.8300, relativa à **Meta 2**: aguardando citação por edital, após sucessivas e infrutíferas diligências nos endereços fornecidos pela parte autora.

- Ação Ordinária n.º 0008901-29.2008.4.05.8300, relativa à **Meta 2**, processo concluso para julgamento.

- Ação Monitória n.º 0004178-64.2008.4.05.8300 e Ação Monitória n.º 0004481-78.2008.4.05.8300, relativa à **Meta 2**, aguardando julgamento da Ação Civil Pública n.º 0008987-05.2005.4.05.8300, que tramita perante à 12ª Vara Federal de Pernambuco.

- Ação de Improbidade Administrativa n.º 0009948-67.2010.4.05.8300, relativa à **Meta 4**: devido ao número de réus, com advogados diferentes e alguns residentes em outras comarcas, circunstância que demanda a expedição de cartas precatórias, acarretando a demora no processamento.

- Ação de Improbidade Administrativa n.º 0017366-22.2011.4.05.8300, relativa à **Meta 4**: réus com domicílio em outra comarca, fato que demandou a expedição de carta precatória, a qual não foi cumprida no Juízo deprecado, apesar das sucessivas diligências deste Juízo, inclusive perante a Corregedoria do TJPE, até ser determinado o deslocamento do oficial de Justiça deste Juízo para cumprimento da diligência.

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Em 2014, foram distribuídos 557 processos, sendo 140 processos físicos e 417 processos eletrônicos. No mesmo período, foram julgados 430 processos (224 processos físicos e 206 processos eletrônicos).

Essa meta não foi cumprida pela Vara.



**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**

Até 31/08/2008 foram distribuídos 1.058 processos e até 31/07/2014 foram julgados 1.051 procesos, o que corresponde a um percentual de 99,34% do total distribuído. Desse total, 07 processos ainda aguardam julgamento.

A Direção da 10ª Vara Federal ressaltou que, em relação aos processos distribuídos até 31/12/2009 (1080), não foi possível identificar o número de processos julgados e/ou pendentes e respectivo percentual, em virtude da não disponibilização dessas informações pelo Sistema TEBAS.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Até 31/12/2011 foram distribuídos 03 processos e até 31/07/2014 foi julgado apenas um desses feitos, o que corresponde ao percentual de 33,33%.

Até 31/12/2012 foram distribuídos 08 procesos e até 31/07/2014 foram julgados 06 processos, o que corresponde ao percentual de 75%.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal".**

A 10ª Vara Federal vem monitorando o cumprimento da Meta n.º 5/2014, bem como atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por ato que implique inelegibilidade.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, foram julgados 1.739 processos, o que representa uma média mensal de 72,5 processos. Igualmente, foram distribuídos/redistribuídos 2.019, sendo uma média mensal de 84,1 feitos.

Em relação às providências tomadas pela unidade jurisdicional para o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2013 que ainda não foram cumpridas, foi determinada a separação dos processos com identificação por meio de etiqueta para melhor visualização, designando-se um servidor específico para acompanhar o andamento dos processos, até o efetivo cumprimento da respectiva meta.

#### 7.10.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM

1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a 10ª Vara julgado, em regra, menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados.

Na relação processos distribuídos-processos julgados-processos em tramitação, no quinquênio em análise, não se verificou diminuição do estoque de processos da Vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a

cada uma das 10 (dez) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 10 (dez) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

#### **7.10.4.1. Avaliação da eficiência da Vara**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 920 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.203 feitos, o que demonstra que o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos, no percentual de 30%. Levando em conta esses critérios, os dados revelam que a 10ª Vara não apresenta uma situação favorável, quando feita uma análise individualizada e comparativa com as demais varas da 5ª região.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos levantados pela Corregedoria-Regional, com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Conforme se infere da análise dos dados estatísticos, no geral as Varas Cíveis da Seção Judiciária de Pernambuco vêm conseguindo diminuir o acervo de processos em tramitação ao longo dos anos, o que vem se verificando também na 10ª Vara Federal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior em 30,76% ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, necessita melhorar um pouco para se enquadrar no patamar ideal.

Tomando por base esses números, verifica-se que a 10ª Vara Federal possuía, em dezembro de 2013, um acervo de processos em tramitação superior ao total de processos distribuídos no ano. Esse dado, associado às constatações realizadas *in loco*, à inobservância das metas estabelecidas pelo CNJ, e ainda considerando a metodologia descrita na introdução deste relatório, posicionam a referida Vara Federal no **conceito "B"**.

### **7.10.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

#### **7.10.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

0004584-12.2013.4.05.8300 – 20 dias.  
0003974-83.2009.4.05.8300 – 60 dias, 90 dias.  
0010696-70.2008.4.05.8300 – 60 dias.  
00179-26.2012.4.05.8300 – 15 dias.

**– Demora na prolação de despacho:**

0002401-73.2010.4.05.8300 - 60 dias  
0008976-59.1994.4.05.8300 - 50 dias  
0012626-50.2013.4.05.8300 -15 dias.  
0017854-40.2012.4.05.8300 – 15 dias  
0003936-47.2004.4.05.8300 – 25 dias

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0012455-69.2008.4.05.8300 – 60 dias.

**– Paralisação irregular (cumprimento):**

0003974-83.2009.4.05.8300 – 120 dias.  
0010696-70.2008.4.05.8300 – 60 dias.  
0012626-50.23013.4.05.8300 – 30 dias e 18 dias.  
0001052-89.1900.4.05.8300 –15 dias e 60 dias.  
0000379-37.2013.4.05.8300 – 20 dias.  
0017854-40.2012.4.05.8300 – 15 dias e 40 dias.  
0012746-40.2006.4.05.8300 – 80 dias e 40 dias.  
0016543-14.2012.4.05.8300 – 150 dias.  
0012455-69.2008.4.05.8300 – 30 dias.  
0003410-36.2011.4.05.8300 – 40 dias.  
0020606-82.2012.4.05.8300 – 40 dias e 100 dias.  
0019920-95.2009.4.05.8300 – 22 dias  
0010408-83.2012.4.05.8300 – 90 dias  
0013244-29.2012.4.05.8300 – 30 dias

**– Cobrança de carta precatória – 30 dias (após o final do prazo da precatória)**

0017366-22.2011.4.05.8300 – 120 dias.  
0000379-37.2013.4.05.8300 - 90 dias, 120 dias.

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0005062-20.2013.4.05.8300 – 90 dias.  
.. 0012746-40.2006.4.05.8300 – 140 dias, 50 dias, 60 dias.

**– Demora na publicação:**

0008976-59.1994.4.05.8300 – 20 dias.  
0010198-66.2011.4.05.8300 – 15 dias.  
0001052-89.1900.4.05.8300 – 12 dias.  
010546-75.1900.4.05.8300 – 20 dias e 50 dias.  
0001247-15.2013.4.05.8300 – 20 dias.  
0000379-37.2013.4.05.8300 – 14 dias.

00179-26.2012.4.05.8300 – 15 dias.  
0016543-14.2012.4.05.8300 – 20 dias.  
0012455-69.2008.4.05.8300 – 20 dias.  
0003410-36.2011.4.05.8300 – 20 dias.  
0001014-81.2014.4.05.8300 – 22 dias

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0005062-20.2013.4.05.8300 - 35 dias, 30 dias, 20 dias.  
0012626-50.23013.4.05.8300 – 30 dias.  
0001247-15.2013.4.05.8300 – 60 dias.  
0001875-04.2013.4.05.8300 – 50 dias, 90 dias.

**– Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

010546-75.1900.4.05.8300 –100 dias.  
00179-26.2012.4.05.8300 – 120 dias, 100 dias.

**– Demora na conclusão:**

0010802-56.2013.4.05.8300 – 60 dias  
0005062-20.2013.4.05.8300 – 15 dias  
0008976-59.1994.4.05.8300 – 15 dias  
0003974-83.2009.4.05.8300 – 90 dias  
00023677-78.2001.4.05.8300 – 10 dias  
0010696-70.2008.4.05.8300 – 150 dias  
0020606-82.2012.4.05.8300 – 90 dias  
0012626-50.2013.4.05.8300 – 5 dias  
0001052-89.1900.4.05.8300 – 10 dias, 60 dias.  
0001247-15.2013.4.05.8300 – 10 dias, 20 dias.  
0017854-40.2012.4.05.8300 – 40 dias.  
00179-26.2012.4.05.8300 – 20 dias.  
-0016543-14.2012.4.05.8300 – 10 dias.  
0012455-69.2008.4.05.8300 – 180 dias, 60 dias, 100 dias.  
0003410-36.2011.4.05.8300 – 120 dias  
0020606-82.2012.4.05.8300 – 40 dias, 100 dias.  
0003936-47.2004.4.05.8300 – 40 dias  
0009437-74.2007.4.05.8300 – sem conclusão  
0001014-81.2014.4.05.8300 – 30 dias  
0019920-95.2009.4.05.8300 – 08 e 11 dias  
0018501-35.2012.4.05.8300 – 12 dias e 28 dias  
0001875-04.2013.4.05.8300 – 35 dias  
0006471-90.1997.4.05.8300 – ausência de conclusão

**– Processo c/ duas conclusões em datas diferentes para mesma decisão:**

0005062-20.2013.4.05.8300  
0008976-59.1994.4.05.8300  
0009948-67.2010.4.05.8300  
0010696-70.2008.4.05.8300  
0003410-36.2011.4.05.8300

**– Inconsistências na ordem cronológica dos atos processuais:**

0012626-50.2013.4.05.8300

0000379-37.2013.4.05.8300  
0017854-40.2012.4.05.8300  
0007821-59.2010.4.05.8300

**– Demora na juntada de traslado de peças recursais recebida pelo TRF – 5ª Região**

0001052-89.1900.4.05.8300 - superior a 60 dias.

**– Repetição indevida de publicação de decisão – 20 dias após a anterior:**

0003410-36.2011.4.05.8300

### **7.10.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 20 (vinte) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora na cobrança/devolução de carta precatória:**

0800581-78.2013.4.05.8300  
0800997-80.2012.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0800554-32.2012.4.05.8300  
0801382-28.2012.4.05.8300  
0801439-46.2012.4.05.8300  
0801571-06.2012.4.05.8300  
0801739-08.2012.4.05.8300  
0802844-83.2013.4.05.8300

**– Lapso entre designação de perícia e a realização:**

0800937-10.2012.4.05.8300

**– Lapso temporal sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800554-32.2012.4.05.8300  
0800937-10.2012.4.05.8300  
0801571-06.2012.4.05.8300

**– Lapso temporal para certificação de decurso de prazo:**

0801439-46.2012.4.05.8300

**– Lapso temporal para cumprimento de despacho/decisão:**

0800581-78.2013.4.05.8300  
0800591-59.2012.4.05.8300

– **Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**  
0800910-27.2012.4.05.8300

– **Nova conclusão feita em processo já concluso:**  
0801571-06.2012.4.05.8300

#### **7.10.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar. São desafios a serem enfrentados pela 9ª Vara a fim de aperfeiçoar a gestão do processo, com ganho em celeridade e observância aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.

- Dificuldade no controle de prazos:

Recomendação: Embora tenha sido reportado no relatório de gestão que o controle de prazos é realizado mediante a análise dos relatórios do TEBAS, na prática foram encontradas paralisações muito significativas, por vezes superiores a um ano, o que indica que a estratégia não está dando os resultados esperados e precisa ser repensada.

Destaca-se também que foram constatadas paralisações em quase todas as etapas do processo, a revelar que o problema de gestão dos processos é estrutural, e não está restrito a um setor da Vara.

– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

– Demora recorrente na conclusão

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.



### 7.10.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA

Dentre as práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

a) juntada da petição na mesma data do seu recebimento na secretaria, efetuando o despacho e, em ato contínuo, cumprindo a determinação da adoção de diversas diligências sucessivas e previsíveis;

b) utilização de rodízio dos servidores nos setores existentes na secretaria para que os mesmos tenham melhor conhecimento da Vara;

c) atuação de estagiários na Secretaria no primeiro período e no segundo de estágio, e, dependendo do seu desempenho, nos Gabinetes para um melhor aprendizado;

d) acompanhamento e assistência diária do diretor nos setores para manter as metas dos despachos e diligências;

e) realização de reunião trimestral com a direção e os servidores da secretaria;

f) adoção de uma política na Secretaria, no sentido de que todos servidores realizem o atendimento no balcão;

g) organização de um *layout* na Secretaria bem como nos setores adequado para uma melhor identificação e celeridade dos processos; e

h) Utilização de remessas de ofícios, cartas precatórias e documentos para as seções e subseções judiciárias através do malote digital.

Além das práticas relatadas, foram formalizadas algumas solicitações a esta Corregedoria-Regional, destacando-se as seguintes:

– Solicitação de autorização para o envio, via malote digital, para as unidades que se utilizem desse meio de comunicação, dos processos eletrônicos com declinação de competência para aqueles juízos nos quais, embora haja um sistema eletrônico de processamento de ações judiciais, não seja interligado ao PJe da Seção Judiciária de Pernambuco, mas que seja compatível, a exemplo do CRETA e dos PJs de outras Regiões e até mesmo de outras Seções Judiciárias desta 5ª Região e, ainda, das Justiças Estaduais.

– Em relação ao Ofício-Circular nº 07/2014-TRF5-CR, de 29/05/2014, consulta-se sobre como proceder em relação aos processos que já foram reativados (fase 15) antes da nova sistemática informada no mencionado expediente, haja vista a existência de um acervo de 800 (oitocentos) processos nesta situação (reativados/sobrestados).

- Os Oficiais de Justiça auxiliam nos trabalhos de Secretaria (as diligências realizadas nos processos do Creta e PJe são anexadas aos processos pelos próprios oficiais);

- Organização dos processos nas prateleiras, com identificação da data de vencimento do prazo, facilitando o controle rápido e prático de prazos;

- Realização de reuniões periódicas de avaliação de desempenho;

- Comunicação de atos processuais e remessa/recebimento de documentos aos peritos e advogados por correio eletrônico. Utiliza-se, ainda, o telefone para os casos em que a parte não dispõe de advogado (JEF);

- Controle sistemático de cobrança de carta precatória expedida (desde o envio da carta precatória, observação sobre distribuição, solicitação de informações sobre cumprimento e pedido de devolução);

- Utilização do malote digital para remessa de ofícios e cartas precatórias às comarcas, cujo retorno se evidencia na rapidez do envio dos expedientes, além de evitar despesas com postagem ou impressão de documentos;

- Organização da pauta de audiências, para reunir no mesmo dia os processos que sejam patrocinados pelo mesmo advogado;

- Utilização rotineira do sistema de videoconferência para oitiva de partes/testemunhas que residem em outra comarca;

- Atuação dos servidores em todas as fases do processo, bem como fixação de meta, em gabinete, de julgamento dos processos no mesmo dia de recebimento do processo concluso, ressalvados os casos mais complexos;

- O juiz despacha os processos na Assessoria e Secretaria da Vara, integrando-se com os servidores;

- A sala do Diretor de Secretaria é separada da Secretaria por divisória de vidro, de forma que tem visibilidade de toda a rotina da Vara, mas é dotada de privacidade para receber advogados e servidores;

- Trabalho direcionado para o apensamento das execuções fiscais contra o mesmo executado, extraindo-se relatório do TEBAS e importando-o para o formato de texto, reduzindo de forma considerável o acervo das execuções fiscais.

#### **7.10.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente.

Em relação ao cumprimento das metas fixadas na última autoinspeção, percebeu-se certa demora na juntada de petições e cartas precatórias, havendo determinação para de uma melhor diligência quanto à juntada de tais expedientes, o

que vem sendo cumprido. Foi observado, ainda, a demora no cumprimento de alguns mandados, tendo sido estipulado um prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento pelos Oficiais de Justiça, prazo que, se ultrapassado, seria expedido ofício determinando prazo de 10 (dez) dias para cumprimento ou justificação pelo respectivo executante de mandados sobre o que vem impossibilitando o cumprimento, determinação esta que também vem sendo cumprida pela Direção de Secretaria.

## **7.11. 11ª VARA FEDERAL - EXECUÇÃO FISCAL - RECIFE**

### **7.11.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 11ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base na Lei nº 9.788, de 19/02/1999, e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 08, de 05/05/1999.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 11ª Vara tem competência privativa para processar as execuções fiscais e ações conexas.

#### **7.11.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.11.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS ingressou na magistratura federal em 26/03/2003 e assumiu a titularidade da 11ª Vara Federal de Pernambuco em 31/03/2014, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: Férias: 23.02.2012 a 09.03.2012; 09.04.2012 a 22.04.2012; 16.08.2012 a 24.08.2012; 03.09.2012 a 23.09.2012; 12.11.2012 a 27.11.2012; 28.11.2012 a 19.12.2012; 13.06.2013 a 12.07.2013; 26.08.2013 a 01.09.2013; 26.11.2013 a 18.12.2013 e 12.05.2014 a 10.06.2014. Outros: 15/08/2013 a 16/08/2013 (afastamento para participar de Encontro/palestra); 02/09/2013 a 04/09/2013 (afastamento para participar de curso de especialização); 24/03/2014 a 30/03/2014 (afastamento para prestar auxílio em outra vara com prejuízo da jurisdição originária). Período total de afastamento (em meses e dias): 06 (seis) meses e 18 (dezoito) dias.

A magistrada assumiu a Direção do Foro, de 09/01/2012 a 07/02/2012 (Ato nº 818/2011, da Presidência DO TRF5) e de 02 a 24/07/2012 (Ato 504/2012), bem como a Coordenação do JEF, de 01/04/2009 a 31/03/2011 (Ato 183, da Presidência do TRF5).

A magistrada reside na região metropolitana em que se localiza a Vara e não exerce a docência.

A Vara não possui juiz federal substituto.

### 7.11.1.1.2. Servidores

Conforme estabelecido na Portaria 577/2011 - DF, de 07 de outubro de 2011, a 11ª Vara de Pernambuco conta com 23 cargos efetivos, sendo 17 (dezesete) cargos de servidores na vara e 6 (seis) cargos de oficial de justiça, dos quais apenas 02 encontram-se vagos. Atualmente a vara conta com 15 servidores efetivos e 06 Analistas Judiciário – Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados), consoante demonstram os quadros abaixo.

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução*	Área de formação
Ailson Francisco Rolim – mat. 2698	Analista Judiciário	Supervisor Assistente I /11ª Vara – FC 04 – Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Carla Lorena Almeida da Costa – mat. 2459	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente I /11ª Vara – FC 04 – Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Engenharia e Direito.
Cláudia Barreto Belian – mat. 2028	Técnico Judiciário	Seção de Leilão e Avaliação – Supervisor de Seção/11ª Vara – FC05	Superior Completo	Direito
Dulce Cavalcanti Galindo - mat. 2911	Técnico Judiciário	Assistente Técnico III / 11ª Vara – FC 03	Superior Completo	Engenharia
Eugênio André Moutelik de Aguiar – mat. 2494	Analista Judiciário	Setor de Embargos e Ações Conexas – Supervisor Assistente - FC 04	Superior Completo	Direito
Fernanda Silva Nanes – mat. 2745	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete/11ª Vara – FC 05 - Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Engenharia e Direito
Maria Celina Gonçalves Teixeira – mat. 2566	Analista Judiciário	Setor de Expedição de Documentos e Publicação – Supervisor Assistente - FC 04	Superior Completo	Direito e Administração
Marcos Antônio Ferreira Lima - mat. 2747	Analista Judiciário	Oficial de Gabinete/11ª Vara – FC 05 - Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Engenharia e Direito
Marta Lúcia Valentim Ribeiro – Mat. 2664	Técnico Judiciário	Setor de Cálculos – Supervisor Assistente - FC 04	Superior Completo	Engenharia e Direito
Patrícia Lucena de Albuquerque - mat. 2732	Técnico Judiciário	Seção de Execuções da Fazenda Nacional – Supervisor de Seção/11ª Vara – FC05	Superior Completo	Fonoaudiologia e Direito

Ricardo José Brasiliano Batista - mat. 2454	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria – CJ 3	Superior Completo	Engenharia e Direito
Robson Marques de Santana – mat. 3045	Técnico Judiciário	Setor de Execução de Outros Credores – Supervisor Assistente - FC 04	Superior Completo	Licenciatura em Matemática
Sandra Roberta Carvalho de Arruda – mat. 3113	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente II /11ª Vara – FC 04 - Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Engenharia
Sérgio Augusto Melo de Siqueira Vieira – mat. 2749	Analista Judiciário	Seção de Execuções de Grandes Devedores – Supervisor de Seção – FC 05	Superior Completo	Direito
Sylvia Emília Pessoa de Melo Barros – mat. 2808	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente II /11ª Vara – FC 04 - Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Fonoaudiologia

A Vara não possui servidores requisitados, nem servidores sem vínculo com o serviço público.

#### **7.11.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 6 (seis) estagiários, 05 (cinco) lotados na Secretaria da Vara e 01 (um) no Gabinete.

### **7.11.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

#### **7.11.2.1. Organização da Secretaria**

O horário de expediente da 11ª Vara é das 09:00 horas às 18:00 horas (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5), dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias.

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 11ª Vara/SJCE, ressalta-se de início que a presente Vara possui competência exclusiva de execução fiscal, razão pela qual possuía um acervo de superior a 19.000 processos à época da inspeção. Sendo assim, a rotina de trabalho é feita a partir do processamento de feitos pertinentes aos sistemas TEBAS e PJE.

Ante a quantidade de feitos existentes, a Secretaria da Vara conta com o apoio de 11 servidores, divididos em 6 setores (Fazenda Nacional, Grandes Devedores, Expedição, Conselhos e Outros Exeqüentes, Carta Precatórias e Leilões e Juntada e Atendimento).

Segundo foi informado pela Vara, em cada um dos setores (exceto "Expedição" e "Juntada") há separação de acordo com a fase processual: citação, redirecionamento, BACEN a realizar, BACEN realizado (positivo e negativo), dentre outras. Além disso, são identificados os processos urgentes (em que há pedido de desbloqueio, por exemplo), aos quais é conferido tratamento prioritário.

Os processos com petição juntada, bem como os devolvidos da Fazenda Nacional, são triados no momento em que chegam à Secretaria, sendo posteriormente colocados no setor correspondente, de acordo com a fase em que se encontram.

#### **7.11.2.2. Organização dos Gabinetes**

A exemplo do que ocorre na Secretaria, os processos do Gabinete são divididos por grupos (Grandes Devedores, Embargos, Urgências, Anulatórias/Mandados de Segurança, Exceções de Pré-Executividade), ficando cada assessor encarregado de com grupos específicos.

Essa divisão por matéria, visa a otimizar os trabalhos, pois o servidor acaba se “especializando” no assunto e, por conseguinte, trabalhando com maior agilidade.

Para conferir maior dinamismo ao trabalho, foi definido um rodízio de matérias entre os servidores, a cada 06 (seis) meses, de forma que todos os assessores possam ter oportunidade de se familiarizar com os mais diversos assuntos, evitando a estagnação dos setores nos períodos de férias do respectivo servidor responsável.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, o principal critério é o cronológico, de forma que, semanalmente, são extraídos relatórios do sistema TEBAS que permitem a verificação dos processos mais antigos, aos quais é dada prioridade. A meta da vara é de que os processos conclusos sejam apreciados num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Os pedidos urgentes (tutelas antecipadas, liminares, pedidos de desbloqueio, de levantamento de gravame) e, ainda, as prioridades legais (idoso) são separados para apreciação mais célere (no máximo 48 horas).

Também é dada prioridade aos processos de "Grandes Devedores" e pedidos de "Formação de Grupo Econômico", visto que, nestas situações, a demora na apreciação acaba por comprometer todo o trabalho investigativo do exequente na busca de bens do devedor.

Para viabilizar esta organização, os processos que chegam da Secretaria são colocados numa estante de “Triagem”, que é diariamente analisada pelos assessores. De acordo com a matéria/fase, o processo é separado e colocado na respectiva estante.

Além disso, são analisados os relatórios do Sistema TEBAS (relatório dos processos em tramitação, baixados, arquivados sem baixa, dentre outros parâmetros) e, com base nesses dados, são feitas, mensalmente, planilhas

comparativas. Essas planilhas são analisadas no primeiro dia de cada mês e, com base nos resultados obtidos, são traçadas estratégias para os meses seguintes (priorizar arquivamento, por exemplo).

A Vara correicionada busca também comparar os resultados mensais com os de outras varas de Execução Fiscal e, caso se verifique algum resultado significativo em outras unidades, o Juiz ou o Diretor de Secretaria são indagados a respeito da possibilidade de implementá-la na 11ª Vara, a fim de otimizar o desempenho.

#### **7.11.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

São feitas reuniões periódicas envolvendo o magistrado, diretor de secretaria para definir estratégias de trabalho e fixação de prazos, com a participação direta dos servidores.

#### **7.11.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Os setores já são organizados internamente de modo a viabilizar um planejamento e alcance das metas. Nesse sentido, tem-se procurado priorizar processos mais antigos e que ainda carecem de uma triagem. Para “atacar” o problema, os servidores encontram-se mobilizados, de forma que cada um ficou responsável por um determinado lote de processos, tendo sido fixado um prazo final para conclusão dos trabalhos (processos deverão estar triados e com minuta de despacho/decisão). Também estão sendo priorizados os processos antigos com pedido de redirecionamento da execução para o sócio-gerente, tendo sido estabelecido um cronograma de trabalho para este caso.

Para efetivar as medidas, são estabelecidas metas visando estimular o aumento percentual de processos arquivados ou a diminuição do tempo médio de tramitação para um determinado período.

#### **7.11.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

As partes e advogados são atendidos, primeiramente, no balcão, onde é feita uma triagem. Caso desejem falar com o Diretor de Secretaria, assessor ou Juiz, eles são encaminhados para o setor específico da Vara ou para o Gabinete do Juiz. Não se mostra necessário qualquer agendamento prévio ou mesmo procuração nos autos (do advogado), exceto se for solicitada a carga do processo (quando será exigida procuração), ressaltando-se também as hipóteses de segredo de justiça (a exemplo dos processos em que foi determinado o bloqueio via Sistema BACENJUD).

Quanto aos Defensores Públicos e Ministério Público, embora sua presença não seja frequente na Vara de Execução Fiscal, são normalmente atendidos a qualquer tempo, quer na Secretaria, quer no Gabinete do Juiz.



Como a magistrada assumiu há apenas 04 (quatro) meses, ainda não foi implementada uma rotina de consulta de satisfação, mas há intenção de se adotar tal procedimento.

#### **7.11.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 11ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 19.407 (dezenove mil, quatrocentos e sete) processos (19.382 procesos físicos e 26 processos eletrônicos) em tramitação. Levando-se em conta um total de 17 (dezessete) servidores em atividade, a relação é de 1.141,58 processos/servidor para a 11ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.11.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara

**- Meta 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013).**

No período de janeiro/2013 a dez/2013 foram distribuídos 118 (cento e dezoito) processos de conhecimento, ao passo que foram sentenciados 167 (cento e sessenta e sete) processos dessa natureza, tendo havido o cumprimento da meta com excelência.

**Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais).**

Houve o cumprimento integral da meta 2, estando a 11ª Vara/SJPE bem posicionada no *ranking* da 5ª Região, em relação à Meta 2 do CNJ para o ano de 2013.

**Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.**

Também houve cumprimento da meta 5 pela Vara.

Não se aplica à unidade jurisdicional correicionada o cumprimento da Meta 4 e o preenchimento de relatórios (CNCIAI)/ (Provimento CNJ nº 29/2013) e o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

#### 7.11.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (11ª, 22ª e 33ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11ª	5.536	4.998	5.546	29.114	11ª	3.393	1.878	6.474	26.107	11ª	3.835	2.907	3.060	26.847
22ª	4.801	3.156	3.863	30.503	22ª	3.252	2.584	3.051	31.397	22ª	3.932	5.467	6.068	29.252
<b>Total</b>	<b>10.337</b>	<b>8.154</b>	<b>9.409</b>	<b>59.617</b>	<b>Total</b>	<b>6.645</b>	<b>4.462</b>	<b>9.525</b>	<b>57.504</b>	<b>Total</b>	<b>7.767</b>	<b>8.374</b>	<b>9.128</b>	<b>56.099</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11ª	5.070	2.304	3.385	28.840
22ª	5.075	1.310	2.208	32.475
<b>Total</b>	<b>10.145</b>	<b>3.614</b>	<b>5.593</b>	<b>61.315</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11ª	2.770	1.868	2.385	19.880
22ª	2.746	1.499	1.950	22.760
33ª	1.807	403	709	21.908
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>3.770</b>	<b>5.044</b>	<b>64.548</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Fiscal	2013	TRAM	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%	CONCEITO
11ª	2.770	19.880	12369	19864	16	0	7511	446,53%	D
22ª	2.746	22.760	12260	22741	19	0	10500	446,47%	D
33ª	1.807	21.908	16390	21895	13	0	5518	907,03%	D
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>64.548</b>	<b>41019</b>	<b>64500</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>23529</b>	<b>560,14%</b>	<b>D</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara.

Cumprе salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

É bom que se registre que essa diminuição de estoque se deve basicamente à redistribuição de 11.214 processos, no ano de 2013, em razão da criação da 33ª Vara Federal/PE, especializada em executivos fiscais, onde foi determinada a redistribuição de 1/3 dos processos da 11.ª Vara/PE. Desse modo, a média mensal de processos redistribuídos encontra-se bastante distorcida.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das varas especializadas. Observa-se, em primeiro plano, que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, em ambas as varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados, ora aumentando, ora diminuindo.

Embora tenha havido uma oscilação do número de processos em tramitação, o referido movimento pendular fora compensado pela distribuição do terço do estoque das varas, em razão da criação da 33ª Vara Federal/PE, no ano de 2013.

#### **7.11.4.1. Peculiaridades das varas privativas de execuções fiscais**

A unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades próprias, o que impossibilita a sua comparação com outras varas não especializadas. É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais, etc.

Ademais, nos processos da espécie, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Assim, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos por parte do executado, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um acúmulo de processos considerável suspensos na forma do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, o qual estabelece que "*o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição*". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Assim, se reconhece que boa parte das execuções fiscais permanecem durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira, quiçá inviabiliza a avaliação do grau de eficiência da Vara a partir dos critérios indicados no item “metodologia”.

Não obstante isso, pelos demais dados constantes neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 11ª Vara vem desempenhando com bastante eficiência suas atividades, merecendo registro os investimentos que vêm sendo realizados em ferramentas de gestão que otimizam os processos e agilizam o seu andamento.

Ademais, na análise comparativa, a 11ª Vara tem revelado gestão razoável do serviço jurisdicional, merecendo a adoção de metas para otimização do desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é a análise de medidas a serem adotadas para os fins de elevar um nível de conceito para o ano de 2015, com quantitativo anual de processos em tramitação entre 150% e 200% a mais que a distribuição ocorrida do aludido ano.

#### **7.11.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.11.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 55 (cinquenta e cinco) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

##### **– Demora na juntada expediente:**

0002374-47.1900.4.05.8300

0004798-62.1997.4.05.8300

0006940-44.1994.4.05.8300

0014013-37.2012.4.05.8300

0009904-43.2013.4.05.8300

##### **– Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

0005046-28.1997.4.05.8300

0005106-98.1997.4.05.8300

0000776-39.1989.4.05.8300

0003379-07.1900.4.05.8300

0008274-45.1996.4.05.8300

0005261-38.1996.4.05.8300

0004798-62.1997.4.05.8300

0009933-55.1900.4.05.8300  
0007432-69.2013.4.05.8300  
0011235-94.2012.4.05.8300  
0008109-02.2013.4.05.8300  
0014013-37.2012.4.05.8300  
0012068-06.1998.4.05.8300  
0011959-60.1996.4.05.8300  
0000894-29.2000.4.05.8300  
0000078-27.2012.4.05.8300  
0000988-11.1999.4.05.8300  
0000453-28.2012.4.05.8300  
0001863-24.2012.4.05.8300  
0001747-86.2010.4.05.8300  
0001215-44.2012.4.05.8300  
0000743-43.2012.4.05.8300  
0006940-44.1994.4.05.8300  
0020415-37.2012.4.05.8300

**– Ausência de cobrança de carta precatória:**

0002374-47.1900.4.05.8300  
0005114-75.1997.4.05.8300

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**

0009904-43.2013.4.05.8300  
0001215-44.2012.4.05.8300  
0001747-86.2010.4.05.8300  
0000078-27.2012.4.05.8300

**– Demora na publicação:**

0012068-06.1998.4.05.8300  
0020415-37.2012.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0000776-39.1989.4.05.8300  
0009933-55.1900.4.05.8300

**– Citação, penhora e avaliação:**

0009904-43.2013.4.05.8300

**– Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

0000906-92.1990.4.05.8300  
0008438-73.1900.4.05.8300  
0006940-44.1994.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0005046-28.1997.4.05.8300  
0005106-98.1997.4.05.8300  
0005114-75.1997.4.05.8300  
0000776-39.1989.4.05.8300  
0004175-08.1991.4.05.8300  
0003379-07.1900.4.05.8300

0008274-45.1996.4.05.8300  
0000068-18.1991.4.05.8300  
0002374-47.1900.4.05.8300  
0009748-17.1997.4.05.8300  
0005261-38.1996.4.05.8300  
0014658-87.1900.4.05.8300  
0007657-89.2013.4.05.8300  
0020415-37.2012.4.05.8300  
0007432-69.2013.4.05.8300  
0008109-02.2013.4.05.8300  
0004125-15.2010.4.05.8300  
0012068-06.1998.4.05.8300  
0000078-27.2012.4.05.8300  
0000453-28.2012.4.05.8300  
0001863-24.2012.4.05.8300  
0001747-86.2010.4.05.8300  
0001215-44.2012.4.05.8300  
0000743-43.2012.4.05.8300  
0014013-37.2012.4.05.8300

**- Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**

0004798-62.1997.4.05.8300  
0000988-11.1999.4.05.8300  
0011959-60.1996.4.05.8300

**- Conclusão do processo na mesma data da prolação da decisão/sentença:**

0000068-18.1991.4.05.8300  
0005261-38.1996.4.05.8300  
0007657-89.2013.4.05.8300  
0014013-37.2012.4.05.8300  
0008109-02.2013.4.05.8300  
0000488-17.2014.4.05.8300  
0004125-15.2012.4.05.8300  
0000078-27.2012.4.05.8300  
0000453-28.2012.4.05.8300  
0001747-86.2010.4.05.8300  
0011959-60.1996.4.05.8300  
0012068-06.1998.4.05.8300

**- Ausência de Conclusão:**

0009904-43.2013.4.05.8300  
0011567-27.2013.4.05.8300  
0006940-44.1994.4.05.8300

**- Processo remetido ao arquivo, sem a devida baixa na distribuição:**

0009704-95.1997.4.05.8300  
0014650-47.1996.4.05.8300  
0011328-82.1900.4.05.8300

**- Ausência de certidão de recebimento do processo pela Vara:**

0000906-92.1990.4.05.8300

0008438-73.1900.4.05.8300

**- Processo arquivado sem o cumprimento de despacho para a liberação de valores depositados:**

0009673-75.1997.4.05.8300

### **7.11.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800945-84.2012.4.05.8300

0801374-51.2012.4.05.8300

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800945-84.2012.4.05.8300

0802440-32.2013.4.05.8300

**- Lapso temporal para cumprimento de despacho/decisão:**

0800945-84.2012.4.05.8300

0802440-32.2013.4.05.8300

**- Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**

0800513-65.2012.4.05.8300

0801374-51.2012.4.05.8300

### **7.11.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo considerar 90 dias da expedição

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Nas inspeções internas, muitos processos, ao invés de despachados, recebem, apenas, o *visto* e a determinação de que sejam, novamente, conclusos.

Recomendação: Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.

#### **7.11.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

A titular da Vara acabou de assumir, razão pela qual ainda não houve tempo hábil para a adoção de práticas de desenvolvimento eficaz dos processos, embora tenha demonstrado a intenção de adotar um banco de dados dos executados e de aderir a um convênio com a ARISP (Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo), que concentra informações de Cartórios de todo país, inclusive de alguns Cartórios de Recife, facilitando a pesquisa de bens do devedor.

#### **7.11.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente.

Considerando que o Magistrado assumiu a Vara há apenas 04 (quatro) meses, não havendo participado de inspeções na Vara, de forma que ainda não foi possível avaliar o atendimento às determinações.



## **7.12. 12ª VARA FEDERAL - CÍVEL - RECIFE**

### **7.12.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 12ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base na Lei nº 9.788, de 19/02/1999, e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 08, de 05/05/1999.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 12ª Vara tem competência privativa para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as de execução fiscal e os processos de competência do juizado especial.

#### **7.12.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.12.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA exerce a magistratura federal desde 25/04/2001 e em 04/05/2011 assumiu a titularidade da 12ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: Férias de 07/01 a 05/02/2013 (30 dias); 25/06 a 24/07/2013 (30 dias), 07/01 a 05/05/2014 (30 dias) e 25/06 a 24/07/2014 (30 dias). Convocações para o TRF5 de 01 a 30/04/2013; 20 a 25/11/2013 e 27/11 a 19/12/2013.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada assumiu outras atribuições: Direção do Foro, de 16/09/2009 a 31/03/2013; Escola da Magistratura, de 17/03/2005 até o presente. Atua como Juíza Formadora desde 19/12/2012, até o presente.

A magistrada exerce a jurisdição da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, sem prejuízo da jurisdição originária, nas hipóteses de impedimentos e suspeições do juiz titular, Roberto Wanderley Nogueira (Ato nº 77/2013, da Presidência do eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região).

A Vara não possui juiz federal substituto.

##### **7.12.1.1.2. Servidores**

A 12ª Vara de Pernambuco conta com 14 cargos efetivos. Atualmente, a Vara conta com o seguinte quadro de pessoal:

NOME	CARGO EFETIVO	FC OU CJ	GRAU DE INSTRUÇÃO*	ÁREA DE FORMAÇÃO
Maria Alesandra Bezerra Chaves	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria – CJ - 3	Pós-Graduação	Direito
Juliane Maria Pereira de Lima	Analista Judiciário	Supervisor de Seção – FC-05	Pós-Graduação	Direito
Nadja Rago Constantino Myra	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Pós-Graduação	Direito
Bruna Viana de Moura Santiago	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Graduação	Direito
Nadjane Tavares de Lira	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC - 04	Pós-Graduação	Direito
Adreana da Silva Mota	Técnico Judiciário	Assistente-Técnico III – FC-03	Graduada em Ciências de Computação Graduação de Direito em curso	Direito
Márcia Maria Pedrosa de	Técnico Judiciário	Supervisor de Seção – FC-05	Graduação	Turismo
Leonardo Vila Nova	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Pós-Graduação	Direito
Valtemir Rodrigues da Costa	Técnico Judiciário	<u>Supervisor-Assistente – FC – 04</u>	Ensino Médio	
Daniel Gomes da Silva	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC – 04	Graduação	Direito
Danielle Vieira de Lima Galindo	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete – FC – 05	Pós-Graduação	Direito

A 12ª Vara possui uma servidora requisitada do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Andresa Karla de Melo Mafra, Graduada em Direito, que ocupa o cargo de Oficial de Gabinete do Juiz Titular - FC-5.

#### 7.12.1.1.3. Estagiários

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários atuando na Vara, sendo 03 (três) na Secretaria e 01(um) no Gabinete da Juíza.

#### 7.12.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO

O horário de expediente da 12ª Vara é das 09:00 às 19:00 (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5), dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias.

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 12ª Vara/SJPE, a Secretaria está dividida em setores. Os servidores executam todas as tarefas relacionadas a tramitação dos autos, cuidando da minuta de despachos e fazendo juntadas, publicações, remessa e atendimento às partes e procuradores.

Em cada setor há acompanhamento específico para os casos prioritários. O acompanhamento realizado por meio de planilhas, sinalização nas capas e destinação de local específico.

A Secretaria da 12ª Vara está subdividida em setores, com atribuições específicas:

- SETOR DE RITOS ESPECIAIS: compreende as seguintes classes: Mandados de Segurança, Ação Civil Pública, Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, Ação de Desapropriação, Ações Cautelares, Interdito Proibitório, Restauração de Autos, Reintegração e Manutenção de Posse, Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária, Alvará Judicial, Ação Popular, Ação de Consignação e Pagamento, Ação de Depósito, Ação de Usucapião e Ação de Imissão na Posse, e é composto de uma servidora (Juliane Maria Pereira de Lima);

- SETOR DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO: composto por duas servidoras, Nadja Rago Constantino Myra e Nadjane Tavares de Lira;

- EMBARGOS À EXECUÇÃO, acumulado pela servidora Nadja Rago Constantino Myra;

- EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA, a cargo das servidoras Márcia Maria Pedrosa de Araújo e Adreana da Silva Mota;

- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, a cargo dos servidores Daniel Gomes da Silva;

- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, composto pelos servidores Paulo Galvão Roberto de Araújo e Leonardo Vila Nova;

- EXPEDIÇÃO DE RPV/PRECATÓRIOS E PROCESSOS EM FASE DE LEILÃO, ocupado pelo servidor Paulo Roberto Galvão de Araújo;

- AÇÕES DE BUSCA E APREENSÃO, acumulado pelo servidor Leonardo Vila Nova;

- AÇÃO MONITÓRIA, INCLUINDO SEUS RESPECTIVOS CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA, a cargo do servidor Valtemir Rodrigues da Costa;

- CARTA PRECATÓRIA, ocupado pela servidora Adreana da Silva Mota.

Ainda segundo o formulário de gestão, os processos (físicos e eletrônicos) são distribuídos entre os servidores e movimentados segundo a precedência cronológica ordenados por data de conclusão, de modo a priorizar os conclusos há mais tempo. Há, ainda, controle e acompanhamento dos processos prioritários.

### **7.12.2.1. Organização do Gabinete**

O Gabinete da Vara conta hoje com três servidores, com as seguintes atribuições:

- Andresa Karla de Melo Mafra - Oficial de Gabinete: Assessoria ao juiz na realização de audiências, minuta de despachos, decisões e sentenças, coordenação das atividades dos estagiários.

- Bruna Viana de Moura - Assessoria ao juiz na realização de audiências e minuta de decisões de diversas, destacando-se as antecipações de tutela e as liminares.

- Danielle Vieira de Lima Galindo - Assessoria ao juiz na realização de audiências e minuta de decisões e sentença.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, mensalmente são analisados os números da Vara, que são coletados a partir de acompanhamento manual e relatórios extraídos dos sistemas TEBAS e PJE.

Cabe à Direção da Vara a elaboração de uma planilha alimentada pelos relatórios fornecidos pelos sistemas, na qual se acompanham diversos dados, tais como evolução do acervo, tempo de tramitação dos processos, processos sem movimentação, etc.

Em paralelo, cada servidor elabora um relatório do seu respectivo setor, no qual analisa dados como evolução do acervo pessoal, tempo de tramitação etc, além de pontuar intercorrências no período em análise.

### **7.12.2.2. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

A Vara realiza reuniões mensalmente, sempre na primeira quinta-feira do mês, na qual é feita a avaliação de resultados, da qual participam a Juíza Titular, a Diretora de Secretaria e os servidores da Vara. Na ocasião, são apresentados os relatórios elaborados pela direção e servidores.

### **7.12.2.3. Planejamento das atividades da Vara**

As atividades da Vara são planejadas mensalmente, com a fixação das metas de movimentação e prazos. Nessa ocasião, são identificados os avanços e as necessidades de ajustes, bem como elaboradas as metas a médio e longo prazos. Não houve identificação das metas adotadas.

### **7.12.2.4. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

Os advogados, defensores e membros do Ministério Públicos são atendidos no período das 9 às 18 horas, sem interrupção para almoço e sem necessidade de prévio agendamento.

A Vara não dispõe de mecanismo formal de consulta de satisfação. De qualquer modo, não há registro de reclamações ou queixas quanto ao atendimento prestado na 12ª Vara..

#### **7.12.2.5. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 12ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 1.569 (um mil, quinhentos e sessenta e nove) processos em tramitação (1.104 físicos e 465 eletrônicos). Levando-se em conta um total de 15 (quinze) servidores em atividade, a relação é de 104,6 processos/servidor para a 12ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.12.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara.

##### **Meta 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013).**

Houve cumprimento integral da meta 1. No período de janeiro/2013 a dezembro/2013, foram distribuídos 311 (trezentos e onze) processos de conhecimento e julgados 382 (trezentos e oitenta e dois) processos dessa natureza.

##### **Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais).**

A meta não foi cumprida em relação a alguns processos.

##### **Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

À época da correição, não havia sido cumprida a Meta 4. Duas ações civis públicas de improbidade administrativa em tramitação - 0011789-29.2012.4.05.8300 e 0018132-41.2012.4.05.8300, na 12ª Vara cível, ainda estavam pendentes de julgamento. .

**Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.**

Houve integral cumprimento da meta e a unidade vem monitorando o cumprimento da Meta 5/2014.

A unidade jurisdicional correicionada está atenta ao preenchimento de relatórios (CNCIAI / Provimento CNJ nº 29/2013) e a ela não se aplica o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

#### **7.12.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233

6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349
10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

#### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, provocando, ao final, congestionamento processual ao longo do tempo. Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas.

Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Esse cenário, na 12ª vara, entretanto, vem se revertendo no último ano, uma vez que houve um aumento do número de processos arquivados em relação aos anos objeto da análise comparativa.

Cumprе salientar que o risco, durante os anos analisados, muito embora tenha a referida Vara, via de regra, julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, o mesmo movimento inverso se observa quanto à curva de processos arquivados se comparados aos distribuídos, o que demonstra que, na relação processos distribuídos/processos julgados/processos em tramitação, verificou-se um gradativo aumento do estoque de processos da Vara. Esse movimento, entretanto, sofreu uma boa recuperação no último ano, quando se inverteu a referida equação em relação aos processos arquivados, demonstrando uma singular otimização do trabalho no último ano, medida a que se deve dar continuidade.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 12ª vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha decrescente que tem adotado no último ano. Nesse sentido, a 12ª vara julgou, no ano de 2012, 839 processos e, no ano de 2013, 819 processos,.

#### **7.12.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 769 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.602 feitos, o que quer dizer que há o excesso de “estoque de processos ajustados” em nível superior a 100% porém inferior a 150%. Assim, o número anual de processos em tramitação é superior ao dobro do número de processos distribuídos, e inferior a 150% dos processos distribuídos.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 12ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é regular, havendo sugestão de que a vara proceda a um planejamento para a redução gradual do estoque de processos para os próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência leva em consideração os dados



estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Pela análise dos dados apresentados pela 12ª Vara Federal, observou-se uma tendência de redução do acervo de processos, situação que deve ser relevada para fins de aferição do grau de eficiência jurisdicional.

Há de se considerar também que a 12ª Vara não conta com Juiz Substituto, e ainda o fato de que, no período avaliado, além da titularidade da Vara, a Juíza Titular acumulou as funções de Diretora do Foro da Seção Judiciária de Pernambuco e atuou na Relatoria e Presidência da 2ª Turma Recursal de Pernambuco. Sem contar que a magistrada ficou vários meses afastada de suas funções habituais na Vara, em virtude de ter sido convocada para substituir desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Frise-se também que a aferição do grau de eficiência tomou como base o final do ano de 2013. Porém, se para tal avaliação tivesse sido considerada a data de realização da correição, a situação dessa Vara seria melhor qualificada, visto que, naquele momento, verificou-se uma curva descendente do acervo ajustado da Vara. Esse cenário denota o comprometimento da magistrada titular, na administração dos processos, bem como o seu empenho na redução do acervo processual.

Ademais, a avaliação em questão diz respeito à situação da Vara, e não à atuação da magistrada que a dirige. Dessa forma, não obstante a 12ª Vara ser gerida por uma das melhores magistradas da Seção Judiciária de Pernambuco – profissional zelosa e sempre preocupada em buscar excelência na prestação jurisdicional – as circunstâncias relatadas revelaram que o longo período de afastamento da Juíza Titular comprometeu significativamente o andamento das atividades regulares da Vara, refletindo diretamente nos dados estatísticos apresentados pela unidade jurisdicional. Contudo, há de se destacar o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela magistrada, o que certamente refletirá de forma positiva nas próximas correições.

Não obstante o resultado da aplicação da fração adequada ao perfil da Vara inspecionada, para ser feita a classificação conforme os conceitos estabelecidos, há de se levar em consideração a gestão e as estratégias adotadas na condução do serviço e a qualidade da prestação da atividade jurisdicional em si.

Como se vê, pelos critérios objetivos, o número de processos em tramitação em 2013 foi superior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está satisfatório, merecendo o **conceito “B”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

## **7.12.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.12.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela Secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

0015505-69.2009.4.05.8300 – 20 dias

0010738-17.2011.4.05.8300 – 22 dias

**– Demora na prolação de despacho:**

0020600-75.2012.4.05.8300 – 30 dias

0009211-93.2012.4.05.8300 – 30 dias

0014364-44.2011.4.05.8300 – 60 dias

0000550-33.2009.4.05.8300 – 60 dias

0014722-82.2006.4.05.8300 - 90 dias

0011456-77.2012.4.05.8300 – 90 dias.

0019537-54.2008.4.05.8300 - 20 dias.

0011526-65.2010.4.05.8300 – 30 dias.

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0001624-83.2013.4.05.8300 – 100 dias

0017829-03.2007.4.05.8300 -100 dias

0018461-44.1998.4.05.8300 – 60 dias

0011456-77.2012.4.05.8300 - 90 dias.

0019537-54.2008.4.05.8300 - 60 dias.

0001366-73.2013.4.05.8300 – 90 dias.

0010815-56.1993.4.05.8300 – 90 dias.

0013993-56.2006.4.05.8300 – 90 dias.

0017965-20.1995.4.05.8300 - 90 dias

0010738-17.2011.4.05.8300 – 99 dias

016674-0.2008.8300 - 89 dias

**– Paralisação irregular (cumprimento):**

0012810-74.2011.4.05.8300 – 100 dias

0014364-44.2011.4.05.8300 – 90 dias

0001714-04.2007.4.05.8300 – 120 dias

0018461-44.1998.4.05.8300 – 120 dias

0010769-13.2006.4.058300 – 60 dias, 150 dias, 60 dias

0011393-96.2005.4.05.8300 – 120 dias

0014722-82.2006.4.05.8300 - 50 dias, 30 dias

0017965-20.1995.4.05.8300 - 120 dias, 210 dias,80 dias

0011966-18.1900.405.8300 - 150 dias

0015505-69.2009.4.05.8300 - 65 dias, 70 dias, 75 dias, 40 dias, 45 dias

0010738-17.2011.4.05.8300 – 17dias, 28 dias

016674-0.2008.8300 - 160 dias

0011456-77.2012.4.05.8300 - 40 dias, a 90 dias

019537-54.2008.4.05.8300 - 280 dias.

0001366-73.2013.4.05.8300 - 30 dias.

0010815-56.1993.4.05.8300 - quase 06 meses., 60 dias, 120 dias.

0016935-51.2012.4.05.8300 - 30 dias.  
0011526-65.2010.4.05.8300 - 60 dias, 70 dias, 190 dias  
0005472-78.2013.4.05.8300 - 15 dias, 20 dias, 25 dias, 40 dias  
0014577-26.2006.4.05.8300 - 15 dias.  
0013993-56.2006.4.05.8300 - 280 dias  
0001056-77.2007.4.8300 - 15 dias.  
0012983-35.2010.4.05.8300 - 18 dias, 40 dias, 20 dias.  
0020606-82.2012.4.05.8300 - 30 dias, 15 dias.

**- Ausência de Cobrança de devolução de carta precatória:**  
0005472-78.2013.4.05.8300 - 80 dias

**- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**  
0004764-04.2008.4.05.8300 - 60 dias

**- Demora na publicação:**  
0010769-13.2006.4.058300 – 20 dias  
0009211-93.2012.4.05.8300 - 15 dias, 15 dias, 25 dias  
0001714-04.2007.4.05.8300 – 35 dias, 15 dias  
0000550-33.2009.4.05.830 – 45 dias  
0007645-66.1999.4.05.8300 – 80 dias  
0011393-96.2005.4.05.8300 – 30 dias  
0013032-18.2006.4.05.8300 - 15 dias, 30 dias, 30 dias  
0008381-64.2011.4.05.8300 – 60 dias  
0014722-82.2006.4.05.8300 – 50 dias  
0017965-20.1995.4.05.8300 - 20 dias  
016674-0.2008.8300 – 41 dias  
0019537-54.2008.4.05.8300 - 20 dias, quase 1 ano, 30 dias.  
0010815-56.1993.4.05.8300 - 40 dias.  
0014577-26.2006.4.05.8300 - 10 dias.  
0012983-35.2010.4.05.8300 - 25 dias.  
0013678-28.2006.4.05.8300 – 30 dias.

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**  
0008381-64.2011.4.05.8300 – 60 dias  
0010112-27.2013.4.05.8300 – 73 dias  
0016935-51.2012.4.05.8300 - 40 dias.

**- Demora na conclusão:**  
0001624-83.2013.4.05.8300 - 25 dias, 240 dias  
0012810-74.2011.4.05.8300 - 35 dias, 09 meses  
0001714-04.2007.4.05.8300 - 30 dias, 60 dias  
0000550-33.2009.4.05.8300 - 270 dias  
0011393-96.2005.4.05.8300 - 60 dias  
0011966-18.1900.405.8300 - 60 dias  
0014075-87.2006.4.05.8300 - 90 dias  
0013032-18.2006.4.05.8300 - 60 dias  
0008381-64.2011.4.05.8300 - 15 dias  
0014722-82.2006.4.05.8300 - 70 dias, 45 dias, 15 dias, 10 dias  
0017965-20.1995.4.05.8300 - 45 dias, 15 dias.

0015505-69.2009.4.05.8300 - 30 dias, 10 dias, 150 dias  
0018643-30.1998.4.05.8300 - 15 dias  
0010738-17.2011.4.05.8300 - 9 e 12 dias  
016674-0.2008.8300 - 71 dias  
0007134-14-2012.4.05.8300 - 43 dias  
0010112-27.2013.4.05.8300 - 13 dias  
0010112-27.2013.4.05.8300 - ausência de conclusão  
0018752-29.2007.4.05.8300 - 20 dias  
0011456-77.2012.4.05.8300 - 60 dias, 20 dias.  
0019537-54.2008.4.05.8300 - 30 dias  
0001366-73.2013.4.05.8300 - 30 dias, 40 dias  
0010815-56.1993.4.05.8300 - 30 dias  
0004764-04.2008.4.05.8300 - 20 dias,  
0016935-51.2012.4.05.8300 - 20 dias.  
0011526-65.2010.4.05.8300 - 50 dias, 180 dias, 35 dias.  
0005472-78.2013.4.05.8300 - 18 dias.  
0014577-26.2006.4.05.8300 - 15 dias, 15 dias, 40 dias  
0013993-56.2006.4.05.8300 - 120 dias.  
0012983-35.2010.4.05.8300 - 60 dias.  
. 0020606-82.2012.4.05.8300 - 40 dias, 100 dias

**- Ausência de intimação da União de atos processuais (processo baixado sem a ciência da União).**

0011966-18.1900.405.8300

**- Equívoco na ordem cronológica dos atos processuais:**

0010815-56.1993.4.05.8300

0013993-56.2006.4.05.8300

**- Demora na juntada de Ofício/mandado:**

0011526-65.2010.4.05.8300 - 50 dias, 40 dias

0005472-78.2013.4.05.8300 - 70 dias.

0012983-35.2010.4.05.8300 - 70 dias, 30 dias

0012983-35.2010.4.05.8300 – 70 dias, 30 dias.

**- Ausência de certificação:**

0013678-28.2006.4.05.8300 – prazo superior a 90 dias

### **7.12.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Ausência conclusão na data da remessa à Assessoria:**

0801296-57.2012.4.05.8300

**- Demora na conclusão:**

0800805-50.2012.4.05.8300

0801296-57.2012.4.05.8300

0801668-06.2012.4.05.8300

**- Demora na devolução de mandado:**

0801296-57.2012.4.05.8300

**- Lapso entre conclusão e prolação da sentença:**

0800522-27.2012.4.05.8300

0801760-13.2014.4.05.8300

0803184-27.2013.4.05.8300

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800351-70.2012.4.05.8300

0800522-27.2012.4.05.8300

0800736-18.2012.4.05.8300

0800805-50.2012.4.05.8300

0801296-57.2012.4.05.8300

0801679-64.2014.4.05.8300

0801760-13.2014.4.05.8300

**- Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão:**

0801296-57.2012.4.05.8300

0803378-27.2013.4.05.8300

**- Lapso temp. prolação de despacho/decisão:**

0800077-09.2012.4.05.8300

0800191-11.2013.4.05.8300

0800351-70.2012.4.05.8300

0800805-50.2012.4.05.8300

0800837-55.2012.4.05.8300

0801396-12.2012.4.05.8300

### **7.12.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A atuação da Vara é bastante organizada e com bom desenvolvimento dos trabalhos em todos os setores. A forma de organização por setores pode dificultar o controle do alcance das metas, que não ficaram bem definidas.

Não se verificou qualquer demonstração de insatisfação no ambiente de trabalho.

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Demora na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

- Demora para a execução das tarefas pela Secretaria.

Recomendação: o volume de serviço é pequeno, o que facilita o controle do serviço para evitar o atraso na prática dos atos da secretaria, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento das tarefas.

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

- Não cumprimento da Meta 2, uma vez que ainda não houve cumprimento dessa em relação a alguns processos.

Recomendação: envidar esforços para julgamento dos feitos incluídos na Meta 2 - Ação Ordinária (0017603-61.2008.4.05.8300).

#### **7.12.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas, merece destaque o fato de que a Vara conseguiu evitar o ajuizamento de dezenas de embargos à execução, promovendo reuniões entre a Procuradoria Regional Federal e os advogados que patrocinam ações do Sindicato de Servidores, através das quais foram discutidos e solucionados os pontos de divergência referentes aos cálculos de execuções.

#### **7.12.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na correição anterior não se verificou recomendações específicas para a Vara.

Após a última autoinspeção não foram fixadas metas específicas. A fixação de metas e o respectivo acompanhamento ocorrem mensalmente.

## 7.13. 13ª VARA FEDERAL - CRIMINAL - RECIFE

### 7.13.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE

A 13ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base na Lei nº 9.788, de 19/02/1999 e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 08, de 05/05/1999.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 13ª Vara tem competência para processar e julgar as causas penais de competência da Justiça Federal, sendo especializada em execuções penais.

#### 7.13.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores

A Vara conta com 14 cargos efetivos. Além do Juiz Federal César Arthur Cavalcanti Carvalho. Atualmente, a Vara conta com o seguinte quadro de pessoal:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área formação
Flávia Ferrario de Melo, mat. 2669	Oficial de Gab. JT	FC-05	Superior	Direito
Catharine Valadares, mat. 2714	Supervisor-Assistente JT	FC-04	Superior	Direito
Luciana Cavalcanti, mat. 2220	Oficial de Gabinete JS	F-05	Superior	Direito
Laura Virgínia, mat. 2700	Supervisor-Assistente JS	FC-04	Superior incompleto	Direito
Maria E. Travassos, mat. 2467	Supervisor-Assistente JS	FC-04	Superior	Direito
Wellgton C. Ribeiro, mat. 2014	Diretor	CJ-03	Superior	Direito
Ana Verônica Guerra, mat. 2652	Supervisor-Assistente	FC-04	Superior	Odontologia
Monique C. Santos, mat.	2658	FC-04	Superior	Direito
Maria Laetitia Dantas, mat. 2718	Supervisor-Assistente	FC-04	Superior	Psicologia
Alexandre de Souza, mat. 2707	Supervisor de Seção	FC-05	Superior	Ciências Contábeis
José Leonardo Lima Santos, mat.	2486	FC-04	Superior	Ciências Contábeis
Michelle Veras Falcão, mat. 2833	Supervisor de Seção	FC-05	Superior	Direito

#### **7.13.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal CÉSAR ARTHUR CAVALCANTI CARVALHO exerce a magistratura desde 25/04/2001 e assumiu a titularidade da 13ª Vara em 12/09/2005, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos:

Férias: período de 2012.1 – 13/08/2012 a 11/09/2012; 2012.2 – 22/10/2012 a 20/11/2012; 2013.1 – 25/02/2013 a 23/03/2013 (férias interrompidas e usufruídas de 26/09 a 24/10/2013; 2013.2 – 02/05/2013 a 31/05/2013; 2014.1 – 28/04/2014 a 27/05/2014 (férias interrompidas e usufruídas de 11/09 a 26/09/2014). 2014.2 – 07/07/2014 a 05/08/2014.

O magistrado reside na região metropolitana em que se localiza a Vara e não exerce a docência.

#### **7.13.1.1.2. Servidores**

Há 14 (quatorze) cargos estabelecidos para a 13ª Vara Federal de Pernambuco.

Há 02 (dois) servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): Lucas Andrade Barreto, Secretário, FC-03, originário da Prefeitura de Teixeira de Freitas (BA); Júlio Cesar de Santana Santos, Supervisor-Assistente, FC-04, originário do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco-IPSEP.

#### **7.13.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários, sendo 03 (três) atuando na Secretaria da Vara e 01 (um) no Gabinete.

### **7.13.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 13ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas

#### **7.13.2.1. Organização da Secretaria**

Na Secretaria da Vara atuam 10 servidores. A divisão das tarefas entre os servidores é feita por dígitos dos processos e por algumas áreas específicas. No setor AÇÃO PENAL, estão lotados os servidores Laura Virgínia Machado; Maria Elizabeth Travassos; Ana Verônica Guerra; Publicação – José Leonardo Santos; Alexandre Arruda; Júlio Cesar; José Claudio Brasileiro; Monique Santos.

Na organização dos processos na Secretaria, a Vara observa a colocação de etiqueta na capa do processo.



### **7.13.2.2. Organização dos Gabinetes.**

Há 05 servidores em atuação no Gabinete, assim distribuídos:

- Gabinete do Juiz Titular: Catharine Valadares Melo de Oliveira, que está incumbida da elaboração de minutas de sentença, decisão e despacho nos processos dos dígitos sob sua condução, bem como cuida do acompanhamento dos processos incluídos nas Metas do CNJ. A servidora Flávia Ferrario de Melo está encarregada da elaboração de minutas de sentença, decisão e despacho nos processos dos dígitos sob sua condução e a servidora Michelle Veras Falcão, que cuida do acompanhamento dos processos de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de Lavagem de Dinheiro, bem como os feitos relacionados às operações deflagradas, medidas de interceptação telefônica e quebra de sigilo correlatas.

- Gabinete do Juiz Substituto: Luciana Cavalcanti do Nascimento, que está incumbida da elaboração de minutas de sentença, decisão e despacho nos processos dos dígitos sob sua condução, bem como do acompanhamentos dos processos incluídos nas Metas do CNJ. Lucas Andrade Barreto, está encarregada da elaboração de minutas de sentença, decisão e despacho nos processos dos dígitos sob sua condução, bem como, acompanhamento dos processos incluídos nas Metas do CNJ.

No controle para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades, é observado inicialmente os casos de processos com "réus Presos". Em seguida, e na sequência, os "processos com medidas urgentes", os "processos incluídos nas Metas do CNJ" e, por último, os "Processos por data de conclusão".

### **7.13.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Periodicamente, são realizadas reuniões para atualização de procedimentos adotados, bem como para exposição de idéias por parte dos servidores, que possam contribuir de alguma forma para agilizar o andamento dos processos/setores.

### **7.13.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

O planejamento das atividades é realizado por meio dos relatórios obtidos no sistema Tebas e dos dados colhidos em reuniões periódicas.

### **7.13.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

O atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes, é feito primeiro por servidor da Secretaria, com o fim de localizar o processo e se inteirar do assunto. Em seguida, o atendimento é direcionado para o Oficial de Gabinete, que se encarrega de dar prosseguimento ao

atendimento. Caso haja necessidade e seja manifestado o interesse, o atendimento pode ser feito pelo magistrado.

#### **7.13.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

De acordo com os dados fornecidos pela 13ª Vara Federal, constatou-se a existência de 497 processos em tramitação. Levando-se em consideração um total de 14 (quatorze) servidores em atividade, a relação é de 35,5 processos/servidor na 13ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.13.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Em 2014 foram distribuídos e julgados os seguintes processos:

Meta 1: AÇÃO PENAL - Classe 240

Distribuídos:	Sentenciados:
01/2014 – 1	01/2014 - 11
02/2014 – 3	02/2014 - 15
03/2014 – 0	03/2014 - 10
04/2014 – 5	04/2014 - 16
05/2014 – 17	05/2014 - 10
06/2014 – 7	06/2014 - 11
07/2014 – 6	07/2014 – 09

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Dos processos de meta 2 distribuídos até 31/12/2008, existe um processo pendente (0023029-93.2004.4.05.8300), que está aguardando cumprimento de Carta Rogatória.

#### **7.13.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação à outras que possui o mesmo padrão de competência (4ª Vara), tem sido equilibrada, dentro da média da outra.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2008				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.578	193	1.191	2.468
13ª	1.674	371	1.643	2.612
<b>Total</b>	<b>3.252</b>	<b>564</b>	<b>2.834</b>	<b>5.080</b>

EM 2009				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.062	252	1.276	2.146
13ª	1.158	312	2.393	1.505
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>564</b>	<b>3.669</b>	<b>3.651</b>

EM 2010				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	962	261	2.275	1.011
13ª	1.063	349	1.418	1.196
<b>Total</b>	<b>2.025</b>	<b>610</b>	<b>3.693</b>	<b>2.207</b>

EM 2011				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	994	165	1.521	881
13ª	1.160	326	1.316	1.156
<b>Total</b>	<b>2.154</b>	<b>491</b>	<b>2.837</b>	<b>2.037</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.113	240	1.442	941
13ª	1.274	313	1.403	1.167
<b>Total</b>	<b>2.387</b>	<b>553</b>	<b>2.845</b>	<b>2.108</b>

PERNAMBUCO				
EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Criminal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
4ª	1.212	163	1.226	1.255
13ª	1.317	387	1.661	1.109
<b>Total</b>	<b>2.529</b>	<b>550</b>	<b>2.887</b>	<b>2.364</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

#### **7.13.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 1.317 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1109 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Cumprir salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado, para fins de avaliação da eficiência, levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Observa-se que o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório. Ademais, na análise comparativa, a 13ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *judgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.13.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.13.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correção 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

0012477-88.2012.4.05.8300

0019355- 68.2008.4.05.8300

0020076-15.2011.4.05.8300

0011335-88.2008.4.05.8300

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0003386-37.2013.4.05.8300 (sentença)

**– Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

0011335-88.2008.4.05.8300

0013869-34.2010.4.05.8300

0013617-12.2002.4.05.8300  
0009815-93.2008.4.05.8300

**– Ausência de cobrança de carta precatória:**  
0026538-32.2004.4.05.8300

**– Demora na publicação:**  
0017558-09.1998.4.05.8300  
0000356-91.2013.4.05.8300  
0016245-22.2012.4.05.8300  
0016717-62.2008.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**  
0011335-88.2008.4.05.8300

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0006086-06.2001.4.05.8300  
0011335-88.2008.4.05.8300  
0012984-54.2009.4.05.8300  
0019232-70.2008.4.05.8300  
0003386-37.2013.4.05.8300  
0017187-25.2010.4.05.8300  
0006573-92.2009.4.05.8300  
0010134-56.2011.4.05.8300  
0003163-65.2005.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**  
0014832-76.2009.4.05.8300 - 2 anos e 6 meses  
0012477-88.2012.4.05.8300  
0020076-15.2011.4.05.8300  
0013617-12.2002.4.05.8300  
0012757-93.2011.4.05.8300  
0013427-05.2009.4.05.8300  
0006573-92.2009.4.05.8300

**– Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**  
0012023-45.2011.4.05.8300 (inspeção)

**– Demora na certificação do decurso de prazo:**  
0011335-88.2008.4.05.8300

**– Ausência de anotação do número de registro da sentença:**  
0019355- 68.2008.4.05.8300  
0017558-09.1998.4.05.8300

**– Demora no cumprimento da(s) determinação(ões) contida(s) no despacho:**  
0017558-09.1998.4.05.8300 - 2 meses  
0006086-06.2001.4.05.8300

**- Reiteração excessiva de ato processual:**

0012477-88.2012.4.05.8300 - expedição de ofício, com mais três reiterações.

**- Ausência do termo de publicação da sentença penal condenatória (CPP, art. 389 e CP, art. 117):**

0019232-70.2008.4.05.8300

0019355- 68.2008.4.05.8300

### **7.13.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A atuação da Vara é elogiável e célere em todos os setores. Deve-se atribuir ao sistema de atuação por dígitos, acompanhada de dispêndio de tempo para capacitação dos servidores, o nível de excelência jurisdicional.

Além de não haver identificação de atrasos, não houve qualquer demonstração de insatisfação no ambiente de trabalho.

O corpo de servidores externa total satisfação e consciência da atividade desenvolvida para sociedade. Todos acreditam no trabalho que desenvolvem e agradecem a valorização da atividade desenvolvida, sentimento estendido, inclusive, aos terceirizados.

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Demora recorrente na conclusão:

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

### **7.13.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não se verificou e a Vara também não noticiou alguma prática que seja passível de registro no presente relatório.

### **7.13.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Após a correção realizada em 2012, o Juízo da Vara determinou que a Secretaria atendesse às observações apontadas pela Corregedoria-Regional, tais como imprimir maior agilidade na juntada de petições, de mandados, na conclusão para despacho e no cumprimento de diligências.

Após a última autoinspeção, não foram fixadas metas ou fins a serem alcançados pela Vara.

## **7.14. 14ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL - RECIFE**

### **7.14.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 14ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003 e instalada com base nas Resoluções TRF5 nºs 14/2003 e 15/2003, de 03/12/2003 e 12/12/2003, respectivamente.

A unidade jurisdicional está instalada no Anexo localizado na Av., Dantas Barreto, 1080 - Bairro São José - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco. As instalações são antigas e pouco adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados.

Dentro de sua área territorial, a 14ª Vara Federal de Pernambuco tem competência privativa para o processamento e julgamento dos feitos sob o rito dos Juizados Especiais.

#### **7.14.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.14.1.1.1. Dados funcionais e pessoais da Juíza Federal Titular**

A Juíza Federal DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI exerce a magistratura federal desde 26/03/2003 e em 17/06/2010 assumiu a titularidade da 14ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: Férias: 07/08/2012 a 05/09/2012 (30 dias); 10/01/2013 a 08/02/2013 (30 dias); 29/07/2013 a 15/08/2013 (18 dias); 30/09/2013 a 11/10/2013 (12 dias); 07/01/2014 a 25/01/2014 (19 dias); 28/07/2014 a 26/08/2014 (30 dias). Licenças: de 05/12/2012 a 15/12/2012 (11 dias) – Licença para tratamento de saúde; 03/07/2013 a 05/07/2013 (03 dias) – Afastamento para compensação de plantão forense; 26/01/2014 a 24/07/2014 (180 dias) – Licença para repouso à gestante.

Desde 11/11/2013, a magistrada exerce a docência na Faculdade de Direito do Recife (UFPE), com vínculo efetivo de 20 horas, ministrando aulas às segundas e quartas-feiras, das 10 às 12h e das 18:30 às 20:10 horas.

A magistrada reside na região metropolitana em que se situa a Vara.

##### **7.14.1.1.2. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto**

O Juiz Federal RODRIGO MAIA DA FONTE exerce a magistratura federal desde 15/01/2014 e em 28/04/2014 assumiu a vaga de substituto da 14ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

O magistrado substituto reside na região metropolitana em que se situa a Vara e não exerce a docência.

#### 7.14.1.1.3. Servidores

Há 16 (dezesesseis) cargos efetivos na 14ª Vara, nos termos da Resolução nº 14, de 3/12/2003, do TRF da 5ª Região. De acordo com informações do Núcleo de Gestão de Pessoas, nas varas da capital não existe um quantitativo de cargos vagos por vara, tendo em vista o determinado na portaria 577/2011-DF, que visou equalizar o número de servidores por vara, de modo a minimizar o impacto das vacâncias decorrentes das cessões e remoções.

A Vara possui alguns servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), conforme descrito abaixo:

NOME	GRAU INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	ÓRGÃO DE ORIGEM
Adriana Ferraz Carneiro de Albuquerque	Superior Completo	Direito	Supervisor-Assist. Setor de Análise Inicial/Triagem-FC-04	Secretaria de Admin. Estado Pernambuco
Delza Monteiro de Oliveira	Superior Completo	Direito	Supervisor-Assist. Setor de Controle perícias - FC-04	TRF da 5ª Região
Edmilson José Nascimento Fragoso	Superior Completo	Geografia	Supervisor-Assist. Setor de Cumprim. de Obrig/sentença - FC-04	Sec. Saúde do Estado de Pernambuco
Maria do carmo de Lucena	Ensino médio		Auxiliar Espec. do Gabinete Diretor de Secretaria- FC-02	Município de Serra Talhada
Maria Isabel Feitosa	Superior Completo	Licenciatura em Matemática	Supervisor-Assist. Setor de Agend. e controle audiência-FC-04	Município de Petrolina
Raymundo Luiz Santana Barboza Júnior	Superior Completo	Direito	Supervisor-Assist. Setor de Análise e Andam. Processual - FC-05	Banco do Brasil

Por ocasião da correição, havia uma função gratificada vaga na Vara, no caso, a de Supervisor-Assistente I do Gabinete do Juiz Federal Substituto (FC-04), com requisição de servidor em andamento para ocupar a referida função comissionada.

Não havia nenhum servidor da Vara cedido para outros órgãos e apenas uma servidora estava afastada de suas atividades, no período de 22/07/2014 a 20/08/2014 (30 dias), por motivo de licença-médica para acompanhamento de pessoa da família.

#### 7.14.1.1.4. Estagiários

No desempenho das atividades de estágio, existem 6 (seis) estagiários, sendo que metade atua na Secretaria da Vara e outra metade no Gabinete.



## **7.14.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 10ª Vara Federal é de 9 às 18 horas.

### **7.14.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

Há 10 servidores lotados na Secretaria da Vara, que está subdividida em setores:

**SETOR DE TRIAGEM** – Realização da triagem inicial do processo, elaboração de minutas e atos ordinatórios, realização de intimação eletrônica, acompanhamento de prazo. Servidores: Adriana Ferraz Carneiro de Albuquerque e Pedro Chabloy Filho;

**SETOR DE CONHECIMENTO** - elaboração de expedientes, realização de intimação eletrônica, elaboração de minutas, remessa do processo à Turma Recursal e acompanhamento do processo até a certificação do trânsito em julgado, exceto questões relacionadas à perícia e marcação de audiência, as quais são tratadas em setor próprio. Servidor: Anderson Thiago de Freitas Gonzaga;

**SETOR DE PERÍCIA** – Agendamento de perícia, cobrança de laudos atrasados, análise de laudos periciais, elaboração de minutas, acompanhamento de prazos. Servidores: Delza Monteiro de Oliveira e Edmilson José Nascimento Fragoso;

**SETOR DE EXECUÇÃO** – Remessa de processos à Contadoria e ao setor do INSS para cumprimento da obrigação de fazer (Posto Prisma), elaboração de minutas e atos ordinatórios, realização de intimação eletrônica, acompanhamento de prazos, elaboração de expedientes, requisições de pagamento e alvarás. Servidores: Claudia Maria Gonçalves de Macedo Figueiredo e Sergio Cabral Mota;

**SETOR DE AUDIÊNCIAS** – Agendamento de audiências, realização de intimação eletrônica e assessoramento dos magistrados na realização de audiências. Por questão de praticidade, os servidores desse setor estão fisicamente instalados junto à assessoria dos magistrados. Servidores: Maria do Carmo de Lucena e Maria Isabel Feitosa.

O próprio sistema de acompanhamento de processos dos Juizados Especiais Federais (Sistema Creta) mantém o controle automático das prioridades legais, classificando os processos de acordo com a idade do autor, conforme este se enquadre na hipótese do art. 71, da Lei nº 10.741/2003, bem como os pedidos cautelares e de urgência requeridos.

Após essa primeira classificação, o sistema observa a ordem cronológica da ação na respectiva fase processual, de modo que os processos que chegaram há mais tempo na fase aparecem em primeiro lugar na lista.

#### **7.14.2.2. Organização dos processos nos Gabinetes.**

Em regra, os processos são distribuídos por matéria entre os assessores, os quais trabalham indistintamente para ambos os magistrados da Vara. Entretanto, sempre se busca treinar os servidores para que estejam aptos a trabalhar com todas as matérias, de modo que as ausências regulamentares não prejudiquem o andamento dos feitos.

#### **7.14.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Frequentemente são realizadas pequenas reuniões com a participação direta dos magistrados, com a finalidade de definir prioridades/metastas ou estabelecer rotinas de trabalho, conforme a necessidade.

#### **7.14.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Em geral, o planejamento das atividades da Vara ocorre conforme a situação identificada no momento, a exemplo da designação de mutirão para concentrar esforços diante de uma necessidade específica.

#### **7.14.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

Em regra, as partes, advogados e membros dos órgãos são atendidos na Secretaria da Vara, dentro do horário de expediente, observando a ordem de chegada.

#### **7.14.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

De acordo com os dados fornecidos pela 14ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria-Regional, há 2.519 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 16 (dezesesseis) servidores em atividade, a relação é de 157,4 processos/servidor para a 14ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.14.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

A quantidade de processos julgados está bem próxima da quantidade de processos distribuídos. Considerando os dados até o mês de julho de 2014, a diferença desfavorável é de apenas 39 (trinta e nove) processos, de modo que até aquele mês a meta ainda não foi atingida.

Vale ressaltar que essa Vara conta com apenas um magistrado desde

o mês de janeiro/2014, em função da licença para repouso à gestante gozada pela juíza titular da unidade, de modo que o restabelecimento do quadro de magistrados permite estimar melhores condições para cumprimento da meta.

A coluna “SALDO DISTRIBUÍDOS” foi obtida a partir da seguinte fórmula: [Número de processos distribuídos] + [Número de processos recebidos por redistribuição]

– PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS A OUTRO JUÍZO

MÊS/2014	SALDO DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
Janeiro	838	818
Fevereiro	854	875
Março	813	857
Abril	744	614
Maio	721	603
Junho	552	587
Julho	739	868
TOTAL	5261	5222

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

Essa meta já foi cumprida pela 14ª Vara.

Processos distribuídos até 31/12/2010: Não existem processos pendentes de julgamento – Meta 100% atingida;

Processos distribuídos em 2011: Não existem processos pendentes de julgamento – Meta 100% atingida.

**Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal”.**

Considerando que não há distinção no sistema Creta entre os

processos que estão na fase de execução, levou-se em conta, ao longo dos meses, a quantidade de processos existentes nas seguintes fases processuais: Contadoria, Execução e Posto Prisma.

Assim, foram obtidos dados que mais se aproximam da realidade, uma vez que a quase totalidade de processos na fase de execução se encontram nessas fases. De acordo com esse controle, a taxa média de congestionamento na fase de execução de 2012 e 2013 foi de -0,8 processos, ou seja, houve um pequeno decréscimo na quantidade de processos na fase de execução durante o período.

Por outro lado, observou-se nos últimos 4 (quatro) meses um substancial aumento no volume de processos devolvidos das Turmas Recursais, o que acarretou uma taxa média mensal de congestionamento de 52 (cinquenta e dois) processos na fase de execução, considerando os sete primeiros meses do ano de 2014.

Espera-se que o volume de processos devolvidos das Turmas Recursais volte à normalidade, de modo a possibilitar o cumprimento da meta até o final do ano.

#### 7.14.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 19<sup>a</sup>, 31<sup>a</sup>, 32<sup>a</sup> Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	12.003	13.178	11.264	5.710	14 <sup>a</sup>	10.826	12.895	9.764	3.688	14 <sup>a</sup>	8.891	10.038	9.437	1.811
15 <sup>a</sup>	11.933	13.514	11.242	5.280	15 <sup>a</sup>	10.908	12.247	9.892	3.368	15 <sup>a</sup>	8.556	9.230	8.846	2.200
19 <sup>a</sup>	11.747	13.261	12.289	3.411	19 <sup>a</sup>	10.784	11.969	9.455	2.981	19 <sup>a</sup>	8.362	9.108	8.368	2.176
					25 <sup>a</sup>	1.357	1.074	872	659					
					26 <sup>a</sup>	1.091	909	598	671					
					27 <sup>a</sup>	2.136	719	528	1.620					
										31 <sup>a</sup>	3.075	3.946	4.120	895
<b>Total</b>	<b>35.683</b>	<b>39.953</b>	<b>34.795</b>	<b>14.401</b>	<b>Total</b>	<b>37.102</b>	<b>39.813</b>	<b>31.109</b>	<b>12.987</b>	<b>Total</b>	<b>28.884</b>	<b>32.322</b>	<b>30.771</b>	<b>7.082</b>

EM 2012				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	7.557	7.797	9.339	1.694
15 <sup>a</sup>	7.334	7.204	8.630	2.104
19 <sup>a</sup>	7.100	7.902	9.372	1.748
31 <sup>a</sup>	4.306	4.587	5.199	711
32 <sup>a</sup>	1.853	2.375	2.539	891
<b>Total</b>	<b>28.150</b>	<b>29.865</b>	<b>35.079</b>	<b>7.148</b>

EM 2013				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	8.546	8.305	9.093	1.635
15 <sup>a</sup>	8.307	8.637	8.666	1.695
19 <sup>a</sup>	7.631	8.369	9.147	1.553
31 <sup>a</sup>	4.604	4.407	4.468	1.155
32 <sup>a</sup>	2.989	3.209	3.570	530
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>32.927</b>	<b>34.944</b>	<b>6.568</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

JEF	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU
14 <sup>a</sup>	8.546	1.635	1628	5	0	1630	7
15 <sup>a</sup>	8.307	1.695	1692	3	0	1692	3
19 <sup>a</sup>	7.631	1.553	1553	0	0	1553	0
25 <sup>a</sup>			0				
26 <sup>a</sup>			0				
27 <sup>a</sup>			0				
31 <sup>a</sup>	4.604	1.155	1155	0	0	1155	0
32 <sup>a</sup>	2.989	530	530	0	0	530	0
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>6.568</b>	<b>6558</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>6560</b>	<b>10</b>

Os dados demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual nas referidas varas.

Cumprе salientar, entretanto, que durante os anos analisados, a referida vara sempre julgou processos em número bem superior do que a

quantidade que era distribuída em cada ano, como também houve um número superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos das varas.

Assim, ao analisar a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há uma continuidade quanto aos números referentes a cada uma das 05 (cinco) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Importa registrar que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 05 (cinco) varas, tem se mantido numa excelente taxa de congestionamento processual uma vez que o número de processos arquivados é sempre maior que o de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Apesar da manutenção do grau de excelência na taxa de congestionamento processual, deve-se atentar para o incremento do estoque de processos, via de regra, no período, nas varas especializadas em juizados especiais federais. O referido incremento de estoque, por outro lado, não atinge a 14ª Vara, que mantém, além do aumento do número de processos julgados, uma redução constante do estoque processual.

#### **7.14.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 8.546 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.628 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Em razão dos índices analisados, sendo o número de processos em tramitação na 14ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo, o **conceito “A”**. Na análise comparativa, a 14ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.14.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados para correição 40 (quarenta) processos eletrônicos do Sistema Creta.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema Creta foram consolidadas no relatório emitido pelo próprio sistema informatizado.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**  
0500633-16.2014.4.05.8300

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**  
0521051-43.2012.4.05.8300  
0502851-51.2013.4.05.8300 - 60 dias  
0505034-58.2014.4.05.8300 - mais de 3 meses

**- Demora no julgamento de embargos de declaração:**  
0505901-51.2014.4.05.8300

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0521051-43.2012.4.05.8300 - Mais de um mês.  
0500542-23.2014.4.05.8300 - 45 dias

**- Demora na realização da audiência:**  
0500339-61.2014.4.05.8300

**- Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/Setor de Cálculos:**  
0501656-31.2013.4.05.8300 - 56 dias.

#### **7.14.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar.

Sem prejuízo de outras providências, são feitas as seguintes recomendações:

– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

– Demora na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos, previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

#### **7.14.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foram constatadas e a Vara não noticiou alguma prática que seja passível de registro no presente relatório.

#### **7.14.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Por ocasião dos trabalhos da última Correição, foram apreciados 200 (duzentos) processos, sendo registradas algumas observações atinentes à demora em algum ato praticado no processo. A Vara realiza reuniões periódicas com os servidores, com o fim de aperfeiçoar os trabalhos no que tange ao acompanhamento dos processos, zelando pelo rigoroso cumprimento do rito processual, para que o processo atinja o seu fim de maneira rápida e eficaz.

Após a última autoinspeção foram fixadas metas para os servidores, que foram orientados a adotar práticas que evitem a repetição das falhas identificadas ao longo das inspeções e a buscar a melhoria contínua dos serviços, sempre ressaltando o bom trabalho desenvolvido na unidade.



## **7.15. 15ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL - RECIFE**

### **7.15.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 15ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003 e instalada com base nas Resoluções TRF5 nºs 14/2003 e 15/2003, de 03/12/2003 e 12/12/2003, respectivamente.

A unidade jurisdicional está instalada no Anexo localizado na Av. Dantas Barreto, nº 1080 - bairro São José - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco. As instalações são antigas e pouco adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados.

Dentro de sua área territorial, a 15ª Vara Federal de Pernambuco tem competência privativa para o processamento e julgamento dos feitos sob o rito dos Juizados Especiais.

#### **7.15.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.15.1.1.1. Dados funcionais e pessoais da Juíza Federal Titular**

A Juíza Federal IVANA MAFRA MARINHO exerce a magistratura federal desde 14/03/2007 e em 31/03/2014 assumiu a titularidade da 15ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: Férias: 09/04 a 08/05/2012; 08/08 a 06/09/2012; 10/09 a 27/09/2012; 27/03 a 25/04/2013; 01/07 a 17/07/2013; 02/12 a 13/12/2013; 07/01 a 05/02/2014; 01/07 a 30/07/2014. Licenças para tratamento de saúde: 08/02 a 08/03/2012; 12/03 a 26/03/2012; 27/03 a 03/04/2012; 04/06 a 08/06/2012; 09/06 a 15/06/2012; 02/09 a 06/09/2013; Licença-maternidade: 28/09/2012 a 26/03/2013. Licença por motivo de doença de pessoa da família: 16/09 a 20/09/2013.

A magistrada reside na região metropolitana em que se situa a Vara e não exerce a docência.

A vara não possui juiz federal substituto.

##### **7.15.1.1.2. Servidores**

Há 16 (dezesesseis) cargos efetivos, nos termos da Resolução nº 14, de 3/12/2003, do TRF da 5ª Região. De acordo com informações do Núcleo de Gestão de Pessoas, nas varas da capital não existe um quantitativo de cargos vagos por vara, tendo em vista o determinado na portaria 577/2011-DF, que visou equalizar o número de servidores por vara, de modo a minimizar o impacto das vacâncias decorrentes das cessões e remoções. Há 01 servidor requisitado: – João Gabriel

Soares de Mello, graduação em Direito, técnico judiciário – área administrativa, Supervisor Assistente do Setor de Cumprimento de Obrigação/ Sentença – FC 04, cedido pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco.

### **7.15.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 6 (seis) estagiários, 04 (quatro) atuando na Secretaria da Vara e 02 (dois) no Gabinete.

## **7.15.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA.**

O horário de expediente da 14ª Vara é das 09:00 horas às 18:00 horas (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5).

### **7.15.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

A Secretaria está organizada em setores e dividida da seguinte forma:

**TRIAGEM:** Uma servidora atua na recepção dos processos novos e destinação aos setores adequados para o devido processamento;

**PERÍCIA:** Um servidor atua nesse setor. Identificando-se a necessidade de realização de perícia médica ou social, o processo é encaminhado para este setor para a correspondente marcação e expedição de mandado de verificação. Após a realização de tais perícias, o Setor fica encarregado da cobrança dos resultados;

**AUDIÊNCIA:** Um servidor atua nesse setor. Identificada a necessidade de realização de audiência, é feita a marcação e todos os demais procedimentos relativos à realização do ato;

**CONHECIMENTO:** Dois servidores atuam nesse setor fazendo o controle dos prazos processuais, a recepção e encaminhamento de petições, recursos, confecção de expedientes e certidões;

**ASSESSORIA:** Três servidoras atuam nesse setor, minutando despachos, decisões e sentenças;

**EXECUÇÃO:** Uma servidora atua nesse setor. Após o trânsito em julgado da sentença, o processo ingressa no setor para o devido cumprimento do julgado, seja a implantação de benefício, seja o pagamento através de RPV ou Precatório.

No sistema Creta, os processos já são marcados como prioritários pelos próprios advogados ou pelo setor de atermação, quando de sua distribuição. No caso em que a vara identifique, a qualquer tempo, a necessidade de marcação de prioridade, assim será procedido. Os processos são movimentados com total observância à prioridade indicada. O sistema Creta marca em vermelho tais processos, bem como procede à localização antes de todos os demais na lista de exibição da caixa em que se encontram.

Em relação aos demais processos, são eles distribuídos entre as respectivas caixas no Sistema Creta, com pertinência à fase em que se encontram, e são movimentados em observância à ordem de antiguidade na caixa. Todas as caixas, por sua vez, são movimentadas em intervalos regulares.

#### **7.15.2.2. Organização dos processos nos Gabinetes**

A assessoria é formada por três servidoras, as quais trabalham em todos os processos conclusos, sejam de responsabilidade do juiz titular ou do substituto.

O primeiro critério a ser observado na hora de elaboração da minuta é a data de conclusão do processo, sendo movimentados preferencialmente os mais antigos. Exceção se observa nos casos de urgências, os quais são minutados em primeiro lugar.

As assessoras dividem os processos por dígitos, independentemente da matéria.

#### **7.15.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Reuniões são marcadas de acordo com a necessidade, a critério da Juíza e/ou a pedido dos servidores da Vara.

Desde a chegada desta Magistrada à 15ª Vara foi realizada reunião com os oficiais de justiça para repassar informações relativas ao melhor cumprimento dos expedientes, principalmente quanto aos mandados de verificação.

Foram realizadas reuniões com o corpo de servidores após a inspeção ordinária, para o repasse de instruções voltadas ao melhor e mais rápido processamento do acervo processual.

Em todas as reuniões há a participação da magistrada titular da vara, atualmente a única magistrada em exercício na unidade.

#### **7.15.2.4. Planejamento das atividades da Vara.**

Há a necessidade de se fazer o planejamento mensal das atividades da maioria dos setores da Secretaria, em virtude das férias e afastamentos (licença gestante, licença médica) do reduzido quadro de servidores. Nesse planejamento, objetiva-se distribuir as tarefas entre todos os servidores, para que os jurisdicionados não sejam prejudicados.

Os estudos de planejamento das atividades são chancelados pela juíza titular da Vara.

#### **7.15.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

A vara dispõe de setor próprio destinado ao atendimento das partes, procuradores, membros do MPF e da DPU. O prédio também conta com sala reservada às atividades próprias de advogados, com equipamentos suficientes ao desempenho de seu mister.

#### **7.15.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo.**

De acordo com os dados fornecidos pela 15ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria-Regional, existem 2.944 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 16 (dezesseis) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 184 processo/servidor para a 15ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.15.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

- Processos distribuídos de janeiro a julho de 2014: 5.821 processos.
- Processos sentenciados de janeiro a julho de 2014: 4.581 processos.

Do acervo de 1.240 processos represados (diferença de processos entre os que foram ajuizados e sentenciados no mesmo período), 537 feitos estão suspensos em virtude do Recurso Especial nº 1.381.683.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

Essa meta já foi cumprida pela 15ª Vara.

- Processos distribuídos até 31/12/2010: Não existem processos pendentes de julgamento – Meta 100% atingida;
- Processos distribuídos em 2011: Não existem processos pendentes de julgamento – Meta 100% atingida.

**Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal”.**

A única parte da disposição da META 5 aplicável aos juizados é a pertinente à taxa média de congestionamento na fase de cumprimento de sentença. Assim, considerando que não há distinção no sistema Creta entre os processos que estão na fase de execução, foi levado em conta, ao longo dos meses, a quantidade de processos existentes nas seguintes situações: remessa à Contadoria, execução e remessa ao "posto prisma". Chegou-se, dessa forma, à quantidade aproximada de processos na fase de execução.

A partir desta sistemática, foi observado que o ano de 2012 finalizou com 353 processos na fase de execução. Já o ano de 2013, por sua vez, terminou com número bem inferior, 152 processos. No ano de 2014, porém, observa-se, em todos os juizados, um significativo aumento de processos devolvidos das Turmas Recursais, certamente decorrente da criação de duas novas relatorias e da lotação de novos servidores. Somando-se a este fato o exíguo número de servidores da Vara, obteve-se o resultado de 1.588 processos na fase de execução, até 31/07/2014. Logo, o monitoramento vem sendo feito, porém, com cumprimento comprometido.

#### 7.15.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (14ª, 15ª, 19ª, 31ª, 32ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	12.003	13.178	11.264	5.710	14ª	10.826	12.895	9.764	3.688	14ª	8.891	10.038	9.437	1.811
15ª	11.933	13.514	11.242	5.280	15ª	10.908	12.247	9.892	3.368	15ª	8.556	9.230	8.846	2.200
19ª	11.747	13.261	12.289	3.411	19ª	10.784	11.969	9.455	2.981	19ª	8.362	9.108	8.368	2.176
					25ª	1.357	1.074	872	659					
					26ª	1.091	909	598	671					
					27ª	2.136	719	528	1.620					
										31ª	3.075	3.946	4.120	895
<b>Total</b>	<b>35.683</b>	<b>39.953</b>	<b>34.795</b>	<b>14.401</b>	<b>Total</b>	<b>37.102</b>	<b>39.813</b>	<b>31.109</b>	<b>12.987</b>	<b>Total</b>	<b>28.884</b>	<b>32.322</b>	<b>30.771</b>	<b>7.082</b>

EM 2012				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	7.557	7.797	9.339	1.694
15 <sup>a</sup>	7.334	7.204	8.630	2.104
19 <sup>a</sup>	7.100	7.902	9.372	1.748
31 <sup>a</sup>	4.306	4.587	5.199	711
32 <sup>a</sup>	1.853	2.375	2.539	891
<b>Total</b>	<b>28.150</b>	<b>29.865</b>	<b>35.079</b>	<b>7.148</b>

EM 2013				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	8.546	8.305	9.093	1.635
15 <sup>a</sup>	8.307	8.637	8.666	1.695
19 <sup>a</sup>	7.631	8.369	9.147	1.553
31 <sup>a</sup>	4.604	4.407	4.468	1.155
32 <sup>a</sup>	2.989	3.209	3.570	530
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>32.927</b>	<b>34.944</b>	<b>6.568</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

JEF	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU
14 <sup>a</sup>	8.546	1.635	1628	5	0	1630	7
15 <sup>a</sup>	8.307	1.695	1692	3	0	1692	3
19 <sup>a</sup>	7.631	1.553	1553	0	0	1553	0
25 <sup>a</sup>			0				
26 <sup>a</sup>			0				
27 <sup>a</sup>			0				
31 <sup>a</sup>	4.604	1.155	1155	0	0	1155	0
32 <sup>a</sup>	2.989	530	530	0	0	530	0
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>6.568</b>	<b>6558</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>6560</b>	<b>10</b>

Os dados demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual nas referidas varas. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, a referida vara sempre julgou processos em número bem superior do que a quantidade que era distribuída em cada ano, como também houve um número superior de processos arquivados, o que demonstra que, na

relação processos distribuídos-processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos das varas.

Assim, ao analisar a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há uma continuidade quanto aos números referentes a cada uma das 05 (cinco) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Importa registrar que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 05 (cinco) varas, tem se mantido uma excelente taxa de congestionamento processual uma vez que o número de processos arquivados é sempre maior que o de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Apesar da manutenção do grau de excelência na taxa de congestionamento processual, deve-se atentar para o incremento do estoque de processos, via de regra, no período, nas varas especializadas em juizados especiais federais. O referido incremento de estoque, por outro lado, não atinge a 15ª Vara, que mantém, além do aumento do número de processos julgados, uma redução constante do estoque processual.

#### **7.15.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 8.307 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.692 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Em razão dos índices analisados, sendo o número de processos em tramitação na 15ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo, o **conceito “A”**. Na análise comparativa, a 15ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

### **7.15.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos eletrônicos do Sistema Creta.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema Creta foram consolidadas no relatório emitido pelo próprio sistema informatizado.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0517860-87.2012.4.05.8300  
0519043-93.2012.4.05.8300 - 30 dias  
0500582-39.2013.4.05.8300 - 24 dias  
0500569-06.2014.4.05.8300 - 2 meses

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0500943-95.2009.4.05.8300 - mais de 20 dias  
0506702-69.2011.4.05.8300 - 30 dias  
0500818-88.2013.4.05.8300  
0516563-11.2013.4.05.8300 - 15 dias  
0519557-12.2013.4.05.8300 - mais de 2 meses.

**- Demora na citação:**

0500627-43.2013.4.05.8300

**- Demora na cobrança do cumprimento de diligências:**

0500569-06.2014.4.05.8300 - 1 mês

**- Demora na intimação do perito para devolução do laudo:**

0523374-84.2013.4.05.8300

**- Demora na juntada de expediente:**

0500407-11.2014.4.05.8300 - demora na juntada de mandado

**- Demora na prolação da sentença:**

0517610-54.2012.4.05.8300  
0519043-93.2012.4.05.8300 - mais de 30 dias  
0522991-09.2013.4.05.8300  
0523818-20.2013.4.05.8300  
0500485-05.2014.4.05.8300 - 5 meses  
0500569-06.2014.4.05.8300 - 30 dias  
0500707-70.2014.4.05.8300 - mais de 60 dias.

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**

0500818-88.2013.4.05.8300 - mais de 15 dias. E também em ato ordinatório, mais de 15 dias.

**- Demora para a realização da perícia:**



0500569-06.2014.4.05.8300 - mais de 01 mês

**- Demora para certificar tempestividade/intempestividade:**  
0517860-87.2012.4.05.8300

**- Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo:**

0502161-22.2013.4.05.8300 - superior a 60 dias.

0500457-37.2014.4.05.8300

**- Processos irregularmente paralisados:**

0518566-70.2012.4.05.8300 - desde 25/07/2014.

0500306-08.2013.4.05.8300 - mais de 15 dias.

0500690-68.2013.4.05.8300 - 23 dias..

0502114-48.2013.4.05.8300 - mais de 15 dias.

0502161-22.2013.4.05.8300

0523374-84.2013.4.05.8300 - 29 dias; 20 dias. 21 dias.

0524447-91.2013.4.05.8300 - mais de 15 dias

0500569-06.2014.4.05.8300 - 02 meses - sem andamento

0522053-19.2010.4.05.8300 - 3 meses.

0501389-59.2013.4.05.8300 - mais de 3 meses na Secretaria aguardando manifestação das partes.

0523382-61.2013.4.05.8300 - mais de 2 meses

#### **7.15.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Nesse item são pontuadas as constatações que decorrem tanto da análise conjunta dos processos vistoriados, quanto da visita *in loco* realizada pelo Juiz Auxiliar.

Sem prejuízo de outras providências, são feitas as seguintes recomendações:

– Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

– Demora na conclusão

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e este, aos servidores.

#### **7.15.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foram constatadas e a Vara também não informou práticas que sejam passíveis de registro no presente relatório.

#### **7.15.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Por ocasião dos trabalhos da última Correição, em 2012, não foram feitas recomendações específicas para a 15ª Vara Federal.

Após a última inspeção, e considerando o exíguo número de servidores, foram mantidas as metas anteriores. Em caso de incremento neste número, a Vara implementará novas metas, visando imprimir um andamento mais célere e qualificado dos feitos.

## **7.16. 16ª VARA FEDERAL - CÍVEL - CARUARU**

### **7.16.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 16ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco funciona na Rua Professor Lourival Vilanova, 196 - Bairro Universitário - Caruaru (PE). Foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003, e instalada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 05, de 30/03/2004.

Dentro de sua área territorial, a 16ª Vara tem competência plena para processar e julgar as causas cíveis até o valor de sessenta salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos Juizados Especiais Federais Criminais instituídos através da Lei nº 10.259, de 12/07/2001 e ações de Naturalização.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juizes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

#### **7.16.1.1. Corpo funcional – Juizes e servidores**

##### **7.16.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal JOSÉ MOREIRA DA SILVA NETO ingressou na magistratura federal em 16/04/2008 e exerce a titularidade da 16ª Vara desde 11/06/2013.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado em razão dos seguintes motivos: Férias: 07/01/13 a 05/02/13; 25/06/13 a 17/07/13; 16/01/14 a 14/02/14 e 12/06/14 a 11/07/14. Licença para tratamento de saúde: 06/05/13 a 10/05/13.

O Magistrado substituiu em outras Varas, nos períodos de 30/08/12 a 28/09/12 e 05/11/12 a 04/12/12 (24ª Vara/PE); 02/09/13 a 01/10/13 e 02/09/13 a 01/10/13 (31ª Vara/PE).

O Magistrado reside na região metropolitana em que se localiza da Vara e não exerce a docência.

A 16ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

##### **7.16.1.1.2. Servidores**

A Vara conta com 20 (vinte) cargos efetivos e todos estão preenchidos.

O quadro atual de servidores da Vara é o seguinte:

<b>NOME</b>	<b>CARGO EFETIVO</b>	<b>FC OU CJ</b>	<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>ÁREA DE FORMAÇÃO</b>
Ana Lybia Pessoa Melo Maia	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto)	Superior	Direito
Camila Barreto Coelho e Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Gastronomia
Catarina Jerônimo Pontes Jardim	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis)	Superior	Ciências Contábeis
Djarlene Nogueira de Lima Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-02 (Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria)	Superior	Farmácia
Fabiana Lins de Araújo Monteiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Processamento de Execuções Fiscais)	Superior	Direito
Gabriel Frotte	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Substituto)	Superior	Direito
João Garrido de Arruda	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Titular)	Superior	Direito
Karoline Wojtyla Freitas de Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Superior	Direito
Lucas José Melo da Cunha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Processamento de Feitos relativos ao Mandado de Segurança e às Ações Cautelares)	Superior incompleto	Direito
Luis Olavo Vergeti Siqueira Malta	Técnico Judiciário – Área de Segurança e Transporte	Não	Superior	Farmácia
Luiz Guilherme Melo Machado Filho	Analista Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Desenho Industrial
Marcos José da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Publicação)	Superior	Geografia
Mariana Muniz de Araújo Rego	Analista Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Publicidade
Rebeca Mignac de	Técnico	Sim. FC-05	Superior	Direito/Pedagogia

Barros	Judiciário – Área Administrativa	(Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Criminais)		
Sandra Maria Pimentel Barbosa	Analista Judiciário – Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Anderson dos Santos Coelho	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. CJ-03 (Diretor de Secretaria)	Superior	Direito

Para possibilitar o funcionamento dos serviços administrativos da Subseção, foram cedidos 03 (três) servidores ao setor de apoio, uma vez que este não conta dotação própria de servidores. Da mesma forma, para o funcionamento da Central de Mandados, os dois oficiais de justiça vinculados à Vara foram cedidos àquela Central.

Há um servidor afastado para tratamento de saúde.

#### **7.16.1.1.3. Estagiários**

Existem as 04 (quatro) vagas de estágio previstas para a Vara, mas atualmente apenas uma está provida e o estagiário atua na Secretaria da Vara.

#### **7.16.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 16ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Os servidores da Vara estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, há 02 servidores no SETOR CÍVEL, 02 servidores no SETOR CRIMINAL e 7 servidores no SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL.

Na Assessoria do Juiz há 4 servidores lotados.

##### **7.16.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistema Creta**

A Secretaria da Vara está subdividida em setores.

Os processos são localizados nas estantes respectivas, a depender da fase/atividade em que se encontram, tais como “minutar despacho”, “prazos”, “juntadas”, “expedientes”, “publicação”, “leilão”, “suspensão”, “arquivamento”, etc.

O único sistema adotado pela Secretaria em relação aos processos com prioridade é a utilização de etiquetas (réu preso, idoso, grandes devedores). Pela dinâmica de movimentação processual implantada na Secretaria, não se faz necessária a alocação específica destes processos, seja pelo volume de processos em tramitação, seja pela celeridade com que se cumprem as determinações judiciais.

Na hipótese de processo que tenha prioridade na tramitação (liminares, mandados de segurança, *habeas data*, idoso, etc), este é imediatamente concluso e em seguida é providenciada a elaboração da respectiva minuta do despacho/decisão/sentença, de modo que, diante dessa atual sistemática implantada na Vara, não há necessidade de se fazer outro tipo de controle.

De qualquer forma, os setores utilizam um sistema no qual se atenda ao critério cronológico para seleção dos processos a serem trabalhados.

#### **7.16.2.2. Organização dos Gabinetes**

No Gabinete, formado por quatro servidores, não há divisão por matéria, isto é, todos os assessores estão habilitados para atuar em todas as ações. Vale frisar, também, que todos possuem certificação digital e estão habilitados para trabalharem com os PJE's.

#### **7.16.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

O Juiz Titular organiza reuniões sempre que constata a necessidade, seja para esclarecer de que forma deseja o cumprimento de suas determinações, seja para estabelecer a organização administrativa da Vara, como, por exemplo, funcionamento dos setores e estabelecimento de metas.

#### **7.16.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

O objetivo da Vara é realizar os atos que lhe competem de forma qualitativa e no prazo mais rápido possível. Assim, os setores se organizaram de forma que cada servidor possui atribuições específicas, sendo dele exigido qualidade e rapidez no trabalho.

Foi estabelecida a chamada “meta zero”, que é alcançada quando a Vara, no último dia útil do mês, consegue realizar todas as tarefas pendentes.

Os números da Vara são acompanhados diariamente. Porém, a análise conclusiva para verificação do resultado é realizada no primeiro dia útil do mês seguinte, utilizando, para isso, os relatórios disponibilizados nos sistemas informatizados, bem como outros indicadores, tais como, quantidade de expedientes produzidos.

#### **7.16.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Todos os procuradores e partes são de pronto atendidos na Secretaria, sem qualquer obstáculo para acessar os autos e para obter as informações solicitadas.

Da mesma forma, todos os procuradores e partes quando solicitam atendimento do Juiz e ou da assessoria, são de pronto atendidos, sem necessidade de se agendamento de horário ou qualquer outra formalidade.

#### **7.16.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Considerando o número de processos existentes na Vara e o de servidores em atividade, a relação é de 115,35 processos/servidor.

#### **7.16.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Segundo informação prestada pela Vara, foram distribuídos, entre 01/01/2014 a 31/08/2014, o total de 154 processos, enquanto, no mesmo período, foram julgados 200 processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Segundo informação prestada pela Vara, essa meta foi cumprida, pois não estão pendentes nenhum dos processos distribuídos nos anos de 2008 e 2009.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

A meta não foi, integralmente cumprida, uma vez que restam 6 (seis) processos pendentes de julgamento.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Constatou-se que está sendo feito o monitoramento quanto ao cumprimento dessa Meta.

#### 7.16.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal são as 16ª (Caruaru), 23ª (Garanhuns) e 24ª (Caruaru).

As 16ª e 24ª Varas atuam com competência cível, incluindo execução fiscal, e criminal desde 2011.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

##### a) Dados de processos distribuídos:

VARAS	QUANTIDADE – DISTRIBUÍDOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16ª				2.360	1.153	1.045
23ª					2.057	843
24ª				2.402	1.164	1.107
<b>Total</b>				<b>4.762</b>	<b>4.374</b>	<b>2.995</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com o perfil de competência em destaque experimentou, durante o período, uma diminuição sensível: 2011, 4.762; 2012, 4.374; e 2013, 2.995.

A distribuição de processos entre a 16ª e a 24ª Vara é bastante similar, com insignificante diferença. Ambas vêm tendo a demanda diminuída.

##### b) Dados de processos julgados:

VARAS	QUANTIDADE – JULGADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16ª				1.967	638	738
23ª					1.450	835
24ª				1.844	769	727
<b>Total</b>				<b>3.811</b>	<b>2.857</b>	<b>2.300</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada tem decrescido.

Também é bastante aproximado o número de processos julgados pela 16ª e pela 24ª Vara, com insignificante diferença.

##### c) Dados de processos arquivados:

VARAS	QUANTIDADE – ARQUIVADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013



16ª				2.824	1.240	1.178
23ª					2.542	1.537
24ª				2.575	1.376	1.311
<b>Total</b>				<b>5.399</b>	<b>5.158</b>	<b>4.026</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum tem diminuído.

No entanto, um dado bastante positivo é de que ambas tanto a 16ª quanto a 24ª Vara, no mesmo período, arquivaram mais processos do que o número de casos novos. Em média, o número a maior de processos arquivados em relação ao de distribuídos tem sido superior, em cada um dos últimos três anos, tem sido de 100 processos.

**c) Dados de processos em tramitação:**

VARAS	QUANTIDADE - EM TRAMITAÇÃO					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16ª				2.352	2.572	2.604
23ª					2.741	2.286
24ª				2.732	2.675	2.744
<b>Total</b>				<b>5.084</b>	<b>7.988</b>	<b>7.634</b>

De toda sorte, conforme os dados acima, contrariando a lógica dos números, as duas Varas em exame teriam experimentado, nos últimos três anos, um discreto aumento do número de processos em tramitação.

Isso ocorre, porém, apenas aparentemente. É que os dados acima, que constam da página eletrônica da corregedoria, não computam os processos suspensos/sobrestados.

Verificados os dados conforme a planilha da corregedoria que contém a Tramitação Ajustada de Processos, tem-se que a tramitação efetiva na 16ª Vara, em 2013, correspondeu a  $(2.604 - 1.069 = 1.535)$ , enquanto na 24ª foi igual a  $(2.744 - 852 = 1.892)$ .

Esse número elevado de processos suspensos/sobrestados decorre do alto número de processos arquivados sem baixa na distribuição, uma vez que mais de 90% dos processos são relativos à execução fiscal.

**7.16.4.1. Avaliação da eficiência e meta estabelecida**

O trabalho da secretária da 16ª Vara é bem organizado. O ambiente de trabalho é *clean*, transmitindo a sensação de modernidade e eficiência. O ritmo de trabalho é muito bom, não sendo identificada demora na prática dos atos processuais.

O prédio é excelente, novo e moderno, tendo sido construído com a finalidade de atender o serviço jurisdicional. O único problema é que o

estacionamento é muito pequeno, não sendo suficiente, sequer, para acomodar os veículos de todos os servidores. Há reclamações de todos, especialmente de advogados.

Há terreno próximo, que poderia ser adquirido, a fim de sanar esse problema que inquieta. Essa é uma medida que deveria ser tomada com certa urgência, até porque, após a construção do prédio da justiça federal, vários outros órgãos do sistema de justiça se deslocaram para a área, o que valorizou sobremaneira os terrenos nas proximidades.

Como se vê das observações feitas nos processos inspecionados, praticamente todos estavam em ordem, ou seja, não merecendo nenhum registro. As anotações realizadas são de somenos importância e não comprometem a excelência do serviço prestado.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara tem desempenho similar ao da que lhe serve de paradigma, e apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional.

Note-se a peculiaridade de que a competência da vara é comum, tendo processos cíveis e criminais, além de conter os processos referentes à execução fiscal. Assim, para todos os efeitos, os parâmetros adotados ficam entre aqueles previstos para as varas cíveis e os fixados para as varas de execução fiscal.

Aliás, como por volta de 90% dos processos são relativos à execução fiscal, os critérios para fins de definição da eficiência da vara se aproxima mais dos que são estabelecidos para aquele perfil de jurisdição.

Tem-se, assim, que a Vara apresenta o grau de eficiência ideal, merecendo elogio pelo excelente trabalho prestado.

Como se observa, os dados estatísticos revelam o grau de eficiência da 16ª Vara Federal de Pernambuco, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo, o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar, ainda mais, a prestação da atividade jurisdicional.

#### **7.16.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.16.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 55 (cinquenta e cinco) processos físicos para correição, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria,

complementada pelas informações colhidas pela Juíza Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar a seguinte ocorrência:

**- Demora na prolação da sentença:**

0000177-88.2012.4.05.8302 - Sentença prolatada após 60 dias.

Contudo, deve ser ressaltado que tal constatação foi um caso isolado. Trata-se de uma ação penal com 14 réus e, por ocasião da inspeção na Vara, o próprio juiz destacou a demora na finalização da sentença, que já estava em elaboração.

#### **7.16.5.2. Processos eletrônicos - SISTEMA PJE**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos eletrônicos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, não foram feitas constatações passíveis de registro neste relatório.

#### **7.16.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS.**

- Desconhecimento do Plano de Gestão e do Manual Prático das Varas Criminais, elaborados pelo CNJ.

Recomendação: Difundir entre os servidores tanto o Plano de Gestão quanto o Manual Prático das Varas Criminais.

- As denúncias, que são petições iniciais, são recebidas no protocolo como petições e são juntadas no inquérito policial. Só após o despacho do juiz, admitindo a ação penal, é determinada à distribuição a mudança para a classe 240.

Recomendação: A denúncia deve ser, desde logo, submetida à distribuição, a fim de dar início à formação do processo.

- O número atribuído ao processo é o mesmo do inquérito policial, sendo providenciada, apenas, após o recebimento da ação penal, a mudança de classe. Acontece que os inquéritos policiais, salvo raríssimos casos, sempre são distribuídos em um determinado ano, sendo encerrados com o consequente ajuizamento da ação penal em outro ou após vários anos, de modo que, caso

conservada a numeração, não se sabe, senão com o exame das peças do processo, em que ano foi efetivamente iniciado o processo.

Assim, há casos em que no número do processo segue a sequência referente ao ano de 2012, quando, porém, a ação penal só foi ajuizada em 2014.

Recomendação: Se a numeração do inquérito policial for referente a ano anterior ao ajuizamento da ação, deve ser determinada a distribuição com outro número, relacionado ao ano respectivo.

#### **7.16.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram apresentadas as seguintes práticas relevantes: publicação diária de atos processuais; estipulação da “meta zero”, identificação específica dos processos pertencentes às metas do CNJ, utilização do sistema DAS, criação do banco de dados de certidões negativas realizadas pelos oficiais de justiça, criação de Central de Mandados, utilização do relatório de processos sem movimentação a fim de identificar processo paralisado erroneamente

#### **7.16.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correção não foram feitas recomendações específicas para a 16ª Vara. As orientações gerais deixadas na última correção (formas de ato processual, excesso de prazo para realização de certos atos, erro na ordem cronológica) foram cumpridas integralmente e a Vara procurar seguir todas as demais determinações da Corregedoria-Regional.

Na última inspeção ordinária foi estabelecido para cada atividade (juntada, expediente, minutas, etc) um prazo específico para o seu cumprimento. Além disso, foi estabelecida a chamada “meta 0”, que é alcançada quando a Vara, no último dia útil do mês, consegue realizar todas as tarefas pendentes.

## **7.17. 17ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - PETROLINA**

### **7.17.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 17ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Petrolina está localizada na Praça Santos Dumont, no aludido Município.

A Vara foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003 e instalada com base na Resolução TRF5 nº 02, de 26/01/2005.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 17ª Vara tem competência mista para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e *Juizado Especial Federal*.

O horário de expediente da 8ª Vara é de 09:00 às 18:00 horas para o público externo.

#### **7.17.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além do Magistrado, a 17ª Vara consta com 20 (vinte) cargos efetivos, nos termos da Resolução TRF5 nº 02, de 26/01/2005.

##### **7.17.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO exerce a magistratura federal desde 26/03/2003 e em 10/05/2011 assumiu a titularidade da 17ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: Férias: de 18/06/2012 - 18/07/2012; 20/11/2012 - 19/12/2012; 25/06/2013 - 24/07/2013; 04/11/2013 - 03/12/2013; 07/01/2014 - 05/02/2014 e 03/11/2014 - 02/12/2014. Licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 27/08/2012 a 30/08/2012.

O magistrado assumiu a Direção do Foro de 06/02/2013 a 31/03/2013 (Ato nº 58 do TRF-5ª Região, 07/02/2013) e de 19/06/2013 a 31/03/2015 (Ato nº 356 do TRF-5ª Região, 20/06/2013).

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado substituiu, em razão de férias ou afastamentos de outro magistrado, por períodos superiores a 30 (trinta) dias: 17/09/2012 - 21/09/2012; 07/01/2013 - 31/01/2013; 15/12/2013 - 19/12/2013; 31/03/2014 - 09/04/2014; 22/04/2014 - 24/04/2014 (substituindo o Juiz

da 8ª Vara Federal de Pernambuco). De 16/10/2013 - 31/10/2013 e 04/12/2013 - 19/12/2013 (substituindo o Juiz da 27ª Vara Federal de Pernambuco)

O Juiz Federal Titular reside na Cidade de Petrolina (PE) e não exerce a docência.

Não há Juiz Federal Substituto na 17ª Vara.

#### 7.17.1.1.2. Servidores

Há 20 (vinte) cargos efetivos, nos termos da Resolução nº 02, de 26 de janeiro de 2005- TRF – 5ª Região.

O quadro de servidores efetivos da 17ª Vara é o seguinte:

SERVIDORES EFETIVOS				
NOME	CARGO EFETIVO	FC OU CJ	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Ednildo José Galindo Filho	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 05 – Seção de Processamento de Feitos Cíveis	Superior completo	Direito
Raimundo Américo Soares Netto	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 02 – Auxiliar Especializado	Superior completo	Direito
Célio Neri de Araújo	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 05 - Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Superior completo	Direito
Danielly Barros Beserra	Analista Judiciário – Área Judiciária	CJ 03 - Diretor de Secretaria (em substituição até 30/09/2014 em razão de férias da titular)	Superior completo	Direito
Márcia Cristina de Almeida Rodrigues	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 05 - Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Superior completo	Direito
Ítala Paula de Castro Almeida	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC 04 - Setor de Publicações	Superior completo	Engenharia Agrônoma Direito (cursando)
Gescianne Batista da Silva	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC 03 - Assistente Técnico III	Superior completo	Secretariado Executivo
Filipe José Zoby Carneiro Leão	Analista Judiciário – Executante de Mandados	—	Superior completo com Pós Graduação em Direito Civil e Processo Civil	Direito
Soênio Woeber de Deus Barros	Analista Judiciário – Executante de Mandados	—	Superior completo	Direito
João de Deus Souza Santana*	Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais (Especialidade Segurança e	—	Superior completo	Direito

	Transporte)			
Fábio Rogério da Silva*	Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais (Especialidade Segurança e Transporte)	—	Superior completo	Licenciatura em Informática Direito (cursando)
João de Deus Oliveira D. Primo	Técnico Judiciário	FC 03 - Assistente Técnico III	Superior completo	Engenharia Civil Direito (cursando)
Gláucia Britto Henrique da Costa	Técnico Judiciário	FC 05 - Seção de Processamento de Feitos dos Juizados Especiais	Superior completo	Odontologia Direito (cursando)
Adriana Rosa Martins Costa **	Técnico Judiciário	FC 03 – Assistente Técnico III do Gabinete do Juiz Federal Diretor	Superior completo	Engenharia Mecatrônica
Diego Gomes de Lima	Técnico Judiciário	FC 04 - Supervisor-Assistente do Juiz Federal Substituto	Superior completo	Direito
Jair Lima Lopes Vasconcelos***	Técnico Judiciário	Fc 02 – Auxiliar Especializado do Gabinete do Juiz Federal Diretor	Superior completo	Direito

\* À disposição do Apoio Administrativo / \*\* À disposição do Setor de Contadoria Judicial / \*\*\* À disposição do Setor de Distribuição.

Há 01 (um) cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa vago desde 11/07/2014. O servidor Antonio Fernando Amorim Dantas, Analista Judiciário - Área Judiciária, está cedido à Prefeitura Municipal de Juazeiro (BA).

Há 05 (cinco) servidores requisitados na 17ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.17.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 04 estagiários para a Vara. Atualmente, há 03 estagiários atuando no Setor do Juizado Especial Federal fazendo trabalhos de Secretaria (movimentação processual, confecção de atos ordinatórios, intimações, marcações de perícias e audiências) e de Gabinete (elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças).

### **7.17.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

#### **7.17.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

Tendo em vista que a 17ª Vara Federal possui competência plena, a Secretaria da Vara é organizada por setores: Juizado Especial Federal, Cível, Execução Fiscal e Criminal.

O Setor do Juizado Especial Federal é composto por 2 (duas) servidoras, Gláucia Britto Henrique da Costa (supervisora) e Gesianne Batista da Silva, auxiliadas pelos 3 (três) estagiários lotados na Vara: Leandro Elias dos Santos, Bárbara Coelho Serafim e Luzia Silva Viana.

A servidora Gláucia Britto elabora despachos, decisões e sentenças, bem como supervisiona as atividades desenvolvidas. Gesianne realiza trabalhos de Secretaria, efetuando atos processuais e fazendo movimentação dos feitos. As atividades referidas são auxiliadas pelos estagiários lotados no setor.

O Setor Cível é composto pelos servidores Ítala Paula de Castro Almeida (supervisora), Diego Gomes de Lima e Raimundo Américo Soares Netto.

Os servidores Ítala Paula de Castro e Diego Gomes dividem as atividades igualmente, ao passo que o servidor Raimundo Américo elabora os expedientes no Setor Cível e dos demais setores.

O Setor de Execução Fiscal é composto pelos servidores Ednildo José Galindo Filho (supervisor), João de Deus Oliveira D. Primo, Letícia de Possídio Estrela Lustosa e Leandro de Oliveira Torres.

As atribuições são divididas igualmente entre os servidores lotados nesse Setor. Além disso, o servidor Leandro de Oliveira é responsável pelos leilões judiciais e João de Deus opera os sistemas Bacenjud e Renajud.

O Setor de Criminal é composto pela servidora Erika Soares Ribeiro Patriota.

Ressalte-se que a divisão das atividades em setores é importante, em se tratando de Vara de competência plena, em que há processos cíveis, criminais, execuções penais, execuções fiscais e feitos do Juizado Especial Federal, além da utilização de 3 (três) plataformas diferentes (Tebas, Creta e PJe). Com efeito, tal prática privilegia a especialização dos servidores nos seus respectivos setores, criando um ambiente fecundo de novas ideias e boas práticas específicas para os respectivos tipos de processo.

Em vista disso, a divisão dos processos por dígitos, embora seja de conhecimento do magistrado, não se afigura como melhor prática no caso específico da 17ª Vara, que tem funcionado com ótimos índices de produtividade e qualidade do serviço com o atual modelo de divisão em setores processuais.

Os processos físicos são alocados em estantes distribuídas ao longo da Secretaria, numeradas de 01 (um) a 36 (trinta e seis). Como cada estante possui 5 (cinco) prateleiras, estas são classificadas com letras, de A a E (da primeira à última) e cada prateleira é dividida em três partes, numeradas de 1 (um) a 3 (três), referentes às pilhas de processos que nelas são colocadas.



Nessa sistemática, os processos são organizados por fase em que se encontram: expedir ofício, expedir mandado, expedir alvará, expedir carta precatória, arquivamento – art.s 20 e 40 da lei de Execução Fiscal, suspensão, leilão, Bacenjud/Renajud, aguardando juntada de agravo e devolvido do gabinete.

#### **7.17.2.2. Organização dos Gabinetes.**

Tendo em vista que não há Juiz Substituto lotado na 17.<sup>a</sup> Vara, todos os servidores lotados no gabinete atuam com o Juiz Titular, Arthur Napoleão Teixeira Filho.

Os servidores Célio Neri de Araújo, Danielly Barros Beserra e Márcia Cristina de Almeida Rodrigues elaboram minutas de despachos mais complexos, decisões e sentenças, bem como pesquisa de julgados e estudos jurídicos. Os processos físicos e virtuais do PJe são divididos por dígitos: os dígitos 0, 1, 2 e 3 são de responsabilidade de Célio, os dígitos 4, 5 e 6 são de Márcia e os 7, 8 e 9 são de Danielly. Como esta última, atualmente, está substituindo a Diretora de Secretaria, em razão de férias, seus dígitos foram redistribuídos entre os demais membros da Assessoria.

Os processos virtuais do Creta são analisados na Secretaria pela supervisora do Setor, Gláucia Britto Henrique da Costa, e pelos estagiários lotados na Vara: Leandro Elias dos Santos, Bárbara Coelho Serafim e Luzia Silva Viana.

A servidora Maria de Lourdes Antunes Maciel, por sua vez, auxilia o Juiz nas audiências, físicas e virtuais: analisa os processos designados para audiência, confere se todas as partes foram intimadas, confirma a data e horário por telefone, opera os equipamentos necessários no momento das audiências e insere os dados nos sistemas respectivos (Tebas, Creta e PJe).

#### **7.17.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

As reuniões são realizadas sempre com a presença do Juiz da Vara e dos servidores. Não é estabelecida uma periodicidade fixa, uma vez que são realizadas de acordo com a necessidade: novos projetos, abordagem de problemas ocorridos, análise de situações específicas da Vara.

A última reunião com os servidores da Vara ocorreu em 26/08/2014 e teve como objetivo o repasse de conhecimento obtido no “Curso de Desenvolvimento de Liderança para Gestores do Judiciário” promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5<sup>a</sup> Região - ESMAFE5, do qual participaram o Juiz Federal Arthur Napoleão Teixeira Filho e as servidoras Danielly Barros Beserra e Itala Paula de Castro Almeida. Foram também abordados novos projetos da 17.<sup>a</sup> Vara Federal, os quais serão melhor apresentados ao final deste relatório.

Tendo em vista que o magistrado titular da 17.<sup>a</sup> Vara também é Diretor do Foro, foi realizada a última reunião com os Oficiais de Justiça da Subseção em julho de 2014, visando a troca de informações sobre dificuldades encontradas pelos oficiais no cumprimento dos expedientes, bem como adoção de medidas que

melhorem a eficácia dos leilões judiciais: extração de fotos dos bens penhorados, com inclusão das imagens em banco de dados da Secretaria (já existente) e no próprio sistema Tebas. Além disso, os Oficiais de Justiça também foram orientados a fazer constar dos mandados o maior número possível de informações sobre o destinatário da ordem judicial: endereço, telefones e nomes de pessoas com quem entrou em contato para cumprimento do expediente.

Para otimizar a interação com os servidores, o Magistrado comparece várias vezes ao dia na Secretaria da Vara, oportunidade em que assina os despachos e expedientes, bem como dialoga com os servidores sobre o andamento dos processos, sanando eventuais dúvidas existentes.

#### **7.17.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

As atividades da 17.<sup>a</sup> Vara Federal são planejadas com participação do Magistrado e dos servidores, mediante análise do desempenho apresentado. A partir de então são elaboradas as metas gerais e específicas por setor.

#### **7.17.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

O atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes na Secretaria da Vara é realizado, em regra, no balcão da Secretaria. A designação do servidor responsável pelo atendimento é feita mediante rodízio diário. Os servidores são orientados a efetuar o melhor atendimento possível, fornecendo as informações necessárias e buscando a solução do problema com cordialidade e eficiência.

#### **7.17.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo.**

Os dados fornecidos pela 17.<sup>a</sup> Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 945 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 20 (vinte) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 55,5 processos/servidor na 17.<sup>a</sup> Vara Federal de Pernambuco.

### **7.17.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

A 17.<sup>a</sup> Vara Federal tem cumprido as metas fixadas pelo CNJ e aquelas que ainda não foram atingidas são objeto de maior atenção pelos servidores.

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Essa meta foi integralmente cumprida pela Vara.

Demonstrativo referente à Meta 1:

Meta 1		
	Processos distribuídos	Processos julgados
Processos físicos (Tebas)	37	50
Processos virtuais (Creta)	946	668
Processos virtuais (PJe)	118	104
Total	1101	822

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais"**

Essa meta foi integralmente cumprida pela Vara.

Demonstrativo referente à Meta 2:

Meta 2			
Período	Processos distribuídos	Processos julgados	Porcentagem
até 31/12/2008	4322	4063	94,07%
01/01/2009 a 31/12/2009	1559	1633	104,74%
01/01/2010 a 31/12/2010	1237	1418	114,63%
01/01/2011 a 31/12/2011	989	1042	105,35%

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Demonstrativo referente à Meta 4:

Meta 4 - Ações de Improbidade Administrativa			
Distribuição	Processos distribuídos	Processos julgados	Porcentagem
até 31 de dezembro de 2011	43	42	97,67%
em 2012	4	3	75%

Ações de improbidade administrativa pendentes			
Processo	Distribuição	Resumo	Fase atual
0001250-	19/12/2011	Ação ajuizada contra 14 réus, muitos	Aguardando

14.2011.4.05.8308		residentes em cidades não abrangida pela jurisdição da 17. <sup>a</sup> Vara, exigindo expedição de cartas precatórias. Determinado o desmembramento em 2 (dois) processos.	cumprimento de despacho proferido em 04/09/2014 para citação de um dos réus por carta precatória.
0000834-12.2012.4.05.8308	23/7/2012	Ação ajuizada contra 12 réus, muitos residentes em cidades não abrangidas pela jurisdição da 17. <sup>a</sup> Vara, exigindo expedição de cartas precatórias.	Decisão proferida em 13/8/2014 em que foram apreciados pedidos de produção de prova. Determinada expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas.

No que se refere às ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, não há relatórios disponíveis para informação do percentual entre processos distribuídos e julgados.

A 17.<sup>a</sup> Vara Federal tem registrado no *site* do Conselho Nacional de Justiça as informações sobre condenados por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade - CNCIAI, conforme Provimento n.º 29/2013 do CNJ.

A unidade vem monitorando o cumprimento da Meta nº 5/2014.

#### **7.17.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem, além da 17<sup>a</sup>, competência comum com juizado especial são as 8<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup>, 23<sup>a</sup>, 24<sup>a</sup>, 25, 26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup>, 28<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup>.

Foram instaladas juntamente com a 25<sup>a</sup>, as 26<sup>a</sup> (Palmares), 27<sup>a</sup> (Ouricuri) e 28<sup>a</sup> (Arcoverde) Varas, de modo que o exame dos indicadores dessas unidades jurisdicionais deve se conter, apenas, aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

##### **a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8 <sup>a</sup>	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16 <sup>a</sup>	5.656	4.141	4.062			
17 <sup>a</sup>	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18 <sup>a</sup>	4.513					

		4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª	9.033	6.462	5.445	5.006		
24ª	5.635	4.171	4.050			
25ª				3.299	2.409	2.200
26ª				3.512	2.577	2.872
27ª				2.085	2.642	2.918
28ª				2.686	1.878	2.477
34ª						191
35ª						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, na 17ª Vara, ano a ano, vem ocorrendo uma diminuição da demanda.

#### b) Dados de processos julgados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16ª	6.470	4.634	4.726			
17ª	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18ª	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20ª	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23ª	7.796	5.027	7.732	4.560		
24ª	6.818	4.715	4.730			
25ª				2.897	2.078	1.785
26ª				2.608	2.467	2.356
27ª				1.711	2.699	2.931
28ª				1.606	2.322	2.505
34ª						87
35ª						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, ano a ano, a 17ª Vara vem julgando menos processos. Entre os anos de 2008 e 2013 a diferença para menos, quanto aos julgados, foi de quase 1.000 processos.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Acontece que a 17ª Vara vem, cada vez mais, arquivando menos processos, com exceção do ano de 2013.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª	6.002	4.395	3.506			
25ª				1.235	1.486	1.978

26ª				1.682	1.650	2.015
27ª				2.495	2.325	2.231
28ª				2.812	2.225	1.983
34ª						641
35ª						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

O número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial vem diminuindo. No que tange à 17ª Vara, há um número significativo de processos sobrestados/suspensos. Por conseguinte, levando em consideração a tramitação ajustada, o número de processos distribuídos em 2013 foi superior ao de em tramitação, conforme indicativo da tabela abaixo.

	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%
C + JEF	2013	2013						
8ª	1.893	2.034	955	1773	46	215	1079	50,45%
16ª								
17ª	1.899	2.037	775	1766	54	217	1262	40,81%
18ª	4.213	2.239	1541	1472	53	714	698	36,58%
20ª	2.939	2.017	1315	1427	29	561	702	44,74%
23ª								
24ª								
25ª	2.200	1.978	1249	1164	71	743	729	56,77%
26ª	2.872	2.015	1517	1257	56	702	498	52,82%
27ª	2.918	2.231	947	1677	38	516	1284	32,45%
28ª	2.477	1.983	1283	1421	60	502	700	51,80%
34ª	191	641	641	132	3	506	0	335,60%
35ª	178	654	654	130	0	524	0	367,42%
<b>Total</b>	<b>21.780</b>	<b>17.829</b>	<b>10877</b>	<b>12219</b>	<b>410</b>	<b>5200</b>	<b>6952</b>	<b>49,94%</b>

#### 7.17.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 1.899 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 755 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 17ª Vara inferior ao de distribuídos. Isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência da 17ª Vara Federal em Petrolina (PE), razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar a prestação da atividade jurisdicional.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.17.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.17.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente:**

- 0001306-91.2004.4.05.8308 – mais de 1 mês

**– Demora na prolação de despacho:**

0000446-12.2012.4.05.8308 – mais de 2 meses

**– Demora na publicação:**

0001231-08.2011.4.05.8308 – mais de 2 meses

**– Inexistência de etiqueta da prescrição nos processos criminais:**

0000012-23.2012.4.05.8308

0000496-24.2001.4.05.8308



#### **7.17.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800059-90.2014.4.05.8308

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800102-61.2013.4.05.8308

#### **7.17.5.3. Processos do SISTEMA CRETA:**

Foram selecionados para correição 20 (dez) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0500012-05.2008.4.05.8308

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0501827-61.2013.4.05.8308

#### **7.17.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Dentre as constatações feitas durante a análise dos processos correicionados, merece relevo a seguinte situação:

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias.

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

#### **7.17.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram verificadas algumas boas práticas adotadas pela 17ª Vara e que merecem registro.

## DIA DO DESCARTE E ORGANIZAÇÃO:

A 17.<sup>a</sup> Vara Federal promoveu, no dia 9/5/2014, o primeiro Dia do Descarte e Organização. O evento foi iniciado com um farto café da manhã, contou com a colaboração de toda a equipe e teve como objetivo a separação dos materiais inúteis para destinação correta, além da organização dos espaços comum e pessoal, tudo visando a um ambiente de trabalho mais limpo, agradável e eficiente.

A atuação ocorreu, ainda, no espaço virtual por meio do descarte e organização de arquivos nos computadores dos servidores.

Após algumas horas de trabalho intenso, foram coletados 185 quilos de material inútil, sendo 163 quilos apenas de papéis, os quais foram destinados para reciclagem. Além disso, diversos equipamentos defeituosos e desnecessários foram remetidos aos setores competentes.

Esta prática auxilia na liberação de espaço físico, facilita a organização e limpeza, melhora o aspecto visual do ambiente, elimina compras desnecessárias e traz maior satisfação pessoal, tudo a fim de otimizar a prestação jurisdicional.

## COMPROMISSO 111%:

Trata-se de projeto que objetiva evitar localização incorreta de processos, incentivando o compromisso dos servidores em registrar no sistema toda e qualquer nova localização que o processo assuma, como mesas da Direção, do Magistrado, estante de xerox. O número 111 (cento e onze) refere-se à fase de localização processual no sistema Tebas e foi colocado como percentual do compromisso para servir como motivação da equipe: o compromisso não é só de 100% (cem por cento), mas 111% (cento e onze por cento).

## PUBLICAÇÃO DE CADERNO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA:

O caderno é disponibilizado em uma pasta, no balcão da 17.<sup>a</sup> Vara, contendo as últimas notícias jurídicas para atualização dos advogados e partes.

O material é atualizado quinzenalmente e vem sendo muito bem aceito. Essa prática diminui a sensação da espera pelo cliente, ao mesmo tempo, permite atualização jurídica com notícias recentes e interessantes.

## GESTÃO À VISTA:

O objetivo da gestão à vista é viabilizar fácil acesso dos servidores e, principalmente do público, aos indicadores de desempenho da 17.<sup>a</sup> Vara.

Nesse sentido, mensalmente, são divulgados, mediante fixação nos murais interno e externo, gráficos contendo número de sentenças proferidas, tempo médio do processo, audiências realizadas e acordos homologados.

Tais dados permitem a percepção tanto dos servidores como do público quanto ao trabalho realizado, de modo que se torna mais fácil e seguro verificar diminuição ou aumento no rendimento, além viabilizar maior segurança e clareza na fixação de metas.

#### INFORMATIVO DA 17.<sup>a</sup> VARA:

Quinzenalmente, é publicado o Informativo da 17.<sup>a</sup> Vara em formato de pequeno jornal e disponibilizado às partes no balcão da Secretaria, contendo textos diversos não jurídicos de interesse coletivo (administração do tempo, redução de estresse, organização) e notícias sobre sentenças proferidas pela Vara, visando permitir que as partes conheçam o entendimento da vara sobre certos temas.

#### PROJETO 72 HORAS:

Meta fixada pela 17.<sup>a</sup> Vara, a fim de que os processos conclusos para despacho sejam devolvidos em até 72 (setenta e duas) horas, objetivando a celeridade processual.

#### “JUSTIÇA NA COMUNIDADE”:

Trata-se de projeto visando maior atuação da Justiça Federal na comunidade, mediante comparecimento periódico dos servidores da 17.<sup>a</sup> Vara em instituições beneficentes locais. No ano de 2013, já foi iniciada a primeira ação, que ocorreu na Instituição “Sementes do Amanhã”, em comemoração ao Dia das Crianças. Está sendo elaborado um cronograma de instituições que serão objeto da ação nos anos de 2014 e 2015.

Tal projeto pretende aproximar os servidores da comunidade, aumentando o espírito assistencial e diminuindo o estresse, assim como divulgar o bom nome da Justiça Federal na região.

#### **7.17.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente.

Após a última autoinspeção foi fixada a meta específica de prolatar os despachos em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, e as decisões e sentenças em até 5 (cinco) dias.

## **7.18. 18ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - SERRA TALHADA**

### **7.18.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 18ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Serra Talhada foi instalada em 2005 pela Resolução TRF-5ª Região nº 02, de 26/01/2005 (DJU de 31/01/2005).

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 18ª Vara tem competência comum, incluindo matéria penal e execuções penais com Juizado Especial Adjunto.

O horário de expediente da 18ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo e de 08:00 às 20:00 horas para o público interno.

#### **7.18.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além do Magistrado, a 18ª Vara conta com o seguinte corpo de pessoal: a) 17 servidores efetivos, sendo 06 analistas da área judiciária e 11 técnicos judiciários da área administrativa; b) 02 servidores requisitados; c) 02 estagiários de Direito.

##### **7.18.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal MARCOS ANTONIO MACIEL SARAIVA exerce a titularidade da 18ª Vara Federal de Pernambuco desde 14/07/2014.

Nos últimos vinte e quatro meses o magistrado esteve afastado em razão de férias, nos seguintes períodos: 02/10/2013 a 03/11/2013 e 25/06/2014 a 11/07/2014. O período total de afastamento foi de 50 (cinquenta) dias.

O magistrado reside na cidade de Serra Talhada (PE) e atualmente não exerce docência.

##### **7.18.1.1.2. Servidores**

No tocante ao corpo funcional, a Vara conta com todos os cargos ocupados e, além dos servidores efetivos, a Vara conta com 02(dois) servidores requisitados, que ocupam funções FC-02 e FC-05, sendo um da Prefeitura Municipal de Serra Talhada e outro da Prefeitura Municipal de Tabira (PE).

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Direito, inclusive os técnicos judiciários. Os servidores requisitados também têm formação de nível superior, em outras áreas de ciências humanas.

Atualmente existe uma função comissionada vaga na 18ª Vara, qual seja: Supervisão da Seção de Apoio Judiciário (FC-05).

### **7.18.1.3. Estagiários**

A 18ª Vara Federal tem previsão para 03 (três) estagiários, mas atualmente possui apenas 02 (dois), estando um lotado no setor criminal e outro no setor cível.

### **7.18.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

A Vara conta com 19 (dezenove) servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, além do Diretor, há 12 (doze) servidores e no Gabinete há 04 (quatro) servidores.

A Secretaria da vara está subdividida nos seguintes subsectores:

- Diretoria da Vara: Josué Elias de Santana
- Setor Cível: composto por 04 (quatro) servidores, que operam os sistemas Tebas, PJe e expedientes diversos;
- Setor Criminal: composto por 01 (um) servidor, que cuida das ações penais, execuções penais, audiências, sursis e transações penais;
- Setor Execução Fiscal: composto por 03 (três) servidores, que cuidam dos diversos serviços afetos a essa área;
- Setor de Processamento dos feitos dos Juizados: composto por 03 (três) servidores, que cuidam dos diversos serviços afetos a essa área, incluindo audiências e perícias;
- Setor de Contadoria: 01 (um) servidor, que realiza atividades inerentes ao setor.

#### **7.18.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas, PJe e Creta**

Os processos estão localizados nas estantes de acordo com a fase processual em que se encontram, por exemplo: aguardando mandado, aguardando citação, aguardando decurso de prazo, suspenso pelo prazo parcelamento, arquivado sem baixa nos termos do art. 40, aguardando cumprimento carta precatória, etc. Quanto aos processos com prioridade legal, (quais sejam, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, pessoas com deficiência ou com enfermidade grave, processos com réus presos), possuem etiquetas na capa

dos autos informando sua tramitação prioritária. Já os eletronicamente distribuídos estão com aviso de tramitação com prioridade em relação aos demais feitos.

#### **7.18.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 04 (quatro) servidores trabalhando no Gabinete.

Quanto à forma de divisão de atividade, os feitos foram equitativamente distribuídos para os servidores de acordo com os dois últimos dígitos do processo.

#### **- Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

Consulta diária aos relatórios de processos distribuídos, processos conclusos para julgamento e processos suspensos extraídos dos sistemas Tebas (processos físicos), Creta (processos do Juizado) e PJE (processos eletrônicos).

#### **- Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades**

O controle é feito levando em consideração processo com réu preso, ações com pedido de tutela antecipada, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, pessoa com deficiência ou doença grave, mandado de segurança, *habeas corpus*, demanda com risco de periclitamento de direito e processo em ordem antiguidade.

#### **7.18.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

O magistrado realiza reuniões periódicas com a equipe da Vara visando um melhor desempenho das atividades por parte do corpo de servidores e procurando entregar uma prestação jurisdicional satisfatória na região em que a Vara está situada.

#### **7.18.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

Periodicamente, o magistrado analisa as planilhas fornecidas pelos sistemas Tebas, Creta e PJe, comparando a evolução mensal da produtividade da Vara, tais como: quantidade de mandados cumpridos, quantidade de ofícios expedidos, quantidades de despachos exarados, quantidade de decisões e sentenças prolatadas, quantidade de audiências realizadas e quantidade de perícias realizadas.

#### **7.18.2.5. Metas de Produtividade**

O magistrado periodicamente estabelece metas de produtividade para a Secretaria e Gabinete, tais como: não acumular processos aguardando minuta de

despacho, juntar no mesmo dia do protocolo todas as petições novas, baixa de processos maior que a entrada, diminuir o tempo de tramitação médio dos processos, com a eliminação de atos desnecessários.

#### **7.18.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e às partes**

O Ministério Público Federal faz carga dos processos com vista toda segunda-feira. A Procuradoria Seccional Federal faz carga dos processos com vista toda quinta-feira. Para a Procuradoria Geral da União em Petrolina/PE é enviado malote, via Correios, contendo processos com vista toda quarta-feira.

A Procuradoria da Fazenda Nacional faz carga dos autos com vista quinzenalmente.

Quanto aos advogados, são intimados por publicação no Diário da Justiça eletrônico. Quanto aos processos eletrônicos do PJe e do Creta, a intimação de todas as partes cadastradas se dá no próprio sistema.

A Defensoria Pública não tem sede no Município de Serra Talhada, razão pela qual, quando necessário, é nomeado um advogado dativo para acompanhar os feitos.

#### **7.18.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

No momento da elaboração deste relatório, a Vara contava com 2.451 (dois mil quatrocentos e cinquenta e um) processos (físicos e eletrônicos) em andamento.

Do acervo de processos tramitando na 18ª Vara, 1.151 (um mil cento e cinquenta e um) processos se encontravam na fase de conhecimento (exceto penal); 249 (duzentos e quarenta e nove) processos na fase de execução (cumprimento de sentença); 971 (novecentos e setenta e um) processos de execução (exceto penal); 66 (sessenta e seis) ações penais e 28 (vinte e oito) processos de execuções penais.

A relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (divisão do número de processos em curso na Vara pelo número de servidores em atividade) é a seguinte:  $2.491(\text{quantidade de processos})/19(\text{quantidade de servidores em atividade}) = 131,10$ .

A média de processos por servidor da Vara é de, aproximadamente, 131 (cento e trinta e um), entrando no cômputo todos os servidores independentemente de seu cargo.

Quando da elaboração do presente relatório, não havia pedidos urgentes pendentes de análise. Igualmente, não havia nenhum processo da Vara com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN). A Secretaria tem feito um controle dos processos com vistas para partes, que estão devolvendo os feitos dentro do prazo concedido.

Quando o Juiz Titular entrou em exercício na vara havia 2.384 (dois mil trezentos e oitenta e quatro) processos, sendo que 968 (novecentos e sessenta e oito) se encontravam na fase de conhecimento.

Segundo foi informado, nos últimos 24 meses não houve nenhum processo extraviado, e o único em que havia sido providenciada uma restauração de autos (processo 0000670-28.2013.4.05.8303/ação de constituição de servidão administrativa), foi encontrado, posteriormente, ensejando o arquivamento dos autos de restauração, não havendo atualmente nenhum processo restaurado neste Juízo.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 284 (duzentos e oitenta e quatro) audiências pelo Juiz Titular. Foi realizada no período uma inspeção judicial, conforme consta do Edital de Inspeção nº EIN.0018.000001-5/2014.

### **7.18.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

No ano de 2014 foram distribuídos foram distribuídos 107 (cento e sete) processos físicos, 95 (noventa e cinco) processos no PJe e 2.115 (dois mil cento e quinze) no Creta, totalizando 2.317 (dois mil trezentos e dezessete) processos. No mesmo período foram julgados 171 (cento e setenta e um) processos físicos, 59 (cinquenta e nove) processos do PJe e 1.998 (mil novecentos e noventa e oito) processos dos Juizados, totalizando 2.228 (dois mil duzentos e vinte e oito) processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Informações referentes à Meta 2:

a) Ações penais distribuídas até 2008 Constantes no Relatório da Corregedoria do TRF5

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO PENAL	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0010183-10.2005.4.05.8300	14/06/2005	Processo suspenso: sobrestado por parcelamento – Lei 10.684/2003
0000385-45.2007.4.05.8303	24/08/2007	Decretada a suspensão do processo (Art.366 CPP) em 26/02/2013
0000973-76.2003.4.05.8308	28/05/2003	Decretada a suspensão do processo (Art.366 CPP) em 20/11/2013



- b) Ações penais distribuídas em 2009 constantes no Relatório da Corregedoria do TRF5

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO PENAL	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0001245-75.2009.4.05.8303	29/10/2009	Suspensão condicional do processo (Art. 89 da Lei 9.099/95). Processo suspenso desde 13/02/2013.

- c) Ações cíveis distribuídas até 2008 constantes no Relatório da Corregedoria do TRF5

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0001000-06.2005.4.05.8303	09/12/2005	processo suspenso desde 12/12/2008, aguardando julgamento da ação ordinária nº 3-86.2006.4.05.8303.

- d) Ações cíveis distribuídas em 2009 constantes no Relatório da Corregedoria do TRF5

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0001323-69.2009.4.05.8303	18/12/2009	Concluso para sentença em 30/07/2014

## ESTATÍSTICA DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS DO JUIZADO

PERÍODO	DISTRIB	JULGADOS	PERCENTUAL
01/01/2005 a 31/12/2008	12.852	12.852	100%
01/01/2009 a 31/12/2009	3.017	3.017	100%
01/01/2010 a 31/12/2010	3.343	3.343	100%
01/01/2011 a 31/12/2011	2.389	2.389	100%

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Atualmente, encontram-se incluídos na Meta 4 do CNJ e pendentes de julgamento, os processos relacionados no relatório abaixo:

**RELATÓRIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 03/2005 ATÉ 12/2011.**

<b>CLASSE PROCESSUAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>	<b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL</b>
0000445-76.2011.4.05.8303	17/08/2011	Processo ainda não foi julgado - em instrução/ Audiência realizada
0001323-69.2009.4.05.8303	18/12/2009	Processo ainda não foi julgado - em instrução/ Concluso para sentença
0000019-69.2008.4.05.8303	16/01/2008	Ausência de sentença/ Processo redistribuído por incompetência do Juízo, conforme decisão de 21/01/2008.
0000107-73.2009.4.05.8303	26/03/2009	Ausência de sentença/Processo redistribuído por incompetência do Juízo, conforme decisão de 24/09/2009

<b>Quantidade de processos distribuídos de 03/2005 até 12/2011</b>	<b>Quantidade de sentenças proferidas</b>	<b>Percentagem de sentenças proferidas dos processos distribuídos entre 03/2005 até 12/2011</b>
<b>17</b>	<b>15</b>	<b>88%</b>

**RELATÓRIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 2012.**

<b>CLASSE PROCESSUAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>	<b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>DATA DA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL</b>
0000284-32.2012.4.05.8303	08/06/2012	Processo ainda não foi julgado - em instrução/ Aguardando decurso de prazo
0000559-78.2012.4.05.8303	18/12/2012	Processo ainda não foi julgado - em instrução/ Remessa para AGU

<b>Quantidade de processos distribuídos em 2012</b>	<b>Quantidade de sentenças proferidas</b>	<b>Percentagem de sentenças proferidas dos processos distribuídos em 2012</b>
<b>3</b>	<b>1</b>	<b>33,33%</b>

OBS: Os processos que não foram sentenciados, por terem sido redistribuídos, não foram contabilizados no total dos processos distribuídos.

**RELATÓRIO DE PROCESSOS REF. CRIMES COMETIDOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AUTUADOS ENTRE 03/2005 E 12/2011.**

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO PENAL	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0000028-65.2007.4.05.8303	10/01/2007	Suspensão condicional do processo (Art. 89 da Lei 9.099/95). Processo suspenso desde 11/12/2013.
0000320-11.2011.4.05.8303	03/06/2011	Concluso para sentença no dia 08/05/2014
0000973-76.2003.4.05.8308	28/05/2003	Decretada a suspensão do processo (Art.366 CPP) em 04/10/2007
0001245-75.2009.4.05.8303	29/10/2009	Deferida ao acusado a suspensão condicional do processo - processo suspenso (Art. 89 da Lei 9.099/95)

<b>Quantidade de processos distribuídos de 03/2005 até 12/2011</b>	<b>Quantidade de sentenças proferidas de 03/2005 até 12/2011</b>	<b>Percentagem de sentenças proferidas de 03/2005 até 12/2011</b>
22	19	86,36%

**RELATÓRIO DE PROCESSOS REF. CRIMES COMETIDOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AUTUADOS EM 2012.**

CLASSE PROCESSUAL AÇÃO PENAL	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA SENTENÇA/FASE PROCESSUAL
0000140-58.2012.4.05.8303	14/03/2012	Decretada a suspensão do processo (Art.366 CPP) em 18/02/2014
0000245-35.2012.4.05.8303	10/05/2012	Suspensão condicional do processo (Art. 89 da Lei 9.099/95). Processo suspenso desde 04/04/2014
0000343-20.2012.4.05.8303	20/07/2012	Concluso para sentença no dia 15/04/2014
0000535-50.2012.4.05.8303	20/11/2012	Concluso para sentença no dia 14/05/2014

<b>Quantidade de processos distribuídos a partir de 2012</b>	<b>Quantidade de sentenças proferidas a partir de 2012</b>	<b>Percentagem de sentenças proferidas a partir de 2012</b>
4	0	0%

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

A unidade vem monitorando o cumprimento dessa Meta, tornando-se desnecessário informar números específicos acerca do cumprimento da referida meta, uma vez que tais números serão consolidados pelo Núcleo de Apoio à Corregedoria - NUCLEOCOR.

#### **7.18.3.1. Cumprimento de Resoluções do CNJ**

Foi informado pela unidade jurisdicional que é feita a atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/(Provimento CNJ nº 29/2013).

A Vara cumpre as exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, bem como informa, no sistema informatizado, o Relatório de Controle de Prisões.

Neste ano, não foi realizada nenhuma interceptação telefônica pela 18ª Vara.

Não há presos preventivos com prisão decretada há mais de 02 (dois) anos.

A Resolução 66, de 27 de Janeiro de 2009 tem sido cumprida por esta Vara. Não foi expedido nenhum mandado de prisão neste Juízo desde que o magistrado Marcos Antonio Maciel Saraiva entrou em exercício neste Juízo (14/07/2014). Foi verificado que houve expedição de mandado de prisão nº MPR.0018.000002-2/2014, pelo magistrado Gilton Batista Brito, em 13/03/2014, o qual foi devidamente registrado no cadastro do BNMP do CNJ.

#### **7.18.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Além da 18ª Vara, possuíram, ao menos durante parte do período de 2008 a 2013, competência comum com juizado especial as seguintes Varas na Seção Judiciária de Pernambuco: 8ª, 16ª, 17ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 34ª e 35ª Varas.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com Juizado Especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656	4.141	4.062			
17ª	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18ª	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª	9.033	6.462	5.445	5.006		
24ª	5.635	4.171	4.050			
25ª				3.299	2.409	2.200
26ª				3.512	2.577	2.872
27ª				2.085	2.642	2.918
28ª				2.686	1.878	2.477
34ª						191
35ª						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, de modo geral, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013, o que se verificou também na 18ª Vara.

**b) Dados de processos julgados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16ª	6.470	4.634	4.726			
17ª	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18ª	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20ª	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23ª	7.796	5.027	7.732	4.560		
24ª	6.818	4.715	4.730			
25ª				2.897	2.078	1.785
26ª				2.608	2.467	2.356
27ª				1.711	2.699	2.931
28ª				1.606	2.322	2.505
34ª						87
35ª						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

de processos julgados entre as v

Na 18ª Vara, o número de processos julgados, ano a ano, tem oscilado pouco. Embora tenha havido um decréscimo mais significativo no ano de 2012, este foi compensado pelo incremento de julgamentos experimentado no ano de 2013.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com o Juizado Especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Na 18ª Vara, o número de processos arquivados, ano a ano, tem oscilado pouco. Embora tenha havido um decréscimo mais significativo nos anos de 2009 e 2010, houve uma sensível melhora a partir de 2011, designadamente em 2013.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª	6.002	4.395	3.506			
25ª				1.235	1.486	1.978
26ª				1.682	1.650	2.015
27ª				2.495	2.325	2.231
28ª				2.812	2.225	1.983
34ª						641
35ª						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

Como consequência, embora o número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial tenha diminuído, exceto em relação a pequeno crescimento entre os anos de 2012 e 2013, na 18ª Vara aconteceu o inverso: o estoque de processos foi progressivamente aumentando de 2008 a 2010, mas a partir de 2011 passou a diminuir gradativamente, com redução mais expressiva nos anos de 2011 e 2013.

#### 7.18.4.1. Indicadores de eficiência da Vara

Um dos fatores utilizados pela Corregedoria para a medição do grau de eficiência das Varas Federais é a análise do número de processos distribuídos no ano anterior em relação ao número de processos em tramitação, excluindo-se desta contagem os processos que estão sobrestados, suspensos e arquivados.

Os números disponibilizados à Corregedoria apontam para a seguinte situação em dezembro de 2013 (total de processos ajustado):

QUANTIDADE – TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2013	Distribuídos - 2013
18ª Vara	4.213

Com base nesses números e considerando a metodologia descrita na introdução do presente relatório, tem-se que a 18ª Vara Federal possuía em dezembro de 2013 um acervo de 1.541 processos em tramitação ajustada, inferior ao total de processos distribuídos no ano (4.213), o que a enquadra no **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

#### 7.18.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO

##### 7.18.5.1. Processos físicos

Foram selecionados para correição 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

##### – Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:

- 0000098-09.2012.4.05.8303 - 60 dias (AR)
- 0000048-27.2005.4.05.8303 - 40 dias (AR), 50 dias (AR)
- 0000351-02.2009.4.05.8303 - 20 dias
- 0001206-78.2009.4.05.8303 - 180 dias (AR)
- 0000236-44.2010.4.05.8303 - 70 dias.
- 0000278-64.2008.4.05.8303 - 18 dias.
- 0000346-43.2010.4.05.8303 - 23 dias.
- 000130-53.2008.4.05.8303 - 64 dias, 50 dias.

**– Demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:**

0000356-19.2012.4.05.8303 – 100 dias  
0000413-13.2007.4.05.8303 – 150 dias (criminal)  
0000535-50.2012.4.05.8303 – 120 dias (criminal)  
0001206-78.2009.4.05.8303 – 120 dias  
0000320-11.2011.4.05.8303 – 120 dias (criminal)  
0000589-84.2010.4.05.8303 – 150 dias (criminal)

**– Julgamento de embargos de declaração – 30 dias:**

0000098-09.2012.4.05.8303 – 50 dias

**– Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:**

0016587-14.2004.4.05.8300 – 15 meses  
0000413-13.2007.4.05.8303 – 60 dias  
0000187-76.2005.4.05.8303 - 40 dias.  
0000518.14.2012.4.05.8303 - 30 dias, 18 dias.  
0000278-64.2008.4.05.8303 – 30 dias, 25 dias, 20 dias.  
0000650-08.2011.4.05.8303 – 110 dias.  
0000346-43.2010.4.05.8303 - 14 meses, 23 dias.  
0000824-80.2003.4.05.8308 - 30 dias, 53 dias, 40 dias.  
0000066-43.2008.4.05.8303 - 20 dias, 270 dias.  
0000094-06.2011.4.05.8303 - 30 dias, 25 dias, 70 dias,  
0001082-95.2009.4.05.8303 - 30 dias.  
0000270-19.2010.4.05.8303 - 23 dias, 70 dias  
0000130-53.2008.4.05.8303 - 50 dias  
0000022-95.2011.4.05.8310 - 43 dias, 21 dias.

**– Cobrança de precatória – 30 dias (após o final do prazo da precatória):**

0000130-53.2008.4.05.8303 – Prazo 140 (cento e quarenta) dias.  
0000022-95.2011.4.05.8310 – Prazo 120 (cento e vinte) dias.

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos – 30 dias:**

0000236-44.2010.4.05.8303 - 120 dias.  
0000346-43.2010.4.05.8303 - 35 dias.

**– Demora na publicação – 10 dias:**

0000094-06.2011.4.05.8303– 28 dias.  
0000270-19.2010.4.05.8303 – 110 dias.  
0000130-53.2008.4.05.8303 – 15 dias.

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0000227-14.2012.4.05.8303 – 38 dias (intimação simples).  
0000346-43.2010.4.05.8303 – 18 dias.  
0000518.14.2012.4.05.8303 – 44 dias.

**– Demora na conclusão superior a 5 dias:**

0801736-69.1900.4.05.8303 – 20 dias.  
0000300-20.2011.4.05.8303 - 50 dias, 85 dias, 15 dias.  
0000651-22.2013.4.05.8303 – 30 dias.



0000095-54.2012.4.05.8303 – 12 dias, 20 dias.  
0000187-95.2013.4.05.8303 – 90 dias.  
0000179-21.2013.4.05.8303 – 15 dias.  
0000351-02.2009.4.05.8303 – 20 dias.  
0000221-75.2010.4.05.8303 – 30 dias, 10 dias.  
0000559-78.2012.4.05.8303 – 20 dias.  
0000090-95.2013.4.05.8303 - 15 dias.  
0000552-86.2012.4.05.8303 - 180 dias.  
0000607-08.2010.4.05.8303 - 90 dias, 30 dias.  
0000187-76.2005.4.05.8303 - 15 dias.  
0000518.14.2012.4.05.8303 - 50 dias.  
0000650-08.2011.4.05.8303 - 12 dias, 33 dias.  
0000346-43.2010.4.05.8303 - 13 dias, 33 dias, 26 dias  
0000066-43.2008.4.05.8303 – 14 dias, 17 dias.  
0001082-95.2009.4.05.8303 - 130 dias, 20 dias.  
0000270-19.2010.4.05.8303 – 45 dias, 39 dias.

**– Conclusão do processo na mesma data da prolação da decisão/sentença:**

0000066-43.2008.4.05.8303  
0000094-06.2011.4.05.8303  
0000022-95.2011.4.05.8310

**– Processo c/ duas conclusões em datas diferentes para mesma decisão:**

0000535-50.2012.4.05.8303  
0000589-84.2010.4.05.8303  
0000022-95.2011.4.05.8310 - 04 meses.

**– Ausência de certificação:**

0001000-06.2005.4.05.8303 - acompanhamento de ação ordinária da qual o feito depende por recomendação da correição passada – 04 meses, 05 meses.  
0000066-43.2008.4.05.8303  
0000094-06.2011.4.05.8303 – 23 dias, 90 dias.

**– Demora na juntada de mandado do oficial de justiça/Vara:**

0000518.14.2012.4.05.8303 – 44 dias

**– Prática de ato ordinatório para tomar conhecimento do despacho:**

0000066-43.2008.4.05.8303

**– Ofícios cumpridos por Oficial de Justiça:**

0000270-19.2010.4.05.8303

**– Meta 18 – Cumprimento com prolação de sentença:**

0000130-53.2008.4.05.8303  
0000022-95.2011.4.05.8310

**– Ausência de índice na capa dos autos:**

0000130-53.2008.4.05.8303

0000022-95.2011.4.05.8310

**– Ausência de registro da sentença em cartório:**

0000130-53.2008.4.05.8303

0000022-95.2011.4.05.8310

**– Prática de atos processuais por servidor terceirizado (termos de encerramento e abertura de volumes/recebimento dos autos/certidão/vista as partes e outros):**

0000179-21.2013.4.05.8303

0001674-56.2006.4.05.8300

0000356-19.2012.4.05.8303

0000187-76.2005.4.05.8303

0000048-27.2005.4.05.8303

0000980-15.2005.4.05.8303

0000187-95.2013.4.05.8303

0000059-46.2011.4.05.8303

0000482-45.2007.4.05.8303

0000066-43.2008.4.05.8303

0000607-08.2010.4.05.8303

0000346-43.2010.4.05.8303

0000351-02.2009.4.05.8303

0000090-95.2013.4.05.8303

0001674-56.2006.4.05.8300

0000552-86.2012.4.05.8303

0000094-06.2011.4.05.8303

0000270-19.2010.4.05.8303

0000535-50.2012.4.05.8303

0000559-78.2012.4.05.8303

0016587-14.2004.4.05.8300

0000350-17.2009.4.05.8303

0000179-21.2013.4.05.8303

0000278-64.2008.4.05.8303

0801736-69.1900.4.05.8303

0000098-09.2012.4.05.8303

0000236-44.2010.4.05.8303

0000095-54.2012.4.05.8303

0000651-22.2013.4.05.8303

0000803-70.2013.4.05.8303

#### **7.18.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

– **Demora na cobrança devolução de carta precatória:**

0800014-04.2014.4.05.8303

– **Demora na conclusão:**

0800012-34.2014.4.05.8303

– **Demora na publicação:**

0800009-79.2014.4.05.8303

– **Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800054-83.2014.4.05.8303

– **Demora na prolação de despacho/decisão:**

0800005-76.2013.4.05.8303

0800011-49.2014.4.05.8303

0800019-26.2014.4.05.8303

### **7.18.5.3. Processos do SISTEMA CRETA**

Foram selecionados para correição 30 (trinta) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

– **Demora/ausência na certificação de decurso de prazo:**

0500227-83.2014.4.05.8303 - mais de um mês

– **Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0500458-47.2013.4.05.8303 - 01 mês

0500491-37.2013.4.05.8303

– **Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0502803-25.2009.4.05.8303 - 60 dias para despacho

0503340-79.2013.4.05.8303 ausência de conclusão - mais de 10 dias

0500030-31.2014.4.05.8303

0500354-21.2014.4.05.8303 - 21 (vinte e um) dias.

– **Demora/ausência na conclusão para sentença:**

0503341-64.2013.4.05.8303 - Recebido na Assessoria em 15/07/2014 e conclusão feita em 14.08.2014.

0500559-50.2014.4.05.8303 - Recebido pela Assessoria em 07/04/2014 e concluso em 18/06/2014 - Mais de 18 meses.

– **Demora na prolação de decisão/despacho:**

0500458-47.2013.4.05.8303 - 20 dias para prolação de decisão interlocutória

0500030-31.2014.4.05.8303 - Mais de 2 meses para intimar a parte autora.

**- Demora na realização da audiência:**

0501821-06.2012.4.05.8303 - Mais de 3 meses a partir do respectivo despacho.

**- Demora no cumprimento de sentença:**

0500458-47.2013.4.05.8303 - 3 meses

**- Processos irregularmente paralisados:**

0502112-06.2012.4.05.8303 - 51 dias

0500458-47.2013.4.05.8303 - 04 meses

0500010-40.2014.4.05.8303 - Demora na conclusão para prolação de decisão.

### **7.18.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS CORREICIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Demora na prolação de despacho superior a 15 dias; demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:

Recomendação: Controle de prazos mediante emissão periódica de relatórios do sistema informatizado. Priorizar o julgamento das ações criminais e de improbidade. Procurar cumprir os prazos fixados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:

Recomendação: Recrudescer a fiscalização sobre a observância dos prazos pelos servidores responsáveis pelo cumprimento das decisões judiciais.

- Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:

Recomendação: Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições.

- Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes nos processos criminais e improbidade mais volumosos:

Recomendação: Inserir índice na contracapa dos processos criminais e improbidade mais volumosos em ordem a facilitar a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, ademais de auxiliar a secretaria no manuseio do processo.

- Demora na conclusão superior a 5 dias:

Recomendação: Assim como em relação aos atos cartorários em geral, a conclusão para despacho, decisão ou sentença deve ser feita na mesma data, preferencialmente pelo servidor que praticou o ato anterior. Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o

representação dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

- Cobrança de precatória – 30 dias (após o final do prazo da precatória):

Recomendação: Criação de rotinas para acompanhamento e cobrança de precatórias expedidas. Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados pela *internet*, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Apontam-se como parâmetro temporal os seguintes prazos: ato simples (intimação, citação): 10 dias; citação, penhora e avaliação: 60 dias; comparecimento em juízo: 10 dias antes do ato.

- Prática de atos processuais por terceirizado (termos de encerramento e abertura de volumes/recebimento dos autos/certidão/vista as partes e outros):

Recomendação: Evitar, a todo custo, a prática de atos processuais por terceirizado, tendo em vista que tais atividades integram as atribuições do cargo dos servidores do quadro efetivo (precedente do TCU relativo ao TRF da 5ª Região/Seção Judiciária de Pernambuco: TC-010.141/2006-1 – Acórdão nº 2632/2008 – TCU – 1ª Câmara).

#### **7.18.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

- Utilização de carta precatória recebida como mandado;
- Inserção no despacho de marcação de audiência a responsabilidade da parte em trazer suas testemunhas, independentemente de intimação;
- Realização das audiências com recurso de gravação audiovisual, dispensando a degravação;
- Realização de audiências por videoconferência;

#### **7.18.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correccionados anteriormente.

Após a última inspeção ordinária, foram fixadas algumas metas que estão sendo implementadas, como: estabelecimento de prazos para cumprimento dos atos processuais; acompanhamento diário dos processos com sentença já proferida; criação de banco de dados centralizado de peritos; e solicitação de realização de cursos de aperfeiçoamento voltados à realidade da Vara.

## 7.19. 19ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL - RECIFE

### 7.19.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE

A 19ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003 e instalada com base nas Resoluções TRF5 nºs 12, de 06/04/2005 e Ato TRF-5ª Região nº 420-A, de 23/05/2005.

A unidade jurisdicional está instalada no Anexo localizado na Av. Dantas Barreto, nº 1080 - bairro São José - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco. As instalações são antigas e pouco adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados.

Dentro de sua área territorial, a 19ª Vara Federal de Pernambuco tem competência privativa para o processamento e julgamento dos feitos sob o rito dos Juizados Especiais.

#### 7.19.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores

##### 7.19.1.1.1. Dados funcionais e pessoais da Juíza Federal Titular

A Juíza Federal MARÍLIA IVO NEVES exerce a magistratura federal desde 14/12/2005 e em 09/06/2014 assumiu a titularidade da 19ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos vinte e quatro meses, a magistrada exerceu as seguintes atribuições jurisdicionais: Turma Recursal até 07/01/2013; Direção do Foro da Subseção Judiciária de Caruaru, no período de 06/02 a 31/03/2013; Coordenação do JEF, a partir de 18/06/2014.

A magistrada reside na região metropolitana em que se situa a Vara e não exerce a docência.

##### 7.19.1.1.2. Servidores

A 19ª Vara de Pernambuco não conta com cargos efetivos, embora existam 13 (treze) servidores concursados que efetivamente atuam na vara, conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO EFETIVO	FC OU CJ	GRAU INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Denisar Santos Galvão Neto	Analista Judiciário – Área Administrativa	Supervisor Assistente 01 (FC-04) - Gabinete Juiz Titular	Superior Completo	Administração e Direito
José André Carneiro Filho	Analista Judiciário – Área	Superv.- Assist. (FC-04)	Superior Completo	Contabilidade

	Administrativa	do Setor de Cálculos da 22ª Vara		
Flávia Maria Souza Pereira da Costa	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor Assist. 02 (FC-04) Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Odontologia
Augusto José de Souza Carvalho	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor Assist. 02 (FC-04) do Gabin. do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Maurício Ricardo Soares Coelho	Analista Judiciário – Área Judiciária	Secretário (FC-03) do Dir. Secretaria da 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Valdir Soares Fernando	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor (FC-05) da Seção de Exec. Grandes Devedores da 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Armando Coelho de Lucena	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor (FC-05) da Seção de Exec. Fazenda Nacional da 22ª Vara	Superior Completo	Sistemas de Informação
Edleuza Maria Lima da Rocha	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor Assist. (FC-04) Setor de Exec. Outros Cred. da 22ª Vara	Nível médio	
Renata Uchoa de Medeiros Varela	Analistas Judiciário – Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados)		Superior Completo	Direito
Verônica Santos de Aguiar	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Supervisor Assist (FC-04) Setor Exped. Docs e Public. da 22ª Vara	Superior Completo	Fonaudiologia e Direito
Maria Angélica Azevedo de Oliveira	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Substituto da 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Sílvia Letícia Macedo Lira	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Sílvia Carolina B. de Gusmão Noya	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Diretor (CJ-03) de Secretaria da 22ª Vara	Superior Completo	Ciência da Computação e Direito

Há apenas uma servidora afastada em gozo de licença-maternidade: (período de 31/03 a 26/09/2014).



A 19ª Vara possui um servidor requisitado, Técnico Judiciário do Tribunal Regional da 3ª Região – Seção Judiciária de São Paulo. Não há, em exercício na Vara nenhum servidor sem vínculo com o serviço público.

#### **7.19.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 06 (seis) estagiários, sendo que 04 (quatro) atuam na Secretaria da Vara, enquanto 02 (dois) no Gabinete.

#### **7.19.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 19ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5), dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias.

##### **7.19.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 19ª Vara/SJPE, a secretaria divide-se nos seguintes setores:

- TRIAGEM E ANÁLISE INICIAL: servidoras Eneida Guerra e Vanja Bitu
- PERÍCIA: servidoras Eliza Nogueira e Júlio Albuquerque
- AUDIÊNCIA: servidora Karina Cavalcanti
- CONHECIMENTO E EXPEDIÇÃO: servidor Eduardo Guedes
- EXECUÇÃO: servidor Jorge Fernando
- ATENDIMENTO AO PÚBLICO: servidor Roberto Macedo
- SETOR DE CÁLCULOS: servidora Flávia Almeida

Os processos são organizados de acordo com as fases criadas através do Sistema Creta, sendo da responsabilidade dos servidores acima citados a sua movimentação e o respectivo acompanhamento.

##### **7.19.2.2. Organização dos processos na Secretaria**

Os processos no Gabinete são organizados por matéria, cada uma sob a responsabilidade de um assessor/estagiário específico. No ato da correição, o Gabinete conta apenas com dois assessores e dois estagiários.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, são organizados e minutados levando em consideração a urgência e a data de movimentação ao gabinete, priorizando-se aqueles mais antigos.

#### **7.19.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

São feitas reuniões periódicas envolvendo o magistrado e servidores, objetivando a transmissão de diretrizes relativas a cada um dos tipos de ação.

#### **7.19.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

As atividades da Vara são planejadas e as rotinas previamente estabelecidas através da apresentação de fluxogramas de atividades, visando estabelecer o regular andamento processual.

Ainda não houve identificação e estabelecimento de metas a serem cumpridas na unidade jurisdicional. São analisados os relatórios extraídos do Sistema Creta, com a finalidade de identificar eventuais atrasos e retenções no andamento processual.

#### **7.19.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

As partes são atendidas, diariamente, do período das 9:00 às 18:00 horas, por um servidor, no sistema de rodízio, auxiliado por um estagiário. Algumas informações processuais podem ser fornecidas por telefone, quando não demandam maior complexidade.

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados são atendidos pelo juiz, sem a necessidade de agendamento.

A Vara não realiza consulta de satisfação do público quanto ao atendimento.

#### **7.19.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 19ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 2.624 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 15 servidores em atividade, a relação é de 174,9 processo/servidor para a 19ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.19.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara.

**Meta 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013), no período de janeiro/2013 a dez/2013.**

Houve cumprimento integral dessa meta, pois foram distribuídos 275 (duzentos e setenta e cinco) processos de conhecimento no período e julgados 289 (duzentos e oitenta e nove) processos.

Deve-se registrar que cerca de 20 (vinte) processos foram redistribuídos a outros Juízos e 23 (vinte e três) processos não puderam ser julgados por determinação do STJ (correção monetária sobre o FGTS).

**Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais).**

Não há em tramitação na 19ª Vara/PE processos inclusos na Meta 2 do CNJ.

A meta 4 do CNJ não se aplica à 19ª Vara Federal de Pernambuco.

#### **7.19.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (14ª, 15ª, 19ª, 31ª, 32ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM	JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	12.003	13.178	11.264	5.710	14ª	10.826	12.895	9.764	3.688	14ª	8.891	10.038	9.437	1.811
15ª	11.933	13.514	11.242	5.280	15ª	10.908	12.247	9.892	3.368	15ª	8.556	9.230	8.846	2.200
19ª	11.747	13.261	12.289	3.411	19ª	10.784	11.969	9.455	2.981	19ª	8.362	9.108	8.368	2.176
					25ª	1.357	1.074	872	659					
					26ª	1.091	909	598	671					
					27ª	2.136	719	528	1.620					
										31ª	3.075	3.946	4.120	895
<b>Total</b>	<b>35.683</b>	<b>39.953</b>	<b>34.795</b>	<b>14.401</b>	<b>Total</b>	<b>37.102</b>	<b>39.813</b>	<b>31.109</b>	<b>12.987</b>	<b>Total</b>	<b>28.884</b>	<b>32.322</b>	<b>30.771</b>	<b>7.082</b>

EM 2012				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	7.557	7.797	9.339	1.694
15 <sup>a</sup>	7.334	7.204	8.630	2.104
19 <sup>a</sup>	7.100	7.902	9.372	1.748
31 <sup>a</sup>	4.306	4.587	5.199	711
32 <sup>a</sup>	1.853	2.375	2.539	891
<b>Total</b>	<b>28.150</b>	<b>29.865</b>	<b>35.079</b>	<b>7.148</b>

EM 2013				
VARAS	VARAS			
JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14 <sup>a</sup>	8.546	8.305	9.093	1.635
15 <sup>a</sup>	8.307	8.637	8.666	1.695
19 <sup>a</sup>	7.631	8.369	9.147	1.553
31 <sup>a</sup>	4.604	4.407	4.468	1.155
32 <sup>a</sup>	2.989	3.209	3.570	530
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>32.927</b>	<b>34.944</b>	<b>6.568</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

JEF	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU
14 <sup>a</sup>	8.546	1.635	1628	5	0	1630	7
15 <sup>a</sup>	8.307	1.695	1692	3	0	1692	3
19 <sup>a</sup>	7.631	1.553	1553	0	0	1553	0
25 <sup>a</sup>			0				
26 <sup>a</sup>			0				
27 <sup>a</sup>			0				
31 <sup>a</sup>	4.604	1.155	1155	0	0	1155	0
32 <sup>a</sup>	2.989	530	530	0	0	530	0
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>6.568</b>	<b>6558</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>6560</b>	<b>10</b>

Os dados demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual nas referidas varas. Cumpre salientar, entretanto, que

durante os anos analisados, a referida vara sempre julgou processos em número bem superior do que a quantidade que era distribuída em cada ano, como também houve um número superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos - processos julgados - processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos das varas.

Assim, ao analisar a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há uma continuidade quanto aos números referentes a cada uma das 05 (cinco) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Importa registrar que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 05 (cinco) varas, tem se mantido um excelente taxa de congestionamento processual uma vez que o número de processos arquivados é sempre maior que o de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Apesar da manutenção do grau de excelência na taxa de congestionamento processual, deve-se atentar para o incremento do estoque de processos, via de regra, no período, nas varas especializadas em juizados especiais federais. O referido incremento de estoque, por outro lado, não atinge a 19ª Vara, que mantém, além do aumento do número de processos julgados, uma redução constante do estoque processual.

#### **7.19.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em verdade, em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 7.631 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1.553 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Em razão dos índices analisados, sendo o número de processos em tramitação na 19ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo, o **conceito “A”**. Na análise comparativa, a 19ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

### **7.19.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados para correição 35 (trinta e cinco) processos eletrônicos do Sistema Creta.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema Creta foram consolidadas no relatório emitido pelo próprio sistema informatizado.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora/ausência na certificação de decurso de prazo:**

0505363-07.2013.4.05.8300 - 21 dias

0500567-36.2014.4.05.8300 - mais de 02 meses

**– Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0500567-36.2014.4.05.8300 - mais de 30 dias

**– Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0502165-59.2013.4.05.8300 - sem conclusão até a presente data

0503597-79.2014.4.05.8300

0503827-24.2014.4.05.8300

**– Demora/ausência na conclusão para sentença:**

0503075-52.2014.4.05.8300 - mais de 15 dias

0507089-79.2014.4.05.8300 - 54 dias .

**– Demora na prolação da sentença:**

0505363-07.2013.4.05.8300 - 30 dias

0500567-36.2014.4.05.8300 - mais de 30 dias

0505379-24.2014.4.05.8300 - 2 meses.

**– Demora na prolação de decisão/despacho:**

0500013-38.2013.4.05.8300 - Mais de um mês

0524381-14.2013.4.05.8300 - Mais de 30 dias.

0503597-79.2014.4.05.8300 - Mais de 30 dias.

0503827-24.2014.4.05.8300 – Mais de 30 dias.

**– Demora na realização da audiência:**

0503759-74.2014.4.05.8300 - 02 meses

0506569-22.2014.4.05.8300 - Remarcada 5 vezes.

**– Demora no julgamento de embargos declaração:**

0505363-07.2013.4.05.8300 - mais de um mês

0503075-52.2014.4.05.8300 - mais de 50 dias

**– Demora para a realização da perícia:**

0500039-02.2014.4.05.8300

**– Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculos:**

0518237-58.2012.4.05.8300 - 2 meses e 15 dias.

0501338-48.2013.4.05.8300 - Superior a 60 dias.

0500765-73.2014.4.05.8300 - 90 dias.

**Processos irregularmente paralisados:**

0500765-73.2014.4.05.8300 – 21 dias.

0531658-91.2007.4.05.8300 - 50 dias

0517512-69.2012.4.05.8300 – 7 meses

0501332-41.2013.4.05.8300 - 2 meses.

**7.19.6. Análise dos dados referentes aos processos inspecionados e recomendações tópicas.**

Não se verificou nenhuma constatação digna de nota ou de recomendação tópica, apenas mantendo-se a recomendação de cobrar o andamento de processos paralisados cuja relação se encontra nas constatações consolidadas no relatório emitido pelo Sistema Creta.

**7.19.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Apesar de não haver o diagnóstico de nenhuma prática diferenciada, a magistrada demonstra cuidado na gestão processual, na medida em que participa na apresentação de soluções para o incremento das ferramentas de trabalho, a exemplo da sugestão de criação, junto ao Sistema Creta/Infox, de novas ferramentas de consulta facilitadoras da gestão das Varas de Juizado Especial.

**7.19.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Por ocasião dos trabalhos da última Correição, em 2012, não foram feitas recomendações específicas para a 19ª Vara Federal.

A última inspeção foi realizada há cerca de um mês e encontram-se em análise e discussão as possíveis adaptações nas rotinas de trabalho.

## **7.20. 20ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - SALGUEIRO**

### **7.20.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Salgueiro, está localizada na Rua João Vêras de Siqueira, s/n - Bairro Nossa Senhora Aparecida, no aludido Município.

A Vara foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003 e instalada com base na Resolução TRF5 nº 27, de 15/06/2005.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 20ª Vara tem competência mista para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e *Juizado Especial Federal*.

O horário de expediente da 8ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo.

#### **7.20.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além do Magistrado, a 20ª Vara conta com 17 cargos efetivos.

##### **7.20.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

Em 11/06/2014, o Juiz Federal MARCO FRATTEZI GONÇALVES assumiu o exercício da titularidade da 20ª Vara, nela permanecendo até o momento atual.

A 20ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

##### **7.20.1.1.2. Servidores**

Há 17 (dezessete) cargos efetivos. Número de cargos efetivos vagos e respectivo prazo de vacância:

CARGO	DATA DE VACÂNCIA	LOCALIDADE
*01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	14/12/2005	Subseção Judiciária de Salgueiro
*01 Técnico Judiciário – Área Administrativa	13/01/2009	Subseção Judiciária de Salgueiro



01 Oficial de Justiça Avaliador Federal	27/06/2014	Subseção Judiciária de Salgueiro
---	------------	----------------------------------

\* cargo sob júdice, aguardando decisão judicial – Processo nº 2005.83.00.011121-0

\*\* cargo sob júdice, aguardando decisão judicial – Processo nº 2009.83.00.004747-0

Há um servidor ocupante de cargos efetivo cedido para a Subseção de Serra Talhada (PE). Há um servidor sem vínculo com o serviço público, com nível Superior Completo em Direito: Diretor de Secretaria CJ3.

### **7.20.1.1.3. Estagiários**

Existem 04 (quatro) estagiários na Vara, todos atuando na Secretaria.

## **7.20.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

### **7.20.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

A Secretaria da 20ª Vara está dividida em setores:

Setor Cível – conta com dois servidores (Maria Lígia e Erivan Cruz) que realizam o recebimento dos processos da distribuição, elaboram despachos, remetem ao TRF5 e recebem processos do TRF5, advogados e procuradorias, providenciam publicações de expedientes, emissão de alvarás, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação tanto no PJe quanto no TEBAS, remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa. Realizam consultas e inserção de dados nos sistemas BACENJUD e RENAJUD.

Setor Fiscal – conta com uma servidora (Amanda Linhares) que realiza o recebimento dos processos da distribuição, elabora despachos, remete ao TRF5 e recebe processos do TRF5, advogados e procuradorias, providencia publicações de expedientes, emissão de alvarás, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação, remete mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa. Realiza consulta e inserção de dados no sistema BACENJUD.

Setor Criminal – conta com um servidor (Lucas Porto) que realiza o recebimento dos processos da distribuição, elabora despachos, remete ao TRF5 e recebe processos do TRF5, advogados e MP, providencia publicações de expedientes, alvarás de soltura, mandados de prisão, cartas de citação e intimação, remete mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa.

Juizado Especial – conta com três servidores (Ebson Coelho, Gleiffson Carvalho e Guilherme Pires), que realizam a atermção e o recebimento dos processos distribuídos, elaboram despachos, agendam pauta de audiências e perícias, remetem e recebem processos da Turma Recursal, realizam cálculos, emitem RPVs e precatórios, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação,

remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa.

Os processos são divididos dentro das respectivas matérias dentre os setores cível, criminal, fiscal e juizado, onde os servidores realizam todas as atividades processuais do início ao fim do processo.

Em cada setor os processos são separados conforme a fase processual ou ato a ser praticado.

Quanto aos processos com prioridade, recebem etiquetas do tipo “réu preso”, “maior de 65 anos” ou “prioridade”, passando a ter preferência nas conclusões, publicações e emissão de cartas, ofícios ou mandados.

#### **7.20.2.2. Organização dos Gabinetes.**

O gabinete conta com três servidores que analisam processo em trâmite pelo TEBAS, CRETA e PJe, elaborando minutas de decisões e sentenças, cuja distribuição preferencial é de processos do PJe para o servidor Luciano (único com certificado digital no gabinete em razão de dificuldades enfrentadas junto à CEF), de processos do CRETA para a servidora Maria Laura que, em razão de recente maternidade e experiência por se tratar de assessora oriunda da 15ª Vara foi concedido benefício de trabalhar de sua residência nas segundas e sextas-feiras (*home office*) e dos processos do TEBAS para o servidor André Salsa.

Os processos obedecem a estrita ordem cronológica de conclusão e preferências legais, sendo apreciados de forma prioritária as conclusões mais antigas, salvo aqueles processos com prioridade identificada nas capas quanto à “maiores de 65 anos”, “réus presos” e “prioridades”. No JEF a prioridade é enfatizada pelo destaque na própria página do CRETA.

#### **7.20.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

O magistrado despacha os processos conclusos pela secretaria no próprio espaço da secretaria, ocasião em que fiscaliza a atividade dos servidores e os orienta de ofício ou por solicitação dos servidores. O mesmo ocorre com os processos conclusos no gabinete.

Além disso, após a elaboração do relatório mensal pela direção da diretoria, há reunião do Diretor com os servidores para repassar as informações, orientações acerca da condução dos processos e trocar idéias acerca de rotinas administrativas, ocasião em que o magistrado se faz presente.

#### **7.20.2.4. Planejamento das atividades da Vara.**

Em cima do resultado estatístico da Vara, verifica-se de forma global e setorial a eventual ocorrência de baixa de processos inferior ao número de processos distribuídos (taxa de congestionamento) e, em ocorrendo, traça-se metas com o respectivo setor de maneira que se possa corrigir a deficiência sejam

mediante audiências de conciliação, seja mediante a alteração de servidor entre os setores ou mesmo de auxílio entre os diversos setores de maneira que o servidor de um setor desafogado contribua com o colega do setor de menor desenvoltura naquele período.

#### **7.20.2.5 Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

O atendimento aos Membros do MP, é quase inexistente em secretaria já que seus integrantes normalmente se limitam a se fazer presente às audiências, já os respectivos servidores são atendidos na secretaria para o recebimento de processos em data prefixada onde encontram os processos prontos para carga.

Na Subseção de Salgueiro não há Defensoria Pública, sendo a atuação suprida por advogados nomeados pelo MM. Juízo, os quais são atendidos no balcão da secretaria pelos servidores ou pelo Diretor, conforme a necessidade.

Os advogados e partes são igualmente atendidos no balcão da secretaria pelos servidores dos respectivos setores ou pelo Diretor de Secretaria, contando os advogados com sala da OAB na unidade da subseção de Salgueiro.

#### **7.20.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 20ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 1964 processos, em tramitação, e levando-se em conta um total de 17 (dezessete) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 115,5 processos/servidor para a 20ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.20.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Meta 1: Distribuídos: 31 processos (01/01/2014 a 31/08/14); Julgados: 135 (01/01/2014 a 31/08/14).

A meta foi cumprida.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

Os processos de meta 2 identificados na 20ª Vara foram os seguintes:

0000250-30.2007.4.05.8304	31 - AÇÃO PENAL PÚBLICA (PROCED. CRIMINAL COMUM)
0001324-78.2005.4.05.8308	240 - AÇÃO PENAL
0000632-52.2009.4.05.8304	204 - AÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO DA LEI 8.257/91
0000326-83.2009.4.05.8304	15 - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
0000287-86.2009.4.05.8304	15 - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Sentenciado em 29/07/2014)

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012”.**

A meta 4 foi integralmente cumprida pela Vara.

A unidade vem monitorando o cumprimento da Meta nº 5/2014.

#### **7.20.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem, além da 20ª, competência comum com juizado especial são as 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25, 26ª, 27ª, 28ª, 34ª e 35ª.

Foram instaladas juntamente com a 25ª, as 26ª (Palmares), 27ª (Ouricuri) e 28ª (Arcoverde) Varas, de modo que o exame dos indicadores dessas unidades jurisdicionais deve se conter, apenas, aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

##### **a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656	4.141	4.062			
17ª	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18ª	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª	9.033					

		6.462	5.445	5.006		
24ª	5.635	4.171	4.050			
25ª				3.299	2.409	2.200
26ª				3.512	2.577	2.872
27ª				2.085	2.642	2.918
28ª				2.686	1.878	2.477
34ª						191
35ª						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, na 20ª Vara, no ano de 2013, teve um grande número de processos distribuídos quando comparado com os últimos anos.

#### b) Dados de processos julgados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16ª	6.470	4.634	4.726			
17ª	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18ª	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20ª	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23ª	7.796	5.027	7.732	4.560		
24ª	6.818	4.715	4.730			
25ª				2.897	2.078	1.785
26ª				2.608	2.467	2.356
27ª				1.711	2.699	2.931
28ª				1.606	2.322	2.505
34ª						87
35ª						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

A 20ª Vara, nos últimos dois anos, julgou mais processos do que nos anos de 2010 e 2011.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Acontece que a 20ª Vara vem, cada vez mais, arquivando mais processos.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª	6.002	4.395	3.506			
25ª				1.235	1.486	1.978

26 <sup>a</sup>				1.682	1.650	2.015
27 <sup>a</sup>				2.495	2.325	2.231
28 <sup>a</sup>				2.812	2.225	1.983
34 <sup>a</sup>						641
35 <sup>a</sup>						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

O número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial vem diminuindo. No que tange à 20<sup>a</sup> Vara, há um número significativo de processos sobrestados/suspensos. Por conseguinte, levando em consideração a tramitação ajustada, o número de processos distribuídos em 2013 foi superior ao de em tramitação, conforme indicativo da tabela abaixo.

	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%
<b>C + JEF</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>						
8 <sup>a</sup>	1.893	2.034	955	1773	46	215	1079	50,45%
16 <sup>a</sup>								
17 <sup>a</sup>	1.899	2.037	775	1766	54	217	1262	40,81%
18 <sup>a</sup>	4.213	2.239	1541	1472	53	714	698	36,58%
20 <sup>a</sup>	2.939	2.017	1315	1427	29	561	702	44,74%
23 <sup>a</sup>								
24 <sup>a</sup>								
25 <sup>a</sup>	2.200	1.978	1249	1164	71	743	729	56,77%
26 <sup>a</sup>	2.872	2.015	1517	1257	56	702	498	52,82%
27 <sup>a</sup>	2.918	2.231	947	1677	38	516	1284	32,45%
28 <sup>a</sup>	2.477	1.983	1283	1421	60	502	700	51,80%
34 <sup>a</sup>	191	641	641	132	3	506	0	335,60%
35 <sup>a</sup>	178	654	654	130	0	524	0	367,42%
<b>Total</b>	<b>21.780</b>	<b>17.829</b>	<b>10877</b>	<b>12219</b>	<b>410</b>	<b>5200</b>	<b>6952</b>	<b>49,94%</b>

#### 7.20.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 2.939 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 1315 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 20ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumpra salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência da 20ª Vara Federal em Salgueiro/PE, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar a prestação da atividade jurisdicional.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

## **7.20.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.20.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

#### **– Demora na juntada de expediente:**

0019720-69.2001.4.05.8300

0000414-87.2010.4.05.8304

0000064-31.2012.4.05.8304

0000076-16.2010.4.05.8304

0000291-60.2008.4.05.8304

#### **– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0017863-70.2010.4.05.8300

#### **– Paralisação irregular do processo (cumprimento de determinação judicial):**

0000282-98.2008.4.05.8304

0000291-60.2008.4.05.8304



0001109-36.2013.4.05.8304  
0017863-70.2010.4.05.8300  
0800030-07.1995.4.05.8308  
0000003-39.2013.4.05.8304  
0000034-35.2008.4.05.8304  
0000414-87.2010.4.05.8304  
0000343-17.2012.4.05.8304  
0000433-35.2006.4.05.8304  
0000064-31.2012.4.05.8304  
2008.83.04.000018-6  
001341-17.2005.4.05.8308  
0000076-16.2010.4.05.8304  
0000734-06.2011.4.05.8304  
0000113-43.2010.4.05.8304  
0000032-89.2013.4.05.8304  
0001197-77.2004.4.05.8308  
0000483-61.2006.4.05.8304  
0000834-71.2005.4.05.8303

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**

0019720-69.2001.4.05.8300

**– Demora na publicação:**

0800030-07.1995.4.05.8308  
0000448-96.2009.4.05.8304  
0001107-66.2013.4.05.8304

**– Inexistência de etiqueta da prescrição nos processos criminais:**

2006.83.04.000180-7

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos  
atos processuais mais importantes (processos criminais e  
improbidade).**

Obs.: Todos os processos da espécie estavam sem índice.

**– Demora na conclusão:**

0001109-36.2013.4.05.8304  
0017863-70.2010.4.05.8300  
0800030-07.1995.4.05.8308  
0019720-69.2001.4.05.8300  
0000279-70.2013.4.05.8304  
0000003-39.2013.4.05.8304  
000433-35.2006.4.05.8304  
0000076-16.2010.4.05.8304  
0000601-32.2009.4.05.8304  
0000113-43.2010.4.05.8304  
0000032-89.2013.4.05.8304  
0000209-53.2013.4.05.8304  
0000053-12.2006.4.05.8304  
0000375-32.2006.4.05.8304  
0001197-77.2004.4.05.8308

0000834-71.2005.4.05.8303  
0000178-38.2010.4.05.8304

**- Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**  
00531220064058304

**- Data da conclusão no mesmo dia em que foi proferida a sentença:**

0000072-71.2013.4.05.8304  
0000209-53.2013.4.05.8304  
0000178-38.2010.4.05.8304

**- Ausência de mudança de classe no sistema Tebas para cumprimento de sentença:**

0000059-43.2011.4.05.8304  
0000448-96.2009.4.05.8304  
000433-35.2006.4.05.8304  
2008.83.04.000018-6  
0000282-98.2008.4.05.8304  
0000375-32.2006.4.05.8304

#### **7.20.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na conclusão:**

0800011-46.2014.4.05.8304  
0800013-16.2014.4.05.8304  
0800014-98.2014.4.05.8304  
0800016-68.2014.4.05.8304

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800034-26.2013.4.05.8304

**- Lapso temporal para cumprimento de despacho/decisão:**

0800009-13.2013.4.05.8304

**- Lapso temporal para prolação dedespacho/decisão:**

0800029-04.2013.4.05.8304

**- Tempo permanência do processo na Contadoria do Juízo:**

0800026-49.2013.4.05.8304

### **7.20.5.3. Processos do SISTEMA CRETA:**

- **Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados:**  
0502279-86.2013.4.05.8303

- **Demora/ausência da conclusão para despacho/decisão:**  
0500453-85.2014.4.05.8304

- **Demora/ausência na conclusão para sentença:**  
0500454-70.2014.4.05.8304

- **Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0500383-78.2008.4.05.8304  
0500462-47.2014.4.05.8304

- **Demora para a realização da perícia:**  
0502279-86.2013.4.05.8303

- **Demora para designação de audiência:**  
0500164-55.2014.4.05.8304

- **Processos sem movimentação processual em período determinado:**  
0502279-86.2013.4.05.8303  
0500001-75.2014.4.05.8304

### **7.20.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Assinatura pelo juiz dos despachos, decisões e sentenças, só sendo providenciada a confecção do documento para fins de cumprimento, como a expedição de citações, intimações, carta precatórias ou ofícios posteriormente, o que acaba gerando lapso temporal que compromete a racionalização dos trabalhos e contribui, substancialmente, para a excessiva demora do trâmite do processo.

Recomendação: O ideal é que a secretaria providencie, desde logo, não apenas o despacho a ser assinado, como, igualmente, o ofício, mandado ou carta precatória, sendo tudo assinado de uma única vez.

- Demora excessiva para o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça e conseqüentemente, processos sem movimentação por longo espaço de tempo.

Recomendação: Controlar no sistema Tebas o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento dos mandados.

- Nas inspeções internas, muitos processos, ao invés de despachados, recebem, apenas, o *visto* e a determinação de que sejam, novamente, conclusos.

Recomendação: Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.

- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos – 30 dias

Recomendação: Cobrar a execução das diligências, utilizando-se dos Relatórios fornecidos pelo sistema informatizado para controle de prazos, cobrando a resposta de ofícios após 30 dias da expedição respectiva.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

#### **7.20.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merece registro o constante acompanhamento e orientação das equipes, em especial dos novos servidores empossados, que é uma constante na subseção, apontando sempre para o manual de boas práticas constante no mural da Secretaria.

#### **7.20.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente.

## **7.21. 21ª VARA FEDERAL - COMUM - RECIFE**

### **7.21.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 21ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003, e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 31, de 06/07/2005.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 21ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, excluídas a execução fiscal e os processos de competência do juizado especial.

#### **7.21.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.21.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal FRANCISCO ANTÔNIO DE BARROS E SILVA NETO ingressou na magistratura federal em 25/04/2001 e exerce a titularidade da 21ª Vara desde 31/10/2007, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado em razão dos seguintes motivos: Férias de 29/04/2013 a 23/05/2013; 17/06/2013 a 21/06/2013; 01/10/2013 a 23/10/2013; 06/03/2014 a 04/04/2014 e 16/06/2014 a 22/06/2014.

O Magistrado exerceu a docência na seguinte instituição: Professor adjunto da Faculdade de Direito do Recife/UFPE, no regime de vinte horas semanais, ministrando as seguintes disciplinas: 2012.1 – Direito Processual Civil 3 e O Judiciário na Sociedade Contemporânea (mestrado/doutorado); 2012.2 – Direito Processual Civil 5 (duas turmas), 2013.1 – Direito Processual Civil 5 e Direito Processual Civil 7; 2013.2 – Direito Processual Civil 3 e O Judiciário na Sociedade Contemporânea (mestrado/doutorado); 2014.1 – Direito Processual Civil 2 (duas turmas). A disciplina do mestrado é ministrada às terças-feiras, das 09:00 às 12:00, as disciplinas da graduação são ministradas à noite, dois dias por semana, no horário das 18:30 às 22:00 horas.

O Magistrado reside na região metropolitana em que se localiza da Vara.

A 21ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

### 7.21.1.1.2. Servidores

A 21ª Vara de Pernambuco conta com 21 cargos efetivos (01 Cargo de Juiz Federal Titular; 01 Cargo de Juiz Federal Substituto; 05 Cargos de Analista Judiciário; 04 Cargos de Analista Executante de Mandados; 08 Cargos de Técnico Judiciário; 02 Cargos de técnico de Segurança e Transporte), sendo que 13 (treze) efetivamente atuam na vara.

O quadro de servidores atualmente em atividade na Vara é o seguinte:

NOME	CARGO EFETIVO	FC OU CJ	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Eduardo Luis Hollanda de Oliveira	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Administração de empresa Engenharia mecânica Pós-graduação em comércio exterior
Glaysse Nimiane Sales de Lira	Analista judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Guy-René Moraes Leão	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito público
Icléa Maria de Oliveira Braga	Técnico judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Especialização em processo civil
Isabelle Corrêa de Araújo Coelho	Analista judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Especialização em processo civil
Leonardo José Medeiros Barros	Analista judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito penal
Márcia Rosângela Cantalice Costa	Técnico judiciário	CJ-03	Superior completo com pós-graduação	Direito Ciências contábeis Pós-graduação em língua portuguesa
Maria Catarina Ventura da Silva	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito público
Rodrigo Eduardo Bandeira de Brito	Técnico judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Odontologia Pós-graduação em língua portuguesa
Vilma Maria Franco da Encarnação	Analista judiciário - administrativa	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Licenciatura em ciências Pós-graduação em língua portuguesa
Ana Paula Maravalho Borges	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direitos humanos
Viviane Valença Valdevino Silva	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo com pós-graduação	Direito, pós-graduação em dir. civil e empresarial
Ellen Travassos de Vasconcelos Silva	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo com pós-graduação	Direito

Dentre os servidores listados, apenas uma se encontra afastada, por se encontrar no gozo de licença-maternidade.

A 21ª Vara possui um servidor requisitado - Flávio Ozório dos Santos Gomes, com nível superior, formado em direito, ocupante da FC 04 de supervisor assistente 02 do Gabinete do Juiz Titular.

#### **7.21.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 4 (quatro) estagiários, todos atuando tanto na Secretaria da Vara quanto no Gabinete.

#### **7.21.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 21ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias..

#### **7.16.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistema Creta**

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 21ª Vara/SJPE, ressalta-se de início que a secretaria não se divide em setores. O trabalho é distribuído entre os servidores, conforme o dígito final da numeração do processo, independentemente da classe processual ou da tarefa a ser desempenhada. A exceção diz respeito à servidora Vilma Maria da Encarnação, que, por não possuir formação em direito, é responsável pela confecção, distribuição e acompanhamento de expedientes (ofícios, mandados, cartas etc.). Servidores da secretaria: Márcia Cantalice (Diretora), Rodrigo Bandeira, Leonardo Barros, Eduardo Holanda, Catarina Ventura, Vilma Encarnação, Nimiane Sales e Flávio Ozório.

Segundo o formulário de gestão, os processos (físicos e eletrônicos) são distribuídos entre os servidores e movimentados segundo a precedência cronológica. Os processos de uma semana são movimentados após a movimentação dos processos da semana anterior. As prioridades legais são identificadas mediante adesivos na capa do processo.

#### **7.21.2.2. Organização dos Gabinetes**

O Gabinete da Vara conta hoje com os servidores Icléa Braga, Isabelle Corrêa (licença gestante) e Guy-René Leão, que dividem os processos por dígito O Gabinete organiza-se da seguinte forma: os processos são distribuídos semanalmente entre os assessores, independentemente da matéria ou da classe. As urgências são divididas mediante rodízio.

Com exceção de processos mais simples (extinção por pagamento, desistência, homologação de acordo, aplicação do art. 285-A, do CPC rejeição da inicial etc.) e das sentenças proferidas em audiência, os processos são analisados

conforme a ordem cronológica da conclusão (observada em termos semanais). Além das prioridades legais, confere-se precedência às ações civis públicas e feitos coletivos em geral, bem como aos processos em tramitação há mais de um ano.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, as ações civis públicas são tratadas como prioridade desde o início do processo. Os processos em fase de conhecimento, quando atingem um ano de tramitação, entram automaticamente na listagem de prioridades. Os relatórios do TEBAS e do PJE são emitidos, mensalmente, de modo a avaliar as tendências de ingresso e saída de processos, permitindo a identificação de novas demandas de massa e a confecção de modelos para a sua tramitação. As estantes são organizadas de modo a permitir o controle visual dos processos, no que tange ao cumprimento das metas internas de movimentação.

#### **7.21.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

São feitas reuniões periódicas envolvendo o magistrado, diretor de secretaria e, separadamente, cada um dos Setores da Vara, objetivando a transmissão de diretrizes, a verificação do atendimento das metas traçadas, bem como para esclarecimento de dúvidas.

O Juiz, com o auxílio dos servidores, produz fluxogramas e roteiros para cada tipo de demanda relevante. Quando possível, ministra aulas sobre processo civil aplicado à Justiça Federal aos servidores da equipe (cursos de pequena duração, o último foi nos dias 09, 10 e 11/06/2014).

#### **7.16.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

As atividades da Vara são planejadas, anualmente, com a fixação das metas de movimentação. Mensalmente, se avalia a quantidade e a qualidade do acervo, traçando-se estratégias de enfrentamento. Durante a inspeção ordinária anual, identificam-se os pontos de gargalo, afere-se o alcance das metas planejadas e discutem-se pontos a serem priorizados no período seguinte.

A meta da unidade é movimentar os autos em prazo não superior a quinze dias, decidindo-se as questões interlocutórias nesse mesmo lapso (no caso das ações civis públicas, o prazo cai para dez dias). As sentenças devem ser proferidas em até trinta dias. Os mandados e ofícios devem ser devolvidos, em regra, em vinte dias contados da distribuição à oficiala responsável (com possibilidade de prorrogação de acordo com o quadro de oficiais disponível, o número de diligências necessárias ao cumprimento do mandado, o local de cumprimento e/ou a necessidade de diligência por hora certa).

#### **7.21.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

As partes são atendidas, diariamente, do período das 9 às 18 horas, por um servidor, no sistema de rodízio, auxiliado por um estagiário. Algumas



informações processuais podem ser fornecidas por telefone, quando não demandam maior complexidade

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados são atendidos pelo juiz, sem a necessidade de agendamento. Pede-se, costumeiramente, para o advogado ou procurador aguardar enquanto os autos são localizados e encaminhados à leitura do juiz, a fim de que detenha melhor domínio do caso concreto por ocasião do atendimento. Evita-se, em regra, o atendimento a estagiários e à parte desacompanhada de advogado.

A consulta de satisfação do público era realizada pela Direção do Foro. A Vara não dispõe de mecanismo próprio de consulta. De qualquer modo, não há registro de reclamações ou queixas.

#### **7.21.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 21ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 694 (seiscentos e noventa e quatro) processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 13 (treze) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 53,38 processos/servidor para a 21ª Vara Federal de Pernambuco.

O Tempo Médio do Processo (TMP), na fase de conhecimento, nos processos físicos, é de 104 (cento e quatro) dias, e nos processos eletrônicos, de 91 (noventa e um) dias.

Na fase de execução, no sistema TEBAS (relatório “tempo médio entre a distribuição e a última fase”), 108 dias na Execução contra a Fazenda Pública e 363 dias na classe Cumprimento de sentença. No sistema PJe (“relatório de tempo médio entre distribuição e arquivamento definitivo”), 369 dias e 244 dias, respectivamente.

O tempo médio do processo de execução, no sistema TEBAS (relatório “tempo médio entre a distribuição e a última fase”), 364 dias na classe Execução de Título Extrajudicial; no sistema PJe (“relatório de tempo médio entre distribuição e arquivamento definitivo”), 145 dias na mencionada classe.

#### **7.21.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ estão sendo cumpridas pela Vara

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Houve cumprimento integral da Meta 1. No período de janeiro/2013 a dez/2013 foram distribuídos 275 (duzentos e setenta e cinco) processos de conhecimento e julgados 289 (duzentos e oitenta e nove) processos. Deve-se registrar que cerca de 20 (vinte) processos foram redistribuídos a outros Juízos e 23

(vinte e três) processos não puderam ser julgados por determinação do STJ (correção monetária sobre o FGTS).

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

A 21ª Vara encontra-se na 1ª posição do ranking da 5ª Região em relação à Meta 2 do CNJ para o ano de 2013, contando atualmente todos os processos de conhecimento em tramitação na Vara, ainda não julgados, foram distribuídos em 2013 e 2014, exceto três processos de 2008: uma ação ordinária (016514-13.2008.4.05.8300), suspensa por prejudicialidade interna, e duas cautelares de protestos em que o STJ reformou a sentença, mantida pelo TRF, e recentemente determinou o prosseguimento do feito (001455-72.2008.4.05.8300 e 0001771-85.2008.4.05.8300).

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Também houve 100% de cumprimento da Meta 4, pois todas as ações civis públicas de improbidade administrativa em tramitação na 21ª Vara cível, ainda não julgadas, foram distribuídas em 2013 e 2014.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

O cumprimento da Meta 5 vem sendo prejudicado, em razão da demora na realização do pagamento dos precatórios.

A unidade jurisdicional correicionada está atenta ao preenchimento de relatórios CNCIAI / Provimento CNJ nº 29/2013 e o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

#### **7.21.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência

(1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 21ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.234	864	1.550	3.852	1ª	1.275	1.256	1.369	4.101	1ª	1.083	1.045	863	4.184
2ª	712	783	1.170	2.548	2ª	996	933	945	2.795	2ª	1.206	946	1.022	3.294
3ª	1.005	720	1.863	2.237	3ª	1.205	791	950	2.699	3ª	1.298	963	1.416	2.686
5ª	701	744	1.434	1.341	5ª	1.058	582	1.078	1.602	5ª	1.100	1.094	1.690	1.540
6ª	886	800	1.044	1.957	6ª	898	933	977	1.870	6ª	930	834	908	2.177
7ª	697	1.085	1.213	2.193	7ª	942	871	948	2.134	7ª	943	896	872	2.149
9ª	660	805	1.241	1.423	9ª	1.112	767	954	1.766	9ª	1.253	669	962	2.233
10ª	1.080	717	1.427	2.525	10ª	1.136	1.010	1.306	2.421	10ª	958	1.268	1.114	2.301
12ª	768	888	1.166	1.439	12ª	1.019	872	1.078	1.554	12ª	1.038	803	901	1.924
21ª	1.249	1.374	1.223	985	21ª	967	820	1.114	983	21ª	948	839	1.329	847
<b>Total</b>	<b>8.992</b>	<b>8.780</b>	<b>13.331</b>	<b>20.500</b>	<b>Total</b>	<b>10.608</b>	<b>8.835</b>	<b>10.719</b>	<b>21.925</b>	<b>Total</b>	<b>10.757</b>	<b>9.357</b>	<b>11.077</b>	<b>23.335</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	1.160	1.069	1.691	3.687
2ª	1.144	1.142	1.267	3.286
3ª	895	1.086	1.788	1.781
5ª	902	982	1.701	1.233
6ª	880	754	990	2.376
7ª	874	980	1.200	2.018
9ª	1.053	886	1.325	2.272
10ª	837	1.106	1.489	2.074
12ª	892	839	1.139	1.982
21ª	826	775	1.418	570
<b>Total</b>	<b>9.463</b>	<b>9.619</b>	<b>14.008</b>	<b>21.279</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Cível	DIST	JULG	ARQ	TRAM
1ª	797	919	1.371	3.785
2ª	744	672	1.268	3.241
3ª	804	695	1.536	1.462
5ª	757	746	1.816	1.135
6ª	706	788	1.155	2.621
7ª	801	620	1.133	2.130
9ª	984	712	1.185	2.349

10ª	920	839	1.539	2.249
12ª	769	819	1.426	1.764
21ª	756	699	1.334	586
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>7.509</b>	<b>13.763</b>	<b>21.322</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Comum	DISTRIB	TRAMIT	TRAMIT. AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSPENSOS/ ARQUIVADOS
1ª Vara	797	3.785	2915	3379	406	0	870
2ª Vara	744	3.241	2467	2765	476	0	774
3ª Vara	804	1.462	1102	1186	276	0	360
5ª Vara	757	1.135	736	826	309	0	399
6ª Vara	706	2.621	1819	2121	500	0	802
7ª Vara	801	2.130	2064	1672	458	0	66
9ª Vara	984	2.349	1871	1892	457	0	478
10ª Vara	920	2.249	1203	1939	310	0	1046
12ª Vara	769	1.764	1602	1384	380	0	162
21ª Vara	756	586	531	353	233	0	55
<b>Total</b>	<b>8.038</b>	<b>21.322</b>	<b>16310</b>	<b>17517</b>	<b>3805</b>	<b>0</b>	<b>5012</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das 11 (onze) varas. Observa-se, em primeiro plano, que, em regra, houve a diminuição anual do número de processos em tramitação. Porém, o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, nas 11 (onze) varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados.

Há que se ressaltar, ainda, que o total de processos em tramitação na 21ª vara tende a aumentar se o número de processos julgados seguir a linha

decrecente que tem adotado no último ano. Nesse sentido, a 21ª vara julgou, no ano de 2012, 775 processos e, no ano de 2013, 699 processos.

#### **7.21.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 1.201 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 919 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 21ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se vê, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório. Ademais, na análise comparativa, a 21ª Vara ter revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos *julgados, arquivados e em tramitação*.

Diante dessas considerações, a meta a ser estabelecida é apenas para que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.21.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.21.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 40 (quarenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria,

complementada pelas informações colhidas pela Juíza Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar a seguinte ocorrência:

**- Demora para fazer conclusão superior a 05 dias:**

0010583-53.2007.4.05.8300

0020419-11.2011.4.05.8300

0000522-65.2009.4.05.8300

0003113-49.1999.4.05.8300

### **7.21.5.2. Processos eletrônicos – SISTEMA PJE**

Foram selecionados para correição 15 (quinze) processos eletrônicos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foi feita a seguinte constatação.

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800498-28.2014.4.05.8300

0802121-64.2013.4.05.8300

### **7.21.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A atuação da Vara é elogiável e célere em todos os setores. Deve-se atribuir ao sistema de atuação por dígitos, acompanhada de dispêndio de tempo para capacitação dos servidores, o nível de excelência jurisdicional.

Além de não haver identificação de atrasos, não houve qualquer demonstração de insatisfação no ambiente de trabalho. O corpo de servidores externa total satisfação e consciência da atividade desenvolvida para sociedade. Todos acreditam no trabalho que desenvolvem e agradecem a valorização da atividade desenvolvida, sentimento estendido inclusive aos terceirizados.

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

– Demora na conclusão.

Recomendação: Diligenciar a confecção e cumprimento dos atos processuais nos prazos, previamente determinados, com a cobrança de prazos pelo Juiz ao Diretor de Secretaria e deste, aos servidores;

- Paralisação de processos na Secretaria:

Recomendação: Procurar fazer com que os processos permaneçam sem movimentação na Secretaria estritamente pelo tempo necessário para o da prática do ato ou o cumprimento da diligência processual.

- Ainda não houve cumprimento da Meta 2 em relação a alguns processos (001455-72.2008.4.05.8300, 0001771-85.2008.4.05.8300 e 016514-13.2008.4.05.8300), este último suspenso por prejudicialidade interna.

Recomendação: envidar esforços para julgamento dos feitos incluídos na Meta 2 - 001455-72.2008.4.05.8300 e 0001771-85.2008.4.05.8300 - bem como acompanhar o processo nº 016514-13.2008.4.05.8300, para fins de prosseguimento, caso ocorra o julgamento da questão prejudicial.

### **7.21.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas verificadas na 21ª Vara, merecem destaque as seguintes:

- O estímulo ao servidor com o destaque para servidor do mês, murais;

- A capacitação do servidor pelo magistrado, através de cursos sobre processualística civil especializada para a justiça federal, inclusive com a produção de fluxogramas orientadores do curso do processo.

Além disso, a Vara sugeriu proposições de boas práticas para o bom exercício da atividade jurisdicional e o regular andamento dos processos:

- Identificação de processos relevantes (p. ex., ações de improbidade) e atribuição de prioridade desde o início do feito;

- Controle periódico dos autos com vistas fora de Secretaria, de modo a se evitar longos períodos de retenção;

- Controle do tempo de cumprimento dos expedientes, fixando-se metas para os oficiais de justiça;

- Controle de cartas precatórias expedidas, mediante etiquetas nos próprios autos, evitando-se longo período sem informações do juízo deprecado;

- Organização das estantes de processos de modo a permitir o controle visual do cumprimento dos prazos da Secretaria;

- Análise cuidadosa dos autos antes da remessa à Contadoria, evitando-se diligências desnecessárias;

- Análise cuidadosa dos esclarecimentos requeridos ao perito, evitando-se que tal prática seja utilizada com finalidade protelatória;

- Difusão de conhecimentos entre toda a equipe, evitando-se que os servidores conheçam apenas o respectivo setor (o que dificulta a cobertura em casos de licenças, remoções etc.);

- Confecção de fluxogramas e rotinas processuais, de modo a padronizar e facilitar o trabalho da Secretaria;

- Reuniões periódicas da equipe, de modo a esclarecer dúvidas e preparar as rotinas a serem utilizadas em casos de novas demandas relevantes.

#### **7.21.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correção (2012), cerca de 90% dos processos avaliados se encontravam em ordem. Quanto aos demais, houve pequenos atrasos em 12 (doze) processos e falhas formais em outros 10 (dez) feitos, já devidamente corrigidas. Não houve outras recomendações específicas.

Após a última autoinspeção, as metas de movimentação foram mantidas, recomendando-se uma maior atenção aos processos eletrônicos, nos quais a taxa de retrabalho e de paralisação alcançaram aproximadamente 20% (vinte por cento). A Vara vem se dedicando com maior ênfase nesses feitos, conquanto o sistema ainda necessite de aperfeiçoamentos.



## **7.22. 22ª VARA FEDERAL - EXECUÇÃO FISCAL - RECIFE**

### **7.22.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 22ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base na Lei nº 10.772, de 21/11/2003, e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 31, de 06/07/2005.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 11ª Vara tem competência privativa para processar as execuções fiscais e ações conexas.

#### **7.22.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.22.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal TARCÍSIO BARROS BORGES ingressou na magistratura federal em 2000 e assumiu a titularidade da 22ª Vara Federal de Pernambuco em 11/04/2010, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: Férias de 31/07/2012 a 03/08/2012; 07 a 13/01/2013; 13 a 30/05/2013; 03 a 22/09/2013, 20/01 a 18/02/2014. Licença para tratamento de saúde - 12/04/2013 a 26/04/2013 e 09/04/2014 a 1.º/06/2014. Licença para participar de atividade acadêmica de 21/09/2012; 24 a 26/07/2013; Afastamento para tratar de assunto particular de 29 a 30/07/2013.

O magistrado reside na região metropolitana em que se localiza a Vara e não exerce a docência.

A Vara não possui juiz federal substituto.

##### **7.22.1.1.2. Servidores**

A 22ª Vara de Pernambuco conta com 25 cargos efetivos, dos quais apenas 01 encontra-se vago. Uma servidora (Oficiala de Justiça) foi removida para acompanhar cônjuge, por força de liminar, para a Seção Judiciária do Piauí.

Atualmente, a vara conta com 17 servidores efetivos e 06 Analistas Judiciário – Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados), consoante demonstram os quadros abaixo.

<b>Nome</b>	<b>Cargo efetivo</b>	<b>FC ou CJ</b>	<b>Grau de Instrução*</b>	<b>Área de formação</b>
Denisar Santos Galvão Neto	Anal. Judiciário – Área Administrativa	Superv. Assistente 01 (FC-04) do Gabin. Juiz Titular	Superior Completo	Administração e Direito
José André Carneiro Filho	Analista Judiciário Área Administrativa	Superv. Assistente (FC-04) Setor de Cálculos 22ª Vara	Superior Completo	Contabilidade
Flávia Maria Souza Pereira da Costa	Técnica Judiciária Área Administrativa	Superv. Assist. 02 (FC-04) Gab Juiz Substituto	Superior Completo	Odontologia
Augusto José de Souza Carvalho	Téc. Judiciária – Área Administrativa	Superv. Assist. 02 (FC-04) Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Maurício Ricardo Soares Coelho	Anal. Judiciário – Área Judiciária	Secretário (FC-03) Dir. Secretaria da 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Valdir Soares Fernando	Téc. Judiciária – Área Administrativa	Supervisor (FC-05) Seção Execução Grandes Devedores da 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Armando Coelho de Lucena	Téc. Judiciária – Área Administrativa	Supervisor (FC-05) Seção de Execuções da Fazenda Nacional da 22ª Vara	Superior Completo	Sistemas de Informação
Edleuza Maria Lima da Rocha	Técnica Judiciária Área Administrativa	Supervisor Assist (FC-04) Setor Exec de Outros Credores da 22ª Vara	Nível médio	
Renata Uchoa de Medeiros Varela	Analistas Judiciário – Área Judiciária (Espec. Execução de Mandados)		Superior Completo	Direito
Verônica Santos de Aguiar	Técnica Judiciária Área Administrativa	Supervisor Assist (FC-04) Setor de Exped. Documentos e Public. da 22ª Vara	Superior Completo	Fonaudiologia e Direito
Maria Angélica Azevedo de Oliveira	Técnica Judiciária Área Administrativa	Oficial de Gabinete (FC-05) Juiz Substituto 22ª Vara	Superior Completo	Direito
Sílvia Letícia Macedo Lira	Técnica Judiciária Área Administrativa	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Sílvia Carolina B. de Gusmão Noya	Técnica Judiciária Área Administrativa	Diretor (CJ-03) de Secretaria 22ª Vara	Superior Completo	Ciência da Computação e Direito

Além dos servidores efetivos, a Vara conta com 03 (três) servidores requisitados, sendo um Técnico Judiciário do TRF5 e dois servidores do DETRAN/PE.

#### **7.22.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, existem 6 (seis) estagiários, 05 (cinco) lotados na Secretaria da Vara e 01 (um) no Gabinete.

## **7.22.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

### **7.22.2.1. Organização da Secretaria**

O horário de expediente da 22ª Vara é das 09:00 horas às 18:00 horas (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5), dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias.

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 22ª Vara/SJCE, ressalta-se de início que a presente Vara possui competência exclusiva de execução fiscal, razão pela qual possuía um acervo de 23.137 à época da inspeção. Sendo assim, a rotina de trabalho é feita a partir do processamento de feitos pertinentes aos sistemas TEBAS e PJE (no caso deste último, a obrigatoriedade parcial se deu a partir de 29/08/2013, nos termos da Portaria nº 569/2013 – DF/SJCE).

Ante a quantidade de feitos existentes, numa proporção de 1.158,10 processos por servidor, a Secretaria da Vara conta com o apoio de 13 servidores, divididos em 6 setores: Fazenda Nacional, Grandes Devedores, Expedição, Conselhos e Outros Exequentes, Carta Precatórias e Leilões.

A Vara é dividida em setores específicos, tem por objetivo gerar um maior controle sobre as demandas, bem como agilizar o andamento dos feitos.

Assim, a par do setor de “Grandes devedores” e “Leilão/Cartas Precatórias”, que exigem uma atenção mais minuciosa, os setores da “Fazenda Nacional” e “Conselhos” organizam-se da seguinte forma, de modo a permitir maior celeridade no andamento dos feitos: processos aguardando retorno de expedientes; processos aguardando a análise das cotas dos exequentes (solicitação de citação por edital, redirecionamento, expedição de mandados/ofícios, indisponibilidade de bens, pedidos de extinção dos feitos, pedidos de suspensão por parcelamento); processos sobrestados aguardando julgamento em instâncias superiores ou deslinde de ações diversas (processos de inventário/falência), processos aguardando resultado de BACENJUD; processos arquivados pelo art. 40 da LEF e art. 20 da Lei 10.522/02 e Portaria MF 75 e 130/2012 e suspensão por parcelamento, ambos levando-se em consideração o prazo prescricional.

Além disso, analisa-se, com prioridade, os processos com pedido de bloqueio/desbloqueio de verbas constritas, os processos movidos contra idosos, os pedidos de extinção do feito, de transformação em pagamento definitivo, de certidão narrativa, de penhora sobre faturamento e no rosto dos autos, parcelamento e apelação/agravo.

No que tange ao setor de Cartas Precatórias há um controle sobre o limite do prazo, inclusive com cobrança periódica dos expedientes aos Oficiais de Justiça, procedimento semelhante com relação aos processos com vista fora do cartório e que estejam com prazo vencido.

### **7.22.2.2. Organização dos Gabinetes**

O Gabinete da Vara conta hoje com os servidores Adalberto Pereira Gonçalves Júnior, Maria Angélica Azevedo de Oliveira e Sílvia Letícia Macedo Lira, que dividem os processos por dígito e são responsáveis, de acordo com a sua numeração, pelo andamento de todas as ações conexas (embargos à execução fiscal, ações ordinárias e mandados de segurança), inclusive aquelas em trâmite perante o PJE, bem como das execuções fiscais que exijam uma análise mais minuciosa. O Gabinete organiza-se da seguinte forma: processos para triagem; decisões subdivididas por matéria; processos sobrestados aguardando julgamento em instâncias superiores, embargos de declaração e sentenças organizadas de acordo com a ordem cronológica de conclusão.

Os processos com prioridade são entregues diretamente ao Juiz da Vara ou aos servidores lotados no Gabinete, que se responsabilizam por elaborar a minuta e encaminhar o processo para apreciação do magistrado. Os processos conclusos para julgamento obedecem a uma ordem cronológica, bem como o atendimento à Meta 2 do CNJ.

Quanto aos métodos adotados de controle e situação do acervo de processos, mensalmente, são encaminhadas estatísticas para o magistrado e servidores, mediante a extração de relatório do Sistema TEBAS, de forma a ser avaliado o desempenho da Vara.

### **7.22.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

São feitas reuniões periódicas envolvendo o magistrado, diretor de secretaria e, separadamente, cada um dos Setores da Vara, objetivando a transmissão de diretrizes, a verificação do atendimento das metas traçadas, bem como para esclarecimento de seu posicionamento, dos Tribunais Superiores acerca de determinada matéria, de forma a auxiliar os servidores e possibilitar uma análise mais célere dos feitos.

### **7.22.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Os setores já são organizados internamente de modo a viabilizar um planejamento e alcance das metas. Nesse sentido, tem-se procurado dividir os trabalhos por grupos que ficam responsáveis pela análise de determinadas matérias/setores. Assim, segundo informações obtidas junto à vara, tem-se, gradativamente, observado uma redução expressiva na demora da análise dos feitos. Muitas vezes, realizam-se reuniões nos setores para apreciação de determinados pedidos, priorizando sempre uma prestação jurisdicional mais célere.

Periodicamente, tem-se procurado traçar alguns organogramas, com a finalidade de reduzir o tempo de análise dos processos. Por exemplo, não permitir que demandas que exijam urgência em sua apreciação sejam localizadas em estantes, mas, ao contrário, entregues diretamente ao magistrado ou servidor responsável.

A localização dos processos é realizada pela data do último ato processual. Assim, evita-se que o processo permaneça muito tempo parado. Um aspecto importante levado em consideração pela Vara é fazer uma varredura física de modo a detectar as estantes que se encontram com acúmulo de processos. Nesse sentido, os setores procuram fazer mutirões para apreciação imediata dessas demandas. Ademais, prioriza-se, na medida do possível, o julgamento célere dos feitos, a apreciação dos recursos interpostos, o recebimento das ações conexas, principalmente aquelas com pedido de tutela antecipada.

#### **7.22.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

As partes são atendidas, diariamente, do período das 9:00 às 18:00 horas, por um servidor auxiliado por um estagiário. Existe também uma grande parceria com os órgãos públicos que atuam na Vara, inclusive com solicitação periódica de devolução de processos, bem como a remessa sistemática de feitos para vista/manifestação desses órgãos.

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados são atendidos por servidores do Gabinete, sempre que solicitados. Nesse sentido, segue o procedimento adotado pelo magistrado que sempre se prontifica a atender/esclarecer as partes.

Embora sempre se procure atender as partes com presteza, urbanidade e respeito, visando sempre esclarecer suas demandas, a Vara não realiza pesquisa de satisfação.

#### **7.22.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 22ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 23.162 (vinte e três mil, cento e sessenta e dois) processos em tramitação, sendo 23.137 do Sistema Tebas e 25 processos do Sistema PJE. Levando-se em conta um total de 20 (vinte) servidores em atividade, a relação é de 1.158,10 processos/servidor para a 22ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.22.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

#### **Meta 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013).**

No período de janeiro/2013 a dez/2013 foram distribuídos 123 (cento e vinte e três) processos de conhecimento, ao passo que foram sentenciados 120 (cento e vinte) processos dessa natureza. Apesar da proximidade, é fato que a meta não foi atingida. Isto se deve ao fato de haver grande lapso temporal para a tramitação do processo de conhecimento, uma vez que o tempo médio do processo na fase de conhecimento é de 239,01 dias.

**Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais).**

A 22ª Vara encontra-se na 1ª posição no ranking da 5ª Região em relação à Meta 2 do CNJ para o ano de 2013, contando atualmente com apenas 1 (um) processo - Embargos à Execução Fiscal n.º 0009833-17.2008.4.05.8300 – pendente de julgamento, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos adicionais por força da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 0008417-09.2011.4.05.8300, estranhos a este Juízo. Com a finalidade de cumprir a Meta 2 do CNJ, tem-se procurado agilizar o andamento do referido feito.

**Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.**

Essa meta foi cumprida pela Vara, que vem monitorando o cumprimento da meta 5/2014.

Não se aplica à unidade jurisdicional correicionada o preenchimento de relatórios do cadastro CNCIAI - Provimento CNJ nº 29/2013 e o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

#### **7.22.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (11ª, 22ª e 33ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11ª	5.536	4.998	5.546	29.114	11ª	3.393	1.878	6.474	26.107	11ª	3.835	2.907	3.060	26.847
22ª	4.801	3.156	3.863	30.503	22ª	3.252	2.584	3.051	31.397	22ª	3.932	5.467	6.068	29.252
<b>Total</b>	<b>10.337</b>	<b>8.154</b>	<b>9.409</b>	<b>59.617</b>	<b>Total</b>	<b>6.645</b>	<b>4.462</b>	<b>9.525</b>	<b>57.504</b>	<b>Total</b>	<b>7.767</b>	<b>8.374</b>	<b>9.128</b>	<b>56.099</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM

11ª	5.070	2.304	3.385	28.840
22ª	5.075	1.310	2.208	32.475
<b>Total</b>	<b>10.145</b>	<b>3.614</b>	<b>5.593</b>	<b>61.315</b>

11ª	2.770	1.868	2.385	19.880
22ª	2.746	1.499	1.950	22.760
33ª	1.807	403	709	21.908
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>3.770</b>	<b>5.044</b>	<b>64.548</b>

TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013									
Fiscal	2013	TRAM	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%	CONCEITO
11ª	2.770	19.880	12369	19864	16	0	7511	446,53%	D
22ª	2.746	22.760	12260	22741	19	0	10500	446,47%	D
33ª	1.807	21.908	16390	21895	13	0	5518	907,03%	D
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>64.548</b>	<b>41019</b>	<b>64500</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>23529</b>	<b>560,14%</b>	<b>D</b>

Esses dados ainda demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara. Cumpre salientar, entretanto, que durante os anos analisados, muito embora tenha a referida vara sempre julgado menos processos do que a quantidade que era distribuída em cada ano, houve um número bem superior de processos arquivados, o que demonstra que, na relação processos distribuídos- processos julgados-processos em tramitação, verificou-se uma gradativa diminuição do estoque de processos da vara.

É bom que se registre que essa diminuição de estoque se deve basicamente à redistribuição de 11.214 processos, no ano de 2013, em razão da criação da 33ª Vara Federal de Pernambuco, especializada em executivos fiscais, para onde foi determinada a redistribuição de 1/3 dos processos da 22ª Vara. Desse modo, a média mensal de processos redistribuídos encontra-se bastante distorcida.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das varas especializadas. Observa-se, em primeiro plano, que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, em ambas as varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados, ora aumentando, ora diminuindo. Embora tenha havido uma oscilação do número de processos em tramitação, o referido movimento pendular fora compensado pela distribuição do terço do estoque das varas, em razão da criação da 33ª Vara Federal de Pernambuco, no ano de 2013.

#### 7.22.4.1. Peculiaridades das varas privativas de execuções fiscais

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 2.746 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 12.260 feitos, o que quer dizer que há grande excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 446,47%.

Contudo, a unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades próprias, o que impossibilita a sua comparação com outras varas não especializadas. É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais, etc.

Ademais, nos processos da espécie, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Assim, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos por parte do executado, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um acúmulo de processos considerável suspensos na forma do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, o qual estabelece que "*o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição*". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Assim, se reconhece que boa parte das execuções fiscais permanecem durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira, quiçá inviabiliza a avaliação do grau de eficiência da Vara, a partir dos critérios indicados no item "metodologia".

## **7.22.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.22.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:



**– Demora na juntada de expediente:**

0006104-41.2012.4.05.8300  
0002133-14.2013.4.05.8300  
0003587-29.2013.4.05.8300  
0002155-77.2010.4.05.8300  
0005230-27.2010.4.05.8300  
0008747-50.2004.4.05.8300  
0004809-52.2001.4.05.8300  
0005107-92.2011.4.05.8300  
0004925-09.2011.4.05.8300  
0004905-33.2002.4.05.8300  
0003269-85.2009.4.05.8300  
0006625-20.2011.4.05.8300  
0006595-82.2011.4.05.8300  
0002157-62.2001.4.05.8300  
0005045-91.2007.4.05.8300

**– Demora na prolação de despacho:**

0005230-27.2010.4.05.8300

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0005230-27.2010.4.05.8300  
0000503-67.2011.4.05.8300  
0010189-75.2009.4.05.8300  
0019427-89.2007.4.05.8300  
0003881-81.2013.4.05.8300  
0015263-42.2011.4.05.8300  
0005247-97.2009.4.05.8300  
0005129-58.2008.4.05.8300

**– Julgamento de embargos de declaração:**

0005230-27.2010.4.05.8300  
0010348-76.2013.4.05.8300  
0010105-65.1995.4.05.8300

**– Paralisação irregular (cumprimento):**

0006086-54.2011.4.05.8300  
0010269-25.1998.4.05.8300  
0005247-97.2009.4.05.8300  
0004809-52.2001.4.05.8300  
0006215-93.2010.4.05.8300  
0019427-89.2007.4.05.8300  
0010987-94.2013.4.05.8300  
0005207-62.2002.4.05.8300  
0014255-35.2008.4.05.8300  
0006104-41.2012.4.05.8300  
0005109-91.2013.4.05.8300  
0002133-14.2013.4.05.8300  
0006606-43.2013.4.05.8300  
0006611-65.2013.4.05.8300  
0003587-29.2013.4.05.8300  
0004986-93.2013.4.05.8300

0009904-48.2010.4.05.8300  
0006596-96.2013.4.05.8300  
0006612-50.2013.4.05.8300  
0013498-70.2010.4.05.8300  
0013455-36.2010.4.05.8300  
0004197-02.2010.4.05.8300  
0002155-77.2010.4.05.8300  
0013477-94.2010.4.05.8300  
0004984-26.2013.4.05.8300  
0010717-75.2010.4.05.8300

**– Demora na cobrança de carta precatória:**

0014255-35.2008.4.05.8300  
0002157-62.2001.4.05.8300

**– Demora na publicação:**

0000503-67.2011.4.05.8300  
0010987-94.2013.4.05.8300  
0003881-81.2013.4.05.8300  
0015263-42.2011.4.05.8300  
0008121-16.2013.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0006625-20.2011.4.05.8300  
0002196-73.2012.4.05.8300

**– Demora na conclusão:**

0005115-79.2005.4.05.8300  
0005045-91.2007.4.05.8300  
0005129-58.2008.4.05.8300  
0004918-56.2007.4.05.8300  
0004867-21.2002.4.05.8300  
0002157-62.2001.4.05.8300  
0010105-65.1995.4.05.8300  
0002196-73.2012.4.05.8300  
0006595-82.2011.4.05.8300  
0010269-25.1998.4.05.8300  
0003549-32.2004.4.05.8300  
0003589-09.2007.4.05.8300  
0005988-06.2010.4.05.8300  
0004876-07.2007.4.05.8300  
0004905-33.2002.4.05.8300  
0004925-09.2011.4.05.8300  
0004809-52.2001.4.05.8300  
0003818-61.2010.4.05.8300  
0008121-16.2013.4.05.8300  
0006215-93.2010.4.05.8300  
003881-81.2013.54.05.8300  
0008747-50.2004.4.05.8300  
0010348-76.2013.4.05.8300  
0006104-41.2012.4.05.8300  
0005109-91.2013.4.05.8300

0005876-32.2013.4.05.8300  
0002133-14.2013.4.05.8300  
0006606-43.2013.4.05.8300  
0006611-65.2013.4.05.8300  
0003587-29.2013.4.05.8300  
0004986-93.2013.4.05.8300  
0009904-48.2010.4.05.8300  
0006596-96.2013.4.05.8300  
0006612-50.2013.4.05.8300  
0013498-70.2010.4.05.8300  
0013455-36.2010.4.05.8300  
0004197-02.2010.4.05.8300  
0002155-77.2010.4.05.8300  
0013477-94.2010.4.05.8300  
0004984-26.2013.4.05.8300  
0003813-25.1999.4.05.8300  
0005230-27.2010.4.05.8300  
0000503-67.2011.4.05.8300  
0005207-62.2002.4.05.8300  
0010189-75.2009.4.05.8300  
0015263-42.2011.4.05.8300  
0005107-92.2011.4.05.8300  
0005247-97.2009.4.05.8300  
0003269-85.2009.4.05.8300  
0006086-54.2011.4.05.8300  
0006565-57.2005.4.05.8300  
0006625-20.2011.4.05.8300

**– Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**  
0005129-58.2008.4.05.8300

**– Ausência de mudança de classe para cumprimento de sentença no sistema Tebas:**  
0019427-89.2007.4.05.8300

**– Ausência de mudança de classe para cumprimento de sentença no sistema Tebas:**  
0010717-75.2010.4.05.8300  
0006215-93.2010.4.05.8300  
0008121-16.2013.4.05.8300  
0002694-77.2009.4.05.8300

#### **7.22.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora na conclusão:**

0800109-43.2014.4.05.8300

0801423-24.2014.4.05.8300

**– Lapso entre conclusão e prolação da sentença:**

0801068-82.2012.4.05.8300

**– Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800886-96.2012.4.05.8300

0801068-82.2012.4.05.8300

0801104-27.2012.4.05.8300

0801196-68.2013.4.05.8300

**– Lapso temporal para cumprimento de despacho/decisão:**

0804156-94.2013.4.05.8300

**- Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**

0800109-43.2014.4.05.8300

0801196-68.2013.4.05.8300

#### **7.22.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Dentre as constatações feitas nos processos analisados, algumas recomendações pontuais são cabíveis:

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça.

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados, através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo considerar 90 dias da expedição

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Nas inspeções internas, muitos processos, ao invés de despachados, recebem, apenas, o *visto* e a determinação de que sejam, novamente, conclusos.

Recomendação: Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.

### **7.22.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram verificadas as seguintes práticas que merecem destaque na 22ª Vara:

A implantação da divisão de processos por dígito, sempre que possível, e em cada setor/assessoria da Vara. Tal sistemática busca trazer um maior senso de responsabilidade do servidor para com determinados processos, de modo a zelar por eles, e eventualmente ser cobrado acerca de situações vindouras. Afora isso, possibilita a não especialização por matérias ou por fases processuais, o que por muitas vezes, em caso de afastamentos ocasionais de determinados servidores – bastante especializados –, traz diversos problemas, tendo em vista que cada servidor (nessa lógica referida) se limite a fazer uma parte, sem a compreensão do todo no que tange aos processos afetos ao setor em que está alocado. Com a divisão por dígitos, a idéia é que todos os servidores tenham contato com toda a complexidade de feitos/fases processuais pertinentes ao seu setor/assessoria.

### **7.22.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

As exigências da Correição anterior foram acatadas pela Vara e as determinações foram comunicadas a todos os servidores. Dessa forma, foram traçadas algumas metas para reduzir o tempo de análise dos feitos. As determinações resumiam-se, em linhas gerais, aos atrasos no andamento dos processos e eventuais irregularidades.

A realização da última inspeção permitiu identificar os pontos que mereciam uma atenção mais urgente e estabelecer uma divisão de trabalho nos setores de forma a minimizar o tempo de análise de petições e cotas apresentadas pelos litigantes. Para tanto, uma das metas perseguidas é a movimentação permanente dos feitos em, no máximo, três meses. Todavia, nem sempre se atende em virtude da grande quantidade de processos em contrapartida a um número reduzido de servidores.

## **7.23. 23ª VARA FEDERAL - COMUM - GARANHUNS**

### **7.23.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 23ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Garanhuns foi instalada em 2005 pela Resolução TRF-5ª Região nº 994, de 09/11/2005 (DJU de 14/11/2005).

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 23ª Vara tem competência comum para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e execuções penais.

O horário de expediente da 23ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo.

#### **7.23.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além da Magistrada, a 23ª Vara conta com o seguinte corpo de pessoal: a) 12 servidores efetivos, sendo 04 analistas da área judiciária e 08 técnicos judiciários da área administrativa; b) 01 servidor requisitado; c) 04 estagiários.

##### **7.23.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal Polyana Falcão Brito exerce a titularidade da 23ª Vara Federal de Pernambuco desde 22/08/2011.

Nos últimos vinte e quatro meses a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos:

- Férias: 19/09/2012 a 25/09/2012; 01/10/2012 a 30/10/2012; 14/01/2013 a 30/01/2013; 14/03/2013 a 26/03/2013; 09/12/2013 a 19/12/2013; 07/01/2014 a 25/01/2014; 28/07/2014 a 05/08/2014.

- Convocações: Afastamento para compor o TRF no período de 23/04/2014 a 22/05/2014.

- Afastamento para participar de Encontro/Palestra: 22/11/2012; Afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família: 23/11/2012 a 30/11/2012; Afastamento para participar de encontro de entidade de classe: 05/02/2013; Afastamento para participar de Encontro/Palestra: 27/02/2013 a 01/03/2013; Afastamento para participar de Seminário/Congresso: 24/04/2013 a 26/04/2013; Afastamento para participar de reunião no TRF5ª Região: 13/05/2013 a 14/05/2013; Afastamento para participar de solenidade: 15/05/2013; Afastamento

para participar de reunião no TRF5ª Região: 16/05/2013; Afastamento para participar de Curso de Especialização: 12/08/2013 a 16/08/2013; Afastamento para participar de Encontro/Palestra: 20/11/2013; Afastamento para participar de Encontro/Palestra: 22/11/2013; Afastamento para participar de Curso de Especialização: 26/11/2013 a 29/11/2013; Afastamento para prestar auxílio no TRF: 10/02/2014 a 14/02/2014; Afastamento para prestar auxílio no TRF: 07/04/2014 a 11/04/2014; Afastamento para participar de reunião no TRF5ª Região: 14/04/2014 a 15/04/2014; Afastamento para participar de Curso de Especialização: 16/07/2014 a 17/07/2014. O período total de afastamento foi de 181 (cento e oitenta e um) dias.

A Magistrada reside na cidade de Garanhuns PE) e atualmente não exerce docência.

#### **7.23.1.1.2. Servidores**

No tocante ao corpo funcional, a vara conta atualmente com 01 (um) cargo efetivo vago de analista judiciário (área judiciária) e, além dos servidores efetivos, a Vara conta com 01 (uma) servidora requisitada, cujo órgão de origem é o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e que ocupa o cargo de Diretor de Secretaria.

Verifica-se também que do quadro de servidores da 23ª Vara, existem servidores que estão lotados na Direção do Foro da Subseção, compondo o Apoio Judiciário e Administrativo, que exercem atividades de auxílio tanto para a 23ª Vara como para a 32ª Vara.

Existem ainda 03 (três) servidores cedidos do número total de servidores do quadro da 23ª Vara.

Os Oficiais de Justiça encontram-se lotados na Direção do Foro da Subseção, onde estão vinculados a uma central de mandados.

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Bacharelado em Direito, inclusive os técnicos judiciários. A servidora requisitada também tem formação de nível superior, no curso de Direito.

Atualmente não existe função comissionada vaga na 23ª Vara.

#### **7.23.1.1.3. Estagiários**

A 23ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários, e conta efetivamente com este número, dos quais 03 (três) atuam na Secretaria, nos setores cível, fiscal e criminal, respectivamente, e 01 (um) no Gabinete.

### **7.23.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

A Vara conta com 13 (treze) servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, além do Diretor, há 09 (nove) servidores e no Gabinete há 03 (três) servidores.

A Secretaria da vara está subdividida nos seguintes subsetores:

- Diretoria da Vara:

- Setor Cível: composto por 03 (três) servidores, que operam os sistemas Tebas, PJe e expedientes diversos;

- Setor Criminal: composto por 03 (três) servidores, que cuidam das ações penais, execuções penais, audiências, sursis e transações penais;

- Setor Execução Fiscal: composto por 03 (três) servidores, que cuidam dos diversos serviços afetos a essa área;

#### **7.23.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

A 23ª Vara trabalha com prazos para movimentação dos processos, sejam estes físicos ou virtuais. O prazo máximo é de 05 (cinco) dias úteis para elaboração de minutas de despachos, decisões e expedientes, e o de 10 (dez) dias úteis para minutas de sentenças. No entanto, todos os processos da META 02 e 18 são movimentados de forma imediata (máximo: 24 horas). De igual forma, os processos com “RÉU PRESO” também são despachados imediatamente, assim como os processos com pedido de tutela antecipada, liminar e quebra de sigilo.

#### **7.23.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 03 (três) servidores trabalhando no Gabinete.

Quanto à forma de divisão de atividade, os feitos foram equitativamente distribuídos para os servidores de acordo com os dígitos dos processos.

**- Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

A divisão do trabalho no Gabinete é realizada da seguinte maneira: os processos são divididos entre três assessores pelos números dos dígitos. Todos trabalham com os diversos tipos de ações, tanto dos processos físicos (TEBAS), como dos processos eletrônicos (PJe). Os processos são despachados pela ordem da conclusão, da mais antiga para a mais recente, observando-se em todo caso os prazos estabelecidos pela Direção. Em se tratando de processos com pedido de tutela antecipada, liminares, e alguns processos criminais (como pedido de quebra de sigilo e processos com réu preso), estes são despachados imediata e prioritariamente aos demais.

**- Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades:**

Os processos conclusos para julgamento são sentenciados na ordem da conclusão, sempre da mais antiga para a mais recente, atentando-se ao prazo



máximo de 10 (dez) dias úteis contados da conclusão. O controle dos processos que estão conclusos para sentença é feito através do “Relatório de Processos Conclusos até Hoje” (TEBAS e PJe).

#### **7.23.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

A Juíza Titular geralmente participa das reuniões da Vara, especialmente no que diz respeito às orientações e diretrizes a serem seguidas nos processos.

#### **7.23.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados:**

A partir do início da gestão da atual magistrada da 23ª Vara (setembro/2011), foi implementado um conjunto de ações a fim de buscar uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente. Para alcançar tais objetivos, várias medidas foram adotadas, dentre as quais: mutirão no setor fiscal; organização do arquivo provisório do setor fiscal (processos suspensos e arquivados sem baixa); reunião de processos de execução fiscal, quando conveniente; fixação e controle de metas e prazos; disposição dos processos nas prateleiras com identificação da data do vencimento do prazo; orientação por meio de diversas reuniões; orientação para utilização, sempre que possível, de “despachos concentrados”, determinando-se num único despacho várias diligências e determinações, sucessivas e previsíveis; realização de 03 (três) leilões judiciais ao ano; criação da Central de Mandados (com distribuição dos expedientes por Rota); criação de um Cadastro de Entidades da Região que recebem apenados para prestação de serviços; elaboração de Carteiras de Comparecimento para os apenados que cumprem a suspensão condicional do processo; e etiquetas para acompanhamento do cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade.

#### **7.23.2.5. Metas de Produtividade**

Foram fixadas metas a serem cumpridas por cada setor da secretaria e pela assessoria. Dessa forma, as prateleiras foram organizadas com prazo para movimentação, de modo que todos os processos passaram a ser analisados e movimentados dentro do prazo estabelecido. A partir de abril de 2014, devido à expressiva diminuição do acervo, os prazos para movimentação dos processos foram reduzidos.

#### **7.23.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e às partes**

O atendimento ao público em geral (advogados, partes e procuradores) é realizado no balcão da Vara. Em regra, não existe espera para o atendimento. De toda sorte, o atendimento é feito por ordem de chegada e realizado pelo servidor do setor cujo processo se encontra. No entanto, quando necessário, não há óbice para realização do atendimento por outro servidor que trabalhe na secretaria da Vara.

### **7.23.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

No momento da elaboração deste relatório, a Vara contava com 2.286 (dois mil duzentos e oitenta e seis) processos (físicos e eletrônicos) em andamento.

Do acervo de processos tramitando na 23ª Vara, 187 (cento e oitenta e sete) processos se encontravam na fase de conhecimento (exceto penal); 104 (cento e quatro) processos na fase de execução (cumprimento de sentença); 1756 (mil setecentos e cinquenta e seis) processos de execução (exceto penal); 95 (noventa e cinco) ações penais e 58 (cinquenta e oito) processos de execuções penais.

A Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (divisão do número de processos em curso na Vara pelo número de servidores em atividade) é a seguinte:  $2.286(\text{quantidade de processos})/13(\text{quantidade de servidores em atividade}) = 175,84$ .

A média de processos por servidor da Vara é de quase 176 (cento e setenta e seis), entrando no cômputo todos os servidores independentemente de seu cargo.

Quando da elaboração do presente relatório, não havia pedidos urgentes pendentes de análise. Igualmente, não havia nenhum processo da vara com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN). A Secretaria tem feito um controle rígido dos processos com vistas às partes, que estão devolvendo os feitos dentro do prazo concedido.

Quando o Juiz Titular entrou em exercício na vara havia 2.812 (dois mil oitocentos e doze) processos, sendo que 196 (cento e noventa e seis) se encontravam na fase de conhecimento.

Segundo foi informado, nos últimos 24 meses não houve nenhum processo extraviado, não havendo nenhum processo restaurado atualmente na Vara.

Nos últimos 24 meses foram realizadas 316 (trezentas e dezesseis) audiências presididas pela Juíza Titular e pelo então Juiz Substituto, Dr. Temístocles Araújo Azevedo, que atuou na 23ª Vara até 12.06.14. Foram realizadas no período 02 (duas) inspeções judiciais, pelo MM. Juiz Substituto, nos processos 000398-62.2012.4.05.8305 e 000491-25.2012.4.05.8305.

### **7.23.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

De acordo com os relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, bem como com o Glossário e Esclarecimentos das Metas 2014 do CNJ, tem-se que o percentual de cumprimento da Meta 01 neste

Juízo, até 31/07/2014, foi da ordem de 128,43% (cento e vinte e oito vírgula quarenta e três por cento).

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

De acordo com os relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, conclui-se que, até 31/07/2014, houve a identificação de todas as ações incluídas na Meta 02. Quanto ao cumprimento da segunda parte da referida meta, tem-se o seguinte quadro:

DATA DE AJUIZAMENTO	PENDENTES DE JULGAMENTO	META	CUMPRIMENTO
até 31/12/2008	5	100%	99,61% da meta
em 2009	2	80%	99,09% da meta

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

De acordo com os relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, infere-se que, até 31/07/2014, houve a identificação de todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública incluídas na Meta 04. Quanto ao cumprimento da segunda parte da referida meta, tem-se o seguinte quadro:

- Ações de Improbidade Administrativa:

DATA DE AJUIZAMENTO	PENDENTES DE JULGAMENTO	META	CUMPRIMENTO
até 31/12/2011	2	100%	80% da meta
em 2012	0	50%	100% da meta

- Ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública:

DATA DE AJUIZAMENTO	PENDENTES DE JULGAMENTO	META	CUMPRIMENTO
até 31/12/2011	6	100%	91,18% da meta
em 2012	1	50%	100% da meta

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10%**

**quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal;** em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".

Em razão das limitações apresentadas pelos relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, bem como do grande número de dados requeridos para aferição do cumprimento da Meta 05 (Glossário e Esclarecimentos das Metas do CNJ), muitos deles inclusive necessitando de dados retroativos que não mais estão disponíveis no sistema informatizado, hoje não há ferramentas para identificar o atendimento da referida meta. Outrossim, os números da referida meta, segundo informado pela Vara, ainda serão consolidados pelo Núcleo de Apoio à Corregedoria – Nucleocor.

#### **7.23.3.1. Cumprimento de Resoluções do CNJ**

Foi informado pela unidade jurisdicional que é feita a atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/(Provimento CNJ nº 29/2013), desde 11/2012.

A Vara cumpre as exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, bem como informa, no sistema informatizado, o Relatório de Controle de Prisões.

Neste ano, até o presente momento, ocorreram interceptações telefônicas nos meses de maio (05 interceptações); junho (05 interceptações); julho (08 interceptações).

Existe apenas 01 (um) preso preventivo com prisão decretada há mais de 02 (dois) anos. Processo nº 000894-91.2012.4.05.8305 Fase: Aguardando Sessão do Júri agendada para o dia 12/11/14.

#### **7.23.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal são as 16ª (Caruaru), 23ª (Garanhuns) e 24ª (Caruaru) Varas.

As 16ª e 24ª Varas atuam com competência cível, incluindo execução fiscal, e criminal desde 2011.

A 23ª Vara (Garanhuns) possuía Juizado Adjunto até 13 de abril de 2012, data da instalação da 32ª Vara (também sediada em Garanhuns), especializada em JEF, conforme Ato nº 209 do TRF-5ª Região, de 22/03/2012.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números de processos distribuídos a todas as Varas com competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

VARAS	QUANTIDADE – DISTRIBUÍDOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16 <sup>a</sup>				2.360	1.153	1.045
23 <sup>a</sup>					2.057	843
24 <sup>a</sup>				2.402	1.164	1.107
<b>Total</b>				<b>4.762</b>	<b>4.374</b>	<b>2.995</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com o perfil de competência em destaque experimentou, durante o período, uma diminuição sensível: 2011, 4.762; 2012, 4.374; e 2013, 2.995.

A distribuição de processos entre a 16<sup>a</sup> Vara e a 24<sup>a</sup> Vara é bastante similar, com insignificante diferença. A 23<sup>a</sup> Vara teve uma distribuição bem maior que aquelas em 2012, o que se explica, em grande medida, pelo fato de ter tido Juizado Adjunto até abril de 2012, recebendo, portanto, distribuição de processos de JEF nesse período. Em 2013, quando já cessada a competência para julgamento de processos de competência do JEF, a distribuição da 23<sup>a</sup> Vara decresceu significativamente, ficando inferior à distribuição das 16<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> Varas.

**b) Dados de processos julgados:**

VARAS	QUANTIDADE – JULGADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16 <sup>a</sup>				1.967	638	738
23 <sup>a</sup>					1.450	835
24 <sup>a</sup>				1.844	769	727
<b>Total</b>				<b>3.811</b>	<b>2.857</b>	<b>2.300</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada, sem JEF Adjunto, tem decrescido.

No ano de 2012, a 23<sup>a</sup> Vara (Garanhuns) julgou quantidade bem maior de processos que as 16<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> Varas (Caruaru), o que se deve, em grande parte, à competência daquela para julgamento de processos de JEF até abril de 2012. Já no ano de 2013, o número de processos julgados pelas 3 (três) varas se aproximou bastante, com pequena diferença em favor da 23<sup>a</sup> Vara (Garanhuns).

**c) Dados de processos arquivados:**

VARAS	QUANTIDADE – ARQUIVADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013

16 <sup>a</sup>				2.824	1.240	1.178
23 <sup>a</sup>					2.542	1.537
24 <sup>a</sup>				2.575	1.376	1.311
<b>Total</b>				<b>5.399</b>	<b>5.158</b>	<b>4.026</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum sem JEF Adjunto tem diminuído.

No entanto, um dado bastante positivo é de que as 3 (três) Varas cotejadas arquivaram mais processos do que o número de casos novos, no mesmo período. Contudo, a proporção distribuídos/arquivados é mais favorável à 23<sup>a</sup> Vara (Garanhuns), assinaladamente em 2013, quando lhe foram distribuídos 843 processos e arquivados 1.537.

**d) Dados de processos em tramitação:**

VARAS	QUANTIDADE - EM TRAMITAÇÃO					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16 <sup>a</sup>				2.352	2.572	2.604
23 <sup>a</sup>					2.741	2.286
24 <sup>a</sup>				2.732	2.675	2.744
<b>Total</b>				<b>5.084</b>	<b>7.988</b>	<b>7.634</b>

Conforme os dados acima, as 16<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> Varas experimentaram, nos últimos três anos, um discreto aumento do número total de processos em tramitação, ao passo que a 23<sup>a</sup> Vara sofreu uma redução em 2013.

Todavia, tais dados, que constam da página eletrônica da Corregedoria, não computam os processos suspensos/sobrestados.

Verificados os dados conforme a planilha da Corregedoria que contém a Tramitação Ajustada de Processos, tem-se que a tramitação efetiva ("ajustada") na 16<sup>a</sup> Vara, em 2013, correspondeu a 1.535 (= 2.604 – 1.069), enquanto na 24<sup>a</sup> Vara foi igual a 1.892 (= 2.744 – 852), e na 23<sup>a</sup> Vara equivaleu a 812 (= 2.286 – 1.474) processos.

Portanto, a 23<sup>a</sup> Vara ostenta quantidade de processos ativos ("tramitação ajustada") bem inferior à das demais varas cotejadas.

Esse número elevado de processos suspensos/sobrestados decorre do alto número de processos arquivados sem baixa na distribuição, uma vez que a grande maioria dos processos em tais varas é de execução fiscal.

#### 7.23.4.1. Indicadores de eficiência da Vara

Um dos fatores utilizados pela Corregedoria para a medição do grau de eficiência das Varas Federais é a análise do número de processos distribuídos no ano anterior em relação ao número de processos em tramitação, excluindo-se desta contagem os processos que estão sobrestados, suspensos e arquivados.

Os números disponibilizados à Corregedoria apontam para a seguinte situação em dezembro de 2013 (total de processos ajustado):

QUANTIDADE – TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2013		Distribuídos - 2013
16ª Vara	1.535	1.045
23ª Vara	812	843
24ª Vara	1.892	1.107

Com base nesses números e considerando a metodologia descrita na introdução do presente relatório, tem-se que a 23ª Vara Federal possuía em dezembro de 2013 um acervo de 812 processos em tramitação ajustada, inferior ao total de processos distribuídos no ano (843), enquadrando-se no **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

Ademais, na análise comparativa, a 23ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional e conseqüente melhor desempenho quanto aos indicadores referentes a processos julgados, arquivados e em tramitação.

#### 7.23.5. Constatações nos processos selecionados para correição

##### 7.23.5.1. Processos físicos

Foram selecionados para correição 60 (setenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, merecem destaque as seguintes ocorrências:

**– Demora na prolação de despacho:**

0000948-91.2011.4.05.8305  
0000971-37.2011.4.05.8305  
0001027-86.2009.4.05.8305

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0001123-56.2009.4.05.8305

**– Paralisação irregular (cumprimento):**

0000971-37.2011.4.05.8305  
0000437-06.2005.4.05.8305  
0000230-26.2013.4.05.8305  
0001027-86.2009.4.05.8305

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0001032-63.2009.4.05.8305  
0000617-12.2011.4.05.8305  
0000801-94.2013.4.05.8305  
0000265-25.2009.4.05.8305  
0000971-37.2011.4.05.8305  
0000709-19.2013.4.05.8305  
0000264-98.2013.4.05.8305  
0001419-78.2009.4.05.8305

**– Demora na conclusão:**

0000254-93.2009.4.05.8305  
0001071-60.2009.4.05.8305  
0000566-35.2010.4.05.8305  
0000437-06.2005.4.05.8305  
0000090-65.2008.4.05.8305  
0000230-26.2013.4.05.8305  
0012841-41.2004.4.05.8300  
0001371-22.2009.4.05.8305  
0001123-56.2009.4.05.8305

**– Ausência de ordem cronológica dos atos processuais:**

0000122-60.2014.4.05.8305

**– Termo de retificação de autuação inserido dentre as peças do processo (em vez de constar da fl. 02 dos autos):**

0000948-91.2011.4.05.8305  
0000265-25.2009.4.05.8305  
0000971-37.2011.4.05.8305  
0000264-98.2013.4.05.8305

#### **7.23.5.2. Processos eletrônicos (Sistema PJe)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora na conclusão:**

0800005-36.2014.4.05.8305

**– Lapso temporal sem movimentação do processo na Secretaria:**



### **7.23.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Demora na prolação de despacho superior a 15 dias; demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:

Recomendação: Controle de prazos mediante emissão periódica de relatórios do sistema informatizado. Procurar cumprir os prazos fixados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:

Recomendação: Recrudescer a fiscalização sobre a observância dos prazos pelos servidores responsáveis pelo cumprimento das decisões judiciais.

- Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes nos processos criminais e improbidade mais volumosos:

Recomendação: Inserir índice na contracapa dos processos criminais e improbidade mais volumosos em ordem a facilitar a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, ademais de auxiliar a secretaria no manuseio do processo.

- Demora na conclusão superior a 5 dias:

Recomendação: Assim como em relação aos atos cartorários em geral, a conclusão para despacho, decisão ou sentença deve ser feita na mesma data, preferencialmente pelo servidor que praticou o ato anterior.

- Juntada integral, nos autos, de cartas precatórias, em vez de juntar apenas os atos praticados pelo juízo deprecado:

Recomendação: A juntada aos autos da integralidade da carta precatória, para além de desnecessária, torna o processo mais volumoso, dificultando seu manuseio e a compreensão do *iter* processual percorrido, pelo que deve ser evitada.

### **7.23.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram registradas algumas boas condutas que merecem destaque, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:

- Fixação e controle de metas e prazos;

- Utilização, sempre que possível, de “despachos concentrados”;

- Realização de 03 (três) leilões judiciais ao ano;
- Criação de um Cadastro de Entidades da Região que recebem apenados para prestação de serviços;
- Etiquetas para acompanhamento do cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade;
- Tabelas de acompanhamento do comparecimento mensal em juízo;
- Tabela de acompanhamento de controle de réu preso;
- Cobrança regular dos processos que estão fora da Vara com prazo vencido;
- Cobrança regular junto aos oficiais de justiça dos expedientes com prazo vencido;

#### **7.23.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Todas as recomendações registradas na correição anterior foram satisfeitas, visto que nas inspeções ordinárias anuais todos os processos desta vara são avaliados.

Em abril de 2014 foram fixadas novas metas a serem observadas após a realização da Inspeção Ordinária realizada em maio deste ano. As metas fixadas foram as descritas anteriormente (item 7.23.2.5) e vêm sendo cumpridas por todos os servidores regularmente.

## **7.24. 24ª VARA FEDERAL - COMUM - CARUARU**

### **7.24.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 24ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003, e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 31, de 06/07/2005.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum que funciona na Rua Professor Lourival Vilanova, 196 – Bairro Universitário – Caruaru (PE), onde funciona a Subseção Judiciária de Caruaru. Possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 24ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis e criminais de competência da Justiça Federal, excluídas a execução fiscal e os processos de competência do juizado especial.

#### **7.24.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.24.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal TIAGO ANTUNES DE AGUIAR ingressou na magistratura federal em 26/03/2003 e exerce a titularidade da 24ª Vara desde 1º/03/2011, nela permanecendo até o momento atual. É Diretor da Subseção Judiciária de Caruaru/PE desde 19/06/2013.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado em razão dos seguintes motivos: Férias de 30/08/2012 a 28/09/2012; 05/11/2012 a 04/12/2012; 14/02/2013 a 15/03/2013; 02/09/2013 a 01/10/2013; 05/05/2013 a 03/06/2013. Afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento: 22 a 24/10/2012.

Também nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado atuou em substituição nas seguintes unidades jurisdicionais: 16ª Vara Federal/PE – 16/01/2014 a 14/02/2014; 18ª Vara Federal/PE – 20/11/2013 a 19/12/2013; 28ª Vara Federal/PE – 01/07/2014 a 30/07/2014; e 31ª Vara Federal/PE – 30/04/2013 a 29/05/2013.

O Magistrado reside na região metropolitana em que se localiza da Vara e não exerce a docência.

A 24ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

##### **7.24.1.1.2. Servidores**

A 24ª Vara de Pernambuco conta com todos os cargos efetivos, em número de 17 (dezessete), preenchidos e não há servidores cedidos para outros órgãos.

O quadro atual de servidores da Vara é o seguinte:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução*	Área de formação
Adriana Carla Monteiro Beraldo	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Não	Superior Completo	Ciências Sociais
Dayse Darlay Bezerra Veloso	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim	Pós Graduada	Direito
Diego Idelgardo Arraes Barbosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior Completo	Administração
Havana Fernandes de Brito	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim	Pós Graduada	Direito
Maria Alice de Freitas Coutinho Correa de Oliveira	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Não	Pós Graduada	Publicidade
Maria Cecília Soares Tertuliano	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim	Pós Graduada	Direito
Maria Risalva Barbosa de Andrade	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim	Pós Graduada	Direito
Michael Marçal Sampaio	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim	Pós Graduado	Direito
Moacir Neves Marinho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior Completo	Administração
Natália Domelas Câmara Sobral	Analista Judiciária – Área Judiciária	Não	Pós Graduada	Direito
Nielza Ávila Prado Garrett	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim	Superior Incompleto	Administração
Patrícia Lubambo Cantarelli Guerra	Técnica Judiciária – Área Administrativa	Sim	Pós Graduada	Odontologia
Patrick Aureo Emmanuel da Silva Nilo	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	Não	Superior Completo	Direito
Rafael Tavares da Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim	Superior Completo	Direito
Raimundo Pereira da Silva	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	Não	Superior Completo	Direito
Roberto Augusto da Silva Marinho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior Completo	Administração
Rodrigo Ferreira Fogaça	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim	Superior Completo	Pedagogia

Além dos servidores efetivos, a Vara conta com 02 (dois) servidores requisitados, ocupando um deles o cargo de Diretor de Secretaria.

#### 7.24.1.1.3. Estagiários

Estão previstas 03 (três) vagas de estágio para a Vara e todas estão providas.

Os estagiários atuam na Secretaria e no Gabinete (especificar): os estagiários atuam na secretaria (01) e no gabinete (02), em sistema de rodízio. As atividades comuns de estágio são minutar decisões judiciais e prestar assistência ao magistrado nas audiências. O estagiário da secretaria, em até dois dias por semana, auxilia também nas atividades de secretaria (juntadas, minutas de expedientes, publicações, cargas etc), quando existe essa demanda.

## **7.24.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da Vara é das 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Os servidores da Vara estão distribuídos da seguinte forma: Na Assessoria, 134 servidores; na Secretaria: sendo 03 no SETOR CÍVEL, 02 no SETOR CRIMINAL e 07 no SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL.

### **7.24.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

A secretaria é subdividida em razão da natureza das ações, em três setores: cível, criminal e execução fiscal.

Nos setores, procura-se que todos os servidores tenham conhecimento do iter procedimental e funcionem em todas as fases do processo, sendo estimulados a minutarem despachos/decisões e sentenças, bem como são responsáveis pelos atos de cumprimento das respectivas ordens judiciais. Para fins de coordenação dos trabalhos, todos têm tarefas denominadas primárias e secundárias, recíprocas e complementares, que garantem o reforço do espírito de equipe, a continuidade dos trabalhos e estimulam o conhecimento amplo das atividades, sendo constantemente convidados a agirem com senso crítico e criatividade.

É estimulada a atuação sinérgica da equipe e de cooperação mútua, servindo a divisão administrativa, sobremaneira, para balizamento e visualização dos processos face ao rito processual específico.

Os processos são localizados em estantes específicas de cada setor, de acordo com sua natureza e fase processual. Os feitos prioritários são identificados por intermédio de etiquetas, além de possuírem local próprio nas estantes, conforme sua prioridade.

Em virtude do reduzido número de processos conclusos para julgamento, o controle é visual, estando os processos ordenados em uma estante, organizada e verificada diariamente, sendo sinalizadas eventuais prioridades e julgando tais feitos com destaque.

O controle do acervo de processos é feito mediante a extração de relatórios de processos distribuídos, de remessa externa, processos sem movimentação e de processos com prazos vencidos dos sistemas TEBAS/PJE. Há monitoramento semanal do número de processos ativos, em tramitação e com carga e, mensalmente, são verificados os feitos paralisados.

### **7.24.2.2. Organização dos Gabinetes**

Na assessoria não há atuação especializada de servidor por matéria ou por dígito. Trabalha-se diariamente na busca por não deixar processo pendente de

decisão/sentença. Não há, portanto, divisão por atividade, tipo de decisão, dígito ou matéria. Todos os assessores são aptos e estimulados a trabalharem em qualquer matéria ou fase processual. Todavia, o assessor que já tenha funcionado no processo, preferencialmente, continua trabalhando no mesmo.

#### **7.24.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

Há participação do magistrado em reuniões ordinárias (estabelecimento e controle de metas, alteração de procedimentos e inspeções), bem como extraordinárias, de acordo com a demanda. O magistrado reúne-se, informal e frequentemente, com os servidores do gabinete e da secretaria, onde procura instruir os mesmos e assina as minutas de decisões/expedientes nos respectivos ambientes onde foram geradas, tendo contato diário com toda a equipe, estimulando a comunicação matricial e o desenvolvimento pessoal.

#### **7.24.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Anualmente, é feito um planejamento das atividades da vara, partindo dos resultados do ano anterior e de um esboço de metas idealizado pelo magistrado e pela direção de secretaria, convidados os servidores a participarem do processo.

O planejamento de curto prazo e operacional é feito pela direção de secretaria com o auxílio dos supervisores setoriais.

Desde janeiro de 2012, vêm sendo trabalhadas metas de redução do acervo total de processos, de processos ativos e da taxa de congestionamento, renováveis anualmente.

Outrossim, existem metas temporais para prática de atos judiciais decisórios e de cumprimento derivados daqueles (monitoradas uma ou mais vezes todos os meses). Recentemente, foram estabelecidos novos prazos para tais atos, vinculados a uma meta maior, denominada meta 0 (zero), para todos os setores (tais prazos são: na assessoria – 7 dias para minutar sentenças e 3 dias para minutar decisões; na secretaria, prazo comum de 2 dias para a prática de qualquer ato).

#### **7.24.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Em geral, o atendimento ocorre, pessoal e prontamente, no balcão da Secretaria da Vara, sendo que alguns atendimentos são feitos por telefone ou por *e-mail*. É assegurado o amplo acesso aos assessores e ao magistrado, mediante solicitação verbal.

#### **7.24.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

A divisão entre o número de processos e o de servidores corresponde a 101,41, sem computar o número de oficiais de justiça.

### **7.24.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Segundo informação da vara, foram distribuídos 112 e foram julgados 148.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

A meta foi atingida, não existindo processos pendentes ajuizados desde 2008 ou 2009.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Restam 9 processos (8 criminais e 1 ACP Improbidade Administrativa) ajuizados até 31/12/2011 e 2 processos (ACP Improbidade Administrativa) ajuizados em 2012, em tramitação, sem sentença.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Quanto à Meta 5, foi salientado que está havendo o monitoramento quanto ao cumprimento.

### **7.24.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal são as 16ª (Caruaru), 23ª (Garanhuns) e 24ª (Caruaru).

As 16ª e 24ª Varas atuam com competência cível, incluindo execução fiscal, e criminal desde 2011.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum cível, incluindo execução fiscal, e criminal, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

VARAS	QUANTIDADE – DISTRIBUÍDOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Comum						
16ª				2.360	1.153	1.045
23ª					2.057	843
24ª				2.402	1.164	1.107
Total				4.762	4.374	2.995

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com o perfil de competência em destaque experimentou, durante o período, uma diminuição sensível: 2011, 4.762; 2012, 4.374; e 2013, 2.995.

A distribuição de processos entre a 16ª e a 24ª Vara é bastante similar, com insignificante diferença. Ambas vêm tendo a demanda diminuída.

**b) Dados de processos julgados:**

VARAS	QUANTIDADE – JULGADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Comum						
16ª				1.967	638	738
23ª					1.450	835
24ª				1.844	769	727
Total				3.811	2.857	2.300

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada tem decrescido.

Também é bastante aproximado o número de processos julgados pela 16ª e pela 24ª Vara, com insignificante diferença.

**c) Dados de processos arquivados:**

VARAS	QUANTIDADE – ARQUIVADOS					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Comum						
16ª				2.824	1.240	1.178
23ª					2.542	1.537
24ª				2.575	1.376	1.311
Total				5.399	5.158	4.026

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum tem diminuído.



No entanto, um dado bastante positivo é de que ambas tanto a 16ª quanto a 24ª Vara, no mesmo período, arquivaram mais processos do que o número de casos novos. Em média, o número a maior de processos arquivados em relação ao de distribuídos tem sido superior, em cada um dos últimos três anos, tem sido de 100 processos.

**d) Dados de processos em tramitação:**

VARAS	QUANTIDADE - EM TRAMITAÇÃO					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
16ª				2.352	2.572	2.604
23ª					2.741	2.286
24ª				2.732	2.675	2.744
<b>Total</b>				<b>5.084</b>	<b>7.988</b>	<b>7.634</b>

De toda sorte, conforme os dados acima, contrariando a lógica dos números, as duas Varas em exame teriam experimentado, nos últimos três anos, um discreto aumento do número de processos em tramitação.

Isso ocorre, porém, apenas aparentemente. É que os dados acima, que constam da página eletrônica da corregedoria, não computam os processos suspensos/sobrestados.

Verificados os dados e considerando a Tramitação Ajustada de Processos, tem-se que a tramitação efetiva na 16ª Vara, em 2013, correspondeu a  $(2.604 - 1.069 = 1.535)$ , enquanto na 24ª foi igual a  $(2.744 - 852 = 1.892)$ .

Esse número elevado de processos suspensos/sobrestados decorre do alto número de processos arquivados sem baixa na distribuição, uma vez que mais de 90% dos processos são relativos à execução fiscal.

**7.24.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

O trabalho da Secretária da Vara é bem organizado. O ambiente de trabalho é *clean*, transmitindo a sensação de modernidade e eficiência. O ritmo de trabalho é muito bom, não sendo identificada demora na prática dos atos processuais.

O prédio é excelente, novo e moderno, tendo sido construído com a finalidade de atender o serviço jurisdicional. O único problema é que o estacionamento é muito pequeno, não sendo suficiente, sequer, para acomodar os veículos de todos os servidores. Há reclamações de todos, especialmente de advogados.

Há terreno próximo, que poderia ser adquirido, a fim de sanar esse problema que inquieta. Essa é uma medida que deveria ser tomado com certa urgência, até porque, após a construção do prédio da justiça federal, vários outros órgãos do sistema de justiça se deslocaram para a área, o que valorizou sobremaneira os terrenos nas proximidades.

Como se vê dos registros feitos nos processos inspecionados, apenas em um único processo foi identificado excesso de prazo, isso mesmo em relação à

prolação da sentença de processo criminal, contendo 14 réus. Como se sabe, em casos assim, a elaboração da sentença exige o consumo de meses, sendo impossível a prolação em 10 dias, ou mesmo nos 30 dias tomados como parâmetro médio para fins de correição.

Praticamente todos estavam em ordem, ou seja, não merecendo nenhum registro. As anotações realizadas são de somenos importância e não comprometem, minimamente, a excelência do serviço prestado.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara tem desempenho similar ao da que lhe serve de paradigma, e apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional.

Note-se a peculiaridade de que a competência da vara é comum, tendo processos cíveis e criminais, além de conter os processos referentes à execução fiscal. Assim, para todos os efeitos, os parâmetros adotados ficam entre aqueles previstos para as varas cíveis e os fixados para as varas de execução fiscal.

Aliás, como por volta de 90% dos processos são relativos à execução fiscal, os critérios para fins de definição da eficiência da vara se aproxima mais dos que são estabelecidos para aquele perfil de jurisdição.

Como se observa, os dados estatísticos revelam o grau de eficiência da 24ª Vara Federal, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal e se enquadra no **conceito “A”**, merecendo elogio pelo excelente trabalho prestado, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar, ainda mais, a prestação da atividade jurisdicional.

#### **7.24.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.24.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 55 (cinquenta e cinco) processos físicos para correição, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pelo Juiz Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

**– Demora na publicação:**

0000466-84.2013.4.05.8302

0001697-59.2007.4.05.8302

0002156-85.2012.4.05.8302  
0001406-49.2013.4.05.8302

**- Paralisação irregular do processo**

0001158-30.2006.4.05.8302 - superior a 15 dias.

#### **7.24.5.2. Processos eletrônicos – Sistema PJe**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos eletrônicos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foi feita a seguinte constatação.

**- Demora na conclusão:**

0800146-98.2013.4.05.8302  
0800196-27.2013.4.05.8302  
0800199-79.2013.4.05.8302

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800147-83.2013.4.05.8302  
0800148-68.2013.4.05.8302

#### **7.24.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Desconhecimento do Plano de Gestão e do Manual Prático das Varas Criminais, elaborados pelo CNJ.

Recomendação: Difundir entre os servidores tanto o Plano de Gestão quanto o Manual Prático das Varas Criminais.

- As denúncias, que são petições iniciais, são recebidas no protocolo como petições e formam autos que não são processo nem inquérito. Só após o despacho do juiz, admitindo a ação penal, é determinada à distribuição a mudança para a classe 240.

Recomendação: A denúncia deve ser, desde logo, submetida à distribuição, a fim de dar início à formação do processo.

- O número atribuído ao processo é o mesmo do inquérito policial, sendo providenciada, apenas, após o recebimento da ação penal, a mudança de classe. Acontece que os inquéritos policiais, salvo raríssimos casos, sempre são distribuídos em um determinado ano, sendo encerrados com o consequente ajuizamento da ação penal em outro ano ou após vários anos, de modo que, caso conservada a numeração, não se sabe, senão com o exame das peças do processo, em que ano foi efetivamente iniciado o processo.

Assim, há casos em que no número do processo segue a sequência referente ao ano de 2012, quando, porém, a ação penal só foi ajuizada em 2014.

Recomendação: Se a numeração do inquérito policial for referente a ano anterior ao ajuizamento da ação, deve ser determinada a distribuição com outro número, relacionado ao ano respectivo.

#### **7.24.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas verificadas na 24ª Vara, merecem destaque as seguintes:

- a) Banco de dados para consulta de endereços negativos diligenciados por oficiais de justiça;
- b) Publicação diária;
- c) Estabelecimento de metas construídas em conjunto pela equipe;
- d) Monitoramento regular de mandados em poder dos oficiais de justiça, processos paralisados e com carga externa.

Foi feita a sugestão da Vara para que fosse expedida orientação/determinação pela Corregedoria, para que as cartas precatórias oriundas do Judiciário Federal sejam cumpridas pelos juízos federais, no âmbito das jurisdições das Seções/Subseções Judiciárias, impedindo, como regra, a atribuição de caráter itinerante às mesmas, com o objetivo de assegurar eficácia e reduzir o tempo de tramitação dos processos, meta perseguida ano a ano pelo Judiciário.

#### **7.24.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correição não foram feitas recomendações específicas para a 24ª Vara Federal de Pernambuco.

## **7.25. 25ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - GOIANA**

### **7.25.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 25ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e implantada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 17, de 28/04/2010.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum que funciona na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25 – Centro – Goiana (PE), onde funciona a Subseção Judiciária de Goiana. Possui instalações razoáveis para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 25ª Vara tem competência para processar e julgar as causas cíveis e criminais de competência da Justiça Federal, inclusive os feitos de competência do juizado especial.

#### **7.25.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.25.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal FLÁVIA TAVARES DANTAS ingressou na magistratura federal em 19/05/2010 e exerce a titularidade da 25ª Vara desde 31/03/2014, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses a magistrada esteve afastada em razão dos seguintes motivos: Férias: 2012.2 - 17/09 a 16/10/2012; 2011.1 - 21/01 a 07/02/2013 e 06/09 a 17/09/2013; 2011.2 - 07/08 a 05/09/2013; 2013.1 - 22/04 a 21/05/2014; 2014.1 - 07/01 e 09/01 a 06/02/2014. Licença de repouso à gestante: 08/02 a 06/08/2013.

A Magistrada reside na região metropolitana em que se localiza da Vara e não exerce a docência. Formulou requerimento ao TRF 5ª Região, pleiteando autorização para residir na cidade de Recife, distante aproximadamente 60 Km da sede da 25ª Vara, com fundamento em precedentes desse Tribunal em situações análogas. O processo foi autuado sob o nº 02196/2014 e encontra-se pendente de apreciação.

A 25ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

##### **7.25.1.1.2. Servidores**

A 25ª Vara de Pernambuco conta 18 (dezoito) cargos efetivos e não há servidores cedidos para outros órgãos.

O quadro atual de servidores efetivos em exercício na Vara é o seguinte:

<b>Nome</b>	<b>Cargo efetivo</b>	<b>FC ou CJ</b>	<b>Grau de Instrução</b>	<b>Área de formação</b>
Andréa Rangel de Siqueira Britto Lundgren, mat. 3079	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC - 05	Superior completo + Especialização	Direito / Administração
Anne Mariá da Costa Ribeiro, mat. 3381	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 05	Superior completo + Especialização	Fisioterapia
Caroline Michaello Macedo Fialho Cantarelli, mat. 3140	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 05	Superior Completo + Especialização	Direito
Flávio José da Silva de Oliveira, mat. 3137	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	---	Superior completo + Especialização	Direito / Engenharia Mecânica
Flávio Roberto Maciel de Queiroz, mat. 3169	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito
Gilvandra Karoline Brandão Galvão de Araújo, mat. 3143	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito
Iracema Buonafina Alves de Lima, mat. 3285	Analista Judiciário – Área Judiciária (Execução de Mandados)	----	Superior completo + Especialização	Direito
Isaac de Sousa Oliveira, mat. 1842	Analista Judiciário – Área Judiciária (Execução de Mandados)	----	Superior completo + Especialização	Direito
João Bosco Teixeira Rodrigues, mat. 3287	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 02	Ensino Médio Técnico (Eletrotécnica)	***
João Francisco de Araújo Neto, mat. 2999	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 05	Superior completo	Informática
José Newton Carneiro da Costa, mat. 2210	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	---	Superior completo + Especialização	Direito / Engenharia Mecânica
Leonardo Carneiro de Andrade, mat. 2997	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 04	Superior completo + Especialização	Administração
Luciete Santos da Silva, mat. 2983	Técnico Judiciário – Área Administrativa	---	Ensino Médio completo	***
Manuela Matos de Castro Cerqueira, mat. 3167	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito
Mariana Camelo de Andrade Trajano Mendes, mat. 3362	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 04	Superior completo	Odontologia
Raquel da Costa Monteiro, mat. 2863	Técnico Judiciário – Área Administrativa	---	Superior completo	Informática
Raquel Machado de Medeiros, mat. 3064	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 05	Superior completo + Especialização	Direito
Tiago Bezerra Lima, mat. 3072	Técnico Judiciário – Área Administrativa	---	Superior incompleto	Engenharia Química

Além dos servidores efetivos, a Vara conta com 02 (dois) servidores requisitados, sendo um do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e outro da Prefeitura Municipal de Goiana (PE).

#### **7.25.1.1.3. Estagiários**

Existem as 04 (quatro) vagas de estágio previstas para a Vara, mas apenas 03 (três) estão providas.

No desempenho das atividades de estágio, todos os estagiários atuam na Secretaria.

#### **7.25.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da Vara é das 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Os servidores da Vara estão distribuídos da seguinte forma: (1) na Assessoria, 5 servidores; (2) na Secretaria, no SETOR CÍVEL, 03 servidores, no SETOR CRIMINAL, 01 servidor, no SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL, 2 servidores; e no JUIZADO ESPECIAL, 06 servidores.

Os demais servidores da secretaria atuam no setor de apoio administrativo e distribuição.

##### **7.25.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

A secretaria é subdividida em razão da natureza das ações, em quatro setores: cível, criminal, execução fiscal e juizado especial

A organização é feita mediante a colocação de etiqueta na capa dos processos e a separação em prateleiras específicas da estante.

O controle em relação aos processos conclusos é feito de acordo com os seguintes critérios: réus presos, medidas urgentes, metas do CNJ e data de conclusão.

Não há fixação de metas, contudo, a orientação é no sentido de que todos os esforços sejam empreendidos para que o número de processos baixados seja superior ao de processos distribuídos, a fim de diminuir o acervo e atender ao jurisdicionado com maior celeridade e eficiência.

##### **7.25.2.2. Organização dos Gabinetes**

Não há Juiz Substituto em exercício na serventia. Dessa forma, todos os assessores exercem suas atividades junto ao gabinete do Juiz Titular.

Os processos são divididos de forma equitativa entre os assessores, de acordo com a ordem de chegada no gabinete. Todos os assessores trabalham com todas as matérias, bem como com todos os sistemas (Creta, PJe e Tebas). Há uma assessora responsável pelo acompanhamento de processos incluídos nas metas do CNJ.

#### **7.25.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

Periodicamente, são realizadas reuniões para otimização do trabalho e atualização dos procedimentos adotados na serventia, visando atender ao jurisdicionado com maior celeridade e eficiência. Durante as reuniões, os servidores expõem eventuais dificuldades, idéias, sugestões.

#### **7.25.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

O planejamento das atividades da serventia é realizado de acordo com dados estatísticos obtidos nos sistemas Creta, PJe e Tebas, como também é fruto do resultado das reuniões periódicas.

#### **7.25.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes.**

Na Secretaria, os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos por ordem de chegada.

Havendo necessidade de atendimento pelo magistrado o encaminhamento é realizado pela assessoria. De toda forma, inicialmente, os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos por um servidor da secretaria que, após tomar conhecimento da demanda, localizam o processo e direcionam o atendimento ao gabinete.

#### **7.25.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo.**

Levando em consideração o acervo de processos em tramitação e o número de servidores em atuação na Vara, a relação de processos/servidor para a 25ª Vara é de 109,88 processos.

### **7.25.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Essa meta não foi cumprida pela Vara. No período em análise, foram distribuídos 2.128 processos e foram julgados 1.853 processos.



**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Segundo informação da Vara, há 03 processos pendentes de julgamento, ajuizados no ano de 2008. Há também um processo suspenso com base no art. 366, do Código de Processo Penal. Quanto ao ano de 2009, há dois processos pendentes de julgamento.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Da meta 4, ainda restam 3 (três) processos pendentes de julgamento, sendo que um deles está com audiência de instrução e julgamento designada.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Quanto à Meta 5, foi salientado que está havendo o monitoramento quanto ao seu cumprimento.

#### **7.25.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem, além da 25ª, competência comum com juizado especial são as 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 26ª, 27ª, 28ª, 34ª e 35ª.

Foram instaladas, juntamente com a 25ª, as 26ª (Palmares), 27ª (Ouricuri) e 28ª (Arcoverde) Varas, de modo que o exame dos indicadores dessas unidades jurisdicionais deve se conter, apenas, aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

<b>COMUM + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª Vara	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª Vara	5.656	4.141	4.062			
17ª Vara	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18ª Vara	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª Vara	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª Vara	9.033	6.462	5.445	5.006		
24ª Vara	5.635	4.171	4.050			
25ª Vara				3.299	2.409	2.200
26ª Vara				3.512	2.577	2.872
27ª Vara				2.085	2.642	2.918
28ª Vara				2.686	1.878	2.477
34ª Vara						191
35ª Vara						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, na 25ª Vara, ano a ano, vem ocorrendo uma diminuição da demanda.

**b) Dados de processos julgados:**

<b>COMUM + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª Vara	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16ª Vara	6.470	4.634	4.726			
17ª Vara	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18ª Vara	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20ª Vara	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23ª Vara	7.796	5.027	7.732	4.560		
24ª Vara	6.818	4.715	4.730			
25ª Vara				2.897	2.078	1.785
26ª Vara				2.608	2.467	2.356
27ª Vara				1.711	2.699	2.931
28ª Vara				1.606	2.322	2.505
34ª Vara						87
35ª Vara						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

A 25ª Vara, entretanto, ano a ano, vem julgando menos processos. Entre os anos de 2011 e 2013 a diferença para menos, quanto aos julgados, foi mais de 1.000 processos.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>COMUM + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª Vara	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª Vara	7.864	5.326	4.989			
17ª Vara	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª Vara	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª Vara	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª Vara	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª Vara	7.672	6.326	4.932			
25ª Vara				2.693	2.260	1.895
26ª Vara				2.864	2.612	2.412
27ª Vara				1.722	2.579	3.018
28ª Vara				1.216	2.383	2.569
34ª Vara						41
35ª Vara						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Acontece que a 25ª Vara vem, cada vez mais, arquivando menos processos. Se em 2011 arquivou 2.693, em 2012 foram 2.260, enquanto em 2013 apenas 1.895.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>COMUM + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª Vara	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª Vara	5.548	4.384	3.368			
17ª Vara	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª Vara	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª Vara	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª Vara	8.718	9.120	4.456	4.161		

24ª Vara	6.002	4.395	3.506			
25ª Vara				1.235	1.486	1.978
26ª Vara				1.682	1.650	2.015
27ª Vara				2.495	2.325	2.231
28ª Vara				2.812	2.225	1.983
34ª Vara						641
35ª Vara						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

Como consequência, embora o número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial tenha diminuído, exceto em relação a pequeno crescimento entre os anos de 2012 e 2013, a 25ª Vara, ao contrário, ano a ano, vem aumentando o número de processos em tramitação. Em 2011 eram 1.235, em 2012 subiu para 1.486 e, em 2013 aumentou para 1.978. Ou seja, anualmente, está havendo um crescimento médio do estoque de processo equivalente a mais de 400 feitos.

Acontece que há um número significativo de processos sobrestados/suspensos, mais precisamente, equivalente a 478 feitos. Por conseguinte, levando em consideração a tramitação ajustada, o número de processos distribuídos em 2013 (2.200) foi superior ao de em tramitação (1.978 – 478 = 1.500).

#### **7.25.4.1. Avaliação da eficiência da Vara.**

O trabalho da secretária é bem organizado, embora o prédio, cedido à Justiça Federal, seja antigo e não apresente as condições ideais para o atendimento ao público e o desempenho do serviço.

É necessário verificar, a médio prazo, a possibilidade da construção de instalações próprias e adequadas para a melhor prestação do serviço judicial.

Conforme informação constante no formulário de gestão preenchido pela secretaria da vara, o tempo médio de tramitação do processo físico, embora superior ao virtual que adota o sistema Creta, é inferior ao do Processo Judicial eletrônico – PJe. Essa é uma situação anômala e que precisa de maior meditação, pois o PJe foi concebido para ser um aprimoramento do sistema Creta. Ademais, com o processo físico, a secretária executa tarefas a mais, pois, além do andamento manual, em seguida, é necessário fazer o lançamento do evento no sistema Tebas.

Pelo que se observou na inspeção *in loco*, o problema está na necessidade de se investir em mais treinamento dos servidores quanto à utilização do PJe.

Saliente-se que foi constatada, ainda, a necessidade de melhorar o ritmo de trabalho da secretaria. Com efeito, especialmente em relação à paralisação irregular do andamento do processo, há certa demora na execução das tarefas pela secretaria.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara, muito embora com desempenho inferior às outras que lhe servem de paradigma, apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional, na medida em que, tendo em conta a tramitação ajustada, o número anual de processo em tramitação efetiva é inferior ao de distribuídos no mesmo período.

Como se observa, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência da 25ª Vara Federal em Goiana/PE, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar a prestação da atividade jurisdicional.

## **7.25.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

### **7.25.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 50 (cinquenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pela Juíza Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, merecem destaque as seguintes ocorrências:

#### **– Demora na juntada de expediente:**

0001011-16.2011.4.05.8306 – 20 dias  
0000299-55.2013.4.05.8306 – 39 dias  
0000893-40.2011.4.05.8306 – 35 dias  
0000094-60.2012.4.05.8306 – 30 dias  
0000417-65.2012.4.05.8306 – 30 dias  
0010379-33.2012.4.05.8300 – 60 dias  
0000370-91.2012.4.05.8306 – 25 dias  
0000362-51.2011.4.05.8306 – 50 dias

#### **– Demora na prolação de despacho:**

0001011-16.2011.4.05.8306 – 60 dias  
0011587-23.2010.4.05.8300 – 30 dias  
52-74.2013.4.05.8306 – 25 dias

#### **– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0000167-32.2012.4.05.8306 – 80 dias  
0000166-47.2012.4.05.8306 – 80 dias  
0001011-16.2011.4.05.8306 – 80 dias  
0001056-20.2011.4.05.8306 – 80 dias

0000418-50.2012.4.05.8306 – 90 dias  
0012472-08.2008.4.05.8300 – 90 dias

**– Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

0000166-47.2012.4.05.8306 – 60 dias  
0001056-20.2011.4.05.8306 - 88 dias  
0000556-51.2011.4.05.8306 – 40 dias  
0000893-40.2011.4.05.8306 – 70 dias  
0000414-13.2012.4.05.8306 – 240 dias  
0000094-60.2012.4.05.8306 – 80 dias  
0011587-23.2010.4.05.8300 – 45 dias  
0001057-05.2011.4.05.8306 – 28 dias  
0008078-60.2005.4.05.8300 – 180 dias  
0010501-51.2009.4.05.8300 – 50 dias  
0000311-97.2007.4.05.8300 – 30 dias  
0000417-65.2012.4.05.8306 – 15 dias  
0010379-33.2012.4.05.8300 – 70 dias  
0025695-04.2003.4.05.8300 – 30 dias  
0006346-34.2011.4.05.8300 – 30 dias  
0010725-28.2005.4.05.8300 – 55 dias  
0000370-91.2012.4.05.8306 – 60 dias  
0005379-18.2013.4.05.8300 – 30 dias  
0007164-49.2012.4.05.8300 – 50 dias  
0000362-51.2011.4.05.8306 – 30 dias  
0000052-74.2013.4.05.8306 – 20 dias  
0000485-15.2012.4.05.8306 – 20 dias  
0014454-57.2008.4.05.8300 – 30 dias  
0014804-74.2010.4.05.8300 – 30 dias  
0000418-50.2012.4.05.8306 – 30 dias  
0000549-25.2012.4.05.8306 – 60 dias  
0000321-16.2013.4.05.8306 – 30 dias  
0001044-06.2011.4.05.8306 – 20 dias  
0012472-08.2008.4.05.8300 – 180 dias  
7633-37.2008.4.05.8300 – 180 dias

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**

0000556-51.2011.4.05.8306 – 150 dias  
0008078-60.2005.4.05.8300 – 30 dias  
0010725-28.2005.4.05.8300 – 30 dias

**– Demora na publicação:**

0000167-32.2012.4.05.8306 – 22 dias  
0000299-55.2013.4.05.8306 – 19 dias  
0000893-40.2011.4.05.8306 – 23 dias  
0000094-60.2012.4.05.8306 – 24 dias  
0011587-23.2010.4.05.8300 – 90 dias

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0010379-33.2012.4.05.8300 – 180 dias

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0004026-84.2006.4.05.8300  
0008078-60.2005.4.05.8300  
0010501-51.2009.4.05.8300  
0000417-65.2012.4.05.8306  
0005379-18.2013.40.5.8300  
0008640-30.2009.4.05.8300  
0000009-74.2012.4.05.8306  
0000052-74.2013.4.05.8306  
0000485-15.2012.4.05.8306  
0000321-16.2013.4.05.8306  
0001044-06.2011.4.05.8306  
0012472-08.2008.4.05.8300

**– Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

0001056-20.2011.4.05.8306 – 40 dias  
0000590-89.2012.4.05.8306 – 150 dias  
0000009-74.2012.4.05.8306 – 30 dias

**– Demora na conclusão:**

0000166-47.2012.4.05.8306 – 40 dias  
0001011-16.2011.4.05.8306 – 40 dias  
0000299-55.2013.4.05.8306 – 20 dias  
0011666-70.2008.4.8300 – 20 dias  
0000556-51.2011.4.05.8306 – 38 dias  
0000893-40.2011.4.05.8306 – 120 dias  
0000590-89.2012.4.05.8306 – 20 dias  
0004026-84.2006.4.05.8300 – 15 dias  
0008078-60.2005.4.05.8300 – 150 dias  
0010501-51.2009.4.05.8300 – 26 dias  
0000417-65.2012.4.05.8306 – 20 dias  
0009947-48.2011.4.05.8300 – 90 dias  
0010379-33.2012.4.05.8300 – 15 dias  
0025695-04.2003.4.05.8300 - 10 dias  
0010725-28.2005.4.05.8300 – 30 dias  
0000370-91.2012.4.05.8306 – 15 dias  
0005379-18.2013.40.5.8300 – 10 dias  
0000362-51.2011.4.05.8306 – 150 dias  
0000009-74.2012.4.05.8306 – 30 dias  
0000052-74.2013.4.05.8306 – 20 dias  
0014454-57.2008.4.05.8300 – 30 dias  
0014804-74.2010.4.05.8300 – 15 dias  
0000418-50.2012.4.05.8306 – 30 dias  
0000321-16.2013.4.05.8306 – 10 dias  
0001006-91.2011.4.05.8306 – 10 dias  
0001044-06.2011.4.05.8306 – 120 dias

**– Conclusão na mesma data da decisão:**

0010501-51.2009.4.05.8300

**– Demora dos autos na Contadoria do Foro:**

0009947-48.2011.4.05.8300 – 60 dias

0001011-16.2011.4.05.8306 – 85 dias

0001056-20.2011.4.05.8306 – 88 dias

0001057-05.2011.4.05.8306 – 90 dias

**– Outros: Demora na certificação de decurso de prazo:**

0006346-34.2011.4.05.8300 – 30 dias

0005379-18.2013.4.05.8300 – 30 dias

0000549-25.2012.4.05.8306 – 60 dias

**– Ausência de registro na sentença penal:**

0008640-30.2009.4.05.8300

### **7.25.5.2. Processos eletrônicos – SISTEMA PJE**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos eletrônicos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora na cobrança devolução de carta precatória:**

0800030-80.2013.4.05.8306

**- Demora na conclusão:**

0800003-34.2012.4.05.8306

0800030-80.2013.4.05.8306

**- Demora no encaminhamento de carta precatória:**

0800030-80.2013.4.05.8306

**- Lapso entre data designação e realização audiência:**

0800030-80.2013.4.05.8306

**- Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800030-80.2013.4.05.8306

0801194-35.2012.4.05.8300

**- Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão:**

0800002-49.2012.4.05.8306

0800003-34.2012.4.05.8306

**- Nova conclusão feita em processo já concluso:**

0800030-80.2013.4.05.8306



**- Tempo permanência do processo na Contadoria Juízo:**  
0800016-62.2014.4.05.8306

### **7.25.5.3. Processos eletrônicos - SISTEMA CRETA**

Foram selecionados para correição 30 (dez) processos eletrônicos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**  
0506100-49.2009.4.05.8300 - mais de 25 dias

**- Demora/ausência na conclusão para sentença:**  
0500075-26.2014.4.05.8306 – 4 meses.

**- Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias:**  
0501646-66.2013.4.05.8306 - mais de um mês

**- Demora na prolação da sentença:**  
0500025-97.2014.4.05.8306 - 134 dias.  
0500055-35.2014.4.05.8306 - mais de 2 meses

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0506100-49.2009.4.05.8300 - 05 meses

**- Demora na prolação de despacho inicial:**  
0500138-85.2013.4.05.8306 - 28 dias.

**- Demora no cumprimento de despacho:**  
0500330-18.2013.4.05.8306 - Mais de 2 meses.  
0500002-54.2014.4.05.8306 - Superior a 30 dias.

**- Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/Setor de Cálculos:**  
0500025-97.2014.4.05.8306 Prazo – 74 dias.

**- Processos irregularmente paralisados:**  
0500113-72.2013.4.05.8306 - Superior a 30 dias.

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**  
0500123-19.2013.4.05.8306 – Mais de 2 meses.  
0500056-20.2014.4.05.8306 - 3 meses.

## 7.25.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS

Dentre as constatações verificadas na análise individualizada dos processos, a seguir constam algumas recomendações para aperfeiçoamento da atividade jurisdicional.

- Inexistência de índice na contracapa, nos processos criminais nos processos cíveis mais volumosos.

Recomendação: A colocação de índice na contracapa facilita a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, ademais auxilia a secretaria no manuseio do processo.

- Foi identificada demora para a conclusão para sentença de alguns processos.

Recomendação: Assim como em relação aos atos cartorários em geral, a conclusão para a sentença deve ser feita na mesma data pelo servidor que praticou o ato anterior que, invariavelmente, é a juntada das razões finais pela parte ré.

- Demora para a execução das tarefas pela secretaria.

Recomendação: o volume de serviço é pequeno, o que facilita o controle do serviço para evitar o atraso na prática dos atos da secretaria, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento das tarefas.

- Desconhecimento do Plano de Gestão e do Manual Prático das Varas Criminais, elaborados pelo CNJ.

Recomendação: Difundir entre os servidores tanto o Plano de Gestão quanto o Manual Prático das Varas Criminais.

- Descompasso entre o protocolo de petição e a data de certificação do recebimento dos autos.

Recomendação: O termo de recebimento dos autos na secretaria deve coincidir, necessariamente, com o do protocolo da petição, quando esta for encaminhada junto com o processo.

- As denúncias, que são petições iniciais, são recebidas no protocolo como petições e formam autos que não são processo nem inquérito. Só após o despacho do juiz, admitindo a ação penal, é determinada à distribuição a mudança para a classe 240.

Recomendação: A denúncia deve ser, desde logo, submetida à distribuição, a fim de dar início à formação do processo.

- O número atribuído ao processo é o mesmo do inquérito policial, sendo providenciada, apenas, após o recebimento da ação penal, a mudança de classe. Acontece que os inquéritos policiais, salvo raríssimos casos, sempre são distribuídos em um determinado ano, sendo encerrados com o consequente ajuizamento da ação penal em outro ano ou após vários anos, de modo que, caso conservada a numeração, não se sabe, senão com o exame das peças do processo, em que ano foi efetivamente iniciado o processo.

Assim, há casos em que no número do processo segue a sequência referente ao ano de 2012, quando, porém, a ação penal só foi ajuizada em 2014.

Recomendação: Se a numeração do inquérito policial for referente a ano anterior ao ajuizamento da ação, deve ser determinada a distribuição com outro número, relacionado ao ano respectivo.

#### **7.25.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foi indicada ou identificada boa prática a merecer destaque.

#### **7.25.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correição não foram feitas recomendações específicas para a 25ª Vara.

Após a última autoinspeção, os servidores foram orientados a manter a tramitação dos processos rigorosamente atualizada, sem atrasos. Não obstante as dificuldades decorrentes da remoção de quase metade dos servidores da Vara, bem como a necessidade de readequação da distribuição das atividades, tem se verificado uma progressiva melhora nos resultados.

## **7.26. 26ª VARA FEDERAL - COMUM - PALMARES**

### **7.26.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 26ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco / Subseção de Palmares está localizada na Rua Estácio Coimbra, nº 57, Centro.

A Jurisdição da 26ª Vara compreende os seguintes Municípios: Água Preta, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Ribeirão, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Xexéu.

A 26ª Vara foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009 e instalada (desmembramento) nos termos da Resolução nº 18, de 28/04/2010.

A unidade jurisdicional possui instalações para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

No entanto, as instalações físicas da vara, que já sofreram duas inundações, necessitam de melhoria, inclusive no que respeita à acessibilidade de pessoas com deficiência (servidores, jurisdicionados, advogados, etc.). A vara não conta com estacionamento próprio, nem mesmo para os veículos oficiais, que estacionam em vagas reservadas na própria Rua Estácio Coimbra, em frente à entrada da vara. Todavia, a Direção do Foro da Seção de Pernambuco informou que a construção da nova sede, suspensa em virtude de falência da empresa vencedora da licitação, deve ser retomada em breve.

Dentro de sua área territorial, a 26ª Vara tem competência mista para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e Juizado Especial Federal.

O horário de expediente da 28ª Vara contempla 02 (dois) turnos, sendo o 1º de 08h às 15h e o 2º de 11h às 18h.

#### **7.26.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além do Magistrado, a 26ª Vara consta com o seguinte corpo de pessoal: 20 servidores efetivos, sendo: a) 05 analistas da área judiciária; b) 01 analista da área administrativa; c) 02 analistas executantes de mandados; d) 02 técnicos judiciários da área de segurança e transporte; e) 08 técnicos judiciários da área administrativa; f) 01 Diretor de Secretaria; g) 01 servidor requisitado e h) 04 estagiários.

##### **7.26.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular.**

O Juiz Federal TEMÍSTOCLES ARAÚJO AZEVEDO exerce a titularidade da 26ª Vara Federal de Pernambuco desde 11/06/2014.

Desde que passou a exercer jurisdição na 26ª Vara, o Juiz Titular não se afastou por motivo de férias, licenças ou convocações, como também não requereu trânsito para entrar em exercício.

O Magistrado reside cidade de Palmares (PE) e atualmente não exerce docência.

#### **7.26.1.1.2. Servidores**

No tocante ao corpo funcional, a vara conta atualmente com todos os seus cargos preenchidos e nenhum servidor ocupante de cargo efetivo encontra-se cedido.

Verificou-se também que, do quadro de servidores da 26ª Vara, existem servidores que estão lotados na Direção do Foro da Subseção, compondo o Apoio Judiciário e Administrativo, que exercem atividades de auxílio para à Vara.

Existe ainda 01 (uma) servidora requisitada da Subseção Judiciária do Cabo de Santo Agostinho.

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Bacharelado em Direito.

Atualmente, existem 02 (duas) funções comissionadas vagas na 26ª Vara, quais sejam: 01 FC-05 – Oficial de Gabinete do Juiz Substituto, e 01 FC-04 – Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Feitos Criminais e Execução Penal.

#### **7.26.1.1.3. Estagiários**

A 26ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários, e conta efetivamente com este número, os quais atuam na secretaria (02) e no gabinete (02).

### **7.26.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

A Vara possui 17 (dezessete) servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, além do Diretor, há 12 (doze) servidores e no Gabinete há 04 (quatro) servidores.

A Secretaria da vara está subdividida nos seguintes subsetores:

DIRETORIA DA VARA:

- Setor Cível: composto por 02 (dois) servidores, que operam os sistemas Tebas, PJe e expedientes diversos;

- Setor Criminal: composto por 01 (um) servidor, que cuida das ações penais, execuções penais, audiências, *sursis* e transações penais;
- Setor Execução Fiscal: composto por 03 (três) servidores, que cuidam dos diversos serviços relacionados a essa área;

#### **7.26.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

São colocadas etiquetas nos processos, especificando as prioridades, como as metas do CNJ, bem como as situações especiais relativas aos feitos (ex.: leilão, bens apreendidos, segredo de justiça, entre outros).

#### **7.26.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 04 (quatro) servidores trabalhando no Gabinete, que são responsáveis pela triagem e análise dos processos físicos, do PJe e dos JEFs.

##### **- Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

O controle do acervo é realizado mensalmente pela Direção quando da elaboração do Relatório de Serventias do CNJ. Em paralelo, o Setor Criminal possui planilha especificando a quantidade de processos por classe.

##### **- Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades:**

No Gabinete, os processos são organizados e analisados de acordo com a ordem cronológica de conclusão. Quando se trata de processo com prioridade, os servidores da Secretaria, ao concluir os autos, informam à Assessoria, que analisa a demanda de forma prioritária.

#### **7.26.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

O Magistrado assumiu a titularidade da 26ª Vara em 11/06/2014. Desde então, costuma fazer reuniões com os servidores para fortalecer as rotinas e os prazos estabelecidos para a Secretaria e Assessoria, principalmente após a Inspeção havida entre 14 e 18/07/2014, visando à tramitação ordenada dos feitos. Em relação ao Setor Fiscal, elaborou um roteiro esclarecendo pontos importantes a serem observados pelos servidores, o qual foi divulgado em reunião.

Em relação ao setor cível uma única reunião foi realizada com a presença do Juiz Federal, com o objetivo de ressaltar a importância da observância das rotinas e dos prazos, porém, segundo informado, ainda não houve tempo para o estabelecimento de fluxogramas conforme a natureza das demandas que mais se repetem.

Consoante informado, várias reuniões foram realizadas até o presente momento com os servidores que atuam no âmbito dos Juizados Especiais Federais, o que teria contribuído para uma tramitação ordenada dos processos, apesar de ainda serem necessárias reuniões para aperfeiçoar as rotinas, sobretudo pelo ingresso de servidores novos, sem experiência no serviço jurisdicional e que não participaram das reuniões anteriores.

#### **7.26.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados:**

Como se trata de gestão recente, o planejamento é focado em evitar as paralisações irregulares de processos que ocorreram diante da ausência de Juiz Titular por um largo período. Detalhando: (a) foram designadas audiências nos processos criminais, cíveis e do JEF que estavam parados aguardando tal providência; (b) foi designado leilão judicial, o que não ocorre na 26ª Vara há um ano; (c) foram estabelecidas metas para decisão/julgamento dos processos conclusos entre fevereiro e julho; (d) foram estabelecidos prazos para movimentação processual pela Secretaria; dentre outras medidas.

A avaliação do resultado das atividades da Vara é realizada mensalmente, quando da confecção dos Relatórios de Serventia e de Produtividade do CNJ. Ademais, é constantemente verificado se todos os setores estão cumprindo os prazos estabelecidos pelo Juiz, já tendo ocorrido reunião no mês de agosto após constatação pelo Juiz Federal e pela Direção de Secretaria de processos com tramitação desordenada e com paralisações indevidas.

#### **7.26.2.5. Metas de Produtividade**

Foram estabelecidas metas para a Secretaria e Assessoria, com a fixação de prazos para as movimentações processuais.

#### **7.26.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes.**

O atendimento pelo Gabinete é realizado, inicialmente, pela Assessoria. Todavia, não há qualquer óbice caso a parte deseje ser atendido pelo Juiz.

A Defensoria Pública não atua na 26ª Vara. O Ministério Público costuma realizar carga dos autos todas as segundas-feiras. Todos os advogados e partes que comparecem à Secretaria da Vara são atendidos por um servidor do setor relativo à classe do processo sobre o qual se pretende obter informações.

A Vara não realiza consultas de satisfação de atendimento prestado.

#### **7.26.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Por ocasião da correição, a Vara contava com 1.589 (mil quinhentos e oitenta e nove) processos (físicos e eletrônicos) em andamento.

Do acervo de processos tramitando na 26ª Vara, 1101 (mil cento e um) processos se encontravam na fase de conhecimento (exceto penal); 149 (cento e quarenta e nove) processos na fase de execução (cumprimento de sentença); 237 (duzentos e trinta e sete) processos de execução (exceto penal); 50 (cinquenta) ações penais e 32 (trinta e dois) processos de execuções penais.

A Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (divisão do número de processos em curso na Vara pelo número de servidores em atividade) é a seguinte:  $1.589$  (quantidade de processos)/ $16$  (quantidade de servidores em atividade) =  $99,31$ .

A média de processos por servidor da Vara é de  $99,31$  (noventa e nove vírgula trinta e um), entrando no cômputo todos os servidores, independentemente de seu cargo, com exceção daqueles ligados à área administrativa e dos oficiais de justiça.

Quando da elaboração do presente relatório, não havia pedidos urgentes pendentes de análise. Igualmente não havia nenhum processo da vara com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN). A Secretaria tem feito controle dos processos com vistas para partes, que estão devolvendo os feitos dentro do prazo concedido.

Quando o Juiz Titular entrou em exercício na vara, havia 1.434 (mil quatrocentos e trinta e quatro) processos, sendo que 879 (oitocentos e setenta e nove) se encontravam na fase de conhecimento.

Segundo foi informado, não havia como precisar se nos últimos 24 (vinte e quatro) meses houve algum processo extraviado, assim como, quantos processos foram restaurados neste Juízo, em virtude das enchentes que ocorreram no município em anos anteriores. Como dado preciso, tem-se que de junho a agosto/2014, foram recebidos e distribuídos 78 (setenta e oito) processos restaurados, provenientes da Justiça Estadual.

No período de junho a agosto deste ano foram realizadas 188 (cento e oitenta e oito) audiências presididas pelo Juiz Titular e nenhuma inspeção judicial. Não foi informado o quantitativo em relação aos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

### **7.26.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

Distribuídos de janeiro a agosto/2014: 1.788 processos

Julgados de janeiro a agosto/2014: 1.660 processos

A Meta 1, até o momento da correção, não estava sendo atingida, visto que a 26ª Vara vem mantendo o número de processos distribuídos superior ao de processos julgados em 2014.



**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Número total de processos distribuídos até 31/12/2008, inclusive os redistribuídos à Justiça Federal que receberam numeração com ano posterior a 2008: 29. Julgados em 2014: 07 – percentual: 24,14%.

Número total de processos distribuídos em 2009, inclusive os redistribuídos à Justiça Federal que receberam numeração com ano posterior a 2009: 08. Julgados em 2014: 03 – percentual: 37,5%.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

De acordo com os relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, tem-se que, até 31/07/2014, houve a identificação de todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública incluídas na Meta 04. Quanto ao cumprimento da segunda parte da referida meta, verifica-se o seguinte:

Número total de processos distribuídos até 31/12/2011, inclusive os redistribuídos à Justiça Federal que receberam numeração com ano posterior a 2011: 17. Julgados em 2014: 04 – percentual: 23,52%.

Número total de processos distribuídos em 2012, inclusive os redistribuídos à Justiça Federal que receberam numeração com ano posterior a 2012: 09. Julgados em 2014: 03 – percentual: 33,33%.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Em razão das limitações apresentadas pelos relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, bem como do grande número de dados requeridos para aferição do cumprimento da Meta 05 (Glossário e Esclarecimentos das Metas do CNJ), muitos deles inclusive necessitando de dados retroativos que não mais estão disponíveis no sistema informatizado, hoje não há ferramentas adequadas para identificar o atendimento da referida meta. Outrossim,

os números da referida meta, segundo informado pela Vara, ainda serão consolidados pelo Núcleo de Apoio à Corregedoria – Nucleocor.

#### **7.26.3.1. Cumprimento de Resoluções do CNJ**

Foi informado pela unidade jurisdicional que é feita a atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/(Provimento CNJ nº 29/2013), desde 11/2012.

A Vara cumpre as exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, bem como informa, no sistema informatizado, o Relatório de Controle de Prisões, em que pese não terem sido encontrados registros do cumprimento dessa determinação em data anterior a junho/2014.

Neste ano, até o presente momento, ocorreram 05 (cinco) interceptações telefônicas, inexistindo preso preventivo com prisão decretada há mais de 02 (dois) anos.

A unidade jurisdicional informou ainda que a atual gestão assumiu a Vara em 11/06/2014, a qual foi submetida à Inspeção Ordinária Anual entre 14 e 18/07/2014. Após tal data, deu-se início à identificação dos processos de Meta do CNJ e, na medida do possível, está sendo dada a devida prioridade. No Formulário de Gestão da Vara, encaminhado pelo Juiz Titular, se afirma ainda que, como já relatado no Relatório da referida Inspeção, em julho/2014, a Vara teria sido encontrada em situação caótica, com um número muito elevado de processos conclusos pendentes de sentença/decisão, alguns desde fevereiro/2014, além de haver muitos processos represados na Secretaria, com paralisação irregular, não tendo como precisar se todas as metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2013 foram cumpridas.

#### **7.26.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Além da 26ª Vara, possuíram, ao menos durante parte do período de 2008 a 2013, competência comum com juizado especial as seguintes Varas na Seção Judiciária de Pernambuco: 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25ª, 27ª, 28ª, 34ª e 35ª Varas.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

##### **a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656					

		4.141	4.062			
17 <sup>a</sup>	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18 <sup>a</sup>	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20 <sup>a</sup>	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23 <sup>a</sup>	9.033	6.462	5.445	5.006		
24 <sup>a</sup>	5.635	4.171	4.050			
25 <sup>a</sup>				3.299	2.409	2.200
26 <sup>a</sup>				3.512	2.577	2.872
27 <sup>a</sup>				2.085	2.642	2.918
28 <sup>a</sup>				2.686	1.878	2.477
34 <sup>a</sup>						191
35 <sup>a</sup>						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, de modo geral, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível. Na 26<sup>a</sup> Vara, houve uma diminuição expressiva em 2012 seguida de um acréscimo em 2013, acompanhando a tendência geral das varas com a mesma competência na Seção Judiciária de Pernambuco.

#### b) Dados de processos julgados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8 <sup>a</sup>	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16 <sup>a</sup>	6.470	4.634	4.726			
17 <sup>a</sup>	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18 <sup>a</sup>	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20 <sup>a</sup>	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23 <sup>a</sup>	7.796	5.027	7.732	4.560		
24 <sup>a</sup>	6.818	4.715	4.730			
25 <sup>a</sup>				2.897	2.078	1.785
26 <sup>a</sup>				2.608	2.467	2.356
27 <sup>a</sup>				1.711	2.699	2.931
28 <sup>a</sup>				1.606	2.322	2.505
34 <sup>a</sup>						87
35 <sup>a</sup>						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, de maneira geral, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Na 26ª Vara, de forma inversa, o número de processos julgados, ano a ano, tem decrescido. Embora sem grandes disparidades, observa-se que o número de processos julgados diminuiu entre os anos de 2011 e 2013, em que pese o aumento do número de processos distribuídos em 2013.

### c) Dados de processos arquivados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo em 2013.

Na 26ª Vara, o número de processos arquivados, ano a ano, vem decrescendo, inclusive no ano de 2013, contrariamente à tendência geral das demais varas com idêntica competência.

### d) Dados de processos em tramitação:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª		9.120	4.456	4.161		

	8.718					
24 <sup>a</sup>	6.002	4.395	3.506			
25 <sup>a</sup>				1.235	1.486	1.978
26 <sup>a</sup>				1.682	1.650	2.015
27 <sup>a</sup>				2.495	2.325	2.231
28 <sup>a</sup>				2.812	2.225	1.983
34 <sup>a</sup>						641
35 <sup>a</sup>						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

Como consequência, embora o número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial tenha diminuído como um todo no período de 2008 a 2013, observa-se na 26<sup>a</sup> Vara, de forma inversa, um acréscimo nos processos em tramitação quando se comparam os anos de 2012 e 2013.

#### 7.26.4.1. Indicadores de eficiência da Vara

Um dos fatores utilizados pela Corregedoria para a medição do grau de eficiência das Varas Federais é a análise do número de processos distribuídos no ano anterior em relação ao número de processos em tramitação, excluindo-se desta contagem os processos que estão sobrestados, suspensos e arquivados.

Os números disponibilizados à Corregedoria apontam para a seguinte situação em dezembro de 2013 (total de processos ajustado):

TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2013		Distribuídos - 2013
26 <sup>a</sup> Vara	1.517	2.872

Com base nesses números e considerando a metodologia descrita na introdução do presente relatório, tem-se que a 26<sup>a</sup> Vara Federal possuía em dezembro de 2013 um acervo de processos em tramitação ajustada (1.517) inferior ao total de processos distribuídos no ano (2.872), o que a posiciona no **conceito "A"**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

#### 7.26.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO

##### 7.26.5.1. Processos físicos

Foram selecionados para correição 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

**– Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:**

0000213-18.2012.4.05.8307  
0000471-28.2012.4.05.8307  
0006062-26.2011.4.05.8300

**– Demora na prolação de despacho superior a 15 dias:**

0000432-31.2012.4.05.8307  
0000107-56.2012.4.05.8307  
0000312-51.2013.4.05.8307  
0018479-45.2010.4.05.8300  
0019320-74.2009.4.05.8300  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0004390-80.2011.4.05.8300  
0000600-67.2011.4.05.8307  
0000487-45.2013.4.05.8307

**– Demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:**

0000432-31.2012.4.05.8307  
0000312-51.2013.4.05.8307  
0019320-74.2009.4.05.8300  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0017211-82.2012.4.05.8300  
0012469-53.2008.4.05.8300  
0000466-06.2012.4.05.8307  
0000471-28.2012.4.05.8307  
0000045-45.2014.4.05.8307

**– Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:**

0000107-56.2012.4.05.8307  
0000312-51.2013.4.05.8307  
0019561-43.2012.4.05.8300  
0019320-74.2009.4.05.8300  
0004472-53.2007.4.05.8300  
0000213-18.2012.4.05.8307  
0017410-07.2012.4.05.8300  
0000471-28.2012.4.05.8307  
0000189-87.2012.4.05.8307  
0000594-60.2011.4.05.8307  
0000189-87.2012.4.05.8307  
0014899-36.2012.4.05.8300

**– Demora na publicação superior a 10 dias:**

0000432-31.2012.4.05.8307  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0004390-80.2011.4.05.8300  
0000466-06.2012.4.05.8307  
0017410-07.2012.4.05.8300

0000192-08.2013.4.05.8307  
0000600-67.2011.4.05.8307  
0000111-30.2011.4.05.8307  
0006062-26.2011.4.05.8300

**– Inexistência de etiqueta da prescrição nos processos criminais:**  
0014899-36.2012.4.05.8300

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0000432-31.2012.4.05.8307  
0012463-46.2008.4.05.8300  
0019113-12.2008.4.05.8300  
0019109-09.2007.4.05.8300  
0017211-82.2012.4.05.8300  
0012456-54.2008.4.05.8300  
0012469-53.2008.4.05.8300  
0001429-64.2014.4.05.8300  
0000027-58.2013.4.05.8307  
0000189-87.2012.4.05.8307  
0000635-90.2012.4.05.8307

**– Demora na conclusão superior a 5 dias:**

0000432-31.2012.4.05.8307  
0000107-56.2012.4.05.8307  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0004472-53.2007.4.05.8300  
0012456-54.2008.4.05.8300  
0000027-58.2013.4.05.8307  
0008627-65.2008.4.05.8300  
0004390-80.2011.4.05.8300  
0000213-18.2012.4.05.8307  
0017410-07.2012.4.05.8300  
0000600-67.2011.4.05.8307  
0000471-28.2012.4.05.8307  
0000091-34.2014.4.05.8307  
0000132-98.2014.4.05.8307  
0000225-32.2012.4.05.8307  
0000121-06.2013.4.05.8307  
0000635-90.2012.4.05.8307  
0014899-36.2012.4.05.8300

**– Ausência de ordem cronológica dos atos processuais:**

0004390-80.2011.4.05.8300  
0000091-34.2014.4.05.8307

**– Demora na elaboração de expediente:**

0017211-82.2012.4.05.8300  
0008627-65.2008.4.05.8300

**– Ausência de cobrança dos autos fora do cartório:**

0000125-43.2013.4.05.8307

0000466-06.2012.4.05.8307  
0000487-45.2013.4.05.8307

**– Demora para intimar via carga dos autos:**  
0014841-77.2005.4.05.8300

**– Ausência de anotação do número de registro da sentença:**  
0000432-31.2012.4.05.8307  
0019320-74.2009.4.05.8300  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0017211-82.2012.4.05.8300  
0008627-65.2008.4.05.8300  
0004390-80.2011.4.05.8300

**– Juntada integral, nos autos, de cartas precatórias, em vez de juntar apenas os atos praticados pelo juízo deprecado:**  
0000107-56.2012.4.05.8307  
0000312-51.2013.4.05.8307  
0019561-43.2012.4.05.8300  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0017211-82.2012.4.05.8300  
0000027-58.2013.4.05.8307  
0008627-65.2008.4.05.8300  
0004390-80.2011.4.05.8300

**– Termo de autuação ou de retificação de autuação inserido dentre as peças do processo, em vez de constar da fl. 02 dos autos:**  
0000432-31.2012.4.05.8307  
0019561-43.2012.4.05.8300  
0019028-75.1998.4.05.8300  
0014841-77.2005.4.05.8300  
0012456-54.2008.4.05.8300  
0012469-53.2008.4.05.8300  
0008627-65.2008.4.05.8300

**– Ação penal com o mesmo número do inquérito, apenas com transformação de classe, de inquérito para ação penal:**  
0001429-64.2014.4.05.8300  
0000189-87.2012.4.05.8307  
0000635-90.2012.4.05.8307

**– Inobservância às disposições da Resolução nº 63, de 26/06/2009, do Conselho da Justiça Federal (Dispõe sobre a tramitação direta dos inquéritos policiais entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal):**  
0003911-19.2013.4.05.8307

**– Ausência de termo de recebimento dos autos do TRF5:**  
0019109-09.2007.4.05.8300



### **7.26.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Conclusão na mesma data de prolação da sentença:**

0800022-03.2013.4.05.8307

**– Demora na conclusão:**

0800040-24.2013.4.05.8307

**– Lapso temporal excessivo entre conclusão e prolação da sentença:**

0800050-68.2013.4.05.8307

**– Lapso temporal sem movimentação do processo na Secretaria:**

0800022-03.2013.4.05.8307

0800052-38.2013.4.05.8307

0800059-30.2013.4.05.8307

0800772-60.2012.4.05.8300

**– Demora no cumprimento de despacho/decisão:**

0800023-51.2014.4.05.8307

**– Demora na prolação de despacho/decisão:**

0800022-03.2013.4.05.8307

0800052-38.2013.4.05.8307

0800059-30.2013.4.05.8307

**– Nova conclusão feita em processo já concluso:**

0800772-60.2012.4.05.8300

### **7.26.5.3. Processos do SISTEMA CRETA**

Foram selecionados para correição 30 (trinta) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0500041-82.2013.4.05.8307- 02 meses

**– Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0503648-27.2013.4.05.8300 - 13 dias.

- **Demora/ausência na conclusão para sentença:**

0500041-33.2014.4.05.8312

- **Demora na cobrança do cumprimento de diligências:**

0500025-94.2014.4.05.8307 - remessa à Contadoria - demora de 109 nove) dias.

- **Demora na prolação de decisão/despacho:**

0500667-72.2011.4.05.8307 - prolação de despacho - 22 dias

0500078-12.2013.4.05.8307 - prolação de decisão - mais de 7 meses

0500089-41.2013.4.05.8307 - decisão - mais de 2 meses

- **Demora na realização da audiência:**

0500061-39.2014.4.05.8307 - mais de 120 dias

- **Demora para a realização da perícia:**

0519279-84.2008.4.05.8300 - mais de 1 mês.

- **Demora para designação de audiência:**

0503648-27.2013.4.05.8300 - 25 dias.

- **Demora para julgamento pela Turma Recursal:**

0500960-42.2011.4.05.8307 - mais de 04 meses

- **Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo:**

0500025-94.2014.4.05.8307 - 72 dias.

- **Processos irregularmente paralisados:**

0503648-27.2013.4.05.8300 - 28 dias

- **Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0501913-06.2011.4.05.8307 - na Assessoria há 38 dias.

0500141-71.2012.4.05.8307 - 2 meses.

0501791-56.2012.4.05.8307

#### **7.26.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS CORREICIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Demora na prolação de despacho superior a 15 dias; demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:

Recomendação: Controle de prazos mediante emissão periódica de relatórios do sistema informatizado. Priorizar o julgamento das ações criminais e de improbidade. Procurar cumprir os prazos fixados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:

Recomendação: Recrudescer a fiscalização sobre a observância dos prazos pelos servidores responsáveis pelo cumprimento das decisões judiciais.

- Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:

Recomendação: Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições.

- Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes nos processos criminais e improbidade mais volumosos:

Recomendação: Inserir índice na contracapa dos processos criminais e improbidade mais volumosos em ordem a facilitar a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, ademais de auxiliar a secretaria no manuseio do processo.

- Demora na conclusão superior a 5 dias:

Recomendação: Assim como em relação aos atos cartorários em geral, a conclusão para despacho, decisão ou sentença deve ser feita na mesma data, preferencialmente pelo servidor que praticou o ato anterior. Realizar a conclusão do processo assim que for juntada a petição ou praticado o ato, evitando-se o represamento dos processos que já se encontram aptos à conclusão na Secretaria da Vara.

- Cobrança de precatória – 30 dias (após o final do prazo da precatória):

Recomendação: Criação de rotinas para acompanhamento e cobrança de precatórias expedidas. Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados pela internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Apontam-se como parâmetro temporal os seguintes prazos: ato simples (intimação, citação): 10 dias; citação, penhora e avaliação: 60 dias; comparecimento em juízo: 10 dias antes do ato.

- Juntada integral, nos autos, de cartas precatórias, em vez de juntar apenas os atos praticados pelo juízo deprecado:

Recomendação: A juntada aos autos da integralidade da carta precatória, para além de desnecessária, torna o processo mais volumoso,

dificultando seu manuseio e a compreensão do iter processual percorrido, pelo que deve ser evitada.

#### **7.26.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

- Carimbar a distribuição e o recebimento dos expedientes destinados aos Oficiais de Justiça, a fim de que o controle dos prazos para cumprimento possa ser realizado nos próprios autos;

- Emissão regular de relatório de tempo de posse de expedientes no TEBAS, com o fito de controle dos prazos para cumprimento de diligências pelos Oficiais de Justiça;

- Emissão semanal de relatório de processos com prazos de remessa vencidos no TEBAS, com a conseqüente expedição de Ofício para cobrança da devolução dos autos quando passados cerca de 10 dias do prazo conferido, o qual é enviado por e-mail às procuradorias e à CEF.

#### **7.26.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Em relação às determinações constantes da Correição anterior, foi informado que não há como precisar o devido cumprimento, uma vez que a nova gestão da 26ª Vara iniciou-se em junho/2014.

A autoinspeção ocorreu em todos os processos da Vara, inclusive aqueles suspensos e arquivados provisoriamente, oportunidade em que foram fixados prazos para movimentação processual. A maioria dos servidores da Vara possui, em média, 2 a 3 meses de Justiça Federal, de forma que ainda está em processo de adaptação e aprendizado, razão pela qual os prazos ainda não foram cumpridos em sua plenitude, mas existe um esforço para que sejam cumpridos.

## **7.27. 27ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - OURICURI**

### **7.27.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 27ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Ouricuri foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e instalada (desmembramento) com base no art. 1º da Resolução TRF-5ª Região nº 19, de 28/04/2010.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 18ª Vara tem competência comum, incluindo matéria penal e execuções penais, com Juizado Especial Adjunto.

O horário de expediente da 18ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo.

#### **7.27.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

A 27ª Vara Federal de Pernambuco conta com um quadro de 18 (dezoito) servidores efetivos.

##### **7.27.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal PABLO ENRIQUE CARNEIRO BALDIVIESO exerce a magistratura federal desde 15/01/2014. É Juiz Substituto da 8ª Vara Federal de Pernambuco e assumiu o exercício da 27ª Vara em 02/05/2014, nela permanecendo até o momento atual.

Antes de assumir a magistratura federal, o magistrado atuou como Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e nesse período exerceu a docência no Instituto de Educação Superior - UNYAHNA, em Salvador (BA), no período de 2010/2013 e na Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira - FAAHF, em Luís Eduardo Magalhães (BA), no período de 2012/2013.

Nos últimos vinte e quatro meses o magistrado não esteve afastado de suas funções.

O magistrado reside na Cidade de Petrolina (PE).

Não há Juiz Federal Substituto na Vara.

### 7.27.1.1.2. Servidores

No tocante ao corpo funcional, a Vara conta com 18 (dezoito) cargos efetivos. Há apenas um cargo vago, de Analista Judiciário, em virtude da posse de servidor em outro cargo público.

O quadro de servidores efetivos em exercício na Vara é o seguinte:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área de formação
AMANDA DAMARYS SILVA	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	LETRAS
ANA KELLY A. SIQUEIRA COELHO	ANAL. JUD	CJ-03	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
CASSIO ANTONIO F. LIMA	OFICIAL JUSTIÇA		SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
GISELE FERNANDA F. CARLOS	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR INCOMPLETO	DIREITO
KEROLLY F. DA SILVA NOGUEIRA	TÉC. JUD.		SUPERIOR INCOMPLETO	DIREITO
LAILAH PIRES RODRIGUES	ANAL. JUD	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
MARCIA RENATA DIAS. COELHO LOPES MACHOQUEIRA	OFICIAL JUSTIÇA		SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
MARCONIO JOSE N. PEREIRA	TÉC. JUD.	FC-02	SUPERIOR INCOMPLETO	LETRAS
MICHELLE DE SOUZA BARROS	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RAPHAEL MARTINS ARAUJO	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
RENILDO ARGOLO NERY	ANAL. JUD	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RICARDO CAVALCANTI DIAS	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR INCOMPLETO	DIREITO
RODRIGO DUARTE BARBOSA	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR INCOMPLETO	GEOGRAFIA
SHARLES DE OLIVEIRA SIQUEIRA	TÉC. JUD.		SUPERIOR INCOMPLETO	GESTÃO PÚBLICA
THIAGO GAMA GOMES FERREIRA	TÉC. JUD.		SUPERIOR COMPLETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
WILSIANE GOMES DOS S. ARAÚJO	ANAL. JUD	FC-05	SUPERIOR COMPLETO	COMÉRCIO EXTERIOR

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Direito, inclusive alguns técnicos judiciários. Os servidores requisitados também têm formação de nível superior, em outras áreas de ciências humanas.

Dentre as funções gratificadas, na 27ª Vara estão vagas 2 (duas) FC-05 e uma FC-04.

Não há servidores ocupantes de cargos efetivos na Vara cedidos para outros órgãos.

Há 2 (duas) servidoras afastadas, sendo uma no período de licença-maternidade desde março de 2014 e outra em licença para acompanhar o cônjuge desde agosto de 2013.

#### **7.27.1.1.3. Estagiários**

A 27ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários, mas atualmente possui apenas 03 (três), estando todos em atuação na Secretaria da Vara.

### **7.27.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 27ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas.

#### **7.27.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

A Secretaria da vara é organizada por setores:

JUIZADO ESPECIAL (Sistema Creta), contando atualmente com 03 (três) servidores;

SETOR CÍVEL (Sistemas Tebas e PJE), contando atualmente com 02 (dois) servidores e 01 (um) estagiário;

SETOR FISCAL, composto atualmente por 03 (três) servidores;

SETOR CRIMINAL, composto atualmente por 1(um) servidor e 1 (um) estagiário.

Os processos da Vara são organizados nas estantes, dentro de prazos determinados, o que facilita bastante o seu controle. Após o fim do prazo, determinado onde o processo encontra-se localizado, é dado o andamento para os demais trâmites processuais, de forma que o feito seja sempre impulsionado na Secretaria.

São afixadas etiquetas para identificação daqueles processos considerados prioritários.

#### **7.27.2.2. Organização dos Gabinetes**

Atualmente o Gabinete possui apenas dois assessores. Um destes fica encarregado dos processos físicos (Sistema Tebas) e o outro fica responsável pelo acompanhamento dos processos virtuais (Sistema Creta e Pje).

Ambos os assessores trabalham em parceria, de forma que um conta sempre com o auxílio do outro na realização e divisão das suas tarefas específicas.

### **7.27.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara**

O Juiz Federal em exercício na Vara iniciou suas atividades em 02/05/2014 e, durante este período, realizou reunião pós-inspeção para verificação e adequação das rotinas da Secretaria com as determinações e prazos estabelecidos pela Corregedoria-Regional, bem como com o cumprimento das metas do CNJ.

O magistrado é solícito e mantém contato próximo com os servidores, o que facilita as orientações acerca dos procedimentos a serem adotados pela equipe de trabalho.

### **7.27.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

A Vara realiza planejamento mensal para alcançar o julgamento do acervo que entra na Vara e mais um percentual de 20% (vinte por cento) do estoque remanescente de processos.

### **7.27.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

A Vara procura prestar o melhor atendimento possível aos profissionais e partes que buscam informações.

O atendimento é feito seguindo o procedimento padrão, de acordo com as orientações da legislação pertinentes (Lei Orgânica da Magistratura Nacional e o Código de Ética da Magistratura).

### **7.27.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 27ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria-Regional apontam a existência de 1.358 processos em tramitação. Levando-se em conta um total de 13 (dezessete) servidores em atividade, a relação é de 104 processos/servidor para a 27ª Vara Federal de Pernambuco.

## **7.27.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas instituídas pelo CNJ vêm sendo cumpridas, dentro das limitações da unidade jurisdicional, levando-se em conta que, desde março de 2014, a vara está sem juiz titular, tendo assumido o exercício da Vara, o Juiz Federal Pablo Enrique Carneiro Baldivieso em 02/05/2014, que vem acumulando com as suas funções de Juiz Substituto da 8ª Vara Federal (Subseção de Petrolina).



Observa-se também intensa rotatividade de servidores na Vara, tendo sido removidos, desde abril do corrente, mais de 80% (oitenta por cento) dos servidores lotados em Ouricuri.

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

Dos processos abrangidos pela Meta 1, foram distribuídos 269 (duzentos e sessenta e nove) processos e julgados 281 (duzentos e oitenta e um) processos por esta unidade jurisdicional no mês de julho de 2014.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

A 27ª Vara cumpriu na integralidade a meta 2 relativa aos processos distribuídos em 2010 e 2011, visto que o Juizado foi instalado somente em 24/03/2010 e não há processos pendentes de julgamento relativos aos anos de 2010 e 2011. Foram distribuídos 1.050 (mil e cinquenta) processos até 31/12/2010 e, até 31/12/2011, foram distribuídos mais 1.563 (mil quinhentos e sessenta e três) processos. Foram julgados 7.709 (sete mil, setecentos e nove) processos até a presente data. Até 31/07/2014 não havia processos pendentes de julgamento relativos aos anos de 2010 e 2011.

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012”.**

A Vara possui 10 (dez) processos incluídos na meta 4 que ainda não foram julgados, em virtude de não ter sido concluída ainda a instrução procesual.

#### **7.27.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem, além da 27ª, competência comum com juizado especial são as 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25, 26ª, 28ª, 34ª e 35ª.

Foram instaladas, juntamente com a 27ª, as 26ª (Palmares), e 28ª (Arcoverde) Varas, de modo que o exame dos indicadores dessas unidades jurisdicionais deve se conter, apenas, aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

**a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656	4.141	4.062			
17ª	2.602	2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18ª	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20ª	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23ª	9.033	6.462	5.445	5.006		
24ª	5.635	4.171	4.050			
25ª				3.299	2.409	2.200
26ª				3.512	2.577	2.872
27ª				2.085	2.642	2.918
28ª				2.686	1.878	2.477
34ª						191
35ª						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

Entretanto, na 27ª Vara, ano a ano, vem ocorrendo um aumento da demanda.

**b) Dados de processos julgados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16ª	6.470	4.634	4.726			
17ª	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654

18ª	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20ª	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23ª	7.796	5.027	7.732	4.560		
24ª	6.818	4.715	4.730			
25ª				2.897	2.078	1.785
26ª				2.608	2.467	2.356
27ª				1.711	2.699	2.931
28ª				1.606	2.322	2.505
34ª						87
35ª						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

A 27ª Vara, entretanto, ano a ano, vem julgando mais processos.

#### c) Dados de processos arquivados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, com pequeno acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Acontece que a 27ª Vara vem, cada vez mais, arquivando mais processos.

#### d) Dados de processos em tramitação:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034

16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª	6.002	4.395	3.506			
25ª				1.235	1.486	1.978
26ª				1.682	1.650	2.015
27ª				2.495	2.325	2.231
28ª				2.812	2.225	1.983
34ª						641
35ª						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

O número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial vem diminuindo. No que tange à 27ª Vara, há um número significativo de processos sobrestados/suspensos. Por conseguinte, levando em consideração a tramitação ajustada, o número de processos distribuídos em 2013 foi superior ao de em tramitação, conforme indicativo da tabela abaixo.

VARAS	DISTRIB	TRAMIT	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%
C + JEF	2013	2013						
8ª	1.893	2.034	955	1773	46	215	1079	50,45%
16ª								
17ª	1.899	2.037	775	1766	54	217	1262	40,81%
18ª	4.213	2.239	1541	1472	53	714	698	36,58%
20ª	2.939	2.017	1315	1427	29	561	702	44,74%
23ª								
24ª								
25ª	2.200	1.978	1249	1164	71	743	729	56,77%
26ª	2.872	2.015	1517	1257	56	702	498	52,82%
27ª	2.918	2.231	947	1677	38	516	1284	32,45%
28ª	2.477	1.983	1283	1421	60	502	700	51,80%
34ª	191	641	641	132	3	506	0	335,60%
35ª	178	654	654	130	0	524	0	367,42%
<b>Total</b>	<b>21.780</b>	<b>17.829</b>	<b>10877</b>	<b>12219</b>	<b>410</b>	<b>5200</b>	<b>6952</b>	<b>49,94%</b>

#### **7.27.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 2.918 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 947 feitos, o que quer dizer que não há o excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é inferior ao número de processos distribuídos.

Seja como for, sendo o número de processos em tramitação na 27ª vara inferior ao de distribuídos, isso revela que o grau de eficiência dessa unidade jurisdicional, tendo em consideração a equação estabelecida, é exemplar, não havendo planejamento a ser sugerido por esta Corregedoria no que tange à baixa de processos nos próximos anos.

Cumprе salientar, por relevante, que o número de processos em tramitação a ser considerado para fins de eficiência levam em consideração os dados estatísticos com o desconto dos processos ajustados, que consistem nos processos em tramitação menos os que estão sobrestados por disposição legal.

Como se observa, o número de processos em tramitação em 2013 foi inferior ao de distribuídos, a revelar que o grau de eficiência da 27ª Vara Federal de Pernambuco, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar a prestação da atividade jurisdicional.

Diante dessas considerações, recomenda-se apenas que se mantenha o padrão de excelência que vem sendo adotado na Vara, com quantitativo anual de processos em tramitação inferior à distribuição ocorrida por ano.

#### **7.27.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

##### **7.27.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 55 (cinquenta e cinco) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

##### **– Demora na juntada de expediente:**

0000083-93.2010.4.05.8308

0000308-50.2009.4.05.8308

0000297-47.2011.4.05.8309

0001892-55.2009.4.05.8308

0001895-10.2009.4.05.8308

0000273-19.2011.4.05.8309  
0000008-17.2011.4.05.8309  
0003002-21.2006.4.05.8300  
0000035-29.2013.4.05.8309  
0001491-90.2008.4.05.8308  
0001849-21.2009.4.05.8308

**– Demora na prolação de despacho:**

0000184-59.2012.4.05.8309

**– Demora na prolação de decisão/sentença:**

0001055-63.2010.4.05.8308  
0000427-03.2012.4.05.8309  
0000298-32.2011.4.05.8309

**– Paralisação irregular (cumprimento):**

0000316-53.2011.4.05.8309  
0001144-62.2005.4.05.8308  
0000324-43.2005.4.05.8308  
0000298-32.2011.4.05.8309  
0000207-39.2011.4.05.8309  
0000088-11.2011.4.05.8309  
0000065-98.2012.4.05.8309  
0000117-60.2013.4.05.8309  
0001491-90.2008.4.05.8308  
0000180-22.2012.4.05.8309  
0000008-17.2011.4.05.8309  
0000143-92.2012.4.05.8309  
0000921-07.2008.4.05.8308  
0000083-93.2010.4.05.8308  
0000308-50.2009.4.05.8308  
0012720-94.2005.4.05.8100  
0000297-47.2011.4.05.8309  
0001892-55.2009.4.05.8308  
0001243-90.2009.4.05.8308  
0001055-63.2010.4.05.8308  
0000243-47.2012.4.05.8309  
0000092-18.2011.4.05.8309  
0000084-41.2011.4.05.8309  
0000273-19.2011.4.05.8309  
0000432-33.2009.4.05.8308  
0000005-28.2012.4.05.8309  
0000400-20.2012.4.05.8309  
0010136-89.2012.4.05.8300  
0000227-93.2012.4.05.8309  
0003002-21.2006.4.05.8300

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de  
ofícios expedidos:**

0000082-11.2010.4.05.8308

**– Demora na publicação:**

0000409-79.2012.4.05.8309  
0000143-92.2012.4.05.8309  
0000092-18.2011.4.05.8309  
0000227-93.2012.4.05.8309  
0001849-21.2009.4.05.8308

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade).**

Situação verificada em todos os processos dessas classes.

**– Demora na conclusão:**

0000316-53.2011.4.05.8309  
0000184-59.2012.4.05.8309  
0001144-62.2005.4.05.8308  
0000298-32.2011.4.05.8309  
0000324-43.2005.4.05.8308  
0000207-39.2011.4.05.8309  
0000088-11.2011.4.05.8309  
0000117-60.2013.4.05.8309  
0000273-19.2011.4.05.8309  
0000921-07.2008.4.05.8308  
0000083-93.2010.4.05.8308  
0000409-79.2012.4.05.8309  
0000308-50.2009.4.05.8308  
0012720-94.2005.4.05.8100  
0000297-47.2011.4.05.8309  
0001892-55.2009.4.05.8308  
0001895-10.2009.4.05.8308  
0001243-90.2009.4.05.8308  
0000082-11.2010.4.05.8308  
0001055-63.2010.4.05.8308  
0000054-13.2014.4.05.8305  
0000243-47.2012.4.05.8309  
0000092-18.2011.4.05.8309  
0001686-80.2005.4.05.8308  
0000005-28.2012.4.05.8309  
0000427-03.2012.4.05.8309  
0000315-97.2013.4.05.8309  
0000400-20.2012.4.05.8309  
0000936-39.2009.4.05.8308  
0001849-21.2009.4.05.8308

**– Ausência de mudança de classe no sistema Tebas para cumprimento de sentença:**

0000921-07.2008.4.05.8308  
0012720-94.2005.4.05.8100  
0001686-80.2005.4.05.8308  
0000097-40.2011.4.05.8309  
0000035-29.2013.4.05.8309

- **Duas conclusões em sequencia, sem a prática de ato entre elas:**  
0000088-11.2011.4.05.8309  
0000936-39.2009.4.05.8308  
0000315-97.2013.4.05.8309 -

#### **7.27.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

- **Demora na conclusão:**  
0800044-55.2013.4.05.8309
- **Lapso sem movimentação do processo na Secretaria:**  
0800036-78.2013.4.05.8309  
0800603-05.2014.4.05.8300
- **Lapso temporal para certificação decurso de prazo:**  
0800003-88.2013.4.05.8309  
0800005-24.2014.4.05.8309
- **Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão:**  
0800603-05.2014.4.05.8300
- **Lapso temporal para prolação de despacho/decisão:**  
0800003-88.2013.4.05.8309  
0800004-39.2014.4.05.8309

#### **7.27.5.3. Processos do SISTEMA CRETA:**

Foram selecionados para correição 30 (trinta) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

- **Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados:**  
0502281-38.2013.4.05.8309  
0500209-44.2014.4.05.8309
- **Demora/ausência da conclusão para despacho/decisão:**  
0501737-50.2013.4.05.8309  
0500536-86.2014.4.05.8309



– **Demora na prolação da sentença:**

0501893-04.2014.4.05.8309

– **Demora na realização de audiência:**

0501088-51.2014.4.05.8309

– **Demora no cumprimento dos mandados por oficiais de justiça:**

0500348-93.2014.4.05.8309

– **Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculos:**

0501782-54.2013.4.05.8309

– **Processos irregularmente paralisados:**

0502281-38.2013.4.05.8309

0500347-11.2014.4.05.8309

0500348-93.2014.4.05.8309

– **Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0502265-84.2013.4.05.8309

#### **7.27.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- O servidor só providencia a juntada da petição ou documento, deixando de realizar o ato processual seguinte, o que acarreta demora excessiva entre um ato e outro.

Recomendação: Eliminar o *cargo* ou *função* de *juntador*. O servidor de secretaria tem de ser qualificado, de modo que saiba trabalhar com o processo, o que implique a realização do ato subsequente. A *função de juntador* revela que a secretaria trabalha no sistema de ilhas, devendo ser substituído pelo de dígitos ou outra sistemática que adote como regra a prática do ato subsequente.

- Assinatura pelo juiz dos despachos, decisões e sentenças, só sendo providenciada a confecção do documento para fins de cumprimento, como a expedição de citações, intimações, carta precatórias ou ofícios, posteriormente, o que finda gerando lapso temporal que compromete a racionalização dos trabalhos e contribui, substancialmente, para a excessiva demora do trâmite do processo.

Recomendação: O ideal é que a secretaria providencie, desde logo, não apenas o despacho a ser assinado, como, igualmente, o ofício, mandado ou carta precatória, sendo tudo assinado de uma única vez.

- Demora excessiva para o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça e conseqüentemente, processos sem movimentação por longo espaço de tempo.

Recomendação: Controlar no sistema Tebas o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento dos mandados.

- Nas inspeções internas, muitos processos, ao invés de despachados, recebem, apenas, o *visto* e a determinação de que sejam, novamente, conclusos.

Recomendação: Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.

- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos – 30 dias

Recomendação: Cobrar a execução das diligências, utilizando-se dos Relatórios fornecidos pelo sistema informatizado para controle de prazos, cobrando a resposta de ofícios após 30 dias da expedição respectiva.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva.

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias.

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

#### **7.27.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Todos os processos da Vara tem controle de prazo, com termo final estabelecido para cada ato nas prateleiras.

Todos os expedientes são controlados. O termo final fica estabelecido na prateleira. Após o término do prazo, há cobrança da movimentação do processo pela Direção.

#### **7.27.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correccionados anteriormente.

Após a última inspeção, as metas fixadas a serem perseguidas pela Vara são as fixadas pelo CNJ, bem como os prazos para realização dos atos processuais determinados pela Corregedoria-Regional.

## **7.28. 28ª VARA FEDERAL - COMUM COM JEF ADJUNTO - ARCOVERDE**

### **7.28.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 28ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco/Subseção de Arcoverde está localizada no km 258 da Rodovia BR-232, bairro de Jardim Planalto.

A Jurisdição da 28ª Vara compreende os seguintes Municípios: Alagoinha, Arcoverde, Buíque, Ibimirim, Igaraci, Inajá, Ingazeira, Itaíba, Manari, Pedra, Pesqueira, Poção, Sertânia, Tacaratu, Tupanatinga, Tuparetama e Venturosa.

A 28ª Vara de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009 e instalada com base na Resolução nº 07 do TRF-5ª Região, de 02/03/2011.

A unidade jurisdicional possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 28ª Vara tem competência mista para apreciar feitos cíveis, execuções fiscais, matéria penal e *Juizado Especial Federal*.

O horário de expediente da 28ª Vara é de 09:00 às 18:00 para o público externo.

#### **7.28.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além do Magistrado, a 28ª Vara consta com o seguinte corpo de pessoal: 20 servidores efetivos, sendo: a) 05 analistas da área judiciária; b) 01 analista da área administrativa; c) 02 analistas executantes de mandados; d) 02 técnicos judiciários área segurança e transporte; e) 09 técnicos judiciários da área administrativa; f) 01 Diretor de Secretaria; g) 04 estagiários.

##### **7.28.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular.**

O Juiz Federal ALLAN ENDRY VERAS FERREIRA exerce a titularidade da 28ª Vara Federal de Pernambuco desde 23/10/2013.

Nos últimos vinte e quatro meses o magistrado esteve afastado, nos seguintes períodos:

Férias: a) enquanto Juiz Federal da 20ª Vara/PE – 24.09.2012 a 23.10.2012 (trinta dias); 05.11.2012 a 25.11.2012 (vinte dias); 01.07.2013 a 30.07.2013 (trinta dias); b) enquanto Juiz Federal da 28ª Vara/PE – 04.11.2013 a

03.12.2013 (trinta dias); 06.03.2014 a 25.03.2014 (vinte dias); 01.07.2014 a 30.07.2014 (trinta dias).

O período total de afastamento foi de 160 (cento e sessenta) dias.

O Magistrado reside na cidade de Arcoverde (PE) e atualmente não exerce docência.

#### **7.28.1.1.2. Servidores**

No tocante ao corpo funcional, a vara conta atualmente com todos os seus cargos preenchidos e nenhum servidor ocupante de cargo efetivo encontra-se cedido.

Verifica-se também que no quadro de servidores da 28ª Vara, existem servidores que estão lotados na Direção do Foro da Subseção, compondo o Apoio Judiciário e Administrativo, que exercem atividades de auxílio para a 28ª Vara.

Existe ainda 01 (um) servidor requisitado do TRF da 5ª Região ocupante de FC junto ao gabinete do Diretor de Secretaria.

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Bacharelado em Direito, inclusive os técnicos judiciários.

Atualmente não existe nenhuma função comissionada vaga na 28ª Vara.

#### **7.28.1.1.3. Estagiários**

A 28ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários, e conta efetivamente com este número, os quais atuam na secretaria e no gabinete.

### **7.28.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

A Vara possui 18 (dezoito) servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, além do Diretor, há 14 (quatorze) servidores e no Gabinete há 03 (três) servidores.

A Secretaria da vara está subdividida nos seguintes subsetores:

- Diretoria da Vara:

- SETOR CÍVEL: composto por 04 (quatro) servidores, que operam os sistemas Tebas, PJe e expedientes diversos;

- SETOR CRIMINAL: composto por 01 (um) servidor, que cuida das ações penais, execuções penais, audiências, sursis e transações penais;

- SETOR EXECUÇÃO FISCAL: composto por 04 (quatro) servidores, que cuidam dos diversos serviços afetos a essa área;

#### **7.28.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistemas Tebas e PJe**

A gestão dos processos na 28ª Vara visa principalmente os processos com prioridades: todos os setores seguem a mesma linha de organização, distribuindo-se os processos em prateleiras. Basicamente estão distribuídos em prazo, cumprimento, remessa e recebimento. As petições protocolizadas são encaminhadas no dia seguinte aos respectivos setores sendo, de regra, juntadas incontinenti.

As conclusões são realizadas, em regra, seguindo a cronologia da juntada das petições, ressalvando-se os casos urgentes (inclusive de metas), que são analisados de imediato. Os processos com prioridade são etiquetados com as observações devidas.

O correio eletrônico é utilizado com frequência, com a comunicação com os peritos judiciais e algumas procuradorias. O malote digital também é usado como prioridade. A publicação dos atos processuais é concentrada em um único dia (sexta-feira), ressalvados os casos urgentes. Tal procedimento facilita o controle dos prazos processuais, que sempre se encerram no mesmo dia.

#### **7.28.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 03 (três) servidores trabalhando no Gabinete.

Não há divisão das atividades por processo, matéria ou sistema. Todos os assessores são orientados pelo magistrado a analisar qualquer matéria e processo, independentemente do sistema vinculado (CRETA, TEBAS e PJe), o que contribui para a ausência de quebra de continuidade do serviço nas hipóteses de férias ou outros afastamentos legais. Os processos são, normalmente, apreciados no mesmo dia da conclusão, ressalvados os casos mais complexos.

#### **- Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

Mensalmente são colhidos dados nos sistemas processuais sobre processos com prazos vencidos, em remessa, bem como processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias, havendo cobrança de devolução ou andamento dos processos, conforme o caso. Processos da classe Execução Fiscal, em fase de suspensão, são separados por período de vencimento da suspensão (mês e ano). Expirado o prazo de suspensão, seguem para arquivamento provisório (art. 40 da LEF), separados também por mês e ano de provável ocorrência da prescrição. A mesma rotina é aplicada aos processos cíveis que estão suspensos.

**- Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades:**

A assessoria busca conduzir os trabalhos em ordem a apreciar todos os processos no mesmo dia da conclusão, não remanescendo, salvo alguns casos mais complexos, processos para o dia seguinte, método este que facilita a identificação dos processos conclusos para julgamento.

#### **7.28.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

O Magistrado despacha diariamente em secretaria, e sempre que há a necessidade de instruir algum setor, as informações são repassadas diretamente à equipe. Quando o assunto é de caráter geral, procede-se à reunião com toda a secretaria, sem estabelecimento de cronograma prévio para as reuniões.

#### **7.28.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

A partir do início da gestão do atual magistrado da 28ª Vara (outubro/2013), o principal parâmetro para o planejamento da Vara é a relação entre o número de processos distribuídos, arquivados e sentenciados. A partir daí, observando-se uma distribuição fora do padrão para um período específico, há concentração dos servidores em um foco determinado. Os servidores, havendo necessidade, atuam em mais de um setor para suprir aquela demanda que, em regra, é repetitiva. Há concentração das audiências criminais e cíveis às terças-feiras, também em decorrência de pedido do MPF e das procuradorias. O mesmo ocorre com os processos do PJe e CRETA (Juizado), que ocorrem, geralmente, nas quartas-feiras. Havendo necessidade, são realizadas audiências também nas quintas-feiras. Alguns peritos que atuam no JEF realizam as perícias na própria Vara, ficando a cargo da secretaria a marcação e intimação dos periciandos.

#### **7.28.2.5. Metas de Produtividade**

Há uma atenção especial as metas do CNJ, com acompanhamento semanal dos processos nelas relacionados.

#### **7.28.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes**

A Subseção de Arcoverde não é sede de unidade do Ministério Público Federal ou de qualquer Procuradoria Federal. Não há atuação da Defensoria Pública da União. Existe uma unidade da Procuradoria do Estado de Pernambuco. Os advogados têm amplo acesso à Subseção, que dispõe de uma sala da OAB. As partes são atendidas já no setor de Distribuição, com uma triagem inicial e encaminhamento para o setor e servidor correspondente. A Subseção dispõe de apenas um advogado voluntário cadastrado, mas que não atende todas as classes

processuais. Alguns advogados com escritórios estabelecidos na cidade colaboram como dativos quando são solicitados.

#### **7.28.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

No momento da elaboração deste relatório, a Vara contava com 1.763 (mil setecentos e sessenta e três) processos (físicos e eletrônicos) em andamento.

Do acervo de processos tramitando na 28ª Vara, 732 (setecentos e trinta e dois) processos se encontravam na fase de conhecimento (exceto penal); 177 (cento e setenta e sete) processos na fase de execução (cumprimento de sentença); 727 (setecentos e vinte e sete) processos de execução (exceto penal); 44 (quarenta e quatro) ações penais e 26 (vinte e seis) processos de execuções penais.

A relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara (divisão do número de processos em curso na Vara pelo número de servidores em atividade) é a seguinte:  $1.763$  (quantidade de processos) /  $18$  (quantidade de servidores em atividade) =  $97,94$ .

Assim, a média de processos por servidor da Vara é de aproximadamente 98 (noventa e oito), entrando no cômputo todos os servidores independentemente de seu cargo.

Por ocasião da correição, não havia pedidos urgentes pendentes de análise. Igualmente, não havia nenhum processo da vara com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN). A Secretaria tem feito um controle rígido dos processos com vistas para partes, que estão devolvendo os feitos dentro do prazo concedido.

Quando o Juiz Titular entrou em exercício na vara, havia 2.009 (dois mil e nove) processos, sendo que 675 (seiscentos e setenta e cinco) se encontravam na fase de conhecimento.

Segundo foi informado, nos últimos 24 meses não houve nenhum processo extraviado, assim como também não houve nenhum processo restaurado neste Juízo.

Nos últimos 24 meses foram realizadas 310 (trezentas e dez) audiências presididas pelo Juiz Titular. Não foi informada pela vara a realização de inspeção judicial nesse período.

#### **7.28.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

A Meta 1 está sendo cumprida, visto que a 28ª Vara vem mantendo o número de processos julgados superior aos processos de conhecimento distribuídos em 2014.



**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Em relação aos processos distribuídos até 31.12.2008, resta apenas um pendente de julgamento, conforme relatado pela Direção da Vara. Quanto aos processos distribuídos em 2009, excluídos os suspensos, foram todos julgados, ou seja, houve um cumprimento superior ao percentual de 80% da referida meta. Os processos do Juizado Especial também foram julgados, atingindo-se o percentual de 100% da meta.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

De acordo com os relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, tem-se que, até 31/07/2014, houve a identificação de todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública incluídas na Meta 04. Quanto ao cumprimento da segunda parte da referida meta, tem-se o seguinte quadro, ressaltando-se um processo que está suspenso pelo art. 366 do CPP:

- Ações de Improbidade Administrativa:

DATA DE AJUIZAMENTO	PENDENTES DE JULGAMENTO	META	CUMPRIMENTO
até 31/12/2011	0	100%	100% da meta
em 2012	0	50%	100% da meta

- Ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública:

DATA DE AJUIZAMENTO	PENDENTES DE JULGAMENTO	META	CUMPRIMENTO
até 31/12/2011	0	100%	100% da meta
em 2012	0	50%	100% da meta

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Em razão das limitações apresentadas pelos relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe de acompanhamento processual, bem como do grande número de dados requeridos para aferição do cumprimento da Meta 05 (Glossário e Esclarecimentos das Metas do CNJ), muitos deles inclusive necessitando de dados retroativos que não mais estão disponíveis no sistema informatizado, hoje não há ferramentas para identificar o atendimento da referida meta. Outrossim, os números da referida meta, segundo informado pela Vara, ainda serão consolidados pelo Núcleo de Apoio à Corregedoria – Nucleocor.

### **7.28.3.1. Cumprimento de Resoluções do CNJ**

Foi informado pela unidade jurisdicional que é feita a atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/(Provimento CNJ nº 29/2013), desde 11/2012.

A Vara cumpre as exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, bem como informa, no sistema informatizado, o Relatório de Controle de Prisões.

Neste ano, até o presente momento, não ocorreram interceptações telefônicas, assim como inexistiu algum preso preventivo com prisão decretada há mais de 02 (dois) anos.

A unidade jurisdicional informou ainda que todas as metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2013 foram cumpridas.

### **7.28.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Além da 28ª Vara, possuíram, ao menos durante parte do período de 2008 a 2013, competência comum com juizado especial as seguintes Varas na Seção Judiciária de Pernambuco: 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 34ª e 35ª Varas.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, os números referentes a todas as Varas com competência comum com juizado especial, durante o período de 2008 a 2013, foram os seguintes:

#### **a) Dados de processos distribuídos:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	2.607	2.572	2.052	1.613	1.558	1.893
16ª	5.656	4.141	4.062			
17ª	2.602					

		2.602	2.293	1.644	1.670	1.899
18 <sup>a</sup>	4.513	4.339	3.994	3.119	2.876	4.213
20 <sup>a</sup>	2.164	1.953	1.640	1.981	1.864	2.939
23 <sup>a</sup>	9.033	6.462	5.445	5.006		
24 <sup>a</sup>	5.635	4.171	4.050			
25 <sup>a</sup>				3.299	2.409	2.200
26 <sup>a</sup>				3.512	2.577	2.872
27 <sup>a</sup>				2.085	2.642	2.918
28 <sup>a</sup>				2.686	1.878	2.477
34 <sup>a</sup>						191
35 <sup>a</sup>						178
<b>Total</b>	<b>32.210</b>	<b>26.240</b>	<b>23.536</b>	<b>24.945</b>	<b>17.474</b>	<b>21.780</b>

Pelo que se observa, de modo geral, o número total de processos distribuídos entre as Varas com competência comum cumulada com juizado especial experimentou, durante o período, uma diminuição sensível, muito embora tenha havido discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013, o que se verificou também na 28<sup>a</sup> Vara.

#### b) Dados de processos julgados:

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8 <sup>a</sup>	2.444	2.258	2.140	1.560	1.256	1.594
16 <sup>a</sup>	6.470	4.634	4.726			
17 <sup>a</sup>	2.408	2.505	2.098	1.537	1.376	1.654
18 <sup>a</sup>	3.882	3.626	2.998	3.464	2.712	4.468
20 <sup>a</sup>	1.866	1.606	1.483	1.496	1.900	1.665
23 <sup>a</sup>	7.796	5.027	7.732	4.560		
24 <sup>a</sup>	6.818	4.715	4.730			
25 <sup>a</sup>				2.897	2.078	1.785
26 <sup>a</sup>				2.608	2.467	2.356
27 <sup>a</sup>				1.711	2.699	2.931
28 <sup>a</sup>				1.606	2.322	2.505
34 <sup>a</sup>						87
35 <sup>a</sup>						63
<b>Total</b>	<b>33.692</b>	<b>26.380</b>	<b>27.917</b>	<b>23.450</b>	<b>16.810</b>	<b>19.108</b>

No mesmo compasso da distribuição, de maneira geral, o número de processos julgados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem decrescido, com discreto acréscimo entre os anos de 2012 e 2013.

Na 28ª Vara, o número de processos julgados, ano a ano, tem seguido num crescente. Embora tenha havido um acréscimo mais significativo a partir do ano de 2012, este número também cresceu no ano de 2013.

**c) Dados de processos arquivados:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.332	2.584	2.896	2.183	1.754	1.962
16ª	7.864	5.326	4.989			
17ª	2.859	2.614	3.400	2.149	1.909	2.007
18ª	5.618	3.114	2.470	3.912	3.549	5.516
20ª	1.983	1.607	1.870	2.076	2.444	2.830
23ª	7.292	5.793	9.256	5.299		
24ª	7.672	6.326	4.932			
25ª				2.693	2.260	1.895
26ª				2.864	2.612	2.412
27ª				1.722	2.579	3.018
28ª				1.216	2.383	2.569
34ª						41
35ª						35
<b>Total</b>	<b>36.620</b>	<b>27.364</b>	<b>29.813</b>	<b>24.114</b>	<b>19.490</b>	<b>22.285</b>

No mesmo passo do número de processos distribuídos e julgados, o número de processos arquivados entre as varas com competência comum cumulada com juizado especial tem diminuído, exceto nos anos de 2010 e 2013.

Na 28ª Vara, embora tenha havido um acréscimo mais significativo em 2012, o número de processos arquivados prossegue com viés ascendente.

**d) Dados de processos em tramitação:**

<b>C + JEF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
8ª	3.760	3.822	2.495	1.877	1.934	2.034
16ª	5.548	4.384	3.368			
17ª	4.074	3.969	2.201	1.848	1.982	2.037
18ª	3.364	4.148	5.452	3.760	3.639	2.239
20ª	2.208	2.462	2.140	1.936	1.574	2.017
23ª	8.718	9.120	4.456	4.161		
24ª		4.395	3.506			

	6.002					
25 <sup>a</sup>				1.235	1.486	1.978
26 <sup>a</sup>				1.682	1.650	2.015
27 <sup>a</sup>				2.495	2.325	2.231
28 <sup>a</sup>				2.812	2.225	1.983
34 <sup>a</sup>						641
35 <sup>a</sup>						654
<b>Total</b>	<b>33.674</b>	<b>32.300</b>	<b>23.618</b>	<b>21.806</b>	<b>16.815</b>	<b>17.829</b>

Como consequência, embora o número total de processos em tramitação entre as Varas comuns cumuladas com juizado especial tenha diminuído como um todo, observa-se na 28<sup>a</sup> Vara, embora tenha havido um decréscimo mais expressivo em 2012 no quantitativo de feitos em tramitação, o número de processos arquivados mantém viés ascendente.

#### 7.28.4.1. Indicadores de eficiência da Vara

Um dos fatores utilizados pela Corregedoria para a medição do grau de eficiência das Varas Federais é a análise do número de processos distribuídos no ano anterior em relação ao número de processos em tramitação, excluindo-se desta contagem os processos que estão sobrestados, suspensos e arquivados.

Os números disponibilizados à Corregedoria apontam para a seguinte situação em dezembro de 2013 (total de processos ajustado):

QUANTIDADE – TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2013	Distribuídos - 2013
28 <sup>a</sup> Vara	2.477

Com base nesses números e considerando a metodologia descrita na introdução do presente relatório, tem-se que a 28<sup>a</sup> Vara Federal possuía em dezembro de 2013 um acervo de processos em tramitação ajustada (1.283) inferior ao total de processos distribuídos no ano (2.477), o que a posiciona no **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

#### 7.28.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO

##### 7.28.5.1. Processos físicos

Foram selecionados para correição 50 (cinquenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

##### – Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:

0000283-75.2011.4.05.8305 – 80 dias/ 117 dias (AR); 90 dias, 50 dias, 65 dias, 90 dias.

**– Cobrança de precatória – demora superior a 30 dias (após o final do prazo da precatória):**

0000018-24.2012.4.05.8310 – 110 dias

0000254-39.2013.4.05.8310 – 150 dias

Processo nº 0000283-75.2011.4.05.8305 – Prazo 70 (setenta) dias.

**– Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:**

0000580-67.2011.4.05.8310 – 35 dias, 85 dias

0015283-67.2010.4.05.8300 – 90 dias

0011950-44.2009.4.05.8300 – 20 dias, 50 dias, 30 dias

0000277-82.2013.4.05.8310 – 22 (vinte e dois) dias.

0000018-24.2012.4.05.8310 – 40 (quarenta) dias.

0000050-84.2011.4.05.8303 – 21 dias para vista à Fazenda Nacional.

0001189-50.2011.4.05.8310 – 43 dias.

0000369-57.2008.4.05.8303 – 30 dias.

0000477-18.2010.4.05.8303 – 30 dias.

0000174-03.2007.4.05.8305 – 26 dias.

**– Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0000283-75.2011.4.05.8305 – 117 dias

0000165-21.2005.4.05.8302 – 210 dias

**– Demora na publicação superior a 10 dias:**

0000277-82.2013.4.05.8310 – 65 dias.

0001189-50.2011.4.05.8310 – 19 dias.

0000369-57.2008.4.05.8303 – 21 dias.

**– Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0000018-24.2012.4.05.8310 – 60 dias.

**– Inexistência de etiqueta da prescrição nos processos criminais:**

0001199-76.2001.4.05.8300

0000018-24.2012.4.05.8310 – 60 dias.

**– Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0003384-09.2009.4.05.8300

0011950-44.2009.4.05.8300

0000535-83.2008.4.05.8305

0000155-06.2007.4.05.8302

**– Demora na conclusão superior a 5 dias:**

0000580-67.2011.4.05.8310 – 20 dias

0000434-18.2009.4.05.8303 – 15 dias

0007668-70.2003.4.05.8300 – 15 dias

0000277-82.2013.4.05.8310 – 10 dias

0000018-24.2012.4.05.8310 – 15 dias

0000050-84.2011.4.05.8303 – 40 dias

0001189-50.2011.4.05.8310 – 12 dias

0000477-18.2010.4.05.8303 – 09 dias  
0000174-03.2007.4.05.8305 – 14 dias  
0000374-82.2013.4.05.8310 – 11 dias  
0000283-75.2011.4.05.8305 – 80 dias; 117 dias.  
0012439-57.2004.4.05.8300 – 120 dias.

**– Conclusão do processo na mesma data da prolação da decisão/sentença:**

0001189-50.2011.4.05.8310

**– Processo com duas conclusões em datas diferentes para mesma decisão:**

0000369-57.2008.4.05.8303

**– Inconsistências na ordem cronológica dos atos processuais:**

0001189-50.2011.4.05.8310

0000369-57.2008.4.05.8303

**– Ausência/demora na certificação de atos processuais:**

0000263-35.2012.4.05.8310 – 80 dias.

0000022-95.2011.4.05.8310 – 25 dias.

0001189-50.2011.4.05.8310 – 18 dias.

0000283-75.2011.4.05.8305

**– Ausência de registro da sentença em cartório:**

0001189-50.2011.4.05.8310

0000369-57.2008.4.05.8303

0000174-03.2007.4.05.8305

**– Ausência/demora no acompanhamento do recurso digitalizado:**

0000831.85.2011.4.05.8310 – 09 meses.

**– Publicação de ato ordinatório inexistente:**

0000050-84.2011.4.05.8303

**– Prática de ato processual por terceirizado:**

0000050-84.2011.4.05.8303

**– Prática de ato ordinatório reproduzindo o teor de despacho:**

0000174-03.2007.4.05.8305

0000374-82.2013.4.05.8310

### **7.28.5.2. Processos eletrônicos (SISTEMA PJE)**

Foram selecionados para correição 10 (dez) processos do Sistema PJe.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

– **Demora na conclusão:**  
0800002-37.2012.4.05.8310

– **Lapso temporal para certificação decurso de prazo:**  
0800004-70.2013.4.05.8310

– **Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão:**  
0800004-70.2013.4.05.8310

### **7.28.5.3. Processos do SISTEMA CRETA**

Foram selecionados para correição 20 (vinte) processos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

– **Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**  
0500036-51.2013.4.05.8310 - 24 dias

– **Demora na prolação da sentença:**  
0500036-51.2013.4.05.8310 - 2 meses

– **Processos sem movimentação processual em período determinado:**  
0500203-34.2014.4.05.8310

### **7.28.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

- Demora na prolação de despacho superior a 15 dias; demora na prolação de decisão/sentença superior a 60 dias:

Recomendação: Controle de prazos mediante emissão periódica de relatórios do sistema informatizado. Priorizar o julgamento das ações criminais e de improbidade. Procurar cumprir os prazos fixados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Paralisação irregular (cumprimento) superior a 15 dias:

Recomendação: Recrudescer a fiscalização sobre a observância dos prazos pelos servidores responsáveis pelo cumprimento das decisões judiciais.

- Demora na juntada de expediente superior a 15 dias:



Recomendação: Criação de rotina que agilize a juntada de documentos e petições.

- Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes nos processos criminais e improbidade mais volumosos:

Recomendação: Inserir índice na contracapa dos processos criminais e improbidade mais volumosos em ordem a facilitar a localização das peças mais importantes, principalmente em caso de audiência, ademais de auxiliar a secretaria no manuseio do processo.

- Demora na conclusão superior a 5 dias:

Recomendação: Assim como em relação aos atos cartorários em geral, a conclusão para despacho, decisão ou sentença deve ser feita na mesma data, preferencialmente pelo servidor que praticou o ato anterior. Realizar a conclusão do processo tanto que for juntada a petição ou praticado o ato.

- Cobrança de precatória – 30 dias (após o final do prazo da precatória):

Recomendação: Criação de rotinas para acompanhamento e cobrança de precatórias expedidas. Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados pela internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo, considerar 90 dias da expedição.

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Apontam-se como parâmetro temporal os seguintes prazos: ato simples (intimação, citação): 10 dias; citação, penhora e avaliação: 60 dias; comparecimento em juízo: 10 dias antes do ato.

### **7.28.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

- Os Oficiais de Justiça auxiliam nos trabalhos de Secretaria (as diligências realizadas nos processos do Creta e PJe são anexadas aos processos pelos próprios oficiais);

- Organização dos processos nas prateleiras, com identificação da data de vencimento do prazo, facilitando o controle rápido e prático de prazos;

- Realização de reuniões periódicas de avaliação de desempenho;

- Comunicação de atos processuais e remessa/recebimento de documentos aos peritos e advogados por correio eletrônico. Utiliza-se, ainda, o telefone para os casos em que a parte não dispõe de advogado (JEF);

- Controle sistemático de cobrança de carta precatória expedida (desde o envio da carta precatória, observação sobre distribuição, solicitação de informações sobre cumprimento e pedido de devolução);

- Utilização do malote digital para remessa de ofícios e cartas precatórias às comarcas, cujo retorno se evidencia na rapidez do envio dos expedientes, além de evitar despesas com postagem ou impressão de documentos;

- Organização da pauta de audiências em ordem a reunir no mesmo dia os processos do mesmo advogado;

- Utilização rotineira do sistema de videoconferência para oitiva de partes/testemunhas que residem em outra comarca;

- Atuação dos servidores em todas as fases do processo, bem como fixação de meta, em gabinete, de julgamento dos processos no mesmo dia de recebimento do processo concluso, ressalvados os casos mais complexos;

- O juiz despacha os processos na Assessoria e Secretaria da Vara, integrando-se com os servidores;

- A sala do Diretor de Secretaria é separada da Secretaria por divisória de vidro, de forma que tem visibilidade de toda a rotina da Vara, mas é dotada de privacidade para receber advogados e servidores;

- Trabalho direcionado para o apensamento das execuções fiscais contra o mesmo executado, extraíndo-se relatório do TEBAS e importando-o para o formato de texto, reduzindo de forma considerável o acervo das execuções fiscais.

#### **7.28.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Não se identificou descumprimento de recomendações e/ou determinações em relação aos processos correicionados anteriormente. As observações feitas pela Corregedoria foram repassadas à secretaria para ciência. Foi elaborado um quadro comparativo com outras subseções para abordagem dos dados, solicitando-se atenção redobrada para sanar os apontamentos feitos pela Corregedoria.

A autoinspeção ocorreu em todos os processos da Vara, inclusive aqueles suspensos e arquivados provisoriamente. O magistrado orientou os servidores a evitar o retrabalho, analisando com cautela os processos para atingir a celeridade almejada pelas partes, sempre lembrando que o processo tem começo, meio e fim, e que este último deve ser atingido no tempo adequado, sem atropelos. Todos os servidores que compõem a 28ª Vara vêm buscando cumprir as orientações desde então.

## **7.29. 29ª VARA FEDERAL – JUIZADO ESPECIAL FEDERAL/EXECUÇÃO FISCAL - JABOATÃO DOS GUARARAPES**

### **7.29.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 29ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e implantada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 06, de 02/03/2011.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum que funciona na Av. Ayrton Senna da Silva, 3835 - Piedade – Jaboatão dos Guararapes (PE), onde funciona a Subseção Judiciária dessa Cidade. O prédio fica localizado no centro da Cidade e, a despeito da excelente localização, trata-se de um prédio adaptado e faz-se necessária uma reforma para torná-lo mais funcional e adequado ao serviço jurisdicional.

Dentro de sua área territorial, a 29ª Vara tem competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, cabendo-lhe, ainda, a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos Juizados Especiais Federais Criminais.

#### **7.29.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.29.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal GEORGIUS LUÍS ARGENTINI PRINCIPE CREDIDIO ingressou na magistratura federal em 09/06/1989 e exerce a titularidade da 29ª Vara desde 18/03/2011, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado esteve afastado em razão dos seguintes motivos: Férias: de 02/10/2012 a 31/10/2012, 07/01/2013 a 05/02/2013, 09/09/2013 a 08/10/2013, 07/01/2014 a 05/02/2014 e 04/08/2014 a 02/09/2014. Licenças: 13/08/2012 (assunto particular), 05 a 12/11/2012 (tratamento de saúde), 08/04/2012 (doença de pessoa da família) e 29/04 a 01/05/2013 (falecimento de pessoa da família).

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado substituiu, em razão de férias ou afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, nos seguintes períodos: 16/04/2013 a 15/05/2013 e 09/05/2013 a 10/06/2013 (respectivamente, períodos de férias e de licença gestante da Juíza Federal Roberta Walmsley Soares). De 25/06/2013 a 24/07/2013 e 25/06/2014 a 17/07/2014 (períodos de férias da Juíza Federal Daniela Zarzar Pereira de Melo).

O Juiz Federal reside na região metropolitana em que se localiza a Vara e não exerce a docência.

A 29ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

### 7.29.1.1.2. Servidores

A 29ª Vara de Pernambuco conta com 18 cargos efetivos, que estão todos preenchidos.

O quadro de servidores atualmente em atividade na Vara é o seguinte:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área de formação
Elisângela Regina de Melo Lima	Analista Judiciária – Área Judiciária. Cargo efetivo atualmente na sede da SJPE, em Recife, por motivo de remoção, e requisitada para o exercício do cargo CJ-03 - Dir. de Secretaria da 29ª Vara F	CJ-03 (Direção de Secretaria)	Superior completo, com pós-graduação concluída em Direito Processual Civil	Direito
Kerley Rogério de Siqueira Coêlho	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Titular)	Superior completo, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Marcella Nascimento Pedrosa	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto)	Superior completo, com pós-graduação concluída em Português, e outra, em andamento, em Direito Civil	Direito
Marisa Cibele Ojaimi Cavalcante de Albuquerque	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Hermes de Meneses Pires Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04 (Superv. Assistente do Gabinete do Juiz Substituto)	Superior completo, com pós-graduação concluída em Direito Processual Civil	Direito
Rossana Maria Cavalcanti Cardoso de Lima Soares	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo, com pós-graduação em Português	Direito
Maria Lígia de Carvalho Souza Dantas	Analista Judiciária – Área Administrativa	FC-05 (Supervisor da Seção de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo, graduada em Ciências Contábeis	Ciências Contábeis
Paulo Roberto Manjorani Cardoso	Analista Judiciária – Executante de Mandados	---	Superior completo, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Líllian Maria	Analista Judiciária –	---	Superior completo,	Direito

Baima Brum	Executante de Mandados		com pós-graduação concluída em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	
Ana Carolina de Almeida e Silva	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Superior completo, graduada em Direito e Arquitetura	Direito e Arquitetura
Maria Luiza Salviano de Souza Morais	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Processamento de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo, graduada em Fisioterapia, e também curso em andamento de Direito (6º período)	Fisioterapia
Karla de Oliveira Wanderley Andrade	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-03 (Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo, graduada em Medicina Veterinária	Medicina Veterinária
Cristiane Maria dos Reis Silva	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-03 (Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo em Administração e Direito, com pós-graduação em Gestão Pública	Direito e Administração
Sérgio Ricardo de Queiroz Trajano	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Setor de Cálculos da 29ª Vara)	Superior incompleto, cursando Ciências Contábeis (6º período)	---
Luciene Nunes da Silveira Ferraz	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-02 (Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria)	Superior Completo, graduada em Odontologia	Odontologia
Claudenice Maria Oliveira	Servidora requisitada	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Apoio Judiciário)	Superior completo, graduação em Jornalismo	Jornalismo
Allen Dias de Brito Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	---	Nível médio completo	---
Jorge Luiz de Araújo Fernandes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	---	Superior completo, graduado em Engenharia de Minas	Engenharia de Minas
Thiago Barreto Coelho e Silva	Técnico Judiciário – Área Segurança e Transporte	---	Superior incompleto, em andamento curso Marketing	---
Leandro Pontes da Silva	Técnico Judiciário – Área Segurança e Transporte	---	Superior completo, Gestão em Trânsito, concluído, e cursando Direito	

Atualmente, não há servidores cedidos para outros órgãos e também não há servidores afastados de suas atividades.

### **7.29.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 04 (quatro) vagas para estagiários estudantes de direito. Atualmente, há 03 (três) estagiários que exercem suas atividades na Secretaria da Vara.

## **7.29.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da Vara é das 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Do quadro de pessoal, 16 (dezesesseis) servidores trabalham na Secretaria da Vara e 04 (quatro) atuam no gabinete.

### **7.29.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

A Secretaria da 29ª Vara dispõe de três setores:

- Seção de Processamento de Feitos dos Juizados;
- Seção de Processamento de Execuções Fiscais;
- Setor de Cálculos.

A Direção de Secretaria também realiza atividades de secretaria atinentes ao andamento dos processos e funcionamento da Vara.

A SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DOS JUIZADOS é composta por quatro servidores, incluindo sua supervisora (Marisa Cibele Ojaimi), cuja atividade principal é a elaboração de minutas de despachos e de decisões e o controle da movimentação dos processos no sistema CRETA, das intimações e dos prazos processuais em curso. Também elabora a pauta de audiências, e fiscaliza as atividades dos demais servidores vinculados ao Juizado. A segunda servidora (Rossana Cavalcanti) realiza a triagem das ações ajuizadas referentes às ações de aposentadoria especial e por tempo de contribuição, e às ações cíveis, bem como acompanha as audiências com o magistrado, e elabora minutas de despachos, decisões e sentenças. Também é responsável por todo o andamento dos processos do Juizado Especial Federal Criminal. O terceiro servidor (Leandro Pontes) expede as requisições de pagamento dos processos do JEF e realiza atendimento ao público em parte do horário do expediente. A quarta servidora (Claudenice Oliveira) faz o agendamento das perícias e recebimento dos laudos anexados, e expede a correspondente requisição de pagamento de honorários periciais, faz a triagem das ações ajuizadas que não dizem respeito aos pedidos de aposentadoria especial e por tempo de contribuição, e às ações cíveis, além de realizar os atendimentos ao público em parte do horário de expediente.

A SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS é composta por uma supervisora (Maria Lígia Carvalho) cuja principal atividade é a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, e o controle dos prazos processuais e das cargas realizadas. Mensalmente, extrai relatórios do sistema TEBAS para verificar a existência de processos que, eventualmente, estejam com prazos vencidos, para que seja solicitada a devolução dos autos à secretaria. Expede as requisições de pequeno valor e os precatórios referentes aos processos físicos em tramitação. Outra atividade inerente é o controle dos processos suspensos e dos arquivados sem baixa, nos termos do art. 40, § 2º da Lei nº 6.830/80. Além da supervisora, existem mais cinco servidores e três estagiários na Seção de Execução Fiscal. A segunda servidora (Maria Luiza) realiza a triagem das execuções fiscais ajuizadas e redistribuídas para a Vara e elabora minutas de despachos e decisões nestes processos. Também faz consulta aos sistemas Bacen Jud, Renajud e Infojud. Realiza ainda a triagem das ações ajuizadas por meio do sistema PJe, e controla seus prazos e movimentações. A terceira servidora (Karla Andrade) realiza o controle das cartas precatórias expedidas pelo Juízo, elaborando os ofícios atinentes ao seu cumprimento dirigidos aos outros Juízos. Também controla o prazo de cumprimento das cartas precatórias cumpridas pelo Juízo, e fiscaliza juntada dos mandados e das petições protocoladas para esta Vara. Há, ainda, dois servidores (Allen Dias e Luciene Ferraz) que elaboram todos os expedientes relativos ao cumprimento dos despachos e das decisões nos processos em tramitação (cartas, mandados, ofícios, cartas precatórias e alvarás), e também preparam as cargas e remessas dos processos. A sexta servidora (Cristiane Reis) também elabora minutas de despachos e decisões e faz a consulta ao sistema Renajud. Todos os servidores da Seção de Execuções Fiscais realizam o atendimento das partes e procuradores. Quanto aos estagiários da Vara, estes expedem regularmente as cartas de citação e de intimação nos processos de execução fiscal, fazem prévia consulta ao banco de dados de endereços a serem inseridos nas mencionadas cartas, e fazem, rotineiramente, a consulta dos processos que aguardam julgamentos por outros órgãos.

Na SEÇÃO DE CÁLCULOS, o servidor da Contadoria (Sérgio Ricardo Trajano) realiza os cálculos e elabora planilhas, posteriormente anexadas aos processos.

A Diretora de Secretaria consulta, diariamente, o correio eletrônico da Vara e utiliza o malote digital para ler e encaminhar todos os documentos expedidos nos processos. Também controla os documentos lidos e enviados por meio das cinco unidades vinculadas ao sistema "Malote Digital" da Subseção Judiciária de Jabotão (apoio administrativo, protocolo e distribuição, Subseção de Jabotão dos Guararapes, 29ª Vara Federal e gabinetes dos juízes titular e substituto). Diariamente, envia os boletins de publicação para o Diário eletrônico, como também faz as certidões nos processos das publicações realizadas. Elaborar as minutas de ordens de bloqueio, desbloqueio, transferência de valores por meio do sistema Bacen Jud, como também minutas de requisições de informações pelo mesmo sistema. Rotineiramente, confere os expedientes elaborados pelos servidores, e também os alvarás e as requisições de pequeno valor e precatórios expedidos tanto por meio do sistema TEBAS (enviando-as ao tribunal) quanto por meio do Creta. Ainda não foi necessário expedir tais requisições por meio do sistema PJe. Também, como rotina, consulta os sistemas TEBAS, Creta e PJe.

Mensalmente, a diretora de secretaria informa os números e dados da Vara e produtividade no sistema de Serventias, e, para obtê-los, extrai relatórios dos sistemas CRETA, TEBAS e PJe referentes ao períodos informados. Também cabe à diretora de secretaria fiscalizar o cumprimento do expediente/jornada pelos servidores, atualizar o sistema de ponto eletrônico, utilizar o sistema Fluxus para encaminhar os documentos da Vara, conferir material de expediente da Vara e solicitá-los da Sede, quando necessário.

Semanalmente, a Diretora de Secretaria também faz a distribuição dos mandados para os oficiais de justiça (Lillian Baima Brum e Paulo Manjorani), e, sempre que necessário, se reúne com cada um deles ou os dois juntos para monitorar suas atividades e adequar novas rotinas. A distribuição dos mandados é realizada levando em consideração o número de mandados semanal (demanda) e os locais de cumprimento das diligências. Busca-se sempre uma divisão equitativa, embora se trate de forma diferenciada aqueles mandados urgentes (com prioridade), e também aqueles em que o cumprimento seja em locais mais distantes e de difícil acesso. Também, por meio do sistema, a diretora controla os prazos de cumprimento das diligências e devoluções dos mandados.

Existem 02 (dois) servidores vinculados ao Setor de Protocolo e Distribuição (Valdir Lins e Jorge Luiz), 01 (um) servidor no Apoio Administrativo (Sóstenis Brito), e mais 01 (um) servidor ocupante do cargo Técnico Judiciário, especialidade Segurança e Transporte (Thiago Barreto).

A Vara adota sistema específico para organização dos processos na Secretaria. Quanto aos processos físicos, há uma importante separação em relação aos grandes devedores, dispostos em estante específica, localizados por atos. Os demais processos também são separados por atos e, na Secretaria, ficam localizados os processos em andamento. Aqueles que estão em fase de suspensão e arquivamento ficam em sala separada. Há prioridade no andamento das cartas precatórias e em processos que contenham pedidos liminares, urgentes. Em todos os processos novos, com distribuição ou redistribuição recente para a Vara, inicialmente é feita uma pesquisa de endereço dos executados (há um banco de dados cuja consulta é feita em Secretaria) para evitar diligências inúteis e, somente após esta providência, fazemos conclusão para análise da petição inicial. Em todos os casos, buscamos dar prioridade às conclusões mais antigas e atuar com rapidez.

#### **7.29.2.2. Organização dos Gabinetes**

O Gabinete está subdividido em Assessoria da Execução Fiscal e Assessoria do Juizado Especial Federal.

Na Assessoria da Execução Fiscal atuam os Analistas Judiciários: Hermes Meneses Pires Neto, mat. 2820; e Kerley Rogério de Siqueira Coêlho, Mat. 2905. Esses dois servidores realizam as seguintes atividades: a) minutas de despacho, decisão e sentença, de acordo com a cronologia da conclusão (processo com a conclusão mais antiga para o processo com a conclusão mais recente), mas priorizando sempre os pedidos urgentes, tais como: pedidos de liminares, antecipação de tutela e pedidos de desbloqueios e, ainda, as demandas cuja prioridade de tramitação decorre de lei; b) atendimento às partes e advogados; c)



movimentação de processos no sistema TEBAS de acompanhamento processual; d) pesquisa de doutrina e jurisprudência.

Nos processos do Juizado, o próprio sistema destaca aqueles com prioridade em razão da parte já contar com mais de 60 anos, razão pela qual os próprios servidores os colocam como prioritários para dar andamento. Aqueles processos com pedidos liminares e tutelas antecipadas também são prioritários. Há, também, um critério temporal, sempre para dar andamento àqueles processos conclusos há mais tempo. Nos processos físicos, respeitamos os prazos de conclusão mais antigos para julgamento.

A Vara adota métodos de controle e situação do acervo de processos, utilizando um banco de dados dos endereços dos executados, cuja consulta é feita logo após a distribuição dos processos, para evitar diligências inúteis dos oficiais de justiça. Utiliza também uma planilha para acompanhamento dos prazos das cartas precatórias.

#### **7.29.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

Quando necessário, ocorrem reuniões na Vara com a participação do magistrado, principalmente para tratar de mudanças de rotinas e de procedimentos.

#### **7.29.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

As atividades dos servidores da Vara são bem definidas e sincronizadas, justamente para evitar ocorrências que impliquem em paralisações indevidas dos processos. Nos períodos de férias dos servidores, são designados substitutos que realizam atividades secundárias, além das suas atividades próprias, para suprir a ausência do vacante, medida que se faz para prestigiar o andamento dos processos de forma célere.

Há um empenho para que se evite que os processos fiquem sem andamento por períodos superiores a 30 (trinta) dias, como também que se evite prazos de cumprimento das decisões por mais de 15 (quinze) dias.

Mensalmente, são emitidos extratos e relatórios do sistema para acompanhar a tramitação dos processos, principalmente aqueles que estão com carga para as Procuradorias, Defensoria Pública Federal, Ministério Público Federal e advogados.

#### **7.29.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

Não há na Vara um procedimento específico para atendimento dos membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados. Em geral, as partes, os advogados e procuradores são atendidas no balcão da Secretaria.

A Vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **7.29.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Considerando o acervo de 4.746 processos e que há 16 servidores em atuação na Vara, a relação é de 296,43 processos/servidor.

#### **7.29.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

As metas estabelecidas pelo CNJ estão sendo cumpridas na 29ª Vara Federal.

No período de janeiro a agosto de 2014, foram distribuídos 44 processos de conhecimento, e prolatadas 98 sentenças. Estes dados foram extraídos do relatório estatístico de processos distribuídos e do relatório estatísticos de sentenças CJF, do sistema TEBAS. Em relação aos processos eletrônicos (PJe), foram distribuídos 22 processos de conhecimento no período de janeiro a agosto de 2014, e 07 (sete) sentenças foram prolatadas no mesmo período. Nesse período, 13 (treze) processos do sistema PJe foram redistribuídos para outros juízos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

No ano de 2011, ano da inauguração da Vara, foram distribuídas, no Juizado Especial, 3.153 ações, como também foram prolatadas 2.332 sentenças, segundo relatórios estatísticos extraídos do sistema CRETA. Especificamente no ano de 2011, ano da instalação da 29ª Vara, não foi atingido o percentual de 80%, tendo sido alcançado o patamar de 73,96%. Porém, nos anos subsequentes, a Vara vem atingindo a meta de percentuais de processos julgados.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

A meta não se aplica à 29ª Vara Federal.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10%**

quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".

Quanto à Meta 5, foi salientado que está havendo o monitoramento quanto ao seu cumprimento.

#### 7.29.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA

A 29ª e 30ª Varas da Seção Judiciária de Pernambuco possuem uma competência singular, sem paralelo em outras seções. A competência de ambas é para processar e julgar as matérias afetas aos juizados especiais, cível e criminal, e as questões objeto de execução fiscal. As questões cíveis e criminais que não são da alçada do juizado especial são da competência das Varas sediadas em Recife.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional, os números referentes a todas as Varas com competência comum cível, incluindo execução fiscal e criminal, durante o período de funcionamento das duas Varas, que foram criadas a partir de 2011, temos os seguintes dados:

##### a) Dados processuais do ano de 2011

Fis+JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
29ª	7.489	3.509	3.191	5.477
30ª	7.429	3.569	2.832	5.763
<b>Total</b>	<b>14.918</b>	<b>7.078</b>	<b>6.023</b>	<b>11.240</b>

##### b) Dados processuais do ano de 2012:

Fis+JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
29ª	3.151	3.841	4.248	4.784
30ª	3.129	3.651	4.106	4.943
<b>Total</b>	<b>6.280</b>	<b>7.492</b>	<b>8.354</b>	<b>9.727</b>

##### c) Dados de processuais de 2013:

Fis+JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
29ª	3.583	3.461	3.606	4.921
30ª	3.650	2.865	2.599	5.717
<b>Total</b>	<b>7.233</b>	<b>6.326</b>	<b>6.205</b>	<b>10.638</b>

Pelo que se observa, de acordo com os dados acima, o estoque de processos decresceu de forma acentuada entre os anos de 2011 e 2012, enquanto teve um discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

É verdade que o número de processos em tramitação está acima do número de casos novos, no entanto, há de se levar em consideração que se tratam de varas em que a maioria dos feitos são de execução fiscal.

Feitas essas considerações, tendo em conta a tramitação ajustada, temos os seguintes dados.

	DISTRIB	TRAMIT	TRAMITAÇÃO AJUSTADA	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%	Conceito
Fis+JEF	2013	2013							
29ª	3.583	4.921	1983	4360	0	561	2938	55,34%	A
30ª	3.650	5.717	2073	4897	1	820	3645	56,79%	A
<b>Total</b>	<b>7.233</b>	<b>10.638</b>	<b>4056</b>	<b>9257</b>	<b>1</b>	<b>1381</b>	<b>6583</b>	<b>56,08%</b>	

#### 7.29.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida

O trabalho da secretária é bem organizado. O ambiente de trabalho é *clean*, transmitindo a sensação de modernidade e eficiência. O ritmo de trabalho é muito bom, não sendo identificada demora na prática dos atos processuais.

Pelo que consta das observações feitas nos processos inspecionados, em praticamente todos foram feitos registros referentes à extrapolação dos prazos.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara tem desempenho similar ao da que lhe serve de paradigma, e apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional.

Como se vê, os dados estatísticos revelam o grau de eficiência da 30ª Vara Federal em Jaboatão dos Guararapes/PE, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito "A"**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar, ainda mais, a prestação da atividade jurisdicional.

#### 7.29.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO

##### 7.29.5.1. Processos físicos

Foram selecionados 50 (cinquenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pela Juíza Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar a seguinte ocorrência:

**- Demora na juntada de expediente:**

0001576-28.2012.4.05.8311 – 30 dias  
0001376-55.2011.4.05.8311 – 90 dias  
0001586-72.2012.4.05.8311 – 50 dias

**- Demora na prolação de despacho:**

0009116-64.2011.4.05.8311 – 60 dias  
0010508-39.2011.4.05.8311 – 110 dias  
0001576-28.2012.4.05.8311 – 90 dias  
0001625-64.1996.4.05.8300 – 30 dias  
0001149-65.2011.4.05.8311 – 90 dias  
0011492-23.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001546-90.2012.4.05.8311 – 90 dias  
0000994-62.2011.4.05.8311 – 50 dias  
0009356-53.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001247-16.2012.4.05.8311 – 115 dias  
0001586-72.2012.4.05.8311 – 70 dias

**- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0010065-88.2011.4.05.8311 – 100 dias  
0009116-64.2011.4.05.8311 – 120 dias  
0000824-22.2013.4.05.8311 – 140 dias  
0010508-39.2011.4.05.8311 – 90 dias  
0001576-28.2012.4.05.8311 – 150 dias  
0001149-65.2011.4.05.8311 – 120 dias  
0001376-55.2011.4.05.8311 – 120 dias  
0001546-90.2012.4.05.8311 – 90 dias  
0010215-69.2011.4.05.8311 – 110 dias  
0009356-53.2011.4.05.8311 – 120 dias  
0001423-92.2012.4.05.8311 – 75 dias  
0001247-16.2012.4.05.8311 – 90 dias  
0001586-72.2012.4.05.8311 – 110 dias

**- Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

0000928-82.2011.4.05.8311 – 40 dias  
0011366-36.1993.4.05.8300 – 20 dias  
0001576-28.2012.4.05.8311 – 30 dias  
0001247-16.2012.4.05.8311 – 60 dias

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0010065-88.2011.4.05.8311 – 120 dias

**- Demora na cobrança de autos fora de cartório:**

0011366-36.1993.4.05.8300 – 60 dias

0001376-55.2011.4.05.8311 – 90 dias  
0007953-49.2011.4.05.8311 – 90 dias

**- Demora na conclusão:**

0000094-79.2011.4.05.8311 – 29 dias  
0000096-49.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0009116-64.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0016509-73.2011.4.05.8300 – 40 dias  
0001536-12.2013.4.05.8311 – 28 dias  
0000430-83.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0011366-36.1993.4.05.8300 – 30 dias  
0000098-19.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001625-64.1996.4.05.8300 – 30 dias  
0011260-11.2011.4.05.8311 – 60 dias  
0001149-65.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0011492-23.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001315-97.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001376-55.2011.4.05.8311 – 90 dias  
0001546-90.2012.4.05.8311 – 10 dias  
0000099-04.2011.4.05.8311 – 45 dias  
0000101-71.2011.4.05.8311 – 60 dias  
0000188-27.2011.4.05.8311 – 45 dias  
0000196-04.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0000390-04.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0010215-69.2011.4.05.8311 – 15 dias  
0009356-53.2011.4.05.8311 – 25 dias  
0001423-92.2012.4.05.8311 – 45 dias  
0001586-72.2012.4.05.8311 – 90 dias

**- Processo suspenso por dois anos, sem que se tenha determinado o arquivamento previsto no art. 40 da Lei de Execução Fiscal:**

0005753-64.1995.4.05.8300

**- Ausência de acompanhamento do julgamento do agravo de instrumento, conforme determinado no despacho:**

0011260-11.2011.4.05.8311 – 360 dias  
0000068-47.2012.4.05.8311 – 210 dias

**- Conclusão na mesma data da decisão:**

0000099-04.2011.4.05.8311  
0000101-71.2011.4.05.8311  
0000188-27.2011.4.05.8311  
0000196-04.2011.4.05.8311  
0001423-92.2012.4.05.8311  
0001586-72.2012.4.05.8311

**- Ausência da certidão de conclusão:**

0001247-16.2012.4.05.8311

### **7.29.5.2. Processos eletrônicos – SISTEMA PJE**

Foram selecionados para correição 03 (três) processos eletrônicos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema PJe foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foi feita a seguinte constatação.

**- Lapso entre distribuição e despacho inicial/liminar:**  
0800030-31.2014.4.05.8311

### **7.29.5.3. Processos do SISTEMA CRETA:**

Foram selecionados para correição 20 (vinte) processos eletrônicos do Sistema PJE.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações.

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**  
0500642-76.2013.4.05.8311 - mais de 01 mês

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**  
0539205-51.2008.4.05.8300

**- Demora no julgamento de embargos declaração:**  
0500642-76.2013.4.05.8311 - mais de 02 meses

**- Demora para julgamento pela Turma Recursal:**  
0500642-76.2013.4.05.8311 - mais de 06 meses

**- Processos irregularmente paralisados:**  
0500642-76.2013.4.05.8311 - 55 dias

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**  
0500661-48.2014.4.05.8311

### **7.29.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Pelo que se observou, os servidores não possuem uma rotina diária. Como são muitos os processos, ficou a impressão de que boa parte do serviço é levada a efeito com a realização de pequenos mutirões, definidos para impulsionar processos que se encontram em determinadas fases.

Recomendação: Todos os setores da secretaria precisam trabalhar em equipe, com eliminação das “ilhas de trabalho”

- O ambiente de trabalho é muito pesado, entulhado de processos.

Recomendação: Os processos devem ser organizados em prateleiras abertas, com a identificação pertinente necessária não apenas para a sua localização, mas, igualmente, quanto à sinalização do ato subsequente, com o controle eficiente de quando deverá ser movimentado pelos servidores. Todo processo precisa ser movimentado, se não imediatamente, em futuro próximo, daí por que, a despeito da fase na qual se encontra, deve ser possível a identificação, mediante a visualização da prateleira, se já está, ou não, expirado o tempo para que o processo permaneça naquele local.

- Demora excessiva para o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça.

Recomendação: Controlar no sistema Tebas o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento dos mandados.

- Muita demora na juntada de petições e documentos.

Recomendação: Em vários processos, foi verificada a demora para a prática de ato pelos servidores. A demora é excessiva. Tem de haver o gerenciamento do trabalho dos servidores e cobrança para o cumprimento dos prazos.

- Demora excessiva para a conclusão.

Recomendação: Há casos de demora para a conclusão, porém, quando praticado, o ato cartorário se faz acompanhar da sentença ou decisão. Pelo que se percebeu, o processo fica na secretaria, sem movimentação, o que só é providenciado, com a colocação da conclusão, quando já se tem por elaborada a sentença ou decisão.

O ato de conclusão tem de ser praticado dentro prazo, o que é razoável que seja feito em 5 (cinco) dias.

- Excessivo trabalho manual e burocrático:

Recomendação: O mais adequado é a adoção do PJe, o que eliminaria boa parte dos problemas identificados na parte de gestão e daria condições para uma prestação jurisdicional mais qualificada.



### **7.29.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foram apresentadas boas práticas. Contudo, foram apresentadas as seguintes sugestões:

- 1) Adoção de um despacho inicial com a máxima previsão de atos e procedimentos judiciais;
- 2) Uso regular dos sistemas informatizados de busca de dados e informações, como o INFOSEG, INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL;
- 3) Setor específico de publicação e expedição, com publicação semanal de atos e em dia certo para que a verificação de prazos possa ser regular e controlada;
- 4) Usar a ferramenta “Lembrete de Processo” no Sistema Tebas;
- 5) Reunir com regularidade a equipe;
- (6) usar portarias para evitar despachar em cartas precatórias e para autorizar expedição de procedimentos diversos;
- (7) dispor as orientações gerais e boas práticas em espaço público da Vara;
- (8) tentar conciliações, à medida que se afigure viável a transação como forma de solução do litígio, ainda que parcial.

### **7.29.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correição não foram feitas recomendações específicas para a 29ª Vara.

Após a última autoinspeção, foi recomendada a manutenção dos níveis de organização, qualidade e presteza que foram atingidos pela Secretaria.

## **7.30. 30ª VARA FEDERAL – JUIZADO ESPECIAL FEDERAL/EXECUÇÃO FISCAL - JABOATÃO DOS GUARARAPES**

### **7.30.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 30ª Vara Federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e implantada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 06, de 02/03/2011.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum que funciona na Av. Ayrton Senna da Silva, 3835 - Piedade – Jaboatão dos Guararapes (PE), onde funciona a Subseção Judiciária dessa Cidade. O prédio fica localizado no centro da Cidade e, a despeito da excelente localização, trata-se de um prédio adaptado e faz-se necessária uma reforma para torná-lo mais funcional e adequado ao serviço jurisdicional.

Dentro de sua área territorial, a 30ª Vara tem competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, cabendo-lhe, ainda, a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos Juizados Especiais Federais Criminais.

#### **7.30.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.30.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal DANIELA ZARZAR PEREIRA DE MELO QUEIROZ ingressou na magistratura federal em 17/02/2003 e exerce a titularidade da 30ª Vara desde 01/06/2013, nela permanecendo até o momento atual.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada esteve afastada em razão dos seguintes motivos: Férias de 17 a 31/07/2012; 7 a 28/01/2013; 02 a 09/05/2013; 25/06/2013 a 24/07/2013; 07/01/2014 a 05/02/2014; e 25/06/2014 a 17/07/2014. (2) Trânsito de 29/01/2013 a 07/02/2013 e de 1º a 10/06/2013 (3) Auxílio em outra Vara, com prejuízo de jurisdição originária, de 05/09/2012 a 06/01/2013 e de 10 a 31/05/2013. (4) Licença para tratar interesse particular de 29 a 31/10/2013.

A Juíza exerceu jurisdição em substituição: (a) na 1ª Vara-Recife, de 05/08/2013 a 09/08/2013, sem prejuízo da jurisdição; 02/09/2013 a 04/09/2013, sem prejuízo da jurisdição; 08/10/2013 a 09/10/2013, sem prejuízo da jurisdição; 06/11/2013 a 07/11/2013, sem prejuízo da jurisdição; 03/06/2014 a 04/06/2014, sem prejuízo da jurisdição. (b) na 25ª Vara – Goiana (PE), de 22/04/2013 a 10/06/2013 - auxílio com prejuízo da jurisdição. (c) na 28ª Vara – Arcoverde (PE), de 05/09/2012 a 06/01/2013, auxílio com prejuízo da jurisdição. (d) na 29ª Vara - Jaboatão dos Guararapes (PE), de 09/09/2013 a 08/10/2013, sem prejuízo da jurisdição; 04/08/2014 a 02/09/2014, sem prejuízo da jurisdição. (e) na 34ª Vara - Cabo de Santo Agostinho (PE), de 05/05/2014 a 21/05/2014, sem prejuízo da jurisdição; 26/05/2014 a 30/05/2014, sem prejuízo da jurisdição. (f) na 35ª VARA - Cabo de

Santo Agostinho (PE), de 05/05/2014 a 21/05/2014, sem prejuízo da jurisdição; 26/05/2014 a 30/05/2014, sem prejuízo da jurisdição.

A Juíza Federal reside na região metropolitana em que se localiza da Vara e não exerce a docência.

A 30ª Vara não conta com Juiz Federal Substituto.

### 7.30.1.1.2. Servidores

A 30ª Vara de Pernambuco conta com 18 cargos efetivos, que estão todos preenchidos.

O quadro de servidores em atividade na Vara é o seguinte:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área de formação
Adelle Maria Vital Constantino Monteiro Soares	TJ 2923	Oficial de Gabinete do Juiz Titular (FC-05)	Superior	Direito
Manuela Xavier Capistrano Lins	AJ 3068	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz (FC04)	Superior	Direito
Manoel Francisco do Nascimento Júnior	AJ 3067	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto (FC-05)	Superior	Direito
Karina Maria Costa de Albuquerque	TJ 4003	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto (FC04)	Superior	Direito
Mauro Nery Moura	requisitado TJPE-1182	Diretor de Secretaria (CJ-03)	Superior	Direito
Bhrunna Paes Barreto de Castro Lima	TJ 3054	Supervisor da Seção de Processamento de Execuções Fiscais (FC-05)	Superior	Direito
Kelli Luisa Colabuono Masutti	removida TRF3/SP, mat. 3392	Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria (FC-02)	Superior	Administração
Rostand Pimentel Brasileiro da costa	AJ 2827	Supervisor Assistente do Setor de Cálculos (FC-04)	Superior	Engenharia Mecânica
Neli da Silva Santa Rosa	TJ 3170	Supervisor-Assistente da Seção de Processamento de Execuções Fiscais (FC-04)	Superior	Administração e Direito
Melquíades de Souza Filho	TJ 3070	Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Superior Execuções Fiscais (FC-03)	Superior	Direito
Bruno Rafael Alves Correia	TJ 3080	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC-05)	Superior	Direito
Djanira de Mesquita Teixeira Fernandes Pires	AJ 2580	Supervisor Assistente da Seção de Processamento de	Superior	Direito

		Feitos dos Juizados (FC-04)		
Patty Queiroz	AJ2884	Não	Superior	Direito
Evandro Agostinho Chaves de Melo	Oficial de Justiça 4002	Não	Superior	Direito
Filipe Mariano Ribeiro	Oficial de Justiça 2606	Não	Superior	Direito
ELISÂNGELA DE BARROS OLIVEIRA SANTANA	AJ 3112	Não	Superior	Direito
Fabiana Rodrigues dos Santos	TJ 3084	Supervisor Assistente da Seção de Apoio Administrativo	Superior e Superior incompleto	Pedagogia e cursando Direito

Há um servidor requisitado do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que está ocupando o cargo de Diretor de Secretaria - CJ-03.

Uma função de Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 30ª (FC-03) esta\va vaga até agosto de 2014.

Atualmente, não há servidores cedidos para outros órgãos e também não há servidores afastados de suas atividades.

#### **7.30.1.1.3. Estagiários**

Há previsão de 03 (três) vagas para estagiários estudantes de direito e atualmente estão preenchidas.

No desempenho das atividades de estágio, duas estagiárias trabalham com os processos físicos, nos setores de expedição e cumprimento, e a outra trabalha no JEF fazendo a triagem inicial e procedimentos nas fases de conhecimento e execução. Todas atuam na Secretaria.

#### **7.30.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da Vara é das 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Do quadro de pessoal, 13 (treze) servidores trabalham na Secretaria da Vara, incluindo os dois Oficiais de Justiça, e 04 (quatro) atuam no gabinete.

##### **7.30.2.1. Organização dos processos na Secretaria**

A Secretaria é formada pelos setores Juizado Especial Federal, Execuções Fiscais e Contadoria do Juízo.

Com os feitos físicos de execução fiscal e seus processos conexos, trabalham 07 servidores na Secretaria, divididos da seguinte forma: 1) Neli Santa Rosa e Kelli Massuti trabalham no setor de cumprimento, sendo responsáveis pela

publicação, verificação de prazos, efetivação das constrições eletrônicas, baixa e suspensão dos autos e outros procedimentos; 2) Bhrunna Paes Barreto (supervisora do setor e Diretora eventual), Patty Queiroz, Elisângela de Barros e Djanira Teixeira, no setor de atos processuais e judiciais, analisam petições e requerimentos, minutam despachos/decisões e demais atos processuais em cartas precatórias e demais processos físicos; 3) Melquíades de Souza, no setor de expedição, é responsável pela emissão e recebimento de expedientes e requisitórios; e as estagiárias Maria Fernanda Batista e Michelle Brito auxiliam em todos os setores de forma rotativa.

No JEF, atuam: 1) Bruno Rafael (supervisor do setor) é responsável pelo andamento dos processos de conhecimento e execução, expedição de requisitórios e supervisão do setor; 2) Fabiana Rodrigues faz marcação, agendamento, acompanhamento e conclusão das perícias médicas e sociais, além das audiências; e 3) a estagiária Rita de Cássia faz a triagem inicial dos processos e auxilia os demais servidores do JEF.

Na Contadoria, o servidor Rostand Brasileiro atua nos cálculos dos processos da Seção.

O trâmite dos processos no PJe é de responsabilidade do servidor Mauro Nery (Diretor de Secretaria).

A Secretaria adota critérios específicos para organização dos processos.

Nos processos físicos, as cartas precatórias e processos envolvendo os Conselhos tramitam em local específico com servidora especializada. Os processos de grandes devedores são gravados como tal na capa e no Tebas e tem tramitação diferenciada. Nos demais processos, a Secretaria tem despachado, com brevidade, as petições e cotas, seguindo os autos para conferência e assinatura da magistrada e, logo após, seguem para os setores de cumprimento/publicação e/ou expedição e/ou cálculo, mantendo o célere andamento do feito.

Nos autos novos, recebidos da Distribuição, é feita uma conferência no Tebas para verificar a existência de processo(s) contra o mesmo executado e, se positivo, o(s) outro(s) feito(s) é(são) analisado para, se o caso, aproveitar os atos e informações judiciais já diligenciados, tais como: resultado da citação, localização de novo endereço, resultado das constrições, notícia de morte da parte, pedido e manifestação sobre redirecionamento etc. Esse procedimento de “prova emprestada” acarreta maior eficiência e celeridade aos feitos porque se possibilita o uso de informações e atos já diligenciados em outros executivos fiscais, envolvendo mesmo executado, tornando mais efetivos os procedimentos e evitando adotar atos que, de certo, resultarão infrutíferos ou repetitivos se já tentados sem sucesso, como por exemplo: diligência em endereço errado, inexistente ou incompleto; inexistência de declaração de bens e rendimentos ou de bens declarados no IR; ausência de dados novos em pesquisas cadastrais feitas nos sistemas INFOSEG, BACENJUD, RENAJUD, SIEL e INFOJUD. Acaso viável futura reunião, estes autos serão processados em apenso, viabilizando reuni-los.

O despacho inicial-DI adotado, com previsão e determinação de vários atos e procedimentos judiciais, permite a Secretaria dar andamento ao executivo

fiscal sem abrir sucessivas conclusões. Após a adoção do DI, em julho de 2013, o número de processos ativos caiu de 1.591, naquele mês, para 807 processos, no mês de julho do corrente. Outro dado é a porcentagem de baixas definitivas em relação aos processos distribuídos que aumentou de 42,49%, da inauguração da Vara até junho de 2013, para 78,62% de baixas definitivas, em relação aos processos novos.

Foi iniciado um projeto piloto de gestão mediante controle dos processos de grandes devedores recorrentes em diversos feitos executivos. Como a Usina Bulhões e a Construtora GC Tenório representavam grupos econômicos e estavam semanalmente nos gabinetes, devido ao grande número de execuções, resolveu-se separar todos os processos de cada grupo e atribuí-los a um servidor da Secretaria como forma de maior controle, inclusive quanto às diligências efetivadas para evitar ações inócuas na tentativa de citar/intimar. Cada servidor passou a ter acervo documental traduzindo o histórico dos processos, de modo a que qualquer outra pessoa pudesse também atuar. A iniciativa produziu frutos que resultou na conciliação em todos os feitos da Usina até mesmo da 29ª Vara. Quanto à construtora, igualmente foi produtiva, sobretudo para alcançar a citação/intimação de todos os 48 executados, viabilizando a chegada mais premente à fase expropriatória, a qual almeja a PFN que já sinalizou pela possibilidade de adjudicação de um bem penhorado (terreno da Vila Maria/SP).

#### **7.30.2.2. Organização dos Gabinetes**

Os servidores do gabinete são responsáveis pelas minutas de decisões e sentenças mais complexas, pelo atendimento ao jurisdicionado, pela análise dos pedidos de urgência e, ainda, pela elucidação de dúvidas procedimentais da Secretaria.

Estão divididos em dois grupos de dois servidores de modo que um deles, formado pelas servidoras Adelle Maria e Karina Maria, fica responsável pelos processos físicos e pelo PJe e o outro, formado por Manoel Francisco e Manuela Xavier, processa os feitos virtuais do Creta. As urgências são dispostas em pastas específicas e entregues em mãos pela Secretaria ao servidor da Assessoria.

Adota-se o critério cronológico de entrada das conclusões, salvo os processos de urgência ou com prioridade que são analisados de imediato.

A Vara não utiliza planilhas específicas para controle do acervo, apenas as ferramentas eletrônicas disponíveis nos sistemas Tebas, Creta e PJe.

#### **7.30.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

No processo de adoção do novo DI, experiência exitosa haurida da 28ª Vara Federal, e na orientação dos servidores a respeito da nova gestão, iniciada em junho 2013, foram feitas várias reuniões envolvendo toda a equipe para expor as estratégias e objetivos da atual administração e discutir ideias e sugestões dos

servidores, tais como: uso do INFOSEG, BACENJUD e RENAJUD sem prévia remessa a alguns exequentes, atendimento no balcão com a máxima presteza e celeridade, horário das escalas e ponto, dia fixo para publicação e verificação de prazos, alteração física dos setores da Vara, incentivo ao relacionamento interpessoal da equipe, etc.

Dentre as mudanças efetuadas no desenho da Vara, destacam-se os seguintes:

a) a criação de gabinete para direção de Secretaria - foi feita uma sala fechada, com vidros nas paredes e em local estratégico, para que o Diretor mantivesse o controle e fiscalização das atividades da Secretaria, trazendo, ao mesmo tempo, privacidade necessária no trato reservado com servidores e jurisdicionado;

b) a criação de copa – o espaço que todos os servidores da Vara dispunham para alimentação estava limitado à pequena cozinha com uma mesa para 3 lugares. A nova copa criou um ambiente agradável para fazer as refeições e a necessária parada para um “cafezinho”, favorecendo o estreitamento das relações interpessoais no ambiente de trabalho e o maior comprometimento e produtividade. Para fazer o local foi diminuído espaço físico do gabinete e do Arquivo;

c) a mudança da sala de Arquivo – essa alteração do Arquivo para um local maior possibilitou a disposição de mais estantes para alocação de processos em fases diversas e a retirada de estantes e processos dos corredores e da frente do balcão de atendimento. No caso específico do balcão, as partes e seus procuradores passaram a ter maior visibilidade do que é feito em Secretaria e dos servidores que compõem a Vara;

d) a mudança do local da Assessoria – esse setor estava localizado em área que dava acesso ao Arquivo, ao depósito e ao Gabinete, sendo constantemente utilizado como passagem por servidores de outros setores. Assim, para dar maior privacidade, para manter a perfeita concentração dos assessores e para evitar o trânsito de outros servidores pelo setor, o local da Assessoria e a disposição das mesas e computadores foram modificados;

e) a alteração de todos os setores na Secretaria – essa mudança foi necessária para o melhor trânsito dos servidores, a perfeita alocação de estantes em cada setor, a ampla visualização de todos os servidores e o maior bem estar laboral.

A Juíza Federal conduziu e participou das reuniões que tratavam, principalmente, de temas relacionados à implantação dos novos atos e formas de atuação judicial e administrativa e à alteração física dos setores.

#### **7.30.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

A Vara tem como objetivo a prestação de serviço judicial de forma célere e adequada, tanto no trâmite processual como no atendimento ao jurisdicionado no balcão, dando ênfase a um ambiente laboral sadio, profissional e

de bom relacionamento interpessoal para melhor explorar a capacidade de cada servidor.

Em regra, o planejamento das atividades para se atingir o objetivo é feito com a participação dos servidores. Com essa estratégia busca-se a melhor adaptação do pessoal aos fins traçados.

A partir dessas discussões foram expedidas ordens de serviços e portarias para dar maior celeridade aos feitos – autorização de busca de dados cadastrais no sistema INFOSEG, substituição por portaria do despacho inicial em carta precatória, prévia autorização de expedição de carta precatória, determinação por portaria para gravação de segredo de justiça nos autos, substituição da decisão de redistribuição para a Subseção Judiciária do Cabo por portaria, além de prévia autorização de expedição de nova carta de citação se ausente a parte.

Para se estabelecer o novo DI foram realizadas, também, reuniões com os exequentes de maior quantidade de demandas – PGFN, PRF, PRU e Conselhos - , objetivando a adequação e criação de procedimentos para melhor trâmite processual, inclusive com a autorização do uso regular de intimações por meio eletrônico e citação por carga dos autos.

Como resultado das conversações, esses órgãos depositaram em cartório ofício requerendo que fossem realizadas, em sua devidas fases, a citação e a intimação por edital, a efetivação de constrições eletrônicas judiciais pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD e a quebra de sigilo através do sistema INFOJUD. Além desses pedidos prévios com autorização/determinação já previstas no DI, a PGFN depositou outro ofício informando seu desinteresse nas restrições pelo RENAJUD de veículos alienados ou com mais de 15 (quinze) anos de uso, dispensando a respectiva constrição e, ainda, sua intimação do ato.

Nas instalações físicas, por não existir previsão de lugar específico, o local do Arquivo foi alterado para aumentar a capacidade e ajustar os processos suspensos e arquivados. A modificação foi necessária porque a maioria dos executivos fiscais permanece por 6 anos parados - por suspensão seguida de arquivamento sem baixa - para posterior julgamento e arquivamento definitivo, sendo que esta Vara tem somente 3 anos de funcionamento, ficando, assim, obrigada a acumular no Arquivo as demandas arquivadas por mais 3 anos, no mínimo.

Outra forma de atividade judicial para melhor prestação de serviço, e que esta gestão tem em excelente conceito, é a realização de audiências nos processos físicos e eletrônicos.

No JEF, a audiência é corolário da oralidade e celeridade exigidas.

Em vara de competência fiscal, a possibilidade de conciliação é diminuta porque o alcance da proposta conciliatória das partes é limitado por eventual lei permissiva. Ainda assim, está sendo realizada a conciliação entre a PGFN e a Usina Bulhões - parte classificada como grande devedora - para pagamento e parcelamento das dívidas, propondo-se, inclusive, pagar o débito de forma parcelada com parte vinculada da receita de futuras vendas de lotes terrenos no Condomínio Alphaville, negociando-se, para tanto, a liberação das gravações



judiciais nessa propriedade. Tudo, até a presente data, sem qualquer recurso ao Tribunal.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. A meta inicial, já atingida, foi incluir, quando necessário, o DI em todos os processos ativos da Vara. Em 1 ano, com a adoção dos atos e procedimentos lá estabelecidos, o acervo de processos ativos diminuiu de 1.591, em julho de 2013, para 807, em julho de 2014.

As próximas metas serão, na Secretaria, diminuir determinada quantidade de processos em fases específicas, melhorar o controle de processos suspensos por parcelamento ou extintos provisoriamente, e criar sistema estatístico de penhoras eletrônicas (BACENJUD e RENAJUD), e, no Gabinete, alcançar índice zero de sentenças pendentes mês a mês, conforme a ordem cronológica de conclusões e observadas as urgências e prioridades.

Em regra, as avaliações de resultados são feitas durante a confecção das informações mensais exigidas pelo CNJ.

Mensalmente, são extraídos relatórios dos tipos: processos distribuídos, para acompanhar os número de processos ativos, baixados e suspensos; produtividade da magistrada, para acompanhar o número de sentenças e decisões; prazos vencidos, para evitar que processos fiquem parados sem justificativa; e outros. Além desses balanços regulares, outros relatórios sem mesma periodicidade são utilizados.

#### **7.30.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

O jurisdicionado - partes, procuradores, defensores, advogados ou terceiros interessados - é atendido no balcão por servidor da Secretaria, conforme escala ordenada de atendimento. Se o processo estiver no Gabinete, e a parte suscita dúvidas de competência daquele setor, uma das assessoras é chamada para prestar o atendimento. É um dos objetivos da Vara o rápido e pleno atendimento às partes, principalmente aos que pouco conhecem os procedimentos e trâmites processuais.

Quando há solicitação para “despachar” com a magistrada, os servidores acionam a direção de Secretaria ou a assessoria responsável para tentar dirimir eventuais dúvidas da parte. Se persistir o pleito por atendimento pessoal pela juíza da Vara, leva-se o pedido à magistrada que, de regra, atende o chamado do requerente.

A Vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **7.30.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Considerando o acervo de processos e a quantidade de servidores em atuação na Vara, a relação é de 92 processos/servidor.

### **7.30.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014".**

O Sistema Creta apresenta, desde a inauguração da Vara, uma regularidade na quantidade de processo julgados - 2.497 em 2011, 2.466 em 2012 e 2.519 em 2013 – e um considerável aumento de processos distribuídos – 1.638 em 2011, 2.232 em 2012, 2.712 em 2013. Neste ano, de janeiro a julho, a quantidade média de julgamentos e demandas novas é ratificada: foram sentenciadas 1371 lides e distribuídas 1584.

Extrai-se desse levantamento uma constante eficiência no número de processos julgados na 30ª Vara, de 2011 a 2014, compatível com a quantidade de servidores que o Setor de Juizado Especial dispõe: os 2 assessores do Gabinete e a magistrada produzem uma média de 9 sentenças por dia, sem considerar as decisões interlocutórias. Por outro lado, depreende-se do mesmo período que a quantidade de demandas distribuídas tem aumentado de forma significativa - média de 500 processos por ano.

Outro fato relevante é a recente estratégia de suspensão de 218 processos não julgados que ficarão no aguardo de decisão de instâncias superiores em assuntos pontuais.

Em que pesem serem eficientes os dados relativos às sentenças proferidas, a crescente distribuição de novos processos, a limitação do quadro de pessoal e a adoção de novas estratégias de procedimento culminam com o descumprimento da Meta 1.

Em relação ao Sistema Tebas, com a adoção do novo despacho inicial, em julho de 2013, com o objetivo de dar maior celeridade e eficiência ao trâmite processual - já incluindo nele a previsão e autorização sistemática de procedimentos judiciais – todos os setores desta Vara sofreram alterações diversas para adequação à nova estratégia estabelecida no DI.

O conjunto de mudanças teve amplo resultado positivo com o aumento dos arquivamentos provisórios, suspensões de autos e nas baixas definitivas, porém ainda não resultou em aumento do número de julgados.

De se registrar que a tramitação dos executivos fiscais, em sua grande maioria, demanda a realização de várias e infrutíferas diligências para quitação do débito, culminando com a suspensão e arquivamento do feito, por um período de 6 anos, e, após esse prazo, e se o caso, dá-se a extinção do feito por sentença.

Ainda que obtido incontestado resultado positivo com o novo DI, a maioria dos julgamentos definitivos nas execuções fiscais ocorre após decorridos os 6 anos da suspensão e arquivamento provisório, o que, por ora, não é permitido a esta Vara porque somente foi inaugurada em março de 2011, há apenas 3 anos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Essa Meta foi cumprida pela Vara.

**Meta 4: "Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

A meta não se aplica à 30ª Vara Federal.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

A Vara realiza o monitoramento quanto ao seu cumprimento.

#### **7.30.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

A 29ª e 30ª Varas da Seção Judiciária de Pernambuco possuem uma competência singular, sem paralelo em outras seções. A competência de ambas é para processar e julgar as matérias afetas aos juizados especiais, cível e criminal, e as questões objeto de execução fiscal. As questões cíveis e criminais que não são da alçada do juizado especial são da competência das Varas sediadas em Recife.

De toda sorte, conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional, os números referentes a todas as Varas com competência comum cível, incluindo execução fiscal e criminal, durante o período de funcionamento das duas Varas, que foram criadas a partir de 2011, temos os seguintes dados:

**a) Dados processuais do ano de 2011**

<b>Fis+JEF</b>	<b>DIST</b>	<b>JULG</b>	<b>ARQ</b>	<b>TRAM</b>
29ª	7.489	3.509	3.191	5.477
30ª	7.429	3.569	2.832	5.763

<b>Total</b>	<b>14.918</b>	<b>7.078</b>	<b>6.023</b>	<b>11.240</b>
--------------	---------------	--------------	--------------	---------------

**b) Dados processuais do ano de 2012:**

<b>Fis+JEF</b>	<b>DIST</b>	<b>JULG</b>	<b>ARQ</b>	<b>TRAM</b>
29 <sup>a</sup>	3.151	3.841	4.248	4.784
30 <sup>a</sup>	3.129	3.651	4.106	4.943
<b>Total</b>	<b>6.280</b>	<b>7.492</b>	<b>8.354</b>	<b>9.727</b>

**c) Dados de processuais de 2013:**

<b>Fis+JEF</b>	<b>DIST</b>	<b>JULG</b>	<b>ARQ</b>	<b>TRAM</b>
29 <sup>a</sup>	3.583	3.461	3.606	4.921
30 <sup>a</sup>	3.650	2.865	2.599	5.717
<b>Total</b>	<b>7.233</b>	<b>6.326</b>	<b>6.205</b>	<b>10.638</b>

Pelo que se observa, de acordo com os dados acima, o estoque de processos decresceu de forma acentuada entre os anos de 2011 e 2012, enquanto teve um discreto aumento entre os anos de 2012 e 2013.

É verdade que o número de processos em tramitação está acima do número de casos novos, no entanto, há de se levar em consideração que se tratam de varas em que a maioria dos feitos são de execução fiscal.

Feitas essas considerações, tendo em conta a tramitação ajustada, temos os seguintes dados.

	<b>DISTRIB</b>	<b>TRAMIT</b>	<b>TRAMITAÇÃO AJUSTADA</b>	<b>FISICO</b>	<b>PJE</b>	<b>VIRTUAL</b>	<b>SUSP/ARQU</b>	<b>%</b>	<b>Conceito</b>
<b>Fis+JEF</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>							
29 <sup>a</sup>	3.583	4.921	1983	4360	0	561	2938	55,34%	<b>A</b>
30 <sup>a</sup>	3.650	5.717	2073	4897	1	820	3645	56,79%	<b>A</b>
<b>Total</b>	<b>7.233</b>	<b>10.638</b>	<b>4056</b>	<b>9257</b>	<b>1</b>	<b>1381</b>	<b>6583</b>	<b>56,08%</b>	

#### **7.30.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida**

O trabalho da secretária é bem organizado. O ambiente de trabalho é *clean*, transmitindo a sensação de modernidade e eficiência. O ritmo de trabalho é muito bom, não sendo identificada demora na prática dos atos processuais.

Pelo que consta das observações feitas nos processos inspecionados, em praticamente todos foram feitos registros referentes à extrapolação dos prazos.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara tem desempenho similar ao da que lhe serve de paradigma, e apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional.

Como se vê, os dados estatísticos revelam o grau de eficiência da 30ª Vara Federal em Jaboatão dos Guararapes/PE, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar, ainda mais, a prestação da atividade jurisdicional.

### **7.30.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

#### **7.30.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados 50 (cinquenta) processos físicos para correção, adotando-se os critérios explicitados no preâmbulo deste Relatório, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correção estavam bem organizados pela Vara, não faltando nenhum dos processos que constava na relação.

A partir da análise dos formulários de processos encaminhados pela Vara e do exame físico dos autos efetuado pelos assessores da Corregedoria, complementada pelas informações colhidas pela Juíza Auxiliar, foram identificadas algumas circunstâncias que merecem especial atenção por parte da Vara.

Da análise individual dos processos, pode-se destacar a seguinte ocorrência:

**- Demora na juntada de expediente:**

0000490-85.2013.4.05.8311 - 30 dias

0000197-18.2013.4.05.8311 - 150 dias

**- Demora na prolação de despacho:**

0000490-85.2013.4.05.8311- 30 dias

0000573-04.2013.4.05.8311- 115 dias

0000521-08.2013.4.05.8311- 20 dias

0000197-18.2013.4.05.8311-55 dias

0006292-35.2011.4.05.8311-100 dias

0000318-46.2013.4.05.8311-75 dias

0000278-64.2013.4.05.8311-70 dias

0001027-81.2013.4.05.8311-130 dias

**- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0000490-85.2013.4.05.8311-90 dias

00014902320134058311-180 dias

0001332-65.2013.4.05.8311-75 dias

0000573-04.2013.4.05.8311- 100 dias

0000197-18.2013.4.05.8311-60 dias  
0006292-35.2011.4.05.8311-90 dias  
0000318-46.2013.4.05.8311-70 dias  
0000278-64.2013.4.05.8311-170 dias  
0001390-68.2013.4.05.8311-60 dias

**- Paralisação irregular do processo (cumprimento):**

00110748520114058311-150 dias  
00066805919004058300- 30 dias  
0000526-30.2013.4.05.8311-55 dias  
00110973120114058311-40 dias  
0001332-65.2013.4.05.8311-55 dias  
0006850-21.2003.4.05.8300- 55 dias  
0015305-72.2003.4.05.8300- 30 dias  
0017858-92.2003.4.05.8300-30 dias  
0011096-46.2011.4.05.8311- 30 dias  
00110765520114058311-20 dias  
0011088-69.2011.4.05.8311-20 dias  
0011095-61.2011.4.05.8311- 30 dias  
0011224-66.2011.4.05.8311 – 30 dias  
0001626-20.2013.4.05.8311-20 dias  
0000197-18.2013.4.05.8311-45 dias  
0006292-35.2011.4.05.8311-30 dias  
0000318-46.2013.4.05.8311-30 dias  
0001027-81.2013.4.05.8311-30 dias  
0001425-62.2012.4.05.8311-30 dias  
0000664-45.2004.4.05.8300-90 dias  
0011878-62.2006.4.05.8300-90 dias

**- Ausência de acompanhamento e cobrança de resposta de ofícios expedidos:**

0000664-45.2004.4.05.8300-40 dias

**- Demora na publicação:**

0001425-62.2012.4.05.8311-35 dias

**- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0011079-10.2011.4.05.8311 - 150 dias  
00110748520114058311- 150 dias  
0011085-17.2011.4.05.8311 - 90 dias  
0001452-79.2011.4.05.8311 - 1 ano e 2 meses  
0006292-35.2011.4.05.8311 - 150 dias  
0009990-15.1993.4.05.8300 - 240 dias  
0011096-46.2011.4.05.8311 - 270 dias  
0011088-69.2011.4.05.8311 - 150 dias

**- Ausência de índice na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (processos criminais e improbidade):**

0011878-62.2006.4.05.8300

**- Demora na conclusão:**

0000489-03.2013.4.05.8311-50 dias  
00066805919004058300 - 15 dias  
0000526-30.2013.4.05.8311- 30 dias  
0028599-55.2003.4.05.8313 - 50 dias  
0015305-72.2003.4.05.8300 - 20 dias  
0017858-92.2003.4.05.8300 -10 dias  
00110765520114058311 - 20 dias  
0011085-17.2011.4.05.8311 - 60 dias  
00004301520134058311 - 180 dias  
00029375119914058300 - 20 dias  
0000521-08.2013.4.05.8311 - 30 dias  
0011095-61.2011.4.05.8311 - 30 dias  
0011224-66.2011.4.05.8311 - 10 dias  
0001626-20.2013.4.05.8311 - 20 dias  
0001452-79.2011.4.05.8311 - 30 dias  
0000197-18.2013.4.05.8311 - 30 dias  
0001356-30.2012.4.05.8311 - 10 dias  
0000948-05.2013.4.05.8311 - 35 dias  
0006292-35.2011.4.05.8311 - 30 dias  
0000318-46.2013.4.05.8311 - 18 dias  
0000278-64.2013.4.05.8311 - 19 dias  
0000562-38.2014.4.05.8311 - 15 dias  
0001390-68.2013.4.05.8311 - 120 dias  
0001425-62.2012.4.05.8311 - 15 dias  
0000664-45.2004.4.05.8300 - 10 dias

**- Ausência de acompanhamento do julgamento do agravo de instrumento:**

00029375119914058300 – 2 anos

**- Mandado de penhora expedido e não devolvido:**

0001356-30.2012.4.05.8311- 300 dias

**- Ausência de cumprimento de despacho:**

0006292-35.2011.4.05.8311

**- Demora na certificação de decurso de prazo:**

0006292-35.2011.4.05.8311-60 dias

0000318-46.2013.4.05.8311-30 dias

**- Ausência de certificação de decurso de prazo:**

0001027-81.2013.4.05.8311

### **7.30.5.2. Processos eletrônicos – SISTEMA PJE**

Foram selecionados para correição 03 (três) processos eletrônicos do Sistema PJE.

As constatações verificadas na correição virtual, realizada por meio do Sistema PJe, foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, não foi feita nenhuma constatação dos processos do Sistema PJe.

#### **7.30.5.3. Processos do SISTEMA CRETA:**

Foram selecionados para correição 20 (vinte) processos eletrônicos do Sistema Creta.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações.

**- Demora/ausência na certificação de trânsito em julgado:**

0503293-18.2012.4.05.8311 - 27 dias

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0503889-02.2012.4.05.8311

**- Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias:**

0502719-58.2013.4.05.8311- 3 meses para expedição de carta precatória.

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**

0500134-33.2013.4.05.8311 - Superior a 30 dias

**- Demora para designação de audiência:**

0502719-58.2013.4.05.8311 - 4 meses

**- Processos irregularmente paralisados:**

0503293-18.2012.4.05.8311 - mais de 03 meses

0500134-33.2013.4.05.8311 - mais de 30 dias.

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0500030-07.2014.4.05.8311 - 2 meses e 10 dias.

0501643-62.2014.4.05.8311 - 1 mês e 15 dias.

#### **7.30.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

A seguir, estão pontuadas algumas das ocorrências identificadas:

- Pelo que se observou, os servidores não possuem uma rotina diária. Como são muitos os processos, ficou a impressão de que boa parte do serviço é levada a efeito com a realização de pequenos mutirões, definidos para impulsionar processos que se encontram em determinadas fases.



Recomendação: Todos os setores da secretaria precisam trabalhar em equipe, com eliminação das “ilhas de trabalho”

- O ambiente de trabalho é muito pesado, entulhado de processos.

Recomendação: Os processos devem ser organizados em prateleiras abertas, com a identificação pertinente necessária não apenas para a sua localização, mas, igualmente, quanto à sinalização do ato subsequente, com o controle eficiente de quando deverá ser movimentado pelos servidores. Todo processo precisa ser movimentado, se não imediatamente, em futuro próximo, daí por que, a despeito da fase na qual se encontra, deve ser possível a identificação, mediante a visualização da prateleira, se já está, ou não, expirado o tempo para que o processo permaneça naquele local.

- Demora excessiva para o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça.

Recomendação: Controlar no sistema Tebas o cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento dos mandados.

- Muita demora na juntada de petições e documentos.

Recomendação: Em vários processos, foi verificada a demora para a prática de ato pelos servidores. A demora é excessiva. Tem de haver o gerenciamento do trabalho dos servidores e cobrança para o cumprimento dos prazos.

- Demora excessiva para a conclusão.

Recomendação: Há casos de demora para a conclusão, porém, quando praticado, o ato cartorário se faz acompanhar da sentença ou decisão. Pelo que se percebeu, o processo fica na secretaria, sem movimentação, o que só é providenciado, com a colocação da conclusão, quando já se tem por elaborada a sentença ou decisão.

O ato de conclusão tem de ser praticado dentro prazo, o que é razoável que seja feito em 5 (cinco) dias.

- Excessivo trabalho manual e burocrático:

Recomendação: O mais adequado é a adoção do PJe, o que eliminaria boa parte dos problemas identificados na parte de gestão e daria condições para uma prestação jurisdicional mais qualificada.

### **7.30.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foram apresentadas boas práticas. Contudo, foram apresentadas as seguintes sugestões pela Vara:

- Adoção de um despacho inicial com a máxima previsão de atos e procedimentos judiciais;
- Uso regular dos sistemas informatizados de busca de dados e informações, como o INFOSEG, INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL;
- Setor específico de publicação e expedição, com publicação semanal de atos e em dia certo para que a verificação de prazos possa ser regular e controlada;
- Utilizar a ferramenta “Lembrete de Processo” no Sistema Tebas;
- Reunir com regularidade a equipe;
- Usar portarias para evitar despachar em cartas precatórias e para autorizar expedição de procedimentos diversos;
- Dispor as orientações gerais e boas práticas em espaço público da Vara; e (8) tentar conciliações, à medida que se afigure viável a transação como forma de solução do litígio, ainda que parcial.

### **7.30.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

As ocorrências mais observadas na correição anterior foram: a) demora no cumprimento e cobrança de mandados; e b) demora na conclusão para despachos e decisões.

Em relação aos mandados, a gestão anterior obteve significativo sucesso ao diminuir a quantidade de expedientes pendentes de devolução e distribuição aos oficiais de justiça – de mais 800 expedientes para pouco menos de 400.

A partir desta gestão, foram adotados novos procedimentos que suprimiram a necessidade de algumas diligências por oficial e otimizaram o trabalho desses servidores – divisão por área de atuação, reuniões semanais com efetiva participação dos oficiais, reiteração de citação por carta, diligência eletrônica para busca de novo endereço, indeferimento de penhora genérica – a exigir também colaboração dos exequentes (PFN e PRF) que participaram de reuniões conjuntas -, intimação e notificação de alguns atos por meio eletrônico e outros -, acarretando outra sensível diminuição de expedientes e culminando com ausência de consideráveis pendências na expedição, distribuição, cumprimento e devolução de expedientes.

Quanto aos atos judiciais, o novo DI diminuiu a quantidade conclusão para despachos de mero expediente e decisão simples, reduzindo, assim, o número de processos na Assessoria e tornando-a mais eficiente.

Após a última autoinspeção, foram fixadas metas, não em números, mas em objetivos. Segundo foi informado pela Vara, a pedido do Juízo, a Corregedoria-Regional autorizou a prorrogação da última inspeção, em março de 2014, para possibilitar: a) a análise dos atos realizados em todos os processos do acervo e do tempo transcorrido entre a determinação judicial e o cumprimento; b) a localização, reunião e melhor efetividade no andamento dos processos envolvendo os mesmos executados; e c) adequar o novo DI aos processos mais antigos, tornado-os igualmente mais céleres. A meta era despachar em todos os processos e analisá-los individualmente buscando identificar as causas para os eventuais atrasos encontrados ou até mesmo equívocos nos próprios despachos.

Assim, ainda na inspeção, foram separadas as demandas com o cumprimento de atos judiciais até 90 dias da determinação; de 91 a 180 dias; 181 a 270 dias e de mais de 271 dias. Todos os atrasos verificados foram analisados para identificar a origem e corrigir os erros de procedimentos, fosse a causa do erro a falta de servidor para a missão ou até mesmo a própria atuação equivocada do funcionário. À medida que foram sendo encontrados, os equívocos foram sendo anotados e as rotinas unificadas a fim de dialogar em reunião após o período da inspeção. Os próprios servidores se sentiram motivados ao trabalho e elogiaram a iniciativa, por verem a longo prazo o êxito que teriam com esse acerto de contas, sobretudo diante da mudança de 3 juízes na titularidade da vara em tão pouco tempo de sua instalação. O objetivo era organizar a casa.

Também durante a inspeção foram separados os processos dos mesmos executados, com a finalidade de aproveitar os atos, certificar os documentos, os procedimentos e atos judiciais, de modo a evitar a repetição de diligências e decisões inefetivas nos outros feitos envolvendo a mesma parte. O que gerou a otimização dos atos. Outro resultado alcançado é a extinção do(s) feito(s) mais recente(s) de mesmas partes e conseqüente diminuição do acervo da Vara, se preenchidos os requisitos para reunião.

A introdução do novo DI em todos os processos, instituída desde a chegada ao ofício no ano passado, resultou numa maior uniformidade de procedimentos e eficiência dos setores porque todas as demandas fiscais passaram a seguir, de regra, um mesmo trâmite já definido, tornando o trabalho assemelhado a uma linha de montagem e evitando a ocorrência de erros durante o andamento em cada setor.

Tal proceder resultou na identificação dos atrasos injustificados e a correção da rotina de eventuais deslizes cometidos pelos servidores e a orientação para corrigir iguais práticas, bem como na homogeneização das condutas para evitar decisões divergentes para situações similares, o que se deu após reunião da magistrada com todos os servidores destinada ao *feedback*. E, melhor, a redução de 50% do acervo ativo dos processos em apenas um ano de gestão. Portanto, as metas estabelecidas foram cumpridas com louvor por todos os servidores da unidade.

## **7.31. 31ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - CARUARU**

### **7.31.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 31ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco funciona na Rua Professor Lourival Vilanova, 196 - Bairro Universitário - Caruaru (PE). Foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e instalada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 05, de 02/03/2011 (implantada com base no Ato TRF5 nº 343, de 03/05/2011).

O prédio onde funciona a unidade jurisdicional é excelente, novo e moderno, tendo sido construído com a finalidade de atender o serviço jurisdicional. O único problema é que o estacionamento é muito pequeno, não sendo suficiente, sequer, para acomodar os veículos de todos os servidores. Há reclamações de todos, especialmente de advogados.

Há terreno próximo, que poderia ser adquirido, a fim de sanar esse problema que inquieta. Essa é uma medida que deveria ser tomada com certa urgência, até porque, após a construção do prédio da justiça federal, vários outros órgãos do sistema de justiça se deslocaram para a área, o que valorizou sobremaneira os terrenos nas proximidades.

Dentro de sua área territorial, a 31ª Vara tem competência privativa para processar e julgar os feitos que tramitam perante o Juizado Especial Federal.

O horário de expediente da 31ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas (externo), com atendimento externo a partir das 09:00 horas.

#### **7.31.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

##### **7.31.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais da Juíza Federal Titular**

A Juíza Federal ETHEL FRANCISCO RIBEIRO ingressou na magistratura federal em maio de 2010 e assumiu a titularidade da 31ª Vara Federal de Pernambuco em 26/05/2014.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses a magistrada esteve afastada por motivo de férias no período de 1º a 31 de julho de 2014 e de 16 de setembro a 15 de outubro de 2014.

A magistrada se encontra com exercício pleno da Vara (titular e substituto) desde 12/08/2014, sem data de normalização, em razão da remoção do substituto antigo e do não exercício do novo substituto, que se encontra atuando em auxílio em Garanhuns (PE), sem data de retorno.

A magistrada reside na Cidade de Caruaru (PE) e atualmente não exerce docência.

### 7.31.1.1.2. Servidores

Além dos Magistrados, a 31ª Vara conta com 18 (dezoito) servidores efetivos, conforme estabelecido na Resolução TRF – 5ª Região nº 05, de 02/03/2011.

O quadro de servidores efetivos atualmente em exercício na Vara é o seguinte:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de Instrução	Área de formação
Alexandre Luiz Cavalcanti da Silva	Analista Judiciário – Executante de Mandados	–	Superior completo	Direito
Ana Cláudia Freire da Costa Bezerra	Analista Judiciário – Executante de Mandados	–	Superior completo	Direito
Arnaldo Correia da Silva	Técnico Judiciário	FC-02	Superior completo	Direito
Bárbara Emilie A. dos Reis Nogueira	Analista Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Carolina M. F. Paraíba Guerra	Analista Judiciário	FC-05	Superior completo	Administração
Diogo Bezerra Lopes Pereira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Administração
Edilton Ferreira Bulhões Júnior	Técnico de Segurança	–	Superior completo	Tecnologia em processos gerenciais
Elaine de Oliveira Soares	Técnico Judiciário	–	Superior completo	Administração
Flávio Barbosa Garret Filho	Técnico Judiciário	FC-05	Superior incompleto	Direito
Francisco Renato Melo de Oliveira Moreira	Analista Judiciário	FC-05	Superior completo	Direito
Lucila de Fátima Lopes Ferraz	Técnico Judiciário	CJ-03	Pós graduação	Direito Civil
Maria Eduarda R. L. Real	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito

Maria Fernanda de Alencar Oliveira	Técnico Judiciário	FC-05	Superior completo Superior incompleto	Letras Direito
Paulo Lopes Julião Júnior	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Engenharia
Rafael Sobral Borges	Técnico Judiciário	–	Superior completo	Administração
Temístocles Tércio da Silva Medeiros	Técnico Judiciário	–	Superior incompleto	Direito
Rogério de Lima Pereira	Técnico Judiciário	–	Superior completo	Direito

Não há funções gratificadas vagas na Vara. Não há, em exercício na Vara, nenhum servidor requisitado ou sem vínculo com o serviço público.

Há apenas uma servidora afastada, usufruindo licença-maternidade.

#### **7.31.1.1.3. Estagiários**

A 31ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários. Conta atualmente com 02 (dois) estagiários, sendo um em atuação na Secretaria e o outro no Gabinete.

#### **7.31.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da Vara é das 9:00 às 18:00 horas, com atendimento externo a partir das 09:00 horas.

Do quadro de servidores da Vara, 11 (onze) atuam na Secretaria e 05 (cinco) atuam no gabinete.

##### **7.31.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistema Creta**

A Secretaria é organizada e dividida nos seguintes setores:

- (a) Triagem e análise inicial;
- (b) Perícia;
- (c) Audiência;
- (d) Expedição;
- (e) Execução;
- (f) Atendimento ao Público;

(g) Cálculo.

O próprio Sistema Creta possui a funcionalidade de organizar os processos por ordem de prioridade (pedidos de liminar e por idade do demandante). Cabe apenas aos servidores seguir a ordem em que são visualizados os processos no Sistema.

Os mapas e planilhas utilizados para o controle dos processos em tramitação são extraídos do Sistema Creta.

Em princípio, os servidores foram orientados a manter seus setores sem pendências, tendo como parâmetro base o prazo limite de 30 dias em que se admite um processo sem movimentação. A contadoria, que funciona nesta Vara com um servidor do quadro, estipulou-se o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a feitura dos cálculos para os casos mais complexos.

Ao final de cada mês, os relatórios de produtividade extraídos do Sistema Creta são analisados com a finalidade de verificar atrasos e retenções no andamento processual, identificando os setores onde isto ocorre e traçando novas orientações de trabalho, quando necessárias.

#### **7.31.2.2. Organização dos Gabinetes**

Os processos no Gabinete são organizados por matéria, cada uma delas sob a responsabilidade de um assessor/estagiário específico, da seguinte forma: (a) 02 (dois) servidores para Aposentadoria Especial, Aposentadoria por tempo de contribuição, Aposentadoria por idade, Pensão por morte, além de decisões e despachos referentes a tais matérias; (b) 01 (um) servidor para LOAS, Auxílio Doença, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Reclusão, além de decisões e despachos referentes a essas matérias; (d) 01 (um) servidor para Administrativo, Danos Morais, Tributário, além de decisões e despachos referentes a essas matérias; (e) 01 (um) servidor para Sentenças Repetitivas (Tipo B), homologatórias, Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, LOAS (laudo desfavorável), além de decisões e despachos referentes a essas matérias; (f) 01 (um) estagiário para Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, LOAS e Danos Morais.

Os processos são organizados e minutados levando em consideração a urgência e a data de movimentação ao gabinete, priorizando-se aqueles mais antigos.

##### **7.31.2.2.1. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

Os processos são organizados e minutados levando em consideração a urgência e a data de movimentação ao gabinete, priorizando-se aqueles mais antigos.

Para fins de controle do acervo de processos, são extraídos mapas e

planilhas do Sistema Creta.

### **7.31.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

A Juíza Federal orienta a Secretaria e o Gabinete quanto aos entendimentos relativos a cada tipo de ação.

### **7.31.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

Há uma rotina preestabelecida para o andamento dos processos através de um fluxograma de atividades visando a que cada servidor saiba identificar o próximo movimento do processo, buscando evitar atrasos e/ou retrabalho.

O planejamento dos trabalhos é feito no início de cada mês, quando o sistema disponibiliza as estatísticas e relatórios contendo os números do mês anterior.

Em virtude do curto espaço de tempo em exercício nessa Vara, a Juíza Federal ainda está analisando a definição das metas no que concerne ao arquivamento de processos e prolação de sentenças.

### **7.31.2.5. Avaliação periódica de resultados das atividades da Vara:**

Ao final de cada mês os relatórios de produtividade extraídos do Sistema Creta são analisados com a finalidade de verificar atrasos e retenções no andamento processual, identificando os setores onde isto ocorre e traçando novas orientações de trabalho, quando necessárias.

#### **7.31.2.5.1. Metas de Produtividade**

Em virtude do curto espaço de tempo em exercício na Vara, ainda encontra-se em análise a definição das metas no que concerne ao arquivamento de processos e prolação de sentenças. Em princípio, os servidores foram orientados a manter seus setores sem pendências, tendo como parâmetro base o prazo limite de 30 dias em que se admite um processo sem movimentação. A contadoria, que funciona nesta Vara com um servidor do quadro, estipulou-se o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a feitura dos cálculos para os casos mais complexos.

### **7.31.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes**

Por se tratar de Vara que possui 100% de seu acervo formado por processos virtuais, a presença de membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados acontece de forma esporádica, apenas em casos de



demandas específicas ou de urgência, visto que o acesso aos autos acontece a qualquer momento através da utilização do Sistema Creta.

A presença de partes é mais comum por ainda existir um pequeno número de ações atermadas, cujos autores não têm acesso/não possuem conhecimento suficiente para acessar o sistema.

Há sempre um servidor responsável pelo atendimento durante toda a duração do expediente, qual seja, das 9:00 às 18:00 horas.

Quanto ao atendimento pela magistrada, não há necessidade de agendamento prévio. O Ministério Público, Defensoria Pública e advogados são atendidos a qualquer momento durante o horário de expediente.

#### **7.31.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Levando-se em conta o acervo de processos existente na Vara e o total de servidores em atividade, a relação é de 98,12 processos/servidor.

#### **7.31.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

No período de Janeiro a Julho de 2014 foram distribuídas 2.865 processos e proferidas 2.373 sentenças. Segundo foi informado, o principal motivo para o não cumprimento dessa meta foi a alta rotatividade no quadro de servidores e de magistrados no período. A remoção sucessiva dos magistrados acarretou alterações das normas procedimentais na Secretaria da Vara, a fim de atender à orientação e ao entendimento de cada juiz, o que prejudicou o andamento dos serviços.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

Não há processos dessa Meta na 31ª Vara.

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012”.**

Essa Meta não se aplica à 31ª Vara Federal de Pernambuco.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Segundo foi informado, a Vara não obteve tal informação, uma vez que não há ferramenta específica no Sistema Creta para tal fim.

#### **7.31.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

As Varas na Seção Judiciária de Pernambuco que possuem competência de Juizado Especial, além da 31ª, são a 14ª, 15ª, 19ª e 32ª Varas Federais.

A 31ª Vara Federal foi instalada em 2011.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional, os números referentes a todas as Varas com competência de Juizado Especial, durante o período de 2011 a 2013, foram os seguintes:

Conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional, os números referentes a todas as Varas com competência de Juizado Especial na Seção de Pernambuco, durante o período de 2012 a 2013, são os seguintes:

##### **a) Dados de 2011:**

JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	8.891	10.038	9.437	1.811
15ª	8.556	9.230	8.846	2.200
19ª	8.362	9.108	8.368	2.176
31ª	3.075	3.946	4.120	895
<b>Total</b>	<b>28.884</b>	<b>32.322</b>	<b>30.771</b>	<b>7.082</b>

##### **b) Dados de 2012:**

JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	7.557	7.797	9.339	1.694
15ª	7.334	7.204	8.630	2.104

19ª	7.100	7.902	9.372	1.748
31ª	4.306	4.587	5.199	711
32ª	1.853	2.375	2.539	891

**c) Dados de 2013:**

JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	8.546	8.305	9.093	1.635
15ª	8.307	8.637	8.666	1.695
19ª	7.631	8.369	9.147	1.553
31ª	4.604	4.407	4.468	1.155
32ª	2.989	3.209	3.570	530
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>32.927</b>	<b>34.944</b>	<b>6.568</b>

Como se observa, historicamente, com exceção do ano de 2013, a 31ª Vara vem conseguindo julgar mais do que o número de processos distribuídos. Embora esse dado seja preocupante e mereça a devida atenção, nada obstante a justificativa de que isso decorreu das constantes movimentações de magistrados e servidores, de toda sorte, o número de processos em tramitação foi menor, mantendo a tendência de diminuição do estoque de processos, o que denota a eficiência do serviço.

Veja-se que, de acordo com a planilha abaixo, elaborada conforme os critérios estabelecidos para identificar o grau de eficiência das unidades jurisdicionais inspecionadas, o desempenho da 31ª. Vara está em compasso com as demais Varas que servem de paradigma.

JEF	2013	2013							
14ª	8.546	1.635	1628	5	0	1630	7	19,05%	<b>A</b>
15ª	8.307	1.695	1692	3	0	1692	3	20,37%	<b>A</b>
19ª	7.631	1.553	1553	0	0	1553	0	20,35%	<b>A</b>
25ª			0						
26ª			0						
27ª			0						
31ª	4.604	1.155	1155	0	0	1155	0	25,09%	<b>A</b>
32ª	2.989	530	530	0	0	530	0	17,73%	<b>A</b>

Assim como as demais unidades jurisdicionais com competência exclusiva de Juizado Especial, a 31ª Vara também apresenta uma situação que demonstra um bom grau de eficiência.

#### **7.31.4.1. Avaliação da eficiência da Vara**

O trabalho da Secretária da 31ª Vara é bem organizado. O ambiente de trabalho é *clean*, transmitindo a sensação de modernidade e eficiência. O ritmo de trabalho é muito bom, não sendo identificada demora na prática dos atos processuais.

Por fim, quanto aos dados estatísticos, observa-se que a Vara tem desempenho similar ao das que lhe servem de paradigma, e apresenta grau de eficiência na atividade jurisdicional.

Como se vê, os dados estatísticos revelam o grau de eficiência da 31ª Vara Federal em Caruaru/PE, razão pela qual, tendo em consideração a equação estabelecida, está no ideal, merecendo o **conceito “A”**, sem embargo da necessidade de serem observadas as recomendações feitas neste relatório, a fim de aperfeiçoar, ainda mais, a prestação da atividade jurisdicional.

#### **7.31.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados para correição 35 (trinta e cinco) processos do Sistema Creta.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema Creta foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de decurso de prazo:**

0500060-69.2014.4.05.8302 - 1 mês

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**

0500484-63.2004.4.05.8302 - ausência na conclusão para despacho

0500938-28.2013.4.05.8302 - mais de um mês

0500060-69.2014.4.05.8302 - 3 meses

**- Demora/ausência na conclusão para sentença:**

0506905-64.2007.4.05.8302 – Mais de 05 meses

0500833-51.2013.4.05.8302

0501019-74.2013.4.05.8302 – Mais de 6 meses

0503868-19.2013.4.05.8302 - doze dias

**- Demora na cobrança de devolução das cartas precatórias expedidas e não devolvidas - juízo deprecante:**  
0500050-25.2014.4.05.8302

**- Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias:**  
0500833-51.2013.4.05.8302 – 08 meses

**- Demora na prolação da sentença:**  
0504227-66.2013.4.05.8302 – 109 dias.  
0504335-95.2013.4.05.8302 - 5 meses.  
0500059-84.2014.4.05.8302 - 02 meses

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0503781-63.2013.4.05.8302 – 115 dias

**- Demora no julgamento de embargos declaração:**  
0501019-74.2013.4.05.8302 - Mais de 30 dias

**- Prática de ato em duplicidade:**  
0500138-63.2014.4.05.8302 – Sentença proferida em 02/04/2014/Concluso para sentença de 05/05/2014

**- Processos irregularmente paralisados:**  
0503781-63.2013.4.05.8302 - 77 dias. 54 dias.  
0503868-19.2013.4.05.8302 - 25 dias  
0504227-66.2013.4.05.8302 - 140 dias.

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**  
0500484-63.2004.4.05.8302 - 50 dias  
0501499-52.2013.4.05.8302 - 2 meses.  
0503834-44.2013.4.05.8302  
0503868-19.2013.4.05.8302 - 18 dias  
0500060-69.2014.4.05.8302 – 50 dias  
0500082-30.2014.4.05.8302  
0500138-63.2014.4.05.8302 – 03 meses

#### **7.31.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Em regra, os processos estavam em ordem. As anotações realizadas são de somenos importância e não comprometem, minimamente, a excelência do serviço prestado.

#### **7.31.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Não foram apresentadas boas práticas. Mas foram apresentadas as seguintes sugestões:

- Criação, junto ao Sistema Creta/Infox, de novas ferramentas de consulta facilitadoras da gestão das Varas de Juizado.

- A criação de ferramentas no Sistema Creta que possibilitem às Varas a consulta da jurisprudência das Turmas Recursais.

#### **7.31.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Na última correição, não foram feitas recomendações específicas para a 31ª Vara.

A inspeção foi realizada há cerca de um mês atrás e ainda se encontram em processo de estudo as possíveis adaptações nas rotinas de trabalho.

## **7.32. 32ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - GARANHUNS**

### **7.32.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 32ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco funciona na Rua Manoel Borba, 168 - Centro - Garanhuns (PE). Foi criada pela Lei nº 12.011, de 04/08/2009, e instalada (desmembramento) com base na Resolução TRF-5ª Região nº 03, de 18/01/2012 (implantada com base no Ato TRF5 nº 209, de 22/03/2012).

A unidade jurisdicional não possui instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos Juízes Federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 32ª Vara tem competência privativa para processar e julgar os feitos que tramitam perante o Juizado Especial Federal.

A Vara funciona em prédio distinto do da 23ª Vara Federal de Pernambuco, estando situada em outro bairro da cidade (Centro).

O estacionamento da 32ª Vara possui poucas vagas destinadas à Justiça Federal, visto que, no mesmo edifício, há outros órgãos/empresas em atividade. As instalações físicas são regulares, mas as janelas não proporcionam o isolamento acústico necessário, capaz de eliminar ou minorar o barulho adveniente dos carros e do comércio típico do centro das cidades. Portanto, é altamente recomendável a redução do ruído existente no local, mediante a substituição dos vidros das janelas por vidros que proporcionem melhor isolamento acústico (vidros duplos ou mais espessos).

O horário de expediente da 32ª Vara é das 09:00 às 18:00 horas (externo) e das 07:00 às 20:00 horas (interno).

#### **7.32.1.1. Corpo funcional – Juízes e servidores**

Além dos Magistrados, a 32ª Vara conta com o seguinte corpo de pessoal: 16 servidores efetivos, a saber: (a) 03 analistas da área judiciária; (b) 02 analistas da área administrativa; (c) 02 analistas executantes de mandados; (d) 02 técnicos judiciários área segurança e transporte; (e) 05 técnicos judiciários da área administrativa (f) 01 Diretor de Secretaria; (g) 01 servidor requisitado da Prefeitura Municipal de Garanhuns. Há ainda 03 estagiários em atividade na 32ª Vara.

##### **7.32.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal VINÍCIUS COSTA VIDOR exerce a magistratura federal desde 16/04/2008 e assumiu a titularidade da 32ª Vara Federal de Pernambuco em 22/04/2013.

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: Férias de 30/08/2012 a 28/09/2012 (30 dias); 07/05/2013 a 03/06/2013 (28 dias); 05/06/2013 a 06/06/2013 (02 dias); 02/09/2013 a 11/09/2013 (10 dias); 02/12/2013 a 21/12/2013 (20 dias); 07/08/2014 a 05/09/2014 (30 dias); Licença para tratamento de saúde de 01/10/2012 a 02/10/2012 (02 dias) e de 31/03/2014 a 01/04/2014 (02 dias); Afastamento para participar de curso de especialização: 09/06/2014 a 13/06/2014 (05 dias); Afastamento para participar de Encontro/Palestra: 22/11/2012 a 24/11/2012 (03 dias); Afastamento para participar de solenidade: de 18/12/2012 a 18/12/2012 (01 dia); Afastamento por motivo de trânsito: 19/12/2012 a 28/12/2012 (10 dias); 22/04/2013 a 06/05/2013 (15 dias); Afastamento para participar de reunião do CNJ: 04/06/2013 a 04/06/2013 (01 dia); Afastamento para participar de reunião do CJF: 12/11/2013 a 13/11/2013 (02 dias); Afastamento para responder por outras Varas com prejuízo da jurisdição originária: 15/10/2012 a 21/11/2012 (38 dias); 25/11/2012 a 29/11/2012 (05 dias); Afastamento sem prejuízo de jurisdição: 21/11/2013 a 22/11/2013 (02 dias); 28/01/2014 a 28/01/2014 (01 dia); 31/01/2014 a 31/01/2014 (01 dia); 07/02/2014 a 07/02/2014 (01 dia); 14/02/2014 a 14/02/2014 (01 dia); 21/02/2014 a 21/02/2014 (01 dia); 28/02/2014 a 28/02/2014 (01 dia); 25/03/2014 a 25/03/2014 (01 dia); 24/04/2014 a 25/04/2014 (02 dias); 05/05/2014 a 07/05/2014 (03 dias); 26/05/2014 a 27/05/2014 (02 dias); 29/05/2014 a 30/05/2014 (02 dias); 03/07/2014 a 04/07/2014 (02 dias). Período total de afastamento: 7 meses e 6 dias.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o magistrado substituiu, em razão de férias ou afastamentos superiores a 30 (trinta) dias de outro magistrado, nos seguintes períodos: 21/05/2012 a 18/12/2012 (212 dias) - prestando auxílio na 3ª Vara/RN sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações; 13/10/2012 a 17/12/2012 (66) - respondendo pela 5ª Vara sem prejuízo de outras designações.

Dentre outras atribuições acumuladas, o Magistrado exerceu a Direção do Foro de 01/01/2013 a 21/04/2014 (9ª Vara da SJRN - Subseção Judiciária de Caicó).

O Magistrado reside na cidade de Garanhuns (PE) e atualmente não exerce docência.

#### **7.32.1.1.2. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Substituto:**

O Juiz Federal Substituto MARCOS ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO FILHO ingressou na magistratura em 15/01/2014 e se encontra na 32ª Vara há um mês e vinte e um dias. Foi designado para prestar auxílio na 32ª Vara a partir de 10/07/2014 (Ato 405 da Corregedoria-Regional) e para responder pela Vara no período de 07/08 a 05/09/2014 (Atos 36 e 557 da Corregedoria-Regional).

Nos últimos vinte e quatro meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos: Afastamento para participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura - 20/01/2014 a 24/04/2014 (95 dias); Afastamento por motivo de trânsito - 25/04/2014 a 27/04/2014 (03 dias); Afastamento para participar de Curso de Especialização - 11/08/2014 a 12/08/2014 (02 dias); 25/08/2014 a 26/08/2014 (02 dias); Afastamento para prestar auxílio em outra Vara com prejuízo da jurisdição



originária - 10/07/2014 a 06/08/2014 (28 dias); Afastamento para respondendo por outras Varas com prejuízo da jurisdição originária e sem prejuízo de outras designações - 07/08/2014 a 05/09/2014 (30 dias); 16/07/2014 a 17/07/2014 (02 dias); 28/07/2014 a 05/08/2014 (09 dias). Período total de afastamento: 05 meses e 16 dias.

Períodos de substituição, em razão de férias ou afastamentos superiores a 30 (trinta) dias de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 10/03/2014 a 24/04/2014 (46 dias) Prestando auxílio - 4ª, 9ª, 11ª, 14ª e 27ª Varas da SJCE sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações; 28/04/2014 a 22/06/2014 (56 dias) - Respondendo pela 27ª Vara da SJCE sem prejuízo de outras designações; 07/08/2014 a 05/09/2014 (30 dias) - Respondendo pela 32ª Vara da SJPE sem prejuízo de outras designações.

O Magistrado reside na cidade de Garanhuns (PE) e atualmente não exerce docência.

#### **7.32.1.1.3. Servidores**

No tocante ao corpo funcional, a vara conta atualmente com 01 (um) cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária vago, desde 07.07.2014, e 3 (três) servidores na condição de cedidos, a saber: 01 (um) Analista Judiciário/Área Judiciária e 02 (dois) Técnicos Judiciários/Área Administrativa do quadro desta 32ª Vara foram lotados na 23ª Vara (Direção do Foro da Subseção Judiciária de Garanhuns) quando da instalação da 32ª vara.

Verifica-se também que do quadro de servidores da 32ª Vara existem servidores que estão lotados na Direção do Foro da Subseção de Garanhuns, compondo o Apoio Judiciário e Administrativo, os quais exercem atividades conjuntas para as 23ª e 32ª Varas.

Existem ainda 02 (dois) servidores requisitados: o Diretor de Secretaria, cujo órgão de origem é a Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte, e o Supervisor (FC-05) da Seção de Cumprimento e Expedição, cujo órgão de origem é a Prefeitura Municipal de Garanhuns/PE.

A maior parte dos servidores tem formação de nível superior no curso de Bacharelado em Direito, inclusive os técnicos judiciários.

Atualmente não há nenhuma função comissionada vaga na 32ª Vara Federal.

#### **7.32.1.1.4. Estagiários**

A 32ª Vara Federal tem previsão para 04 (quatro) estagiários, e conta atualmente com 03 (três), que atuam em forma de rodízio na secretaria e no gabinete, de modo que todos tenham a oportunidade de exercer suas atividades em todos os setores da Vara.

### **7.32.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DE TRABALHO NA VARA**

A Vara conta com 16 (dezesseis) servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: na secretaria, há 10 (dez) servidores, incluindo o Diretor, e no Gabinete há 04 (quatro) servidores. Há ainda 02 (dois) oficiais de justiça da 32ª Vara que atuam na central de mandados, que serve às duas varas da Subseção de Garanhuns.

A Secretaria da Vara está subdividida nos seguintes subsetores:

- Diretoria da Vara:
- Setor de Triagem e Atermação: composto por 04 (quatro) servidores;
- Setor de Audiências e Perícias: composto por 02 (dois) servidores;
- Setor de Conhecimento: composto por 01 (um) servidor;
- Setor de Cálculos: composto por 01 (um) servidor;
- Setor de Execução: composto por 01 (um) servidor;

#### **7.32.2.1. Organização dos processos na Secretaria – Sistema Creta**

Na Secretaria da Vara, os processos são organizados em fases/caixas, sendo a responsabilidade por seu acompanhamento atribuída aos servidores lotados nos respectivos setores, que dão prosseguimento aos feitos, seja elaborando o ato necessário, seja encaminhando o processo à fase/caixa adequada.

Os processos prioritários são destacados automaticamente pelo Sistema Creta, sendo encaminhados ao início da potencial fila de processos pendentes, a fim de que sejam de pronto processados.

Todos os processos em tramitação ou arquivados na 32ª Vara são virtuais (CRETA).

#### **7.32.2.2. Organização dos Gabinetes**

Há 04 (quatro) servidores trabalhando no Gabinete.

Os processos são encaminhados à assessoria por meio de fases específicas do sistema informatizado Creta, organizadas por matéria, a exemplo de “Assessoria/Loas Idoso” e “Assessoria/Loas Deficiente”.

Os assessores são responsáveis por realizar audiências de conciliação e por minutar os processos conclusos ao magistrado para despacho, decisão ou sentença. Não há especialização entre os assessores, sendo casuística a divisão das atividades.

##### **7.32.2.2.1. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos:**

O acompanhamento do acervo de processos da Vara, bem como o controle dos mesmos se dá mediante consulta às informações fornecidas pelo Sistema Processual CRETA.

Pelo “Painel do Usuário” é possível verificar a quantidade de processos da unidade judiciária, a distribuição por cada Setor, assim como a existência de algum processo sem movimentação por período considerável.

Ademais, os diversos Boletins Estatísticos e Relatórios gerados pelo CRETA possibilitam o acompanhamento do número de processos conclusos, a quantidade de processos distribuídos e baixados até o momento, bem como o acompanhamento da pauta de audiências e de perícias.

#### **7.32.2.2.2. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades:**

Os assessores realizam uma triagem dos processos conclusos para julgamento.

Inicialmente, são minutados os processos dotados de prioridade, seguidos dos demais, observada a ordem cronológica de conclusão para julgamento.

#### **7.32.2.3. Participação do Juiz em reuniões com a equipe da Vara**

O Juiz Federal Titular realiza reuniões periodicamente, seja com todos os integrantes da Vara, seja com os servidores de um determinado setor.

Nessas reuniões são traçadas metas, esclarecidas dúvidas, recebidas sugestões, é aferido o *feedback* acerca das novas ações implementadas na Vara, assim como são parabenizados os servidores pelos resultados obtidos.

#### **7.32.2.4. Planejamento das atividades da Vara e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da unidade jurisdicional ocorre, em regra, durante as reuniões com o Juiz titular, o diretor de secretaria e os servidores.

Compete ao diretor de secretaria organizar e acompanhar o funcionamento dos diversos setores da vara, planejando como cada setor deverá atuar nos casos de férias e afastamentos dos respectivos servidores, bem como, juntamente com os integrantes do setor de audiências, organizar a escala dos conciliadores e eventuais remanejamentos pontualmente necessários.

Por determinação do Juiz titular da Vara, todos os servidores receberam treinamento acerca do desempenho das tarefas desenvolvidas pelos diversos setores da Secretaria. Assim, todos têm conhecimento sobre todo o trâmite

dos processos na Secretaria, estando capacitados para intervir/atuam, se necessário, em qualquer setor.

Houve ainda a confecção de fluxogramas e manuais resumidos acerca do funcionamento de cada setor, a fim de facilitar a adaptação de novos servidores ou mesmo a atuação do servidor em um setor diverso do que integra, sempre que necessário.

#### **7.32.2.5. Metas de Produtividade**

A orientação do Juiz titular é de que os processos devem receber o impulso necessário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Todos os servidores são orientados a verificar, diariamente, a aba de documentos anexados pelos procuradores (“Docs. Procuradores”) no “painel do usuário” do sistema CRETA. Os documentos anexados devem ser prontamente analisados.

#### **7.32.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e partes**

As partes, advogados e membros do Ministério Público são atendidos diretamente no balcão pelos servidores da Secretaria e, quando necessário, são encaminhados para atendimento pela Direção.

Inexiste representação da Defensoria Pública da União na Subseção Judiciária de Garanhuns (PE).

#### **7.32.2.7. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 32ª Vara apontam a existência de 720 (setecentos e vinte) processos em andamento, dos quais, 346 (trezentos e quarenta e seis) são de competência do Juiz Titular e 373 (trezentos e setenta e três) de competência do Juiz Substituto.

Do acervo de processos em tramitação, 423 (quatrocentos e vinte e três) processos se encontravam na fase de conhecimento (exceto penal) e 198 (cento e noventa e oito) processos na fase de execução (cumprimento de sentença).

Levando-se em conta um total de 16 (dezesseis) servidores em atividade, a relação é de 45 processos para cada servidor da 32ª Vara Federal de Pernambuco, entrando no cômputo todos os servidores, independentemente de seu cargo, inclusive os 2 (dois) oficiais de justiça.

Quando da elaboração do presente relatório, não havia pedidos urgentes pendentes de análise. Igualmente não havia nenhum processo da vara com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN).

Quando o Juiz Titular entrou em exercício na vara havia 1.126 (um mil e cento e vinte e seis) processos, sendo que 731 (setecentos e trinta e um) processos se encontravam na fase de conhecimento e 220 (duzentos e vinte) processos na fase de execução.

Atualmente, a 32ª Vara conta com 02 (dois) processos suspensos, cujo motivo é a decisão do Recurso Especial nº 1.381.683-PE determinando a suspensão da tramitação das ações que versam sobre a possibilidade de afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 1.038 (um mil e trinta e oito) audiências de instrução pelo Juiz Titular e 145 (cento e quarenta e cinco) pelo Juiz Substituto. No período de 22/04/2013 a 31/08/2014 também foram realizadas 662 (seiscentos e sessenta e duas) audiências de conciliação. Foram realizadas 02 (duas) inspeções judiciais nesse período.

### **7.32.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.**

No período de 01/01/2014 a 31/08/2014 foram distribuídos 2.178 processos e de 01/01/2014 a 31/08/2014 foram julgados 2.068 processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”**

Dos processos abrangidos pela meta 2, não havia nenhum processo do ano de 2008, 2009 e 2010 pendentes de sentença, e apenas um processo do ano de 2011 estava pendente de sentença.

Ressalte-se que o processo nº 0500760-41.2011.4.05.8305, que tramitava perante a 23ª Vara Federal, foi arquivado em 22/03/2011, em virtude de prolação de sentença extintiva sem resolução do mérito, com base no art. 267, V, do Código de Processo Civil. Posteriormente, o processo foi reativado por força da decisão proferida em 12/08/2014, nos autos do Mandado de Segurança nº 0500032-81.2011.4.05.9830, que concedeu a segurança, anulando a sentença e determinando o prosseguimento do feito.

**Meta 4: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações**

**distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012".**

Essa meta não se aplica às varas com competência privativa de Juizado Especial Federal.

**Meta 5: "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho".**

Segundo foi informado pela Vara, os relatórios fornecidos pelos sistemas de acompanhamento processual possuem limitações que inviabilizam um levantamento preciso dos dados da meta 5. Além disso, ante o grande número de dados requeridos para aferição do cumprimento dessa meta (Glossário e Esclarecimentos das Metas do CNJ), muitos deles inclusive necessitando de dados retroativos que não mais estão disponíveis no sistema informatizado, hoje não há ferramentas para identificar o atendimento da referida meta. Não obstante, os números da referida meta ainda serão consolidados pelo Núcleo de Apoio à Corregedoria – Nucleocor.

#### **7.32.3.1. Cumprimento de Resoluções do CNJ:**

A unidade jurisdicional informou ainda que todas as metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2013 foram cumpridas.

#### **7.32.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Além da 32ª Vara, possuem competência privativa de Juizado Especial, na Seção Judiciária de Pernambuco, as 14ª, 15ª, 19ª e 31ª Varas.

Todavia, no interior de Pernambuco, apenas as 31ª e 32ª Varas possuem competência privativa de JEF. Para além disso, foram criadas em épocas próximas. Portanto, a comparação entre ambas assume maior relevo.

A 32ª Vara (Subseção de Garanhuns) foi implantada em 13 de abril de 2012, ao passo que a 31ª Vara (Subseção de Caruaru) fora implantada em 2011.

Conforme dados estatísticos da Corregedoria-Regional, os números referentes a todas as Varas com competência de Juizado Especial na Seção de Pernambuco, durante o período de 2012 a 2013, são os seguintes:

#### **a)Dados de 2012:**

JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	7.557	7.797	9.339	1.694

15ª	7.334	7.204	8.630	2.104
19ª	7.100	7.902	9.372	1.748
31ª	4.306	4.587	5.199	711
32ª	1.853	2.375	2.539	891
<b>Total</b>	<b>28.150</b>	<b>29.865</b>	<b>35.079</b>	<b>7.148</b>

#### b) Dados de 2013:

JEF	DIST	JULG	ARQ	TRAM
14ª	8.546	8.305	9.093	1.635
15ª	8.307	8.637	8.666	1.695
19ª	7.631	8.369	9.147	1.553
31ª	4.604	4.407	4.468	1.155
32ª	2.989	3.209	3.570	530
<b>Total</b>	<b>32.077</b>	<b>32.927</b>	<b>34.944</b>	<b>6.568</b>

Como se observa, embora o número de processos distribuídos em 2013 tenha aumentado em relação a todas as varas de JEF em cotejo, inclusive na 32ª Vara, esta, também seguindo a tendência geral, julgou em 2013 mais processos do que julgara em 2012.

Todavia, contrariando a tendência das demais varas cotejadas, a 32ª Vara arquivou mais processos em 2013 (3.570) do que em 2012 (2.539), ao passo que a 31ª Vara (Subseção de Caruaru) arquivou menos processos em 2013 (4.468) do que arquivara em 2012 (5.199). Essa diferença no número de processos arquivados é a principal responsável pela redução dos feitos em tramitação na 32ª Vara (de 891 para 530) e pelo aumento dos processos em trâmite na 31ª Vara (de 711 para 1.155) no ano de 2013.

#### 7.32.4.1. Avaliação da eficiência e Meta estabelecida

Um dos fatores utilizados pela Corregedoria para a medição do grau de eficiência das Varas Federais é a análise do número de processos distribuídos no ano anterior em relação ao número de processos em tramitação, excluindo-se desta contagem os processos que estão sobrestados, suspensos e arquivados.

Os números disponibilizados à Corregedoria apontam para a seguinte situação em dezembro de 2013 (total de processos ajustado):

QUANTIDADE – TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2013		Distribuídos - 2013
31ª Vara	1.155	4.604
32ª Vara	530	2.989

Com base nesses números e considerando a metodologia descrita na introdução do presente relatório, tem-se que a 32ª Vara Federal possuía em dezembro de 2013 um acervo de processos em tramitação ajustada (530) bem inferior ao total de processos distribuídos no ano (2.989), o que a posiciona no **conceito “A”**, sem embargo das recomendações feitas neste relatório.

Ademais, na análise comparativa, a 32ª Vara tem revelado excelente gestão do serviço jurisdicional, nomeadamente à luz dos indicadores referentes a processos julgados, arquivados e em tramitação.

#### **7.32.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Foram selecionados para correição 25 (vinte e cinco) processos do Sistema Creta.

As constatações verificadas na correição virtual realizada por meio do Sistema Creta foram consolidadas no relatório emitido pelos próprios sistemas informatizados.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**– Processos irregularmente paralisados:**

0500870-69.2013.4.05.8305 - Superior a 90 dias.

**– Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0500067-52.2014.4.05.8305 - 105 dias.

**– Inexistência de cobrança de devolução de carta precatória:**

0500364-59.2014.4.05.8305 – 39 dias

#### **7.32.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Dentre as ocorrências identificadas na análise dos processos, merece relevo a seguinte situação:

- Demora para a execução das tarefas pela Secretaria.

Recomendação: o volume de serviço facilita o controle do serviço para evitar o atraso na prática dos atos da secretaria, com determinação de justificativa para o atraso no cumprimento das tarefas.



### **7.32.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Dentre as boas práticas adotadas pela Vara, merecem destaque as seguintes:

- Confecção de fluxogramas, afixados em local visível da Secretaria, e de manuais resumidos acerca do funcionamento de cada setor, em ordem a facilitar a adaptação de novos servidores ou mesmo a atuação do servidor em um setor diverso do que integra, quando necessário.

- Fixação e controle de metas e prazos;

- Realização de reuniões periódicas com os servidores.

### **7.32.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

Considerando que a 32ª Vara foi implantada em 13/04/2012 (Ato nº 209/12), não houve correção anterior nessa Vara.

Ao realizar a última autoinspeção, foi informado que o magistrado teria verificado um alto nível de qualidade dos serviços prestados pela Vara, pelo que não foram fixadas novas metas ou fins a serem perseguidos, tendo o magistrado orientado os servidores a manter as conquistas alcançadas.

## **7.33. 33ª VARA FEDERAL - EXECUÇÃO FISCAL - RECIFE**

### **7.33.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A 33ª Vara Federal de Pernambuco foi criada com base na Lei nº 12.011, de 04/08/2009 e implantada com base na Resolução TRF-5ª Região nº 10, de 27/02/2013.

A unidade jurisdicional está instalada no Fórum Ministro Artur Marinho, localizado na Av. Recife, 6250 - Bairro Jiquiá - Recife (PE), onde funciona parte da Seção Judiciária de Pernambuco, possuindo instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos dos juízes federais, servidores, estagiários e terceirizados, bem como para o atendimento de advogados e jurisdicionados.

Dentro de sua área territorial, a 33ª Vara tem competência privativa para processar as execuções fiscais e ações conexas.

#### **7.33.1.1. Corpo Funcional – Juízes e Servidores**

##### **7.33.1.1.1. Dados Funcionais e pessoais do Juiz Federal Titular**

A Juíza Federal ROBERTA WALMSLEY SOARES CARNEIRO PORTO DE BARROS exerce a magistratura federal desde 15/12/2004 e assumiu a titularidade da 33ª Vara em 11/06/2013, nela permanecendo até o momento atual.

A Vara não conta com juiz federal substituto.

Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos: Férias de 15/10/2012 a 13/11/2012, 07/12/2012 a 19/12/2012, 16/04/2013 a 28/04/2013, 28/11/2013 a 01/12/2013, 13/01/2014 a 02/02/2014, 08/05/2014 a 23/05/2014 e 17/07/2014 a 06/08/2014 = 118 dias de afastamento. Licenças: de 17/09/2012 a 21/09/2012 e 08/10/2012 a 11/10/2012 - para tratamento de saúde e 09/05/2013 a 04/11/2013: repouso à gestante Outras: 22/11/2014 a 24/11/2014 - afastamento para participar de palestra; 07/01/2013 a 16/01/2013: afastamento por motivo de trânsito.

A magistrada reside na região metropolitana em que se localiza a Vara e não exerce a docência.

A Vara não possui juiz federal substituto.

##### **7.33.1.1.2. Servidores**

Conforme estabelecido na Portaria 577/2011 - DF, de 07/10/2011, a 33ª Vara de Pernambuco conta com 23 cargos efetivos, sendo 17 (dezesete) cargos de servidores na Vara e 6 (seis) cargos de oficial de justiça. Atualmente, a vara conta com 17 (dezesete) servidores efetivos e 06 Analistas Judiciários – Área Judiciária (Especialidade Execução de Mandados).

Os servidores que atuam na 33ª Vara estão discriminados no quadro abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Cargo efetivo</b>	<b>FC ou CJ</b>	<b>Grau de Instrução</b>	<b>Área de formação</b>
Ana Karina Barros Santiago	Técnico judiciário	FC 04	Superior	História
Ana Paula Santos Barros	Técnico judiciário	FC 04	Superior	Contábeis
César Cavalcanti Dantas	Técnico judiciário-espec. segurança e transporte	---	Superior incompleto	Turismo
Danilo Coelho Fernandes	Analista Judiciário	FC 04	Superior	Direito
Luzinete de Arruda Melo	Técnico judiciário	FC 04	Superior	Pedagogia
Marcos César Barbosa Maggi	Técnico judiciário	FC 04	Superior	Direito
Mariana Belém	Técnico judiciário	FC 05	Superior Superior incompleto	Arquitetura Direito
Maria de Socorro Amorim de Oliveira Andrade	Técnico Judiciário	FC 05	Superior	Direito
Mariana Yante Barreto Pereira	Técnico Judiciário	FC 05	Doutorado incompleto	Direito
Rosa Neude Galindo Pacheco	Técnico Judiciário	FC 05	Superior	Direito
Solange Maria Bastos Marinho	Analista Judiciário	CJ 03	Superior	Direito
Virgínia Falangola	Técnico Judiciário	FC 05	Superior	Direito
Wellington Cunha da Silva	Técnico Judiciário	FC 04	Superior	Biologia
Allan Valença Cavalcante	Analista judiciário - Oficial de Justiça	---	Superior	Direito
Aurélio Antonio Santos de Lima	Analista judiciário - Oficial de Justiça	----	Superior	Direito
Dalton Pinheiro de Melo	Analista judiciário-Oficial de Justiça	----	Superior	Direito
Daiane Karolliny Alexandria de Souza	Analista judiciário-Oficial de Justiça	----	Superior	Direito
Nélia Navais Henriques	Analista judiciário-Oficial de Justiça	----	Superior	Direito

Atualmente, existem duas funções gratificadas vagas: 01 (uma) FC3 e (01) FC4.

Há uma servidora requisitada dos quadros do TRE/PE, e que atua como Chefe do Gabinete do Juiz Titular.

Não há servidores sem vínculo com o serviço público na Vara.

### **7.33.1.1.3. Estagiários**

No desempenho das atividades de estágio, há previsão de 6 (seis) estagiários, havendo 05 (cinco) lotados, sendo 04 (quatro) na Secretaria da Vara e 01 (um) no Gabinete.

### **7.33.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA VARA**

O horário de expediente da 33ª Vara é das 07:00 às 20:00 horas, havendo expediente externo das 09:00 às 18:00 horas (art. 2, da Res. 24/2007-GP/TRF5), dividindo-se os servidores em duas turmas, para cumprimento da jornada de 7 horas diárias.

#### **7.22.2.1. Organização da Secretaria**

No que se refere à distribuição de atividades dos servidores da 33ª Vara, ressalta-se de início que a presente Vara possui competência exclusiva de execução fiscal, razão pela qual possuía um acervo superior a 19.000 processos à época da correição. Sendo assim, a rotina de trabalho é feita a partir do processamento de feitos pertinentes aos sistemas TEBAS e PJE (no caso deste último, a obrigatoriedade parcial se deu a partir de 29/08/2013).

Ante a quantidade de feitos existentes, a Secretaria da Vara conta com o apoio de 11 servidores, divididos em 8 setores (Fazenda Nacional, Grandes Devedores, Expedição, Embargos à Execução e Cumprimento de Sentença, Conselhos e Outros Exequentes, Carta Precatórias/Leilões, Direção e Gabinete), cujas atividades são distribuídas de acordo com as determinações abaixo:

- FAZENDA NACIONAL: análise, decisão e cumprimento das decisões dos processos cujo exequente é a Fazenda Nacional e que não estão no setor de Grandes Devedores. Todo o impulsionamento do processo é realizado por este setor, com exceção da expedição de cartas de citação, mandados, precatórias e ofícios.

- EXPEDIÇÃO: expedir mandados, cartas precatórias, ofícios, cartas de citação, alvarás, precatórios e RPV's.

- GABINETE: julgamento dos processos conclusos.

- GRANDES DEVEDORES: processos de devedores cuja dívida é superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

- OUTROS EXEQUENTES: análise, decisão e cumprimento das decisões dos processos movidos pelos Conselhos, pelas Agências e pela Caixa Econômica Federal e que não estão no setor de Grandes Devedores. Todo o impulsionamento do processo é realizado por este setor, com exceção da expedição de cartas de citação, mandados, precatórias e ofícios.

- LEILÃO E CARTA PRECATÓRIA: atos relativos ao leilão e às cartas precatórias distribuídas para esta Vara.

- EMBARGOS À EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: encarregado de impulsionar os processos, com exceção das decisões mais complexas, que vêm para o Gabinete.

Segundo informações prestadas pela Vara no formulário de gestão, em cada um dos setores (exceto “Expedição” e “Juntada”), os processos são despachados, em regra, de acordo com sua antiguidade, aferida a partir do último ato processual relevante (excluindo-se, por exemplo, alterações cadastrais na distribuição), com exceção dos processos com prioridade estabelecida normativamente, tais como mandados de segurança, que têm sempre preferência.

Além disso, diante do amplo acervo de processos, a magistrada recomenda que seja dada preferência – após as prioridades estabelecidas em normas – aos processos com pedido de desbloqueio de valores do BACENJUD.

#### **7.33.2.2. Organização do Gabinete**

Os processos conclusos para o gabinete são divididos nas duas salas da assessoria conforme sua distribuição para os Juízes Titular e para o Substituto, muito embora a Vara não tenha Juiz Substituto, mas apenas para divisão do trabalho entre as 2 (duas) servidoras que estão lotadas nos Gabinetes da 33ª Vara Federal/PE, Socorro Andrade e Mariana Yante. As duas trabalham na elaboração das decisões mais complexas de todos os processos da Vara, incluindo os pedidos de tutela antecipada, de desbloqueio de valores, exceções de pré-executividade, entre outras decisões.

Os processos com prioridade, tais como mandado de segurança, sempre são os que têm preferência para julgamento. Em seguida, dá-se preferência aos processos de conclusão/movimentação mais antiga e, considerando o grande volume de processos conclusos, àqueles em que há pedido dos advogados no balcão e de desbloqueio de valores bloqueados *online*.

Os processos são controlados por meio dos relatórios do sistema TEBAS e planilhas elaboradas pelos servidores, acerca do quantitativo de tal processo em determinada situação e o tempo de conclusão, com periodicidade indeterminada.

#### **7.33.2.3. Participação direta do Juiz Federal em reuniões com a equipe da Vara.**

São feitas reuniões periódicas envolvendo a magistrada, diretor de secretaria e toda a equipe da Vara, ou ainda setores específicos, para definir estratégias de trabalho e fixação de prazos.

#### **7.33.2.4. Planejamento das atividades da Vara**

Considerando que a 33ª Vara Federal/PE foi instalada em 11/06/2013, com a redistribuição de 19.973 processos provenientes da 11ª e 22ª Varas

Federais/PE, o planejamento inicial foi efetivado no sentido de organizar fisicamente todos os processos redistribuídos. Em seguida, houve determinação de despachar todos os processos que foram redistribuídos para a 33ª Vara Federal/PE, ou seja, que fossem lidas e analisadas todas as mais de vinte mil ações e tomadas as providências necessárias para seu correto andamento. Para efetivar as medidas, são estabelecidas metas visando estimular o aumento percentual de processos arquivados ou a diminuição do tempo médio de tramitação para um determinado período. Em agosto/2014, existiam 1.529 processos que ainda não tinham sido movimentados pela 33ª Vara, conforme relatório obtido no sistema processual TEBAS.

O plano de despachar todos os processos ainda prossegue e, aliado a isso, há o planejamento de andamento geral da Vara, com fixação de prazo máximo para que os processos sejam despachados e a medida determinada seja cumprida. Atualmente, a expectativa é de que os processos tenham atraso de tempo máximo de um ano para despacho/cumprimento da medida.

Foram estabelecidas metas semanais para os servidores do gabinete e da secretaria, a depender da atribuição de cada um. Para os servidores do Gabinete, a meta é de 20 processos decididos por semana, incluindo sentença, decisão e despacho. Na Secretaria, para os servidores que trabalham com elaboração de decisões e despachos, a meta estabelecida é de 80 processos despachados semanalmente. Além disso, houve uma meta inicial de análise e despacho em todos os processos da Vara, restando pendentes 1.529.

Para os servidores que trabalham com cumprimento dos despachos prolatados e expedição, a meta é não haver atraso superior a 60 dias.

Semanalmente, são conferidas as estatísticas de processos sem movimentação e dos processos trabalhados pelos servidores, para ver se as metas estabelecidas foram cumpridas. Mensalmente, são verificados os quantitativos de processos conclusos para sentença e de processos distribuídos.

#### **7.33.2.5. Procedimento de atendimento aos membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes**

As partes e advogados são atendidos no balcão da secretaria, sendo que os representantes do Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União nunca compareceram à vara. Caso desejem falar com o Diretor de Secretaria, assessor ou Juiz, eles são encaminhados para o setor específico da Vara ou para o Gabinete do Juiz. Não se mostra necessário qualquer agendamento prévio.

Como o magistrado assumiu há pouco tempo, ainda não foi implementada uma rotina de consulta de satisfação, mas há intenção de adotar tal procedimento.

#### **7.33.2.6. Quantitativo de processos e relação servidor/processo**

Os dados fornecidos pela 33ª Vara no Relatório de Gestão entregue a Corregedoria apontam a existência de 22.647 (22.626 físicos e 21 eletrônicos) em

tramitação, em 12/08/2014, e levando-se em conta um total de 18 (dezoito) servidores em atividade, conclui-se que a relação é de 1.258,16 processos/servidor para a 33ª Vara Federal de Pernambuco.

### **7.33.3. CUMPRIMENTO DE METAS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

As metas fixadas pelo CNJ não estão sendo cumpridas pela Vara

**Meta 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013).**

No período de janeiro/2013 a dez/2013 foram distribuídos 217 (duzentos e dezessete) processos de conhecimento, ao passo que foram sentenciados 151 (cento e cinquenta e um) processos dessa mesma natureza, não tendo havido o cumprimento da meta.

**Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais).**

Também não houve o cumprimento integral da Meta 2 (Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais), encontrando-se a 33ª Vara/SJPE na 15ª posição no ranking da 5ª Região, em relação à Meta 2 do CNJ para o ano de 2013.

**Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.**

Verificou-se o cumprimento da Meta 5. Na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.

Não se aplica à unidade jurisdicional correicionada o preenchimento de relatórios (CNCIAI) - Provimento CNJ nº 29/2013 e o cumprimento da Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

### **7.33.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA VARA E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EFICIÊNCIA**

Nos últimos 05 (cinco) anos, a distribuição de processos da vara inspecionada, em relação às outras que possuem mesmo padrão de competência (11ª, 22ª e 33ª Varas), tem sido equilibrada, dentro da média de todas as outras.

A quantidade de processos distribuídos, arquivados, julgados e em tramitação, em cada uma delas, entre 2009 e 2013, foi a seguinte, conforme dados estatísticos da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da Quinta Região:

EM 2009					EM 2010					EM 2011				
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM	Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11 <sup>a</sup>	5.536	4.998	5.546	29.114	11 <sup>a</sup>	3.393	1.878	6.474	26.107	11 <sup>a</sup>	3.835	2.907	3.060	26.847
22 <sup>a</sup>	4.801	3.156	3.863	30.503	22 <sup>a</sup>	3.252	2.584	3.051	31.397	22 <sup>a</sup>	3.932	5.467	6.068	29.252
<b>Total</b>	<b>10.337</b>	<b>8.154</b>	<b>9.409</b>	<b>59.617</b>	<b>Total</b>	<b>6.645</b>	<b>4.462</b>	<b>9.525</b>	<b>57.504</b>	<b>Total</b>	<b>7.767</b>	<b>8.374</b>	<b>9.128</b>	<b>56.099</b>

EM 2012				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11 <sup>a</sup>	5.070	2.304	3.385	28.840
22 <sup>a</sup>	5.075	1.310	2.208	32.475
<b>Total</b>	<b>10.145</b>	<b>3.614</b>	<b>5.593</b>	<b>61.315</b>

EM 2013				
VARAS	QUANTIDADE			
Fiscal	DIST	JULG	ARQ	TRAM
11 <sup>a</sup>	2.770	1.868	2.385	19.880
22 <sup>a</sup>	2.746	1.499	1.950	22.760
33 <sup>a</sup>	1.807	403	709	21.908
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>3.770</b>	<b>5.044</b>	<b>64.548</b>

### TRAMITAÇÃO AJUSTADA 2013

Fiscal	2013	TRAM	TRAM AJUST	FISICO	PJE	VIRTUAL	SUSP/ARQU	%	CONCEITO
11 <sup>a</sup>	2.770	19.880	12369	19864	16	0	7511	446,53%	D
22 <sup>a</sup>	2.746	22.760	12260	22741	19	0	10500	446,47%	D
33 <sup>a</sup>	1.807	21.908	16390	21895	13	0	5518	907,03%	D
<b>Total</b>	<b>7.323</b>	<b>64.548</b>	<b>41019</b>	<b>64500</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>23529</b>	<b>560,14%</b>	<b>D</b>

Os dados acima destacados demonstram que, no período avaliado, houve uma oscilação do número de processos distribuídos e julgados, embora não tenha havido, ao final, congestionamento processual na referida vara.

Cumprе salientar, entretanto, que a vara analisada foi criada em 11/06/2013, por força da Resolução nº 10, de 27 de fevereiro de 2013, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, período a ser analisado. Para o aludido lapso temporal, em razão de não haver possibilidade de comparação com outros períodos, far-se-á uma análise adotando um critério comparativo com os níveis de desenvolvimento das demais varas da sessão judiciária.

Nesse sentido, analisando a quantidade de processos em tramitação, observa-se, inicialmente, que, dentre as varas especializadas em execução fiscal, há um desequilíbrio quanto aos números referentes a cada uma das varas especializadas. Observa-se, em primeiro plano, que o número de processos em tramitação, no período de cada ano do período analisado, em todas as varas, tem se mantido bastante superior ao de distribuídos e, igualmente, ao de julgados, ora



umentando, ora diminuindo. Embora tenha havido uma oscilação do número de processos em tramitação, o referido movimento é acompanhado de forma mais abrupta no âmbito da 33ª Vara Federal/PE, no ano de 2013. Além disso, é bom que se registre que a vara demonstra um índice de julgamentos e arquivamento deficitários, se comparados às demais varas da mesma competência.

Entretanto, esse dado não pode ser analisado isoladamente, devendo ser levado em consideração o fato de tratar-se de unidade jurisdicional prematura com grande estoque de processos paralisados, além de que a juíza titular encontrava-se de licença maternidade no período entre 09/05/2013 a 04/11/2013.

Importa informar que esses dados, analisados em conjunto, demonstram que uma avaliação estatística isolada seria bastante prejudicial à unidade correicionada, que vem implementando medidas para diminuição do estoque a partir do ano de 2014, período não analisado por esta correição. Desse modo, e levando-se em consideração as razões acima expostas, resta-nos consignar que a análise comparativa de processos encontra-se bastante distorcida.

#### **7.33.4.1. Peculiaridades das varas privativas de execuções fiscais**

Em consonância com os dados estatísticos, no ano de 2013, foram distribuídos 2.746 processos, enquanto a “tramitação ajustada”, no mesmo período, foi de 12.260 feitos, o que quer dizer que há grande excesso de “estoque de processos ajustados”, isto é, o número anual em tramitação é superior ao número de processos distribuídos em 446,53%.

Contudo, a unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades próprias, o que impossibilita a sua comparação com outras varas não especializadas. É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais, etc.

Ademais, nos processos da espécie, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Assim, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos por parte do executado, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um acúmulo de processos considerável suspensos na forma do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Assim, se reconhece que boa parte das execuções fiscais permanecem durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira, quiçá inviabiliza a avaliação do grau de eficiência da Vara a partir dos critérios indicados no item "metodologia".

### **7.33.5. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

#### **7.33.5.1. Processos físicos**

Foram selecionados para correição 60 (sessenta) processos físicos, ressaltando-se que o acervo de processos submetidos à correição estava bem organizado pela secretaria da Vara. Um dos processos selecionados não foi analisado, em razão de redistribuição para a 33ª Vara, antes da correição.

Da análise individual *in loco* dos processos, ressaem as seguintes ocorrências:

##### **- Demora na juntada de expediente:**

0009312-72.2008.4.05.8300  
0009908-17.2012.4.05.8300  
0003530-11.2013.4.05.8300  
0002842-40.1999.4.05.8300  
0012001-89.2008.4.05.8300  
0012241-39.2012.4.05.8300  
0000882-15.2000.4.05.8300  
0012240-88.2011.4.05.8300

##### **- Demora na prolação de decisão/sentença:**

0013156-93.2009.4.05.8300  
0000244-25.2013.4.05.8300

##### **- Julgamento de embargos de declaração:**

0013952-84.2009.4.05.8300

##### **- Paralisação irregular (cumprimento):**

0014268-29.2011.4.05.8300  
0009908-17.2012.4.05.8300  
0019357-38.2008.4.05.8300  
0005060-75.1998.4.05.8300  
0000541-76.2006.4.05.8300  
0001392-42.2011.4.05.8300

0003530-11.2013.4.05.8300  
0013640-74.2010.4.05.8300  
0005283-71.2011.4.05.8300  
0000510-37.1998.4.05.8300  
0000640-80.2005.4.05.8300  
0005030-40.1998.4.05.8300  
0012161-51.2007.4.05.8300  
0016000-84.2007.4.05.8300  
0015201-41.2007.4.05.8300  
0016960-55.1998.4.05.8300  
0012240-88.2011.4.05.8300  
0014293-18.2006.4.05.8300  
0014481-11.2006.4.05.8300

**- Cobrança de precatória:**

0015690-44.2008.4.05.8300

**- Demora na publicação:**

0001960-87.2013.4.05.8300  
0008591-18.2011.4.05.8300  
0015201-41.2007.4.05.8300

**- Demora no Cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça:**

0000882-15.2000.4.05.8300

**- Demora na conclusão:**

0012241-39.2012.4.05.8300  
0009312-72.2008.4.05.8300  
0003037-34.2013.4.05.8300  
0001630-90.2013.4.05.8300  
0014268-29.2011.4.05.8300  
0019357-38.2008.4.05.8300  
0013156-93.2009.4.05.8300  
0013952-84.2009.4.05.8300  
0000244-25.2013.4.05.8300  
0005060-75.1998.4.05.8300  
0000541-76.2006.4.05.8300  
0001451-30.2011.4.05.8300  
0002842-40.1999.4.05.8300  
0011121-34.2007.4.05.8300  
0012001-89.2008.4.05.8300  
0019291-92.2007.4.05.8300  
0013641-59.2010.4.05.8300  
0008591-18.2011.4.05.8300  
0005283-71.2011.4.05.8300  
0015690-44.2008.4.05.8300  
0000510-37.1998.4.05.8300  
0000640-80.2005.4.05.8300  
0005030-40.1998.4.05.8300  
0000882-15.2000.4.05.8300  
0012161-51.2007.4.05.8300  
0016000-84.2007.4.05.8300

0001960-87.2013.4.05.8300  
0018815-20.2008.4.05.8300  
0015201-41.2007.4.05.8300  
0012136-96.2011.4.05.8300  
0004221-93.2011.4.05.8300  
0013642-44.2010.4.05.8300  
0013651-06.2010.4.05.8300  
0014841-11.2006.4.05.8300  
0001230-47.2011.4.05.8300  
0003100-69.2007.4.05.8300  
0012240-88.2011.4.05.8300  
0015953-13.2007.4.05.8300

**- Não cumprimento das determinações de inspeção e correição:**  
0009908-17.2012.4.05.8300

**- Conclusão do processo na mesma data da prolação da decisão/sentença:**

0000640-80.2005.4.05.8300  
0000882-15.2000.4.05.8300  
0016000-84.2007.4.05.8300  
0001230-47.2011.4.05.8300  
0003100-69.2007.4.05.8300

**- Ausência de Conclusão:**  
0014293-18.2006.4.05.8300

### **7.33.6. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AOS PROCESSOS INSPECIONADOS E RECOMENDAÇÕES TÓPICAS**

Dentre as constatações feitas nos processos analisados, algumas recomendações pontuais são cabíveis:

- Demora no cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça.

Recomendação: Cobrar aos Oficiais de Justiça o cumprimento das determinações judiciais logo após o escoamento do prazo, utilizando-se, para tanto, de registro de prazo e cobrança diretamente pelos sistemas informatizados. Aponta-se como parâmetro temporal, os seguintes prazos: Ato simples (intimação, citação): 10 dias; - Citação, penhora e avaliação: 60 dias; - Comparecimento em Juízo: 10 dias antes do ato.

- Demora na efetivação da carta precatória e na cobrança respectiva

Recomendação: Acompanhar a tramitação das cartas precatórias nos juízos deprecados através da internet, fazendo as cobranças por telefone e ofícios em caso de atraso no cumprimento da diligência deprecada. Fazer a cobrança em 30 dias, após o final do prazo da precatória. Se a precatória não tiver prazo considerar 90 dias da expedição

- Demora na prolação de despacho – 15 dias. Demora na prolação de decisão/sentença – 60 dias

Recomendação: Procurar cumprir os prazos determinados pelo Código de Processo Civil, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento de metas.

- Nas inspeções internas, muitos processos, ao invés de despachados, recebem, apenas, o *visto* e a determinação de que sejam, novamente, conclusos.

Recomendação: Uma das finalidades da inspeção interna, se não a mais importante, é impulsionar os processos, razão pela qual, para que o seu fim seja atingido, é necessário que, sempre, quando da análise do processo, seja praticado o ato judicial pertinente, salvo no caso de sentença com grau de complexidade a exigir demora de tempo para a sua elaboração.

### **7.33.7. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA VARA**

Foram verificadas as seguintes práticas que merecem destaque na 33ª Vara:

A magistrada titular da Vara assumiu nessa unidade jurisdicional há pouco tempo, razão pela qual ainda não houve tempo hábil para a adoção de práticas de desenvolvimento eficaz dos processos, embora tenha demonstrado a intenção de adotar um sistema de organização bem criterioso.

No entanto, importa observar que o volume de trabalho típico das varas de execuções fiscais exige do magistrado um bom desenvolvimento de atividades gerenciais que lhe permitam conduzir o processo de forma bastante célere.

### **7.33.8. CORREIÇÕES E AUTOINSPEÇÃO**

A correição anterior foi realizada antes da instalação da 33ª Vara, quando parte do acervo desta Vara ainda tramitava na 11ª e da 22ª Varas Federais de Pernambuco.

A 33ª Vara foi instalada em 11/06/2014 e foi realizada apenas uma inspeção (entre 26 e 30/05/2014). Após reunião com os servidores da Vara, em junho de 2014, foram estabelecidas algumas metas de trabalho, mas que ainda não foram apreciadas, em face do pouco tempo decorrido desde a sua fixação.

## **7.34. 1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

### **7.34.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, a exemplo das demais Turmas Recursais da Região, foi instalada a partir da edição da Lei nº 10.259/2001 mediante a designação de Juizes Federais que desempenhavam suas atividades cumulativamente com o exercício da jurisdição na Vara Federal respectiva.

Com a edição da Lei nº 10.665/2012 foi criada uma estrutura permanente para as Turmas Recursais, que é formada por três Juizes Federais e um suplente. A instalação da TR, com essa nova estrutura, ocorreu por meio da Resolução TRF nº 09, de 24/04/2012.

A Turma Recursal tem por finalidade precípua julgar os processos advindos do Juizado Especial com recurso interposto contra as sentenças. Nos termos do art. 41 da Lei nº 9.099/95, o recurso será julgado por uma Turma composta por três Juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado. Ao contrário do que se passa no âmbito deste, contudo, aqui as partes têm que ser representadas por advogados.

A 1ª Turma Recursal de Pernambuco ocupa um dos andares do edifício do Fórum onde funciona a sede da Seção Judiciária do Recife. As instalações são novas, havendo um bom espaço e uma boa divisão entre os diversos setores e, bem assim, uma estrutura adequada para o funcionamento interno e atendimento ao público externo.

#### **7.34.1.1. Corpo funcional – juizes, servidores e estagiários**

##### **7.34.1.1.1. Presidência**

Em 07/01/2013, o Juiz Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO NETO é o 1º Relator e assumiu a titularidade da 1ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

##### **7.34.1.1.2. Servidores**

A Presidência da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco conta com 12 cargos efetivos (dados da SECAD), não obstante o quadro fornecido pela própria Turma discrimine o número de 14 (catorze) servidores – 5 Analistas Judiciários, 8 Técnicos Judiciários e 1 Técnico Judiciário especializado em Segurança e Transporte – que efetivamente atuam na vara.

Existem 2 (dois) servidores requisitados, os quais têm vínculo com o serviço público, não havendo nenhum servidor sem o referido vínculo.

Há 3 (três) servidores lotados na Presidência da Turma e 4 (quatro) na Secretaria. Cada uma das 3 (três) Relatorias conta com 3 (três) servidores.

#### **7.34.1.1.3. Estagiários**

Estão previstos 3 (três) estagiários para a 1ª Turma Recursal, havendo, efetivamente, 6 (seis) atuando na referida Turma, tão somente nas Relatorias.

### **7.34.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA 1ª TURMA RECURSAL**

O horário de expediente da 1ª Turma Recursal é das 9:00 às 18:00 horas. As sessões da Turma Recursal ocorrem quinzenalmente.

A Secretaria da 1ª Turma Recursal de Pernambuco possui 4 (quatro) servidores, sendo 1 (um) deles o Diretor de Núcleo. Quanto aos demais servidores, cada um é responsável por uma Relatoria.

De acordo com os dados estatísticos colhidos no Sistema Creta, no mês de julho/2014, a 1ª Relatoria possui 5.405 (cinco mil, quatrocentos e cinco) processos, sendo 1.874 (mil, oitocentos e setenta e quatro) suspensos. Já a 2ª Relatoria possui 5.931 (cinco mil, novecentos e trinta e um), sendo 1.755 (mil, setecentos e cinquenta e cinco) suspensos. Por fim, a 3ª Relatoria tem 6.750 (seis mil, setecentos e cinquenta), sendo 2.471 (dois mil, quatrocentos e setenta e um) suspensos. Com isso, a 1ª Turma Recursal/PE possui um total de 18.086 (dezoito mil e oitenta e seis) processos, sendo 6.100 (seis mil e cem) suspensos. Seria uma proporção de 6.028 (seis mil e vinte e oito) processos por servidor, considerando o total de processos, incluindo os suspensos.

Todos os processos da Turma Recursal, de alguma forma, passam pela Secretaria, seja para uma intimação, certidão, sobrestamento, arquivamento, etc. A tramitação do feito na Secretaria tende a ser rápida, porém, constante.

#### **7.34.2.1. Organização da Secretaria**

A Secretaria da 1ª Turma Recursal está dividida de acordo com a natureza da atividade. O atendimento das partes, estagiários, advogados, procuradores, defensores públicos (presencial ou por telefone) – é feito por todos os 4 (quatro) servidores. O atendimento por e-mail é feito exclusivamente pelo Diretor de Núcleo.

As intimações, certidões, envio de processos para o STF, baixa de processos do STF, envio de processos para a TNU, publicações, triagem de recursos, despacho de mero expediente são atividades feitas pelo servidor da respectiva Relatoria.

A organização, realização e intimação das sessões; atas, relatórios, estatísticas, ofícios e e-mails administrativos, requisição de material, baixa de processos da TNU são atividades do Diretor de Núcleo.

#### **7.34.2.2. Participação direta do Juiz Presidente em reuniões com a equipe da Secretaria da Turma Recursal**

Quando há necessidade, o Juiz Presidente se reúne com a equipe da Secretaria. Nos demais casos, tão somente passa as diretrizes para o Diretor de Núcleo, que repassa para os servidores da Secretaria.

#### **7.34.2.3. Sistema adotado para organização dos processos pela Secretaria da Turma Recursal**

O controle é feito por meio de caixas virtuais, cujas nomenclaturas já definem as atividades a serem executadas.

#### **7.34.2.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos (mapas, planilhas, relatórios etc.) pela Secretaria da Turma Recursal**

A Secretaria da 1ª Turma Recursal utiliza relatórios e planilhas, alimentados com dados estatísticos do Sistema Creta ou fornecidos pela INFOX (empresa responsável pelo Sistema Creta).

#### **7.34.2.5. Planejamento das atividades e metas de produtividade da Secretaria da Turma Recursal**

A Turma Recursal realiza reuniões semestralmente para definir as atividades e metas de produtividade dos servidores da Secretaria da Turma Recursal. Como dito anteriormente, cada servidor é responsável por uma relatoria. Nessa relatoria são feitas intimações, certidões, despachos de mero expediente, envio e baixa de processos para o STF, dentre outros. A meta é manter as caixas virtuais com processos atualizados, isto é, os feitos não permanecem parados nas caixas por mais de 30 dias, salvo nas hipóteses de prazo em andamento.

#### **7.34.2.6. Avaliação periódica de resultados das atividades da Secretaria da Turma Recursal**

A avaliação é feita semanalmente, quando as caixas são revisadas pelo Magistrado e Diretor de Núcleo. Também é feita mensalmente, quando dados estatísticos são analisados.

A 1ª Turma Recursal não realiza consulta de satisfação do atendimento prestado.

É quinzenal a frequência de realização de sessões de julgamento pela Turma correicionada.

Os relatórios utilizados pela 1ª Turma Recursal obtidos pelo sistema Creta são Processos Distribuídos, Processos pendentes de Julgamento, Processos



Baixados, Processos Arquivados, Processos enviados ao STF, TRU e TNU, Processos pautados para Sessão, Processos por Situação e Processos por Classe.

### 7.34.2.7. Acervo de processos da 1ª Turma Recursal

O número de processos em tramitação na 1ª Turma Recursal é de 18.086 processos, incluindo 6.100 feitos que estão suspensos.

O acervo de processos de competência originária, atualmente, na 1ª Turma Recursal é de 110 processos nessa categoria.

A 1ª Turma Recursal conta com um acervo de 5.704 processos que se encontram atualmente aguardando julgamento.

O número de processos sobrestados/suspensos, atualmente, na Turma Recursal é de 6.069 processos. No quadro abaixo, discriminam-se os motivos da suspensão ou do sobrestamento:

Suspensão / FGTS	<u>1.018</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / ABONO DE PERMANÊNCIA + LC 118	<u>9</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Ajuda de Custo	<u>13</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Auxílio-Alimentação	<u>186</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Complemento positivo	<u>6</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / concubina impura	<u>2</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Concubinato de longa duração - efeitos previdenciários	<u>2</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Conselhos Regionais	<u>5</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Contribuição Previdenciária Militar	<u>3</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Contribuição Previdenciária sobre a GAE	<u>1</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Decadência	<u>29</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Desaposentação	<u>133</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / EC41/2003 - PARIDADE (RE 603.580)	<u>26</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / EPI / Fator de descaracterização do serviço especial	<u>42</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Expurgos	<u>344</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Fator Previdenciário	<u>6</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / FGTS	<u>23</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / Fornecimento de remédio e equipamento	<u>9</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / GAE - PECPAZ	<u>3</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / GDACE	<u>3</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / GDAFAZ	<u>9</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspensão / GDATAM	<u>1</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/	<u>15</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo	<u>6</u>

Processo Suspenso / GDATA		Suspenso / GDIBGE	
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE	<u>33</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE com execução provisória	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE / EC 41/03	<u>15</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE E JUROS	<u>11</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGTAS/GDPGPE	<u>525</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPST	<u>4</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Gratificações_paridade	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GRATIFICAÇÕES/ Proporcionalidade	<u>16</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Honorários Advocatícios	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IGP-DI	<u>6</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Incidência do imposto de renda	<u>33</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/1/3 de férias indenizadas + LC 118	<u>17</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR_Abono Permanência	<u>49</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/JUROS DE MORA/URV	<u>66</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	<u>6</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR sobre Rendimentos Acumuladamente	<u>61</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / ISONOMIA-Tribunais Superiores	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Loas Estrangeiro	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / LOAS Renda	<u>11</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / magistrado_ajuda de custo	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PARIDADE	<u>9</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Pensão por morte	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PENSÃO POR MORTE/ RE669465	<u>7</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor I	<u>285</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor II	<u>250</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Prévio requerimento administrativo	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PROCESSOS ENVIADOS	<u>68</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/Férias	<u>2.303</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/férias + LC 118/05	<u>114</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS sobre GACEN	<u>66</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Quintos	<u>18</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Seguro- desemprego/Rural	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SERVIDOR_Reajuste_13,23%	<u>4</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SERVIDOR_Reajuste_28,86%	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / sobrestado_especial_tecelão_laudo_exigência	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso /	<u>37</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso /	<u>2</u>

Processo Suspenso / SÚMULA 260		Suspenso / Súmula 260 + Decadência	
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / TETO	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Tributário	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / URV	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / VPNI	<u>16</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso	<u>121</u>	Suspenso / Processo Suspenso / conflito de competência(STJ)	<u>1</u>
Suspenso / Processo Suspenso / URV	<u>1</u>	Suspenso / Processo Suspenso	

Dentre os processos da 1ª Turma Recursal com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados, segundo foi verificado, não existem processos da 1ª Turma Recursal na Contadoria. Os processos em poder do MPF, AGU, PFN e advogados estão seguindo o prazo legal da intimação e não há retenção indevida.

### **7.34.3. INFORMAÇÕES DA 1ª RELATORIA**

#### **7.34.3.1 – Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 22/07/1988, o Juiz Federal JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO NETO assumiu a titularidade da 1ª Relatoria, nela permanecendo até o momento atual.

A partir de 07/01/2013, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: Férias de 02/09/2013 a 01/10/2013; e de 06/03/2014 a 16/03/2014. Total de 1 mês e 11 dias.

O magistrado reside na Região Metropolitana em que se situa a 1ª Turma Recursal e não exerce atividade docente.

#### **7.34.3.2. Acervo de processos da 1ª Relatoria**

O número de processos em tramitação, atualmente, na 1ª Relatoria, é de 5.405 processos, incluindo 1.874 feitos suspensos

O número de processos de competência originária, atualmente, na 1ª Relatoria, é de 38 processos.

Há 1.430 processos, atualmente aguardando julgamento pela 1ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na Turma Recursal, há 1.880 processos nessa situação. No quadro abaixo, discriminam-se os motivos da suspensão ou do sobrestamento:

Suspenso / FGTS	<u>320</u>		
Suspenso / PRESIDÊNCIA/	<u>6</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo	<u>55</u>

Processo Suspenso / Ajuda de Custo		Suspenso / Auxílio-Alimentação	
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Complemento positivo	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / concubina impura	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Concubinato de longa duração - efeitos previdenciários	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Decadência	<u>8</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Desaposentação	<u>51</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EC41/2003 - PARIDADE (RE 603.580)	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EPI / Fator de descaracterização do serviço especial	<u>15</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Expurgos	<u>73</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Fator Previdenciário	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / FGTS	<u>14</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GAE - PECFAZ	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDACE	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDAFAZ	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDATFA	<u>8</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDIBGE	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE	<u>12</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE / EC 41/03	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE E JUROS	<u>5</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGTAS/GDPGPE	<u>179</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPST	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GRATIFICAÇÕES/ Proporcionalidade	<u>4</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Honorários Advocatícios	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IGP-DI	<u>22</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Incidência do imposto de renda	<u>15</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/1/3 de férias indenizadas + LC 118	<u>7</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR_Abono Permanência	<u>20</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/JUROS DE MORA/URV	<u>20</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	<u>4</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR sobre Rendimentos Acumuladamente	<u>18</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Loas Estrangeiro	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / LOAS Renda	<u>3</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / magistrado_ajuda de custo	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PARIDADE	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PENSÃO POR MORTE/ RE669465	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/	<u>126</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo	<u>73</u>

Processo Suspenso / Plano Collor I		Suspenso / Plano Collor II	
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Prévio requerimento administrativo	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PROCESSOS ENVIADOS	<u>20</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/Férias	<u>649</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/férias + LC 118/05	<u>30</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS sobre GACEN	<u>29</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Quintos	<u>9</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SERVIDOR_Reajuste_13,23%	<u>3</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / sobrestado_especial_tecelão_laudo_exigência	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SÚMULA 260	<u>10</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / TETO	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / VPNI	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso	<u>30</u>
Suspenso / Processo Suspenso / conflito de competência(STJ)	<u>1</u>		

O número de processos em tramitação, da competência do Juiz Relator, em 07/01/2013, é de cerca de 10.250 processos. Atualmente, esse número é de 5.405 processos, incluindo 1.874 feitos suspensos.

Não há processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

O tempo médio do processo de competência originária é de 195 dias. Na fase recursal (recursos contra decisão do primeiro grau), esse tempo médio é de 106 dias .

#### **7.34.3.3. Sistema adotado para organização dos processos na 1ª Relatoria**

Os processos são organizados em caixas virtuais, designadas pelo tipo de processo (objeto da ação). Dentre as caixas, há uma com os processos cujo ano de ajuizamento é o mais antigo, para dar prioridade ao julgamento desses processos. Atualmente, são os processos ajuizados em 2012. Excepcionalmente, há processos de anos anteriores a 2012 para serem julgados, mas, na realidade, eles já foram julgados anteriormente, tendo sido determinada a adequação do julgado à jurisprudência da TNU, do STJ ou do STF.

#### **7.34.3.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos**

São utilizados relatórios e planilhas, alimentados com dados estatísticos do Sistema Creta ou fornecidos pela INFOX (empresa responsável pelo Sistema Creta). Mensalmente, à medida que a estatística é finalizada, faz-se o

comparativo de processos julgados com os distribuídos e se apura a quantidade de processos antigos remanescentes, etc.

#### **7.34.3.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 1ª Relatoria**

Prioriza-se o julgamento dos processos mais antigos pela data de ajuizamento (o sistema não oferece ferramentas para priorizar o julgamento dos recursos que primeiro chegaram à Turma Recursal), embargos de declaração (para o processo não ficar suspenso indefinidamente), pedidos de prioridade realizados pelas partes e advogados, etc.

#### **7.34.3.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

Desde a instalação da 1ª Relatoria (abril/14), há uma meta mensalmente estabelecida. Em geral, é fixado: a) o número de, no mínimo, 500 processos para serem julgados; b) ao final do mês, não existir nenhum recurso de embargos de declaração pendente de julgamento; c) priorizar o julgamento dos processos antigos, pelo ano de ajuizamento.

Para a 1ª Relatoria, seguem, no quadro abaixo, as metas e projeções:

	DISTRIBUIÇÃO	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO	ACÓRDÃOS (META)	ACÓRDÃOS JULGADOS
ABRIL	229	2417 (02/05)	500	578
MAIO	217	2041 (04/06)	500	591
JUNHO	224	1722 (01/07)	500	535
JULHO	333	1586 (01/08)	500	515
AGOSTO	350 (projeção)	1436 (projeção)	500	
SETEMBRO	350 (projeção)	1286 (projeção)	500	
OUTUBRO	350 (projeção)	1136 (projeção)	500	
NOVEMBRO	350 (projeção)	986 (projeção)	500	
DEZEMBRO	250 (projeção)	836 (projeção)	400	

#### **17.34.3.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 1ª Relatoria**

Com base na estatística do mês de julho/2014, fornecida pelo Sistema Creta, a 1ª Relatoria contava com 5.405 processos em tramitação, incluindo os 1.874 suspensos. São 3 (três) os assessores. Assim, a proporção solicitada é de 1.801 processos por assessor, aproximadamente, incluído os processos suspensos.

#### **7.34.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

**- Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013**

De janeiro a julho de 2014, foram distribuídos 2.487 processos e julgados 3.237 processos nesse mesmo período. A meta foi atingida.

**- Meta 2 - Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais**

A Meta 2 ainda não foi totalmente cumprida. Com base nos dados estatísticos colhidos no Sistema Creta em 15/08/2014, restam 25 feitos pendentes de julgamento para atingir os 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010. Nesse ponto, foi esclarecido que os 25 processos referidos já foram julgados por essa Turma Recursal, não obstante tenha sido determinada a adequação do julgado à jurisprudência da TNU, do STJ ou do STF. Quanto ao julgamento de 80% dos distribuídos no ano de 2011, a meta foi totalmente cumprida.

**- Meta 6: “Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais”**

Processar e Julgar Recurso Inominado foi a ação desenvolvida, mediante reuniões, videoconferências e fluxogramas.

#### **7.34.3.9. Boas práticas**

Foi sugerido o estabelecimento de metas por determinados períodos, visando à diminuição do acervo processual. Foram feitas as seguintes solicitações à Corregedoria-Regional.

- A divulgação mensal pormenorizada das estatísticas das Turmas Recursais da 5ª Região;

- A estruturação das Turmas Recursais, principalmente, as suas Presidências, órgãos em que, com o aumento do volume de julgamento pelas relatorias, haverá um colapso em breve devido à falta de servidores capacitados a minutar decisões acerca de admissibilidade de recursos para TNU e STF.

#### **7.34.3.10. Correções e autoinspeção**

As determinações da Correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para sentença (1 processo), na inclusão em pauta para julgamento (55 processos) e na prolação de decisão/despacho (5 processos); permanência excessiva do processo como remanescente de pauta (1 processo); processos em ordem (79 processos); processos irregularmente paralisados (26 processos); processos sem movimentação processual em período determinado (43 processos).

O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 1ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade.

Quanto às as metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 1ª Relatoria após a última autoinspeção, tem-se que, nas assessorias, a meta é julgar, ainda este ano, todos os processos distribuídos até 31/12/2011. Restam apenas 131 processos para o cumprimento do objetivo estabelecido. Na Secretaria, a meta é não deixar parados os processos com prioridade, como os mandado de segurança, os agravo de instrumento e os autos com pedido de tutela antecipada, o que vem sendo cumprido.

#### **7.34.4. INFORMAÇÕES DA 2ª RELATORIA**

##### **7.34.4.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 07/01/2013, o Juiz Federal FLÁVIO ROBERTO FERREIRA DE LIMA assumiu a titularidade da 2ª Relatoria da 1ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

A partir de 07/01/2013, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: férias de 01 a 30 de julho de 2013; de 4 a 21 de novembro de 2013; de 11 a 30 de maio de 2014; de 14 de julho a 07 de agosto de 2014; convocação: composição do Tribunal entre 31 de março a 29 de abril de 2014.

A partir de 07/01/2013, o Magistrado passou a exercer a docência na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, às segundas-feiras e às quartas-feiras, das 8:00 às 12:00 horas.

O Magistrado Reside na Região Metropolitana em que situada a 2ª Relatoria.

##### **7.34.4.2. Acervo de processos da 2ª Relatoria**

O número atual de processos em tramitação na 2ª Relatoria é de 5.931 processos, incluindo 1.755 feitos suspensos.

O número atual de processos de competência originária na 2ª Relatoria é de 27 processos.

Existem 1.705 processos aguardando julgamento pela 2ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 2ª Relatoria é de 1.753 processos.

No quadro abaixo, discriminam-se os motivos da suspensão ou do sobrestamento:

Suspensão / FGTS	<u>386</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / ABONO DE PERMANÊNCIA + LC 118	<u>4</u>
Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Ajuda de Custo	<u>4</u>	Suspensão / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Auxílio- Alimentação	<u>59</u>



Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Complemento positivo	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / concubina impura	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Contribuição Previdenciária Militar	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Contribuição Previdenciária sobre a GAE	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Decadência	<u>6</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Desaposentação	<u>37</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EC41/2003 - PARIDADE (RE 603.580)	<u>10</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EPI / Fator de descaracterização do serviço especial	<u>8</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Expurgos	<u>114</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Fator Previdenciário	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / FGTS	<u>10</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Fornecimento de remédio e equipamento	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDAFAZ	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDATEM	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDATFA	<u>3</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDIBGE	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE	<u>6</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE / EC 41/03	<u>5</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGTAS/GDPGPE	<u>148</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPST	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Gratificações_paridade	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GRATIFICAÇÕES/ Proporcionalidade	<u>5</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IGP-DI	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Incidência do imposto de renda	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/1/3 de férias indenizadas + LC 118	<u>6</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR_Abono Permanência	<u>13</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/JUROS DE MORA/URV	<u>15</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR sobre Rendimentos Acumuladamente	<u>16</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / ISONOMIA- Tribunais Superiores	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / LOAS Renda	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PARIDADE	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Pensão por morte	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PENSÃO POR MORTE/ RE669465	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor I	<u>30</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor II	<u>76</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PROCESSOS ENVIADOS	<u>18</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/Férias	<u>614</u>

Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/férias + LC 118/05	<u>33</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS sobre GACEN	<u>10</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Quintos	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Seguro- desemprego/Rural	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SÚMULA 260	<u>12</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Súmula 260 + Decadência	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Tributário	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / URV	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / VPNI	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso	<u>53</u>

O número de processos em tramitação, da competência do Juiz Relator, em 07/01/2013, é de cerca de 10.150 processos. Atualmente, esse número é de 5.931 processos, incluindo 1.755 feitos suspensos.

Não há processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

O tempo médio do processo de competência originária é de 168 dias. Na fase recursal, esse tempo é de 108 dias.

#### **7.34.4.3. Sistema adotado para organização dos processos na 2ª Relatoria**

Os processos são organizados em caixas virtuais, que são designadas de acordo com a natureza do processo (objeto da ação).

#### **7.34.4.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos na 2ª Relatoria.**

São utilizados relatórios e planilhas, alimentados com dados estatísticos do Sistema Creta ou fornecidos pela INFOX (empresa responsável pela administração do Sistema Creta).

#### **7.34.4.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 2ª Relatoria**

Os critérios utilizados para julgamentos de feitos são a análise dos processos mais antigos, das situações de urgência e do agrupamento de processos em lotes, na hipótese de referirem à mesma matéria.

#### **7.34.4.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

A meta é julgar 500 (quinhentos) processos por mês. Tal objetivo tem sido dificultado, pois os feitos antigos que restam exigem mais tempo nas suas

análises, bem como em face da pouca quantidade de lotes de processos a serem trabalhados.

#### **7.34.4.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 2ª Relatoria**

Com base na estatística do mês de julho/2014, fornecida pelo Sistema Creta, a 2ª Relatoria contava com 591 processos em tramitação, incluindo os 1755 suspensos. São 3 (três) os assessores. Assim, a proporção solicitada é de 1977 processos por assessor.

#### **7.34.4.8. 7.34.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

**- Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014"**

Essa meta foi alcançada. No período de janeiro a julho de 2014, foram distribuídos 2.474 processos e julgados 3.000 processos.

**- Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

A Meta 2 ainda não foi totalmente cumprida. Com base nos dados estatísticos colhidos no Sistema Creta em 07/08/2014, restam 53 feitos pendentes de julgamento para atingir o percentual de 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010.

Quanto ao julgamento de 80% dos distribuídos no ano de 2011, a meta foi totalmente cumprida. Alguns processos de anos anteriores se encontram suspensos aguardando decisões no STF ou TNU, ou se encontram com recursos pendentes nessas instâncias, sendo rotineiro o retorno de processos antigos para julgamento nesta instância jurisdicional.

**- Meta 6: "Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais"**

Processar e Julgar Recurso Inominado foi a ação desenvolvida, mediante reuniões, videoconferências e fluxogramas.

#### **7.34.4.9. Boas práticas**

Foi sugerida a necessidade de estruturação uniforme do quantitativo de servidores e de estagiários nas Turmas Recursais congêneres (usando como critério o número de processos distribuídos e julgados) que integram o Tribunal Regional

Federal da 5ª Região, de modo a se ter um número ideal de servidores e de estagiários para cada Turma Recursal.

#### **7.34.4.10. Correições e autoinspeção**

As determinações da Correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para sentença (1 processo), na inclusão em pauta para julgamento (55 processos) e na prolação de decisão/despacho (5 processos); permanência excessiva do processo como remanescente de pauta (1 processo); processos em ordem (79 processos); processos irregularmente paralisados (26 processos); processos sem movimentação processual em período determinado (43 processos).

O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 1ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade.

Quanto às metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 2ª Relatoria após a última autoinspeção, tem-se que a meta é única na Relatoria e na Secretaria, ou seja, julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2011 ainda este ano. Restam apenas 234 processos para o cumprimento do objetivo estabelecido.

### **7.34.5. INFORMAÇÕES DA 3ª RELATORIA**

#### **7.34.5.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 10/04/2014, o Juiz Federal PAULO ROBERTO PARCA DE PINHO assumiu a titularidade da 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

A partir de 07/01/2013, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos: Férias de 14/02/2013 a 15/03/2013; de 06/05/2013 a 12/05/2013; de 03/06/2013 a 16/06/2013; 12/08/2013 a 01/09/2013; 20/11/2013 a 19/12/2013; 07/01/2014 a 19/01/2014; de 10/06/2014 a 26/06/2014; 28/06/2014 a 06/07/2014; 18/08/2014 a 03/09/2014; Licença para tratamento de saúde de familiar: de 10/04/2013 a 26/04/2013.

O Magistrado reside na Região Metropolitana em que está situada a 3ª Relatoria.

#### **7.34.5.2. Acervo de processos da 3ª Relatoria**

O número atual de processos em tramitação na 3ª Relatoria é de 6.949 processos, incluindo 2.514 feitos suspensos

O número atual de processos de competência originária na 3ª Relatoria é de 34 processos.

Existem 2.264 processos aguardando julgamento pela 3ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 3ª Relatoria é de 2.508 processos.

No quadro abaixo, discriminam-se os motivos da suspensão ou do sobrestamento:

Suspenso / FGTS	<u>320</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / ABONO DE PERMANÊNCIA + LC 118	<u>5</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Ajuda de Custo	<u>3</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Auxílio- Alimentação	<u>74</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Complemento positivo	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Concubinato de longa duração - efeitos previdenciários	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Conselhos Regionais	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Contribuição Previdenciária Militar	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Decadência	<u>15</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Desaposentação	<u>75</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EC41/2003 - PARIDADE (RE 603.580)	<u>13</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / EPI / Fator de descaracterização do serviço especial	<u>22</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Expurgos	<u>157</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Fator Previdenciário	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Fornecimento de remédio e equipamento	<u>7</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GAE - PECFAZ	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDACE	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDAFAZ	<u>3</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDATAFA	<u>4</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDIBGE	<u>4</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE	<u>15</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE com execução provisória	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE / EC 41/03	<u>5</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGPE E JUROS	<u>6</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GDPGTAS/GDPGPE	<u>198</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / GRATIFICAÇÕES/ Proporcionalidade	<u>7</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IGP-DI	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Incidência do imposto de renda	<u>15</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/1/3 de	<u>4</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR_Abono	<u>16</u>

férias indenizadas + LC 118		Permanência	
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/JUROS DE MORA/DECISÃO JUDICIAL	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR/JUROS DE MORA/URV	<u>31</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / IR sobre Rendimentos Acumuladamente	<u>27</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / LOAS Renda	<u>7</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PARIDADE	<u>2</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PENSÃO POR MORTE/ RE669465	<u>4</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor I	<u>129</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Plano Collor II	<u>101</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PROCESSOS ENVIADOS	<u>30</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/Férias	<u>1.040</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS/férias + LC 118/05	<u>51</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / PSS sobre GACEN	<u>27</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Quintos	<u>4</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / REDUÇÃO DA BASE DE CALCULO	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SERVIDOR_Reajuste_13,23%	<u>1</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SERVIDOR_Reajuste_28,86%	<u>2</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / SÚMULA 260	<u>15</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / Tributário	<u>1</u>	Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso / VPNI	<u>9</u>
Suspenso / PRESIDÊNCIA/ Processo Suspenso	<u>39</u>	Suspenso / Processo Suspenso	<u>1</u>

Em 07/01/2013 a Relatoria não estava em atividade, de modo que não havia nenhum processo em tramitação.

Não há processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

O tempo médio do processo de competência originária é de 168 dias. Na fase recursal, esse tempo é de 28 dias.

### **7.34.5.3. Sistema adotado para organização dos processos na 3ª Relatoria**

Os processos são organizados por matéria (direito previdenciário, tributário, administrativo) e por assunto (aposentadoria, pensão, auxílio doença, gratificações, imposto de renda, etc.).

### **7.34.5.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos na 3ª Relatoria**

São elaborados relatórios dos processos julgados por sessão, além de planilhas específicas dos processos antigos pendentes de julgamento. Elaboração de relatórios dos processos antigos julgados na sessão e os minutados por cada assessor.

#### **7.34.5.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 3ª Relatoria:**

Utiliza-se o critério da antiguidade, ressalvados os casos urgentes e as prioridades legais.

#### **7.34.5.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

A relatoria deve julgar em torno de 600 (seiscentos) processos por mês, sendo que metade deve ser de processos antigos. Desse modo, no intervalo de 3 (três) meses, todos os processos antigos terão sido julgados e os processos não se acumularão no acervo da relatoria, de acordo com o número mensal de distribuição, que está em torno de 270 (duzentos e setenta) processos

#### **7.34.5.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 3ª Relatoria**

Com base na estatística do mês de julho/2014 fornecida pelo Sistema Creta, a 3ª Relatoria conta com 4.279 processos em tramitação, sendo 3 (três) o número de assessores. Assim, a proporção solicitada é de 1.426 (mil, quatrocentos e vinte e seis) processos por assessor.

#### **7.34.5.8. Cumprimento de Metas e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

Foi informado pela 3ª Relatoria que as metas do CNJ estão sendo cumpridas com prioridade, porém, em razão da grande redistribuição recebida quando de sua reabertura (abril/2014), bem como a ausência de assessores naquele momento, a 3ª Relatoria ainda possui processos pendentes de análise, nos termos das respostas abaixo.

#### **- Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014."**

A meta foi alcançada. No período de janeiro a julho de 2014, foram distribuídos 1.208 processos e julgados 2.017 processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos**

**distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais”.**

A Meta 2 ainda não foi totalmente cumprida. A 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal foi reativada em abril de 2014. Recebeu uma grande redistribuição de processos da 1ª e 2ª Relatorias da 1ª Turma Recursal. Desse modo, com base nos dados estatísticos colhidos no Sistema Creta em 31/07/2014, restam 71 feitos pendentes de julgamento para atingir o percentual de 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010. Quanto ao julgamento de 80% dos distribuídos no ano de 2011, a meta foi totalmente cumprida.

**Meta 6: “Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais”.**

Processar e Julgar Recurso Inominado foi a ação desenvolvida, mediante reuniões, videoconferências e fluxogramas.

#### **7.34.5.9. Boas práticas**

Foram dadas pela 3ª Relatoria as seguintes sugestões para melhoria dos trabalhos na unidade jurisdicional correicionada:

- Elaboração de ementas ao invés de votos, para confirmar ou reformar as sentenças.
- Criação de banco de dados das matérias mais repetitivas para acelerar o julgamento dos processos.
- Triagem dos processos feita pela assessoria, para inclusão imediata dos votos quando da entrada dos novos processos na Turma, para evitar acúmulo de processos como ocorreu em relação aos anos anteriores.
- Priorização dos processos antigos (2009, 2010, 2011).

No que tange às solicitações de boas práticas a esta Corregedoria-Regional, a 3ª Relatoria solicitou que, quando da criação de novas relatorias, a redistribuição de processos fosse feita de acordo com as classes e matérias, e não em números absolutos, como ocorreu com a criação da 3ª Relatoria da 1ª Turma, já que a maior parte do acervo dos processos antigos e mais complexos, a exemplo dos processos que cuidam de aposentadorias especiais/tempo de contribuição, passaram para o acervo desta unidade

#### **7.34.5.10. Outras informações relativas à 3ª Relatoria**

A 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal foi criada sem estrutura de pessoal, pois os servidores somente foram removidos para essa unidade judiciária nos meses de junho, julho e agosto, apesar de a relatoria ter sido criada em abril.



Até então, foi cedida apenas uma servidora da presidência da Turma para auxiliar na elaboração de minutas de decisões e votos, ao contrário do que se deu na 2ª Turma Recursal, em que a 1ª e 2ª Relatorias cederam, cada uma, um assessor para a 3ª Relatoria, o que prejudicou o andamento dos nossos trabalhos. Além disso, a forma como realizada a distribuição prejudicou a 3ª Relatoria, porque recebeu o acervo mais antigo, com os processos mais complexos.

Acerca da redistribuição dos processos ocorrida na 1ª Turma Recursal desta Seção Judiciária, havida em abril de 2014, tenho dúvida fundada se com a criação da 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal, foram observados, de fato, os critérios objetivos previstos na Resolução n.º 0008/2014, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sobretudo o disposto no artigo 4º, III e IV.

A propósito, em análise superficial das estatísticas do sistema Creta, constata-se não ter sido observada a necessária proporcionalidade na distribuição dos processos por "fases processuais", a despeito de ter sido atendida a redistribuição de 1/3 do total do acervo de cada relatoria (números absolutos).

A título exemplificativo, em relação aos processos incluídos na fase "assessoria/aposentadoria especial", enquanto foram distribuídos 249 processos para a 1ª e 2ª Turma da 1ª Turma Recursal, foram redistribuídos para a 3ª Relatoria 521 processos, ou seja, a 3ª Relatoria recebeu cerca de 178 processos a mais relativos a esta específica matéria (intitulada fase, segundo o sistema de informação Creta), de forma a evidenciar a desproporcionalidade, que pode contribuir negativamente ao andamento dos trabalhos da 3ª Relatoria recém criada.

Desse modo, foi solicitada junto ao Núcleo Judiciária da Seção uma consulta à empresa responsável pela redistribuição se efetivamente foram observados os critérios de proporcionalidade definidos na aludida Resolução.

#### **7.34.5.11. Correições e autoinspeção**

As determinações da Correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para sentença (1 processo), na inclusão em pauta para julgamento (55 processos) e na prolação de decisão/despacho (5 processos); permanência excessiva do processo como remanescente de pauta (1 processo); processos em ordem (79 processos); processos irregularmente paralisados (26 processos); processos sem movimentação processual em período determinado (43 processos).

O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 1ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade.

Quanto às as metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 3ª Relatoria após a última autoinspeção, tem-se que a meta é única na Relatoria e na Secretaria, ou seja, julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2011 ainda este ano. Restam apenas 236 processos para o cumprimento do objetivo estabelecido.

### **7.34.6. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Conforme explicitado na introdução deste relatório, nas Varas Federais do Juizado Especial, bem como na Turma Recursal, os processos tramitam exclusivamente de forma eletrônica, por meio do sistema CRETA.

Foram selecionados 80 (oitenta) processos eletrônicos do Sistema CRETA na 1ª Turma Recursal.

As constatações verificadas na correção virtual realizada por meio do Sistema CRETA foram consolidadas no relatório emitido pelo próprio sistema informatizado.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**  
0500289-72.2012.4.05.9830

**- Demora na inclusão em pauta para julgamento:**

0517511-84.2012.4.05.8300 - desde 29/04/2013.  
0517592-33.2012.4.05.8300 - 1 ano e 4 meses  
0521815-29.2012.4.05.8300 - há mais de um ano  
0521837-87.2012.4.05.8300 - há mais de um ano  
0521862-03.2012.4.05.8300 - há 1 ano e 4 meses  
0521936-57.2012.4.05.8300 - 1 ano e 5 meses  
0521975-54.2012.4.05.8300 - há 5 meses  
0501812-44.2012.4.05.8303 - há 18 meses  
0501734-41.2012.4.05.8306 - há um ano  
0501736-11.2012.4.05.8306 - mais de 8 meses  
0501470-21.2012.4.05.8307 - há 16 meses  
0501309-08.2012.4.05.8308 - há quase 2 anos  
0501292-63.2012.4.05.8310 - há um ano  
0504488-38.2012.4.05.8311 - há 163 dias  
0504496-15.2012.4.05.8311 - há mais de um ano  
0500289-72.2012.4.05.9830  
0500064-49.2013.4.05.8300 - desde maio de 2013  
0500070-56.2013.4.05.8300 - 13 meses  
0500079-18.2013.4.05.8300  
0500092-17.2013.4.05.8300 - há mais de um ano  
0500125-07.2013.4.05.8300 - há mais de um ano  
0500007-04.2013.4.05.8309 - há mais de um ano  
0500042-54.2014.4.05.8300 - há 115 dias  
0500043-39.2014.4.05.8300  
0500251-23.2014.4.05.8300 - há 3 meses  
0500319-70.2014.4.05.8300

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0500060-12.2013.4.05.8300

**- Demora para julgamento pela Turma Recursal:**

0521821-36.2012.4.05.8300 - Mais de um ano  
0521848-19.2012.4.05.8300 - 1 ano e 4 meses  
0503464-02.2012.4.05.8302 - 1 ano e 7 meses  
0501368-02.2012.4.05.8306 - 1 ano e 8 meses  
0501765-61.2012.4.05.8306 - 1 ano e 4 meses  
0501898-03.2012.4.05.8307 - 1 ano e 2 meses  
0501310-90.2012.4.05.8308 - 1 ano e 8 meses  
0501739-57.2012.4.05.8308 - 1 ano e 4 meses  
0504482-31.2012.4.05.8311 - 1 ano e 5 meses  
0504489-23.2012.4.05.8311 - superior a 7 meses.  
0500289-72.2012.4.05.9830 - quase 1 ano  
0500062-79.2013.4.05.8300 - Mais de um ano  
0524486-88.2013.4.05.8300 - mais de 3 meses  
0524504-12.2013.4.05.8300 - quase 4 meses  
0524547-46.2013.4.05.8300  
0500003-73.2013.4.05.8306 - 6 meses  
0500011-50.2013.4.05.8306 - mais de 7 meses  
0500002-73.2013.4.05.8311 - 1 ano e 7 meses.  
0500036-48.2013.4.05.8311 - 1 ano e 7 meses  
0500044-25.2013.4.05.8311  
0500001-90.2013.4.05.9830 - 1 ano e 3 meses  
0500070-22.2014.4.05.8300 - mais de 3 meses  
0500112-71.2014.4.05.8300 - 6 meses  
0500210-56.2014.4.05.8300 - 5 meses  
0500041-36.2014.4.05.8311

**- Processos irregularmente paralisados:**

0517492-78.2012.4.05.8300 - 1 ano e 4 meses  
0521849-04.2012.4.05.8300 - na Assessoria da TR desde abril/2013  
0521968-62.2012.4.05.8300 Paralisado na Assessoria desde  
14/07/2014  
0501813-29.2012.4.05.8303 - na Assessoria da TR desde fevereiro de  
2013  
0504470-17.2012.4.05.8311 - na Assessoria da TR desde abril/2013  
0500060-12.2013.4.05.8300 - 1 ano e 2 meses  
0524536-17.2013.4.05.8300 - na Assessoria da TR desde 29/07/2014  
0500012-47.2013.4.05.8302 - na Assessoria da TR desde 14/07/2014  
0500042-54.2014.4.05.8300 - 69 dias  
0500100-57.2014.4.05.8300 - na Assessoria da TR de 25/03 a  
30/06/2014  
0500002-66.2014.4.05.8302 - 109 dias  
0521975-54.2012.4.05.8300 - 2 (dois) meses.  
0504477-09.2012.4.05.8311 - na Assessoria da TR de julho/2013 a  
setembro/2014  
0500012-47.2013.4.05.8302 - na Assessoria da TR de abril/2013 a  
janeiro/2014  
0500001-15.2013.4.05.8303 - na Assessoria da TR de fevereiro a  
julho/2014  
0500034-78.2013.4.05.8311 - na Assessoria da TR de março/2013 a  
setembro/2014.

## **7.35. 2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

### **7.35.1. CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA, LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIO DE EXPEDIENTE**

A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, a exemplo das demais Turmas Recursais da Região, foi instalada a partir da edição da Lei nº 10.259/2001, mediante a designação de Juízes Federais que desempenhavam suas atividades cumulativamente com o exercício da jurisdição na Vara Federal respectiva.

Com a edição da Lei nº 10.665/2012 foi criada uma estrutura permanente para as Turmas Recursais, que é formada por três Juízes Federais e um suplente. A instalação da TR, com essa nova estrutura, ocorreu por meio da Resolução TRF nº 09, de 24/04/2012.

A Turma Recursal tem por finalidade precípua julgar os processos advindos do Juizado Especial com recurso interposto contra as sentenças. Nos termos do art. 41 da Lei nº 9.099/95, o recurso será julgado por uma Turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado. Ao contrário do que se passa no âmbito deste, contudo, aqui as partes têm que ser representadas por advogados.

A 2ª Turma Recursal de Pernambuco ocupa um dos andares do edifício do Fórum onde funciona a sede da Seção Judiciária do Recife. As instalações são novas, havendo um bom espaço e uma boa divisão entre os diversos setores e, bem assim, uma estrutura adequada para o funcionamento interno e atendimento ao público externo.

#### **7.35.1.1. Corpo funcional – juízes, servidores e estagiários**

##### **7.35.1.1.1. Presidência**

##### **7.35.1.1.1.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Presidente**

Em 07/01/2013, o Juiz Federal JORGE ANDRÉ DE CARVALHO MENDONÇA assumiu a titularidade da 1ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

##### **7.35.1.1.2. Servidores**

A Presidência da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco conta com 16 cargos efetivos – 6 Analistas Judiciários e 10 Técnicos Judiciários – que efetivamente atuam na vara.

Existe um servidor requisitado, o qual tem vínculo com o serviço público, não havendo servidor sem o referido vínculo.

Há 4 (quatro) servidores lotados na Presidência da Turma e 7 (sete) na Secretaria. Cada uma das 3 (três) Relatorias conta com 2 (dois) servidores.

Quanto a afastamentos de servidores, tão somente encontra-se de licença-médica, há 9 (nove) meses, a servidora Maria do Carmo Lima Vasconcelos

#### **7.35.1.1.3. Estagiários**

Estão previstos 7 (três) estagiários para a 2ª Turma Recursal, havendo, efetivamente, 4 (quatro) atuando na referida Turma, tão somente nas Relatorias e na Secretaria, não havendo nenhum na Presidência.

### **7.35.2. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO NA 2ª TURMA RECURSAL**

O horário de expediente da 2ª Turma Recursal é das 9:00 às 18:00 horas.

Há 2.954 processos tramitando na Secretaria da Turma. Considerando o número de 7 servidores em atividade, a relação é de 422 feitos por servidor. Porém, dos 7 servidores que possuem Função Comissionada de Secretaria, dois estão à disposição das Relatorias e um encontra-se de licença médica. Assim, efetivamente, há 738 processos para cada servidor.

#### **7.35.2.1. Organização da Secretaria**

Considerando que 2 servidores com "FC" de Secretaria estão trabalhando nas Relatorias, e que uma servidora se encontra de licença médica, há 3 (três) servidores trabalhando na Secretaria, sendo um para cada relatoria, além do Secretário, que fica na coordenação geral dos trabalhos na unidade.

#### **7.35.2.2. Participação direta do Juiz Presidente em reuniões com a equipe da Secretaria da Turma Recursal**

Quando há necessidade, o Juiz Presidente se reúne com a equipe da Secretaria. Nos demais casos, tão somente passa as diretrizes para o Diretor de Núcleo, que repassa para os servidores da Secretaria.

#### **7.35.2.3. Sistema adotado para organização dos processos pela Secretaria da Turma Recursal**

O Supervisor da Secretaria, Manoel Severino de Santana Filho, fica responsável pelos processos que tramitam na 1ª Relatoria, pela distribuição dos processos físicos e pelo envio dos processos para a TNU, TRU e STF. Os demais servidores, Hugo Aurélio Correia da Silva e Isabel Dias de Andrade Almeida, ficam responsáveis pelos processos que tramitam na 3ª e 2ª Relatorias, respectivamente.

#### **7.35.2.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos (mapas, planilhas, relatórios etc.) pela Secretaria da Turma Recursal**

O controle e a situação do acervo são feitos por meio do sistema CRETA, utilizando-se de relatórios expedidos pelo próprio sistema. Também é realizado o controle de processos parados pelo Painel Geral e pela visualização de cada pasta (fase) do Painel de Controle do CRETA.

#### **7.35.2.5 Planejamento das atividades e metas de produtividade da Secretaria da Turma Recursal**

As atividades são planejadas de acordo com as metas de produtividade estabelecidas para o setor. Atualmente, trabalha-se para alcançar a meta estabelecida de não ter nenhum processo parado por mais de 30 (trinta) dias, bem como não ter nenhum processo pendente de envio para o STF, TNU e TRU.

#### **7.35.2.6. Avaliação periódica de resultados das atividades da Secretaria da Turma Recursal, detalhar conforme o caso**

A avaliação de resultados das atividades da Secretaria da Turma Recursal é feita mensalmente por meio do sistema CRETA.

A 2ª Turma Recursal não realiza consulta de satisfação do atendimento prestado.

As sessões de julgamento pela Turma correicionada são realizadas semanalmente.

Quanto aos relatórios utilizados pela Turma, no sistema CRETA, utilizam-se os relatórios de "Processos Distribuídos", "Processos em andamento", "por Assunto Judicial", "por Classe", "por Fase" e "por Situação".

No sistema TEBAS, utiliza-se o Relatório de Grupo de Processos/processos para se visualizar os processos ativos em tramitação na Turma, como também o Relatório Grupo de Processos/processo sem movimentação para visualizar os processos parados indevidamente.

#### **7.35.2.7. Acervo de processos da 2ª Turma Recursal**

O número de processos em tramitação na 2ª Turma Recursal é de 8.069 processos, incluindo 8.413 feitos que estão suspensos.

Registre-se ainda que 760 processos foram remetidos à Turma Nacional de Uniformização (TNU), além de outros 587 que já haviam sido remetidos ao STF e não mais se encontram na Turma Recursal.

O acervo de processos de competência originária, atualmente, na 2ª Turma Recursal é de 104 processos.

A 2ª Turma Recursal conta com um acervo de 3.417 processos que se encontram atualmente aguardando julgamento.

O número de processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 2ª Turma Recursal é de 8.160 processos.

Segundo verificado, não existem processos com pendências junto a outros setores da Administração e/ou órgãos.

### **7.35.3. INFORMAÇÕES DA 1ª RELATORIA**

#### **7.35.3.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 07/01/2013, o Juiz Federal JORGE ANDRÉ DE CARVALHO MENDONÇA assumiu a titularidade da 2ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

Desde 22/01/2014, o Magistrado atua como Coordenador do Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária de Pernambuco.

O Magistrado tem exercido a docência na instituição *Cursos online para Concursos – CETON*, ministrando aulas gravadas de Direito Processual Penal, sem a presença física do aluno, de forma que não há dia fixo para as respectivas sessões de gravação. Geralmente, porém, o magistrado grava tais aulas apenas nos dias de sexta-feira, em quatro blocos de 30 minutos cada, perfazendo um total de 2 horas de aula.

O magistrado reside na Região Metropolitana em que situada a 2ª Turma Recursal.

#### **7.35.3.2. Acervo de processos da 1ª Relatoria**

O número de processos em tramitação, atualmente, na 1ª Relatoria, é de 1.228 processos, sendo 463 pendentes de julgamento e 765 já julgados, aguardando o decurso de prazo para recurso ou com embargos de declaração.

O número de processos de competência originária, atualmente, na 1ª Relatoria, é de 19 processos.

Há 463 processos atualmente aguardando julgamento pela 1ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na Turma Recursal, há 295 processos, todos eles em razão do REsp 1.381.683/PE (FGTS).

O número de processos em tramitação, na 1ª Relatoria, da competência do Juiz Relator, em 07/01/2013, é de cerca de 6.401 processos, dentre esses, estavam pendentes de julgamento 3.182 processos e outros 3.219 em outras fases processuais. Atualmente, o número de feitos em tramitação, de competência

do Juiz Relator, é de 1.228 processos, sendo 465 processos pendentes de julgamento e 765 nas demais fases processuais (consulta em 06/08/2014).

Não há processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

O tempo médio do processo de competência originária é de 212 dias. Na fase recursal, esse tempo é de 182 dias.

### **7.35.3.3. Sistema adotado para organização dos processos na 1ª Relatoria**

Os recursos enviados pelas Varas de Juizados entram inicialmente numa caixa chamada “recebidos dos JEFs”. Um assessor fica responsável por essa caixa, minutando rapidamente as questões repetitivas e mais fáceis, encaminhando a sobra para pastas específicas, de acordo com a matéria, quando ele próprio, e os demais assessores, estudam o caso, minutam e encaminham ao Juiz. Este corrige as minutas e as altera quando necessário, depois remetendo para outra caixa na qual haverá intimação para a sessão seguinte.

### **7.35.3.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos na 1ª Relatoria.**

O controle e a situação do acervo são feitos por meio do sistema CRETA, em que se tem o uso de relatórios expedidos pelo próprio sistema. Realiza-se também o controle de processos parados pelo Painel Geral e pela visualização de cada pasta (fase) do Painel de Controle do CRETA.

### **7.35.3.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 1ª Relatoria**

Utiliza-se o critério de julgar os processos mais antigos. Da mesma forma, os casos de prioridade ou de urgência. Esses, porém, não são os únicos critérios, por uma questão gerencial. Ações repetitivas, mesmo mais novas, são julgadas logo, impedindo o aumento do acervo da Relatoria e evitando uma confusão decorrente de elevado número de processo por pastas. De toda forma, a intenção é que até dezembro deste ano a Relatoria esteja “zerada”, trabalhando apenas com os processos que entraram no mesmo mês.

### **7.35.3.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

A meta atualmente fixada para a assessoria é de baixar 100 processos em relação ao número que entra. Assim, será atingida a meta do final de ano, “zerando” os processos pendentes de julgamento.

### **7.35.3.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 1ª Relatoria**



Há 463 processos pendentes de julgamento para dois assessores, mais um assessor, que tem Função Comissionada da Presidência, e se encontra lotado na Relatoria. A relação é de 154,3 processos para cada servidor.

#### **7.35.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

##### **Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014"**

A meta foi cumprida. Foram distribuídos 2.481 processos e julgados 3.391 feitos no período.

##### **Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Dos processos incluídos nessa meta, há 60 processos pendentes de julgamento de um total de 2.820 processos distribuídos na 1ª Relatoria em 2011, o que corresponde a um percentual de 97,78% de processos julgados. (Fonte: Relatório de Processos por Situação do sistema CRETA).

##### **Meta 6: "Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais"**

A Meta foi cumprida. Foram realizadas algumas reuniões formais com a Coordenação Regional dos Juizados Especiais Federais nesse sentido.

#### **7.35.3.9. Boas práticas**

Foram sugeridas a fixação frequente de metas, com seu acompanhamento mês a mês e a organização das caixas no sistema Creta, a fim de que processos não fiquem "perdidos" ou parados por não serem vistos corretamente.

Para otimizar o andamento dos trabalhos nas Turmas Recursais, foi sugerida a inclusão de funcionalidades do Sistema Creta, iguais àquelas já existentes e postas em prática nos juízos monocráticos respectivos.

Desde janeiro de 2013, já foram obtidas melhoras significativas em muitos aspectos, mas ainda se percebe que alguns recursos de sistema disponibilizados aos juízos de 1º grau ainda não existem nas Turmas Recursais. A principal é a completa ausência de ferramenta segura que permita a noção da quantidade exata de processos em cada situação. Segundo foi informado pelo Diretor de Secretaria, só foi possível apresentar as informações da 2ª Turma Recursal em razão de um trabalho que foi realizado em meados do ano passado,

quando foram colocados os processos nas suas fases e situações corretas, mas ainda assim dando ensejo a falhas, já que tal procedimento continua sendo realizado manualmente.

#### **7.35.3.10. Correções e autoinspeção**

As determinações da Correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para despacho/decisão: 5 processos; demora na inclusão em pauta para julgamento: 38 processos; demora na prolação de decisão/despacho: 8 processos; processos em ordem: 117 processos; processos irregularmente paralisados: 10 processos; processos sem movimentação processual em período determinado: 31 processos.

O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 2ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade.

Quanto às metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 1ª Relatoria após a última autoinspeção, para a Secretaria da Turma foi fixada a meta de não ter nenhum processo parado por mais de 30 dias. Na Relatoria, além da prática usual, foi fixado a meta de dar andamento aos embargos de declaração antigos, pendentes de apreciação.

#### **7.35.4. INFORMAÇÕES DA 2ª RELATORIA**

##### **7.35.4.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 07/01/2013, o Juiz Federal FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER assumiu a titularidade da 2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

O Magistrado esteve na suplência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais de setembro de 2012 a setembro de 2014. Igualmente, foi convocado para substituir Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 07/01/2014 a 05/02/2014 (Ato n.º 628/2013-GP).

Além disso, o magistrado atua como membro dos Conselhos Editoriais da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, desde janeiro de 2009, e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desde abril de 2009.

O Magistrado tem exercido a docência na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ministrando aulas às segundas-feiras e sextas-feiras, no turno da noite, das 18:30 às 21:50 horas. Passou também a ser Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ a partir de 04/08/2014.

O Magistrado reside na Região Metropolitana em que situada a 2ª Relatoria.

#### **7.35.4.2. Acervo de processos da 2ª Relatoria**

O número de processos em tramitação, atualmente, na 2ª Relatoria, é de 1.642 processos, sendo 1.241 pendentes de julgamento e 401 já julgados, aguardando o decurso de prazo para recurso ou com embargos de declaração para apreciação.

O número de processos de competência originária, atualmente, na 2ª Relatoria, é de 16 processos.

Há 1.241 processos, atualmente aguardando julgamento pela 2ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 2ª Relatoria, há 372 processos, todos eles em razão do REsp 1.381.683/PE (FGTS).

O número de processos em tramitação, na 1ª Relatoria, da competência do Juiz Relator, em 07/01/2013, é de cerca de 6.800 processos, dentre esses estavam pendentes de julgamento 4.215 processos e outros 2.585 nas demais fases processuais consecutivas.

Atualmente, o número de feitos em tramitação, de competência do Juiz Relator, é de 1.642 processos, sendo 1.241 processos pendentes de julgamento e 401 processos já julgados aguardando decurso de prazo para recurso ou com embargos de declaração para apreciação.

Não foi identificado nenhum processo concluso com pedidos urgentes pendentes de análise.

O tempo médio do processo de competência originária é de 236 dias. Na fase recursal, esse tempo é de 209 dias.

#### **7.35.4.3. Sistema adotado para organização dos processos na 2ª Relatoria**

Os recursos enviados pelas Varas de Juizados entram inicialmente numa caixa chamada “recebidos dos JEFs”. Um assessor fica responsável por essa caixa, minutando rapidamente as questões repetitivas e mais fáceis, encaminhando a sobra para pastas específicas, de acordo com a matéria, quando ele próprio, e os demais assessores, estudam o caso, minutam e encaminham ao Juiz. Este corrige as minutas e as altera quando necessário, depois remetendo para outra caixa na qual haverá intimação para a sessão seguinte.

#### **7.35.4.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos na 2ª Relatoria**

O controle e a situação do acervo são feitos por meio do sistema Creta, mediante o uso de relatórios expedidos pelo próprio sistema. Também é

realizado o controle de processos paralisados, por meio do Painel Geral e pela visualização de cada pasta (fase) do Painel de Controle do CRETA.

#### **7.35.4.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 2ª Relatoria**

Utiliza-se o critério de julgar os processos mais antigos. Da mesma forma, os casos de prioridade ou de urgência. Esses, porém, não são os únicos critérios, por uma questão gerencial. Ações repetitivas, mesmo mais novas, são julgadas logo, impedindo o aumento do acervo da Relatoria e evitando uma confusão decorrente de elevado número de processo por pastas. De toda forma, a intenção é que até dezembro deste ano a Relatoria esteja “zerada”, trabalhando apenas com os processos que entraram no mesmo mês.

#### **7.35.4.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

Foram fixadas duas metas: produzir de 500 a 600 acórdãos por mês e também efetuar a baixa de, pelos menos, 100 processos pendentes de julgamento por mês.

#### **7.35.4.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 2ª Relatoria**

Há 1.109 processos pendentes de julgamento para dois assessores, mais um assessor, que tem FC da Presidência, mas está deslocado e atuando na Relatoria. Nesse caso, a relação é de 369 processos para cada servidor (consulta em 06/08/2014).

#### **7.35.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014"**

No ano de 2014, foram distribuídos 2.514 processos e julgados 3.393 processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Há 59 processos pendentes de julgamento, de um total de 2.810 processos distribuídos na 2ª Relatoria em 2011, o que corresponde a 97,90% de processos julgados. (Fonte: Relatório de Processos por Situação do sistema CRETA).

**Meta 6: “Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais”.**

Essa Meta foi cumprida. Foram realizadas reuniões formais com a Coordenação Regional dos JEFs nesse sentido

#### **7.35.4.9. Boas práticas**

Segundo informado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, há alguns meses se adota uma prática que vem melhorando significativamente a qualidade dos julgamentos e reduzindo o tempo de duração das sessões de julgamento. Além de encaminharem entre si as listas com as minutas que serão levadas a julgamento, os magistrados enviam com antecedência, via e-mail, os destaques que farão nas listas dos demais julgadores, com as respectivas fundamentações. Tais destaques são respondidos e divulgados entre os magistrados antes da sessão, o que possibilita: 1) uma reflexão mais longa e aprofundada sobre os pontos controvertidos; 2) que no momento da sessão se discutam apenas os temas mais complexos, gerando ganho de tempo e produtividade para a Justiça.

Segundo foi informado, o ideal seria que fosse desenvolvido um programa de informática – ou uma ferramenta no Sistema CRETA – que permitisse aos magistrados registrar todos os destaques e respectivas respostas em um só local, de visualização conjunta a todos os julgadores. Tal ferramenta existia na TNU no sistema VIRTUS. Atualmente, a sistemática explicitada funciona na 2ª TRPE com o uso de e-mails, o que é um pouco mais trabalhoso.

#### **7.35.4.10. Correições e autoinspeção**

As determinações da Correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para despacho/decisão: 5 processos; demora na inclusão em pauta para julgamento: 38 processos; demora na prolação de decisão/despacho: 8 processos; processos em ordem: 117 processos; processos irregularmente paralisados: 10 processos; processos sem movimentação processual em período determinado: 31 processos.

O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 2ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade

Quanto às as metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 2ª Relatoria, após a última autoinspeção, para a Secretaria foi fixada a meta de não ter nenhum processo paralisado por mais de 30 dias. Na Relatoria, de dar andamento a todos os processos antigos pendentes de apreciação, além de baixar um número de processos na Relatoria, que superasse em, pelo menos, 100 (cem) processos em relação à quantidade de feitos distribuídos.

## **7.35.5. INFORMAÇÕES DA 3ª RELATORIA**

### **7.35.5.1. Dados funcionais e pessoais do Juiz Federal Relator**

Em 12/04/2014, a Juíza Federal KYLCE ANNE PEREIRA COLLIER DE MENDONÇA assumiu a titularidade da 3ª Relatoria da 2ª Turma Recursal, nela permanecendo até o momento atual.

A partir de 07/01/2013, a magistrada esteve afastada pelos seguintes motivos: férias: de 07/01/2013 a 31/01/2013; de 24/06/2013 a 28/06/2013; de 01/07/2013 a 25/07/2013; de 12/11/2013 a 14/11/2013; de 15/12/2013 a 19/12/2013; de 07/01/2014 a 02/02/2014; de 25/06/2014 a 27/06/2014; de 01/07/2014 a 13/07/2014; de 19/07/2014 a 30/07/2014; de 04/08/2014 a 08/08/2014. Afastamento por motivo de trânsito: de 31/03/2014 a 09/04/2014.

A magistrada reside na Região Metropolitana em que está situada a 3ª Relatoria e atualmente não exerce a docência.

### **7.35.5.2. Acervo de processos da 3ª Relatoria**

O número de processos em tramitação, atualmente, na 3ª Relatoria, é de 1.963 processos, sendo 1.714 processos pendentes de julgamento e 249 processos já julgados aguardando decurso de prazo para recurso ou com embargos de declaração para apreciação.

O número de processos de competência originária, atualmente, na 3ª Relatoria, é de 83 processos.

Há 1.714 processos atualmente aguardando julgamento pela 3ª Relatoria.

Dentre os processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 3ª Relatoria, há 223 processos, todos eles em razão do REsp 1.381.683/PE (FGTS).

Em 07/01/2013 a 3ª Relatoria ainda não havia sido instalada.

Atualmente, o número de feitos em tramitação, de competência do Juiz Relator, é de 1.963 processos, sendo 1.714 processos pendentes de julgamento e 249 processos já julgados, aguardando decurso de prazo para recurso ou com embargos de declaração para apreciação.

Não foi identificado nenhum processo concluso com pedidos urgentes pendentes de análise.

Não há como uniformar o tempo médio de duração do processo, uma vez que a 3ª relatoria estava desativada e passou a funcionar em abril de 2014.

### **7.35.5.3. Sistema adotado para organização dos processos na 3ª Relatoria**

Os recursos inominados encaminhados pelos Juizados Especiais Federais são direcionados à caixa “recebidos dos JEFs”. Um dos assessores é responsável por realizar a triagem inicial, minutando rapidamente as questões repetitivas e que demandam maior celeridade. Os demais processos são encaminhados para pastas específicas, classificadas de acordo com a matéria, para fins de elaboração das minutas dos acórdãos pela Assessoria. Após verificação das minutas encaminhadas pela magistrada, são elas remetidas para outra caixa com a finalidade de intimação para a sessão seguinte.

Os embargos declaratórios são apreciados à medida em que são encaminhados pela Secretaria da Turma.

#### **7.35.5.4. Métodos adotados de controle e situação do acervo de processos na 3ª Relatoria**

O controle do acervo é feito por meio do sistema CRETA, com uso de relatórios expedidos pelo próprio sistema. Também se faz o controle de processos pela visualização do painel geral do sistema e pela visualização de cada pasta (fase) do painel de controle do CRETA.

#### **7.35.5.5. Controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento na 3ª Relatoria**

São priorizados os processos mais antigos, bem como os casos de urgência. Esses, porém, não são os únicos critérios, por uma questão gerencial. Ações repetitivas são julgadas de modo rápido, para impedir o aumento do acervo da Relatoria e evitar uma confusão decorrente de elevado número de processo por pastas.

#### **7.35.5.6. Metas de produtividade fixadas periodicamente**

Além de priorizar os processos mais antigos e aqueles em que há urgência, a Relatoria tem como meta o julgamento de um número de processos superior aos distribuídos mensalmente, de modo a tentar reduzir progressiva e gradativamente o acervo.

#### **7.35.5.7. Proporção do número de processos com o número de servidores em atividade na 3ª Relatoria**

Há 1.714 processos pendentes de julgamento para dois assessores, mais um assessor, que tem FC da Secretaria, mas está deslocado para a Assessoria da Relatoria. A relação é de 571 processos para cada servidor.

#### **7.35.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

Foi informado pela 3ª Relatoria que as metas do CNJ estão sendo cumpridas com prioridade, porém, em razão da grande redistribuição recebida quando de sua reabertura (abril/2014), bem como a ausência de assessores naquele momento, a 3ª Relatoria ainda possui processos pendentes de análise.

**Meta 1: "Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014."**

A meta não foi cumprida. Em 2014 foram distribuídos 1.109 processos e julgados 1.093 processos.

**Meta 2: "Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais".**

Dos processos incluídos nessa Meta, há 30 processos pendentes de julgamento, de um total de 2.809 processos distribuídos na 3ª relatoria em 2011, o que corresponde ao percentual de 98,93% de processos julgados. (Fonte: Relatório de Processos por Situação do sistema CRESTA). (atualizar dados)

**Meta 6: "Implementar gestão por processos de trabalho, gerenciamento de rotinas, em 100% das turmas recursais"**

A Meta foi cumprida. Foram realizadas reuniões com a Coordenação Regional dos JEFs nesse sentido.

#### **7.35.5.9. Boas práticas**

**Não se verificou nenhuma prática que mereça registro.**

Contudo, foi formulada pela 3ª Relatoria a sugestão de realização de reuniões periódicas e informais com a equipe de trabalho, de modo a identificar as dificuldades e aprimorar as atividades realizadas, sempre com a preocupação de proporcionar um ambiente de trabalho salutar.

#### **7.35.5.10. Correições e autoinspeção**

As determinações da correição anterior foram as seguintes: demora/ausência na conclusão para sentença (1 processo), na inclusão em pauta para julgamento (55 processos) e na prolação de decisão/despacho (5 processos); permanência excessiva do processo como remanescente de pauta (1 processo); processos em ordem (79 processos); processos irregularmente paralisados (26 processos); processos sem movimentação processual em período determinado (43 processos).



O quantitativo de processos acima é relativo a toda a 2ª Turma Recursal de Pernambuco e as determinações foram cumpridas na sua integralidade.

Quanto às metas fixadas a serem perseguidas pela Secretaria da Turma e pela 3ª Relatoria, para a Secretaria foi fixada a meta de não ter nenhum processo parado por mais de 30 (trinta) dias e, na Relatoria, de dar andamento a todos os processos antigos pendentes de apreciação, bem como de priorizar os casos de urgência.

#### **7.35.6. CONSTATAÇÕES NOS PROCESSOS SELECIONADOS PARA CORREIÇÃO**

Conforme explicitado na introdução deste relatório, nas Varas Federais do Juizado Especial, bem como na Turma Recursal, os processos tramitam exclusivamente de forma eletrônica, por meio do sistema CRETA.

Foram selecionados 80 (oitenta) processos eletrônicos do Sistema CRETA na 2ª Turma Recursal.

As constatações verificadas na correção virtual realizada por meio do Sistema CRETA foram consolidadas no relatório emitido pelo próprio sistema informatizado.

Da análise individualizada dos processos, foram feitas as seguintes constatações:

**- Demora/ausência na certificação de decurso de prazo:**  
0502213-43.2012.4.05.8303

**- Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão:**  
0500291-42.2012.4.05.9830 Mais de 6 meses  
0505307-38.2013.4.05.8311

**- Demora na inclusão em pauta para julgamento:**  
0517519-61.2012.4.05.8300 - 19 meses e 10 dias  
0521838-72.2012.4.05.8300 - mais de um ano  
0521854-26.2012.4.05.8300 - 2 meses  
0521901-97.2012.4.05.8300 - mais de 5 meses  
0521919-21.2012.4.05.8300 - 6 meses  
0501743-03.2012.4.05.8306 - mais de 4 meses  
0503498-47.2012.4.05.8311 - mais de 2 anos  
0500083-55.2013.4.05.8300 - mais de 5 meses  
0500058-09.2013.4.05.8311 - mais de 1 ano  
0500006-15.2013.4.05.9830 - mais de 5 meses  
0500203-64.2014.4.05.8300 - 56 dias  
0500032-92.2014.4.05.8305

**- Demora na prolação de decisão/despacho:**  
0521854-26.2012.4.05.8300 - 9 meses e 10 dias

0521901-97.2012.4.05.8300 - mais de 4 meses  
0521919-21.2012.4.05.8300  
0521945-19.2012.4.05.8300 - 6 meses  
0500007-97.2013.4.05.9830

**- Demora na prolação de despacho inicial:**

0500007-97.2013.4.05.9830

**- Demora no cumprimento de diligências**

0521855-11.2012.4.05.8300 - não verificada a continuidade da hipótese de suspensão do processo

**- Demora no julgamento de embargos declaração:**

0502212-58.2012.4.05.8303 - 4 meses

0500110-38.2013.4.05.8300 - 6 meses

0500004-45.2013.4.05.9830 - 5 meses

0500006-15.2013.4.05.9830

**- Demora para designação de audiência:**

0517532-60.2012.4.05.8300

**- Demora para julgamento pela Turma Recursal:**

0517504-92.2012.4.05.8300 - 11 meses.

0521893-23.2012.4.05.8300 - 1 ano e 6 meses

0521941-79.2012.4.05.8300 - mais de 1 ano

0502671-54.2012.4.05.8305

0500290-57.2012.4.05.9830

0500057-57.2013.4.05.8300 - 01 ano e meio.

0500124-22.2013.4.05.8300 - 01 ano e 02 meses

0524368-15.2013.4.05.8300 - 3 meses

0500026-31.2013.4.05.8302 - 8 meses

0500070-23.2013.4.05.8311 - 6 meses

0500073-75.2013.4.05.8311 - mais de um ano

0500002-75.2013.4.05.9830 - 5 meses

**- Processos irregularmente paralisados:**

0517520-46.2012.4.05.8300 - 22 meses

0517532-60.2012.4.05.8300 - 22 dias

0521916-66.2012.4.05.8300 - 1 ano e 1 mês

0502213-43.2012.4.05.8303 - 18 meses.

0501353-33.2012.4.05.8306 -1 ano e 04 meses.

0500203-64.2014.4.05.8300 - 20 dias

**- Processos sem movimentação processual em período determinado:**

0517509-17.2012.4.05.8300 - mais de 4 meses

0517536-97.2012.4.05.8300 - mais de 7 meses

0500110-38.2013.4.05.8300 - na Assessoria da TR durante 10 meses

0504611-29.2013.4.05.8302 - 1 mês e 15 dias

### 7.36. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TURMAS RECURSAIS

Em relação à estruturação das Turmas Recursais, também é cabível tecer algumas considerações.

Embora o problema da estruturação de cargos para as Turmas Recursais extrapole os limites da Seção Judiciária de Pernambuco, durante a correição foi possível constatar a necessidade de se redimensionar o quantitativo de servidores dessa unidade jurisdicional.

No âmbito das Turmas Recursais não são desenvolvidas algumas atividades cartorárias típicas do primeiro grau de jurisdição, tais como a marcação de perícias, de audiências, etc. Contudo, é inegável que o volume de processos em tramitação nas Turmas Recursais justifica, no mínimo, a equiparação do número de servidores com o quantitativo previsto para as Varas Federais.

Também convém registrar que o servidor responsável pela chefia no âmbito das Turmas Recursais, embora tenha atribuições em tudo semelhantes ao Diretor de Secretaria de uma Vara, não recebe uma Função Comissionada equivalente.

O *layout* das dependências onde se desenvolvem as atividades das Turmas Recursais, em especial no que tange ao atendimento às partes e advogados devem receber especial atenção, para se adequar às necessidades da Unidade e dos jurisdicionados. Pelo perfil de demanda dos Juizados Especiais Federais e o volume de processos que tramita perante as TR's, de um modo geral, é necessário projetar uma área de atendimento ao público que seja separada do local em que os servidores desenvolvem suas atividades, a exemplo do que já ocorre nas Varas Federais.

No que tange ao desempenho da atividade jurisdicional, e em que pesem os problemas acima apontados, constatou-se que as Turmas Recursais de Pernambuco necessitam aprimorar alguns procedimentos, especialmente para reduzir o lapso temporal para inclusão dos processos em pauta de julgamento. Também deverá ser evitada a indevida e imotivada paralisação dos processos por longos períodos, seja na Secretaria, seja na Assessoria da Turma Recursal, situação que se verificou em ambas as Unidades da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco.

## 8. CONCLUSÃO

Após o encerramento dos trabalhos correicionais, verificou-se que a Seção Judiciária do Estado de Pernambuco não apresentou quaisquer problemas de maior gravidade.

Os apontamentos registrados no presente relatório são considerados equívocos rotineiros da prestação jurisdicional, sem que possam comprometer a boa imagem que a Seção Judiciária desfruta no cenário local e regional.

As boas práticas na gestão dos processos e organização das secretarias e gabinetes foram constatadas em algumas unidades correicionadas, e os procedimentos positivos foram devidamente destacados pela Corregedoria-Regional.

Com base nos critérios definidos pela Corregedoria Regional para classificar as unidades jurisdicionais, em termos de grau de eficiência, a saber (A) excelente, (B) eficiente, (C) regular, (D) deficiente, percebe-se que, das 33 (trinta e três) Varas correicionadas, 24 (vinte e quatro) apresentaram indicadores que se enquadram no conceito "A"; 04 (quatro) receberam o conceito "B" e a 02 (duas) Varas foi atribuído o conceito "C".

Em virtude das peculiaridades próprias, as Varas privativas de execuções fiscais, assim como as Turmas Recursais, não foram objeto de análise para efeitos de aferição do grau de eficiência pelos critérios adotados para as demais unidades jurisdicionais correicionadas.

Após a análise de todas as constatações feitas durante a correição, conclui-se, como nas demais Seções Judiciárias correicionadas, que a prática de realização de reuniões periódicas dos magistrados com os servidores, distribuição de tarefas de forma racional nas unidades jurisdicionais, fixação de metas periódicas de produtividade e o controle efetivo dos prazos processuais são fatores essenciais para se alcançar um grau de eficiência ideal.



Francisco Barros Dias  
Corregedor-Regional